

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

FERNANDO MENDONÇA HECK

O ESPAÇO E O CONTRAESPAÇO NO CIRCUITO PRODUTIVO DO CAPITAL DA
FRIGORIFICAÇÃO DE CARNES NO OESTE PARANAENSE

Presidente Prudente

2017

FERNANDO MENDONÇA HECK

O ESPAÇO E O CONTRAESPAÇO NO CIRCUITO PRODUTIVO DO CAPITAL DA
FRIGORIFICAÇÃO DE CARNES NO OESTE PARANAENSE

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Geografia da UNESP, Presidente Prudente.
Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Presidente Prudente

2017

FICHA CATALOGRÁFICA

Heck, Fernando Mendonça.

H352e O espaço e o contraespaço no circuito produtivo da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense / Fernando Mendonça Heck. - Presidente Prudente : [s.n], 2017

348 f.

Orientador: Marcelo Dornelis Carvalho

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Inclui bibliografia

1. Trabalho. 2. Espaço. 3. Contraespaço. I. Heck, Fernando Mendonça. II. Carvalho, Marcelo Dornelis. III. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. IV. O espaço e o contraespaço no circuito produtivo da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: O ESPAÇO E O CONTRAESPACO NO CIRCUITO PRODUTIVO DO CAPITAL
DA FRIGORIFICAÇÃO DE CARNES NO OESTE PARANAENSE

AUTOR: FERNANDO MENDONÇA HECK

ORIENTADOR: MARCELO DORNELIS CARVALHAL

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em GEOGRAFIA, área:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL
Campus de Ourinhos / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. AMIR EL HAKIM DE PAULA
Coordenadoria de Curso de Geografia / Campus de Ourinhos
Prof. Dr. ANTONIO THOMAZ JUNIOR
Departamento de Geografia / Faculdade de Ciências e Tecnologia - UNESP/ Campus de Presidente Prudente
Profa. Dra. VERA LUCIA NAVARRO
Departamento de Psicologia e Educação / FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS - USP -
RIBEIRÃO PRETO
Profa. Dra. ÂNGELA MASSUMI KATUTA
Setor Litoral / UFPR/Matinhos (PR)

Presidente Prudente, 20 de abril de 2017

*A todas e todos que lutam incansavelmente pela construção de
um novo metabolismo social e por uma realidade na qual o
trabalho seja dotado de sentido e realização.*

Pátria livre, venceremos!

AGRADECIMENTOS E AUTOCRÍTICA

Sempre que finalizamos nossos trabalhos acadêmicos fazemos questão de lembrar das pessoas e momentos bons e ruins vividos na trajetória da pós-graduação. É isso que aqui quero fazer, mas de uma forma menos usual. Creio que se faz necessária uma profunda autocrítica pessoal que, certamente, tem tudo a ver com a expectativa de agradecer aqueles(as) que partilharam dos momentos bons e críticos da minha vida.

Não vejo outra forma de iniciar essa reflexão lembrando que eu sou um jovem branco, de setor de renda considerada média, que teve acesso à escola privada, mesmo que na condição de bolsista, e heterossexual. Portanto, chegar ao doutorado não é apenas mérito meu, pelo contrário, isso se deve muito por essa condição privilegiada de inserção na sociedade. Ora, nunca vivi qualquer forma de opressão por minha cor de pele, orientação sexual ou de gênero. Jamais tive a obrigação de trabalhar para ajudar na manutenção do orçamento da minha família e, por esse motivo, me foi concedida a “opção” de poder me dedicar aos estudos e assim o fiz. Sei muito bem que tais privilégios não são comuns para os(as) trabalhadores(as), sobretudo se são negros e negras, homossexuais, transexuais e mulheres que vivenciam cotidianamente as inúmeras formas de opressão e exploração.

Porém, essa reflexão só passou a fazer parte do meu vocabulário e luta após conhecer inúmeras pessoas ao longo dos mais de dez anos de vida acadêmica e de militância. Aliás, muitas destas fizeram-me críticas que, no início, me pareceram severas e descuidadas. No entanto, foram essas ponderações que me proporcionaram avançar como ser humano e a preocupar-me, minimamente, em apoiar as pautas contra todas as formas de opressão. Igualmente, como todo jovem que se apaixona pela teoria marxista, eu sempre tive a famosa “pulga atrás da orelha” com tais preocupações por parecerem distantes da perspectiva de “classe” e da sua “consciência”, aquela que inclusive, do alto da minha arrogância inocente e acadêmica, eu supunha que havia descoberto e acreditava que a classe trabalhadora deveria ter, mas que nem sempre tinha... Mas, estas pessoas (espero listar algumas mais a frente) ajudaram-me a enxergar o quanto as opressões se ligam à exploração do trabalho e como fazia sentido lutar contra estas de forma combinada, isto é, em oposição ao capital, patriarcado, racismo, homofobia etc.

Afinal de contas, me convenci que sem o fim de todas as opressões não há como vivermos em uma sociedade verdadeiramente emancipada e igualitária. O socialismo, como o projeto real a ser perseguido (sem confundir-lo com as tragédias históricas do stalinismo e demais experiências do século XX), não pode tergiversar dessa pauta. Isso porque, o capital

sabe muito bem como se aproveitar das opressões para impor menores salários para mulheres, negros e negras, excluir do mercado de trabalho as transexuais, dentre outros exemplos, importantíssimos para a reflexão crítica socialista no século XXI. Sem considerar esses pontos fundamentais, estou convencido de que não poderemos avançar num projeto de humanidade verdadeiramente solidário e baseado, no que chama István Mészáros, de igualdade substantiva.

Além disso, quero alertar aos(as) leitores(as), que não estou, na minha condição privilegiada, querendo protagonizar as lutas de opressões que não vivo. Sei muito bem que a ação mais significativa que posso fazer é apoiá-los(as) irrestritamente, porém, inicio essa autocrítica ressaltando que aprendi, com todos(as) vocês que lutam e tem centralidade em torno dessas pautas, o quanto é importante perceber o elitismo intelectual da universidade que, gostem alguns ou não, é sim, no geral, branca, elitista, machista e lgbtfóbica. O que quero dizer é o seguinte: não descobri a importância dessas pautas por uma vivência pessoal, mas sim, pelo aprendizado com todos(as) vocês que vivenciam-nas cotidianamente. Este é o meu primeiro muito obrigado, pois sem as “chamadas de atenção” e as críticas que me fizeram tenho a certeza de que continuaria a reproduzir, embora isso ainda ocorra por vezes e por mais que eu não queira, o discurso patriarcal, machista e lgbtfóbico.

É por isso que sou grato à Jane Rosa, Fran Valadão, Taís Telles, Giuglianna Oliveira, Lorys Verônica Ciccone, Laís Túbero, Ana Beatriz Marcondes, Renata Menezes, Ana Coutinho, Luana Pradela, Núbia Armond, Aline Sulzbach, Karen Capelesso, Lidiana Pinho, Roberta Fonseca, Oziel, Aquiles Andrade, Vagner Pereira da Silva, Tom (Wellington), Fernando, Saulo, dentre tantas outras pessoas que já me desferiram críticas importantíssimas e que, com certeza, me fizeram avançar como ser humano. Se eu pude escrever uma página de autocrítica para iniciar os agradecimentos do meu trabalho de tese dedico em primeiro lugar a todas(os) vocês, por mais que algumas nem sejam pessoas tão próximas da minha convivência pessoal.

Em seguida, preciso agradecer imensamente a todos(as) trabalhadores(as) que, ao longo destes mais de dez anos pesquisando o setor de frigorificação de carnes, abriram as portas das suas casas e me confiaram um pequeno tempo da sua vida para narrar suas histórias de vida e trabalho. Este doutorado só foi possível pela confiança de vocês e, obviamente, me sinto mal por não poder fazer, no momento, muito mais do que tentar “transcrever”, nestas folhas de papel, suas narrativas de dor, sofrimento e luta. Espero que assim eu esteja minimamente contribuindo para dar visibilidade ao processo desumano de exploração do trabalho que ocorre ao longo do circuito produtivo da frigorificação de carnes e, deste modo,

me somando a luta de todos(as) vocês. Neste particular, agradeço em especial ao meu amigo Anderson Francisco a quem devo boa parte da minha trajetória acadêmica, de pesquisador, militância e pessoa que admiro pela integridade e disposição de luta em defesa dos(as) trabalhadores(as). Este doutorado nunca teria saído do papel sem a sua contribuição, companheiro! Igualmente, estendo meus agradecimentos ao companheiro Laerson Vidal Matias, protagonista na organização dos(as) trabalhadores(as) lesionados(as) no Oeste do Paraná e grande facilitador de todas as minhas ações de pesquisa.

Na sequência é imprescindível agradecer meus amigos(as), alguns hoje nem tão próximos assim, mas que nos momentos cruciais da vida, e ao longo da construção desta tese, me ajudaram a superar obstáculos de ordem pessoal. Começo por 2013, um ano difícil do ponto de vista pessoal, e que sem a ajuda do velho Caio Bellotto, Paçoca, Cirso, Baiano e Agnaldo, bem como da Melina Fushimi, provavelmente não teria sido tão fácil superar certos problemas. Sou muito grato a vocês pelas palavras, apoio e conforto que me ofereceram neste ano e será impossível esquecer esse fato, apesar da distância que nos dias atuais podemos ter, em alguns casos, uns dos outros. Além disso, este é o mesmo ano em que eu conheço a pessoa que, sem dúvidas, foi a mais importante da construção desse trabalho, a Jane, para quem dedicarei outras linhas mais a frente.

Fora desta esfera mais “pessoal” e específica devo também agradecer aos meus grandes amigos Tássio Barreto Cunha e Paçoca (vulgo Claudinei Silva), pelas inúmeras risadas nos domingos e os almoços intermináveis e malucos que sempre fizemos na república. Tenho a certeza de que para além de colegas na pós-graduação nos tornamos grandes amigos e companheiros. Também sou grato à Patrícia pela amizade e, no caso específico deste trabalho, pela contribuição em me ajudar a pensar o projeto cartográfico e disposição em dedicar parte de alguns dos seus dias para auxiliar na construção dos mapas da tese. O sentimento de gratidão se estende ao Raphael Diniz, a Roberta Fonseca, Kika e Maria Luiza (Malu), Juninho, Naiara, Guilherme Marini, João Paulo Pimenta, Karime Fante, Flaviane Ramos, Nino, Leandro Nieves, Stephanie Lourenço (Sté), Gerson, Maria Paula Ito, Tainá Suizu, Rodrigo Simão, Jaque Vieira, Dayane Garcia, João Baccarin, Diego (Cabeludo), Wagner Amorim, Robin e Yolima entre outros(as), amigos que certamente levarei para vida toda. Igualmente, para além dos muros “unespianos”, agradeço aos meus amigos Oziel e Aquiles que tive o prazer de conhecer em Presidente Prudente, bem como, aos “antigos”, porém jovens de idade, Carol e Arlindo, Douglas e Solange do “velho oeste paranaense” amigos com quem sempre pude contar ao longo dessa vida. Estendo os mesmos sentimentos para o Guilherme (Guizão), Djoni, Luiz (Kuat), Fernando Martinazzo (Nando), Maria Cristina

de Castro, Lucas e Julio Fedel, Diego Comelli, Jefferson Danzer, Gabriel Hertz, André Refosco, dentre tantos(as) outros(as) que, no exato momento em que escrevo estas palavras fui incapaz de lembrar.

Além disso, devo também relembrar um dos fatos mais importantes na minha trajetória do doutorado: a greve de 2014. A oportunidade de participar da sua construção do início ao fim e de integrar o Comando de Greve foi ímpar para perceber como, na luta, muitos discursos teóricos e políticos acabam por assumir uma postura real e coerente e outros são dissolvidos pelos interesses particulares, brigas pessoais e vaidades acadêmicas. Obviamente, com isso quero dizer que, pessoalmente, tive inúmeros desapontamentos com relação a professores(as) e colegas que sempre admirei pelos seus escritos e posicionamentos teóricos, ao mesmo tempo em que me surpreendi com outros(as) pela coerência com que defendiam as pautas do movimento e não estavam no arco destas pessoas pelas quais detinha sentimentos de admiração teórica e afinidade política. Foram boas surpresas.

Mas, para mim, o saldo positivo de todo esse processo foram as vitórias que alcançamos, embora muitos colegas que, sejamos justos, não ajudaram na construção do movimento de greve de forma efetiva, as critiquem, creio que o saldo da greve de 122 dias foi positivo. A derrubada da portaria que impedia a realização de eventos culturais no campus da FCT/UNESP, a meu ver, não é uma vitória menor como afirmam detratores da nossa mobilização. Inclusive, as vitórias alcançadas pelo movimento de greve dos estudantes de 2016, como o aumento do número de refeições do Restaurante Universitário, deve ser interligado ao histórico dos movimentos de greve anteriores e de toda a luta construída nos mais de cinquenta anos da FCT/UNESP. O movimento estudantil não começou ano passado, que fique claro!

No entanto, e para além deste debate político, é justo que conheci verdadeiramente pessoas importantíssimas na greve de 2014. Aqui lembro de algumas como o Ademir, Paulão, Erynat, Alberto, Divino, Rosiane, Ricardo, Thomaz, Tuim, Rodrigo, Tati, Washington, Lika Chagas, Fran, Jane, Taís, Giugli, Thiago Aires, Alexandre Parmindo, dentre outros(as) que contribuíram nessa construção coletiva, apesar das nossas discordâncias e dificuldades de diálogo político em alguns temas. Penso que se eu esquecesse-me de mencionar a construção dessa greve, nos agradecimentos e autocrítica pessoal, a minha trajetória do doutorado ficaria absolutamente incompleta, já que esse movimento foi essencial para minha formação teórica, política e humana.

Do mesmo modo, devo ressaltar a convivência, de mais de 10 anos, com o “povo” da Rede CEGeT de Pesquisadores do Brasil e dos 6 que vivi em Presidente Prudente. Sem

dúvidas o convívio cotidiano com o Sidney, Diógenes, José Alves, Soninha, Karina Ponte, Guilherme, Tássio, João Victor, Gerson, Larissa, Messias, Thiago, Fredi, Day, e outros(as), foi igualmente imprescindível para meu processo de formação teórico-político-humano. É o mesmo que estendo para o Marcelo Mendonça, Jorge, Fernanda, María, Ana Maria, Atamis, Ricardo, Aline, Mara, Mercedes, Laura, Katuta e tantos(as) outros(as) que neste momento não consigo recordar e que se espalham hoje pelo Brasil. É claro que devo ressaltar o papel dos orientadores que tive no Mestrado e Doutorado, Thomaz e Marcelo que, dentre os membros da Rede CEGeT, foram os “escolhidos” para auxiliar na orientação das loucuras que eu acabei por escrever. Sou eternamente (se é que isso existe mesmo), grato a vocês dois pela ajuda e companheirismo!

Além disso, é preciso ressaltar a contribuição das pessoas centrais no constructo dessa tese e do apoio na minha trajetória na universidade. Em primeiro lugar os meus pais (Nelson e Magna) que, desde o dia no qual decidi estudar Geografia, nunca se opuseram a tal escolha e sempre contribuíram no que foi possível. Em segundo, toda a família “Rosa”, o Nélío (Manko), Cida e Suzane que se tornaram parte da minha vida desde 2013 e foram imprescindíveis em inúmeros momentos em Presidente Prudente. A terceira pessoa e, neste caso, a mais importante, sem dúvidas se chama Jane Rosa. Para ela as palavras desse texto jamais conseguirão expressar o meu sentimento de gratidão, mas vou tentar um pouquinho. Muito obrigado por aturar os meus “chiliques” durante o constructo desse trabalho, por sempre dizer que tudo daria certo e, principalmente, por se importar verdadeiramente comigo. Se essa tese pôde sair do papel eu não tenho dúvidas de que você foi a peça principal, por isso, serei eternamente grato pelo seu companheirismo.

Também é imprescindível dedicar um espaço destes agradecimentos aos amigos Daia e Silas que, além de me acolherem em sua casa no período em que lecionei na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de União da Vitória (PR), me ajudaram a encontrar a minha companhia mais alegre e contagiante: a Lira.

Obviamente que não poderia esquecer de dedicar algumas linhas à juventude que tem por rebeldia pautar o povo no poder. Aos(as) companheiros(as) da militância do Levante Popular da Juventude de Presidente Prudente registro aqui meus votos mais sinceros de admiração que a cada dia reavivam a necessidade do trabalho de base, do estudo, agitação e propaganda e, dos nossos princípios básicos, para construção de um projeto popular para o Brasil. Do mesmo modo, estendo meus cumprimentos aos companheiros que constroem o Cursinho Rosa Luxemburgo, no qual atuei, pela disposição em construir uma referência para que a juventude pobre e trabalhadora possa, não somente ter acesso à universidade, mas

compartilhar de atividades e discussões necessárias para superar as amarras do pensamento único e conservador.

Sou grato também aos colegas de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), Campus Avançado Tupã (SP), pelo apoio que me deram para conseguir o afastamento parcial das minhas atividades docentes, no ano de 2016, imprescindível para o término da presente tese. Neste particular, devo registrar meus cumprimentos ao então Diretor Geral, Caio Marcus Dias Flausino, que apoiou integralmente esta decisão.

Quase chegando ao fim, quero expressar meus agradecimentos ao CNPQ pela bolsa concedida, aos(as) membros(as) da banca examinadora (Katuta, Vera, Thomaz e Amir) que, além de contribuir significativamente com as críticas, indicaram novos rumos e perspectivas a serem tomados, à Nayara pela revisão do português, à Laura pela revisão do abstract, aos pesquisadores (professores e alunos) do Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais (LTMS) da UNIOESTE, bem como aos membros do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS) pelos auxílios durante a pesquisa de doutorado. Igualmente agradeço aos interlocutores diretos da pesquisa que aceitaram gravar entrevistas e compartilhar suas narrativas: trabalhadores(as), sindicalistas, procuradores(as) etc.

Finalmente, acho que posso concluir que chego até o doutorado uma pessoa melhor do que aquela que adentrou na graduação no ano de 2007. Isso só foi possível por conta dessa convivência coletiva e crítica que vocês, companheiros(as), me proporcionaram ao longo desses anos. Deixo aqui registrado o meu mais sincero obrigado!

RESUMO

A produção e exportação da frigorificação de carnes obteve crescimento significativo nos últimos vinte anos, sobretudo a partir da década de 2000. No bojo desse processo, a região Oeste Paranaense registrou números relevantes de geração de empregos neste setor, fato que o tornou expressivo na economia regional, apesar da existência desta atividade econômica ser evidente desde a década de 1960. Nesta pesquisa, buscamos compreender as relações de trabalho ao longo do circuito produtivo da frigorificação de carnes, seus mecanismos de exploração, controle, subordinação e, ao mesmo tempo, as resistências da classe trabalhadora, lutas de contraespaço. Para alcançar tal objetivo, construímos a metodologia partindo da articulação entre os procedimentos quantitativos e qualitativos entendendo-os não como aspectos dicotômicos e incomunicáveis, mas na sua relação de limite e complementaridade. Observamos que, para o capital da frigorificação de carnes, é imprescindível a subordinação da renda da terra e a extração da mais-valia (absoluta e relativa) que são partes indissociáveis do seu processo de acumulação. Trata-se, então, de uma gestão territorial de totalidade, pois controla o conjunto do circuito produtivo (D-M-D'), já que se nutre do trabalho familiar camponês na engorda de aves, das inúmeras formas de trabalho proletarizado no campo, inclusive informal e sem registro em carteira, e do trabalho proletário industrial nas plantas de abate e processamento de carnes. No entanto, ao estudar o trabalho e suas organizações coletivas, se percebe que reina a fragmentação corporativo-categorial, encimada na divisão técnica do trabalho e limitada às lutas paliativas, isto é, restrita ao espaço do mercado, da circulação, melhoria de renda, enfim, a gestão territorial alienada (D'). Deste modo, defendemos a imprescindibilidade de entender a ampliação do conceito de classe trabalhadora como a perspectiva que permite identificar a exploração do trabalho imposta no circuito produtivo da frigorificação de carnes. Em decorrência, argumentamos que esta é a referência teórica e política a ser seguida pelo movimento do trabalho na perspectiva da unificação orgânica, superação das fragmentações corporativas e da construção das lutas de contraespaço.

Palavras chave: trabalho; espaço; contraespaço

RESUMEN

La producción y exportación de la frigorificación de carnes ha tenido un crecimiento significativo en los últimos veinte años, sobre todo a partir de la década de 2000. En medio de este proceso la región Oeste Paranaense registró cifras relevantes de generación de empleos en este sector, lo que se hizo expresivo en la economía regional, aunque la existencia de esta actividad económica ser evidente desde la década de 1960. En esta investigación buscamos comprender las relaciones de trabajo a lo largo del circuito productivo de la frigorificación de carnes, sus mecanismos de explotación, control, subordinación y, al mismo tiempo, las resistencias de la clase obrera, luchas de contraespacio. Para alcanzar tal objetivo, construimos la metodología partiendo de la articulación entre los procedimientos cuantitativos y cualitativos entendiéndolos, no como aspectos dicotómicos e incommunicables, sino en su relación de límite y complementariedad. Observamos que, para el capital de la frigorificación de carnes, es imprescindible la subordinación de la renta de la tierra y la extracción de la plusvalía (absoluta y relativa) que son partes indisociables de su proceso de acumulación. Se trata, entonces, de una gestión territorial de totalidad, pues controla el conjunto del circuito productivo (D-M-D), ya que se nutre del trabajo familiar campesino en el engorde de aves, de las innumerables formas de trabajo proletarizado en el campo, inclusive informal y sin registro en cartera, y del trabajo proletario industrial en las plantas de matadero y procesamiento de carnes. Sin embargo, al estudiar el trabajo y sus organizaciones colectivas, se percibe que reina la fragmentación corporativo-categorial, referenciada en la división técnica del trabajo y limitada a las luchas paliativas, es decir, restringida al espacio del mercado, de la circulación, mejora de la renta, por lo tanto, la gestión territorial alienada (D). De este modo, defendemos la imprescindibilidad de entender la ampliación del concepto de clase trabajadora como la perspectiva que permite identificar la explotación del trabajo impuesta en el circuito productivo de la frigorificación de carnes. En consecuencia, argumentamos que esta es la referencia teórica y política a ser seguida por el movimiento del trabajo en la perspectiva de la unificación orgánica, superación de las fragmentaciones corporativas y de la construcción de las luchas de contraespacio.

Palabras clave: trabajo; espacio; contraespacio.

ABSTRACT

The production and export of the meatpacking industry in Brazil has grown significantly in the last twenty years, especially since the 2000s. In the course of this process, the western region of Paraná recorded a significant increase in job creation in this field. Despite the fact that such economic activity has been evident in the region since the 1960s, it was the rise in the employment rate that contributed to turning the meatpacking industry into an important economic area. In this research, we seek to understand the labor relations in the productive chain of the meatpacking industry, its mechanisms of exploitation, control, subordination and, at the same time, the resistance of the working class, the counterspace struggles. In order to achieve this goal, we conducted a study based on the articulation of quantitative and qualitative procedures. Such procedures are not seen as dichotomous and incommunicable aspects, but as complementary. We observe that the subordination of land income and the extract surplus value (absolute and relative) are essential for the capital of meatpacking, as well as inseparable parts of their process of accumulation. This is a territorial management of totality because it controls the entire production chain (M-C-M), since it involves (i) agricultural family work in fattening poultry, (ii) numerous forms of proletarianized labor in the countryside, including informal work, and (iii) industrial proletarian work in meatpacking. Nevertheless, the study of labor and its collective organizations shows that there is corporate and categorial fragmentation in the technical division of labor, which is limited to palliative struggles. In other words, it is restricted to market place, circulation, income improvement, and the alienated territorial management (M). In this way, we defend that it is essential to expand the concept of working class as the perspective that allows to identify the exploitation of labor imposed in the productive chain of meatpacking industry. Therefore, we argue that this is the theoretical and political reference to be followed by the labor movement in the perspective of its organic unification, overcoming of corporate fragmentations and the construction of counterspace struggles.

Keywords: labor; space; counterspace.

LISTA DE SIGLAS

AAVIOPAR – Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná
ABAG – Associação Brasileira do Agronegócio
ABPA – Associação Brasileira de Proteína Animal
ACE – Acordo Coletivo Especial
ACIT – Associação Comercial e Empresarial de Toledo
ACP – Ação Civil Pública
ACT – Acordo Coletivo de Trabalho
ALEP – Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
ANL – Aliança Nacional Libertadora
ASSUINOESTE - Associação Regional dos Suinocultores do Oeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRF – Brasil Foods
CADEC – Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração
CAT – Comunicação de Acidente de Trabalho
CCT – Convenção Coletiva de Trabalho
CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho
CEMOSi – Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina
CGTB – Central Geral dos Trabalhadores do Brasil
COAMO – COAMO Agroindustrial Cooperativa
COB – Confederação Operária Brasileira
CONCLAT – Conferência Nacional da Classe Trabalhadora
CONTAC – Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação
CONTRAF – Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro
COPACOL – Cooperativa Agroindustrial Consolata
COPAGRIL – Cooperativa Agroindustrial Copagril
COOPAVEL – Cooperativa Agroindustrial Cascavel
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CSU – Confederação Sindical Unitária
CSUB – Confederação Sindical Unitária do Brasil
CUT – Central Única dos Trabalhadores

C-VALE – C-Vale Cooperativa Agroindustrial

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná

ENCLAT – Encontro da Classe Trabalhadora

EPI – Equipamento de Proteção Individual

FENATRACOOP – Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas no Brasil

FETEC-SP – Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito de São Paulo

FETRACOOP – Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Celetistas em Cooperativas no Estado do Paraná

FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FONIAGRO – Fórum Nacional de Integração

FTIA-PR – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná

FUS – Frente Única Sindical

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor

LAR – LAR Cooperativa Agroindustrial

LER/DORT – Lesões por Esforços Repetitivos e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho

LTMS – Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais

MASTRO – Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MPS – Ministério da Previdência Social

MPT – Ministério Público do Trabalho

MS – Ministério da Saúde

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NCST – Nova Central Sindical de Trabalhadores

NR – Normativa Regulamentadora

OCB – Organização das Cooperativas do Brasil

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Paraná

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativismo

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista

PPRA – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais

PRP – Partido Republicano Progressista

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

RCP – Rede CEGeT de Pesquisadores

SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho

SIF – Serviço de Inspeção Federal

SINCOOPAR-OESTE - Sindicato das Cooperativas Agrícolas, Agropecuárias e Agroindustriais da Região Oeste do Paraná

SINDIAVIPAR – Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná

SINTIACRE – Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Cascavel

SINTRASCOOM – Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas Agropecuárias, Agrícolas e Agroindustriais de Medianeira e Região

SINTRASCOOPA – Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas de Palotina e Região

SINTRASCOOP – Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas de Cascavel e Região

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

STF – Supremo Tribunal Federal

STIA's – Sindicatos dos Trabalhadores da Alimentação

STIA – Toledo – Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Avícolas, Carnes Bovina e Suína e das Indústrias da Alimentação de Toledo e Região

STCOOP's – Sindicatos dos Trabalhadores em Cooperativas

STR's – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

TFP – Tradição, Família e Propriedade

TST – Tribunal Superior do Trabalho

UBA – União Brasileira da Avicultura

UGT – União Geral dos Trabalhadores

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização dos Frigoríficos no Oeste Paranaense (2017)	74
Figura 2 - Localização dos Sindicatos de Trabalhadores(as) da Alimentação e Cooperativas no Oeste Paranaense (2017)	75
Figura 3 - Engorda de suínos.....	78
Figura 4 - Trabalho mecanizado para limpeza do aviário	78
Figura 5 - Persistência do trabalho manual na limpeza de aviários.....	78
Figura 6 - Destino final dos resíduos do aviário (adubação).....	78
Figura 7 - Categorização temática: códigos analíticos e específicos.....	81
Figura 8 - Exemplo de organização das fontes que fundamentam um código analítico e específico	81
Figura 9 - Plantação de milho.....	93
Figura 10 - Aviário de engorda de frangos.....	93
Figura 11 - Frigorífico de aves	93
Figura 12 - Plantação de soja.....	93
Figura 13 – Exportações de carne frango regiões do mundo (2014).....	121
Figura 14- Emprego em abate de frangos e suínos Paraná (1994-2004-2013)	124
Figura 15 - Trabalhadores(as) vacinando pintos em carrossel	145
Figura 16 - Trabalhador encaminhando os ovos para o processo de chocagem.....	145
Figura 17 - Trabalhadoras preenchendo as bandejas com ovos	146
Figura 18 - Horta para autoconsumo da família ao fundo vista para o aviário – Cerro da Lola distrito de Toledo (PR)	149
Figura 19 - Raio de ação dos frigoríficos no Oeste Paranaense (2015)	161
Figura 20 - Batedores de Caixa carregando caminhão	164
Figura 21 - Apanha de frangos	164
Figura 22 - Trabalho manual na limpeza de aviários	171
Figura 23 - Bobcat carregando caminhão com a cama do aviário.....	171
Figura 24 - Apanha de aves mecanizada	172
Figura 25 - Fluxograma do abate de suínos.....	182
Figura 26 - Fluxograma do abate de aves.....	182
Figura 27 - Caixas com frangos sendo encaminhadas para o abate na linha de produção	183
Figura 28 - Estrutura das moradias em bairro onde residiam trabalhadores de frigoríficos em São Clemente, distrito do município de Santa Helena (PR).....	194
Figura 29 - Bairro Operário nas proximidades da Brasil Foods, em Toledo (PR).....	194
Figura 30 - Base territorial dos STIA's e STCOOP's no Oeste do Paraná (2017).....	239
Figura 31 - Greve em dezembro de 2014 promovida pelo SINTIACRE na empresa Globoaves em Cascavel (PR)	246
Figura 32 – Mesa de lideranças durante o Congresso dos Trabalhadores em Cooperativas..	261
Figura 33 - Gestão territorial do capital e trabalho no circuito produtivo da frigorificação de carnes.....	299

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1–Porcentagem da área ocupada por estrato de área (ha) - Brasil (1940-2006).....	102
Gráfico 2 - Área plantada (Hectares) com Soja, Milho, Trigo, Feijão e Arroz no Oeste Paranaense (1967-1973)	115
Gráfico 3 - Capacidade de abate (aves/dia) cooperativas do Oeste Paranaense (2008)	120
Gráfico 4 - Série histórica do emprego em abate de aves e suínos: Oeste Paranaense (1994-2013).....	123
Gráfico 5 - Rotatividade no trabalho trabalhadores(as) de frigoríficos no Oeste do Paraná (2007-2014) dados desagregados	192

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estrutura fundiária do Oeste Paranaense (1970)	112
Tabela 2 - Área plantada (Ha) com lavouras temporárias no Oeste Paranaense (1990-2012)	116
Tabela 3 - Efetivo dos rebanhos (cabeças) Oeste Paranaense (1990-2012).....	117
Tabela 4 - Estrutura fundiária do Oeste Paranaense (2006)	118
Tabela 5 - Estrutura fundiária Oeste Paranaense: comparação entre 1970 - 2006.....	118
Tabela 6 - Estabelecimentos, número de cabeças de frango e emprego de mão de obra: Oeste Paranaense (2006).....	154
Tabela 7 - Estabelecimentos, número de cabeças de suínos e emprego de mão de obra: Oeste Paranaense (2006).....	155
Tabela 8 - Resultado oficial das eleições na fundação da Associação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Toledo.....	215
Tabela 9 - – Pisos salariais 2014-2015 STCOOP's e STIA's	248
Tabela 10 - Diferença percentual entre os reajustes de STIA's e STCOOP's (2009-2016) ...	267
Tabela 11- Pisos salariais SINTRASCOOP e SINTIACRE negociados com empresas do município de Cascavel (PR) – 2009-2016.....	272

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	22
CAPÍTULO 1	
GEOGRAFIA, ONTOLOGIA E TRABALHO	27
1.1 Ontologia lukacsiana e Geografia	29
1.2 Geografias do trabalho: “o estado da arte”	41
1.3 O espaço e o contraespaço	51
CAPÍTULO 2	
DISCUTINDO METODOLOGIAS PARA A GEOGRAFIA DO TRABALHO	57
2.1 Geografia do trabalho e a práxis teórico-metodológica: o papel do trabalho de campo ..	58
2.2 A construção da pesquisa: os limites e possibilidades da articulação entre o quantitativo e o qualitativo como referência metodológica	66
2.3 Os sujeitos da Geografia do Trabalho!	82
CAPÍTULO 3	
A FORMAÇÃO DO ESPAÇO HEGEMÔNICO E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL PELA VIA DA FRIGORIFICAÇÃO DE CARNES	89
3.1 A tecnificação da agropecuária e sua contribuição para materialização do espaço hegemônico no Oeste do Paraná	90
3.2 O cooperativismo empresarial no Oeste Paranaense e a consolidação do espaço hegemônico	106
3.3 A falácia do desenvolvimento regional e os intelectuais orgânicos do capital	125
3.4 O apoio do Estado ao capital da frigorificação de carnes no início do século XXI: especialização regressiva e o reforço ao capitalismo dependente	129
3.5 A formação do espaço hegemônico e suas consequências	132
CAPÍTULO 4	
AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A CLASSE TRABALHADORA NA FRIGORIFICAÇÃO DE CARNES DO OESTE DO PARANÁ	139
4.1 O início do processo de trabalho: trabalhadores(as) das granjas de matrizes	140
4.2 Monopolização do território, relações camponesas e de assalariamento: a heterogeneidade do sujeito social avicultor-suinocultor	147
4.3 Apanhadores(as) de frangos, batedores(as) de caixa e trabalhadores(as) da limpeza de aviários: entre a informalidade e a terceirização	163
4.4 Trabalho industrial nos frigoríficos: tempo e disciplina do trabalho... agravos e resistências... ..	174

4.5 A classe trabalhadora na frigorificação de carnes e a degradação do trabalho	197

CAPÍTULO 5

A FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO NO OESTE DO PARANÁ: ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DOS(AS) TRABALHADORES(AS) E OS LIMITES PARA CONSTRUÇÃO DO CONTRAESPÇO	203

5.1 As tentativas de construção do sindicato operário durante a década de 1980 em Toledo (PR) e a busca do capital em controlar os sindicatos	206

5.2 Entre conflitos e repressão: a consolidação do sindicalismo de Estado no Brasil e sua gestão territorial alienada	220

5.3 As tendências atuais do movimento sindical e a ação dos sindicatos de trabalhadores(as) em frigoríficos no Oeste do Paraná	238

5.3.1 Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, o ajuste espacial do trabalho e a distância do contraespaço	243

5.3.2 Sindicatos dos Trabalhadores em Cooperativas e a fábula do sindicalismo moderno e de resultados sociais e sindicais	252

5.3.3 O negociado é sempre melhor que o legislado? Discussão crítica sobre as CCT's e ACT's dos STIA's e STCOOP's.....	265

5.4 Associações de Produtores Integrados e sua hegemonização do ponto de vista do capital	278

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A NECESSÁRIA REUNIFICAÇÃO ORGÂNICA DO TRABALHO E UMA LEITURA DE TOTALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO (D-M-D') PARA RESPOSTA DA RESISTÊNCIA.....	291

6.1 A fragmentação do trabalho e os limites da teoria	292

6.2 As lutas dos(as) trabalhadores(as).....	305

6.3 A necessidade de reavivar a luta política nas organizações coletivas dos trabalhadores(as) – A leitura de totalidade.....	325

Referências	330

INTRODUÇÃO

O circuito produtivo da carne no Oeste Paranaense¹, exportada para mais de 150 países do mundo, articula uma série de processos produtivos que ultrapassam os limites do campo e da cidade. Do ponto de vista empresarial, tal situação justifica o discurso da geração de empregos e da manutenção das famílias no campo, já que nas suas narrativas, é “graças” ao capital da frigorificação de carnes que estes sujeitos sociais tiveram acesso ao trabalho e a renda. Em decorrência, ao observar os números estatísticos deste setor e sua relevância no conjunto do mercado de trabalho, sobretudo no formal, as conclusões positivas e que respaldam os argumentos das personificações do capital parecem fazer algum sentido. Afinal de contas, trata-se de um aparato produtivo que exporta, gera empregos, mantém famílias no campo e movimenta a economia local, enfim, há todo um repertório de argumentos que buscam construir a imagem positiva deste tipo de atividade econômica.

Levantar-se contra estes é, no mínimo, uma tarefa inglória, porém absolutamente necessária e a pesquisa pode ser um dos caminhos para desconstruir o discurso da panaceia do desenvolvimento. Bosi (2011), procurando opor-se a tais entendimentos, escreveu que as condições de vida da classe trabalhadora não podem ser reduzidas às estatísticas ascendentes de geração de emprego e renda, já que tais elementos são absolutamente insuficientes para compreender suas experiências reais vivenciadas no trabalho. Tal afirmação, que o próprio autor julga ter sido suficientemente debatida no plano histórico mais geral, na escala do Oeste Paranaense, e, sobretudo quando se trata de debater o capital da frigorificação de carnes, ainda merece especial atenção. Isso porque, a concepção do “desenvolvimento regional” ligada à cadeia produtiva de frangos e suínos ainda é um argumento presente e hegemônico, que se consolida, inclusive, nos meios acadêmicos.

Tendo em vista tais preocupações, o caminho que optamos em seguir na presente tese foi estudar as relações de trabalho no circuito produtivo deste setor em específico. Isso permitiu, além de rejeitar a ideologia do “desenvolvimento”, compreender aquilo que está na base real deste circuito produtivo: a exploração do trabalho em suas múltiplas formas de subordinação e controle.

¹ Municípios que compõem a Mesorregião Oeste Paranaense: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

Tal opção está fundamentada, obviamente, numa perspectiva de “leitura” geográfica, que consiste em partir da aparência do arranjo paisagístico, para compreender a essência que configura a organização deste espaço e suas relações de poder, domínio e controle. Por isso, é essencial e indispensável buscar entender as relações sociais, invisíveis por si só no arranjo paisagístico, mas que fundamentam a existência dos objetos espaciais na paisagem, como é o caso do aparato produtivo do capital da frigorificação de carnes, no Oeste do Paraná.

Assim, o primeiro apontamento necessário a ser feito é que a cadeia de criação, engorda e abate de frangos e suínos, explicita complexas e heterogêneas relações de trabalho. Ou seja, tratar sobre essas exige o “mergulho” em formas clássicas do trabalho proletarizado industrial e no campo, ao mesmo tempo em que é necessário considerar as relações informais e terceirizadas, bem como do trabalho familiar camponês. Deste modo, para compreendê-las, além de ser preciso dialogar criticamente com os esquemas teóricos enrijecidos, é importante entendê-las como partes intrínsecas das estratégias de acumulação de capital neste circuito produtivo em específico.

Isto é, o capital não separa estas distintas formas de subordinação do trabalho para alcançar o objetivo da acumulação, mas as organizações coletivas (sindicatos, associações etc.) e até mesmo a teoria, assim o fazem. É a partir disto, que uma das proposições centrais da presente tese consiste na defesa de uma concepção ampliada de classe trabalhadora, como o leitor(a) perceberá ao longo dos capítulos.

Neste sentido, estudar as relações de trabalho e as formas de organização coletiva se tornou o objetivo central da presente pesquisa, pois as imposições do capital da frigorificação de carnes resultam, no geral, na intensificação do trabalho no campo e na cidade. Ainda, é possível afirmar que o capital apropria-se de forma combinada, com vistas a alcançar seus patamares de acumulação, da sujeição da renda da terra e da extração de trabalho excedente (mais valia), via contratos de integração no campo e formas de proletarização (no campo e na cidade). Porém, as associações coletivas, pela série de “travagens” e imposições históricas que lhes são impostas, não conseguem oferecer respostas à altura das estruturas de dominação do capital. O máximo que conseguem, quando são atuantes e comprometidas, são melhorias pontuais nos processos de trabalho como é o caso, por exemplo, da NR dos frigoríficos e da sentença da ACP que foi movida contra a BRF de Toledo (PR). Assim, influenciados pela referência de Thomaz Junior (2002), observamos que o capital da frigorificação de carnes assume uma gestão de totalidade do processo de produção (D-M-D’) e as organizações dos(as) trabalhadores(as) à gestão alienada e limitada à esfera da circulação (D’), isto é, as lutas salariais e paliativas.

Portanto, a hegemonia do capital se mantém como um dos seus pilares, justamente pelo fato de que as organizações dos(as) trabalhadores(as)² não se “enxergam” ou se “leem” na oposição à esta. Deste modo, referenciando-nos nas proposições de Moreira (2013), construímos o conceito de espaço hegemônico, para entender os mecanismos de controle e dominação do capital da frigorificação de carnes, no Oeste Paranaense, que tem como coparticipes, mesmo que em alguns casos implicitamente, as organizações coletivas dos(as) trabalhadores(as). Por consequência a distância de tais entidades das lutas de resistência (contraespaço) são evidências marcantes da pesquisa e que fundamentam uma das defesas da nossa tese, na qual, além de apontar para esses limites, defendemos a necessária leitura de unidade da classe trabalhadora, quando se tem o intuito de construir as lutas de contraespaço no circuito produtivo da frigorificação de carnes e, também, na escala mais geral.

Para alcançar tais objetivos, organizamos o trabalho em seis capítulos, os quais possuem o intuito de dialogar o método, a metodologia e os resultados e proposições da pesquisa. No primeiro, tratamos do embasamento teórico da pesquisa referenciado, principalmente, na ontologia lukácsiana. Esta, em nossa opinião, é a teoria que oferece bases para pensar o trabalho e, em somatório com outras contribuições de geógrafos(as), proporciona uma perspectiva de pensar este como elemento central da produção do espaço geográfico. Além disso, no mesmo capítulo, recuperamos o debate das “geografias do trabalho” que têm sido construídas, pelo menos desde a década de 1990, no Brasil e nos países de língua anglófona. Tal opção foi motivada pela significativa produção bibliográfica que procura pautar, centralmente, a Geografia do Trabalho em países como Brasil, Estados Unidos, Inglaterra, dentre outros, apontando para as semelhanças e diferenças de perspectiva analítica destes autores(as).

Já, no segundo capítulo, a discussão centra-se nos aspectos metodológicos da pesquisa. Por isso, pautamos os trabalhos de campo como uma ferramenta essencial para

² Embora não seja o objetivo central da presente tese, estudar as relações de gênero, utilizamos a expressão “trabalhadores(as)”, para não homogeneizar, em termos masculinos, uma classe trabalhadora que têm dois sexos e inserções díspares no mercado de trabalho. Há atividades no âmbito da frigorificação de carnes que podem ser caracterizadas como “femininas”, a exemplo do trabalho nos frigoríficos, bem como, “masculinas” como é o caso da apanha de frangos. Porém, com relação às mulheres, é necessário compreender que há presença da dupla jornada de trabalho a partir do trabalho industrial e o doméstico, uma determinação das relações patriarcais historicamente construídas. Becker (2014) nas suas entrevistas com 90 mulheres, de três frigoríficos, do Oeste Paranaense, percebeu que a dupla jornada torna o trabalho das mulheres ainda mais exaustivo em comparação aos homens, que desempenham as mesmas funções. Por isso, mesmo que este não seja o intuito central da pesquisa, acreditamos ser de suma importância utilizar a expressão descrita, já que a inserção de homens e mulheres nas atividades de frigorificação de carnes (e no mercado de trabalho em geral) se dá de forma desigual, persistindo para as mulheres a dupla jornada de trabalho, os postos de trabalho mais precários e, muitas vezes, as piores remunerações ao exercerem atividades iguais às dos homens. Cf. Hirata e Kergoat (2007); Souza Lobo (1991); Brumatti Carvalhal (2004).

Geografia do Trabalho, bem como a articulação entre o quantitativo e qualitativo. Estes últimos, não devem ser meras palavras “bonitas” para enfeitar o item da tese, mas sim, necessitam de tratamentos adequados para que, de fato, sejam utilizados de forma articulada. É isso que procuramos debater, como também, apresentar os procedimentos metodológicos utilizados para a construção da presente pesquisa e o debate teórico-metodológico sobre os sujeitos na Geografia do Trabalho em sua relação com a centralidade do trabalho.

No terceiro capítulo, o intuito foi apresentar a constituição histórica do espaço hegemônico do capital da frigorificação de carnes no Oeste do Paraná. Por essa razão, recuperamos o debate da tecnificação da agropecuária no Brasil e a perspectiva hegemônica implantada no campo, desde a década de 1960, a qual consiste na tecnificação sem qualquer democratização do acesso a terra. Na escala regional, a implantação da soja e do milho, principalmente na década de 1970, ambos ligados às grandes cadeias químico-dependentes do capital monopolista, e, posteriormente, a partir dos anos 1980, da estruturação do circuito produtivo da frigorificação de carnes, está umbilicalmente relacionado ao projeto hegemônico da tecnificação da agropecuária. A peculiaridade do cooperativismo empresarial, como um dos principais agentes de propaganda e implantação desta perspectiva hegemônica para o campo, é igualmente trabalhada no âmbito deste capítulo. Julgamos serem de extrema importância todos estes elementos históricos, para compreender a consolidação do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense e suas consequências.

Em seguida, no quarto capítulo, o foco está dirigido para compreensão das relações de trabalho ao longo do circuito produtivo da frigorificação de carnes. Do item 4.1 ao 4.4, abordamos as heterogêneas inserções laborais, que se explicitam neste circuito produtivo e as formas de exploração, subordinação e controle do trabalho. No item 4.5, o qual sintetiza esta discussão, abordamos alguns dos apontamentos da tese que defendemos, com o intuito de adiantar alguns dos debates travados nos dois últimos capítulos.

No quinto capítulo, o eixo da argumentação está em analisar as ações das organizações coletivas dos(as) trabalhadores(as). Seu título é sugestivo, porque trataremos de entidades que se pautam na fragmentação corporativa e categorial, elementos limitantes da ação efetiva de resistência e, obviamente, distante das lutas de contraespaço. Porém, apontamos ainda que houve tentativas de construção de sindicatos mais ligados à base e de oposições sindicais, todas elas derrotadas com o auxílio de agentes infiltrados pelas empresas na organização destes movimentos. Ao mesmo tempo, tratamos das entrevistas que realizamos com lideranças sindicais de STIA's e STCOOP's e das Associações de Produtores Integrados (suínos e aves), de maneira a enfatizar suas perspectivas políticas submissas aos

interesses patronais e, no caso dos sindicatos, à estrutura sindical de Estado. O que permite-nos avaliar e concluir que, tais entidades, estão distantes da construção das lutas de contraespaço e, desta maneira, são coparticipes da hegemonia do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense.

Por fim, no sexto capítulo, a ideia foi construir as “considerações finais” da tese, numa perspectiva ampliada. Os itens que compõem a discussão abordam nossas críticas às organizações dos(as) trabalhadores(as), e sua gestão territorial alienada, bem como à teoria enrijecida, que pouco serve para compreender as complexas e heterogêneas formas de subordinação e controle do trabalho na frigorificação de carnes. Ainda, apontamos para a presença das lutas dos(as) trabalhadores(as), que se expressam por fora da seara sindical/organizações tradicionais e, antes de indicar qualquer perspectiva de “falsa consciência”, assunto que polemizamos, tratam-se, na verdade, de organizações autônomas e que deveriam nos animar para compreendê-las como partes da disposição de luta da classe trabalhadora, que mantém viva a possibilidade da construção de lutas de contraespaço. Isto posto, apresentamos também aquilo que julgamos ser a principal proposição do nosso trabalho de pesquisa (a tese), que pauta a necessidade de compreender a classe trabalhadora de forma ampliada, como a perspectiva que permite identificar a exploração do trabalho imposta no circuito produtivo da frigorificação de carnes e, assim sendo, da referência teórica e política a ser seguida pelo movimento do trabalho na perspectiva de construção das lutas de contraespaço.

CAPÍTULO 1

GEOGRAFIA, ONTOLOGIA E TRABALHO

“Somente quando for possível afirmar o ser inorgânico como o fundamento de todo o ser, sem com isso destruir no pensamento a constituição específica do ser orgânico e do ser social, quando tiver sido compreendida a diversidade dos modos de ser em sua indissociável associação e simultaneamente em suas diferenças qualitativas, só então poderá surgir uma ciência internamente unitária”
(György Lukács)

Não há como iniciar qualquer debate na Geografia do Trabalho sem indicar seus pressupostos teóricos principais. A referência marxista e, sobretudo a perspectiva da ontologia materialista do ser social em Lukács (2010; 2012; 2013), certamente são as bases fundantes da Geografia do Trabalho, que intentamos construir coletivamente na Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP). Não obstante, esse é o ponto de partida na presente tese: a ontologia materialista do ser social (tema que é esmiuçado no primeiro item deste capítulo).

Cremos que a perspectiva ontológica sobre o trabalho é importante referencial para a “leitura” geográfica, que privilegia o entendimento da produção social do espaço. De tal modo, entendemos que o ser social, a partir do trabalho – seu fenômeno originário e eterno pôr teleológico –, transforma de forma objetiva e consciente a natureza, produzindo o espaço social. Ou seja, diferente do ser orgânico que se adapta à natureza (ser inorgânico), o ser social, pelo pôr teleológico do trabalho, interfere de forma ativa no meio, sendo este “(...) submetido a transformações de modo consciente e intencional” (LUKÁCS, 2013, p.203). Assim, nosso ponto de partida é a compreensão da geograficidade, a condição espacial da existência da sociedade e o ser-estar-no-mundo no âmbito do metabolismo do trabalho (MOREIRA, 2004).

Contudo, sabemos que o papel atribuído ao trabalho modificou-se abruptamente ao longo da história. Isso não significou seu cancelamento como categoria da condição de existência da sociedade, porém seu sentido histórico nas sociedades de classe, especificamente no capitalismo, se baseia na relação de exploração do trabalho excedente, a partir de mecanismos como a mais-valia absoluta e relativa. Isso funda uma relação histórica específica: a exploração do homem pelo homem, para lembrar de Marx.

Por isso, ao perceber que o trabalho é a base da construção das formas que se expressam no imediato do arranjo paisagístico, é necessário investigar sob quais condições este é realizado. Assim, podemos desvendar o que há por trás da fotografia da paisagem e mostrar as tramas do trabalho explorado, bem como as formas de extração da mais-valia, que são o motor da sociedade em que vivemos e não aparecem no imediato visível da paisagem. Consequentemente, é possível descobrir as relações sociais que fundamentam a existência dos objetos geográficos (formas) e que são “invisíveis” num nível aparente, todavia essenciais para compreender a produção social do espaço geográfico.

Tais são os fundamentos iniciais do que acreditamos ser o ponto de partida da construção de uma Geografia do Trabalho. Em seguida, no segundo item, discutimos como a categoria trabalho tem sido estudada internamente à Geografia, a partir de autores como Moreira (2002), Thomaz Junior (2002), Bezerra (2012) e Herod (1997; 2001). Neste item, procuramos dialogar com a literatura e apontar para a necessidade de entender a categoria trabalho como central na investigação geográfica, já que a mesma é permanente no âmbito desta ciência, apesar de ser tratada, no geral, de forma secundarizada.

Ao mesmo tempo, temos percebido significativos avanços nos estudos sobre o trabalho na Geografia, visto que além da discussão realizada pela RCP no Brasil, nos países anglófonos essa temática tem comparecido no campo de estudos denominado *Labor Geography*. Mesmo com as diferenças, que serão expostas no segundo item, ambas as perspectivas colocam no centro das atenções de suas “leituras” geográficas os(as) trabalhadores(as), atentando para suas práticas e, consequentemente, para os conflitos. Daí se preocuparem com as ações de resistência e de luta, que podem questionar as estratégias de controle e dominação de classe.

Desse modo, não é à toa que fechamos o capítulo com a discussão sobre o conflito permanente: espaço e contraespaço (MOREIRA, 2012). Como este assunto permeará a construção de toda a tese, é necessário que o mesmo seja compreendido no âmbito de uma perspectiva de Geografia, na qual o espaço é categoria da inteligência e não mero receptáculo das ações humanas. Além disso, trata-se do entendimento no qual a mera descrição sensível não resolve a explicação da constituição do espaço geográfico, sendo necessário focar nos conflitos e nos sujeitos sociais.

1.1 Ontologia lukacsiana e Geografia

O tema da ontologia é recorrente na Geografia brasileira e conta com uma produção significativa presente em ensaios, artigos, livros, teses e dissertações. Autores como Moraes (1982), Silva (1982; 2000), Santos (2012), Moreira (2004; 2007), Martins (2007), Pedrosa (2012), Reis (2009), Biteti (2007), Bernardes (2012), trabalham com o tema da ontologia nos seus escritos, com distintas matrizes teóricas orientadoras.

No entanto, é importante desde logo indicar que, nossa pretensão ao citar tais autores, quer apenas apontar para a existência de uma produção geográfica que se dedica a estudar a ontologia. Por isso, não é nosso intuito discutir profundamente o significado teórico da discussão ontológica internamente à Geografia, tampouco explicitar as compreensões ontológicas específicas em cada um dos autores citados, que seriam temas para uma tese de doutorado em específico³.

Nosso intuito é partir da ontologia lukacsiana e dialogar com os autores, que pautam suas discussões a partir da mesma internamente à Geografia. Isso porque, é na perspectiva ontológica de Lukács, que acreditamos encontrar o fundamento para construção da Geografia do Trabalho, e, igualmente, das bases teóricas da presente tese.

Porém, é preciso explicitar o que viria a ser a ontologia e, sobretudo, como essa se apresenta em Lukács. Consultando dicionários de filosofia, em que pese a diferença de conceituações para a ontologia entre eles, é comum defini-la como *aquela que se ocupa do ser enquanto ser*⁴. Em decorrência, se percebe que falar em ontologia é posicionar os problemas na esfera da vida, da práxis e da essência constitutiva do ser, o que, necessariamente, resultou em distintas filosofias com pretensões ontológicas (LUKÁCS, 2010).

Assim, é compreensível que existam ontologias diversas procurando explicar o problema do ser a partir de pressupostos bastante distintos, como a ontologia religiosa, a fenomenologia, o existencialismo e o marxismo. Vejamos esse assunto um pouco mais de perto.

Na primeira, a ênfase central está em explicar o ser a partir das especulações religiosas e teístas. Obviamente, na ontologia religiosa, o peso recai sobre a metafísica transcendental, que ofereceria a chave para a compreensão da essência constitutiva do ser, já que, como sugeria o Cardeal Belarmino, um de seus principais representantes e duramente

³ Sobre a forma como o tema da ontologia foi tratado em Geografia consultar a dissertação de mestrado de Biteti (2007).

⁴ Cf. Japiassú e Marcondes (2001).

combatido por Lukács, poderia haver uma coexistência pacífica entre ciência e religião⁵, “(...) concedendo à primeira o reino do mundo sensível, mas reservando à segunda as questões metafísicas” (TERTULIAN, 2011, p.15).

O filósofo húngaro já na introdução de *Para uma ontologia do ser social I*, deixa claro que filosofia e religião percorrem caminhos contrapostos. Para ele, enquanto a ontologia científico-filosófica investiga a realidade objetiva, para descobrir o real espaço para a práxis real (do trabalho à ética), a religiosa é movida desde as necessidades de um comportamento diante da vida, das tentativas feitas pelos seres humanos singulares do cotidiano de conferir sentido à própria vida, isto é, a necessidade religiosa (LUKÁCS, 2012). Em decorrência, se percebe que na ontologia religiosa o essencial do ser figura na esfera transcendental, no “ato da criação divina”, como resposta para as grandes interrogações ontológicas (TERTULIAN, 2011).

Contudo, a ontologia religiosa dava as respostas aos problemas considerados metafísicos, para os quais a ciência moderna positivista e, sobretudo, neopositivista, não detinha o menor preparo. É nesse sentido que Lukács demonstra a aliança, que para alguns pode parecer surpreendente, entre necessidade religiosa e “ciências da natureza”, tão aclamadas como inimigas principais da religião no século XIX (LUKÁCS, 2012).

A hegemonia científica das “ciências naturais” desenvolvidas desde o Renascimento e que permitiram o questionamento das explicações puramente teológicas da realidade, a partir das metodologias da experimentação e da lógica advindas do positivismo, culminou, ao definir a ciência como campo restrito à concepção lógico-mecanicista de natureza, na preservação da ontologia religiosa como paradigma explicativo para a essencialidade do ser social. Tanto é, que no neopositivismo do século XX, a preocupação ontológica em saber se algo é ou não é, foi considerado um absurdo anacrônico e anticientífico, uma severa proibição para uma abordagem ontológica dos problemas do mundo, que se daria à revelia de uma preocupação teísta (LUKÁCS, 2010).

Nesse ambiente teórico, o alvorecer de uma perspectiva ontológica autêntica e materialista ainda não encontrava fertilidade, e, nesse exato sentido, o reinado da ontologia religiosa pôde ser hegemônico. Além disso, o distanciamento da preocupação ontológica,

⁵ Nota-se que essa afirmação coincide com o paradigma moderno de ciência (séculos XVI-XVIII), o qual considera como ciência apenas a “natureza” sensível e “matematizável” pelas leis da física, abrindo espaço para compreensões conservadoras como a existência de uma “física social” em Augusto Comte e ao malthusianismo ou até mesmo para o transcendentalismo religioso como explicação para os fenômenos humanos, considerados metafísicos. Nunca é demais ressaltar que é desse paradigma moderno de ciência que advém a dicotomia homem-natureza e o que se concebeu por Geografia Física e Geografia Humana por muito tempo. Sobre esse assunto consultar o texto “A insensível natureza sensível” de Ruy Moreira (2009).

materialista e “terrenal”, já que essa seria considerada como anacrônica e anticientífica, resultou em preocupações que se distanciam dos problemas ontológicos fundamentais do ser social, enfrentando “(...) as dificuldades cognitivas dos setores singulares de modo puramente gnosiológico ou puramente metodológico, epistemológico” (LUKÁCS, 2012, p.26).

Aliás, sobre essa reação à gnosiologia ou teoria do conhecimento, é importante retomar uma consideração de Tertulian (2011, p.19), quando diz que Lukács foi alvo dos marxistas dogmáticos justamente pela tentativa de “(...) mostrar que a ontologia enquanto ciência do ‘ser enquanto ser’, e não a epistemologia ou a lógica, oferece o verdadeiro fundamento de um pensamento materialista da natureza e da sociedade”. Essa crítica de Tertulian aos marxistas dogmáticos, também é base para a crítica aos pressupostos da teoria do conhecimento, que desconsidera as preocupações ontológicas, como no caso do neopositivismo que, ao encarar a matemática como chave última para decifração dos fenômenos, não fez mais do que mostrar um espelhamento do real⁶.

É por esse motivo que Lukács (2012) assinala sobre a tendência do neopositivismo em levar ao desaparecimento da ciência a realidade, tratando esta última de forma homogênea (matemática), quando na verdade é ontologicamente heterogênea. O perigo de uma falsificação da realidade por essa visão exclusivamente gnosiológico-teórica e lógica é evidente, de tal modo que, uma perspectiva restrita a gnosiologia se afasta da compreensão da essencialidade do ser, abrindo espaço para o irracionalismo religioso. Por isso, Lukács (2010) considera o cardeal Bellarmino como o pai da moderna teoria do conhecimento.

Contudo, apesar das restrições impostas pelos paradigmas hegemônicos da gnosiologia e da lógica, as preocupações ontológicas não desaparecem por completo, surgindo com certa ênfase no campo da fenomenologia e do existencialismo. Obviamente, com distância da ontologia materialista lukacsiana, estas vertentes partem, ao tratar da gênese dos problemas ontológicos, essencialmente do indivíduo isolado e entregue a si mesmo. O indivíduo jogado/lançado no mundo (a derrelição de Heidegger), fundando uma compreensão ontológica focada somente no ser humano (o ser-aí). Lukács reconhece que o filósofo alemão

⁶ Lukács mostra como a matemática é um bom exemplo dessa perspectiva gnosiológica-lógica que apenas apresenta um espelhamento quantitativo das coisas e das relações existentes no real. Em suas palavras, “(...) quando falamos, para nos limitarmos aqui ao mais elementar, de quarenta pessoas ou de cinquenta árvores, os nossos pensamentos espelham o puramente quantitativo dos objetos, prescindindo de qualquer outro caráter qualitativo” (LUKÁCS, 2012, p.65). Porém, é inegável que o pensar matemático concedeu inúmeros avanços para humanidade, mesmo assim os avanços na ciência obtidos pela matemática “(...) não alteram em nada o fato ontológico fundamental de que tanto a geometria quanto a matemática constituem espelhamentos, e não partes, nem ‘elementos’ etc. da realidade física” (idem, p.65). Concluindo, adverte o autor que “(...) não se deve esquecer a singela verdade de que espelhamentos desse tipo podem espelhar somente determinados momentos da realidade, enquanto a realidade existente em si possui uma infinidade de outros componentes” (idem, p.66).

esboça uma ontologia do ser social, mas na concepção heideggeriana “(...) todos os problemas autônomos da natureza desaparecem como irrelevantes” (LUKÁCS, 2012, p.83).

Em Heidegger se trata de uma ontologia antropocêntrica (do ser humano como ser-aí), o que irá também, embora com posições distintas do pensamento heideggeriano, se expressar no existencialismo de Sartre. Ambos têm dificuldade em aceitar a existência ontológica da natureza com lei própria e totalmente independente do ser humano. O filósofo alemão é mais radical, sendo que não considera nada além do ser humano como ponto de partida da ontologia. Já Sartre, tenta reconciliar a rejeição da dialética da natureza com uma dialética do ser humano, porém com dificuldades na “(...) aceitação ontológica de uma natureza com lei própria, que se move como ser imanente de modo totalmente independente do ser humano” (idem, p.103). As críticas ao existencialismo são assim colocadas por Lukács:

(...) o existencialismo chegou – em íntima conexão com a centralização exclusiva do que é ontologicamente relevante no ser humano e seu mundo – a uma concepção irracionalista e abstratamente vazia em relação à gênese real do ser humano ontologicamente em consideração e, desse modo, transformou – querendo ou não – a filosofia numa antropologia idealisticamente irracionalista. Sem uma ruptura decisiva com essa concepção e seus pressupostos filosóficos não é possível desobstruir o caminho metodológico que leva à apreensão concreta do ser humano no sentido antropológico e social – as duas coisas são inseparáveis: sem uma ontologia dialética da natureza não é possível fundar nenhuma ontologia dialética do ser humano e da sociedade (idem, p.102).

Sendo assim, o predomínio das concepções gnosiológicas, que rechaçam a perspectiva ontológica por completo denominando-a por vezes de anticientífica, resguardando – mesmo que indiretamente – a resolução desses problemas para a esfera da ontologia religiosa; e a fenomenologia/existencialismo, ao tratar de uma ontologia exclusivamente antropocêntrica, deslocando os problemas da ontologia da natureza a certa irrelevância, não conseguem explicar a gênese real do ser humano e seu mundo. Ambas, no pensamento lukacsiano, deveriam ser superadas por uma ontologia essencialmente materialista e sem intervenções de qualquer transcendentalismo.

Por consequência, na concepção do filósofo húngaro, seria impossível compreender o ser social sem o entendimento de uma ontologia geral da natureza. É justamente nesse ponto que Nicolai Hartmann e sua ontologia da natureza tornam-se referência fundamental para Lukács. A postura de Hartmann é totalmente terrenal (distante da ontologia religiosa) e parte da compreensão do “(...) objeto existente em si como o parâmetro do ato de conhecer (...)” (idem, p.135).

Tertulian (2011) argumenta que Lukács encontrou na ontologia de Hartmann o principal estimulante para reconstruir sua ontologia do ser social, a partir do pensamento de Marx. A contraposição de Hartmann à escola fenomenológica é considerada como uma concepção correta por Lukács, já que o primeiro reconhecia que o ser humano cotidiano vive numa realidade existente em si, totalmente independente dele. A grande descoberta de Hartmann, desde o ponto de vista de Lukács, foi a ontologia geral que figura totalmente no plano “terrenal”, isto é, sem qualquer preocupação em identificá-la com uma explicação transcendental.

No entanto, Hartmann não foi capaz de construir a mesma qualidade do pensamento ontológico com relação ao ser social, especialmente por ignorar a gênese deste e o papel central do trabalho nesse processo. Escreve Lukács:

Nem mesmo se pode dizer que ele de fato tenha uma real ontologia do ser social. Ele ignora ontologicamente a gênese e, por isso, naturalmente tem de arcar metodologicamente, com as consequências dessa cegueira em relação a um problema central; isso logo fica manifesto no fato de não haver, em sua ontologia, nenhum estrato do ser social. Ele diferencia, muito antes, acima da natureza inorgânica e da natureza orgânica, um ser psíquico de um ser espiritual. A concepção de que o ser psíquico do ser humano compõe uma esfera do ser tão autônoma quanto a do ser orgânico ou a do ser social brota da postura de não tomar conhecimento da origem (LUKÁCS, 2012, p.158-159).

Desta forma, é importante perceber que nas distintas filosofias com pretensões ontológicas, não houve a preocupação com a categoria central e fundante do ser social: o trabalho (a real apreensão da gênese do ser humano). Este, entendido como eterna condição de existência dos homens e mulheres, independente de todas as formas de sociedade, isto é, a eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre sociedade e natureza e, portanto, da vida social (MARX, 1983), não foi assim compreendido pelos filósofos supracitados⁷.

Essa é a essência da ontologia materialista e marxista do ser social de Lukács e o que a distingue de todas as anteriores. O filósofo húngaro toma como referência o trabalho enquanto eterno pôr teleológico⁸ fundante do ser social, mas que seria incapaz de existir sem a interdependência direta com as outras esferas do ser orgânico e inorgânico. Isto é, não leva em consideração, na sua ontologia, apenas o ser humano dissociado do ser inorgânico e orgânico,

⁷ Por isso, Lukács observa, já na primeira linha da Introdução de *Para uma Ontologia do Ser Social I*, que “(...) ninguém se ocupou tão extensamente quanto Marx com a ontologia do ser social” (LUKÁCS, 2012, p.25).

⁸ A capacidade de projetar de forma ideal e prévia a finalidade de uma ação, dando origem a novos objetos a partir do trabalho, que existe somente na esfera do ser social, é o que pode definir o conceito de teleologia em Lukács.

como fez a fenomenologia, pelo contrário, não admite centrar sua ontologia numa perspectiva antropocêntrica, argumentando que “(...) não pode haver qualquer existente que não esteja de algum modo ontologicamente fundado na natureza inorgânica” (LUKÁCS, 2012, p.27).

Assim, a ontologia da natureza inorgânica é a ontologia geral, pois é o fundamento de todo existente. Sem ela, qualquer pretensão de compreender a ontologia do ser social seria uma tarefa impossível. Os comentários de Ester Vaisman e Ronaldo Vielmi Fortes sobre esse assunto, na apresentação dos *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, são absolutamente pertinentes. Ao mencionar, que o processo de humanização ou de socialização dos homens e mulheres não pode prescindir das esferas do ser inorgânico e orgânico, algo que se constitui para Lukács numa das novidades centrais do pensamento marxiano, isto é, a negação da ideia tradicional de separação entre natureza e sociedade, argumentam os autores que o filósofo húngaro:

Toma os problemas pertinentes à natureza na sua efetiva inter-relação com a sociedade, portanto, não como antíteses que se excluem mutuamente, mas como inter-relações entre complexos distintos que se formam e se modificam numa relação de determinação reflexiva (VAISMAN e FORTES, 2012, p.24).

Com isso, se percebe no projeto lukacsiano, uma crítica radical ao paradigma moderno de ciência e sua concepção gnosiológica, lógica e matemática do conceito de natureza, bem como ao entendimento antropocêntrico das ontologias fenomenológicas e ao teísmo da ontologia religiosa. Em Lukács, toda a discussão dicotômica entre sociedade e natureza e qualquer interpretação teísta sobre a constituição do ser, tratam-se, em nossa leitura sobre a obra do autor, de equívocos teóricos que devem ser superados.

Deste modo, embora indissociáveis, as três esferas do ser (inorgânica, orgânica e social) possuem peculiaridades e funcionamentos autônomos. É nesse sentido que o conceito de trabalho aparece como modelo de toda a práxis social e categoria fundante do ser social, que o distingue das outras esferas do ser. Podemos admitir, então, que há ao mesmo tempo indissociabilidade – um ser não pode existir sem o outro – e diferenças entre eles, já que existe distinções qualitativas entre si.

Para compreender esse assunto, julgamos ser imprescindível recorrer a alguns exemplos que torne inteligível e palpável o entendimento das esferas do ser. Para iniciar, consideremos algo bastante elementar: um fragmento de rocha pontiagudo existente na realidade objetiva. Obviamente, este é resultado de longos processos geológicos e climáticos

internos e externos da dinâmica da Terra⁹, que independem da ação humana. Assim, sua existência no seu ser-aí e no seu ser-assim não depende da dinâmica da sociedade. Por isso, a natureza sempre será algo existente em si e, por esse motivo, objeto de investigações ontológicas autônomas (LUKÁCS, 2012).

Entretanto, a mesma rocha pontiaguda pode exercer papel radicalmente distinto quando é utilizada pelos homens e mulheres para atingir um determinado fim, como obter alimento a partir da caça. Didaticamente, a rocha escolhida para tal finalidade deve possuir determinadas características físicas que facilitem a execução com êxito da prática de caçar, isto é, há então a necessidade de escolher dentre os fragmentos de rocha aquele com as características mais apropriadas para tal intento. Deste modo, o ser inorgânico da rocha recebe outro significado pelo ser social, torna-se uma ferramenta/instrumento. Assim, nessa relação absolutamente elementar, há uma modificação qualitativa da função do fragmento de rocha para uma faca ou machado (instrumento de trabalho), algo que é impossível de existir por si só no ser inorgânico, diferenciando qualitativamente o ser social do inorgânico.

Em decorrência, se percebe nesse exemplo bastante simples, como se inter-relacionam e se diferenciam as esferas inorgânica e social do ser. Esta última qualifica, a partir do pôr teleológico do trabalho, o fragmento de rocha em algo novo e inexistente no seu ser-aí natural. Como argumentam Lessa e Tonet (2011, p.20, *grifo nosso*) “o machado é um objeto construído pelo homem (*e mulher*) e apenas poderia existir por meio da objetivação de uma prévia-ideação. Sem que um indivíduo objetive um projeto ideal (isto é, da consciência), não há machado possível”. Daí constituir-se o trabalho em salto ontológico “(...) transição, no homem (*e mulher*) que trabalha, do ser meramente biológico ao ser social” (LUKÁCS, 2013, p.44, *grifo nosso*).

Porém, antes de adentrar mais especificamente ao trabalho como modelo de toda práxis social, é preciso compreender sua diferença com a esfera orgânica do ser. Os homens e as mulheres certamente são organismos biológicos pertencentes a tal esfera, porém se distinguem dos demais animais pela sua capacidade de idear antes de objetivar, a partir da teleologia do trabalho. Assim, na perspectiva lukácsiana, o ser orgânico dos animais não supera sua condição limitada ao quadro da reprodução biológica, já que, por mais evoluída que seja a consciência dos animais ela “(...) jamais vai além de um melhor serviço à existência

⁹ Para o entendimento correto dessa dinâmica da Terra e seus agentes formadores (internos) das formas de relevo e esculptadores (externos) das mesmas, autônomos em relação ao ser social, consultar Ross (2001) e Casetti (1995).

biológica e à reprodução e por isso, de um ponto de vista ontológico, é um epifenômeno do ser orgânico” (idem, p.63).

Em Marx (1983), é famosa a distinção entre o pior arquiteto e a melhor abelha, que nos é muito útil para demonstrar a distinção entre o ser social e orgânico. A abelha produzirá por séculos exatamente da mesma forma o que já produz hoje (LESSA e TONET, 2011), algo que é absolutamente distinto com relação aos homens e mulheres. Portanto, trata-se de um epifenômeno e não de uma ação previamente ideada (consciência) e que ultrapasse a simples adaptação ao ambiente, como é no caso do trabalho, o salto ontológico do ser social dos homens e mulheres.

Não obstante, são perceptíveis as relações de indissociabilidade e diferença qualitativa entre as três esferas do ser, motivo pelo qual, não há como entender a existência destas de forma desarticulada. Homens e mulheres, como seres biológicos, são produtos do desenvolvimento natural e jamais conseguirão eliminar completamente esta dimensão, porém a partir de sua autorrealização (pelo trabalho) se afastam das barreiras naturais, o que não conseguem fazer, por exemplo, os seres orgânicos. Como mostra Lukács:

Cada ser humano é, por natureza, um complexo biológico, compartilhando, portanto, todas as peculiaridades do ser orgânico (nascimento, crescimento, velhice, morte). Contudo, por mais irrevogável que seja esse ser orgânico, o ser biológico do homem (*e da mulher*) tem um caráter determinado de modo predominante e crescente pela sociedade (LÚKACS, 2012, p.354, *grifo nosso*).

É exatamente pelo eterno pôr teleológico do trabalho, que é possível observar o salto ontológico do ser biológico dos homens e mulheres para o ser social. É neste, enquanto produtor de valores de uso, que se mantém de forma eterna o metabolismo entre homens e mulheres (sociedade) e a natureza independente das formações sociais, onde encontramos a essência do entendimento de tal salto ontológico, como, também, do fundamento de uma concepção de Geografia e, mais apropriadamente, da geograficidade. Nas palavras de Moreira (2016, p.54):

A relação metabólica homem-natureza é o elo que une trabalho e geografia num só elemento, o homem sendo o que a geografia oferece à natureza e a natureza o que oferece ao homem, numa relação orgânica de trabalho que tudo transforma em sociedade espacialmente organizada num ponto predeterminadamente localizado da superfície terrestre.

A sociedade, na sua relação com caráter de alternativa (pelo pôr teleológico do trabalho) em relação à natureza acaba por desenvolver categorias sociais bem próprias e

específicas, inexistentes nas esferas orgânicas e inorgânicas do ser. Trata-se de uma modificação consciente da realidade objetiva e não de uma simples adaptação ao ambiente. Uma relação próxima do conceito de espaço humano em Milton Santos, superando a noção dualista Homem-Natureza e entendendo espaço e natureza como sinônimos “(...) desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou” (SANTOS, 1977, p.82).

Daí que o pôr teleológico do trabalho, sua prévia-ideação consciente, produz uma mutação radical entre a ação do ser social na sua relação com a esfera inorgânica da natureza, que é, igualmente, distinta da relação do ser orgânico com o inorgânico¹⁰. É exatamente neste ponto que encontramos um fundamento teórico indispensável para pensar a Geografia, sobretudo o que entendemos por produção social do espaço. Emprestando uma indicação de Lefebvre (2006, p.56) para evidenciar nossa posição: “(...) cada sociedade (por conseguinte, cada modo de produção com as diversidades que ele engloba, as sociedades particulares nas quais se reconhece o conceito geral) produz um espaço, o seu”. Isto é, o ser social por suas características próprias e específicas, a partir da gênese do pôr teleológico do trabalho, ao transformar de forma objetiva e consciente a natureza, não apenas transforma esta e a si mesmo, mas produz um espaço social.

Por isso, espaço e trabalho estão numa relação de aparência e essência, posto que o processo de trabalho se materializa em formas concretas no real empírico da paisagem (aparência) que são produtos do processo historicamente concreto do trabalho, sua essência (MOREIRA, 2010). Em decorrência, podemos afirmar com Moreira, que o espaço é produto do trabalho (espaço socialmente produzido/segunda natureza) e condição material dele (primeira natureza), ou seja, uma relação dialética. Como sintetiza Emilia Moreira (2002, p.36): “(...) a natureza primeira ou o espaço natural constitui, portanto, a matéria-prima que através do trabalho será transformada dando origem ao espaço geográfico”.

Essa sociedade produtora do espaço cria formas, expressas no empírico da paisagem, absolutamente distintas e impensáveis na esfera do ser orgânico e inorgânico. Até mesmo um geógrafo como Pierre George (1969, p.93), que não tem uma compreensão ontológica da categoria trabalho, acerta ao admitir que “(...) em escala secular ou pelo menos nos limites de

¹⁰ É óbvio que com isso não estamos descartando a possibilidade de se estudar uma “biogeografia” ligada às esferas orgânicas e inorgânicas do ser, todavia, uma biogeografia que não considere a diferença qualitativa existente no ser social e sua relação com a natureza orgânica e inorgânica, não conseguirá compreender muita coisa sobre o real concreto. Até porque, estudos muito promissores nesse campo têm identificado a ação dos homens e mulheres sobre a esfera inorgânica do ser, muitas vezes de forma predatória, como é o caso dos monocultivos, que se liga com a expansão das doenças causadas por vetores (insetos). Sobre esse assunto consultar Casagrande et al. (2013).

tempo de uma geração, o trabalho cria uma paisagem¹¹”. Não é à toa que, por exemplo, a cidade e o campo são produções sociais do mundo dos homens e mulheres e que só existem enquanto tal, por conta do princípio fundamental da teleologia do trabalho, sendo impensáveis na esfera orgânica e inorgânica. Com isso, estamos apontando o significado de espaço como ser-estar dos homens e mulheres no mundo, nas palavras de Moreira (2004, p.29):

Sabemos que o impulso da relação homem-meio na geografia é a necessidade de subsistência do homem, que vai resolvê-la pela transformação da natureza nos meios de que precisa. No decurso dessa transformação, o homem cria seu espaço e assim a sua própria sociedade. O fenômeno se expressa como uma solução econômica para um problema que é histórico. O trabalho é essa atividade de transformação da natureza em meios de subsistência e de produção de novos meios sempre repetidamente. E a paisagem humanizada é o resultado geográfico desse processo.

Em Lukács, essa dimensão espacial não se encontra de forma explícita, mas é o fundamento teórico que se vale Moreira (2004), para entender a geograficidade enquanto condição espacial do ser-estar-no-mundo, a partir do trabalho, e que funda formas espaciais concretas de existência. Por isso, a ontologia lukacsiana permite uma leitura geográfica ontológica do espaço, mas não elevando essa categoria (o espaço) para uma condição de ser, como se fosse possível uma ontologia do espaço¹² (MARTINS, 2007).

Assim, Geografia não é o mesmo que espaço, como pontua Martins (2007), mas o espaço é uma das categorias, dentre outras, que a constitui, sendo que a Geografia nasce da relação entre sociedade e natureza, enquanto fundamento da existência. A partir disso se fala em geograficidade, que é a existência do metabolismo homem/mulher-meio na sua expressão espacial em qualquer sociedade (MOREIRA, 2004).

A perspectiva ontológica marxista, insere nessa condição de ser-estar-no-mundo (a geograficidade), a centralidade da categoria trabalho como ato de autoprodução do mundo dos homens e mulheres, portanto esse “mundo” é expresso nas formas mais distintas de um espaço produzido socialmente, que se apresenta de imediato no empírico das paisagens humanizadas.

¹¹ No próximo item deste capítulo discutiremos com maior afinco como os(as) geógrafos(as) teorizaram a categoria trabalho nos seus escritos.

¹² Martins (2007) discorda das posições que apontam para existência de uma ontologia do espaço (que toma o espaço enquanto ser). Para ele o espaço é uma categoria, elemento constituinte da existência de um ente e não o próprio ser. Nas suas palavras: “Está dada aí (no meio) enquanto identificada aqui (no homem, no sujeito), por isso designada. Existe, e Existir é existir para consciência. Mas o que existe é o meio, na medida em que é consciência para o homem. E por existir é que possui Geografia; algo que emergiu da relação entre homem e meio” (MARTINS, 2007, p.42).

Essas são as expressões visível-sensível do processo de produção do espaço social, bem como da evidência imediata das formas que existem somente na esfera do ser social, trata-se de um espaço humano, isto é, socialmente produzido. Como afirma, de forma acertada, Lima (2014, p.24): “(...) nesta perspectiva, podemos compreender que o caráter transformador e criador do trabalho, têm relação direta com o ambiente construído, com a produção do espaço e com a criação de outras mediações”.

Porém, é preciso ultrapassar essa importante constatação aparente (da paisagem enquanto expressão visível-sensível do espaço humanamente produzido), para entender que o constante afastamento das barreiras naturais não significa, necessariamente, na fundação de uma sociedade humanamente coerente ou justa. É importantíssimo perceber que, as paisagens humanizadas, no geral, são produtos de uma relação social de exploração e dominação do trabalho.

Na verdade, quanto mais se desenvolve o trabalho e a divisão do trabalho, não há tão somente uma tendência de transformar a natureza com fins humanos, como é o caso do trabalho produtor de valores de uso, mas a intenção, cada vez mais sofisticada, de exercer influência sobre a consciência de outros homens e mulheres, para execução dos pores teleológicos do trabalho desejados por *outrem*. Essa tendência, conforme assinalou Lukács (2013), cruza no plano social necessariamente com o surgimento das classes sociais, sendo também o pilar da emergência do trabalho estranhado.

Ou seja, esse é o momento em que uma classe passa a exercer sua hegemonia sobre outra, e o espaço produzido – que se materializa nos objetos geográficos presentes no imediato da paisagem – é resultado de uma relação social de exploração do trabalho. Essa é a relação mais elementar do que entendemos por espaço hegemônico, conceito que será discutido centralmente mais à frente.

Deste modo, é importante compreender, que o afastamento das barreiras naturais cria categorias sociais inexistentes na esfera inorgânica e orgânica do ser. Um claro exemplo disso é a existência de uma esfera jurídica, que surge diretamente relacionada à existência da sociedade de classes. Evidentemente que as controvérsias existentes nas relações de classe, com seus antagonismos sociais, necessitavam de certa regulação, cuja necessidade de apaziguamento de conflitos fez surgir gradativamente o direito e o Estado.

Tomemos como exemplo a sociedade capitalista e sua relação social e econômica mais elementar: a extração de trabalho não pago. Nesta, a legalização do roubo diário da extração de trabalho excedente (mais-valia) faz surgir, necessariamente, um sistema jurídico que possa garantir a existência efetiva de tal relação social. Por isso, é importante garantir

uma série de mecanismos jurídicos que possam assegurar a dominação de classe, por mais que se concedam outras garantias legais para classe trabalhadora as quais, embora importantes, funcionam como brechas conquistadas a partir das suas lutas. Nada disso, existe na esfera inorgânica e orgânica do ser, trata-se de um produto histórico da sociedade e, sendo assim, de seu constante afastamento das barreiras naturais.

Portanto, é necessário compreender que o espaço produzido pela sociedade tem contradições próprias e específicas que foram criadas historicamente pelos seres humanos. A relação de exploração do trabalho é uma dessas categorias essencialmente sociais, inexistentes na esfera orgânica e inorgânica do ser, e por isso histórica e mutável. O mesmo ocorre com relação ao que na contemporaneidade chamamos de questão ambiental. Fenômenos, como chuvas ácidas, movimentos de massa em áreas de alta vulnerabilidade, como as encostas íngremes, geralmente ocupadas pela classe trabalhadora, são provas evidentes, no século XXI, de muitos dos efeitos deletérios da ação humana na sua relação com o ser inorgânico e são problemas socialmente criados por um tipo bem específico de organização da sociedade.

Não obstante, neste caso, é preciso ultrapassar certa tradição no campo da Geografia que culpabiliza, desde um discurso especificamente físico e centrado, apenas no funcionamento dinâmico da natureza inorgânica, a “ação antrópica” que ocupa tais áreas de vulnerabilidade. É preciso, repensar esse conceito, já que estas não se tratam de mera “ação antrópica”, mas intervenções humanas socialmente orientadas numa forma de organização da sociedade – o capitalismo –, que enxerga a natureza como “recurso” e o trabalho como mercadoria.

Por isso, é igualmente importante investigar “(...) como fica o fundamento geográfico do ser do homem (*o trabalho*) quando a relação entre ele e o meio se estabelece mediante o fato de que a sua objetivação lhe é alienada” (MARTINS, 2007, p.49, *grifo nosso*). Ou seja, o desafio de investigar como o trabalho, produtor de todas as formas e objetos geográficos que se apresentam no empírico imediato da paisagem, responsável como fundamento de todo o tipo de produção para satisfazer necessidades humanas, torna-se alheio aos homens e mulheres que realmente produzem, sendo apropriado privadamente pela classe detentora dos meios de produção. Aquilo que a expressão artística do cantor Zé Geraldo captou, de forma brilhante, nos primeiros versos da canção *Cidadão*¹³.

¹³ “Tá vendo aquele edifício moço? Ajudei a levantar. Foi um tempo de aflição, eram quatro condução duas pra ir, duas pra voltar. Hoje depois dele pronto olho pra cima e fico tonto. Mas me chega um cidadão e me diz desconfiado, tu tá aí admirado ou tá querendo roubar? Meu domingo tá perdido, vou pra casa entristecido, dá vontade de beber. E pra aumentar o meu tédio, eu nem posso olhar pro prédio que eu ajudei a fazer”.

Por conseguinte, é fundamental concluir, sobre essas notas introdutórias da ontologia lukacsiana e sua relação com a Geografia, que esta é a matriz teórica, na qual acreditamos ter a referência mais sólida, para a construção de uma Geografia do Trabalho de viés materialista. Ao mesmo tempo, ressaltamos a imprescindibilidade da categoria trabalho para Geografia, já que esta é a base fundante para o entendimento de qualquer paisagem humanizada ou espaço humano, isto é, do metabolismo homem/mulher-meio (geograficidade).

Igualmente, encontramos na ontologia de Lukács elementos imprescindíveis para uma leitura ontológica da Geografia nas suas mais distintas possibilidades analíticas e recortes temáticos. Sua ontologia do ser social é a afirmação da centralidade do trabalho na autorreprodução autônoma da sociedade, ao mesmo tempo em que, é a negação do trabalho estranhado, que aprisiona os homens e as mulheres que vendem sua força de trabalho para sobreviver.

Torna-se assim, a ontologia de Lukács, obra referência para o entendimento do espaço socialmente produzido pelas mais distintas organizações da sociedade ao longo da sua história e uma arma para a crítica radical da produção do espaço hegemônico sob o modo de produção capitalista. Afirma-se o caráter ontológico do trabalho e nega-se sua variação histórica do estranhamento, oferecendo elementos para a resistência à exploração e fundamentos para emergência das lutas de contraespaço.

1.2 Geografias do trabalho: “o estado da arte”

Tendo em vista a importância do trabalho para a teoria social crítica, é fundamental perceber como esta categoria vem sendo trabalhada na Geografia. Para isso, é preciso assumir que o mesmo é um tema permanente no âmbito desta ciência, seja no que se refere à relação sociedade-natureza ou na esfera da regulação sociedade-espaço, ao mesmo tempo em que, ao longo de toda a história do pensamento geográfico, foi quase total a ausência e explicitação conceitual e analítica sobre esta categoria (MOREIRA, 2002; THOMAZ JUNIOR, 2002).

No geral, os(as) geógrafos(as) entenderam o trabalho, desde a sistematização da Geografia no século XIX, como mediação e não tema central. Por um lado, quando se escreveu sobre a relação homem/mulher-meio, o trabalho foi visto como ato transformador, que extrai do meio circundante as condições e meios de vida. Por outro lado, o enfoque se deu na relação da organização espacial das sociedades, entendido como ato instituinte do movimento de constituição das mesmas, como totalidades de estrutura geograficamente

organizada na história. No primeiro caso, podemos lembrar de Paul Vidal de La Blache e seu conceito de *habitat* e gêneros de vida, e no segundo, de Jean Brunhes, Max Sorre, Pierre George e Milton Santos. Em ambos, não houve uma explicitação conceitual pertinente sobre a categoria trabalho, apesar de esta aparecer como tema de mediação na obra destes geógrafos (MOREIRA, 2002).

Portanto, é perceptível que a dimensão ontológica do trabalho não foi a referência para a totalidade dos(as) geógrafos(as), que se dedicaram a investigar esse tema internamente à ciência geográfica. Em decorrência, edificaram-se inúmeras geografias do trabalho (explícitas ou não), mas quase sempre o entendendo como mediação. Ora, embora (des)sintonizado de uma compreensão ontológica e confundido com “atividades humanas”, é certo que foi por uma noção de trabalho como ato transformador, capaz de permitir aos homens e mulheres extrair do meio as condições e os meios de vida, que Vidal de La Blache construiu seu conceito de gêneros de vida. Então, é absolutamente correto afirmar que o trabalho é uma categoria permanente da Geografia, já que, de alguma forma, perpassa as teorias dos(as) geógrafos(as) ao longo da sua história.

Contudo, essa permanência não significou o entendimento da centralidade ontológica do trabalho, tampouco a distinção dialética entre a forma histórica do trabalho estranhado e seu sentido ontológico e eterno da mediação sociedade-natureza; a geograficidade (MOREIRA, 2004). Por isso, a compreensão dos(as) geógrafos(as) sobre o trabalho foi essencialmente descritiva, fundamentando o discurso de uma geografia do emprego (MOREIRA, 2002; THOMAZ JUNIOR, 2002). Tal fato se expressa, por exemplo, na geografia das ocupações de George (1969), quando dá maior ênfase na sua geografia do trabalho (ele se utiliza dessa nomenclatura), ao entendimento da relação localização do emprego (conjunto de atividades) e sua distribuição no espaço (áreas culturais/zonas de civilização)¹⁴, numa relação de precedência e reintegração com a sociologia do trabalho, na perspectiva das sínteses regionais ou locais (GEORGE, 1969).

O geógrafo francês inicia seu texto¹⁵ apontando que o trabalho lido pelo prisma da ciência geográfica é fator de produção e modo de existência, “(...) envolvendo a ação dos grupos humanos em quadros temporais definidos com base na forma do meio em que vivem e desenvolvem sua atividade” (GEORGE, 1969, p.93). Por isso, acerta quando afirma ser o

¹⁴ Para Pierre George a geografia do trabalho tem a tarefa de definir “áreas culturais”. Em suas palavras: “em todos os setores, a geografia do trabalho precede a sociologia do trabalho para, em seguida, reintegrar os resultados em sua aparelhagem de termos de apreciação e comparação no intuito de definir ‘áreas culturais’ – o mesmo que zonas de civilização – baseadas em determinado conjunto de atividades e nas estruturas sociais correspondentes” (GEORGE, 1969, p. 130).

¹⁵ Aqui referimo-nos ao primeiro capítulo da sua obra “*Sociologia e Geografia*” intitulado “O Trabalho”.

trabalho criador de paisagem e condição de existência dos grupos humanos demonstrando, mesmo sem ter qualquer intuito em fazê-lo, o caráter ontológico da categoria trabalho. Porém, seu prisma teórico para entender o “trabalho rural e o urbano” deixa a desejar, pois está cimentado num discurso equivocado de “interdisciplinaridade”, no qual, estabelecem-se os limites de ação entre a geografia do trabalho e a sociologia do trabalho, bem como retira sua centralidade¹⁶ lendo-o como categoria de mediação.

Embora rico em exemplos das mais distintas formas de trabalho no campo e na cidade, o texto de George (1969), é essencialmente descritivo. Isso se dá, sobretudo, pela sua opção metodológica, já que o autor parte da ideia na qual a geografia do trabalho possui certas preocupações independentes com relação à análise sociológica, sendo que esta última vai oferecer reflexão complementar a um conhecimento de conjunto, que será reintegrado pela Geografia a partir das suas sínteses regionais ou locais. A consequência disso é que, frequentemente, Pierre George procura estabelecer os limites entre o que considera uma análise geográfica e sociológica do trabalho.

Tal compreensão não é exclusividade da sua obra, mas de todo discurso geográfico inspirado no paradigma da ciência moderna, portanto, igualmente não restrito à Geografia que, ao fragmentar o real em inúmeras subáreas e fronteiras disciplinares, apresenta uma concepção de interdisciplinaridade equivocada, entendida como o somatório dos conteúdos das disciplinas ou áreas do conhecimento (THOMAZ JUNIOR, 2011). Logo, não é à toa que George (1969), estabelece conexões e especificidades entre a análise geográfica e sociológica do trabalho, apontando ainda, que o(a) geógrafo(a) teria o papel de oferecer sínteses regionais e locais. Em suas palavras:

Desde o nível mais elementar e em suas formas mais simples, um estudo do trabalho é de fato uma análise sociológica. Mas o trabalho nas sociedades rurais pré-industriais está intimamente vinculado às contingências do meio. Por este motivo existe uma abordagem especificamente geográfica. São as relações entre o meio natural e as formas de produção que nunca podem ser eliminadas, mesmo lançando-se mão das técnicas mais avançadas como em países de economia e sociedade industriais (GEORGE, 1969, p.96).

Ao resguardar o estudo do trabalho ao campo da Sociologia e as relações entre o meio natural e as formas de produção à Geografia, Pierre George acaba por dividir o real em campos disciplinares, isto é, em curtas palavras, diz aquilo que caberia ao sociólogo(a) e ao geógrafo(a) ao estudar esta categoria. Porém, é importante lembrar com Thomaz Junior (2009), que a realidade não é um objeto cativo das disciplinas, mas uma totalidade concreta,

¹⁶ A discussão da centralidade do trabalho e dos sujeitos da Geografia do Trabalho será aprofundada no item 2.3.

um complexo de complexos, o que desde uma perspectiva materialista e ontológica, deve comparecer como uma crítica que supere os campos disciplinares justamente, porque eles são limitantes para entender o real concreto.

Deste modo, é justamente essa opção metodológica do geógrafo francês, a qual deve ser avaliada criticamente. Isso se revela no seu texto, uma vez que a estrutura fundante da sua “leitura” geográfica do trabalho não o compreende como categoria ontológica, e a consequência mais direta dessa concepção, reduz o mesmo a mero fator de produção ou categoria de mediação entre o meio e as formas de produção. Trata-se, no limite, de uma geografia do emprego, que não está preocupada em desvendar as complexas relações de exploração do trabalho, tema que, na sua pretensa geografia do trabalho, parece caber à sociologia.

Essa concepção descritiva e não ontológica dos(as) geógrafos(as) tem ainda lastro nas geografias do trabalho no século XXI, inclusive cimentada em entendimentos ainda mais reducionistas. É o caso do artigo de Maia (2009), publicado na revista *Confin*s e intitulado “Geografia do Trabalho no Brasil”, que confunde e nem oferece qualquer distinção entre as categorias trabalho e emprego. Não obstante, as complexas tramas de exploração do trabalho, as resistências de trabalhadores(as) do campo e da cidade e a distinção ontológica entre trabalho e emprego, inexistem nos argumentos da geografia do trabalho de Maia (2009). Seu objetivo é outro, mais ligado ao entendimento das estruturas ocupacionais da população brasileira, partindo de técnicas de análise espacial e estatística multivariada, com o intuito de: “(...) identificar *clusters* de desenvolvimento socioeconômico da estrutura ocupacional, ou seja, padrões espaciais de desenvolvimento ou atraso relativo do mercado de trabalho” (MAIA, 2009, p.2).

De forma sintética, é possível dizer que o artigo do autor é mais uma “geografia do emprego” ou do “mercado de trabalho no Brasil”, do que necessariamente geografia do trabalho. Obviamente, que há uma importante contribuição de Maia (2009) ao pensamento geográfico, já que é relevante interpretar o mercado de trabalho e o emprego no Brasil, além de que suas estratégias de análise espacial e cartográfica revelam as desigualdades sociais, econômicas e históricas do nosso país e suas regiões. Mas, isso não é possível de se configurar numa geografia do trabalho no Brasil.

Não obstante, entendemos que a geografia da estrutura ocupacional da população brasileira de Maia (2009), igualmente está muito próxima da concepção tradicional do conceito de homem/mulher em Geografia, ou seja, reduzido à “população”, “dado estatístico”,

“demografia¹⁷”, entre outros. É o mesmo que ocorre com a geografia industrial, que é incapaz de enxergar com centralidade nas suas pesquisas os(as) trabalhadores(as) e sua força histórica de contraposição ao capital, elegendo a indústria como *locus* primordial das investigações e não o trabalho. Essa tradição da “leitura” geográfica do trabalho se relaciona ao seu entendimento reduzido à mediação e não como categoria central. Conforme afirma Thomaz Junior (2011, p.113): “portanto, a categoria trabalho não compareceu nos estudos geográficos na qualidade de reveladora do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar seu projeto de dominação”.

Isso se revela no artigo de Maia (2009), pois suas preocupações estão muito mais ligadas aos aspectos de como pensar o desenvolvimento socioeconômico nas regiões desprivilegiadas, do que entender os mecanismos de dominação e exploração do trabalho. No limite, isso revela que está correta a crítica de Thomaz Junior (2011), quando diz que na Geografia, as compreensões sobre o trabalho se referenciaram em entendê-lo como objetividade reificada ou mero fator material de produção, como fonte de trabalho transformadora e de geração de riquezas. Essa é uma tradição que se expressa em Maia (2009), mas que encontra fundamentos teóricos que vão, embora com diferenças, de Vidal de La Blache a Pierre George.

Em contrapartida, é como um contraponto a tais leituras que surge a geografia do trabalho no Brasil, com o objetivo de tornar a categoria trabalho tema vivo e central na Geografia. Trata-se, também, de uma tomada de posição teórico-política, desde a concepção ontológica, que procura dar respostas frente ao real concreto, não se tratando de fortalecer uma nova divisão interna no âmbito do pensamento geográfico. Não é à toa que seu objetivo se pauta em responder perguntas em relação à realidade, quer dizer, guiada por uma referência ontológica do ser social que trabalha (THOMAZ JUNIOR, 2002; MOREIRA, 2002).

Por isso, há dois movimentos articulados e simultâneos nessa reflexão: a construção e a destruição da geografia do trabalho. Isto quer dizer que nos propomos a construir mecanismos e possibilidades analíticas com relação à temática do trabalho na Geografia, ao mesmo tempo em que, não há o intuito de constituir a geografia do trabalho em prática de recorte disciplinar ou corrente nova na Geografia (THOMAZ JUNIOR, 2009). Deste modo, se trata de explicitar como o tema do trabalho pode ser estudado, a partir das categorias de base

¹⁷ Sobre esse assunto conferir *População e Geografia* (2002) da Profa. Amélia Damiani, os dois livros de autoria do Prof. Ruy Moreira, *Para onde vai o pensamento geográfico?* (2009) e *O Discurso do Averso* (2012), bem como a lúcida reflexão de Quaini (2002, p. 14): “(...) a população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem”.

da ciência geográfica (paisagem, território e espaço), e não de criar mais uma geografia (MOREIRA, 2002).

Assim, o trabalho se torna central nessa “leitura” geográfica e deixa de ser encarado como mera categoria de mediação. Essa transformação no trato com tal categoria é possibilitada pela renovação crítica, verificada na década de 1980 no Brasil, quando o marxismo emerge como teoria fundamental na Geografia. No entanto, percebe-se que essa retomada da categoria trabalho não se restringe ao Brasil, ganhando espaço na produção de geógrafos(as) de outros países, sobretudo anglo-saxônicos, e que tem como referência em comum a teoria marxista.

Contudo, é importante registrar que por mais de uma década, não houve diálogo efetivo entre brasileiros e anglo-saxônicos que se dedicam à geografia do trabalho, apesar da década de 1990, ser profícua em termos de produção científica sobre o tema em língua portuguesa e inglesa. Bezerra (2012), em sua tese de doutorado, além de ser pioneiro nessa tentativa, argumenta que a geografia do trabalho está em pleno movimento comparecendo como campo frutífero de estudos e pesquisas.

Deste modo, o autor recupera um debate que não comparece, em Thomaz Junior (2002) e Moreira (2002), a discussão com o campo da *Labor Geography* e autores como: Andrew Herod, Noel Castree, David Jordhus-Lier e Don Mitchel. Sem dúvidas, o trabalho de Bezerra (2012), foi crucial para o passo inicial de estreitamento das relações entre os geógrafos brasileiros e anglo-saxônicos que resultou, por exemplo, na tradução e publicação do artigo de Andrew Herod na revista *Pegada Eletrônica* em 2014. Porém, há convergências e diferenças entre as “geografias do trabalho” praticadas em ambos os países, como o próprio autor anglófono admitiu neste texto. Todavia, uma das proximidades principais, está na influência da teoria marxista (explícita ou implicitamente) no desenvolvimento das pesquisas.

Castree (2007), em um artigo no qual se dedica a analisar criticamente as contribuições da *Labor Geography*, aponta que esse campo de estudos é dominado por autores que estão no campo político da esquerda. Em razão disso, Herod escreve que a *Labor Geography* tem por objetivo compreender: “(...) a geografia da vida da classe trabalhadora, na qual a abrangência e restrições espaciais dos trabalhadores são especificamente reconhecidas e em que a produção do espaço é considerada através de seus olhos” (HEROD, 2014, p.14-15). Próximo a essa concepção diz Thomaz Junior (2009), sobre os intuítos da geografia do trabalho: “(...) entendida como uma tomada de posição, crítica e contundente, em relação ao metabolismo social do capital e, conseqüentemente, como recurso de ‘leitura’ do trabalho e da classe trabalhadora” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.91).

Outra proximidade entre as “geografias do trabalho”, é a crítica à teorização desta categoria no âmbito da Geografia. Herod (1997; 2014) argumenta que, antes da década de 1970, o trabalho foi teorizado na geografia anglófona desde o ponto de vista da concentração do capital. Nessa leitura, que tem como um dos principais referenciais o modelo clássico de localização industrial de Alfred Weber, a perspectiva sobre o trabalho é absolutamente descritiva e aborda a geografia econômica desde o ponto de vista do capital¹⁸ (HEROD, 1997). Em decorrência essa compreensão, moldada pelos princípios teóricos da economia neoclássica, considerou os(as) trabalhadores(as) “(...) em termos de variação geográfica quanto a custo, grau de organização política, nível de habilidade, etc.” (HEROD, 2014, p.9).

O que realmente importava na teoria weberiana era compreender as estratégias de localização das empresas, dessa forma o trabalho se tornava um dos fatores necessários a ser considerado por parte dos industriais. Por isso, diz Herod (1997), que o foco principal deste raciocínio é entender como as empresas têm de tomar decisões locacionais para os seus investimentos e o trabalho é considerado como um custo, tornando-se variável significativa nesta tomada de decisão. Assim, se trata de uma perspectiva de geografia da atividade econômica explicitamente pró-capital e absolutamente descritiva com relação ao conceito de trabalho, nos termos cunhados por Herod (1997): é uma *Geography of Labor*¹⁹.

Acontece que, essa forma de encarar a categoria trabalho nos estudos da Geografia anglófona, segundo Herod (1997; 2001; 2014), não consistia em particularidade dos(as) neoclássicos(as). Para ele, muitas abordagens marxistas, apesar das diferenças teóricas, quando tratavam do trabalho e dos(as) trabalhadores(as) eram conceitual e politicamente limitadas, em suas palavras:

Na verdade, pareceu-nos que, na sua abordagem para a teorização dos trabalhadores como atores geográficos, as abordagens marxistas desenvolvidas por Harvey, Smith, Massey e outros, não eram muito diferentes das abordagens weberianas neo-clássicas, pois elas também focaram quase que exclusivamente sobre as atividades do capital, mesmo que a partir de uma perspectiva teórica radicalmente diferente (HEROD, 2014, p.12).

Estas leituras estariam, também, enquadradas na perspectiva da *Geography of Labor*, já que estavam muito centradas em compreender o processo de acumulação de capital na sua

¹⁸ O posicionamento de Andy Herod com relação à teoria neoclássica sobre o trabalho no debate interno da Geografia se explicita na seguinte passagem: “(...) it is fundamentally descriptive of labor, and it examines the geography of economic activity from the explicit perspective of capital” (HEROD, 1997, p.7).

¹⁹ “To reiterate, neoclassical location theory represents a type of investigation that I have termed a Geography of Labor for two reasons: it is fundamentally descriptive of labor, and it examines the geography of economic activity from the explicit perspective of capital” (HEROD, 1997, p.7).

relação com a produção do espaço e das paisagens econômicas do desenvolvimento desigual do capitalismo. Deste modo, não se tratava de concepções explicitamente empresariais, pelo contrário, lidava-se com entendimentos críticos, advindos do marxismo, ao estudar os ajustes espaciais (*spatial fixes*) necessários ao capital, para garantir a sua dinâmica interminável de acumulação de capital (HARVEY, 2013).

No entanto, sem relativizar a inegável contribuição destes(as) marxistas para o pensamento geográfico, é perceptível que nas suas teorizações o trabalho não aparece como categoria central. Foi isso que percebeu, de forma acertada, Andy Herod, quando questiona o tratamento secundário que se deu ao trabalho na obra destes(as) marxistas, já que este não é “(...) muito mais do que um fator de capital variável, a ser levado em consideração pelos capitalistas quando eles procuram criar seus ajustes espaciais (...)” (HEROD, 2014, p.17).

Neste íterim é que surge a *Labor Geography*, uma abordagem que não consiste em romper completamente com a tradição marxista de autores como David Harvey, até porque Herod (1997), por exemplo, pauta seu principal conceito – o ajuste espacial do trabalho (*labor spatial fix*) – em uma reformulação da teorização do primeiro. Sua principal virtude, a nosso ver, é inserir na “leitura” geográfica os sujeitos trabalhadores(as) no centro da análise, postura parecida com a geografia do trabalho desenvolvida no Brasil. Além disso, dá especial atenção à categoria trabalho na teoria geográfica, mas não parece se preocupar com uma leitura ontológica da mesma, por essa razão que Lukács é um autor que praticamente fica de fora das suas referências bibliográficas.

Para o geógrafo anglófono, é preciso considerar que os(as) trabalhadores(as), embora numa posição desfavorável e mesmo no âmbito do modo de produção capitalista, podem desenvolver seus próprios ajustes espaciais. Isso significa observar, por exemplo, que as lutas dos sindicatos e demais organizações coletivas conseguem, dentro dos seus limites e em escalas geográficas distintas, contestar os ajustes espaciais do capital. Essa é a essência dos ajustes espaciais do trabalho, que em Herod (2001), são expressos em inúmeros exemplos empíricos, das suas pesquisas pessoais e de outros geógrafos(as)²⁰.

Deste modo, os(as) trabalhadores(as) são encarados como agentes históricos e espaciais, que podem interferir nas paisagens econômicas e na geografia do capitalismo, o que pressupõe analisar os conflitos de classe²¹. Ainda assim, não se trata de uma perspectiva

²⁰ No item 5.3.1 nós utilizamos a perspectiva de Herod para entender a luta em torno da Normativa Regulamentadora 36 (Frigoríficos), por parte do movimento sindical, como um ajuste espacial do trabalho no âmbito das condições de trabalho em escala nacional e local.

²¹ “Este reconhecimento permite uma compreensão muito mais dinâmica de como a geografia econômica do capitalismo está em conflito como parte do ajuste espacial de cada sujeito social, sendo que, isso não apenas se

voluntarista, na qual se entende que estes sujeitos são sempre eficazes nas suas ações, como os críticos da *Labor Geography* costumaram indicar, mas de apontar:

(...) que os trabalhadores são atores geográficos sensíveis, ao invés de um elenco de destroços e sucatas à deriva das ondas da estruturação capitalista das paisagens econômicas. Em outras palavras, os casos empíricos de ações bem-sucedidas dos trabalhadores foram concebidos para serem exemplos de apoio às reivindicações teóricas para a ação dos trabalhadores e não para sugerir que os trabalhadores são sempre bem sucedidos em seus esforços para moldar a paisagem econômica (HEROD, 2014, p.23).

Desta forma, os estudos empíricos destes(as) geógrafos(as) versam por temas como: ação sindical em distintos setores (HEROD, 1997); trabalho e migração (MITCHELL, 2011); informalidade, subcontratação e consequências para os sindicatos (WILLS, 2009); dentre outros. Um elenco de pesquisas de extrema importância e que dialogam com os assuntos estudados pela geografia do trabalho no Brasil, até porque, embora existam diferenças, a “leitura” geográfica de ambas é mediada pelo conflito e se preocupa com a ação dos(as) trabalhadores(as).

Essas proximidades são fundamentais, para que se possa soldar um diálogo profícuo com os(as) nossos pares anglófonos(as). Há muito em comum, na nossa avaliação pessoal, entre as pesquisas desenvolvidas no âmbito da *Labor Geography* e a geografia do trabalho brasileira, que já contam com vasta bibliografia para ser investigada nas duas línguas. Não obstante, é preciso apontar algumas diferenças entre as abordagens que, em nossa opinião, se dão sobremaneira no trato com a categoria trabalho e sua centralidade ontológica.

Por isso, trata-se de uma ponderação de ordem teórica, sobretudo das referências sob as quais se edificou a *Labor Geography*, no mundo anglofônico. É inegável a influência do pensamento de David Harvey sobre a produção intelectual desta, já que a mesma seria produto dialético da negação de certos pressupostos da produção dos(as) geógrafos(as) marxistas anglófonos(as), dentre estes o autor supracitado. O conceito de ajuste espacial do trabalho de Andy Herod é a evidência de que se trata de incorporar, com maior centralidade, as ações dos trabalhadores(as) no âmbito do constructo teórico dos ajustes espaciais propostos por Harvey. Logo, é possível concluir que a *Labor Geography* trilha criticamente o caminho por dentro do pensamento do primeiro.

Uma consequência direta disto, apesar dos esforços essenciais em ressaltar o papel dos trabalhadores(as) nos ajustes espaciais, é a falta de um diálogo com a ontologia do

desdobra de acordo com a lógica interna da acumulação capitalista, mas está sujeita a contestação, tanto direta quanto indiretamente” (HEROD, 2014, p.15).

trabalho. Por isso, há uma lacuna na *Labor Geography*, que é colocar as questões da categoria trabalho em termos ontológicos do ser social. Categorias como trabalho estranhado x trabalho concreto; valor de uso x valor de troca; não aparecem como centrais no constructo teórico desta, tampouco há uma explicação explícita sob o prisma da ontologia do trabalho. Em decorrência, não é novidade que György Lukács é um autor que não comparece nas suas referências teóricas centrais, algo que é diferente da Geografia do Trabalho brasileira. Parece-nos que o esforço primordial dos geógrafos(as) anglófonos(as) tem desprivilegiado o exame dessas temáticas na *Labor Geography*, ressaltando muito mais os exemplos empíricos da ação coletiva dos(as) trabalhadores(as) – seus ajustes espaciais.

Longe de diminuir a contribuição desta, queremos com esse argumento, apontar que a “leitura” geográfica do trabalho dos(as) anglófonos(as) não é necessariamente ontológica. A categoria, apesar da importante consideração da ação dos(as) trabalhadores(as), ainda aparece, em nossa opinião, como mediação. Isto é, há avanços significativos em pensar os(as) trabalhadores(as) como sujeitos geográficos ativos e que promovem ajustes espaciais, porém não existe uma reflexão ontológica sobre esta “ação”, o que poderia qualificar a discussão para além das importantes constatações empíricas das suas lutas.

Deste modo, o trabalho não é entendido como o modelo de toda a práxis social nos termos lukacsianos, mas aparece reduzido a uma teoria da ação dos(as) trabalhadores(as) coletivamente organizados. Isso é resultado, a nosso ver, das opções teóricas dos(as) autores(as) que compõem esse importante campo de estudos e pesquisas. Ao seguir a linha de pensamento de David Harvey, mesmo com as críticas, não se atentaram em compreender o trabalho como categoria ontológica central da existência da sociedade – e do ser social. A preocupação principal foi sugerir certo complemento à estrutura de pensamento da teoria dos ajustes espaciais, inserindo a ação dos(as) trabalhadores(as).

Neste sentido, uma perspectiva interessante e dialógica entre o trabalho dos(as) brasileiros(as) e anglófonos(as), ao nosso ver, seria de relacionar a perspectiva ontológica dos(as) primeiros(as) com a “teoria da ação” dos(as) segundos(as). Essa é uma tarefa que pode ser frutífera, para qualificar o debate sobre a categoria trabalho no âmbito da Geografia. Certamente, o produto desse debate não será outro, senão o avanço qualitativo no desenvolvimento das pesquisas e da alternativa revolucionária e imprescindível do movimento do trabalho.

Não obstante, é necessário concluir esse item apontando que houve avanços significativos na compreensão sobre a categoria trabalho na Geografia, por mais que ainda exista muito por se fazer. Se existe algo que demarca esse progresso na discussão são as

próprias pesquisas, que ao levar em consideração os olhares dos(as) trabalhadores(as) entendendo estes como sujeitos centrais no debate sobre a produção do espaço geográfico, demonstram de forma inequívoca sua importância. Assim, mesmo sem ter explicitamente tal intuito, polemizam com outras que apenas os enxergam como “fator condicionante” do processo de acumulação capitalista, tema secundário, “sociológico” e de mediação frente à “técnica” e a “indústria”. Isso permite questionar as gavetas tradicionais da Geografia, como os estudos industriais e econômicos que muitas vezes “esquecem” que a essência da existência destes objetos geográficos (a fábrica, a agroindústria, etc.), está no trabalho e, na sociedade do capital, ancorada na extração de mais valor.

1.3 O espaço e o contraespaço

Nos itens anteriores, tratamos do trabalho como categoria ontológica e que se relaciona diretamente com a produção do espaço geográfico, ou melhor, falamos da geograficidade (MOREIRA, 2004). Distinguimos o ser social das esferas inorgânicas e orgânicas, para compreender que o espaço do qual falamos é socialmente produzido, tendo no trabalho a base desse processo. Igualmente, apontamos que este espaço (produto social) não se configura, nas sociedades de classe, sob as bases de relações harmônicas, igualitárias e coletivas. Pelo contrário, se o modo de construção da sociedade é o modo de construção do seu espaço, numa sociedade dividida em classes sociais, é necessário entender o espaço na sua relação com a coabitação, o conflito permanente e a hegemonia/contra hegemonia.

Por isso, observamos que se trata de uma sociedade de espaço e contraespaço, no sentido de uma estrutura societária em que o conflito já se institui desde a base da estrutura espacial, isto é, não há espaço sem contraespaço e vice-versa (MOREIRA, 2012). No entanto, para enxergar esse conflito estrutural é necessária uma compreensão do espaço geográfico que não seja mera descrição, mas sim uma categoria da inteligência (MOREIRA, 2007), não se ocupando, igualmente, de concepção que vê o espaço como mero reflexo ou palco das ações humanas.

Trata-se de um entendimento de Geografia que se interessa, sobremaneira, pelas dinâmicas sociais que criam e transformam as formas, o que pressupõe entender o seu processo efetivo de formação (SANTOS, 1977). De tal modo que alude para uma questão de método, onde o espaço geográfico é apreendido na relação com o movimento da sociedade – por isso espaço socialmente produzido – onde as formas dos objetos geográficos não se auto-

explicam ou podem ser entendidas pela mera descrição. Isso implica em não confundir, por exemplo, espaço e paisagem, além de cobrar explicação dos processos sociais, que de fato produzem as formas que se expressam no visível do arranjo paisagístico.

Como mostrou Moreira (2007), esse modo de ver e pensar a Geografia, exposto nas considerações anteriores, é resultado da abordagem crítica que surge no final da década de 1970. Seu objetivo, amplamente conhecido na contemporaneidade, foi superar as concepções clássicas, positivistas e neopositivistas/quantitativas, operando com as categorias centrais (paisagem, território, espaço), de forma distinta e referenciada no marxismo. Assim, o desafio prioritário foi se interessar menos em descrever as formas expressas na paisagem, mas entender o seu processo histórico e social de produção, ou seja, interpretar o arranjo paisagístico visível como ponto de partida e que só pode ser decifrado a partir das relações sociais (invisíveis) que o formaram. Por esse motivo, diz Moreira (2007), que a paisagem é ponto de partida e de chegada, já que, resumindo o processo do método em Geografia, diz ele ser necessário: “(...) passar da descrição do visível da paisagem (o plano do sensível na geografia) à compreensão da estrutura invisível do espaço (o plano inteligível)” (MOREIRA, 2007, p.109).

Em decorrência, identificar na paisagem, por exemplo, o objeto geográfico da fábrica, que indica a relação econômica de determinada atividade e descrever sua presença no espaço, elencando os fatores que delimitam sua localização e distribuição em determinado lugar, é apenas a primeira constatação. Dessa forma, é necessário compreender as relações sociais que se estruturam e se configuram na base fundamental, para que estes objetos se expressem no empírico do arranjo paisagístico. Nas palavras de Moreira (2007, p.115):

Vai-se, assim, do visível para o invisível e do invisível volta-se para o visível, num movimento dialético da inteligência no curso do qual a paisagem – aquilo que no fundo se quer ver compreendido – se torna o concreto-pensado.

Então, nas sociedades divididas em classes sociais, captar o que há por trás do arranjo paisagístico – a essência que determina a existência do objeto geográfico no espaço – pressupõe reconhecer, dentre outros aspectos, as formas de exploração do trabalho e, mais do que isso, significa, também, considerar os(as) sujeitos das lutas de contraespaço que se encontram na esfera do trabalho, como defenderemos ao longo desta tese. Consequentemente, essa referência de “leitura” geográfica, permite o reconhecimento e a consideração dos conflitos como o principal processo da produção social do espaço. Em função disso, não há

espaço sem contraespaço e vice-versa, contraespaço sem espaço, a tensão é estrutural na relação sociedade e espaço (MOREIRA, 2007).

Por assim ser, é inevitável que aja, por um lado a constituição do espaço hegemônico²², permeado por relações sociais de controle e regulação, e por outro os questionamentos e ações que objetivam subvertê-lo, o contraespaço. Isso quer dizer que a construção da hegemonia permite a coabitação de sujeitos e classes sociais opostas, mas jamais a dominação/subordinação completa. O entendimento aqui é gramsciano, ou seja, tem o objetivo de perceber como se constroem as estratégias de dominação de classe, que em meio às disputas e conflitos se consolidam numa hegemonia que, obviamente, sempre é questionada.

Neste sentido, é preciso reconhecer que no capitalismo tais mecanismos são poderosos, porque aparentemente se expressam como idílicos. Há, por exemplo, uma superficial noção de liberdade individual que se fundamenta na ficção de que existe unidade nos interesses do capitalista e do trabalhador: o primeiro quer comprar à força de trabalho e o segundo necessita desta “oportunidade” para vendê-la. A ideia de que se trata de uma relação social de liberdade que não tem a necessidade direta de oprimir a classe trabalhadora, a partir da força bruta, como é o caso de outras formações econômico-sociais, é a base da dominação política e econômica da sociedade capitalista. Portanto, manter oculta essa relação de controle é vital para o capitalismo, uma necessidade objetiva que fundamenta a construção de sua hegemonia, e por isso “(...) a opressão e a exploração se encontram fundidas, sob a aparência da liberdade e igualdade para todos” (DIAS, 1996, p.16).

Desnudar essa relação de ocultamento da exploração do trabalho é fundamental para, não só compreender a constituição histórica do espaço hegemônico, mas também o papel das lutas de contraespaço. Logo, a opção nesta tese em iniciar o debate sobre a centralidade ontológica do trabalho não foi sem propósito. Compreendê-lo é a arma fundamental para combater o trabalho estranhado, forma histórica que o reduziu à mera mercadoria vendável (MARX, 2010). Na boa síntese de Moreira (2013a, p.132):

Diferenciam-se, assim, na história, o trabalho ontológico – o trabalho como fonte genética de toda e qualquer forma de sociedade humana – e o trabalho

²² É preciso lembrar que a nossa leitura do espaço referencia-se na concepção de Ruy Moreira da relação espaço/contra-espaço. Entendemos que o espaço geográfico é ordenador do antagonismo de classes, formatando-se em espaço hegemônico. No entanto, a dominação jamais é consensual, o que significa que embora ordenador do antagonismo de classes, existe uma negação afirmadora do espaço hegemônico instituído, o contraespaço. Por isso, como veremos ao longo deste trabalho, procuraremos mostrar a construção histórica do espaço hegemônico do capital agroindustrial avícola que formata o arranjo espacial do Oeste Paranaense e as lutas de contraespaço que o negam e oscilam do simples questionamento aos momentos mais efetivos de resistência e confronto.

histórico-concreto – o trabalho tal como vamos encontra-lo nas formas sociológicas estruturalmente existentes.

Por isso, insistimos, no segundo item do presente capítulo, em compreender os entendimentos soldados pelos(as) geógrafos(as) sobre a categoria trabalho. Entendê-lo tal e qual mera mediação, como é comum na Geografia, não permite uma apreensão profunda da relação sociedade-espço. Tampouco, identificar os ajustes espaciais do trabalho (HEROD, 1997; 2001), apesar do avanço significativo deste entendimento que a nosso ver funda uma teoria da ação dos(as) trabalhadores(as), é suficiente para compreender as esferas de controle e dominação hegemônica e a sua busca incessante em construir os falsos consensos da coabitação das classes antagônicas. A falta de uma perspectiva ontológica sobre a categoria trabalho na Geografia é um dos motivos, em nossa opinião, pelo qual falamos muito mais de um sistema de objetos do que efetivamente das ações.

Daí nos preocuparmos muito mais com ordenamento territorial da “indústria”, do que com as relações sociais de trabalho que o fundamentam, e por esse motivo, por muito tempo nos ocupamos, enquanto geógrafos(as), na proposição de teorias da localização industrial, construção dos “mapas da indústria”, concentração e desconcentração industrial, sem uma preocupação adequada com as relações de trabalho²³. Porém, nunca é demais lembrar que o ordenamento territorial resultante de qualquer atividade econômica, se estrutura para extrair trabalho excedente²⁴ e cobra-nos a necessária explicação desse processo, permitindo desvendar a relação social hegemônica e aparentemente oculta do trabalho explorado sob a sociedade do capital.

Tal elucidação é tema central da nossa tese, pois ao identificar as formas de controle e exploração do trabalho (relações sociais que estão por detrás do arranjo paisagístico), no recorte do capital da frigorificação de carnes, no Oeste Paranaense, também é possível observar o conflito, que vai desde o simples questionamento, até as resistências e alguns momentos específicos de confronto, como veremos ao longo dos capítulos que compõem a presente tese. Assim, a relação de coabitação entre espaço e contraespaço, conflito permanente e estrutural da sociedade de classes, se explicita também neste recorte territorial específico.

Portanto, percebemos por um lado a construção do espaço hegemônico da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense, historicamente instituído a partir de variados

²³ Os livros didáticos de Geografia são exemplos marcantes dessa perspectiva analítica que desconsidera o trabalho e dá protagonismo às indústrias.

²⁴ A esse respeito consultar, dentre outros, Thomaz Junior (2002).

mecanismos e estratégias, que vão desde a adesão ao projeto hegemônico da tecnificação da agropecuária na década de 1970, até a perspectiva colaboracionista dos sindicatos de trabalhadores locais e, por outro, a constituição das lutas de contraespaço que se dão, sobretudo, à revelia do movimento sindical, e apontam para questionamentos, resistências e confrontos com o capital.

Desse modo, procuramos desvendar as tramas da exploração do trabalho, que se materializam no âmbito da frigorificação de carnes. Isso é possível, pelo fato de eleger o trabalho como a categoria central da pesquisa, bem como o entendimento da sua dimensão de duplicidade: ontológico (fonte genética de toda e qualquer forma de sociedade humana) e o histórico-concreto (abstrato). Assim, é possível questionar que, ao mesmo tempo em que o espaço socialmente produzido no Oeste Paranaense é produto do trabalho, a relação social que o estrutura, centra-se em formas de controle e exploração dos trabalhadores(as), o que permite a existência das formas espaciais do arranjo paisagístico, como as fábricas, aviários, dentre outras que se ligam ao processo produtivo da frigorificação de carnes.

Estas são as relações sociais invisíveis no imediato da paisagem e que devem ser compreendidas pela “leitura” geográfica. Portanto, não reduzimos a estrutura central da nossa tese ao entendimento da indústria e suas relações econômicas, como é o caso das pesquisas de Espíndola (1999) e outros. Nestes estudos, ligados à perspectiva da geografia industrial e econômica, secundariza-se a categoria trabalho, e em decorrência os trabalhadores(as) são desconsiderados como sujeitos ativos nas suas investigações²⁵. Parece prevalecer a crítica realizada no item anterior, sobre a forma de tratamento da categoria trabalho na Geografia: mera relação de mediação. Ou ainda, a concretização da perspectiva, na qual a técnica protagoniza o processo social (THOMAZ JUNIOR, 2013).

Deste modo, para compreender a relação conflituosa entre espaço e contraespaço é necessário compreender os sujeitos sociais do trabalho no âmbito da frigorificação de carnes. Essa é uma tarefa necessária e imprescindível na presente tese e que será percorrida ao longo dos capítulos que a compõem. Além disso, as questões metodológicas que envolvem a perspectiva dialógica com os sujeitos, a construção empírica baseada nos trabalhos de campo e a pesquisa documental, são essenciais para o entendimento dos sujeitos sociais que tem o seu trabalho explorado – base da existência dos objetos geográficos na paisagem – e que

²⁵ Não é à toa que, em Espíndola (1999), a categoria trabalho apareça apenas como “força de trabalho e relações trabalhistas”, e apesar de serem apresentadas algumas entrevistas com trabalhadores narrando o processo de trabalho e a exploração, a estrutura central de todo o seu livro consiste em: “(...) compreender a classe empresarial (suas origens, ideologias, força política, seus setores econômicos, técnicas de produção, de administração e controle da mão-de-obra)” (ESPÍNDOLA, 1999, p.18).

também questionam e contestam, a seu modo, as imposições dos sujeitos hegemônicos, as lutas de contraespaço.

CAPÍTULO 2

DISCUTINDO METODOLOGIAS PARA A GEOGRAFIA DO TRABALHO

Debater a importância das metodologias empregadas na construção da pesquisa é uma tarefa fundamental. Isso porque, estas demonstram a forma como a pesquisa foi construída, quais “procedimentos metodológicos” foram aplicados, os motivos pela escolha de um em detrimento de outro, entre outros. Também permitem ao leitor compreender os limites e possibilidades do trabalho metodológico da investigação. Porém, a discussão das metodologias por si só, são insuficientes se não temos clarificada a discussão do método. Esse é o objetivo do presente capítulo.

Por esse motivo, esclarecemos o que entendemos por metodologia e método. A primeira corresponde ao conjunto de instrumentos e técnicas de pesquisa como, análise documental, realização de entrevistas, observação participante, história oral, dentre outras. Geralmente, se subdividem também entre “metodologias quantitativas” e “qualitativas”, base de um polêmico debate no âmbito das ciências sociais. O segundo consiste na referência teórico-filosófica-epistemológica-ontológica fundamental que, no nosso caso, já teve seu passo inicial apresentado no primeiro capítulo.

Em decorrência, não é casual que no primeiro item do presente capítulo partimos da discussão do trabalho de campo (um procedimento metodológico), na Geografia sob diferentes concepções de método. Nesse sentido, a partir desse debate procuramos mostrar como a Geografia do trabalho parte de uma perspectiva fundamentada na realização dos trabalhos de campo, a partir do emprego de distintas metodologias, mas que é, por exemplo, absolutamente diferente da concepção positivista e “empirista” da Geografia Tradicional. Pelo motivo de que o método é radicalmente díspar, porque parte-se do materialismo dialético marxista e não da “observação direta” e da suposta neutralidade positivista, como discutiremos.

Após essas considerações iniciais é que apresentamos os procedimentos metodológicos empregados para realização da nossa pesquisa, bem como uma proposta de

sistematização e organização das fontes acessadas a partir da técnica da categorização temática. Em seguida, traçamos um debate sobre a falsa oposição entre fontes quantitativas e qualitativas entendendo-as numa relação de complementaridade, além de, no último item debater o imprescindível papel do sujeito sob um viés de classe como bases teórico-metodológico-políticas da construção de uma Geografia do Trabalho inspirada no método marxista e ontológico.

2.1 Geografia do trabalho e a práxis teórico-metodológica: o papel do trabalho de campo

Afirmar a validade dos trabalhos de campo para a Geografia na contemporaneidade é quase tarefa desnecessária, pois é fundamental a sua importância para esta ciência (SUERTEGARAY, 2002; MARCOS, 2006; KAISER, 2006; LACOSTE, 2006; SERPA, 2006; THOMAZ JUNIOR, 2005; DOURADO, 2013). Desde a sistematização dos conhecimentos geográficos no século XIX, os geógrafos se ocuparam das pesquisas de campo sob diferentes enfoques metodológicos inspirados no método de análise predominante no pensamento geográfico de cada contexto histórico.

Podemos destacar, muito brevemente, três mudanças significativas que houve na história da Geografia, sobre o papel dos trabalhos de campo como procedimento metodológico. A primeira, seria uma “supervalorização do empirismo” (Geografia Clássica), a segunda, uma rejeição do “empirismo” e recusa dos trabalhos de campo (Geografia Teorético-Quantitativa) e, a terceira, a articulação entre teoria e prática (Geografia Crítica).

Na chamada Geografia Clássica, o trabalho de campo não era uma metodologia ou ferramenta, mas sim o próprio método, já que descrever a realidade objetiva era a tarefa fundamental (inspiração das ciências “naturais” e do método positivista²⁶). Negava-se a teoria, e a Geografia era entendida como uma ciência empirista. Cabe ressaltar aqui, que os relatos de

²⁶ “A hipótese fundamental do positivismo é de que a sociedade é regulada por leis naturais, invariáveis e que independem da vontade humana, tal como a lei da gravidade e do movimento da terra em torno do sol” (FABRINI, 2005, p.12). Nesse sentido, a análise da sociedade deveria seguir esse mesmo modelo analítico e não deveria ter a interferência de “fatores externos” como os sobrenaturais, políticos-ideológicos etc., que não pudessem ser obtidos pela “observação direta”. Por isso, no início o positivismo apresentou-se como avançado, pois, queria entender o mundo de forma “neutra”, livre de juízos de valor, crenças, ideologias e visões de mundo, que neste período (finais do século XVIII e início do XIX), estavam fortemente influenciadas pelas fantasias irracionais e das leis divinas no âmbito da ciência. Contudo, o positivismo tornou-se uma abordagem absolutamente irreal para o entendimento da sociedade, pois não é possível entendê-la pela descrição, por leis naturais e invariáveis constatadas pela “observação direta”. Na Geografia, esse entendimento levou, na sua versão mais radical, à justificação da “superioridade” dos povos europeus sobre as suas “colônias” e a um conjunto de estudos com uma exaustiva descrição dos lugares, dos povos, aspectos físicos e sociais (MORAES, 1999). Estudos os quais geralmente bancados pelas potências imperialistas que tinham o interesse de conhecer o território para dominá-lo, por isso a Geografia Clássica “desinteressada” e “neutra” tornou-se um braço fundamental do Estado e do imperialismo, e o positivismo um método caduco.

viagens e a descrição profunda das paisagens, com uma gama infinda de aspectos sociais e naturais, constituía-se no papel central atribuído aos(as) geógrafos(as). Isso levou ao entendimento errôneo de que o “somatório” de todas estas descrições poderia oferecer uma sistematização da totalidade da realidade.

O entendimento equivocado sobre a “síntese”, que para os geógrafos tradicionais se manifestava através da unidade da diversidade de componentes físicos e humanos da paisagem (MOREIRA, 2010), relegou, a “leitura” geográfica, apenas a observação da aparência dos fenômenos. Mais tarde, já no século XX no imediato pós-guerra (2ª Guerra Mundial), e com maior ênfase na década de 1970, surge a Geografia Teorético Quantitativa, que se colocou como uma alternativa ao “empirismo” da Geografia Clássica. Nesse sentido, entendeu que o trabalho de campo não se fazia mais necessário, pois era preciso superar o empirismo dos geógrafos clássicos, isto é:

(...) os trabalhos de campo passaram a ser execrados e praticamente riscados do mapa das práticas dos geógrafos sob o argumento de que as tecnologias da informação e os modelos matemáticos seriam instrumentos mais adequados para a investigação da realidade (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006, p.55).

Tratava-se, então, de um claro empobrecimento da própria Geografia Clássica, sem qualquer rompimento com o método positivista, já que, essa Geografia, que se pretendia “nova”, não fez mais que precisar (matematicamente) as imprecisões da outra (PORTO-GONÇALVES, 1982). O abandono dos trabalhos de campo, em detrimento da utilização das tecnologias e dos modelos matemáticos significou, antes de uma alternativa frente ao empirismo da Geografia Tradicional, o próprio sintoma de sua profunda crise.

Entretanto, ambas as concepções inspiradas no positivismo foram criticadas e superadas pelo movimento de renovação crítica nos anos 1980, momento no qual o debate sobre o trabalho de campo também irá reaparecer. A Geografia Crítica, em oposição ao empirismo da Geografia Clássica e ao pragmatismo da Geografia Teorético-Quantitativa, cuja opção foi o materialismo histórico dialético²⁷, teve no seu início, como consequência

²⁷ Diferentemente do positivismo, no qual, a aparência e a descrição detalhada dos fenômenos, “sem interferência externa” e na proposição de leis naturais e imutáveis para o entendimento da sociedade, constituem o método analítico, no marxismo, o intuito é partir da aparência para entender a essência. Segundo Netto (2011, p.22, *grifos do autor*) “O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, portanto, algo importante e não descartável – é apreender a essência (ou seja: a estrutura e a dinâmica do objeto). Numa palavra: *o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto*”. Assim, Marx pôde criticar os economistas políticos que a seu ver confundiram a natureza das leis econômicas quando as compararam com as leis da Física e da Química. Opor-se ao positivismo das ciências naturais como referência ao entendimento da sociedade (que tem um funcionamento adverso das leis

negativa, a recusa da validade do trabalho de campo enquanto instrumento de construção do pensamento geográfico, já que a ênfase estava conferida na teoria (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006). Contudo, as discussões marxistas da inseparabilidade da teoria e da prática, base da construção da própria obra marxiana²⁸, propiciou um repensar do papel dos trabalhos de campo enfatizando a necessidade da articulação entre teoria e prática.

Sob o enfoque teórico de não apenas pensar o mundo, mas enfaticamente pensar e ser (MOREIRA, 2007), houve a possibilidade de projetar o trabalho de campo articulado à teoria, como instrumento para desvendar os mecanismos de construção da dominação e da exploração (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006). A Geografia Crítica oferece, dessa forma, a possibilidade de compreender, não apenas a aparência do arranjo paisagístico, mas a essência dos fenômenos que se escondem por detrás da paisagem, possibilitando o desvendamento de máscaras sociais (MOREIRA, 1982).

Tal referencial sobre os trabalhos de campo é fundante da opção teórico-metodológica, sob a qual se edifica a geografia do trabalho no Brasil no âmbito da Rede CEGeT de Pesquisadores. Pensar e agir, mas sobretudo, compreendendo que é pela via do trabalho e da luta de classes, que se encontram as alternativas de uma sociedade para além do capital (MÉSZÁROS, 2002; THOMAZ JUNIOR, 2009). É nesta direção, que os trabalhos de campo têm contribuído centralmente (desde os anos 1990) nas pesquisas desenvolvidas pelo Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

Todavia, as pesquisas e estudos sobre o trabalho na Geografia não oferecem uma leitura fechada sobre as metodologias empregadas ou uma proposição basilar como espécie de “manual” metodológico sobre o tema, algo que também não é nossa finalidade²⁹. Nosso

eternas e imutáveis dos processos físicos), bem como inverter o método dialético de Hegel. Em suas palavras: “(...) meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também sua antítese direta. Para Hegel, o processo do pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 1983, p.20). Por isso, o materialismo histórico de Marx não apresentou “leis” imutáveis como as físicas ou “leis sociais” durkheimianas igualmente inalteráveis, mas sim, tendências históricas que podem ou não ser travadas ou contrarrestadas por outras tendências (NETTO, 2011). A Geografia que se funda no Brasil nos anos 1980, a partir da renovação crítica, assumiu essa difícil e proveitosa tarefa, fundando um pensamento geográfico no qual a realidade objetiva perceptível na esfera do sensível da paisagem, e sua posterior descrição em profundidade dos elementos que a constituíam, não eram mais suficientes para o entendimento do espaço geográfico, pois tão somente significavam o ponto de partida do geógrafo, que deveria buscar as relações “invisíveis” que se escondiam por detrás de tal arranjo paisagístico, para, enfim, conseguir compreender a organização do espaço geográfico (MOREIRA, 2012).

²⁸ Segundo Netto (2011) Marx recorreu à utilização de distintas técnicas de pesquisa que hoje são entendidas como análise bibliográfica e documental, análise de conteúdo, observação sistemática e participante, entrevistas, instrumentos quantitativos etc. como fundamentos para construir o seu pensamento, o método materialista histórico-dialético e a sua filosofia da práxis.

²⁹ Basta perceber que, nas 22 teses de doutorado defendidas no âmbito do CEGeT, até o início do ano de 2017, há inúmeras estratégias metodológicas nos trabalhos de campo de cada pesquisa individual como a entrevista (história oral, semi-estruturada, livre/aberta, questionário), observação participante, grupo focal, análise do

objetivo é outro, sobretudo, ressaltar como distintas fontes são de extrema importância para as pesquisas em Geografia do trabalho – a relação de complementaridade entre o quantitativo e o qualitativo –, entendendo-as como passos importantes para a leitura geográfica e ontológica do trabalho. Porém, sem a pretensão de apresentar um “esquema” fechado de como devem se configurar as metodologias de pesquisa nesse campo de investigação.

Nossas pesquisas trabalham com uma grande diversidade de fontes e que estão ligadas aos objetivos de cada investigação individual. Contudo, o trabalho de campo é uma atividade comum, para praticamente a totalidade das pesquisas concluídas e em andamento no âmbito do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT). O que significa que nos preocupamos em construir os trabalhos acadêmicos, com uma forte interlocução com os sujeitos sociais e suas organizações coletivas (movimentos sociais, sindicatos, associações etc.). Obviamente, uma consequência da postura teórico-política orientada na proposição de uma geografia militante e que tem como referência a crítica radical do metabolismo social do capital (THOMAZ JUNIOR, 2011; 2002; MESZÁROS, 2002; ANTUNES, 2009), relacionado internamente à Geografia, ao paradigma da renovação crítica dos anos 1980.

Sob tal postura, os desavisados logo argumentarão que não se trata de pesquisa científica, porque pensar uma geografia militante, para essa perspectiva analítica, é impossível. Clamarão pela objetividade, rigor científico e a suposta neutralidade que, a seu ver, não combinam com a postura militante. Não raro, os mesmos que expressam tais críticas são geralmente aqueles que, “mesmo sem querer”, e pressupondo serem “neutros”, contribuem para a hegemonia do capital, tornando-se, muitas vezes, exímios intelectuais orgânicos do capital. Ao concordar com Marcos (2006), quando diz que não existe ciência neutra, pois não há ciência sem compromisso, podemos lembrar de Oliveira e Oliveira (1998, p.26):

Diante de uma realidade marcada por relações de dominação e de privilégio entre pessoas e grupos sociais, objetividade não pode mais ser sinônimo de descomprometimento e de imparcialidade, sob pena de se transformar em cinismo e insensibilidade. Diante da oposição entre dominantes e dominados, ser objetivo significa reconhecer e analisar este enfrentamento inscrito na realidade e colocar-se a serviço da superação das estruturas que mantêm ou reforçam o autoritarismo e a desigualdade.

discurso, bem como a pesquisa documental (em inúmeras instituições do Estado e da sociedade civil, mídia impressa e escrita etc.), participação direta em atividades dos movimentos sociais e a análise dos dados estatísticos oficiais. Em todas as análises, há o tratamento em conjunto das informações “quantitativas” e “qualitativas”, como estratégias metodológicas que não se excluem, mas sim, complementam-se, muito embora, e não poderia ser diferente, prevaleça a abordagem qualitativa em todos os procedimentos metodológicos das teses defendidas no grupo de pesquisa.

Nesta mesma perspectiva, ressaltamos as significativas contribuições da concepção da “pesquisa-ação” ou “pesquisa participante” (BRANDÃO e BORGES, 2007). A recusa da neutralidade científica, a construção de uma relação dialógica com os sujeitos e movimentos sociais e o compromisso com a transformação da realidade, resultam em proposições fundamentais para os aspectos teórico-metodológicos das pesquisas militantes e compromissadas na Geografia do Trabalho, que coletivamente procuramos construir.

Isso significa que, no âmbito do CEGeT, entendemos que a neutralidade científica é um argumento falso, e a construção de uma ciência compromissada com a transformação da sociedade é o referencial primordial. Por isso, a articulação entre teoria e prática, sobretudo entre a teoria marxista e a prática transformadora é o que fundamenta e dialoga com a construção das metodologias de cada pesquisa individual. Conforme Thomaz Junior (2009, p.33):

Essa caminhada da atividade profissional vem sendo edificada por intermédio do referencial teórico-metodológico marxista, comprometido politicamente com a construção de conhecimentos que nos ofereça rico ferramental para compreendermos a sociedade do capital e o capitalismo, no século XXI, e demarcarmos os desejos de transformação radical do sistema do capital. Mais que isso, não bastaria somente entendê-la, mas, em essência, insisto, transformá-la e, conseqüentemente, priorizar as questões que, na sua marcha histórica, nos desafiam à perspectiva societária socialista, que seja capaz de abrir horizontes libertários do ponto de vista de classe, da classe trabalhadora.

Isto posto, o trabalho de campo torna-se uma ferramenta metodológica fundamental. Ao mesmo tempo, quando ligado à orientação do método materialista dialético, deve estar cotejado com o conceito de práxis, isto é, pensar o mundo para transformá-lo³⁰ (SUERTEGARAY, 2002).

É nesse sentido que a pergunta norteadora da tese de livre docência de Thomaz Junior (2009) é um exemplo crucial do conceito de práxis: quem são os homens e mulheres capazes, no século XXI, de transformar/emancipar a sociedade e imprimir outro curso histórico para além do capital? Isso permitiu ao autor, compreender os limites de determinado entendimento enrijecido da teoria marxista sobre a classe trabalhadora³¹ e repor, tal debate, pela via de uma reunificação dos diversos mundos do trabalho, que ultrapassam as linhas do

³⁰ A conhecida XI tese de Marx em *Teses sobre Feuerbach* apresenta magistralmente o constructo de um conceito de práxis. Diz ele: “os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de modos diferentes; o que importa, porém, é transformá-lo” (MARX, 1974).

³¹ Ver, dentre outros, Lessa (2011) e a nossa discussão sobre esse assunto nos itens 2.3, 4.5 e 6.1

operariado fabril³² e indicam tão somente a fragmentação do trabalho, no século XXI, e não a perda da sua centralidade conforme propõem, dentre outros, Gorz (1987) e Offe (1989).

Mais do que isso, a formulação de tal pergunta e a construção das respostas está assentada numa perspectiva de “leitura” geográfica, na qual os trabalhos de campo foram fundamentais, rejeitando a pura “revisão bibliográfica” executada nos gabinetes e que se distancia da realidade objetiva da classe trabalhadora. Na mesma monta, refuta o empirismo desarticulado do método analítico, posto que os desafios que se colocam à busca infinda da superação dos limites intelectuais só serão efetivamente tratados, mediante a práxis da pesquisa teórica e empírica (THOMAZ JUNIOR, 2009). Em decorrência, tais reflexões tornaram-se referencial fundamental para compreender as metodologias de pesquisa incorporadas pela Geografia do Trabalho no Brasil.

Entendemos que, com a centralidade nos trabalhos de campo, a devida preocupação com as abordagens metodológicas e com a adequada preocupação com o método, é possível ultrapassar a esfera do sensível de um determinado arranjo paisagístico, alcançando a essência do espaço geográfico, que se esconde por trás da “fotografia” da paisagem (THOMAZ JUNIOR, 2005). É a partir desse referencial, que trabalharemos as questões específicas da presente tese.

Deste modo, comparece em cena entender o trabalho de campo como uma condição ímpar para a “leitura geográfica”, sendo necessária a sua ligação de forma direta ao exercício teórico, pois do contrário podemos apenas produzir uma mera geografia da descrição das paisagens. Isso quer dizer que, o trabalho de campo, deve servir, sobretudo, para desvendar os conflitos de classe, as experiências de trabalho no campo e na cidade, as formas de luta e organização dos(as) trabalhadores(as), que não se apresentam somente no nível meramente empírico da paisagem.

Consequentemente a essa posição teórico-metodológica-política, a Geografia do Trabalho pode oferecer, por exemplo, contraponto às leituras geográficas que privilegiam apenas a dinâmica e localização das indústrias/agroindústrias. Estas, geralmente preocupam-se mais com a discussão no âmbito da “especialização” das indústrias e sua eventual concentração/desconcentração nos lugares, do que com a essência histórica da sua existência. A questão central da crítica centra-se em pensar a existência de tais objetos geográficos

³² Note-se que aqui estamos defendendo o entendimento de classe trabalhadora ampliada (Cf. Thomaz Junior, 2009), sendo que, os camponeses(as) e proletários, no nosso entendimento são parte constitutiva da classe trabalhadora, assunto que teremos a oportunidade de abordar centralmente nos itens 4.5 e 6.1, pois trata-se de constructo teórico fundamental para compreender a classe trabalhadora no âmbito do capital da frigorificação de carnes do Oeste do Paraná.

ligados à construção histórica da sociedade dependente da extração de trabalho excedente (não-pago), da subordinação da renda da terra dos trabalhadores(as) camponeses(as), e outras formas de exploração/controle do trabalho, isto é, aquilo que é o motor central para a existência na paisagem de tais indústrias/agroindústrias. Somente “espacializá-las” num produto cartográfico (atividade que sem dúvida nenhuma é importante, mas não suficiente), ou dar prioridade apenas para a discussão de sua centralidade ou não em determinadas regiões (teorias da concentração/desconcentração industrial), não deve ser encarada como suficiente para a “leitura” geográfica do trabalho.

Com a perspectiva da Geografia do trabalho é possível inverter a abordagem e partir do trabalho (e não da indústria), para entender a existência desses objetos geográficos. Tal procedimento pode encontrar respaldo na obra de István Mészáros, György Lukács e o legado marxiano da ontologia do trabalho, quando oferecem o argumento, no qual, não é o trabalho que necessita do capital para existir, pois o trabalho é nosso eterno pôr teleológico (LUKÁCS, 2013) e está presente em qualquer formação social, mas é o capital que necessita do trabalho (trabalho estranhado), para garantir a reprodução ampliada do seu sociometabolismo³³.

Ou seja, uma Geografia do Trabalho deve atentar-se para esfera dos sujeitos sociais e as relações históricas de trabalho estabelecidas nas quais se inserem, elementos que são, de fato, o fundamental para existência das estruturas, que se expressam empiricamente, através de objetos geográficos como as indústrias/agroindústrias. Desse ponto, pode-se compreender a importância devida que temos dado aos trabalhos de campo, porque é a partir destes que conseguiremos compreender o conflito de classes, que não se expressam na aparência dos fenômenos, mas tem significado crucial para o entendimento do espaço geográfico socialmente produzido.

Por exemplo, quando Thomaz Junior (2002) estudou a relação capital-trabalho no setor sucroalcooleiro paulista, seu foco não esteve centrado somente na reestruturação do capital, mas principalmente, nas consequências de tais transformações para o trabalho. Ao

³³ Há um debate teórico muito interessante no livro de István Mészáros *Estrutura Social e Formas de Consciência II*, particularmente no capítulo 5, no qual o autor versa sobre o conceito de necessidade histórica e necessidade absoluta, que é muito diferente entre o legado marxiano, e os(as) autores(as) que assumiram o ponto de vista da economia política. Estes últimos apresentam a “necessidade” historicamente criada, por exemplo, do valor de troca como se fosse “(...) uma necessidade absoluta e horizonte natural intrascendível de toda a vida social” (MESZÁROS, 2011, p.210). Daí que Kant pôde falar que o pobre depende do rico, Hegel argumentar que a escravidão é uma fase da educação e Adam Smith e Ricardo fundirem o conceito de trabalho com trabalho assalariado. Tais fusões: “(...) servem à eternalização da ordem reprodutiva historicamente específica do capital (...)” (MÉSÁROS, 2011, p.114), tornando, uma necessidade histórica como o trabalho assalariado, em necessidade eterna e absoluta. Esse legado teórico é a referência para pensar a essência da existência de objetos geográficos como as indústrias/agroindústrias que é a extração de trabalho não-pago e outras formas de dominação como a subordinação da renda da terra, modificando o foco para o entendimento da centralidade do trabalho e não na indústria.

investigar esse conflito estrutural, no âmbito do recorte do ordenamento territorial do capital agroindustrial sucroalcooleiro paulista, o autor pôde oferecer contribuição significativa para Geografia, pois ultrapassou a leitura empobrecida da “geografia das indústrias”, na qual, os trabalhadores(as) são invisibilizados, embora constituam o elemento fundamental que explica a existência das mesmas.

Para isso, o autor construiu sua tese a partir de inúmeros trabalhos de campo, entrevistas, análise documental, sem deixar de utilizar-se, também, das informações estatísticas. Assim, a construção da mesma mostra o significativo papel que o trabalho de campo desempenhou na sua fundamentação. É, sem sombra de dúvidas, importantíssimo referencial construído, a partir da articulação entre elementos metodológicos quantitativos e qualitativos.

Desse modo, fundou-se as bases teórico-metodológicas para pesquisas posteriores realizadas no âmbito do CEGeT, nas quais, a centralidade do trabalho e, portanto, do conflito estrutural capital-trabalho, nos mais amplos desdobramentos³⁴, são temáticas fundamentais a serem consideradas por meio da “leitura” geográfica do trabalho. Assuntos que são estudados nos diferentes recortes temáticos, com destacada ênfase na realização dos trabalhos de campo, pensando-os sempre na sua articulação com o método (IKUTA, 2008; ALVES, 2014; PONTE, 2014).

Sendo assim, tais estudos, oferecem contribuição significativa para a Geografia, podendo pensar a temática do trabalho como um tema vivo no corpo dessa ciência sem necessariamente criar mais uma “gaveta”, aumentando as existentes e reforçando as divisões internas da Geografia (THOMAZ JUNIOR, 2002). Além disso, situam-se historicamente no âmbito do pensamento geográfico, a partir das referências advindas da renovação crítica dos anos 1980, quando o marxismo e o conceito de práxis, contribuem centralmente para não apenas pensar o mundo, mas transformá-lo. Por causa disso, a preocupação da Geografia do

³⁴ Observando a temática das teses de doutorado defendidas no âmbito do CEGeT, percebe-se que os trabalhos versam sobre temas como a modernização da agricultura e seus desdobramentos para os trabalhadores do campo e da cidade (MENDONÇA, 2004; SCHLOSSER, 2005), a relação capital-trabalho em indústrias/agroindústrias e as diferentes formas de controle social impostas aos trabalhadores em diferentes setores produtivos (OLIVEIRA, 2009; BEZERRA, 2012; PONTE, 2014; SOUZA, 2011; AZEVEDO, 2013), as organizações coletivas de trabalhadores (formais/informais) associações, movimentos sociais, sindicatos etc., os conflitos por terra e água e uma abordagem crítica às políticas públicas (CARVALHAL, 2004; FOSCHIERA, 2009; GONÇALVES, 2006; GOMEZ, 2006; IKUTA, 2008; SILVA, 2008; BERNAT, 2012; ALVES, 2014) como também, as diferentes formas de exploração do trabalho com relação às questões de gênero, e suas repercussões no âmbito das lutas dos homens e mulheres, observando que o capital se apropria da opressão histórica do patriarcado para “oferecer” às mulheres remunerações menores que dos homens em funções iguais no processo de trabalho, a dupla jornada de trabalho, dentre outros assuntos (GARCIA, 2004; BRUMATTI CARVALHAL, 2009). O fio condutor de todas estas pesquisas centra-se no conceito de trabalho e na abordagem dos conflitos.

Trabalho na realização das pesquisas comprometidas com o diálogo crítico e frutífero, com as organizações coletivas das trabalhadoras e trabalhadores.

Em síntese, a Geografia do Trabalho tem um objetivo fundamental, radicado no referencial marxiano, que é ressaltar o primado do sujeito enquanto centralidade da práxis do conhecimento (THOMAZ JUNIOR 2002), por isso, ela tem a tarefa de ultrapassar a “geografia das estruturas”. Assim, os(as) trabalhadores(as) tornam-se sujeitos sociais ativos e não meros fatores de produção³⁵, podendo interferir na paisagem e na geografia do capitalismo (HEROD, 2001) e transformar o espaço geográfico, sobretudo a partir das lutas de contraespaço (MOREIRA, 2013; MENDONÇA, 2004; CARVALHAL, 2000). É nesse quesito que os trabalhos de campo, repõem o diálogo direto entre os pesquisadores e os homens e as mulheres que trabalham, no campo e na cidade (organizados coletivamente ou não), com os movimentos sociais e demais organizações de trabalhadores(as), já no nível da práxis do pensado. Assim, passa a ocupar lugar central nas pesquisas, permitindo enxergar o papel crucial do trabalho como agente revolucionário e, conseqüentemente, transformador do espaço e do metabolismo social do capital³⁶.

2.2 A construção da pesquisa: os limites e possibilidades da articulação entre o quantitativo e o qualitativo como referência metodológica

De tal maneira, urge a necessidade de discutir os procedimentos metodológicos da nossa pesquisa individual, que se liga ao debate do item anterior, já que se relaciona diretamente à centralidade dos trabalhos de campo na sua articulação com o método. Também é preciso situá-lo no âmbito das contribuições metodológicas dos outros pesquisadores(as), que têm pensado a Geografia do Trabalho no Brasil, posto que estes contribuem para a construção metodológica da presente pesquisa.

Um argumento inicial é que procuramos desfazer a falsa dicotomia existente entre a análise quantitativa e qualitativa. Cremos que se trata de complementaridade e não de uma relação dicotômica. Isso significa, que tanto os dados estatísticos, quanto a produção da informação qualitativa se complementam e não necessariamente se opõem porque ambas as

³⁵ Aqui podemos estabelecer um frutífero diálogo com os geógrafos marxistas anglófonos que fundaram a perspectiva da “*Labor Geography*” (HEROD, 1997; 2001; 2014), opondo-se radicalmente aos neoclássicos que viam o trabalho apenas como “fator de produção” e até mesmo aos marxistas como David Harvey, onde prevalece a preocupação com os ajustes espaciais do capital invisibilizando os trabalhadores também como sujeitos que produzem seus ajustes espaciais e interferem na geografia do capitalismo.

³⁶ Este é o debate que faremos no item 2.3 quando tratarmos da centralidade do trabalho e dos sujeitos da Geografia do Trabalho.

abordagens têm limites e potencialidades. Contudo, ao tratar da “combinação” de tais metodologias é preciso tomar alguns cuidados, para não deixar de cumprir os requisitos de qualidade de cada uma delas (TURRA NETO, 2012).

A combinação das metodologias é nosso caminho, pois as fontes de natureza numérica são importantes para entender determinados aspectos do assunto central dessa tese de doutorado, por exemplo, a concentração do número de emprego e produção de frangos e suínos, que são fundamentos para as técnicas de análise espacial (cartografia temática), permitindo observar onde se localiza o emprego em frigoríficos em escala nacional, estadual e regional. No entanto, seus limites se expressam claramente ao abordar as estatísticas relacionadas ao número de acidentes e doenças do trabalho (outro passo fundamental da presente investigação), registrados nos bancos de dados oficiais como: Ministério da Previdência Social (MPS); Ministério da Saúde (MS); e outros, nos quais reina a absoluta subnotificação, desintegração e desencontro das informações (WALDVOGEL, 2011; ALMEIDA, 2011).

Sobre o banco de dados do MPS, Binder e Cordeiro (2003), mostram, a partir da aplicação de questionários com a população, comparando-os às notificações efetivamente registradas por meio das Comunicações de Acidente de Trabalho (CAT), no município de Botucatu (SP) que, apenas um quinto dos acidentes de trabalho foram devidamente registrados, prevalecendo 80% de sub-registros. Estes números, segundo os autores, estão relacionados às falhas da legislação previdenciária do Brasil, que exclui cerca de 50% da força de trabalho dos registros³⁷, e da forte dependência do sistema de informação ao ato voluntário do empregador.

Além disso, o desencontro das informações estatísticas sobre acidentes, doenças e mortes relacionadas ao trabalho é também realidade, visto que há distintos dados numéricos dependendo do banco de dados em que a informação é acessada. No Brasil, os ministérios da Previdência Social, da Saúde, do Trabalho e Emprego, oferecem tais subsídios e constata-se o desencontro entre seus números, por conta das metodologias de coleta de dados serem diferentes (WALDVOGEL, 2011).

Neste sentido, é preciso pensar que o problema da subnotificação e do desencontro das informações é político³⁸, o que torna a utilização desses dados quantitativos pouco

³⁷ Os autores fazem referência à exclusão das informações das estatísticas da Previdência Social de determinadas atividades como funcionários públicos civis e militares estatutários, trabalhadores informais, trabalhadores previdenciários autônomos, empregados domésticos e proprietários.

³⁸ Dizemos isso porque muitas vezes não existem notificações pelo fato de que determinados profissionais da saúde e da Previdência Social assumem a posição de receio ao indispor-se com o capital do campo e da cidade,

confiável, para estabelecer relações diretas de causa-efeito entre o número das notificações e a realidade social do trabalho. Até mesmo de posse destas informações, é possível “falsear” a real face das condições de trabalho, já que os números podem indicar que não existem muitas notificações de agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as).

Lourenço (2011), nos oferece um bom exemplo disso analisando os mesmos dados do MPS. Em 1988, o número de óbitos relacionados ao trabalho sofre uma brusca queda em relação ao ano anterior (quase mil casos). Uma reflexão apressada concluiria que isso seria reflexo da melhoria nas condições de trabalho. Porém, a autora demonstra que tal redução pode estar mais relacionada com a reestruturação produtiva, e o posterior desemprego, colocando inúmeros(as) trabalhadores(as) na informalidade, do que com qualquer melhora nas condições de trabalho. Como a maioria dos bancos de dados não abrange, nas notificações, os(as) trabalhadores(as) informalizados(as), tal redução pode estar mais relacionada às mudanças provocadas pela reestruturação produtiva, dentre elas o desemprego, do que com uma melhoria nos ambientes de trabalho.

O exemplo encontrado nos trabalhos de Waldvogel (2011) e Lourenço (2011), nos permite argumentar o limite dos bancos de dados estatísticos quando entendidos por si só e apontam para necessidade da busca de outras fontes qualitativas, que possam evidenciar melhor tais deficiências. Se partíssemos apenas da evidência dos dados relatados, poderíamos concluir erroneamente que houve brusca redução dos acidentes de trabalho, em virtude da melhoria nos ambientes de trabalho. Contudo, uma análise mais acurada e de perspectiva qualitativa das transformações decorrentes da reestruturação produtiva do capital nos anos 1970³⁹, permite uma problematização dos dados quantitativos.

Nessa direção, o argumento a favor de uma perspectiva de articulação das informações quantitativas e qualitativas fica ainda mais forte, porque permite, ao consultar diversas fontes, estabelecer os limites e possibilidades de cada metodologia específica, entendendo-as na sua relação de complementaridade. Por exemplo, o limite do banco de dados do MPS apresentado é complementado/confrontado por entrevistas, documentos sindicais e jurídicos, que permitem suplementar os limites de uma abordagem centrada somente na informação quantitativa oriunda desta única fonte.

ou ainda, pela própria não notificação dos agravos à saúde por parte do empresariado e outros órgãos competentes. Ou seja, o ato de “notificar” os agravos está relacionado às relações de poder e, portanto, é um problema político sério e que deve ser enfrentado por um verdadeiro movimento social a favor da prevenção, em que as consequências dos acidentes e doenças do trabalho ganhassem visibilidade pública (ALMEIDA, 2011).

³⁹ Sobre esse assunto há farta bibliografia como Harvey (1992), Alves (2000), Antunes (2009), entre tantos(as) outros(as).

Ao investigar Ações Cíveis Públicas (ACP's), movidas pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), podemos perceber que, em muitos casos, os trabalhadores(as) doentes em decorrência do esforço repetitivo nos frigoríficos, embora estivessem afastados de suas funções, não recebiam a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e, portanto, não figuravam nas estatísticas supracitadas. Somado a isso, nas entrevistas realizadas, as trabalhadoras e trabalhadores denunciavam as péssimas condições de trabalho, o ritmo alucinante de trabalho e as dificuldades em conseguir a emissão da CAT. Ademais, a imprensa produzida pelas entidades de trabalhadores(as), de forma quase contínua, expunham casos de trabalhadores(as) acometidos por doenças relacionadas ao trabalho.

Todas essas informações qualitativas problematizavam o sub-registro nos casos de doenças do trabalho encontrados nas estatísticas. Ao mesmo tempo, mostram as relações de poder estabelecidas pelas empresas e as estratégias para não publicizar os casos de doenças do trabalho, já que os(as) trabalhadores(as) enquadravam-se no benefício de auxílio-doença comum (o famoso B-31), o qual indica que não existe nexo entre o agravamento e o trabalho. Essa era a principal referência para a existência de poucos registros nos casos de doenças do trabalho e o argumento fundamental para, na pesquisa, consultar de forma combinada as fontes escritas, orais, numéricas, isto é, quantitativas e qualitativas, com o objetivo de apresentar panorama mais próximo da realidade social do trabalho.

Foi com essa referência que procuramos construir a proposta de articulação das metodologias quantitativas e qualitativas. O argumento de Portelli (1997), embora seja sobre fontes escritas e orais no campo da discussão historiográfica, nos deu um norte para pensar tal discussão metodológica sobre as informações qualitativas e quantitativas. Diz ele:

Na realidade as fontes escritas e orais não são mutuamente excludentes. Elas têm em comum características autônomas e funções específicas que somente uma ou outra pode preencher (ou que um conjunto de fontes preenche melhor que a outra). Desta forma, requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos. Mas a depreciação e a supervalorização das fontes orais terminam por cancelar as qualidades específicas, tornando estas fontes ou meros suportes para fontes tradicionais escritas, ou cura ilusória para todas as doenças (PORTELLI, 1997, p.26).

A nosso ver, o autor indica que fontes que parecem “excludentes”, como orais e escritas, em realidade não o são, é o mesmo que pensamos sobre as qualitativas e quantitativas na presente tese. Ambas têm funções específicas e requerem instrumentos analíticos diferenciados. Contudo, é possível e, em nossa opinião, necessário, utilizá-las de forma

articulada, pois assim se poderá compreender suas complementaridades e seus limites, permitindo um salto qualitativo significativo nas pesquisas.

Aliás, é preciso lembrar que tais procedimentos metodológicos não são novidades no âmbito do CEGeT. Na análise das teses de doutorado defendidas até o momento, a articulação das metodologias quantitativas e qualitativas é uma característica comum. Concomitantemente, as fontes das pesquisas são quase sempre problematizadas nos seus limites e contribuições. Como diz Brumatti Carvalhal (2009), ao comparar fontes numéricas com entrevistas realizadas com trabalhadoras do setor de confecções, as narrativas, superam em muito, a obtenção de informações apenas de viés quantitativo, permitindo a observação de aspectos da vida, cotidiano e as experiências das trabalhadoras.

Ou ainda, como no trabalho de Bezerra (2012), no qual a construção de uma matriz para obtenção de dados estatísticos é apenas um passo importante da pesquisa, que deve ser estruturada/complementada com os trabalhos de campo. A mesma concepção dos trabalhos que partem da análise do discurso (SOUZA, 2011; SCHLOSSER, 2005), nos quais, as fontes escritas (jornais, sítios da internet, etc.) e narradas/audiovisuais (rádio, televisão), estão sempre acompanhadas da investigação em campo. O mesmo ponto de vista é encontrado com aqueles(as) que partem da utilização da história oral, observação participante e grupo focal (GARCIA, 2004; FOSCHIERA, 2009; BRUMATTI CARVALHAL, 2009; GONÇALVES, 2006; PERPETUA, 2016), onde as narrativas são fontes fundamentais que, dentre outras contribuições, permitem avançar na interpretação para além das informações estatísticas.

É a partir desse referencial de complementaridade que construímos nossa perspectiva de abordagem metodológica, procurando articular a análise quantitativa e qualitativa e indicando que é problemático compreendê-las de forma dicotômica. É uma proposta que se correlaciona à construção coletiva das pesquisas no âmbito do CEGeT.

Os trabalhos de campo com a realização de entrevistas livres, que puderam ou não ser gravadas, a observação *in loco* (no âmbito do cotidiano de uma entidade de trabalhadores(as) lesionados(as) pelo trabalho e numa frente de trabalho em aviários no município de Toledo-PR), a pesquisa documental (imprensa, documentos jurídicos, cartilhas, *clippings* de internet etc.) o acesso aos bancos de dados secundários, participação em eventos/greve/paralisações promovidas pelo movimento sindical, audiências públicas do Ministério Público do Trabalho e eventos do capital⁴⁰, análise das fontes audiovisuais do

⁴⁰ Tivemos oportunidade de participar do IV Encontro das Câmaras Técnicas da Cadeia Produtiva da Proteína Animal de Frangos e Suínos, em Marechal Cândido Rondon (PR) e Matelândia (PR), promovidos pelo Programa

capital e do trabalho disponíveis na *internet*, compuseram o arsenal de fontes da nossa pesquisa.

No que tange a realização das entrevistas, não tivemos maior preocupação com “amostragem estatística relevante” (ALVES, 2014), muito menos com a construção de índices numéricos como coração central da presente pesquisa. As informações estatísticas foram restringidas para análise dos bancos de dados e nos ajudaram a constituir, principalmente, a análise espacial dos dados a partir da cartografia temática, como também os gráficos e tabelas. Não utilizamos tais procedimentos metodológicos nas entrevistas, pois julgamos que pouco ajudaria no entendimento dos objetivos da pesquisa. Por isso, não aplicamos questionários fechados, e pautamo-nos pela metodologia da história oral. Afinal de contas, como compreender as experiências da classe trabalhadora sem analisar o que ela mesma tem a nos dizer?

A prévia determinação de uma quantidade de entrevistas, baseada em critérios estatísticos de “relevância da amostra”, não ajuda a responder a pergunta acima, uma vez que seu foco não está centrado em estudar aquilo que os(as) próprios(as) trabalhadores(as) têm a nos falar. No geral, esse tipo de pesquisa, encara a entrevista como um “dado”, tendo o objetivo de caracterizar e apontar temas previamente selecionados pelo pesquisador, o que é importante para alcançar determinados objetivos, mas apresenta limites para abranger outros, como a subjetividade/experiência dos trabalhadores(as), que não se captura/apreende por meio de uma quantidade de entrevistas previamente determinadas, mas em essência, pela própria narrativa do sujeito.

Neste último caso, torna-se desnecessária a preliminar preocupação com a quantidade de entrevistas a serem realizadas, o que realmente importa é a qualidade da comunicação com os sujeitos. Isto é, perceber como o próprio entrevistado(a) narra sua trajetória e suas experiências de vida e trabalho, uma perspectiva metodológica dialógica onde o sujeito pesquisador entra em diálogo com os sujeitos do campo (TURRA NETO, 2012), não se tratando de mera “captura de dados” na construção da entrevista. Sobre esse assunto argumenta Thompson (1992, p.167):

Um levantamento em que os informantes são predeterminados, e entrevistados segundo um esquema inflexível, coletará um material de qualidade intrinsecamente inferior. Alguns dos informantes potencialmente melhores serão deixados de lado, e outros, frequentemente com menos boa

vontade, serão escolhidos em vez deles; ao mesmo tempo em que a própria entrevista pode não ser suficientemente flexível para extrair o máximo deles.

Seguindo tais referências, optamos, ao trabalhar com entrevistas, por um roteiro simples, flexível e aberto em que o entrevistado é convidado a falar de um assunto em comum. Neste sentido, o pesquisador deve ser um bom ouvinte e pouco interferir na narrativa do sujeito-entrevistado, demonstrando interesse naquilo que o interlocutor tem a dizer e não somente no que o pesquisador espera que ele diga. O interesse nessa estratégia metodológica da história oral, permitiu compreender os significados das narrativas, mais do que as descrições e coleta de informações, reconhecendo as experiências sociais dos sujeitos (GARCIA, 2004).

Alcançar este nível de interlocução com o sujeito carece de vários elementos, mas principalmente, da construção de relação de confiança entre o pesquisador e o entrevistado. Somente essa relação poderá oferecer uma boa entrevista, em que a qualidade da narrativa geralmente se expressa quando a mesma não se limita ao esquema fechado da “pergunta-resposta”, no qual o entrevistado(a) não desenvolve a sua narrativa e apenas responde de forma ligeira e apressada, mostrando um claro desinteresse na entrevista.

É geralmente esse tipo de “padrão” de entrevista que se obtém por meio da aplicação de questionários fechados, rígidos e inflexíveis, que servem para determinados objetivos, por exemplo, saber quantos entrevistados dizem sim ou não para determinado assunto e posteriormente calcular o seu percentual com relação à totalidade da amostra. Mas, é preciso frisar, sua insuficiência ou parca ajuda, quando se trata de entender as experiências de classe e as relações sociais de trabalho.

Por isso, para alcançar, com as entrevistas, narrativas que consigam expressar de fato como os sujeitos enxergam as suas próprias experiências de trabalho, são extremamente importantes os trabalhos de campo exploratórios e iniciais nos quais se busca compreender a realidade e traçar as estratégias da investigação. Também, é nesse momento que, ao apresentar os objetivos da pesquisa e estabelecer os primeiros diálogos com os sujeitos, se consegue tecer as bases de uma relação de respeito e confiança mútuos entre o pesquisador e os sujeitos sociais entrevistados. Deste modo, esse foi o papel do nosso primeiro trabalho de campo, em setembro do ano de 2013, quando procuramos realizar os contatos para a pesquisa.

Depois desse momento preliminar, os trabalhos de campo se desdobraram em outros três períodos específicos: 1) entre 24 de dezembro de 2013 e 1º de março de 2014; 2) entre 27 de outubro de 2014 e 16 de dezembro de 2014; 3) entre 11 de fevereiro e 10 de março de 2016. Nestes, houve a realização das entrevistas que puderam ou não ser gravadas,

dependendo da opção de cada entrevistado, observação *in loco* e o início da pesquisa documental⁴¹. Entrevistamos sindicalistas e membros de outras organizações coletivas, que tivessem representação relacionada aos trabalhadores e trabalhadoras de frigoríficos do Oeste Paranaense, avicultores(as), trabalhadores(as) da avicultura (granjeiros) e suinocultores(as). Ao marcar no GPS cada um dos sindicatos e os principais frigoríficos da região, geramos o mapa de localização das empresas e sindicatos, base da nossa pesquisa de campo (Figuras 1 e 2).

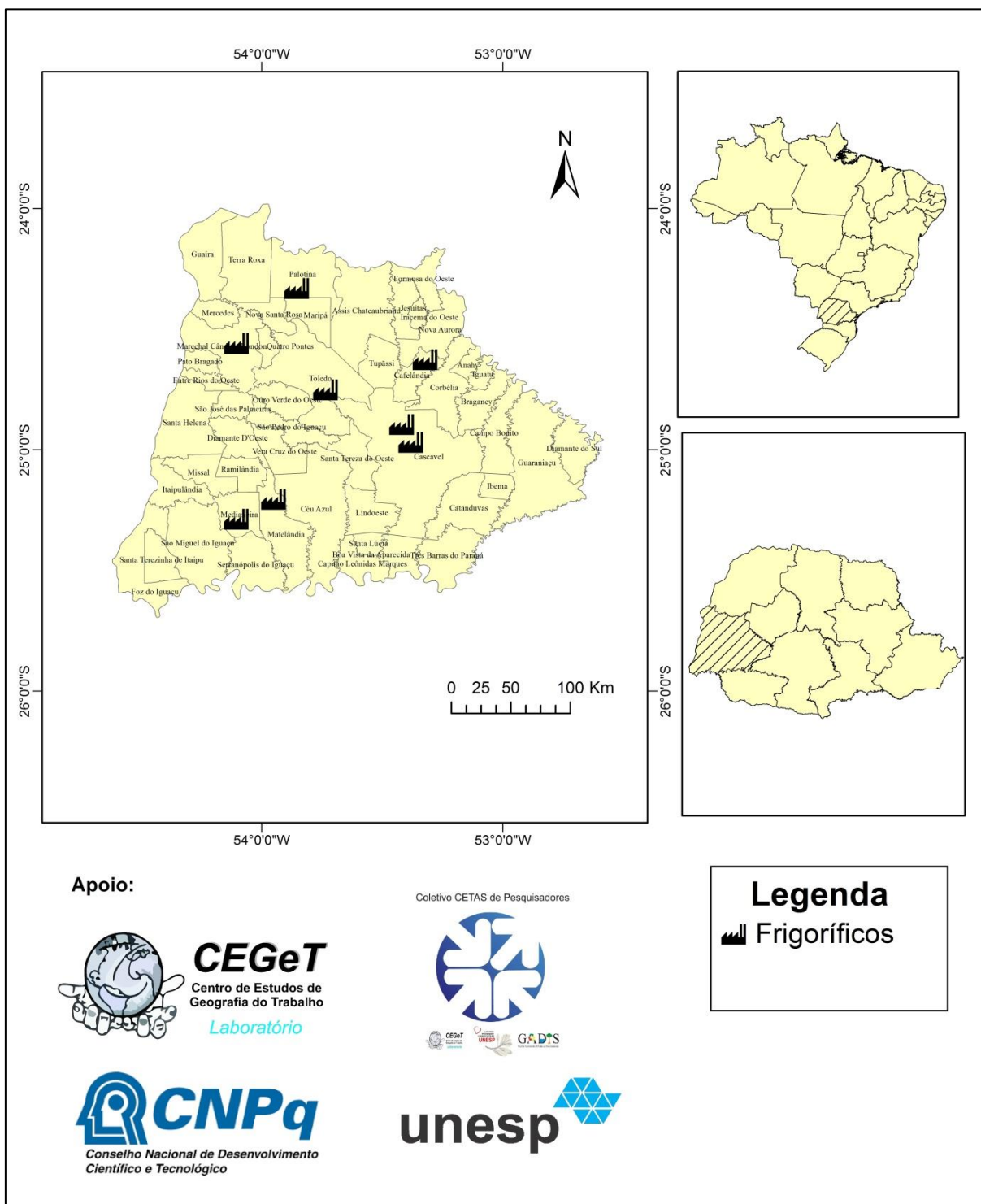
Além disso, conseguimos entrevistas não previstas no plano de trabalho inicial da tese, mas que foram necessárias, após decidirmos focar também as questões do trabalho ao longo do circuito produtivo do frango e suíno, e não somente relacionada ao trabalho industrial do abate e desmonte dos animais. Esse foi um desafio que foi colocado, especialmente, a partir das leituras sobre o conceito de classe trabalhadora ampliada e hegemonia, em conjunto com os trabalhos de campo e acesso a outras pesquisas realizadas com camponeses(as) avicultores(as) e apanhadores de frangos, que nos desafiavam teoricamente. Isso porque nas investigações anteriores, a exemplo do Mestrado (HECK, 2013; 2017), o foco central esteve basicamente circunscrito no trabalho industrial.

Acontece que, no caso específico da engorda e abate de frangos e suínos, percebemos que o capital, ao hegemonizar esse processo, subordina a renda da terra no campo (a produção “integrada”), local em que há predomínio da mão de obra familiar e a propriedade fica de posse da família⁴², forja empresas terceirizadas no caso da apanha de frangos na tentativa de livrar-se das responsabilidades trabalhistas, contrata diretamente trabalhadores(as) para a catação de ovos em granjas de matrizes e para o abate e processamento da carne.

⁴¹ Nos trabalhos de campo citados, pudemos ter acesso a vários documentos jurídicos de interesse da pesquisa junto à Justiça do Trabalho de Toledo (PR) e entidades dos trabalhadores, assim como, a um conjunto de cartas de trabalhadores(as) e atas de assembleias redigidas em 1981, sobre a articulação coletiva para a criação de um sindicato e posterior disputa de eleições, oportunidade na qual foram derrotados e demitidos da empresa Sadia S/A. Este material foi gentilmente cedido pelos(as) historiadores(as): Maria Cristina de Castro Pereira e Davi Felix Schreiner. Outrossim, a partir de uma primeira aproximação com a coordenação nacional do Projeto Nacional de Frigoríficos do Ministério Público do Trabalho (MPT), em 17 de julho de 2014, na cidade de Londrina (PR), surgiu a possibilidade de acessar documentos jurídicos públicos dessa instituição relacionados às inspeções nos frigoríficos da região Oeste do Paraná, trabalho que só pôde ser finalizado em meados de 2015.

⁴² Neste sentido, entendemos que a propriedade camponesa é diferente da propriedade capitalista da terra, dado que se trata da terra de trabalho (MARTINS, 1980), em que não há a exploração do trabalho alheio por parte do camponês, embora existam médios e grandes proprietários na avicultura que contratam diretamente trabalhadores (MOREIRA, 2014), o predomínio, no Oeste Paranaense, é dos(as) camponeses(as), pois os(as) suinocultores(as) e avicultores(as) da região, que contam apenas com a mão de obra da família, são mais de 80% dos estabelecimentos, e a contratação de mão de obra temporária ou permanente, serviço de empreitada e demais combinações não ultrapassam 6% (IBGE, 2006).

Figura 1 - Localização dos Frigoríficos no Oeste Paranaense (2017)



Tais constatações, apontam que, para o capital, o limite entre viver uma “condição camponesa” e uma “condição de proletariedade” não são realidades distantes, díspares e separadas, conforme geralmente são entendidas pela literatura especializada ou pelo entendimento referenciado na divisão técnico-científica do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009), pois no caso da engorda e abate de frangos e suínos, se aproveita das mesmas para extrair mais-valia dos(as) proletários(as) do campo e da cidade e subordinar a renda/produção camponesa. Desse modo, o capital hegemoniza essas diferentes realidades do trabalho, o que nos impõe atenção para compreender a realidade social do trabalho dos(as) avicultores(as), apanhadores de frangos e ovos, entre outros.

Com isso, buscamos compreender na pesquisa, se existe ou pode vir a existir alguma soldagem de luta unificada entre esses sujeitos sociais do trabalho. Acreditamos que tal ação⁴³, poderia oferecer resistência significativa ao capital (as lutas efetivas de contraespaço), daí também a necessidade de entender a formação e perspectivas políticas de suas organizações coletivas, assuntos que serão trabalhados ao longo da tese mais centralmente nos últimos capítulos.

Assim, dialogamos com 2 avicultores no município de Pato Bragado (PR), 5 em distritos do município de Toledo (PR), e que em 2 casos também trabalhavam com suinocultura, e 1 em distrito de Cascavel (PR)⁴⁴. Além disso, um dos entrevistados nos ofereceu a oportunidade de passar um dia inteiro numa frente de limpeza de aviário no município de Toledo (PR), o que possibilitou além de observar a realização dos trabalhos, entender como um avicultor e suinocultor vinculado à Brasil Foods, por contrato de integração, externaliza juntamente com a família diferentes rotinas de trabalho (Figuras 1, 2, 3 e 4). Tais entrevistas não tiveram autorização para gravação, no entanto, conseguimos entrevistar duas entidades regionais de representação política dos avicultores e suinocultores, que permitiram registro de áudio: Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR), e Associação Regional dos Suinocultores do Oeste do Paraná (ASSUINOESTE).

⁴³ Motivamo-nos a pesquisar tal assunto principalmente por ter contato ao final de 2012 com algumas manifestações, protestos e greves de avicultores em Francisco Beltrão (PR) e em Concórdia (SC), Forquilha e Nova Veneza no ano de 2014. Também em 2012 trabalhadores na Brasil Foods de Carambei e Globoaves em Cascavel (fato que se repetiu no final de 2014) organizaram greves a partir dos sindicatos de trabalhadores da alimentação. Contudo, foi no ano de 2013 que houve uma manifestação conjunta entre avicultores e abatedores de frangos em Forquilha e Nova Veneza (SC) que chamou a nossa atenção (ver especialmente a notícia disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/economia/2013/aumento-salarial-e-melhores-condicoes-de-trabalho-sao-reivindicacoes-para-a-avic/>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

⁴⁴ Destas, somente cinco tiveram autorização para a gravação, nas outras utilizamos apenas o diário de campo.

Contudo, ao ter como preocupação o trabalho ao longo do circuito produtivo do frango/suíno, foi necessário também estabelecer a interlocução com outros(as) pesquisadores(as) que trabalhassem tais temáticas. Para dar conta de compreender o trabalho, ao longo do circuito produtivo do frango e suíno, a interlocução foi fundamental, seja nas reflexões teóricas ou no próprio acesso às fontes orais e escritas. Como existem pesquisas (ZEN, 2009; STORTI, 2010; BELUSSO, 2010; MISUZAKI, 2009; MOREIRA, 2014; WALTER, 2014) realizadas com avicultores integrados, apanhadores de frango e entrevistas produzidas e transcritas durante a minha pesquisa de Mestrado, com trabalhadores(as) apanhadores de ovos nas granjas de matrizes (não aproveitadas naquele momento), procuramos utilizar tais fontes para a tese.

Também foram cedidas entrevistas transcritas com trabalhadores(as) do campo e da cidade vinculados à cadeia avícola/suínos, que foram produzidas por pesquisadores(as) vinculados ao Laboratório de Pesquisa Trabalho e Movimentos Sociais (LTMS) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon (PR), ao longo dos anos 2000⁴⁵.

Esse material foi fundamental para complementar as entrevistas que realizamos durante a pesquisa do doutorado e permitiu alcançar outros sujeitos sociais não diretamente entrevistados por nós. Dessa forma, foi possível contar com 981 páginas de entrevistas transcritas com trabalhadores(as) envolvidos no circuito produtivo do frango/suíno que, somadas aos outros procedimentos metodológicos, permitiram salto significativo em relação às reflexões da presente tese. Ainda, com relação às entrevistas, tivemos a oportunidade de entrevistar, nos trabalhos de campo de 2013 e 2014, 13 representantes de entidades ligadas às questões do trabalho (sindicalistas, representantes de associações de trabalhadores(as) do campo e da cidade e procuradora do MPT), dentre os quais 12 autorizaram a gravação das mesmas, totalizando mais de 10 horas, que foram integralmente transcritas.

Apenas um dentre estes não autorizou a gravação da entrevista, sendo que, as informações da mesma, foram anotadas a partir das impressões pessoais no diário de campo.

⁴⁵ Agradeço aos(as) historiadores(as): Fagner Guglielmi Pereira, Vagner Moreira, Guilherme Dotti Grando, Jaqueline Cunico, Lucineia Fagnani, Maria Cristina de Castro Pereira e Rinaldo José Varussa, pela disponibilização das entrevistas transcritas que foram realizadas por eles e gentilmente cedidas para minha pesquisa de doutorado, totalizando mais de 600 páginas de transcrições. Também, agradeço o historiador Davi Félix Schreiner, e novamente a Maria Cristina de Castro Pereira, por concederem a cópia de cartas de trabalhadores e outros documentos que envolviam a construção da “chapa operária”, em 1981, no município de Toledo (PR). Trata-se de uma tentativa de formação de um sindicato operário naquela década em que os integrantes da referida chapa, após a eleição, foram sumariamente demitidos pela Sadia, confeccionando cartas individuais e um manifesto coletivo intitulado “*A luta pelo nosso sindicato*”, fontes de grande valia para nossa tese.

Aliás, o diário de campo foi utilizado mesmo quando tivemos a oportunidade de gravar os diálogos, pois capturam os momentos de conversas informais e as avaliações pessoais do pesquisador em cada entrevista realizada. Também, foi um recurso metodológico fundamental para avaliar os discursos e intervenções no âmbito dos encontros do capital e trabalho, bem como, dos momentos de observação *in loco* do cotidiano de uma associação de trabalhadores(as) lesionados (AP-LER) e do trabalho na produção integrada de aves e suínos.

Figura 3 - Engorda de suínos



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Figura 4 - Trabalho mecanizado para limpeza do aviário



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Figura 6 - Persistência do trabalho manual na limpeza de aviários



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Figura 5 - Destino final dos resíduos do aviário (adubação)



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Por exemplo, foi possível anotar impressões e ponderações sobre as falas das lideranças sindicais, políticas e empresariais durante: o 15º Congresso dos Trabalhadores em Cooperativas do Paraná, realizado em Cascavel no dia 27 de abril de 2014; Encontro IV das Câmaras Setoriais das Cadeias Produtivas da Proteína Animal (frango e suínos), promovido pelo “Programa Oeste em Desenvolvimento”; greve ocorrida em 2014 na empresa Globoaves, em Cascavel (PR), e deflagrada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Cascavel (SINTIACRE); e a audiência pública, promovida pelo MPT, no ano de 2013, sobre segurança e saúde do trabalho no setor frigorífico.

Ademais, ao longo dos trabalhos de campo, desde a graduação, fomos “coleccionando” documentos. Embora de distintas fontes, toda essa documentação está relacionada ao trabalho no circuito produtivo do frango/suíno. Isto é, documentos jurídicos (processos trabalhistas, Ações Cíveis Públicas, legislações como a construção da Normativa Regulamentadora 36), imprensa dos trabalhadores(as) (jornais de sindicatos e associações), imprensa jurídica (informativos do MPT), imprensa jornalística e *clippings* disponibilizados na internet que estejam relacionados à temática, e mais especificamente Convenções Coletivas de Trabalho (CCT’s) e Acordos Coletivos de Trabalho (ACT’s), negociados entre o movimento sindical e as empresas, dentre outros.

Sentimos a necessidade de pautar a **organização** de toda essa miríade de fontes, que percorriam a nossa pesquisa. Deste modo: 1) conseguimos produzir, a partir da interlocução com outros pesquisadores(as) um documento com mais de mil páginas de transcrições de entrevistas com trabalhadores(as) do circuito produtivo do frango/suíno; 2) reunimos farta documentação escrita, narrada e audiovisual; e 3) participamos de encontros, manifestações e da observação *in loco* do cotidiano de trabalho e de uma entidade coletiva, utilizando o diário de campo. No entanto, essas fontes estavam desorganizadas e, apesar de dialogarem diretamente entre si, não estavam adequadas para alcançar tal objetivo.

Consequentemente, precisamos pensar numa perspectiva para organizar as informações. Estabelecemos como critério central a relação das informações com os objetivos gerais e específicos da pesquisa, ao passo em que a categorização temática (GIBBS, 2009; ALVES, 2014) norteou a sistematização das fontes. Quer dizer, criamos categorias temáticas que mantinham relação com os objetivos da pesquisa e se buscou, a partir da leitura de todo o material levantado em campo, as correlações destes com tais objetivos. Igualmente, esse passo

importante da organização do material foi direcionado com o intuito de disponibilizar os mesmos para pesquisas posteriores⁴⁶. Segundo Gibbs (2009, p.60):

Codificação é a forma como você define sobre o que se trata os dados em análise. Envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica e descritiva. Geralmente, várias passagens são identificadas e então relacionadas com um nome para a ideia, ou seja, o código. Sendo assim, todo o texto, entre outros elementos, que se refere à mesma coisa ou exemplifica a mesma coisa é codificado com o mesmo nome. A codificação é uma forma de indexar ou categorizar, o texto para estabelecer uma estrutura de ideias temáticas em relação a ele.

Assim, organizamos a codificação das fontes, a partir da criação dos códigos analíticos e específicos (Figura 7). Os primeiros, como o próprio nome já indica, procuram articular as descobertas do campo na sua relação com a problemática no âmbito mais geral. Os segundos, consistem em elementos específicos encontrados nas fontes obtidas pela pesquisa de campo e que são a base do fundamento dos códigos analíticos.

Por exemplo, a disputa entre entidades de trabalhadores(as) (código analítico) se materializa, no Oeste Paranaense, com a disputa de base entre sindicatos da alimentação e de cooperativas, e conflitos entre sindicatos e AP-LER (códigos específicos). Cada um destes são exemplos empíricos das fissuras internas às entidades coletivas dos(as) trabalhadores(as) e relacionam-se com a teoria, conceitos e objetivos gerais e específicos da tese. Também, possuem um conjunto de fontes específicas onde aparecem tais informações (trechos de entrevista e documentos diversos).

Nesse sentido, a partir da criação dos códigos, foi possível encontrar as fontes específicas que fundamentam cada um deles. Determinados trechos das entrevistas que tratavam das disputas entre entidades de trabalhadores(as), o mesmo que ocorria com a imprensa sindical e documentos jurídicos, sendo que, cada qual, expressavam distintas posições e até mesmo conflitavam sobre um mesmo assunto. Ao tomar como exemplo o conflito entre STIA-Toledo e AP-LER (código específico dentro do analítico mais geral, “disputas entre entidades de trabalhadores”), se percebe que este nos leva a um conjunto peculiar de fontes (Figura 8).

⁴⁶ Todo o material documental foi doado por mim e está disponível para consulta pública no arquivo do Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes” (CEMOSi)/FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP).

Figura 7 - Categorização temática: códigos analíticos e específicos

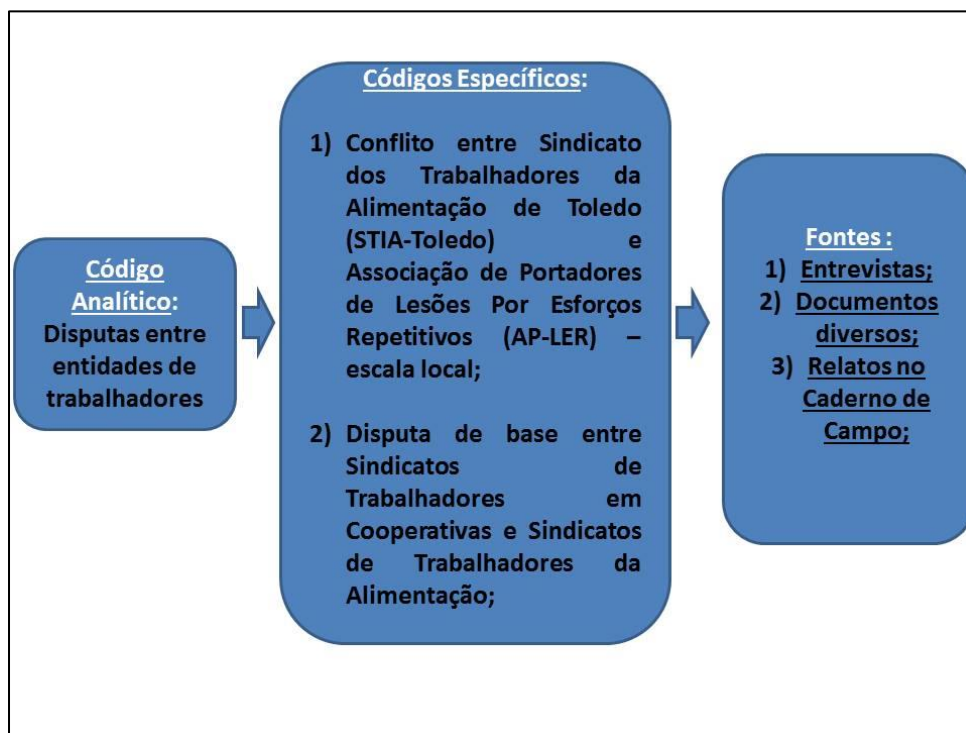
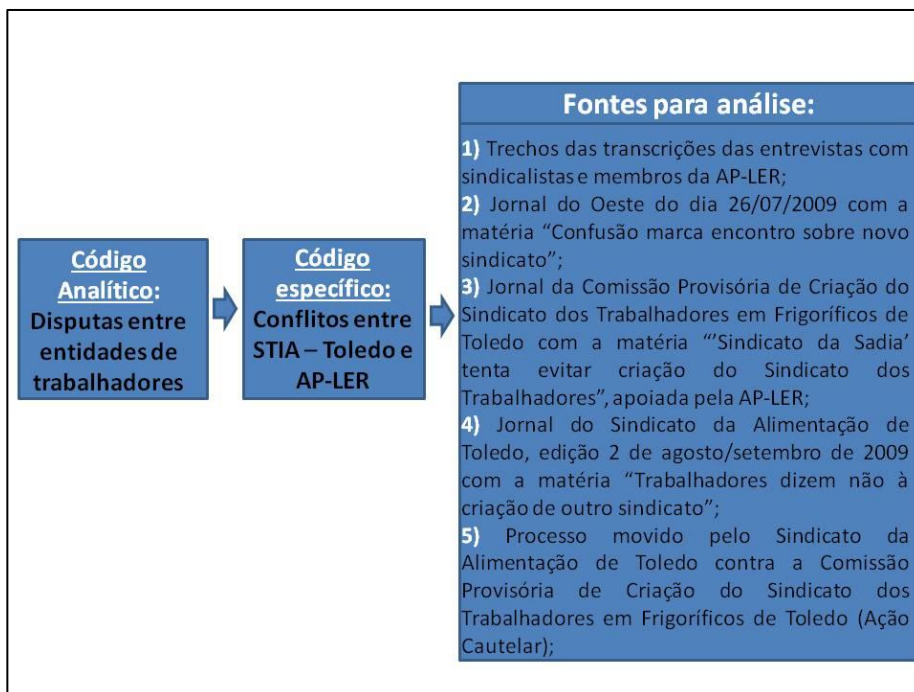


Figura 8 - Exemplo de organização das fontes que fundamentam um código analítico e específico



Deste modo, a sistematização e organização da informação, a partir da técnica da categorização, foi tarefa fundamental e contribuiu para estruturar a redação de toda a tese, bem como alcançar os objetivos gerais e específicos. A criação dos códigos analíticos, o conjunto de códigos específicos que o fundamentam e as fontes específicas para cada um

deles, possibilitou-nos, sistematizar as informações dos trabalhos de campo e compilar inúmeras fontes que pareciam não ter nenhuma correlação.

Obviamente, é importante ressaltar que a estratégia metodológica da categorização temática trata-se de uma possibilidade de organização das fontes reunidas e não em esquema fechado, do qual não se poderia fugir para trabalhar com tais fontes. Também, por se tratar de organização da informação, não colocamos, por exemplo, as entrevistas como suportes dos documentos e vice-versa, mas tão somente indicamos com o organograma que, sobre o código analítico “disputa entre entidades de trabalhadores(as)” há vários códigos específicos e distintas fontes que podem ser consultadas. Ademais, outras técnicas de análise são perfeitamente possíveis a partir do mesmo material coletado, porém essa – a categorização temática – foi a que julgamos mais adequada para tratar metodologicamente a informação para a presente pesquisa.

2.3 Os sujeitos da Geografia do Trabalho!

Assim, procuramos pautar a articulação entre os procedimentos metodológicos de ordem quantitativa e qualitativa na sua relação de complementaridade, atentos, pois, à organização das fontes, a partir da técnica da categorização temática. No entanto, tais procedimentos metodológicos, por si só, não conseguiriam ultrapassar a esfera da descrição sem a referência ao método, que nos permite enxergar a sua essência.

Se “(...) a fundamentação teórico-metodológica da pesquisa tem no método, nas metodologias e técnicas de investigação elementos que dialogam entre si” (ALVES, 2013, p. 41), é preciso perceber que tais procedimentos estão vinculados, também, a um referencial teórico-político no âmbito da Geografia, que no caso da pesquisa em questão, tem por referência o marxismo e a construção histórica da renovação crítica desta ciência, desde a década de 1980.

Deste modo, não pautamos nossa perspectiva teórico-metodológica descolada da totalidade social, tampouco negamos o marxismo e sua metanarrativa. Por isso, falamos da construção de uma Geografia do Trabalho que entende essa categoria na sua relação dialética, isto é, como dominação (trabalho estranhado um produto histórico) e emancipação (trabalho concreto e condição ontológica, eterna necessidade natural do ser social no metabolismo ser humano e natureza), o que permite defender a centralidade do trabalho, no século XXI e não o “fim do trabalho” (ANTUNES, 2009; THOMAZ JUNIOR, 2009). Este caráter duplo do

trabalho, como aludiram Marx (1983), Lukács (2010; 2012; 2013) e Mészáros (2002), deve ser reconhecido, porque permite a crítica radical de sua forma histórica: o trabalho estranhado. Na síntese de Lessa (2002, p.34):

Em suma, o reconhecimento do caráter fundante do trabalho para o ser social não inviabiliza a crítica radical de suas formas historicamente concretas. Pelo contrário, esse reconhecimento está na base da proposta marxiana da superação do trabalho abstrato por uma sociedade de produtores livremente associados. Marx pôde postular a necessidade da superação do trabalho abstrato, forma historicamente particular de exploração do homem pelo homem. Nesse preciso sentido, a análise ontológica do trabalho tal como realizada por Lukács em nenhum momento vela os grandes problemas oriundos, para nossa sociedade, da vigência quase universal do trabalho abstrato. Pelo contrário, ao desvelar as conexões ontológicas mais genéricas que articulam trabalho e totalidade social, possibilita uma base teórica sólida para a mais radical crítica ao trabalho abstrato.

É no âmbito dessa relação social de trabalho estranhado, construída historicamente, que os homens e mulheres inserem-se na contemporaneidade. Suas narrativas não são apenas “particulares”, mas pressionadas pela sua inserção de classe no âmbito do metabolismo social do capital (MÉSZÁROS, 2002). Por isso, ao entrevistar trabalhadores e trabalhadoras encontramos um conjunto de experiências que não são meramente individuais, mas vividas por uma classe. Trata-se da experiência de classe, “(...) determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente” (THOMPSON, 1987, p.10). Ou em termos precisos de Marx (2008, p.19): “(...) os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.

Tudo isso significa que o papel do sujeito na história não pode ser retirado da esfera da luta de classes. Ao mesmo tempo, se pensarmos o sujeito no âmbito da Geografia, a referência não poderia ser diferente, pois como diz Mészáros (2002), é o trabalho o opositor do capital e aquele que pode imprimir outro curso histórico para além do capital e não o “indivíduo” que esteja por fora desta esfera. Entender os(as) trabalhadores(as) como sujeitos sociais ativos e que podem interferir no espaço por meio das lutas de contraespaço, não pode prescindir da centralidade revolucionária do trabalho, isto é, a dialética da negação da sua afirmação enquanto trabalho subordinado à produção de mercadorias.

Isso não significa, de forma alguma, reduzir o debate do trabalho e, consequentemente, da classe trabalhadora, como veremos (item 4.5 e 6.1), somente à esfera do proletariado, ou apenas ao conjunto das relações de assalariamento, inclusive quando se

quer compreender a classe trabalhadora no âmbito do capital da frigorificação de carnes. É preciso compreender as identidades de classe e as ações concretas dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, que nos permitam compreender, de forma mais profunda, a centralidade revolucionária presente no universo do trabalho, no século XXI. Sobre esse conceito diz Thomaz Junior (2009, p.81):

A vitalidade teórica que estamos tentando conferir ao universo do trabalho, levando em conta seus diferentes mundos, enraíza-se no objetivo maior de reconhecer sua centralidade, além de requerer que assumamos seu significado político, ontológico, econômico, exige igualmente que decifremos as diferentes identidades espaciais e territoriais do ser que trabalha no tempo e no espaço.

Neste íterim é imprescindível ressaltar que referenciamo-nos na centralidade do trabalho defendida, dentre outros, por Lessa (2002), Mészáros (2002), Antunes (2009) e Thomaz Junior (2009). Por esse motivo, rejeitamos as concepções que atestam o “fim do trabalho”, o “adeus ao proletariado”, ou “a crise da sociedade do trabalho”, tributárias do pensamento de Gorz (1987), Offe (1989), Kurz (1992; 1998), dentre outros(as).

Sobre estes autores(as), embora com posições e filiações teóricas distintas entre si, pesa o entendimento de que o trabalho perde sua centralidade política e, deste modo, como compreende Gorz (1987), as ações emancipatórias não encontram respaldo no trabalho e na classe trabalhadora, mas sim numa suposta “não-classe-de-não-trabalhadores”, já que o proletariado fabril está diminuindo por causa das transformações do capitalismo pós-1970. Afinal de contas, como sugere Offe (1989), a redução do operariado fabril, típica das transformações ensejadas pela reestruturação produtiva do capital, significa a crise da sociedade do trabalho, que já não seria mais o eixo central das lutas políticas e da construção de uma “ética do trabalho”⁴⁷. Para estes autores os conflitos sociais estão distantes da produção e, assim sendo, desvinculam-se do trabalho, apontando para novos campos de ação, atores e para uma nova racionalidade.

Além disso, é preciso ressaltar também o *Manifesto Contra o Trabalho* (1998) do Grupo Krisis e, obviamente, o papel do filósofo e ensaísta alemão Robert Kurz, que acabaram por entender o trabalho somente na esfera da (des)realização. A tese de que, o trabalho, por ser parte do mundo da mercadoria (“força de trabalho”) é incapaz de superar a lógica do capital, como fora formulado por este autor, no limite, e apesar das agudas críticas que o mesmo desferiu ao capital, significa indicar a desconstrução de uma alternativa a esta forma

⁴⁷ Sobre esse assunto ver a crítica de Antunes (2009) no texto de apêndice número 2 e intitulado “Os novos proletários do mundo na virada do século”.

histórica de controle do metabolismo social que será oriunda do trabalho⁴⁸, conforme defendem, dentre outros(as), György Lukács e István Mészáros. Para o pensamento de Kurz e do Grupo Krisis, as propostas para revolução significam em “abolir” o trabalho por entendê-lo apenas como significado de dominação, coerção etc.

Perde-se, então, a compreensão da dialética do trabalho em seu sentido marxiano já que, independente de todas as formas de sociedade, o trabalho, criador de valor de uso e, portanto, trabalho útil, é uma condição de existência dos homens e mulheres, ou seja, a eterna necessidade de mediação entre a sociedade e natureza (MARX, 1983). Assim, ao negar sua centralidade é preciso questionar se isso vale apenas para sociedade do trabalho abstrato ou se, também, é válido para a dimensão concreta (trabalho produtor de valor de uso). Estes questionamentos, a nosso ver, permitem observar a fragilidade destas teorias do “fim do trabalho”, pois não possibilitam enxergar que, a alternativa à sociedade do capital e ao complexo do trabalho estranhado, se dará pelo trabalho e pela classe trabalhadora. Por isso, é importante que “(...) não percamos de vista, entre outras coisas, que o abandono da centralidade do trabalho para explicação da sociedade contemporânea implica igualmente o abandono da teoria do valor-trabalho” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.112).

Isto posto é necessário apontar que as teses do “fim do trabalho” emergem num contexto bastante específico do desenvolvimento histórico do capital, o período da reestruturação produtiva. Neste, as transformações técnicas que levaram, em alguns setores espectrais, ao aumento da composição orgânica do capital e a consequente redução do capital variável (trabalho vivo), resultou nas confusões teóricas que apontaram o “fim do trabalho”. No entanto, a suposta crise da sociedade do trabalho não tem nada a ver com o “fim do trabalho”, mas tão somente com o “fim do emprego”, no geral, industrial, com alguns direitos sociais adquiridos e praticamente restrito aos países centrais e seu *welfare state*.

Contraditoriamente, e apesar das propostas de descentramento da categoria trabalho, é impossível dizer, no século XXI, em que 75% dos(as) trabalhadores(as) do mundo possuem empregos temporários ou de curto prazo⁴⁹ (OIT, 2015), que o trabalho esteja em seu “fim” por conta das transformações técnicas nos processos produtivos, ou mesmo que os conflitos sociais e territoriais não estariam mais relacionados à esfera do trabalho. Na verdade,

⁴⁸ Essa discussão é bem posta por Ricardo Antunes e Dieter Heidmann em entrevista, no ano de 2012, ao *IHU-Online*, na qual o primeiro aponta as críticas centrais, das quais compartilhamos, à obra de Robert Kurz. Disponível em: <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4598&secao=400>. Acesso em 15 jun. 2017.

⁴⁹ Ver mais em: <<https://nacoesunidas.org/apenas-25-das-pessoas-no-mundo-possuem-trabalhos-formais-afirma-oit/>>. Acesso em 16 jun. 2017.

constata-se a redução do operariado fabril em determinados setores, principalmente espectrais do ponto de vista das forças produtivas, porém com uma ampliação dos empregos precários, temporários, sem direitos etc., bem como lutas e conflitos sociais que se dão contrariamente a tais situações, por exemplo, pela via dos movimentos sociais. Tal contexto, longe de significar o fim da centralidade do trabalho, crise da sociedade do trabalho ou o adeus ao proletariado, aponta para o caráter fragmentado, heterogêneo e complexo da classe trabalhadora na contemporaneidade (ANTUNES, 2005).

Estratégias contemporâneas como a terceirização desmontam fábricas inteiras transferindo, em alguns casos, partes do processo de produção para a própria casa dos(as) trabalhadores(as), como ocorre em setores como a produção de calçados e têxtil (NAVARRO, 2006; BRUMATTI CARVALHAL, 2009). Este trabalho domiciliar, apesar de ser vendido como “moderno” pelas personificações do capital, é uma estratégia típica de redução de custos e precarização do trabalho, pois os(as) trabalhadores(as) são subcontratados(as), isto é, considerados(as) “empresas” e, deste modo, sem acesso aos direitos trabalhistas – veremos como isso também ocorre no circuito produtivo da frigorificação de carnes no item 4.3. Em decorrência, observa-se que o “enxugamento” dos postos de trabalho nas indústrias não atesta o fim do trabalho, mas sua recriação sob relações ainda mais precárias, heterogêneas e multifacetadas.

Para além deste debate teórico, já largamente apreciado criticamente, talvez seja interessante seguir, no século XXI, a rica indicação de Mészáros (2007) quando diz que o essencial não é a relação historicamente mutável entre trabalhadores de “macacão” e de “gravata”, mas o confronto fundamental e socialmente intransponível entre capital e trabalho que “(...) não se restringe a esta ou à aquela parcela particular do trabalho, mas abarca a totalidade do trabalho como o antagonista do capital”(MÉSZÁROS, 2007, p.71). Ou seja, é necessário negar o complexo do trabalho estranhado, mas sem que isso incorra no erro de decretar o “fim do trabalho”, pois é justamente da classe trabalhadora que advirá uma alternativa capaz de instituir um novo modo de controle do metabolismo social.

Igualmente, a contribuição de Mészáros (2007) indica-nos, também, com seu conceito de totalidade viva do trabalho, a crítica aos conceitos enrijecidos de trabalho e de classe trabalhadora. Tal perspectiva é um referencial fundamental para o desenvolvimento das pesquisas da Rede CEGeT de Pesquisadores, pois sem negar a centralidade do trabalho, o coletivo tem pautado o alargamento do conceito de trabalho e de classe trabalhadora (THOMAZ JUNIOR, 2009). Tal entendimento, destoa de outros(as) autores(as), como Lessa (2011) que, no âmbito do grupo dos(as) teóricos(as) que defendem a centralidade do trabalho,

restringe a classe trabalhadora somente ao proletariado, única classe que produz o conteúdo material da riqueza, assunto que retomaremos criticamente nos itens 4.5 e 6.1.

Neste sentido, acreditamos ser importante adiantar que, sem uma compreensão ampliada de classe trabalhadora, não conseguiremos compreender os mecanismos de dominação e controle do trabalho, por exemplo, no âmbito do circuito produtivo da frigorificação de carnes, assunto central da presente tese. E, do mesmo modo, estaremos impossibilitados de oferecer subsídios teóricos que possam fomentar a construção das resistências (lutas de contraespaço), já que para o capital a extração de mais-valia (absoluta e relativa) e a subordinação da renda da terra são partes indissociáveis do seu processo de acumulação (espaço hegemônico). Porém, quando se trata do trabalho e suas organizações reina a completa fragmentação e ações distanciadas, inclusive, pelo apego ao corporativismo-categorial, aspecto que contribui para manter a contínua marcha de acumulação capitalista do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense.

Para além da especificidade da nossa pesquisa, que será abordada nos próximos capítulos, é fundamental indicar que, ao compreender a classe trabalhadora ampliada, entendemos as lutas sociais contemporâneas ligadas à totalidade viva do trabalho. Não reivindicamos, por exemplo, que as lutas dos movimentos sociais, como o MST, que buscam resgatar o sentido da terra, não como mercadoria, mas território de vida, estejam desvinculadas do trabalho por não se restringirem ao circuito da relação essencialmente capitalista. Do mesmo modo que lutas por questões vitais, nos dizeres de Antunes (2011), com aquelas que se dão contra a privatização da água, do petróleo, gás, pelo direito do trabalho, preservação ambiental, não devem ser entendidas como distanciadas do universo do trabalho. Enfim, tais expressões de conflitos territoriais, não devem ser significados, como fizeram os teóricos do descentramento da categoria trabalho, por fora da centralidade revolucionária do trabalho.

É a partir destes entendimentos que procuramos compreender os sujeitos da Geografia do Trabalho, isto é, aqueles(as) protagonistas das lutas de resistência (contraespaço), no século XXI. Estes(as), a nosso ver, não se restringem ao proletariado puro, fabril e ao movimento operário, mas também às outras formas de externalização do trabalho que esgarçam as relações estritamente assalariadas. Aqui tomo de empréstimo a formulação de Thomaz Junior (2009, p.125):

(...) o que está em relevo é a necessidade inequívoca de repensarmos, por dentro da dinâmica territorial do trabalho, quais são as condições em que o conflito de classe se expressa, na sociedade, retrato, necessariamente, dos

conflitos e da realidade da centralidade do trabalho, no século XXI, enfim, as apreensões das pesquisas recentes. Na verdade, independentemente de circunscrevermos nossa compreensão do antagonismo entre proletariado e burguesia, conforme foi entendido por Marx, no século XXI, ou se ampliada conceitualmente para a contraposição entre trabalho x capital, temos que entender efetivamente os papéis desempenhados pelos sujeitos sociais.

Por isso, nas pesquisas, o objetivo é compreender que os sujeitos sociais são protagonistas do que entendemos ser a construção da Geografia do Trabalho e da atualidade do conceito de centralidade do trabalho. Deste modo, o trabalho de campo e os procedimentos metodológicos numa Geografia que se propõe a realizar a crítica radical da sociedade do capital, não pode furtar-se, de buscar compreender a essência da organização do espaço e da luta de classes que se esconde por trás da aparência do arranjo paisagístico e contribuir para a transformação das distintas relações de exploração e dominação. Distinguir as aparências da essência é um ensinamento seminal da obra marxiana e nos parece absolutamente válido para a contemporaneidade e, obviamente, para Geografia do Trabalho.

CAPÍTULO 3

A FORMAÇÃO DO ESPAÇO HEGEMÔNICO E A ACUMULAÇÃO DE CAPITAL PELA VIA DA FRIGORIFICAÇÃO DE CARNES

“Tirar a máscara das coisas para revelar as relações (sociais), eis a força de Marx, a aquisição do pensamento marxista, quaisquer que sejam as ambições políticas que as reclamem” (Henri Lefebvre)

Tratamos, nos capítulos anteriores, da necessária discussão de método e metodologia na construção da Geografia do Trabalho. Agora, a tarefa é explicitar a sua operacionalização do ponto de vista da análise específica da presente tese, que tem como tema a discussão da relação capital-trabalho no âmbito do capital de frigorificação de carnes no Oeste do Paraná. Como veremos neste capítulo, o Oeste Paranaense, é a principal região concentradora da atividade de abate de aves e suínos do estado do Paraná. A maior taxa de empregos formais gerados na mesma se concentra nos abatedouros e seu peso na economia e nas relações de poder locais é evidente.

Todavia, apenas “localizar” e descrever as altas taxas de emprego e produção do capital da frigorificação de carnes, no Oeste Paranaense, não é suficiente para a “leitura” geográfica por nós pretendida. Esse é apenas o ponto de partida. Em tal perspectiva analítica, não ultrapassaríamos a aparência paisagística do fenômeno, escondendo, através de tal abordagem, o conflito estrutural entre capital e trabalho, afinal, o assunto que nos ocupa centralmente.

Assim, procuramos partir da paisagem, uma manifestação exterior e aparente, para desvendar a estrutura de classes do capitalismo que não aparece nesse nível meramente empírico/descritivo (THOMAZ JUNIOR, 2005, 2009, 2002, 2002a,; MOREIRA, 2007). Nesse sentido, nos cabe compreender, por meio da “leitura” geográfica, que a estrutura espacial é ordenadora dos antagonismos de classes, que pelo lado dos dominantes tem o caráter de disciplinarização dos dominados e pelo lado destes o de uma ação de contraespaço (MOREIRA, 2013; CARVALHAL, 2000), conceitos que, conforme argumentamos nos capítulos anteriores, são fundamentais na discussão de toda a tese.

Com isso, podemos observar que no Oeste Paranaense há um espaço hegemônico produzido, desde pelo menos a década de 1960, em torno da acumulação de capital a partir do abate e processamento de carnes. Não obstante, a discussão sobre o conceito de hegemonia torna-se fundamental, visto que é a base teórica, seja para o entendimento da construção do

espaço hegemônico, como também para compreensão da resistência contra hegemônica, representada pelas lutas de contraespaço.

Neste sentido, o intuito do presente capítulo é recuperar o processo histórico de formação deste espaço hegemônico na região e suas relações com a aposta conservadora da tecnificação da agropecuária. Iniciamos recuperando os debates sobre a tecnificação da agropecuária, pois a atividade de frigorificação de carnes é parte desse projeto hegemônico para o campo brasileiro. Deste modo, procuramos colocar em discussão as diferentes interpretações teóricas sobre a suposta “modernização” da agropecuária no Brasil, apontando para o seu viés conservador, socialmente excludente, e que não elimina por completo as relações camponesas no campo, optando por trabalhar com o conceito de “agropecuária tecnificada”. Nesse sentido, procuramos dar sentido ao entendimento de que o capital na frigorificação de carnes se apropria da renda fundiária camponesa e da pequena burguesia, assim como, da extração de trabalho excedente no campo e na cidade, assunto que será tratado com maior ênfase no capítulo quatro.

Também, procuramos desconstruir a noção de que as cooperativas formadas na região, seriam canais alternativos aos grandes monopólios, mostrando o seu papel em conjunto com as empresas locais na aliança com as grandes transnacionais monopolistas e seu processo de formação histórica, ligado ao pacto conservador da tecnificação da agropecuária. Consequentemente, o apoio do Estado ao capital frigorífico, antes de promover o “desenvolvimento regional”, aprofunda a especialização regressiva e o capitalismo dependente, assuntos que desenvolveremos em dois itens específicos e que estão contidos no presente capítulo. Em decorrência, o objetivo é compreender a formação histórica e espacial do capital da frigorificação de carnes, no Oeste Paranaense, que formata o espaço hegemônico regional.

3.1 A tecnificação da agropecuária e sua contribuição para materialização do espaço hegemônico no Oeste do Paraná

Uma hegemonia não se constrói num processo único de coerção direta, mas, principalmente, por estratégias aparentemente idílicas para a manutenção do poder. A hegemonia se consolida quando encontra respaldo entre os dois lados “aliados” e “opositores”, e assim, se torna hegemonia política. Deste modo, é necessário que as classes oprimidas se identifiquem com o projeto hegemônico, tomem para si, até certo limite, tal

ideologia e se sintam mais ou menos representadas no âmbito desse projeto político-econômico-cultural.

Tal processo é construído, a partir de sofisticados mecanismos de dominação ideológica, implementados no interior do processo de trabalho, nas atividades cotidianas e instituições da sociedade civil, ao mesmo tempo configurando-se em espaço de disputa pela hegemonia, isto é, potencialmente espaço de resistência e transformação (DEL ROIO e SILVA, 2003).

Dois pontos merecem ser esclarecidos. O primeiro, é que a hegemonia não significa uma subordinação total e, por isso, o processo de formação e constituição de uma contra hegemonia das classes oprimidas é possível. O segundo, consiste em refutar a ideia atribuída à Gramsci, enquanto teórico da “cultura”, da “política”, da “superestrutura”. Isso porque, o processo de hegemonia se dá tanto no plano do movimento, quanto no das instituições e essa reforma intelectual e moral deve estar ligada a um programa de reforma econômica, isto é: “(...) pensar-se a construção de uma nova forma social, uma nova sociabilidade, só é possível se se pensam conjuntamente as formas específicas de sua realização – a um tempo material e simbólica” (DIAS, 1996, p.10).

Assim, se toda hegemonia está articulada a uma estrutura material de realização, poderíamos dizer, desde o ponto de vista geográfico, que ela se relaciona à produção do espaço hegemônico, possui determinada espacialidade e formata um arranjo espacial. Isso significa que falar em produção do espaço, é falar em sujeitos hegemônicos que produzem o espaço, não sem resistência (sujeitos das lutas de contraespaço), mas que mesmo assim hegemonomizam as classes oprimidas. Propor que a hegemonia produz espaço nos coloca no diálogo com geógrafos que abordam o espaço geográfico, não reduzido a uma simples tela de fundo inerte e neutra, receptáculo das ações humanas (SANTOS, 1977). Pelo contrário, o espaço geográfico é um “espaço produzido”, que se configura numa formação espacial⁵⁰ (MOREIRA, 1982), definição que dialoga diretamente com o conceito de formação econômico-social de Marx:

(...) na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado do desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência (MARX, 2008, p.47).

⁵⁰ Ruy Moreira no mesmo texto confere aos conceitos de formação espacial e formação sócio-espacial (este último proposto por Milton Santos) uma definição sinônima.

Por isso, diz Moreira (1982), que um bom trabalho de construção teórica do espaço não pode prescindir da articulação da base material (econômica), das instituições e da ideologia, sem as quais não se pode mergulhar a fundo na compreensão de uma formação econômico social, que quando espacializada, significa o próprio conceito de formação espacial. Diríamos mais, que é imprescindível entender essa articulação na dimensão da construção de uma hegemonia (que articula as duas esferas), não homogênea (e que por isso contém o conflito), mas que mesmo assim controla a produção do espaço aos moldes dos sujeitos hegemônicos, o espaço hegemônico.

Neste sentido, não há como explicar o visível, no arranjo paisagístico do Oeste Paranaense, da estrutura econômica regional contemporânea baseada no abate e processamento de carnes, sem entender os processos invisíveis que se dão nas esferas ideológico-cultural e jurídico-política, construídos historicamente. É assim que o papel desempenhado pela região Oeste Paranaense na divisão técnico-territorial do trabalho (nacional e internacional), por exemplo, se expressa num arranjo paisagístico peculiar, forma essa que possui um conteúdo e uma função específica (SANTOS, 1985), interligadas ao processo geral de acumulação capitalista. Em consequência, esse é um exemplo claro da necessidade de explicar o invisível que determina o visível paisagístico do espaço geográfico (Figuras 9, 10, 11 e 12).

As figuras citadas, em si, nada explicam, apenas nos demonstram a aparência paisagística do arranjo espacial da cadeia da frigorificação de carnes. No entanto, a plantação de soja e milho, a engorda de frangos, bem como o frigorífico de aves, estão correlacionados à acumulação de capital pela via da frigorificação de carnes, no Oeste Paranaense, algo invisível no arranjo paisagístico por si só. Essa aparência visível na paisagem é fruto da constituição de um espaço hegemônico que, desde a década de 1960, apostou na tecnificação da agropecuária⁵¹, a partir de inúmeros mecanismos de dominação invisíveis na paisagem, que consistem na base de sustentação desse arranjo espacial⁵².

⁵¹ A tecnificação da agropecuária que é base de sustentação para aparência visível da paisagem atual do Oeste Paranaense, foi instituída no Brasil a partir da aceitação acrítica dos preceitos da Revolução Verde e, principalmente, a partir da derrota das Ligas Camponesas, que desde a década de 1950 reivindicavam a realização da Reforma Agrária no Brasil, constituindo-se em hegemonia no campo brasileiro.

⁵² Com isso, se percebe os limites de uma abordagem geográfica meramente descritiva, pois é preciso compreender o espaço produzido no Oeste Paranaense, qual a forma e função deste na divisão territorial do trabalho, aspectos que não aparecem numa perspectiva descritiva. Por isso, acreditamos ser possível trabalhar com o conceito de hegemonia, em seu sentido gramsciano, pois este é absolutamente útil para compreender o invisível das relações que constituem o visível da paisagem, portanto, da formação espacial (espaço social).

Figura 9 - Frigorífico de aves



Fonte: Trabalho de campo 2014

Figura 10 - Plantação de soja



Fonte: Trabalho de campo 2014

Figura 11 - Plantação de milho



Fonte: Trabalho de campo 2014

Figura 12 - Aviário de engorda de frangos



Fonte: Trabalho de campo 2014

Deste modo, a tecnificação da agropecuária, a nosso ver, possui todos os atributos necessários para a construção de uma hegemonia e se expressa em determinada formação espacial, sendo que discuti-la é nossa tarefa para compreender a formação espacial hegemônica da acumulação capitalista, pela via da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense.

A constituição da hegemonia da agropecuária tecnificada, que se expressa no campo brasileiro desde os anos 1960, e fundamenta as bases do chamado “agronegócio” contemporâneo, se deu permeada por conflitos dentre os quais diferentes proposições foram feitas para o campo no Brasil. Dessa forma, os debates em torno da questão agrária no país foram intensos e, muito embora a tecnificação da agropecuária tenha se implantado no país sem a realização de uma reforma agrária, constituindo a hegemonia no campo, isso não significou que tal processo tenha se dado de forma idílica.

Por princípio, os ideólogos da modernização da base técnica da agropecuária, sem tocar em reformas estruturais como a reforma agrária⁵³, consolidaram a ideologia do campo brasileiro povoado por relações “atrasadas” que supostamente necessitavam de uma verdadeira reorganização. Essa última viria do avanço técnico com o emprego de tratores, insumos agrícolas, entre outros, que estariam ligados ao paradigma “modernizador” que atrelaria a agricultura à indústria (à jusante e à montante). Com tal *slogan* estratégico, foca-se o problema na esfera da mera “modernização da base técnica da agricultura” e exclui-se a necessidade da realização das reformas estruturais, aliás, pautas defendidas por estruturalistas e comunistas com maior vigor na década de 1950.

Com isso, se nega o “atraso” brasileiro ligado à estrutura fundiária concentrada, o que possibilita a permanência do latifúndio. Em decorrência, rejeita-se a reforma agrária pleiteada pelos movimentos sociais do campo, que acreditavam ser o monopólio da terra a causa do atraso, sendo que, para eles, ao eliminar tal monopólio, as forças produtivas dariam um salto para frente (MARIGHELA, 1958).

A reforma agrária para os movimentos sociais desse período, fortemente influenciados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), constituiria numa necessidade de livrar o Brasil dos resquícios feudais/semifeudais. Sendo passo decisivo para o desenvolvimento das forças produtivas no campo, com tal reforma, se acabaria com o latifúndio e o substituiria pela propriedade camponesa ou capitalista (OLIVEIRA, 2007). Tal interpretação também se aproximava dos estruturalistas que, inspirados nos

⁵³ Dentre eles citamos Delfim Neto, Ruy Muller Paiva e na contemporaneidade Xico Graziano (FABRINI e ROOS, 2014).

diagnósticos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), demonstravam que a presença do latifúndio e da concentração da terra significavam entraves para industrialização. Sendo assim, os latifúndios equivaliam ao atraso para a economia e não faziam parte das relações capitalistas, por isso, seria necessário desenvolver as forças produtivas no campo. Nesse sentido, a realização da reforma agrária seria condição para alcançar o desenvolvimento (FABRINI e ROOS, 2014).

Logo, defendiam cepalinos e comunistas, uma reforma agrária que tocasse na estrutura fundiária concentrada no Brasil e, deste modo, no poder que os grandes proprietários fundiários exerciam e ainda exercem no país. Contudo, essa vertente de explicação não se consolidou, sendo que foi a concepção conservadora, que entendia não haver necessidade de tocar na estrutura fundiária concentrada, mas tão somente uma modificação na base técnica de produção, que transfigurou-se hegemônica no campo brasileiro. Assim, se encontrou a “justificativa” que tanto esperaram os militares para coibir os movimentos sociais no campo que lutavam pela reforma agrária. Tanto que, nos anos 1960, em plena Ditadura Militar, lideranças camponesas foram assassinadas.

Também, na leitura do PCB à época, a tecnificação seria necessária para desenvolver o capitalismo no campo, processo que desintegraria as relações pré-capitalistas e, especialmente, o campesinato, formando de um lado os despossuídos dos meios de produção (o proletariado), e os detentores dos mesmos de outro, os burgueses. Como se entendia que o campesinato brasileiro era parte dos resíduos feudais, em vias de extinção, ao não ter condições de competir com os grandes proprietários, tornar-se-iam camponeses(as) ricos ou pequenos capitalistas rurais, ou ainda pobres, sendo, assim, reservados à proletarização, perdendo suas propriedades e assim criando o mercado interno⁵⁴. Essa concepção é tributária do entendimento de Lênin (1982, p.10):

(...) uma insignificante minoria de pequenos produtores se enriquece ‘sobe na vida’ e se aburguesa, enquanto a imensa maioria se arruína completamente, transformando-se em trabalhadores assalariados ou paupérrimos ou vivem eternamente no limite da condição proletária.

⁵⁴ Lênin polemiza com os economistas “populistas” que não acreditavam ser a ruína dos pequenos produtores a criação do mercado interno e, apostando na leitura marxista, entende haver algo progressista na desintegração do campesinato que é justamente a formação do mercado interno na Rússia. Por isso, ele diz que a ruína dos pequenos produtores significa a criação e não a redução do mercado interno. Nas suas palavras: “O ‘mercado interno’ para o capitalismo é criado pelo próprio capitalismo em desenvolvimento que aprofunda a divisão social do trabalho e *decompõe os produtores diretos em capitalistas e operários*. O grau de desenvolvimento do mercado interno é o grau de desenvolvimento do capitalismo no país” (LÊNIN, 1982, p.33, *grifo nosso*).

Concretizar-se-ia assim, a compreensão de que a via da proletarização e destruição do campesinato seria fundamental para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Existe, para Lênin, um viés progressista na destruição do campesinato, pois se forma a partir de sua expulsão do campo uma massa de trabalhadores(as) destituídos dos meios de produção tornando-se proletários(as), que seriam menos dependentes de relações pré-capitalistas “servis”. Esse processo seria o critério, para compreender o grau de desenvolvimento do capitalismo em cada país. Por isso diz ele: “confrontado com o trabalho do camponês dependente ou servo, em todos os setores da economia nacional, o trabalho assalariado livre constitui um fenômeno progressista” (LÊNIN, 1982, p.374).

Em decorrência, para Lênin, o protagonismo da revolução socialista é do proletariado, e a partir do seu estudo na Rússia, em que se apropriou de inúmeros quadros estatísticos analisando o campo deste país, compreendeu que o campesinato estaria se desintegrando, formando de um lado os camponeses(as) ricos (pequena-burguesia) e os camponeses(as) pobres, aos quais restaria a proletarização. Quer dizer, o fim do campesinato e das relações pré-capitalistas feudais é fundamental para os leninistas.

Essa última concepção, ligada à interpretação de Lênin para o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, foi referência aos entendimentos de Silva (1982), quando apontou tendências gerais para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro, que na sua concepção, teriam como processo central, a passagem de uma economia natural para uma economia em que as atividades agrícolas seriam integradas à indústria. Consequentemente, esse processo histórico estaria ligado ao desenvolvimento do mercado interno, assentado na intensificação da divisão social do trabalho (separação entre cidade-campo), acabando, nesse primeiro momento, com as relações pré-capitalistas, como a ligação manufatura-agricultura. Ao mesmo tempo, esse processo cria uma nova reunificação da agricultura e da indústria, com um novo viés. Referenciando-se em Marx, Silva (1996), assim demarca esses dois processos:

São, portanto, dois processos: um de destruição da economia natural, pela retirada progressiva dos vários componentes que asseguravam a “harmonia” da produção assentada na relação Homem-Natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra “harmonia” – também permeada por novas contradições – baseada no conhecimento e controle cada vez maior da Natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da

produção agrícola. A esta passagem se denomina *industrialização da agricultura* (SILVA, 1996, p.3, *grifos do autor*).

Por isso, o autor demarca, para o campo no Brasil, a passagem de um “complexo rural” ao “complexo agroindustrial”. Na sua concepção, o primeiro era “fechado em si mesmo” com uma incipiente divisão do trabalho e um D1⁵⁵ assentado em bases artesanais, em outras palavras, uma economia natural. Já com o processo de tecnificação da agropecuária, iniciado nos anos 1960, cria-se as bases para a industrialização da agricultura que desenvolve o D1 ao ponto de tornar a agropecuária absolutamente dependente da tecnologia. Esse processo foi profundamente incentivado pelo Estado e se deu pela mediação do capital financeiro na agricultura, sobretudo pela concessão de crédito para compra de insumos e máquinas vinculados ao Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e pelas políticas de agro industrialização a partir dos fundos de financiamento.

Por conseguinte, ao consolidar o D1 em verdadeira “indústria para agricultura” internalizando a produção de máquinas e insumos para agricultura constitui-se o “complexo agroindustrial”. Eis a nova reunificação campo-cidade assentada em novas relações, para Silva (1996):

A partir desse momento o desenvolvimento da agricultura não é mais autônomo, mas passa a depender da dinâmica da indústria; não se pode mais falar da agricultura como “grande setor” na economia (como na divisão tradicional agricultura-indústria-serviços), porque grande parte das atividades agrícolas integrou-se profundamente na matriz de relações interindustriais, sendo seu funcionamento determinado de forma conjunta (SILVA, 1996, p.33).

Tais transformações técnicas resultariam, nessa compreensão, em novo padrão agrícola, trazendo consequências para o processo de trabalho. Nesse sentido, conclui Silva (1996), que a industrialização da agricultura acarreta como resultado mais visível à destituição do trabalhador(a) enquanto agente ativo e controlador do processo de trabalho transformando-se em apêndice das máquinas. Com isso, forma-se um setor de assalariados rurais em substituição às formas antigas de relações familiares e de dependência pessoal, isto é, “(...) a industrialização da agricultura determina a passagem da subordinação indireta para a subordinação direta do trabalho ao capital” (SILVA, 1996, p.34).

⁵⁵ Expressão utilizada para entender o Departamento 1 na agricultura, ou seja, o departamento produtor de bens de capital e de insumos para a agricultura (SILVA, 1996).

Eis as consequências do processo geral da “modernização” da agropecuária, um processo que aplica técnicas modernas na produção agrícola, aumenta a produtividade, mas exclui os(as) trabalhadores(as) do campo e realça as desigualdades sociais históricas no país, daí o motivo pelo qual, Silva (1996), a qualifica como “modernização dolorosa”. No entanto, se assumirmos que o autor tem certa razão ao entender a “modernização” nesse sentido negativo, por si só se trata de uma discussão paradoxal, já que necessita de um entendimento que leva à compreensão de que outras relações presentes no campo seriam “arcaicas”. Porém, o “arcaico” que a “modernização” procura superar, podem ser interpretados como modos de produção alternativos e de oposição aos imperativos do mercado (MOREIRA, 2014). Por esse motivo, procuramos trabalhar com o conceito de tecnificação da agropecuária⁵⁶ para fugir dessa armadilha teórico-ideológica do conceito de modernização.

Ao mesmo tempo, o processo geral, que Silva (1996) enuncia sobre a desintegração do campesinato no Brasil e sua tendência de proletarização, não é uma assertiva geral com a qual concordamos. Muito embora ele mesmo afirme, que a etapa final do processo de modernização da agricultura, a formação do “complexo agroindustrial” esteja territorialmente expressa de forma desigual em escala nacional, os argumentos sob os quais entende a passagem da “subordinação indireta” para “subordinação direta”, não podem ser aplicados mesmo naquilo que o autor entende por complexos agroindustriais completos⁵⁷, como o da avicultura. Nesta, temos encontrado o trabalho familiar camponês, dos pequenos capitalistas, o proletariado industrial, o emprego informal de diaristas e até mesmo casos que se ligam ao trabalho escravo contemporâneo no momento da apanha dos frangos.

Nesse sentido, uma terceira via de explicação para a tecnificação da agropecuária e suas consequências é uma reação crítica à perspectiva de Silva (1996), Lênin (1982), dos estruturalistas e dos comunistas, em torno da discussão da questão agrária na década de 1950 no Brasil, entre outros. Já que, para estes, a expansão do capitalismo no campo significaria o processo de formação do proletariado de um lado, e da burguesia industrial e dos grandes proprietários fundiários, de outro. Assim, o

⁵⁶ Aqui aproveitamos-nos das contribuições de Paulino (2006, p.3) quando diz que o conceito de moderno para entender o campo no Brasil “(...) tem sido acionado para legitimar ideias e práticas conservadoras, porque se pauta na suposta relação automática entre avanço tecnológico e desenvolvimento social”.

⁵⁷ Segundo Silva (1996, p.35-36) “Um complexo agroindustrial completo e integrado, por exemplo, aparece no caso da avicultura (milho-rações-produção avícola-carne industrializada) ou no caso do açúcar e álcool (equipamentos para usinas e destilarias – cana – usinas de açúcar e álcool), isto é, pode-se identificar uma cadeia de atividades fortemente relacionadas e com dinamismo próprio, formado por um “tripé” (D¹ para a agricultura/atividade agrícola/agroindustrial”.

campesinato estaria destinado à desintegração, e as permanências de relações camponesas seriam apenas resquícios em vias de extinção. A tese central dessa vertente teórica, que reage as perspectivas anteriores, pauta-se no entendimento geral de que “(...) o próprio capital cria e recria relações não-capitalistas de produção” (OLIVEIRA, 2007, p.11).

O entendimento de que a terra não é produto do trabalho, mas sim, um bem natural monopolizado pela classe dos proprietários fundiários, alegando que a existência destes sujeitos sociais é uma realidade criada e recriada pelo capitalismo, no seu desenvolvimento contraditório e desigual, aponta que o capital, se apropria e hegemoniza diferentes relações para atingir seu objetivo de reprodução ampliada. Tais autores baseiam suas argumentações em Marx, no livro III do Capital, quando discute a renda fundiária⁵⁸. Contudo, compreendem os mesmos, que o proprietário fundiário é uma figura de dentro do capitalismo e não pertence necessariamente somente às relações pré-capitalistas.

A renda fundiária significa sobrelucro, pois a terra, por si só, não representa trabalho objetivado, portanto não tem valor. Porém, a apropriação privada da mesma em locais onde há certas vantagens, como fertilidade, produtividade etc., permite ao proprietário fundiário cobrar um tributo pelo seu usufruto, sem necessariamente produzir na mesma. Com isso, mantém-se no capitalismo uma relação irracional onde os proprietários de terra “(...) vivem do aluguel desse bem sobre toda a sociedade e, em específico, como instrumento econômico de dominação” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p. 138), sem necessariamente colocar a terra para produzir, ou, quando a colocam, cobram um tributo (renda) de quem produz na sua terra. É por esse motivo, que a renda capitalista da terra não nasce na produção, mas na distribuição da mais-valia (MARTINS, 1995).

⁵⁸ Para entender o conceito de renda fundiária, vejamos o exemplo hipotético de Marx para duas fábricas de um mesmo país, uma movida pela força de uma queda d’água e outra pela máquina a vapor, para entendermos o conceito de renda fundiária. Nas suas palavras: “O sobrelucro que se origina dessa utilização da queda d’água não se origina, portanto, do capital, mas do emprego de uma força natural monopolizável e monopolizada pelo capital. Nessas circunstâncias, o sobrelucro se transforma em renda fundiária, isto é, recai para o proprietário da queda d’água. Caso o fabricante pague a este 10 libras esterlinas anualmente por sua queda d’água, então seu lucro atinge 15 libras esterlinas; 15% sobre 100 libras esterlinas, às quais ascendem então seus custos de produção; e ele está tão bem ou talvez até melhor que todos os outros capitalistas de sua esfera de produção que trabalham com vapor. Nada se alteraria na questão se o próprio capitalista se apropriasse da queda d’água. Ele continuaria a receber o sobrelucro de 10 libras esterlinas, não como capitalista, mas como proprietário da queda d’água, e exatamente porque esse excedente não se origina de seu capital enquanto tal, mas da circunstância de dispor de uma força natural separável de seu capital, monopolizável, limitada em seu volume, é que se transforma em renda fundiária” (MARX, 1985, p.145).

Com isso, entendem tais autores, que existe um desenvolvimento desigual e contraditório do capital no campo, que cria e recria relações não-capitalistas, como parte integrante do processo de acumulação de capital⁵⁹. Rejeitam o entendimento de que o latifundiário e o camponês são figuras pré-capitalistas, bem como a ideia de que, com a modernização da base técnica da agricultura, base da “industrialização da agricultura”, estar-se-ia caminhando no sentido apenas da proletarização passando da subordinação indireta ao capital (relações camponesas, por exemplo) para a subordinação direta (trabalho assalariado). Como diz Fabrini (2001, p.49) “(...) a acumulação não ocorre somente com a exploração e subordinação do trabalho (real e formal), mas também através da subordinação da renda da terra”.

Sendo assim, estes autores tematizam a tecnificação da agropecuária quase sempre no sentido de entendê-la como parte de um processo desigual e contraditório. Isto é, uma expansão capitalista que não caminha para a negação do campesinato, entendendo-o como parte integrante do processo de acumulação de capital, embora com bases distintas do proletário, a especificidade da subordinação da renda da terra. Martins (1995) é taxativo:

Se tomarmos a maior parte da literatura brasileira que tratou da controvérsia capitalismo/feudalismo, veremos que, basicamente, os que viam feudalismo e pré-capitalismo no proprietário de terra, no latifundiário, faziam-no porque viam nele um obstáculo à expansão do capitalismo no campo, isto é, das relações capitalistas de produção. Há aí uma clara simplificação do problema, uma clara interpretação positivista e não dialética do processo do capital, um claro desconhecimento de que a propriedade da terra é uma relação social. A propriedade da terra é um obstáculo à expansão das relações capitalistas de produção, não porque o proprietário deva necessariamente converter-se em burguês, em capitalista, mas porque, como dizia Marx, a propriedade da terra, na figura do proprietário, ergue-se diante do capital para cobrar um tributo, para cobrar uma renda, sem o que esse capital não poderá expandir-se na agricultura e dominar o trabalho no campo. O proprietário da terra não é uma figura de fora do capitalismo, mas de dentro (MARTINS, 1995, p.170).

Em síntese, pode-se afirmar que, a tecnificação, como alternativa hegemônica para o campo brasileiro, intensificou o já existente debate em torno da questão agrária. Por um lado, enxerga-se feudalismo nos latifúndios, por outro a tendência da proletarização e formação dos complexos agroindustriais, assim como, a permanência

⁵⁹ Oliveira (2007) argumenta que esse processo é uma espécie de acumulação primitiva permanente, conceito que dialoga – o que não significa que seja sinônimo ou equivalente – aos entendimentos de David Harvey, quando apresenta o conceito de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004).

do latifúndio e do trabalho familiar como relações não-capitalistas, criadas e recriadas pelo desenvolvimento contraditório e desigual do capital.

Além disso, o viés conservador da agropecuária tecnificada teve como tarefa derrotar a luta dos movimentos sociais pela reforma agrária e as interpretações teóricas que reivindicavam a necessidade de tocar na estrutura fundiária no Brasil, seja como condição para o desenvolvimento da indústria, seja para o objetivo final do socialismo. Portanto, ocultar todo processo de lutas camponesas, que se davam em torno da estrutura fundiária concentrada brasileira e pelo acesso à terra, foi a estratégia hegemônica do Estado, capital agrário/industrial e grandes proprietários através do discurso da modernização da base técnica. “Deixar de lado” a reforma agrária e apostar pura e simplesmente no aumento da produtividade, proporcionado pela técnica, foi a tônica da construção da hegemonia da “modernização” por isso, não há nada de moderno em discussão, mas sim apenas uma tecnificação, que, igualmente, está associada à manutenção de formas “atrasadas” de produção, tendo na superexploração do trabalho no campo e na cidade uma de suas principais características.

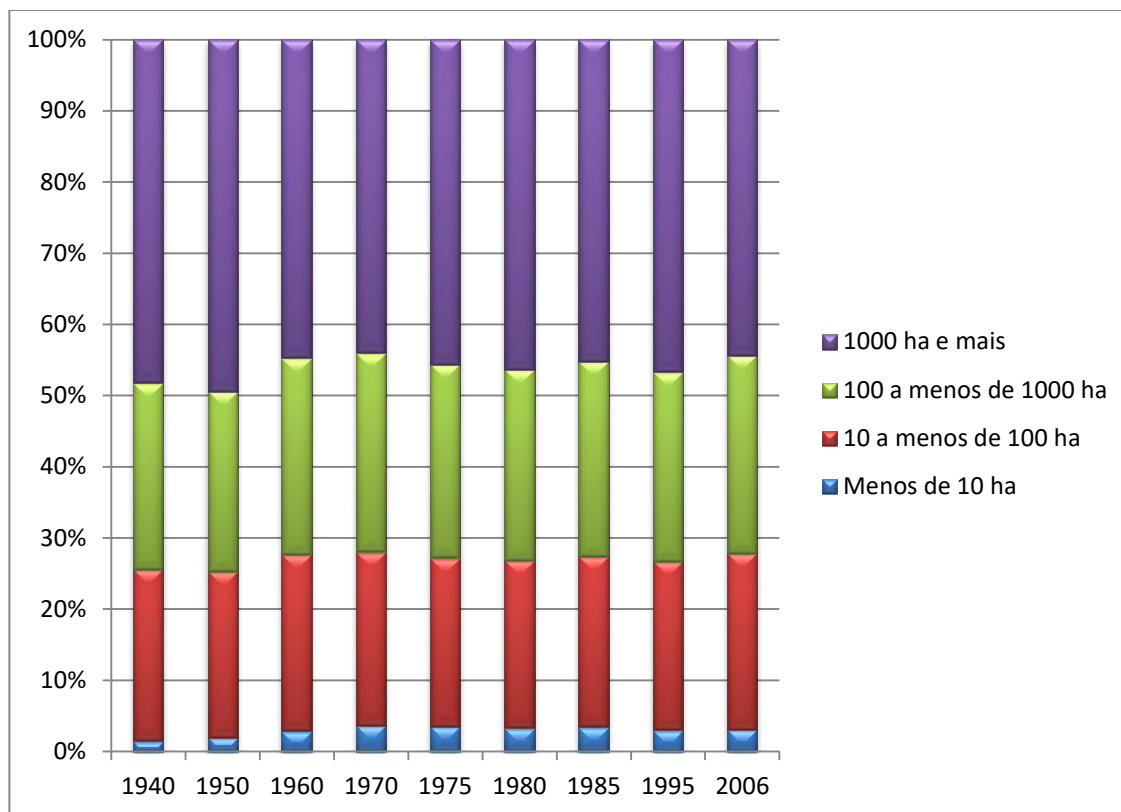
Desse modo, estaria fora de questão, para o projeto que se propunha modernizador, tocar na distribuição igualitária da posse da terra, ou seja, as reivindicações das Ligas Camponesas desde 1950. O problema seria apenas a instauração das “modernas” técnicas agrícolas, que garantiriam maior produtividade do campo no Brasil. Um panorama que procura deslocar o verdadeiro atraso do campo brasileiro, que é a manutenção da estrutura fundiária concentrada⁶⁰ (Gráfico 1), para a instauração de técnicas “modernas” de produção agrícola.

A estrutura fundiária manteve-se, basicamente, inalterada desde 1940 a 2006. O Gráfico 1, mostra como poucos latifúndios detêm a grande maioria das terras, enquanto os pequenos produtores com até 10 ha, que representam o maior número dos estabelecimentos, ocupam menos de 3% das áreas. Essa absurda concentração de terras denuncia o viés conservador desse pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente atrasado (DELGADO, 2005). Aprofunda ainda mais esse cenário nefasto, as constatações de Oliveira (2004), quando observa que as pequenas propriedades são

⁶⁰ Sobre esse tema é importante mencionar os trabalhos dos geógrafos Manuel Correia de Andrade (1995) e Maurício de Almeida Abreu (1997), que mostram como, historicamente, o latifúndio foi constituído no Brasil desde o período colonial. O segundo ainda diz que é absolutamente necessário investigar o passado, não apenas como vestígios materiais que subsistem na paisagem, mas também, buscar entender permanências de formas imateriais, a exemplo das relações jurídicas que formatam a estrutura agrária injusta do país, na sua relação com o sistema sesmarial, para compreender o espaço geográfico atual.

protagonistas no maior volume da produção, demonstrando ainda que, boa parte da terra nos latifúndios, não é posta para produzir, funciona meramente como reserva de valor.

Gráfico 1–Porcentagem da área ocupada por estrato de área (ha) - Brasil (1940-2006)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Censo Agropecuário, 2006.

Assim, pode-se perceber a falácia da ideologia da “modernização” conservadora, que operou com o discurso inspirado na revolução verde, advogando resolver de uma vez por todas os problemas da fome e da desnutrição mediante as transformações na base técnica da agropecuária. Em decorrência, a tecnificação da agropecuária não só fracassou nesse intuito, porque continuou produzindo excluídos e intensificou os mecanismos concentracionistas de terra, renda e capital, como produziu no Brasil, em consequência, um movimento ainda mais intenso de produção de *comodities* agrícolas exportáveis (soja, milho, cana etc.), ocupando vastas áreas do território nacional com tais gêneros agrícolas (PERPETUA, 2016). Esse processo resulta na diminuição da produção de alimentos como feijão, milho, mandioca e batata, a título de exemplo, além de manter a estrutura fundiária praticamente inalterada. Sobre o fracasso da revolução verde argumenta Mészáros (2007, p.189):

A “revolução verde” na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema mundial da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações-monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo. Contudo, a ideologia das soluções estritamente tecnológicas continua a ser propagandeada até hoje, apesar de todos os fracassos.

Na verdade, a busca real da tecnificação da agropecuária foi perseguir o lucro e a renda fundiária propiciada pelas “vantagens comparativas naturais”. Um pacto das classes dominantes, que foi impulsionado pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e um mercado de terras completamente desregulado do Estatuto da Terra e do Código Florestal. Com isso, a acumulação de capital, se dá à margem da função social e ambiental da propriedade fundiária, o que contribui para a histórica concentração da propriedade da terra em pouquíssimas mãos.

Por isso, a reforma agrária não figurava entre os interesses hegemônicos e, por esse motivo, aniquilou-se inúmeros(as) camponeses(as) que lutavam pela mesma, optando pela via da força bruta estatal. Tocar na estrutura fundiária da propriedade da terra no Brasil significa mexer no poder dos proprietários fundiários, que tem na terra – reserva de valor – garantido seu sobrelucro. Nesse sentido, está equivocada a concepção de que os proprietários fundiários expressam relações “de fora” do capitalismo, porque mesmo Marx (1985), entendeu haver três classes fundamentais sob o capitalismo. Em suas palavras:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários de terra, cujas respectivas fontes de rendimento são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista (MARX, 1985, p.317).

Assim, percebe-se que, além de fomentar o histórico debate sobre a questão agrária no Brasil, a construção da hegemonia da agropecuária tecnificada teve de derrotar todas as outras propostas de desenvolvimento para o campo no país, sobretudo a luta pela reforma agrária. Ao não tocar na estrutura fundiária e apenas reivindicar a modernização de sua base técnica, firmou-se um pacto hegemônico entre grandes proprietários, Estado e o capital industrial/agroindustrial. Os sujeitos que se opunham a isso, teriam por objetivo transformar esse pacto hegemônico e por isso tantos(as) camponeses(as) foram perseguidos e mortos, por exemplo, na ditadura militar. Afinal de

contas, a reforma agrária seria uma possibilidade de remover essa irracionalidade, que a propriedade da terra exerce na produção agrícola (OLIVEIRA, 2007).

Por conseguinte, o arranjo paisagístico que expressamos no início deste capítulo, a partir das Figuras (7, 8, 9 e 10), é resultante da construção histórica da hegemonia da modernização conservadora. Esse foi o referencial para o campo no Oeste do Paraná, desde a década de 1960, condição primeira para posterior expansão da agroindústria de abate e processamento de carnes. Isso significa que foi à custa da derrota dos movimentos sociais camponeses(as) e da luta pela reforma agrária que instaurou-se uma agropecuária tecnificada na região e em outros lugares do país⁶¹, subordinada ao mercado internacional, seguindo o pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador.

É a partir desse referencial que a expansão da área cultivada com *comoditties* agrícolas, principalmente soja e milho, se expressa no Oeste Paranaense. Em decorrência, a instalação de várias agroindústrias de beneficiamento de grãos, fábrica de rações e frigoríficos de aves e suínos também passam a constituir o arranjo paisagístico regional em virtude desse mesmo processo hegemônico.

É assim que grandes empresas monopolistas como a Brasil Foods⁶² começam a atuar na região, bem como outros capitais de origem regional (Globoaves) e principalmente as cooperativas empresariais (Copagril, C-Vale, Copacol, Coopavel, Frimesa e LAR). É dessa forma que, a frigorificação de carnes, sobretudo avícola, a partir dos anos 1980, se torna o mote central da acumulação capitalista do Oeste Paranaense, forjando um espaço hegemônico que atinge o campo e a cidade e insere a produção regional no mercado internacional.

Por isso, o conceito de hegemonia é importante para nós, pois nos ajuda a entender a formação espacial do Oeste do Paraná, que se pautou desde a década de 1960, a partir da agropecuária tecnificada. A hegemonia construída teve o objetivo de

⁶¹ Obviamente, que quando falamos da instauração de uma agropecuária “moderna” no Oeste do Paraná as aspas expressam a ironia da narrativa, bem como, ao falar desse processo, não estamos apontando para a via homogênea da desintegração do campesinato e formação do “complexo agroindustrial” da frigorificação de carnes em que emergem relações de trabalho que se fundam na subordinação direta excluindo-se a subordinação indireta. Pelo contrário, acreditamos que tal processo é heterogêneo e, com as atenções voltadas para as relações de trabalho, percebemos que há relações de trabalho familiar camponês, informais, terceirizadas, assalariadas e até de trabalho escravo contemporâneo, ao longo do complexo de frigorificação da carne de frangos e suínos o que cobra da teoria um olhar crítico e auto-crítico para o entendimento do trabalho e da classe trabalhadora no século XXI.

⁶² Obviamente, é preciso lembrar que na região atuou a Sadia especificamente no município de Toledo pelo menos desde a década de 1960. Brasil Foods, é o nome atual da companhia que é fruto da fusão entre Sadia e Perdigão que criou um dos maiores conglomerados do setor de carnes do mundo.

subordinar a renda da terra camponesa aos interesses da indústria e formatar uma disciplina do trabalho nas fábricas processadoras de *comodities* agropecuárias, destinadas à exportação. Para isso, vende a ideologia da modernização, desenvolvimento, progresso e da compatibilidade entre agronegócio e pequenos produtores.

Também se apropria do discurso anti-lucro, solidário e democrático do movimento cooperativista, que não passam de argumentos ilusórios, conforme teremos oportunidade de abordar no item 3.2. Ademais, incorpora as instituições da sociedade civil, como sindicatos de trabalhadores(as) e associações de agricultores, enquanto “partícipes” e colaboradores do capital na frigorificação de carnes. Por isso, trata-se da construção de uma hegemonia e de um espaço hegemônico⁶³, por óbvio não sem resistências (contraespaço), como teremos a oportunidade de mostrar no capítulo 6.

Com isso, demarcamos que a tecnificação da agropecuária, que constrói a hegemonia no Oeste Paranaense, trata-se de um processo heterogêneo, posto que não é possível afirmar que houve uma total expropriação no campo a ponto de transformar totalmente camponeses(as) em proletários(as). A tese clássica da proletarianização não parece ser válida para entender a acumulação de capital no abate e processamento de frangos e suínos, pois o trabalho familiar camponês é essencial no momento da engorda dos animais e há presença de relações de trabalho diferentes na terra de trabalho (como o autoconsumo) que precisam ser consideradas. Além disso, outras relações de trabalho comparecem ao longo de todo o processo de criação-engorda-abate de frangos, desde familiares camponesas, pequena burguesia rural, proletarianizadas formais e informais no campo e na cidade e até casos de trabalho escravo contemporâneo. Todas essas realidades do trabalho são hegemônicas pelo capital, seja ele através de empresas ou cooperativas empresariais, com o objetivo da acumulação de capital.

Daí, portanto, a necessidade de entender a formação espacial do Oeste Paranaense na sua ligação com a hegemonia da tecnificação da agropecuária. Explicar tais relações invisíveis, que estão na base de sustentação do visível do arranjo paisagístico, é uma tarefa fundamental. Ou seja:

Embora seja um nível meramente empírico, a instância paisagística do arranjo espacial nos fornece as pistas para se atingir a trama das ligações internas que dele fazem uma totalidade de estrutura integrada (MOREIRA, 2014, p.174).

⁶³ E não um “espaço geográfico homogêneo” como entende Schreiner (1997, p.95).

É nesse sentido, que entenderemos a dimensão, na qual a paisagem não pode ser entendida pela sua descrição, uma vez que é preciso buscar as relações sociais que são o lado invisível, que resultam no visível da paisagem (MOREIRA, 2014). Isso significa que, para entender a paisagem atual do Oeste Paranaense e o capital da frigorificação de carnes atuante na região, é preciso compreender a ação dos agentes produtores desse espaço hegemônico ao longo da processualidade histórica (formação espacial).

Com tal procedimento, podemos encontrar o pacto das classes dominantes e os sujeitos produtores do espaço hegemônico, a primeira tarefa para o desvendamento das máscaras sociais, que se expressam nas relações de classe, e que estão por trás de todo arranjo espacial (MOREIRA, 1982).

3.2 O cooperativismo empresarial no Oeste Paranaense e a consolidação do espaço hegemônico

No bojo das transformações impulsionadas pela tecnificação da agropecuária no Brasil, diferentes sujeitos foram partícipes de tal construção da hegemonia. No Oeste Paranaense, o movimento cooperativista foi protagonista nesse processo, contribuindo para inserção da região no pacto hegemônico das classes dominantes, com o auxílio de inúmeras outras organizações da sociedade civil.

A Igreja católica e o Estado foram fundamentais para o fortalecimento do movimento cooperativista empresarial na região, pelo menos desde a década de 1960. Em decorrência, o cooperativismo, no Oeste do Paraná, não nasceu por iniciativa dos próprios agricultores, mas sim, enquanto projeto impulsionado por profissionais de educação e assistência rural, Igreja Católica e Estado, nas suas diversas instituições (BEN e SCHLOSSER, 2012; GERKE, 1992; STORTI, 2010).

Esse fato é fundamental para o entendimento do cooperativismo no Oeste do Paraná. Isso porque os preceitos fundamentais do movimento cooperativista estão muito distantes da prática local. A ajuda-mútua, solidariedade, democracia e participação, figuram mais enquanto discurso das diretorias de grandes cooperativas, do que na práxis

diária vivida pelos(as) camponeses(as) associados e trabalhadores(as) contratados pelas mesmas⁶⁴.

A inserção subordinada à produção das monoculturas da soja e milho e os atuais contratos de integração para a engorda de frangos e suínos, são frutos históricos das apostas impulsionadas pela política agrícola da Ditadura Militar, que tinha o objetivo de fortalecer a agropecuária tecnificada no campo brasileiro.

No Oeste Paranaense as cooperativas criadas, na década de 1960, foram propagandistas assíduas da agropecuária tecnificada (SCHLOSSER, 2003), modificando a base técnica da agropecuária através da inserção de maquinário e insumos agrícolas, mas sem acarretar em melhorias significativas no que tange ao acesso a terra aos(as) camponeses(as), muito menos para os(as) assalariados(as). As diferenças entre os(as) produtores(as) foi mantida, isto é, os “maiores” que conseguem contribuir mais com suas quotas parte (contribuição de cada associado para cooperativa), também terão maiores benefícios da cooperativa. Isso reforça a crítica de Martins (1980, p.64):

Um esquema cooperativista que não esteja baseado em ganhos sociais, mas que se volte unicamente para assegurar maiores rendimentos individuais para lavradores isolados, sem afetar o seu modo de produzir, sem introduzir o cooperativismo na própria produção em geral, mantendo-se como empreendimento grupal e isolado, na verdade redundando em benefício e reforço do próprio capitalismo.

Portanto, ao recuperar o processo histórico de formação das cooperativas e sua trajetória até os dias atuais percebemos a sua ligação com a produção do espaço hegemônico. Essa concepção nos afasta do entendimento de Belusso (2010), que apesar de mostrar em sua tese as duras condições de trabalho enfrentadas pelos(as) trabalhadores(as) das cooperativas, ainda assim as considera como canal alternativo às grandes empresas privadas do setor avícola (BELUSSO, 2014). Neste particular, concordamos com a posição de Sorj, Pompermayer e Coradini (2008), quando indicam

⁶⁴ Aliás, nas publicações oficiais das cooperativas do Oeste do Paraná, e nas suas organizações políticas, como a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (OCEPAR), e a Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), sempre há menção aos “Pioneiros” de Rochdale em 1843. Keil e Monteiro (1982) advertem que o movimento cooperativista em toda América Latina transformou Rochdale num mito, deturpando os seus preceitos iniciais de ser um movimento de cooperação entre operários desempregados e de oposição ao capitalismo. Argumentam os autores que Rochdale não era um empreendimento neutro, era claramente hostil em sua proposta inicial à sociedade capitalista, sendo que, somente quando admite-se a relação de assalariamento, Rochdale abandona seus preceitos igualitários iniciais. Certamente o cooperativismo do Oeste do Paraná, que admite a mão de obra assalariada e a exploração do trabalho nas mesmas condições de qualquer Sociedade Anônima, nada tem de comparação com os Pioneiros de Rochdale na sua formulação inicial.

que o cooperativismo, no caso da avicultura industrial, é altamente empresarial sem a existência de diferenças substanciais entre as cooperativas e demais empresas integradoras, “(...) pelo menos em relação à mediação de interesses, comportamentos próprios pelas contrapressões de segmentos de produtores” (SORJ, POMPERMAYER E CORADINI, 2008, p.92).

Sendo assim, a paisagem contemporânea expressa nas Figuras (7, 8, 9 e 10) do item anterior, está relacionada à efetivação da agropecuária tecnificada e as posturas político-econômicas de vinculação à produção de *commodities*, que estão na base do arranjo espacial hegemônico constituído no Oeste Paranaense, em torno da frigorificação de carnes. Isto é, a paisagem atual do Oeste Paranaense, com suas grandes extensões de soja, milho e produção de frangos e suínos se liga às relações extraeconômicas com o Estado, que historicamente teve o objetivo de efetivar o projeto da tecnificação da agropecuária, tendo no cooperativismo um importante aliado, produzindo o espaço hegemônico perceptível no arranjo paisagístico.

Contudo, a gênese do movimento cooperativista relaciona-se às condições objetivas do Oeste Paranaense, como a grande quantidade de minifúndios, a crise da suinocultura local e ao projeto hegemônico da Ditadura Militar, que tinha o objetivo de apoiar a tecnificação da agropecuária. Igualmente se liga aos preceitos da doutrina social católica, já que o cooperativismo era entendido como uma alternativa ao liberalismo e socialismo.

Na década de 1960, quando se intensificou a migração de camponeses(as) do Rio Grande do Sul para a nova fronteira agrícola do Oeste Paranaense, as condições de manutenção e reprodução no campo eram absolutamente precárias. Apesar de encontrarem na região solos férteis, o “Latossolo Roxo” (a exemplo do Latossolo Vermelho distroférico/eutroférico) popularmente conhecido como “terra roxa”, relevo plano e clima subtropical úmido, aspectos físicos que favoreciam o desenvolvimento da agricultura⁶⁵.

A suinocultura desenvolvia-se na região desde a década de 1950, em conjunto com a agricultura que tinha como objetivo principal o autoconsumo. A produção da região atendia ao mercado nacional e entra em crise em fins da década de 1960, quando

⁶⁵ No entanto, não se pode cair no determinismo das condições físicas como fator único para o incentivo às migrações e para o desenvolvimento da agricultura. Esse “quadro natural” favorável à expansão da agricultura não determina necessariamente a sua localização, pois, com o avanço das técnicas vinculadas à dominação capitalista, foi possível produzir soja em lugares onde o “quadro natural” era absolutamente desfavorável, como os cerrados no Brasil.

a banha, principal produto obtido com a suinocultura naquela época, foi sendo substituída pelo óleo de soja, assim como, a introdução de uma nova raça de suínos “*Landrace*”, impôs aos camponeses(as) a mudança nas suas produções locais colocando em crise a suinocultura⁶⁶. Também, era interesse da Ditadura Militar, a modernização da base técnica da agropecuária brasileira e as cooperativas foram seu braço direto para a implantação de tal política agrícola. Segundo Gerke (1992, p.02):

Na década de 1970, o capitalismo internacional, aliado ao governo militar do Brasil, encontrou, em parte, a solução para o atraso agropecuário, em algumas regiões, pela adoção de cooperativas agropecuárias, que foram os veículos da modernização da agricultura, da eliminação dos intermediários na comercialização e do aumento da capacidade de armazenamento.

Tais condições político-econômicas relacionaram-se à gênese do cooperativismo no Oeste Paranaense. A crise da suinocultura e dos demais produtos agrícolas e a política agrícola da ditadura militar, que entendia a agropecuária enquanto um setor atrasado frente à “moderna” indústria, encontra, no cooperativismo, uma forma de propagandear a panaceia da modernização da base técnica da agropecuária.

Além disso, a presença considerável de pequenas e médias propriedades, no Oeste Paranaense, acenava para a alternativa de união entre os camponeses(as) para manterem-se no campo. A Igreja Católica e o Estado souberam aproveitar-se dessa realidade, assumindo a liderança do processo de formação das cooperativas na região, hegemonizando esse processo de produção do espaço de acordo com seus interesses. A Igreja queria manter e aumentar seus fiéis e o Estado almejava efetivar sua política agrícola do pacto conservador da agropecuária tecnificada.

Tanto que, em 1960, as ideologias da doutrina cristã católica, apontavam e agraciavam as iniciativas de organização de cooperativas pelo mundo, enxergando no cooperativismo uma espécie de cristianismo prático (SCHALLENBERGER, 2005). Tamanha relevância para a Igreja assumia o movimento cooperativista, que assim enunciou, João Paulo XXIII, na Carta Encíclica do ano de 1961:

É-nos grato expressar aqui a nossa complacência àqueles alhos nossos que nas diversas partes do mundo se ocupam em organizações cooperativistas, profissionais e sindicais, tendentes à promoção

⁶⁶ Os suinocultores organizaram-se para enfrentar a crise, bloqueando estradas não deixando passar os carregamentos de suínos e não permitindo a sua entrada nos frigoríficos que já existiam no Oeste Paranaense. Cf. GERKE, 1992; VARUSSA, 2014.

econômica e social de todos os cultivadores da terra (CARTA ENCÍCLICA DE JOÃO XXIII, 1961, p.23).

Essa foi a mensagem de apoio às cooperativas e demais organizações de caráter coletivo, que a Igreja Católica destinou em 1961 aos(as) trabalhadores(as), com vistas à promoção de sua doutrina social. O lugar importante que ocupa o movimento cooperativista neste documento se dá pelo seu viés de representar uma espécie de terceira via, entre o liberalismo e o socialismo.

Em todo o documento existe a condenação ao liberalismo da “mão invisível” dos economistas clássicos, promulgando a participação do Estado na economia, ao mesmo tempo em que condena o comunismo, principalmente pelo fato da Igreja considerar o direito à propriedade privada relacionado a natureza humana. Essa é a mesma linha política assumida pelo movimento cooperativista no Brasil, uma suposta “alternativa” entre o capitalismo e o socialismo. Roberto Rodrigues, um dos fundadores da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), mostra, em reportagem recente, o que viria a ser a terceira via do movimento cooperativista:

As cooperativas são empresas sim. Não precisa haver purismo em relação a isso (...) Mas com um diferencial são empresas de capital scioeconômico e valores como solidariedade, democracia, verdade e honestidade, um comportamento ético frente ao mercado muitas vezes não praticado no capitalismo (INFORME PARANÁ COOPERATIVO, 2013).

O movimento cooperativista acredita então, ser possível praticar tais valores acima explicitados na ordem do capital. Ao longo de toda nossa argumentação, o objetivo será refutar tal ideia, pois na práxis vivida pelos(as) trabalhadores(as) proletarizados(as), integrados(as), informais, ao longo do circuito produtivo do frango e suíno, a narrativa de Rodrigues não parece fazer nenhum sentido. São argumentos ilusórios, ou seja, solidariedade, democracia, ajuda-mútua, na prática do movimento cooperativista do Oeste Paranaense, não se fazem verdade. Além disso, é necessário mencionar que as próprias práticas cooperativistas, tidas como “autênticas”⁶⁷, possuem limites em sua capacidade de resistir à ordem do capital, sem tangenciar as formas de organização e controle do trabalho, a competição e a hierarquização típicas das formas empresariais.

⁶⁷ Sobre os limites e contradições do cooperativismo “autêntico”, ver a experiência das cooperativas de catadores de materiais recicláveis no trabalho de Ribeiro (2012), e, também, as propostas de cooperativas do MST em Fabrini (2001).

Em que pese tal argumento, a própria experiência histórica demonstra que, pelo caráter irreformável do sociometabolismo do capital, não há possibilidade alguma em apostarmos numa Terceira Via⁶⁸. Ademais, é importante recuperar a encíclica papal de 1961, pois é uma referência para o cooperativismo que surge no Oeste Paranaense, fortemente marcado pela ação de religiosos desde a sua construção inicial. Inclusive, alguns destes como Luis Luise e José Backes foram os primeiros presidentes de duas cooperativas regionais (Cooperativa Agroindustrial Consolata – Copacol e Cooperativa Agroindustrial LAR), ambas fundadas em 1963 e 1964. E o objetivo da ação dos padres, no Oeste Paranaense, foi claro: colonizar a região a partir de um sistema cooperativista.

Destarte, a organização espacial do Oeste do Paraná, teria como mote central a constituição de cooperativas que teriam o papel de viabilizar a produção agrícola. Em decorrência, ao longo dessa década, foram fundadas várias cooperativas no Oeste Paranaense⁶⁹ constituídas pela iniciativa da Igreja e do Estado no contexto da crise da suinocultura e dos baixos preços dos produtos agrícolas que atingia a região.

É importante mencionar, também, que o cooperativismo presente no Oeste Paranaense ligou-se, desde o início, a ala conservadora da Igreja católica, que não se preocupava com a possibilidade de realização de uma reforma agrária igualitária defendida por segmentos de esquerda⁷⁰ da mesma Igreja (MARSCHALL, 2005). Tanto

⁶⁸ István Mészáros tece críticas radicais as propostas de Terceira Via, pois na essência não se trata de alternativas ao capitalismo, mas sim reforça-o, ao mesmo tempo em que abandona-se completamente os preceitos do socialismo. Diz ele sobre o “Novo Trabalhismo” de Tony Blair: “O Novo Trabalhismo é hoje em dia, em todas as suas variedades europeias, o grande facilitador de resultados apenas para os interesses arraigados do capital (...) ao mesmo tempo, para defender o sistema diante das margens cada vez mais estreitas de viabilidade reprodutiva do capital, ignoram-se totalmente os interesses da classe operária, atendem-se os interesses vitais do capital pela manutenção da legislação autoritária antissindical dos últimos anos, e se apoia o poder do capital estatal na sua campanha pela informalização da força de trabalho, como ‘solução’ cínica e enganosa para o problema do desemprego” (MÉSZÁROS, 2002, p.25). O movimento cooperativista que se coloca enquanto alternativa entre o socialismo e o capitalismo, apenas legitima o capital sob um discurso aparentemente democrático e igualitário com praxis absolutamente liberais. No arco das alianças políticas, o cooperativismo brasileiro, se junta às instituições ruralistas, ao agronegócio, sindicatos patronais e distancia-se dos movimentos de trabalhadores rurais de luta pela terra, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e demais alianças da classe trabalhadora. É um cooperativismo de mercado e legitimador da ordem que não apresenta nenhuma alternativa ao modo de controle sociometabólico do capital.

⁶⁹ Na década de 1960, foram fundadas a Cooperativa Agroindustrial C-Vale em Palotina (PR), 1963; a Cooperativa Agroindustrial Consolata Copacol em Cafelândia (PR), 1963; a Cooperativa Agroindustrial LAR em Missal (PR) e depois transferida para Medianeira (PR), 1964. Na década de 1970, surgem também a Cooperativa Agropecuária Cascavel Coopavel em Cascavel (PR), 1970 e a Cooperativa Agroindustrial Copagril em Marechal Cândido Rondon (PR), 1970, dentre as que ainda estão atuantes. Obviamente que as nomenclaturas das cooperativas foram se modificando com o passar dos anos, pois em 1960 e 1970 não havia expressiva agroindustrialização, que só começa a se tornar realidade a partir dos anos 1980 se intensificando e consolidando-se nas décadas seguintes.

⁷⁰ Segmentos como, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), inspiradas pela Teologia da Libertação, são, desde sua criação, fundamentais para a ação dos movimentos sociais na luta pela reforma agrária. Sobre a ação territorial da CPT, no âmbito da luta pela terra, ver o trabalho de Mitidiero Junior (2008).

é que o cooperativismo não tocou nos pilares do acesso desigual à posse da terra, já que a ideologia cristã conservadora, considerando a propriedade como um direito natural intocável, não configurou o acesso democrático e igualitário à posse da terra como um dos seus objetivos solidários⁷¹, e nesse sentido, foi funcional aos ditames do pacto conservador da agropecuária tecnificada, impulsionados pela política agrícola do Estado (Tabela 1).

Tabela 1 - Estrutura fundiária do Oeste Paranaense (1970)

Estratos (Ha)	nº estabelecimentos	%	Área	%
0,1 à 5	20554	25,20	75214	4,65
5 à 10	20324	24,92	150991	9,34
10 à 20	21128	25,90	290398	17,96
20 – 50	15633	19,17	455176	28,15
50 – 100	2525	3,10	173703	10,74
100 – 100	831	1,02	113276	7,01
200 – 500	400	0,49	117260	7,25
500 - 1000	104	0,13	72701	4,50
mais de 1000	68	0,08	168006	10,39
Total	81567	100	1616725	100,00

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Agropecuário 1970 – Paraná, a partir de dados do IPARDES/INCRA, 1974/75.

Observa-se, pela estrutura fundiária, do ano de 1970, quando a maioria das cooperativas já atuava na região, que o acesso desigual à posse da terra era evidente. Analisando a Tabela 1, é possível perceber que 20.554 estabelecimentos de 0.1 a 5 hectares ocupam área menor que àquela destinada para apenas 68, com mais de 1000 hectares. Contudo, se verifica o grande peso das pequenas propriedades (minifúndios), visto que 95% dos estabelecimentos não ultrapassavam os 50 hectares. Realidade que nos mostra não haver no cooperativismo implantado na região qualquer iniciativa em torno do acesso igualitário à posse da terra, o que reforça ser esse um movimento a favor do poder dos grandes proprietários de terra na região⁷².

⁷¹ Inclusive José Backes atuou em 1960 na diocese de Jacarezinho (PR) juntamente com Dom Geraldo de Proença Sigaud, bispo de extrema-direita ligado à Tradição Família e Propriedade (TFP) que propugna uma reforma agrária na qual a média e grande propriedade não fossem afetadas, sendo que, uma reforma agrária ideal se basearia na distribuição de terras devolutas aos pequenos produtores e que delas pudessem garantir sua sobrevivência (MARSCHAL, 2005).

⁷² Gerke (1992) mostra que a participação dos associados das cooperativas era menor de 10% na época em que desenvolveu sua pesquisa, ressaltando, ainda, uma informação interessante: os pequenos

As principais culturas agrícolas presentes nesse momento eram o feijão e o milho, como base para a criação de suínos. Agricultura marcada principalmente pelo autoconsumo⁷³, além de que, 80% dos habitantes, em 1970, estavam no campo e, afunilando os dados, 75% possuíam áreas que figuravam entre 0 e 20 hectares (IPARDES/INCRA, 1974/75).

Portanto, o arranjo paisagístico era distinto do contemporâneo, no qual predomina as plantações de soja e milho destinadas para a produção de ração e que depois serão fornecidas aos(as) avicultores(as) e suinocultores(as), por meio do contrato de “integração” para a engorda dos animais. Foram necessárias significativas transformações, operadas pelos sujeitos hegemônicos, para que, a paisagem atual, que observamos no Oeste Paranaense, pudesse se expressar no ordenamento territorial resultante da presença do capital de frigorificação de carnes, isto é, sinteticamente a produção do espaço hegemônico.

O cooperativismo cumpriu papel central nesse processo, inclusive trazendo a proposta da agropecuária tecnificada como alternativa para os(as) camponeses(as), tendo a partir disso objetivo ainda maior: ultrapassar a função de comerciantes de produtos agrícolas e alcançar o patamar da agroindustrialização (FAJARDO, 2006). Por isso, associamos o cooperativismo à construção do espaço hegemônico do capital, sob um discurso democrático ilusório, é verdade, mas que em realidade, subordina o trabalho e a renda da terra camponesa ao grande capital agroquímico-alimentar-financeiro-internacional (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Essa aposta na modernização conservadora da agropecuária, da qual a paisagem atual dominada pela soja é um retrato ilustrativo, é devedora da participação ativa do Estado, com a concessão de crédito, a longo prazo, para instalação de infraestruturas (silos, escritórios, armazéns etc.), destinadas às cooperativas (BELUSSO e HESPANHOL, 2008).

Em decorrência, o Estado, visando efetivar sua política agrícola, implantou o Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC). Pleiteado pelo Instituto Nacional de

agricultores pensam que só os grandes produtores são ouvidos e que só a minoria toma as decisões. Richart e Schlosser (2009) trazem um panorama que não diverge daquele apresentado por Gerke (1992), elencando narrativas de associados que expressam seu antagonismo com relação à política assumida pelas cooperativas.

⁷³ Aliás, esse é um ponto muito interessante para a discussão, pois mesmo em meio à “moderna” avicultura, e integração no leite, práticas de subsistência, informalidade e de relações não-capitalistas são frequentes entre agricultores integrados às cooperativas e agroindústrias do Oeste Paranaense, como mostram os trabalhos de Irma Storti (2010) e Anderson Bem (2008), autores que tem, como referência, as teses de José de Souza Martins e Ariovaldo Umbelino de Oliveira sobre a criação e recriação de relações não-capitalistas pelo próprio processo de reprodução ampliada do capital.

Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e outros organismos oficiais, contribuindo sobremaneira para a estruturação do espaço hegemônico no Oeste Paranaense. Criado em 1970, seu objetivo foi configurar a organização espacial do Oeste e Sudoeste Paranaense, por meio da implementação de cooperativas, aproveitando-se das já existentes e considerando-as viáveis ou não e rediscutir as formas de atuação das cooperativas, já que em alguns municípios coexistiam mais de uma cooperativa e noutros não havia nenhuma.

Essa ação do Estado, junto às cooperativas, visou integrá-las à economia de mercado, inserindo os pequenos produtores na agropecuária supostamente “moderna” e empresarial. Assim, define a Coamo Agroindustrial Cooperativa, sobre a ação do PIC:

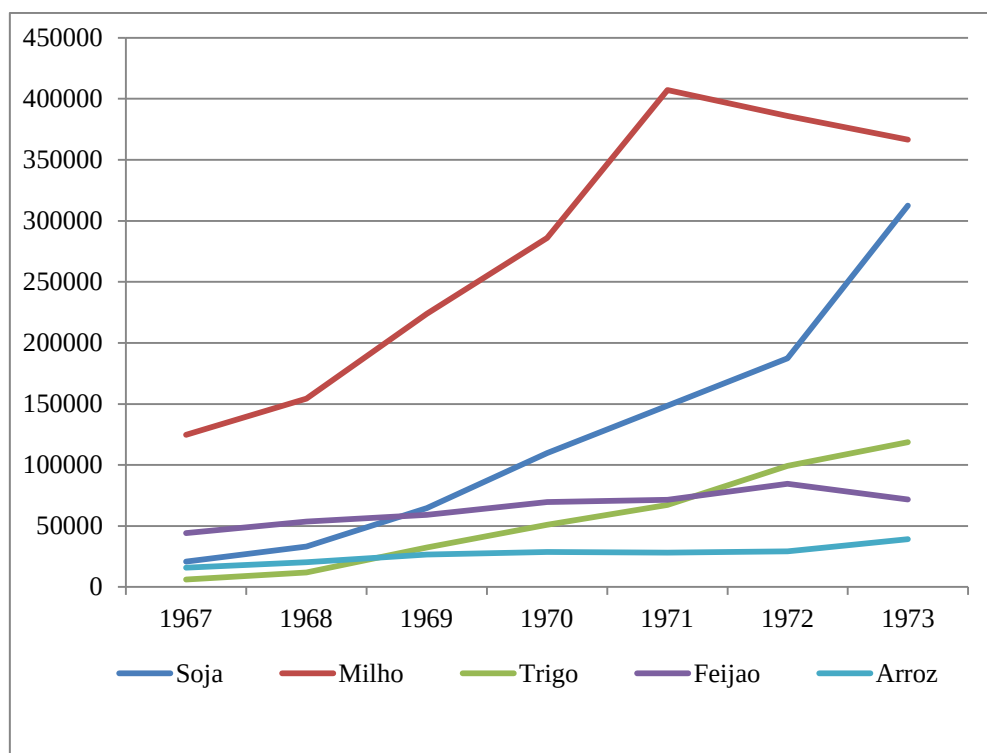
Esses projetos, cobrindo todo o Estado, propiciaram um contato mais efetivo entre produtores e cooperativas, e destas entre si, via organização de comitês educativos e integração horizontal e vertical, despertando o cooperativismo para o espírito empresarial. A integração possibilitou uma participação mais efetiva das cooperativas na atividade econômica, em função da agregação dos interesses dos produtores para a economia de mercado, o que levou as cooperativas à montagem da infra-estrutura básica para o atendimento das produções, de fundamental importância para o início da integração e como consequência, da agroindustrialização. Isto significa dizer que, a partir da organização da produção agrícola, as cooperativas agropecuárias passaram a preocupar-se com a montagem do complexo agroindustrial, não se conformando com as condições de meras repassadoras de matéria-prima às indústrias (COAMO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, 2015).

Além disso, o PIC, pelo fato de estar ligado a uma iniciativa do Estado, visando o fortalecimento do cooperativismo, adequava-se aos interesses da política agrícola da Ditadura Militar. A aposta, subsequente da “agroindustrialização”, que a partir dos anos 1980 seria impulsionada pelas cooperativas no Oeste Paranaense, é devedora dessa política agrícola, que visou instaurar no campo a agropecuária tecnificada.

É dessa conjuntura dos anos 1970, que a expansão do cultivo da soja será materializada na paisagem do Oeste Paranaense. Um dos primeiros passos para a “agroindustrialização” que primeiro aparecerá nas primeiras fábricas de ração e óleo vegetais e, posteriormente, no surgimento dos frigoríficos de carnes, sobretudo avícola (Gráfico 2). Nesse sentido, o papel desempenhado pelo Estado, nos anos 1970, foi fundamental para a transformação da paisagem no Oeste Paranaense, consolidando as

cooperativas e inserindo-as na economia de mercado, configurando o espaço hegemônico na região.

Gráfico 2 - Área plantada (Hectares) com Soja, Milho, Trigo, Feijão e Arroz no Oeste Paranaense (1967-1973)



Fonte: Ministério da Agricultura - a partir de dados do IPARDES/INCRA, 1974/75.

O crescimento da produção de soja, que ultrapassaria todas as outras culturas agrícolas da região ainda na década de 1970, mostra que a monocultura estava consolidando-se. Também realça que a tecnificação da agropecuária, com a utilização de fertilizantes, agrotóxicos, maquinário e demais implementos agrícolas, fundamentais para viabilizar a produção da soja, estava efetivando-se na produção do espaço hegemônico regional. Em decorrência, as cooperativas também se expandiam, já que toda essa produção necessitava de garantias de armazenamento e também era preciso revender os produtos do pacote tecnológico que viabilizavam a produção.

Entretanto, o papel de armazenagem e revenda de grãos teve de ser repensado pelo cooperativismo. Um dos motivos foi a intempérie natural de 1978 (seca), que gerou resultados negativos aos produtores de soja e às cooperativas que, até então, apostavam basicamente no recebimento e armazenagem de grãos. É nesse momento, que surgem as

propostas de industrialização da produção agrícola e a avicultura industrial torna-se uma “alternativa”, como é exemplo na atuação da Copacol em Cafelândia⁷⁴.

Sem abandonar a produção de soja e milho, base para a produção da ração animal, a avicultura inicia sua expansão fomentando o surgimento de frigoríficos em cooperativas⁷⁵ sob o argumento das mesmas da “necessidade” de diversificar a produção. Entretanto, a “diversificação” propagandeada pelo cooperativismo não significou a implementação de uma policultura visando atender as necessidades de alimentação da família ou mesmo o mercado interno. Pelo contrário, teve o objetivo de intensificar a subordinação da renda da terra às indústrias e formatar o espaço regional do Oeste Paranaense, enquanto produtor/exportador de *commodities agropecuárias*, sobretudo soja, milho e carnes, ou seja, outro reordenamento territorial do trabalho (Tabela 2).

Tabela 2 - Área plantada (Ha) com lavouras temporárias no Oeste Paranaense (1990-2012)

Área plantada (Ha)	1990	2000	2012
Arroz (em casca)	14415	7356	1191
Feijão (em grão)	19460	25536	33093
Mandioca	28788	43855	28087
Milho (em grão)	275360	516621	809729
Soja (em grão)	679800	759612	952900
Trigo (em grão)	634580	211591	69755

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Produção Agrícola Municipal (PAM).

A consolidação da região, enquanto produtora de *commodities agropecuárias*, sobretudo soja e milho, já é evidente desde 1990. Isso significa uma grande especialização na produção dessas duas culturas agrícolas, basilares para o surgimento do capital da frigorificação de carnes, o que pode oferecer valiosa pista para o entendimento da presença expressiva do número de cabeças de frangos e suínos no total

⁷⁴ A seca do verão 1977/78 que atingiu todo o sul do Brasil resultou na perda de quase 2/3 da produção de soja com relação aos associados da Copacol, o que mostra a imensa vulnerabilidade econômica da aposta na monocultura. Sendo que, 80% dos seus associados no período eram pequenos produtores, a cooperativa passou então a apostar na avicultura que contou com amplo apoio do Estado (Emater e governo estadual). Cf. VICENTE, 2013.

⁷⁵ No entanto, é preciso lembrar que já em 1979 a avicultura industrial inicia-se enquanto atividade na Frigobrás/Sadia (hoje Brasil Foods) no município de Toledo (PR), contando também com amplo apoio do Estado, na figura da Prefeitura Municipal e do Banco do Brasil que desde então passaram a estimular a integração de produtores. Cf. BELUSSO, 2010.

do efetivo de rebanhos regionais, com crescimento significativo entre 1990 e 2012 (Tabela 3).

Tabela 3 - Efetivo dos rebanhos (cabeças) Oeste Paranaense (1990-2012)

Efetivo de rebanhos (cabeças)	1990	2000	2012
Bovino	978028	1214562	1168774
Equino	27480	34270	33762
Bubalino	2808	2933	1028
Asinino	146	342	138
Muar	8112	4109	2996
Suíno	984400	1172386	2602299
Caprino	20164	6337	41614
Ovino	24680	46709	103287
Galos, frangas, frangos e pintos	14245592	35172075	69039490
Galinhas	6392013	5530326	5719087
Codornas	13768	42577	110331
Coelhos	17257	3822	7310

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Produção da Pecuária Municipal (PPM).

Por conseguinte, a propalada “diversificação” pautada pelas cooperativas, na década de 1980, na verdade acentuou a especialização da produção regional em torno das *commodities agropecuárias*. Além disso, a terra tornou-se mais concentrada em poucas mãos desde a década de 1970. Os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelam que, nos estratos de propriedades até 50 hectares, em comparação com a década de 1970, houve diminuição na área e no número de estabelecimentos (Tabela 4).

Os 14.450 estabelecimentos, com até 5 hectares de terra, ocupam área quatro vezes menor do que os 86 com mais de 1000 hectares, bem como, 86% das propriedades não ultrapassam os 50 hectares de terra, aspectos parecidos com a década de 1970, quando 95% dos estabelecimentos não ultrapassavam a área de apenas 68 com mais de 1000 (ha), o que permite concluir que a estrutura fundiária sofreu pouca alteração e se manteve desigual e concentrada (Tabela 5).

Tabela 4 - Estrutura fundiária do Oeste Paranaense (2006)

Estratos (Ha)	Número de estabelecimentos	Número de estabelecimentos (%)	Área (Ha)	Área (%)
0 a 5	14350	26,95	35631	2,06
5 a 10	9477	17,81	72616	4,19
10 a 20	12040	22,62	171853	9,92
20 a 50	10076	18,93	311142	17,96
50 a 100	3471	6,52	243106	14,03
100 a 200	1804	3,39	248268	14,33
200 a 500	1091	2,05	346854	20,02
500 a 1000	227	0,43	154085	8,89
mais de 1000	86	0,16	148833	8,59

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Agropecuário 2006.

Tabela 5 - Estrutura fundiária Oeste Paranaense: comparação entre 1970 - 2006

Estratos (Ha) 2006	Estabelec. 1970	Estabelec. 2006	Dif. 2006-1970⁷⁶	Dif. % 2006-1970	Área 1970	Área 2006	Dif 2006-1970.	Dif.% 2006-1970
0 a 5	20554	14350	-6204	-1,75	75214	35631	-39583	-2,59
5 a 10	20324	9477	-10847	-7,11	150991	72616	-78375	-5,15
10 a 20	21128	12040	-9088	-3,28	290398	171853	-118545	-8,04
20 a 50	15633	10076	-5557	-0,24	455176	311142	-144034	-10,19
50 a 100	2525	3471	946	3,42	173703	243106	69403	3,29
100 a 200	831	1804	973	2,37	113276	248268	134992	7,32
200 a 500	400	1091	691	1,56	117260	346854	229594	12,77
500 a 1000	104	227	123	0,3	72701	154085	81384	4,39
mais de 1000	68	86	18	0,08	168006	148833	-19173	-1,8
Total	81567	52622	-28945		1616725	1732388	115663	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Agropecuário 1970 e 2006.

Com base nos dados, o número de estabelecimentos para os estratos de 0 a 50 hectares teve uma redução de 12,3% e uma perda de área de 25,9%. Ao passo que, os

⁷⁶ Cálculo da diferença entre os dados de 2006 e 1970.

estabelecimentos com mais de 50 (ha) cresceram em 7,7% e aumentaram sua área em 25,9%. Isso quer dizer que houve concentração da propriedade das terras, pois 86,3% estabelecimentos, de até 50 (ha), ocupam apenas 34,13% das áreas e 12,55% dos estabelecimentos com mais de 50 hectares dominam 65,86% das áreas.

Esse quadro da estrutura fundiária da região permite problematizar os argumentos de que o Oeste do Paraná não precisa de reforma agrária, posto que predominam as pequenas propriedades. É verdade que os minifúndios continuam predominantes, mas desde a instauração da agropecuária tecnificada, estes perderam em área ocupada para as médias e grandes propriedades, sobretudo aquelas entre 200 a 500 (ha), bem como, aprofundou-se a especialização produtiva em torno da produção de *commodities agropecuárias* (frango-suíno-soja-milho).

A redução de, pelo menos, 31.696 estabelecimentos de até 50 (ha)⁷⁷ expressa por um lado a expropriação dos pequenos proprietários. Entretanto, esse não pode ser o entendimento geral, porque ainda, 86,3% dos estabelecimentos do Oeste Paranaense são de até 50 (ha), isto é, existe uma presença de minifúndios muito significativa na região⁷⁸. Por isso, não se pode falar somente de expropriação dos(as) camponeses(as) e migração do campo para a cidade, transformando-os(as) em proletários(as).

Em decorrência, a aposta do Estado no cooperativismo, pela via do Projeto Iguaçu de Cooperativismo abriu as portas para a criação de várias cooperativas que intensificaram a especialização produtiva, num primeiro momento, em torno das *commodities agrícolas*, sobretudo a soja, o que abriu espaço para a posterior montagem dos frigoríficos de carnes. Ao mesmo tempo, em que concentrou ainda mais a terra e não promoveu a “diversificação” da produção, mas apenas impulsionou a produção das *commodities agropecuárias* (frango, suíno, soja, milho etc.).

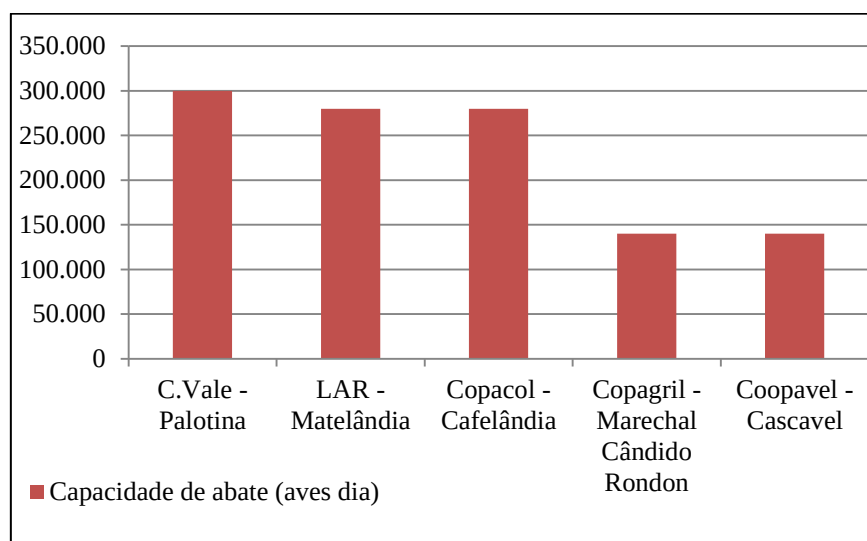
No entanto, é na década de 1990 que surgem várias cooperativas que se preparam para atuar na industrialização, ou que processam produtos primários alimentícios, se sobressaindo a atividade de frigorificação de carnes. Deste momento em diante, a capacidade de produção e abate de carnes teve a tendência de crescimento no Oeste Paranaense. A Copacol, de Cafelândia (PR), é a primeira cooperativa a inaugurar o frigorífico de aves em 1982, com capacidade inicial de abate de 70 mil frangos/dia. Em seguida, a Coopavel de Cascavel (PR), funda seu abatedouro em 1994, com

⁷⁷ Somatório da diferença negativa dos estratos de 0 a 50 (ha), expressos na quarta coluna da Tabela 5.

⁷⁸ Porém, como veremos mais a frente, no item 4.2, para ser um grande produtor, na avicultura e suinocultura, não é necessário o domínio de muitos hectares de terra. Este mesmo debate foi aprofundado em Heck (2016).

capacidade de abate de 140 mil frangos/dia. Prosseguindo, a C.Vale de Palotina (PR) também inaugura o seu em 1997 com o potencial de abate em torno de 75 mil frangos/dia. Ainda, no ano de 1999, a cooperativa LAR, de Medianeira (PR), implanta o seu frigorífico de aves com capacidade inicial para abater 70 mil frangos/dia (BELUSSO, 2010; GARCIA e RUCHINEK, 2009). Nos anos 2000 tais frigoríficos expandem a sua capacidade de abate e processamento da carne de frango, chegando, no conjunto, a marca de quase 400 milhões de frangos abatidos anualmente em cooperativas (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Capacidade de abate (aves/dia) cooperativas do Oeste Paranaense (2008)

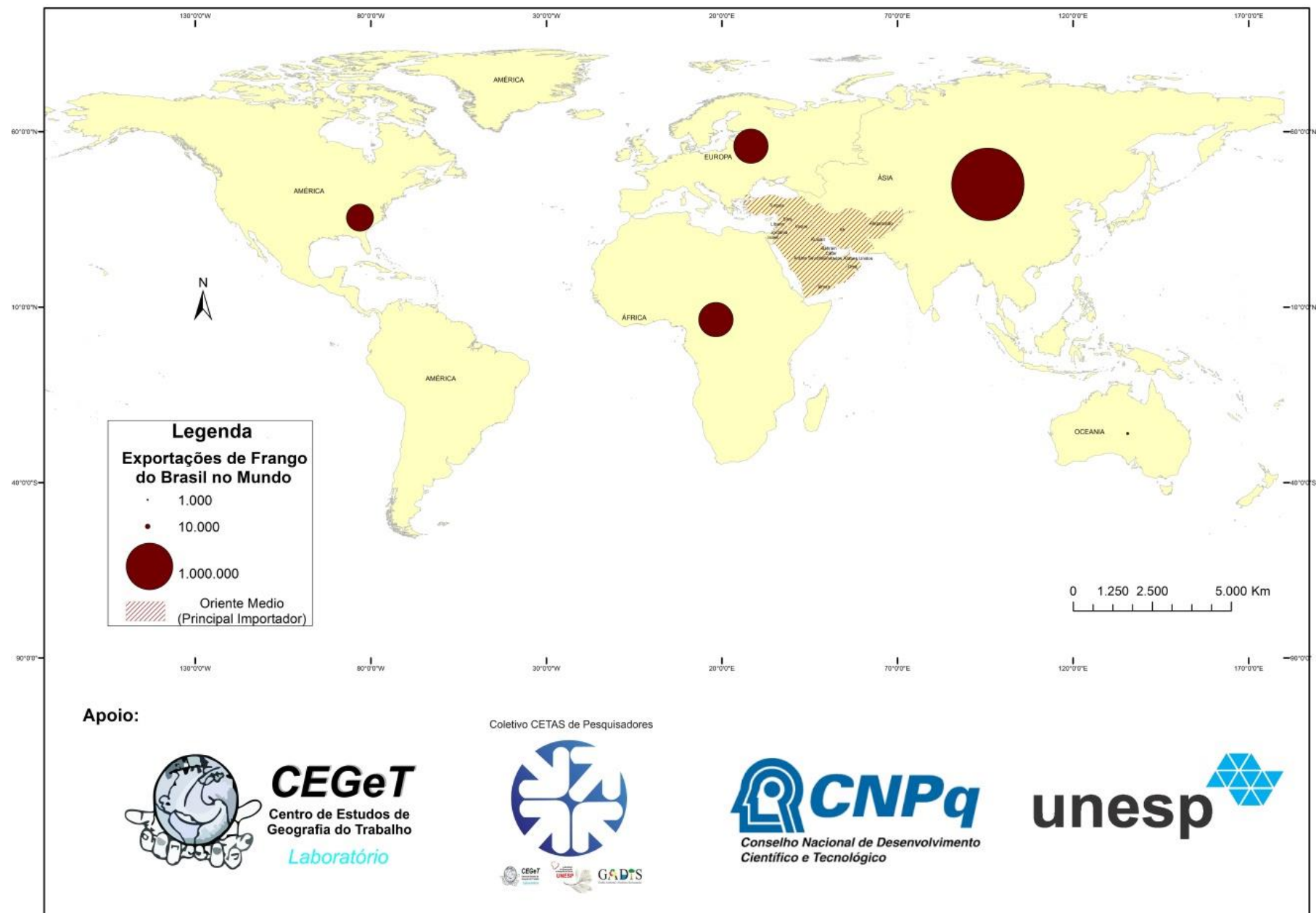


Fonte: Gomes, Souza e Baricatti, 2008.

A produtividade dos frigoríficos de cooperativas salta da média de 88 mil cabeças de frango abatidas diariamente nos anos 1990, para 224 mil⁷⁹ na década de 2000, ou seja, um crescimento de 254%. Isso significa que, em apenas uma década, basicamente triplicou-se a capacidade de abate dos frigoríficos de cooperativas. Além da expansão na capacidade de abates diários de frangos em todos frigoríficos de cooperativas, no ano de 2005, é inaugurado o frigorífico de aves da Copagril, em Marechal Cândido Rondon (PR). Ademais, as certificações e outras exigências internacionais obtidas pelos frigoríficos das cooperativas consolidam sua inserção na economia mundializada, exportando carne de frango processada e *in natura* para inúmeros países (Figura 13).

⁷⁹ Estimativas calculadas a partir de dados de produtividade dos anos 1990 e 2000 encontrados nos trabalhos de Belusso (2010); Garcia e Ruchinek (2009) e Gomes, Souza e Baricatti (2008).

Figura 9 – Exportações de carne frango regiões do mundo (2014)



Em decorrência, esse processo revela significativas transformações ao longo da formação espacial do Oeste Paranaense. Segundo Carvalho (2014, p.163):

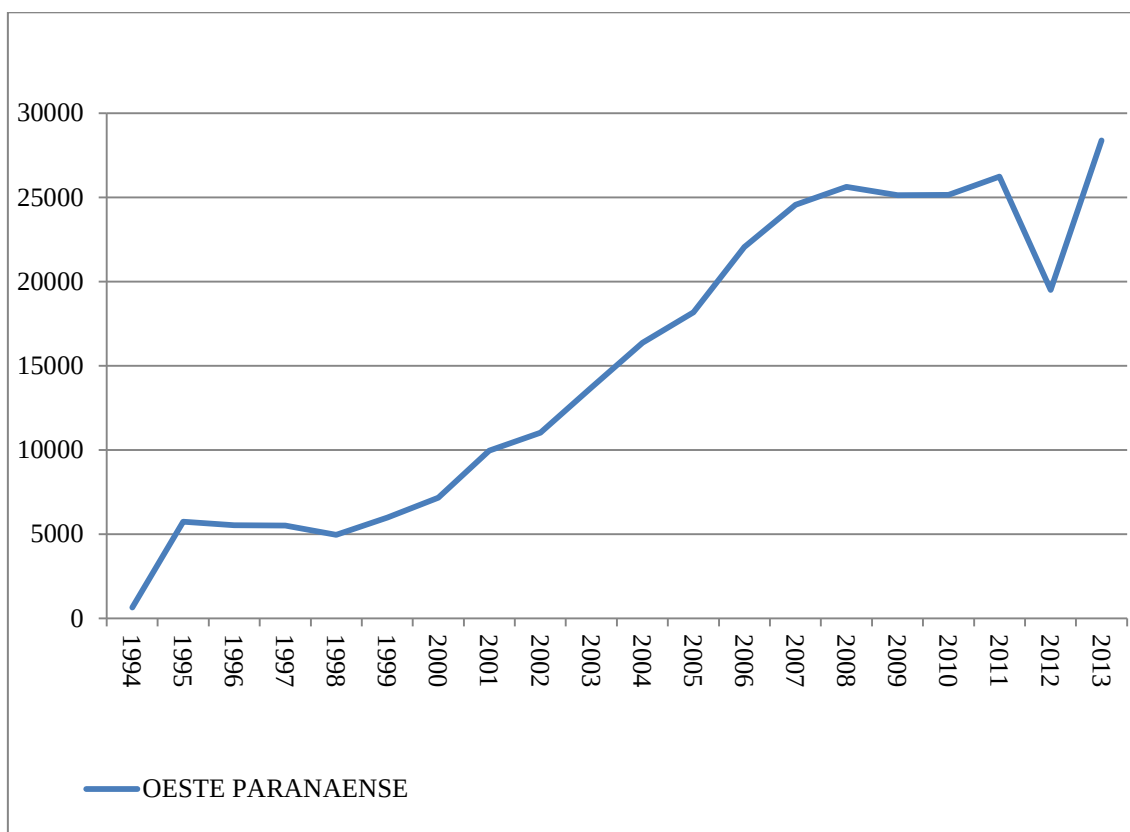
Essa expansão da produção tem como destino final tanto a venda para grandes centros urbanos do país como também para a exportação, intensificando o modelo de inserção na região da divisão territorial do trabalho, que, desde a década de 1970, por meio da modernização agrícola, remodelou a paisagem econômica e social da região (...).

A expansão da capacidade de abate dos frigoríficos avícolas das cooperativas, assim como, das grandes (BRF) e médias empresas (Globoaves), faz aumentar o número de trabalhadores(as) assalariados envolvidos na atividade de abate e processamento da carne de frango/suíno e, com isso, modifica a distribuição espacial do emprego nesta atividade entre as mesorregiões do estado do Paraná. Contudo, como já mostrou Carvalho (2014), o emprego está fortemente concentrado em alguns municípios da região, ou seja, Toledo, Cascavel e Cafelândia representam 56% de todos registros de empregados no setor de abate de aves e suínos. Ademais, apenas dez municípios possuem registros de empregos formais em frigoríficos de abate de aves e suínos no Oeste, muito embora os(as) avicultores(as) integrados às indústrias se espalhem por quase a totalidade dos municípios da região.

Em números absolutos o salto no número de empregos em abate de aves e suínos na região é muito significativo (Figura 14), colocando o Oeste Paranaense como a segunda principal região empregadora em frigoríficos de abate de aves e suínos do Brasil conforme dados de 2013 (Gráfico 4⁸⁰). O crescimento percentual, entre 1994 e 2013, equivale a 4379,47%, número absolutamente significativo, o qual expressa o grande *boom* de empregos gerados no setor.

⁸⁰ Na série histórica percebe-se que o ano de 2012 apresenta queda na taxa de crescimento do emprego. Isso não está relacionado ao desemprego em massa, pois não houve nenhuma empresa que deixou a região neste ano em específico. Tal problema se deve a diminuição abrupta de dados para os municípios de Toledo e Marechal Cândido Rondon, que tiveram apenas 94 e 14 empregos declarados para a variável (abate de aves e suínos). No entanto, em tais municípios atuam as empresas Brasil Foods e Copagril, sendo que a primeira tem mais de 6.000 trabalhadores e a segunda mais de 1.400, dados que reaparecem no cálculo referente ao ano de 2013. Logo, o gráfico continuou apresentando a tendência de crescimento para 2012. O que ocorreu foi a ausência de dados, pois, as empresas continuaram atuantes na região neste ano.

Gráfico 4 - Série histórica do emprego em abate de aves e suínos: Oeste Paranaense (1994-2013)

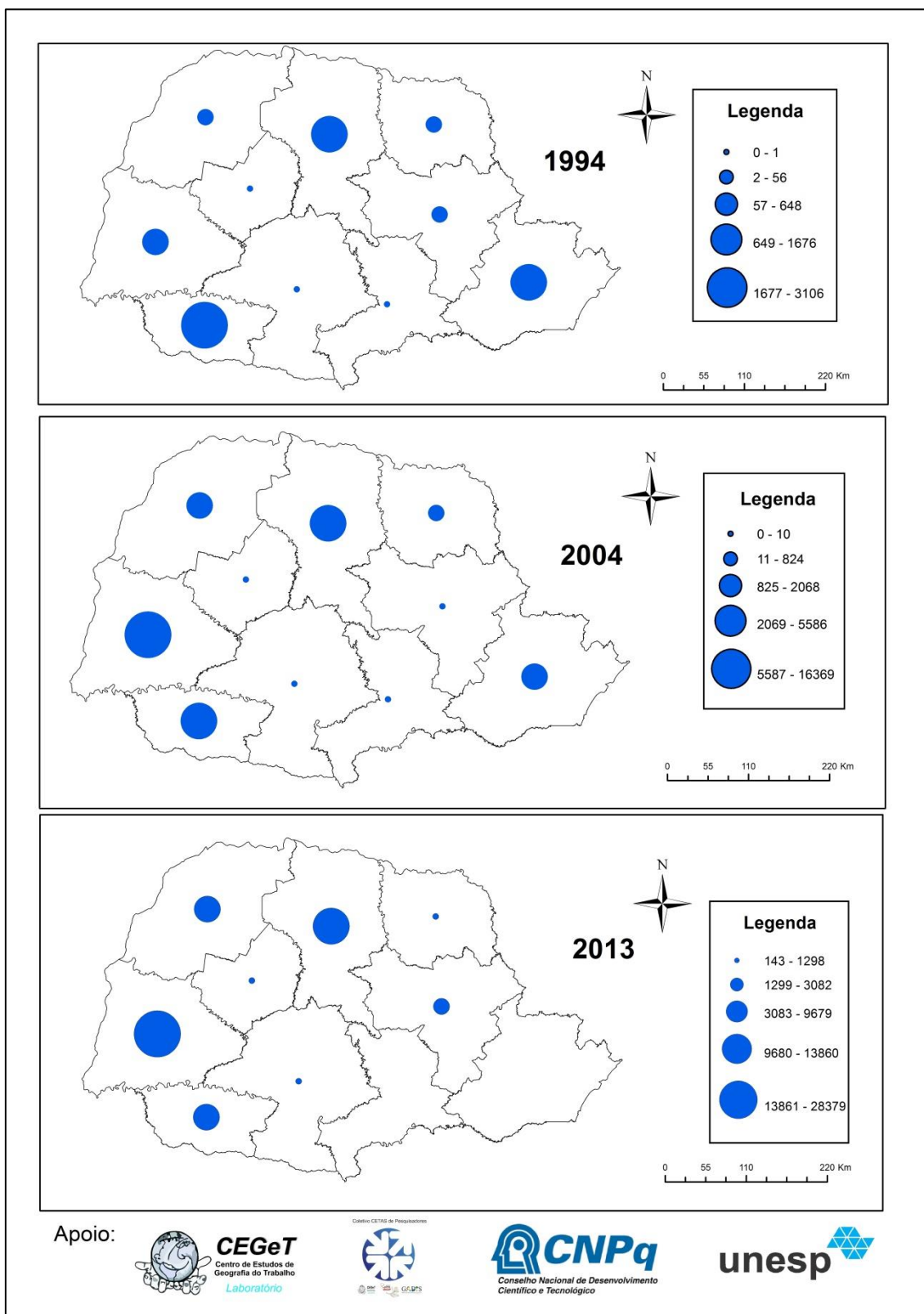


Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Ainda com relação aos dados, 62% dos empregos em frigoríficos, no ano de 2013, são em cooperativas empresariais e o restante relaciona-se às pequenas, médias e grandes empresas. Tais dados mostram a aposta do cooperativismo empresarial na região em torno da produção de *commodities agropecuárias* do complexo soja-milho-frango-suínos, pouco diferindo-se das empresas também atuantes na região e sendo copartícipe, apesar do seu discurso ilusório, da produção do espaço hegemônico.

Não obstante, se toda hegemonia necessita de sofisticados mecanismos de dominação, em somatório à ideologia construída pelo movimento cooperativista, desde a década de 1960, há o surgimento na contemporaneidade da produção intelectual sobre o “desenvolvimento regional e o agronegócio”. Estudos que se apropriam da “dimensão espacial” do fenômeno, caracterizando a concentração de atividades em torno do agronegócio na região, enquanto sinônimo de desenvolvimento e progresso, e tornam-se a justificativa intelectual da constituição do espaço hegemônico.

Figura 10- Emprego em abate de frangos e suínos Paraná (1994-2004-2013)



Tais autores expressam, pela via intelectual, todo movimento histórico, que partiu da efetivação do pacto conservador da agropecuária tecnificada, cuja consequência foi a consolidação do capital da frigorificação de carnes, exaltando, em seus estudos, a geração de empregos em cooperativas e empresas (diretos e indiretos), como sinônimos do “desenvolvimento regional”, promovido pelo agronegócio. Apresentam-se no debate, intelectuais orgânicos do capital travestidos de um discurso aparentemente neutro e quantitativo, utilizando-se de uma “leitura” espacial para legitimar o capital da frigorificação de carnes.

Igualmente, nos anos 2000, com a emergência dos governos petistas, as cooperativas e empresas atuantes no Oeste Paranaense passam a receber significativo aporte de recursos via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Novos frigoríficos são inaugurados, estruturas para recebimento e armazenagem de grãos, recursos para construção de aviários, dentre outros, figuram como apoio do BNDES para as cooperativas e empresas locais. Deste modo, o capital da frigorificação de carnes tem, novamente, no Estado importante apoio para seu desenvolvimento, assim como foi desde os anos 1960, quando incorporou o projeto da agropecuária tecnificada, consolidando o espaço hegemônico.

3.3 A falácia do desenvolvimento regional e os intelectuais orgânicos do capital

A série histórica com saldos positivos para geração de empregos em frigoríficos, a aglomeração de outras atividades prestadoras de serviço aos abatedouros e aviários, o significativo número de avicultores e suinocultores integrados, além de serem consequências do movimento histórico de efetivação da hegemonia da tecnificação da agropecuária, passam a ser entendidos pelos(as) intelectuais orgânicos do capital como formadores de um *cluster produtivo* na região. Suas afirmações consistem em observar que, o Oeste Paranaense, “evoluiu” de fronteira agrícola (década de 1960-70), para fronteira agroindustrial, a partir dos anos 1990 e com maior intensidade nos anos 2000.

O *cluster* representaria uma grande concentração geográfica da atividade de abate de frangos, o que pode ser verificado no Oeste Paranaense, com desempenho superior na produção, geração de empregos, entre outros, aos índices estaduais e nacionais. Além disso, o setor de frigoríficos promove o surgimento de mão de obra especializada para engorda de frangos e suínos, produção de insumos para ração, bem

como a atração de escolas técnicas e universidades, que elaboram projetos direcionados ao agronegócio. “Economias externas” relacionadas à aglomeração das agroindústrias (DALMÁS, STADUTO e WILLERS, 2007).

Embora tais estudos aparentem ser politicamente “neutros”, pois trabalham apenas com os dados estatísticos e se limitam a descrever aquilo que os próprios dados apontam, tais pesquisas, além de forte influência positivista, materializam o discurso das cooperativas empresariais e empresas, que apresentam o crescimento positivo nos dados estatísticos, formadores do *cluster*, como sinônimo de desenvolvimento e progresso. Ao denominarem de desenvolvimento regional⁸¹, as estatísticas positivas encontradas, além de tratarem como sinônimos os conceitos de crescimento e desenvolvimento legitimam o capital e tornam-se seus intelectuais orgânicos no sentido gramsciano.

Ademais, percebe-se que recorrer para dimensão espacial do fenômeno, isto é, para o conceito de , é o que permite a tais autores produzir um falso consenso, em seus escritos, promovendo a ideologia ilusória de uma região “desenvolvida” e esterilizada de antagonismos de classe (MONTENEGRO GÓMEZ, 2002). O conceito de desenvolvimento regional torna-se, assim, um instrumento de dominação e construção da hegemonia do capital.

Tal constatação, remonta aos clássicos debates no âmbito do pensamento geográfico, quando se questionou justamente a neutralidade do saber científico supostamente “desinteressado” e descritivo⁸². As pesquisas sobre o *cluster/agricluster* do setor avícola e suinícola, no Oeste Paranaense, apenas reavivam-no, pois o conceito de região, na sua ligação com o desenvolvimento e agronegócio, é operado por tais autores para produzir um ilusório consenso. Neste, os antagonismos de classe são esquecidos exatamente quando tais autores apontam para dimensão espacial do fenômeno em estudo, argumentando a favor do desenvolvimento regional promovido pelo agronegócio.

Sendo assim, a abordagem espacial de tais autores(as), “apaga” do espaço os conflitos e promove a falsa ideia, repetida com frequência pela mídia, que o

⁸¹ Boa parte dessa produção científica localiza-se no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio (Mestrado e Doutorado) vinculado à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Toledo (PR).

⁸² Dentre as inúmeras referências que poderíamos mencionar o texto do Prof. Carlos Walter Porto-Gonçalves “*A Geografia está em crise viva a Geografia!*” e “*A Geografia serve para desvendar máscaras sociais*” do Prof. Ruy Moreira, ambos publicados em 1982, são referências fundamentais para compreender tal debate.

desenvolvimento e o progresso, na região, têm o mesmo significado para todas as classes sociais. De tal modo, não é mera coincidência constatar que, nesses estudos, inexistia qualquer menção às lutas dos(as) trabalhadores(as) de frigoríficos pelo cumprimento de direitos trabalhistas, melhores condições de trabalho, entre outras pautas. Essas ações são reais e evidentes na região, porém, são negligenciadas por tais autores(as).

Dessa maneira, Ostroski e Medeiros (2004), ao incorporarem a utilização do conceito de *agricluster*, se inserem na perspectiva da produção do consenso do capital. Os(as) autores(as) entendem o conceito de *agricluster* relacionado às atividades econômicas do agronegócio que assumam papel de destaque em determinada região e acabem por reforçar suas capacidades produtivas especializadas, ocasionando seu crescimento econômico. Tal crescimento econômico é, como que num passe de mágica, transformado no conceito de desenvolvimento, pois “(...) a concretização de um *agricluster* em uma região que ofereça as condições necessárias, induz a aceleração do processo de desenvolvimento desta localidade” (OSTROSKI e MEDEIROS, 2004, p.5). Crescimento econômico e desenvolvimento tornam-se sinônimos “graças” ao agronegócio que, além de gerar diretamente “emprego” e “renda”, aglomera infraestrutura, prestadores de serviços, associações e entidades de apoio, universidades, instituições de pesquisa e serviços de treinamento e qualificação da “mão de obra”. Variáveis que não apenas indicam a concentração de determinada atividade econômica na região, mas atestam, na perspectiva analítica destes(as) autores(as), o “desenvolvimento regional”.

Rippel, Lima e Borges (2007) também apontam para o mesmo entendimento em seu estudo de caso, no município de Toledo (PR), acrescentando ainda que os “administradores” priorizam atividades como as do circuito produtivo avícola pela sua grande capacidade de “encadeamento”. Nas suas palavras:

(...) os administradores via de regra passam a priorizar tais atividades, pois sabem que quanto maiores os efeitos em cadeia maiores as possibilidades de estímulos ao surgimento de atividades complementares concatenadas, que podem repercutir em maior arrecadação fiscal, aumento da geração de empregos, *instrumentos que possibilitam alavancar o desenvolvimento de um país ou de uma região*, fato que efetivamente deu-se em Toledo (RIPPEL, LIMA E BORGES, 2007, p.9, grifo nosso).

Vejamos os argumentos: o crescimento estatístico de empregos no setor avícola gera, também, uma “economia externa” de prestadores de serviços, permitindo maior arrecadação fiscal e geração de empregos, itens que os autores estabelecem na correlação direta com o “desenvolvimento regional”.

Por isso, em tais estudos, o apoio do Estado à atividade avícola é uma decorrência óbvia e necessária, justamente por seu efeito de “encadeamento” e geração de empregos. Como diz Souza (2008, p.78):

(...) o estado deve primar por estimular as atividades que possuem os mais importantes efeitos de encadeamento na economia, maximizando os benefícios gerados pelos programas de desenvolvimento. Isso porque os recursos disponíveis para tais programas, em geral, são escassos. Desse modo, se houver uma política de desenvolvimento para regiões deprimidas do Paraná, os setores de produção e de abate e processamento de frangos são merecedores de incentivos, visto que, além de sua importância intrínseca em termos de produção, renda e emprego, são atividades-chave, ou seja, possuem efeitos de encadeamento maiores que a média dos setores da economia.

O Estado, solicitado por Souza (2008), de fato tem apoiado sua tese, visto que na política do “neodesenvolvimentismo”, inaugurada pelo pacto de governabilidade encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), as cooperativas empresariais e as grandes e médias empresas têm recebido significativo aporte de recursos do BNDES. Somente no período de janeiro de 2008 a setembro de 2013, empresas e cooperativas atuantes no setor avícola, em escala nacional, receberam mais de R\$11 bilhões⁸³.

Deste modo, o Estado tem apoiado o agronegócio, no qual entra o circuito produtivo do frango-suíno, destinando importante fatia de recursos públicos para o setor, ao mesmo tempo em que, destina poucos recursos para “agricultura familiar” e programas de transferência de renda, que elevaram a condição econômico-social de muitos(as) trabalhadores(as) empobrecidos no Brasil.

Aliás, a política neodesenvolvimentista se casa com a perspectiva de Dalmás, Staduto e Willers (2007), Ostroski e Medeiros (2004), Rippel, Lima e Borges (2007) e, sobretudo em Souza (2008), já que clama pelo apoio do Estado ao setor avícola, pela sua capacidade de geração de empregos e “encadeamento”, que supostamente materializariam o desenvolvimento regional. No entanto, o apoio do Estado “neodesenvolvimentista” às atividades de frigorificação de carnes, a nosso ver, longe de significar desenvolvimento e progresso para todos(as), apenas materializa e aprofunda a

⁸³ Valor total: R\$11.333.553.116,00. Dados referentes à consulta às operações diretas com empresas do BNDES.

tendência, já verificada desde a década de 1960, da especialização regional em torno das *commodities agropecuárias*.

3.4 O apoio do Estado ao capital da frigorificação de carnes no início do século XXI: especialização regressiva e o reforço ao capitalismo dependente

O paradigma neodesenvolvimentista caracterizar-se-ia, na visão de seus apologetas, por ser uma alternativa ao neoliberalismo e ao nacional-desenvolvimentismo. Nesse sentido, não estaria em jogo apostar num Estado supostamente enfraquecido e na autorregulação do livre-mercado (liberalismo/neoliberalismo), como também, não se objetiva uma “economia centralizada”, em que o Estado apostaria na indústria nacional, na substituição de importações (retirando a importância principal da economia no setor primário), ou seja, preceitos do nacional-desenvolvimentismo. O neodesenvolvimentismo seria uma novidade, justamente por rejeitar essas duas possibilidades “extremas”, focando na compatibilização entre o crescimento econômico e distribuição de renda (SICSÚ, PAULA E MICHEL, 2007).

Por isso, percebe-se a centralidade no apoio estatal ao agronegócio, que chegou a virar herói da nação por seu papel central no equilíbrio da balança comercial. Deste modo, não há, no paradigma neodesenvolvimentista, política de desenvolvimento industrial e de substituição de importações, essa preocupação do nacional-desenvolvimentismo do século XX, não seria adequada aos “tempos atuais”. O que realmente importa é manter trajetórias de crescimento econômico, sem se preocupar com políticas econômicas que retirem a dependência da economia brasileira, em torno da exportação de *commodities agropecuárias*. Nas palavras de Sicsú, Paula e Michel (2007, p.519), esta é a diferença entre o “velho” e o “novo” desenvolvimentismo:

Enquanto o primeiro focava suas políticas defensivas na balança comercial, procurando tornar a economia menos dependente da exportação de produtos primários, uma vez que a economia brasileira transitava de uma economia agroexportadora para uma economia industrial; o segundo – neste particular – está basicamente preocupado em estabelecer critérios de controle da conta de capitais para que o país possa ter trajetórias de crescimento não abortadas e possa se constituir políticas autônomas rumo ao pleno emprego e à equidade social.

Em outras palavras, no neodesenvolvimentismo a política industrial é secundária e a macroeconomia é mais importante que esta e outras questões estruturais (GONÇALVES, 2012). Daí que a “redução das desigualdades” não faça referência às reformas que afetam a estrutura tributária e a distribuição da riqueza.

Com isso, percebe-se que o “neodesenvolvimentismo” aposta na *especialização regressiva* (BOITO JUNIOR, 2012), porque o setor agroexportador é a referência, tornando a economia ainda mais vulnerável ao mercado externo. Então, por um lado, o neodesenvolvimentismo adere a uma perspectiva econômica, que investe nos setores mais arcaicos da economia, produtores de mercadorias de baixo valor agregado e que realçam a característica dependente do capitalismo brasileiro, e, por outro, criam-se políticas assistenciais, via programas de transferência de renda, sem tocar em reformas estruturais. Isto é, nas palavras de Gonçalves (2012, p.662): “(...) valoriza a distribuição de renda, mas ignora a distribuição da riqueza”.

Por isso, diz, com razão, Sampaio Junior (2012), que o neodesenvolvimentismo é um simulacro do antigo desenvolvimentismo, no qual a defesa das reformas estruturais eram elementos fundamentais para o desenvolvimento econômico. Nesse sentido, muito longe de romper com o neoliberalismo ou caracterizar-se em “governo de resistência” ao mesmo, conforme propõe, dentre outros, Sader (2013), o neodesenvolvimentismo não coloca o Brasil na contramão das tendências mundiais, pois reafirma a histórica tendência de dominação da burguesia agrário-exportadora, que reside no Brasil desde os tempos coloniais.

Trata-se na verdade de *especialização regressiva* e negligência com questões estruturais fundamentais como: 1) mudanças na estrutura de propriedade; 2) estrutura tributária e distribuição de riqueza; 3) vulnerabilidade externa estrutural nas esferas comercial, produtiva e tecnológica; 4) influências de setores dominantes – agronegócio, mineração, bancos – e 5) viés no deslocamento da fronteira da produção na direção do setor primário (GONÇALVES, 2012). Tal contexto, longe de produzir rupturas significativas com o neoliberalismo, parece aprofundar ainda mais a característica dependente do Brasil na divisão internacional e territorial do trabalho (DELGADO, 2012).

Portanto, diferentemente do desenvolvimento regional, o foco no agronegócio representa um recuo no próprio desenvolvimento das forças produtivas. Assim, o desejo de Souza (2008), do estímulo do Estado para o setor de abate e processamento de carnes, como promotor do “desenvolvimento”, na experiência histórica recente, com o

neodesenvolvimentismo, aprofunda a *especialização regressiva*, a vulnerabilidade externa (dependência da exportação de *commodities agropecuárias*) e a superexploração do trabalho. Quer dizer, não promove o desenvolvimento, argumento que serve apenas para legitimar o capital e as apostas do Estado em setores regressivos da economia.

Por isso, nos estudos sobre “desenvolvimento regional e agronegócio”, no Oeste do Paraná, não há menção ao reforço do capitalismo dependente, a superexploração do trabalho, *especialização regressiva*, os conflitos entre agronegócio e movimentos camponeses(as)/indígenas/quilombolas/comunidades tradicionais etc. Dessa maneira, ainda julgamos válido o argumento exposto em nossa dissertação de mestrado:

Por trás desses trabalhos há uma intencionalidade política que considera apenas o “lado” do capital. Os referenciais teóricos desses pesquisadores não se respaldam na teoria crítica da sociedade do capital. Portanto, geração de empregos vira progresso e tem de ser apoiada e incentivada pelo Estado e deve ser aceita pelos trabalhadores e sociedade em geral (HECK, 2013, p.90).

Utilizando-se do conceito de região numa perspectiva aparentemente “neutra”, descritiva e desinteressada, tais autores mistificam o Oeste Paranaense como espaço homogêneo e apagado de conflitos, em que a simples geração de empregos em estatísticas ascendentes é considerada “desenvolvimento regional”. O conceito de região, nessa perspectiva, é funcional para o capital e tenta forjar o consenso, a partir de uma abordagem que leva em consideração a dimensão espacial do agronegócio da frigorificação de carnes.

Contudo, se o método para desvendar o espaço geográfico consiste em partir da empiria da paisagem, para desvendar as tramas e relações “invisíveis” que determinam a mesma, é possível propor uma inversão nas “geografias” do *cluster*, pois por esse caminho será necessário enxergar a luta de classes, o reforço ao capitalismo dependente, a degradação e superexploração do trabalho, isto é, elementos “invisíveis” que desmentem o consenso produzido pelos teóricos do desenvolvimento regional, bem como dos defensores do neodesenvolvimentismo. Assim, esses estudos “neutros” e “desinteressados” acabam por demonstrar o que em verdade são: afirmadores do espaço hegemônico e legitimadores do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense.

3.5 A formação do espaço hegemônico e suas consequências

Iniciamos este capítulo mencionando que uma hegemonia não se constrói de forma mecânica e não pode ser pensada instrumentalmente (DIAS, 1996). Existem sofisticados mecanismos de dominação hegemônica, que procuram construir determinada visão de mundo produzindo um falso consenso, mas que têm por objetivo a dominação das classes oprimidas (GRAMSCI, 1978).

Essa é uma referência fundamental para compreendermos o arranjo espacial contemporâneo no Oeste Paranaense, posto que desde a década de 1960, com a tecnificação da agropecuária, buscou-se formatar o espaço para a dominação do trabalho. Para tanto, contou-se com a ação do movimento cooperativista e seu ilusório discurso, com o Estado e Igreja católica, todos irmanados para produzir um falso consenso sobre os benefícios da tecnificação da agropecuária, da organização dos(as) trabalhadores(as) em cooperativas agrícolas e que depois se tornaram processadoras das *commodities agropecuárias*.

A construção de uma imagem positiva em torno da agropecuária de práticas “modernas” com a utilização de insumos agrícolas, sobretudo químicos e maquinário, permitindo ampliação significativa na produtividade, escondem muitas relações perversas vividas por inúmeros(as) trabalhadores(as) no Oeste Paranaense. Contudo, a agropecuária tecnificada foi o passo inicial para a consolidação de um projeto hegemônico que atinge o campo e a cidade na região, quando na década de 1990, intensifica-se a industrialização dos produtos agrícolas, sobretudo o abate e processamento da carne de frangos e suínos (frigorificação de carnes).

Na década de 1970, sobressai a produção de soja e milho que continuou em escala crescente chegando a representar 92,1% de toda produção agrícola da área plantada na região, em 2012. Ao mesmo tempo, o efetivo de rebanho de frango chegou a representar quase 90% de todos os rebanhos da região para o mesmo ano. Por conseguinte, a expansão na capacidade de abate dos frigoríficos praticamente triplica, entre a década de 1990 e 2000, isso contando apenas aqueles sob a direção das cooperativas. A geração de empregos em abatedouros de aves e suínos conhece uma expansão significativa, com crescimento de mais de 4000% entre 1994 e 2013, conforme explicitamos anteriormente no Gráfico 4.

Isto quer dizer que, desde a década de 1970, com a tecnificação da agropecuária até a consolidação do capital de frigorificação de carnes nos anos 2000,

houve significativa especialização produtiva da economia regional em torno das *commodities agropecuárias*: soja, milho, frango e suínos. Longe de representar o “desenvolvimento regional”, ou mesmo a “diversificação da produção”, tal processo coloca a região, assim como o Brasil, no pacto neodesenvolvimentista extremamente dependente da exportação de *commodities agropecuárias* e, neste sentido, consolidam uma estratégia perigosa de especialização regressiva.

Além disso, esse esforço exportador recai, no geral, sobre produtos que baseiam-se na exploração predatória das vantagens comparativas naturais do território brasileiro, bem como reforça o papel estratégico do latifúndio como força motriz do padrão de acumulação (SAMPAIO JUNIOR, 2012; DELGADO, 2012). Por isso, tem razão Fabrini e Roos (2014), quando insistem na tese de que existe uma unidade entre agronegócio e latifúndio, porém esse processo inclui também a exploração do trabalho dos assalariados do campo e da cidade, bem como da sujeição da renda da terra camponesa ao capital, como processos combinados no âmbito das cadeias produtivas do agronegócio⁸⁴.

Ademais, essa busca pelas vantagens comparativas naturais estimuladas pelos saldos comerciais primários produz diversos conflitos por território, a exemplo da questão indígena e de outras populações tradicionais⁸⁵ como faxinais, quilombolas etc., havendo presença marcante da superexploração dos elementos naturais e do trabalho. As modificações no Código Florestal, aprovado em 2012 (Lei 12.651), e que tanto agradou a bancada ruralista, é um típico exemplo de reforma que representa interesses econômicos imediatos e de grupos seletos, “(...) os quais não consideram as peculiaridades de uma região gigantesca como a Amazônia e dos demais biomas do

⁸⁴ Esse assunto é uma referência para defendermos a tese da ampliação do conceito de classe trabalhadora, já que, por exemplo, o capital na frigorificação de carnes subordina renda da terra camponesa e extrai mais-valia (absoluta e relativa), como partes indissociáveis do seu processo de acumulação de capital. No entanto, os camponeses e assalariados, no âmbito das suas organizações coletivas, se encontram fragmentados e não se entendem nem constroem pautas de luta em comum, apesar de ambos serem subordinados ao capital e apresentarem insatisfações com as relações de trabalho impostas, como veremos nos próximos capítulos.

⁸⁵ É importante destacar que no âmbito da Rede CEGeT de Pesquisadores (RCP), as pesquisas sobre comunidades tradicionais têm ganhado espaço, sobretudo nas reflexões do coletivo sediado na Universidade Federal do Paraná (UFPR), em Curitiba (PR). Segundo Montenegro Gómez (2012) a expansão da agricultura tecnificada impacta nestas populações que mantém/mantêm uma relação entre a subsistência e a exploração da natureza marcada pelo equilíbrio. Nesse sentido, a própria organização do trabalho, nestas comunidades, pode ser entendida como alternativas ao capital e não como práticas do “passado”, já que suas concepções e práticas estão muito próximas do trabalho concreto e coletivo. Isso desafia a entendê-las como, parte da classe trabalhadora, e, portadoras, de projetos alternativos, com as quais devemos aprender para pensar o projeto revolucionário do trabalho na América Latina.

país” (SBPC e ABC, 2012, p.19). Quer dizer, privilegia aqueles que desrespeitaram a legislação ambiental anistiando-os pela prática ilícita.

Também, intensificou-se a utilização de agrotóxicos pelo caráter químico-dependente do projeto que se auto intitula “modernizador”. O consumo de agrotóxicos, no Brasil, cresceu 142% entre 2002 e 2011, saltando de 599,5 milhões de litros para 852,8 (PIGNATI, OLIVEIRA e SILVA, 2014). O Oeste Paranaense não destoa da realidade nacional e apresenta índices preocupantes de consumo de agrotóxicos, pois o Núcleo Regional de Cascavel registrou o consumo de mais de 15 quilogramas (kg) por hectare (ha), no período de 1 ano e o de Toledo entre 7 e 11 kg/ha/ano de agrotóxicos (IPARDES, 2010), ou seja, índices superiores aos nacionais (4 kg/ha/ano).

As consequências para a saúde dos(as) trabalhadores(as) diretamente envolvidos com a aplicação de agrotóxicos, e para saúde coletiva, principalmente pela via da “deriva” ocasionada pela pulverização aérea na contaminação da água, solo, entre outros, nos colocam desafios para compreender as consequências da intensificação do agronegócio contemporâneo, que tem suas raízes na tecnificação da agropecuária da década de 1960, momento no qual se instaura, com maior vigor, uma agropecuária químico-dependente.

As investigações de Delgado (2012), apontam que em comum ao período histórico da “modernização conservadora” à década de 2000, a qual denomina de economia do agronegócio, está a manutenção da estrutura fundiária concentrada. No Oeste Paranaense, percebemos tal processo ao comparar os dados da estrutura fundiária de 1970 e 2006. Tais informações apontam para uma redução no número de estabelecimentos e área ocupada pelas propriedades de até 50 hectares e aumento naquelas acima de 50 (ha). Isso significa que houve um processo de concentração fundiária na região.

Assim, é possível afirmar que a tecnificação excluiu camponeses(as) no Oeste do Paraná e concentrou as terras, no entanto, 86% dos estabelecimentos, em 2006, ainda enquadram-se naqueles de até 50 hectares, muito embora ocupem área de apenas 34% da região. Esta é uma das faces da concentração fundiária em escala regional, visto que houve redução de mais de 25% com relação à década de 1970, quando os estabelecimentos com até 50 ha ocupavam 60% das terras.

Logo, a presença marcante dos pequenos estabelecimentos na agropecuária não permite afirmarmos, ao menos diretamente, que a expropriação foi um processo que ocorreu na região homogeneamente. Muito embora se constate a redução do número de

estabelecimentos e área ocupada por propriedades de até 50 ha, ainda há, no início do século XXI, uma marcante presença de minifúndios ocupados pelo trabalho familiar, sobretudo na criação e engorda de aves e suínos. O Censo Agropecuário de 2006, mostra que mais de 80% dos estabelecimentos agropecuários com “agricultura familiar” envolvidos na atividade avícola e suínos utilizam-se somente do trabalho da família, sendo que, o envolvimento de mão de obra temporária, permanente, serviço de empreitada, e demais combinações não ultrapassam 6%. Portanto, há uma massiva presença de camponeses(as) na avicultura-suinocultura, mas também existe a atuação da pequena burguesia como veremos no item 4.2.

Isso significa que, no Oeste Paranaense, há uma evidência do processo caracterizado por Oliveira (2001) de *monopolização do território* pelo capital, no qual o camponês continua proprietário da terra, mas está subordinado à agroindústria pela via da renda e do trabalho da família. Deste modo, o clássico processo da divisão social do trabalho, em que a tendência geral seria a total expropriação dos camponeses(as), e sua transformação em proletariado, ou pequena burguesia, pode ser problematizado para o entendimento dos(as) camponeses(as) integrados ao capital da frigorificação de carnes. Também, não entendemos que estes sujeitos sociais, no tocante à escalada da precarização, estejam distantes dos(as) demais trabalhadores(as) assalariados(as) (formalizados ou não) e que não existam convergências entre os mesmos, já que esse é o traço da realidade ocupacional e social dos(as) camponeses(as) integrados, assalariados(as) nos frigoríficos, apanhadores de frango, entre outros.

Isto é, a manutenção das relações não tipicamente capitalistas, como as camponesas, e o esgarçamento das relações de trabalho para além das fronteiras da relação assalariada significa que, a classe trabalhadora, no século XXI, está ainda mais heterogênea. Porém, isso não nos permite advogar em favor da anulação da centralidade do trabalho, pelo contrário, nos estimula a pensar na necessidade de compreender esse universo plural do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009). Eis o referencial que pode nos ajudar a compreender as convergências entre camponeses(as)-assalariados-informais, trabalhadores(as) envolvidos na cadeia da frigorificação de carnes e que tem seu trabalho subordinado de diferentes formas pelo capital.

Além disso, como vimos, é preciso ter clareza de que o movimento cooperativista no Oeste Paranaense não significa um canal alternativo para os pequenos produtores. É, antes, o inimigo de classe, já que se trata de um movimento, que se apropriou do discurso solidário para efetivação da hegemonia do capital e das políticas

agrícolas de Estado que fixaram o pacto dominante no campo brasileiro. Dois exemplos que expressam claramente nossa posição com relação ao cooperativismo praticado na região: em primeiro lugar, seu funcionamento basicamente idêntico a uma empresa capitalista e, em segundo, seu arco de alianças políticas.

As cooperativas empresariais subordinam a renda da terra camponesa, via contratos de integração para engorda de frangos e suínos, e empregam trabalhadores(as) assalariados(as) no corte e processamento da carne, bem como são responsáveis por todo o trabalho informalizado da apanha de frangos em aviários, pouco diferindo das pequenas, médias e grandes empresas que atuam na região. Teremos a oportunidade de mostrar algumas evidências empíricas do trabalho degradante a que estão submetidos os(as) trabalhadores(as) em cooperativas, como os exemplos da informalização da jornada e do processo de trabalho, dos apanhadores de frango terceirizados pela cooperativa LAR, de Medianeira (PR), verificados por Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e entrevistas. Além de narrativas de trabalhadores(as) envolvidos no abate e processamento da carne de frango, que convivem com o trabalho intenso e repetitivo presente nas empresas como, por exemplo, na Brasil Foods, localizada em Toledo (PR) (HECK, 2013). Ou seja, as cooperativas na região e seus mecanismos de controle e dominação do trabalho têm muito mais semelhanças com as empresas do que imaginam os que pensam serem as mesmas “canais alternativos”.

Sendo assim, o movimento cooperativista travestiu-se de um discurso democrático e igualitário, o qual não se efetiva no real. Da igualdade do cooperativismo não participam, por exemplo, os(as) trabalhadores(as) das unidades industriais, como as mulheres e homens que hoje labutam no corte de frango, recebendo irrisórios salários (abaixo do mínimo regional) e que adoecem nas linhas de desmontagem de frangos. Não se pensou um acesso igualitário e democrático a terra, muito embora haja o predomínio de pequenos produtores e o agronegócio foi aceito de forma acrítica pelo movimento cooperativista. Portanto, o cooperativismo no Oeste do Paraná não é expressão da resistência dos pequenos produtores aos monopólios, mas sim, umas das formas de se inserir nos grandes conglomerados do agronegócio. Conforme sintetizou Moreira (2014, p.49):

A prática do cooperativismo, que tradicionalmente se constituiu como prática de organização dos trabalhadores frente à exploração

capitalista, foi apropriada por capitalistas de diversos setores e ramos de atividades (...).

Na mesma linha, concordamos com a avaliação de Sônia Regina Mendonça, quando diz que o “mito” que confere às cooperativas os princípios de serem mais democráticas, antilucro e de distribuição de ganhos entre os cooperados conferiu, a esse movimento, um dos mais significativos instrumentos de negação do conflito social (MENDONÇA, 2011). No arco das alianças políticas, a mesma autora mostra que a Organização Brasileira de Cooperativas (OCB) foi uma entidade impulsionadora para a construção da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), onde figuram entidades associadas como: BASF, Monsanto, Rede Globo, Sindicatos Patronais, OCB e a Coopavel de Cascavel. Fica difícil dessa forma, entender as cooperativas como resistência ou canais alternativos aos monopólios do capital.

Tais parcerias nos mostram de “qual lado da trincheira” as cooperativas do Oeste Paranaense estão: junto ao projeto hegemônico do agronegócio que concentra terra, capitais e o poder internacional, o que, a nosso ver, mostra a grande operação ideológica produzida desde os anos 1960 pelas cooperativas na região através do discurso “democrático” e “igualitário”, uma farsa em realidade, que capitaneou inúmeros(as) trabalhadores(as) para adesão ao projeto hegemônico dos grandes capitais. O arco de alianças que se concretiza na ABAG são a prova viva disso.

Pelo exposto percebe-se então, diversos elementos materiais, ideológicos e superestruturais que legitimam e permitem a configuração do espaço hegemônico da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense. Dentre eles: 1) tecnificação da agropecuária; 2) movimento cooperativista; 3) ação do Estado a partir do projeto PIC e contemporaneamente através do BNDES; 4) ação da Igreja; 5) intelectuais orgânicos. Todos reforçam o espaço hegemônico e escondem os antagonismos de classe em torno da acumulação de capital na região.

Por fim, percebemos que os esforços destes sujeitos hegemônicos estão voltados para construção de uma hegemonia, que se expressa na ideologia do desenvolvimento regional e formatam o arranjo paisagístico percebido na empiria das Figuras 7, 8, 9 e 10, do início deste capítulo. Contudo, contrariamente à ideia consensual de desenvolvimento e progresso para todos(as), operada a partir da categoria região, na qual a dimensão espacial é fundamental para produzir um falso discurso que tenta esterilizar os antagonismos de classe, constatamos que as consequências ambientais e sociais são evidências empíricas dos limites da acumulação capitalista que

se expressa pela via da frigorificação de carnes. Por isso, trata-se da formação de um espaço hegemônico e jamais de desenvolvimento regional, tese que só pode ser defendida se a perspectiva analítica não excluir a luta de classes, os conflitos e as disputas territoriais, assuntos invisibilizados na “leitura geográfica” dos intelectuais orgânicos do capital no Oeste Paranaense, porém foco central nas pesquisas realizadas no âmbito da Rede CEGeT de Pesquisadores.

CAPÍTULO 4

AS RELAÇÕES DE TRABALHO E A CLASSE TRABALHADORA NA FRIGORIFICAÇÃO DE CARNES DO OESTE DO PARANÁ

Para além da formação histórica, pautada pela agropecuária tecnificada e as alianças políticas no âmbito do conservadorismo, a essência da produção desse espaço hegemônico, do capital da frigorificação de carnes, é a dominação do trabalho. É a subordinação do trabalho no campo e na cidade, que historicamente o movimento cooperativista empresarial procurou hegemonizar, assim como, as médias e grandes empresas. Daí o motivo de compreender a existência das indústrias de abate de carnes (objetos geográficos), concentradas na região, partindo do trabalho e não apenas da descrição da concentração geográfica da indústria, como é usual nos textos da chamada “geografia industrial”.

Contudo, é preciso entender de qual trabalho se fala e como entendemos esse conceito e o de classe trabalhadora. Esse é o desafio mais geral do presente capítulo, pois, num circuito produtivo, que rompe os limites do campo e da cidade, já que utiliza do trabalho familiar camponês, assalariado informal, terceirizado e formal nas granjas e indústrias, é preciso operar com o conceito de classe trabalhadora ampliada. Recuperar a discussão teórica sobre esse assunto se torna crucial para entender quem são os(as) trabalhadores(as) que compõem a cadeia da frigorificação de carnes, capitaneada por um único capital quando se considera o circuito da produção.

Nos itens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4, procuramos discutir, a partir das narrativas de trabalhadores(as) e demais fontes, as multifacetadas relações de trabalho no campo e na cidade criadas pelo capital da frigorificação de carnes, com o intuito de mostrar tanto as degradantes condições de trabalho, como também as distintas formas de inserção laboral vivenciadas pelos sujeitos sociais, como o trabalho proletarizado urbano e rural, familiar camponês, informal e terceirizado. Formas estas sempre entendidas pela teoria como situações distintas, mas que no caso da frigorificação de carnes, se combinam quando focamos o processo de trabalho.

Por fim, o último item é um preâmbulo daquilo que é central em nossa tese, uma vez que trataremos brevemente da discussão que norteará as principais conclusões

a que chegamos na pesquisa e que serão apresentadas nos capítulos 5 e 6. Isso se faz necessário, porque a discussão sobre a classe trabalhadora ampliada é o referencial central para vencer as amarras da divisão técnica do trabalho, que se fundamenta na fragmentação corporativa-categorial de sindicatos e organizações coletivas. Igualmente, é a chave para entender as distintas formas de exploração/controle/subordinação do trabalho ao capital da frigorificação de carnes, motivo pelo qual adiantaremos, brevemente, este debate na conclusão do presente capítulo.

4.1 O início do processo de trabalho: trabalhadores(as) das granjas de matrizes

As mulheres e homens responsáveis pelo cuidado com as aves, que darão origem aos ovos e pintinhos de um dia e que serão encaminhados, posteriormente, à engorda, quase nunca ocupam a centralidade nas pesquisas sobre o termo genérico da “avicultura”. A preocupação com as tecnologias e inovações em termos de genética, maquinários, formulação de rações, e demais insumos, assim como com o “bem-estar animal”, é a prevalência para zootecnistas, engenheiros agrícolas, agrônomos, dentre outros. O interesse de boa parte desses profissionais está na “redução de custos”, já que, parecem fazer eco aos economistas que apontam vivermos, no Oeste do Paraná, o desenvolvimento regional “graças” ao progresso promovido pelo agronegócio, conforme apontamos no item 3.3.

Portanto, tais autores não possuem dúvidas, de que devem utilizar da ciência aplicada à redução de custos das empresas/cooperativas, visto que elas geram milhares de “empregos”, argumento suficiente para justificar o apoio às mesmas⁸⁶. Desse ponto, o motivo de formularem as melhores rações, no caso dos profissionais em zootecnia⁸⁷, sem pensar sequer nas transnacionais envolvidas nesse mercado, tampouco nas consequências políticas do seu trabalho enquanto pesquisadores(as). Tanto que boa parte dessas transnacionais e empresas locais povoam os ambientes universitários, a fim de financiar tais pesquisas. O desinteresse completo pelas condições de trabalho é uma consequência direta da formação que, infelizmente, tem enfatizado a técnica em detrimento da vida e das relações sociais.

⁸⁶ Cf. Souza (2008).

⁸⁷ Há muitos trabalhos técnicos nesse sentido e as menções com relação aos problemas sociais existentes na avicultura, quase nunca, salvo engano da nossa parte, ocorrem. Ver por exemplo o trabalho de Nunes (2003), que trata da formulação de rações e ressalta, na introdução do seu primeiro capítulo, a importância meramente econômica da avicultura brasileira, seu dinamismo e a suposta alta qualidade das proteínas animais, de origem avícola, produzidas no Brasil.

Obviamente, isso não significa que os conhecimentos técnicos sejam inúteis. Pelo contrário, eles são de suma importância. O que questionamos aqui é a insuficiência dessas abordagens meramente “técnicas”, pois no limite, interessam apenas ao capital e pouco, ou nada, contribuem para melhoria nas condições de vida e existência da classe trabalhadora, quiçá para sua autonomia frente aos interesses hegemônicos.

Por outro lado, os(as) pesquisadores(as) das ciências sociais e saúde, também, pouco têm narrado sobre as relações de trabalho nesse processo de trabalho específico nos aviários de matrizes e incubatório. Trabalhos como o de Finkler (2007), Moreira (2014) e, sobretudo, Fagnani (2014) são exemplos de esforços importantes na tentativa de compreender o trabalho desempenhado por tais sujeitos sociais. Em nossa dissertação de mestrado, mesmo tendo entrevistado trabalhadores(as) de aviários de matrizes, tratamos de tal realidade em poucas passagens, somos parte dessa crítica necessária. A preocupação, naquele momento, canalizada com as condições de trabalho nos frigoríficos, impedia essa leitura de conjunto que ora estamos realizando.

Acontece que, como veremos nos demais itens, as tendências estruturais esboçadas por Marx sobre a destruição da saúde dos(as) trabalhadores(as) é uma regra para os(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, envolvidos no circuito produtivo da frigorificação de carnes. Isso tem a ver, puramente, com a acumulação de capital, a partir da apropriação de trabalho excedente (não pago) e subordinação da renda da terra, como existências combinadas para o capital de frigorificação de carnes. Esse é um assunto que deve nos ocupar para oferecer reflexões comprometidas com a classe trabalhadora e não apenas com interesses particulares aos dominantes.

O trabalho nos aviários de matrizes é proletarizado e, em geral, formalizado. Impõe aos(as) trabalhadores(as) a destreza e velocidade nos movimentos, como também o local de trabalho é insalubre. Isto é, muita poeira, manuseio de produtos químicos e material biológico, todos nocivos à saúde humana, são parte do cotidiano de trabalho. A interpretação relacionada ao “fazer de tudo” é frequente nas narrativas dos(as) trabalhadores(as). Isso significa que aplicar vacinas, apanhar ovos, “virar a cama do aviário”⁸⁸, manusear produtos químicos como o formol, realizar a “compostagem”⁸⁹,

⁸⁸ Espécie de trabalho na limpeza com a parte inferior do aviário que é coberta por pequenos pedaços de madeira (popularmente conhecido como maravalha) a fim de que não haja atritos bruscos entre os pés das aves e o chão que podem vir a machucá-la.

⁸⁹ “Local”, geralmente um buraco, onde são destinadas as aves mortas e onde os trabalhadores têm tarefas a cumprir.

dentre outras funções, não é rigidamente fragmentada e específica para cada trabalhador. Certa “polivalência” parece prevalecer.

Por isso, diz Fábio⁹⁰, ao ser questionado sobre a sua rotina de trabalho: “é ensacava maravalha⁹¹, passava maravalha, ensacava ração, tratava, vamos supor, e mexia cama, é um monte de serviço que tem lá dentro (...)” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.10). Já Argeu, por sua vez, nos esclarece um pouco mais no que consiste o trabalho nestes aviários, com os produtos químicos:

É na verdade a gente mexia com ratoaves que é o tratamento das aves né (...) e limpeza de bebedouro, limpeza de comedouro passar até mesmo cal em cama de aviário pra não dar bactéria e tal passar (...). Dentro da granja lá a gente trabalhava também com fumação chamado fumação aonde esteriliza o material que entra dentro da granja aquele material que pode molhar vai pro desinfetante líquido lá, mas, o material perecível daí eles passam pela fumação, que é um produto lá de bergamono no formol que é passado né e vacinas (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.6).

Percebe-se que o trato com insumos químicos é constante nestes aviários de matrizes, bem como os biológicos, que são os resíduos e carcaças de animais, destinados à compostagem. Conforme narra Cláudio:

Vou começar pelas galinhas quando morriam né a gente carregava elas nas costas e talvez elas ficavam aí um dia dentro do aviário e já começava a derreter entrava em estado de decomposição. A gente carregava aquilo lá em contato com a pele né e levava nas costas. E quando jogava naquelas fossas lá chega tava mexendo de bichinho lá, terrível né. E, a gente trabalhava fazendo a coleta de sangue, igual entrava em contato com o sangue né das aves (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.24).

A insalubridade em tais atividades é perceptível. Soma-se a ela, a existência de muita poeira no ambiente de trabalho, o que pode induzir aos problemas respiratórios. Tais situações nos levam a retomar Marx (1984), quando discute o item específico intitulado, “*Economia nas condições de trabalho à custa do trabalhador*”, no livro terceiro de *O Capital*. Neste, o autor trata do trabalho, no século XIX, das minas de carvão, fábricas e em recintos fechados no geral, mas apresenta uma reflexão absolutamente atual, já que no âmbito das relações de produção “(...) não é a saúde dos

⁹⁰ O leitor perceberá que todas as entrevistas citadas na íntegra estão enumeradas. Essa paginação está relacionada aos dois cadernos de transcrição de entrevistas que montamos, e seu objetivo, é deixar mais fácil o acesso à íntegra das entrevistas que estará disponível junto ao CEMOSi.

⁹¹ Raspagens ou aparas de madeira, utilizadas nos galpões onde ficam os animais, com o intuito de evitar o contato direto com o solo e maior higienização do local.

trabalhadores, mas a elaboração facilitada do produto que é decisiva” (MARX, 1984, p.71).

A falta de ventilação e espaço, por exemplo, das minas de carvão daquela época foi diretamente relacionada à “avareza”, eufemisticamente denominada de “redução de custos” por parte dos capitalistas. Nisso, resultavam inúmeros acidentes e mortes no trabalho, visto que nas minas “(...) só deixavam cavar um poço, de forma que não só era possível nenhuma ventilação efetiva, mas também nenhuma saída, se aquela única estivesse obstruída” (MARX, 1984, p.69).

Assim, preocupava-se com a elaboração facilitada do produto e não com a saúde daqueles(as) que operavam com tais mercadorias. Feitas as necessárias aproximações e ressaltando alguns avanços, a partir das lutas históricas dos(as) trabalhadores(as), pela melhoria do ambiente de trabalho com o mínimo de segurança⁹², a verdade é que, a tese de Marx, continua válida no século XXI. Ela se explicita quando refletimos a narrativa de Flávio sobre os cuidados necessários aos animais no aviário de matrizes, que resultam num ambiente de trabalho insalubre para os(as) trabalhadores(as):

(...) agora eles inventaram um negócio de pano lá cara você fica meio sufocado dentro daquilo lá né porque aquilo lá é quente. O dia inteiro você trabalhando com aquele ar quente ali não faz bem pra pessoa né? Ao invés de deixar os pano baixo eles erguem aquilo lá ó. Tem vez que tá um vento assim lá fora, mas, tão gostoso, tá aqueles pano erguido o dia inteiro né por causa das aves, daí o cara vai fazer o que né? Tem que erguer (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.16).

É assim que, o circuito produtivo da frigorificação de carnes, do campo à cidade, cria condições de trabalho insalubres aos(as) trabalhadores(as), pois a preocupação está meramente centrada na mercadoria: frangos e suínos. Esse entendimento é necessário, para compreender os agravos à saúde de Argeu, com seríssimos problemas do sistema respiratório; de Fábio, que relaciona os agravos à sua

⁹² Em vários países do mundo a luta pela redução da jornada de trabalho, as greves gerais convocadas onde sempre se denunciava a precariedade dos espaços de trabalho com a consequente destruição de máquinas, como é o caso do movimento ludista, ou ainda da denúncia das péssimas condições de trabalho pelo movimento cartista, ambos ainda no século XIX, dentre outros exemplos que se seguiram ao longo do século XX, mostram que os trabalhadores(as) desde os primórdios do capitalismo organizaram-se contrariamente aos interesses da burguesia e em determinadas conjunturas históricas conquistaram determinados direitos. É o caso da legislação trabalhista no Brasil na década de 1930, que não pode ser confundida como resultado de uma ação de Getúlio Vargas, mas sim uma conquista decorrente das lutas dos trabalhadores que serviu tanto para conferir determinados direitos (dentre eles temas como a segurança e saúde no trabalho) como também para manter o controle sobre as ações políticas dos trabalhadores(as) pela via dos sindicatos classistas.

saúde aos produtos químicos que cotidianamente manuseava; e de Carlos, com problemas de coluna devido ao trabalho com peso e ao esforço repetitivo.

É devido a tal situação, que entendemos a intensa rotatividade de trabalhadores(as) existente nas granjas de matrizes. Uma resistência individual, para uma realidade do trabalho degradante que, nas contas de Carlos, equivale a 80% dos funcionários(as) que ou estão lesionados ou saíram da empresa. Os motivos são por ele narrados na seguinte perspectiva: “(...) por não suportar mais dor, não suportar mais o trabalho, pediram a conta e saiu (...)” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.129).

Realidade que não é diferente para os(as) trabalhadores(as) dos aviários de matrizes das cooperativas empresariais que atuam no Oeste do Paraná. Conforme mostra Fagnani (2014, p. 37), em sua pesquisa com trabalhadores(as) vinculados a uma cooperativa:

Na pesquisa de campo e durante o tempo em que trabalhei na fábrica, foi impossível ignorar os pulsos enfaixados, as reclamações de dores crônicas, os comentários sobre acidentes com aves e equipamentos e os diálogos sobre automedicação para não faltar ao trabalho, bem como foi visível que alguns trabalhadores adquirem alergias respiratórias e de pele.

A autora também constata a prevalência da rotatividade em tais atividades e as condições de trabalho insalubres. Estas últimas, alvo de reclamações trabalhistas junto às Varas do Trabalho regionais, como mostra Moreira (2014)⁹³. Assunto que também comparece, com relação às doenças por esforço repetitivo, do qual é exemplo o processo 1911-2010-68, junto à Justiça do Trabalho de Toledo (PR), em que se reconheceu o nexos concausal entre o trabalho no aviário de matrizes e as dores crônicas sentidas pelo trabalhador⁹⁴.

O sentido negativo do trabalho na experiência desses trabalhadores(as) fica então evidente. Tanto é que, taxativamente, afirma Argeu, sobre as preocupações empresariais com o trabalho nas granjas de matrizes: “(...) o bem-estar animal eles acatam isso você tem que cumprir né, agora o trabalhador” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.9). Experiência compartilhada de forma dramática por Oséias, ao apanhar diariamente ovos: “não eu não conseguia de jeito nenhum, eu até chorava

⁹³ O autor faz referência ao processo julgado em 23 de outubro de 2013 no Tribunal Superior do Trabalho (TST), n. TST-RR-157600-65.2008.5.06.0211 o qual teve como relator Luiz Philippe Vieira de Mello Filho que reconheceu que na atividade que envolve limpeza de aviários faz jus o pagamento de adicional de insalubridade em grau médio. Ver mais informações em Moreira (2014) especificamente na página 59.

⁹⁴ Ver mais sobre esse assunto no site do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª região <<http://www.trt9.jus.br/>> e em nossa dissertação de mestrado Heck (2013).

catando ovo de dor, de dor na coluna (...)” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.150). O que corrobora, ainda, com a experiência individual da “automedicação” de Carlos como a única possibilidade de permanecer trabalhando:

Eu cheguei a trabalhar pra você ter uma ideia, eu cheguei trabalhar assim, últimos dias eu trabalhava com diclofenaco nos bolsos, no bolso que não podia ficar na portaria, mas eu saía de casa e tomava um no domingo e ia trabalhar. Eu chegava na portaria deixava eles lá que não podia entrar eu trabalhava lá dava, vinha dos aviário e tomava mais um e voltava a trabalhar de novo e fazia isso aí (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.131).

Neste sentido, a trajetória destes(as) trabalhadores(as) das granjas, como eles(as) popularmente se auto-denominam, indica as marcas da realidade social do trabalho na avicultura. Suas atividades são essenciais, para que a acumulação capitalista continue a todo vapor no ramo da frigorificação de carnes, porque são responsáveis pelo manejo com as “galinhas dos ovos de ouro”, aquelas que, após intensos testes genéticos, dão origem aos pintinhos com capacidade de engorda em menor tempo possível. Estes são destinados aos incubatórios (Figuras 15, 16 e 17), nos quais, num processo com grande densidade de maquinário e intensificação do trabalho, são chocados e posteriormente enviados aos “produtores integrados” responsáveis pela engorda dos animais.

Figura 15 - Trabalhador encaminhando os ovos para o processo de chocagem



Fonte: <www.fragonatto.com.br>. Acesso em 19 set. 2015.

Figura 16 - Trabalhadores(as) vacinando pintos em carrossel



Fonte: <www.multinox.ind.br>. Acesso em 19 set. 2015.

Figura 11 - Trabalhadoras preenchendo as bandejas com ovos



Fonte: <www.guaraves.com.br>. Acesso em 19 set. 2015.

A disciplina fabril e o ritmo intenso também marcam as relações de trabalho nos incubatórios. Como mostra Finkler (2007), que ao entrevistar um trabalhador, constatou que o mesmo tinha por meta “pegar” 4 mil pintos por hora, isto é, 21 a 22 mil deveriam ser vacinados por tarde. No setor de seleção de ovos era necessário colocar 96 ovos em cada uma das bandejas e empurrar o carrinho com cerca de 27 destas por quase 5, 6 e até 10 metros.

Neste sentido, percebe-se que ao focar o processo de trabalho nos aviários de matrizes, e até mesmo no incubatório, o ritmo de trabalho e a intensidade dos gestos são as principais cobranças. Ao mesmo tempo, as doenças por esforços repetitivos, respiratórias e relacionadas ao contato com os produtos químicos são menos fortuitas e surpreendentes, e sim, uma condição objetiva do trabalho desempenhado. A rotatividade e o sentido negativo constatado pelas narrativas dos(as) trabalhadores(as) expressam as marcas da degradação do trabalho e, também, as reações individuais a tais condições.

Tais narrativas, obtidas juntos aos(as) trabalhadores(as) da avicultura, não estão isoladas de todo o restante do circuito produtivo da frigorificação de carnes. Expressam, apenas, algumas peculiaridades com relação às outras inserções laborais, porque nesta predomina o trabalho formalizado e assalariado, típicos das características da proletarianização. Contudo, as rotinas intensas de trabalho, a repetitividade dos movimentos e os agravos à saúde daí decorrentes são compatíveis com a descrição de outras funções no âmbito deste circuito produtivo. Igualmente o são para os assalariados, geralmente informais, vinculados aos pequenos capitalistas proprietários de galpões de aves e suínos, os(as) que realmente laboram no processo de engorda dos

animais, bem como ao trabalho familiar dos(as) camponeses(as), que vivenciam, embora com certas peculiaridades, as condições do trabalho intenso e o constante endividamento. Esta segunda “etapa” do circuito produtivo é o assunto que nos ocupa para o próximo item, porém, é preciso retomar alguns aspectos históricos, para poder explicar, de forma mais precisa, tais rotinas de trabalho e a heterogeneidade social deste sujeito social na “integração” de aves e suínos.

4.2 Monopolização do território, relações camponesas e de assalariamento: a heterogeneidade do sujeito social avicultor-suinocultor

Até os anos 1970, a criação e engorda de aves e suínos no Oeste do Paraná e em boa parte do Brasil não estava restrita à produção de escala industrial. A atividade baseava-se em um sistema de produção familiar, no qual as galinhas eram criadas soltas nos quintais das casas (MIZUSAKI, 2009) e os suínos, do mesmo modo, criados para obtenção da “banha” e carne, sendo, inclusive, de predominância de outra raça: os popularmente conhecidos “porcos pretos”. O autoconsumo dos animais também se configurava como prática usual, comum e importante estratégia de permanência no campo.

Também, era recorrente a venda ambulante de aves vivas, que sustentavam uma rede de comercialização que se estruturava por fora da subordinação ao capital de escala industrial. A criação dessas aves se dava por trabalhadores(as) pobres, donos de pequenos pedaços de chão ou roceiros e meeiros vinculados aos grandes fazendeiros (BOSI, 2011), sendo que a alimentação das mesmas consistia basicamente no grão de milho e o processo de engorda até o abate podia durar mais de seis meses.

Com as transformações engendradas pela maior tecnificação na agropecuária, a partir das décadas de 1960/70, essas relações sociais sofreram alterações, mas *não deixaram de existir por completo*. As aves que antes eram criadas ao “ar-livre” deram lugar às grandes granjas. Os suínos, que já existiam no Oeste Paranaense, desde a década de 1950, em conjunto com as lavouras de autoconsumo, tiveram a introdução de uma nova raça apoiada em critérios de engorda diferentes. Nos dois casos, a aceleração do tempo de maturação dos frangos e suínos foi a regra, sobressaindo a engorda dos frangos que, se anteriormente levava de 6 a 8 meses, agora com a implantação dos melhoramentos genéticos estava reduzida para pouco mais de 40 dias. Tudo isso levou,

também, a uma transformação nas relações de trabalho e complexificou o entendimento destas no campo.

Porém, esse processo não é uma via de mão única, isto é, destruidor de todas essas relações anteriores que, como num passe de mágica, deixariam de existir. Com isso, queremos dizer que houve transformações nas relações de trabalho no campo do Oeste Paranaense, a partir da tecnificação e das relações de integração, mas estas não eliminaram as práticas de autoconsumo, mesmo com a existência da subordinação da renda da terra ao capital. Estas continuam tendo vital importância para os(as) camponeses(as), que se integram às cooperativas e empresas de capital privado e, embora alguns as pomenorizem, são centrais para a reprodução diária da família. Como narra uma avicultora sobre a relevância desse tipo de produção:

Aprendi com os meus pais, se o colono⁹⁵ quer ficar na roça, o segredo é plantar para consumo, pois assim não precisa comprar quase nada de alimentos no mercado, porque tem de tudo na propriedade (STORTI, 2010, p.69).

Tais relações não foram extintas por completo e não se trata de meras atividades irrelevantes, conforme narrou a camponesa. Nesse sentido, ao visitar e entrevistar um avicultor vinculado a Brasil Foods, de Toledo (PR), que tinha na mão de obra da família a base da sua unidade de produção, também constatamos o cultivo de culturas para autoconsumo (Figura 18).

Além disso, Storti (2010) mostra uma grande diversidade de frutas, legumes e criação de animais para o consumo da família em propriedades de avicultores integrados à Copagril, produções estas que tem um papel muito importante para a reprodução da família.

⁹⁵ É comum os proprietários rurais tratarem-se como “colonos”, contudo, esse é um conceito problemático e que homogeneiza realidades e sujeitos sociais distintos no campo da região. Segundo Moreira (2014, p.36) “(...) a designação refere-se aos proprietários rurais que se deslocaram para a região Oeste do Paraná a partir da década de 1950 e compraram suas propriedades das empresas ‘colonizadoras’. Os ‘colonos’ foram construídos pela memória e história locais como ‘pioneiros’ que ‘desbravaram’ as florestas e forjaram o ‘desenvolvimento regional’. As narrativas míticas e laudatórias expressam a ocultação histórica dos diversos sujeitos que habitavam a região no período anterior a 1950”. Ver também essa discussão em Varussa (2014).

Figura 12 - Horta para autoconsumo da família ao fundo vista para o aviário – Cerro da Lola distrito de Toledo (PR)



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Coelho e Fabrini (2014), ao estudarem o papel da agricultura de autoconsumo, no Oeste Paranaense, tecem a seguinte consideração:

As estratégias camponesas como a produção de subsistência e autoconsumo não negam por completo a lógica da produção capitalista. Como os camponeses são sujeitos criados e recriados no contexto de expansão do capitalismo na agricultura, em momentos as práticas camponesas estão articuladas com as relações capitalistas, noutros estão paralela e à margem contraditória, o que lhes garante sua existência no campo.

Mesmo que não negue, necessariamente, na completude a lógica capitalista, são relações camponesas, portanto, não capitalistas, recriadas pela lógica do capital, e que estão presentes na avicultura e igualmente devem ser consideradas, visto os avicultores não possuem características homogêneas. Isto é, nem todos são “pequenos burgueses” simplesmente pelo fato de possuírem a propriedade da terra. Ou ainda, apenas, “proprietários fundiários”, “pequenos produtores”, conceitos que obliteram uma visão mais aprofundada destes sujeitos sociais.

Há, no Oeste do Paraná, muitos(as) camponeses(as) que têm no trabalho da família a garantia da sua renda, mesmo entrando na relação de subordinação da renda da terra ao capital da frigorificação de carnes. Por outro lado, não há somente um camponês(a) pequeno proprietário fundiário, que utiliza exclusivamente a mão de obra

da família na terra de trabalho (MARTINS, 1980). Existem também outras relações, como a firmação de contratos de “parceria”⁹⁶ entre avicultores(as) e trabalhadores(as), que cuidam dos aviários (trabalhadores da avicultura/granjeiros), contratação de mão de obra assalariada permanente e mais recentemente a implantação dos aviários *Dark House*, também conhecidos como modal⁹⁷, o que denota a existência de pequenos capitalistas também atuantes na avicultura. Na suinocultura as relações seguem basicamente esse mesmo padrão.

Contudo, em ambos os casos, é importante levar em consideração as observações de Oliveira (2010, p.8), pois “(...) o que ocorre é a apropriação da renda da terra pelo capital tanto na pequena propriedade quanto na grande”. Tal afirmação nos remete a necessidade de pensar que entre os avicultores(as) e suinocultores(as) há distintos proprietários de terra (camponeses(as) e pequenos capitalistas), ambos tendo a renda subordinada ao capital, porém são sujeitos sociais distintos e que não podem ser entendidos de forma homogênea. Aliás, cremos que seja essencial a preocupação em desvendar os distintos sujeitos sociais na produção integrada de aves e suínos para de fato compreendermos quem são os(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade no âmbito da produção e abate de frangos e suínos no Oeste Paranaense.

Mizusaki (2009), é uma referência para entender que, na avicultura, coexistem camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas. Em sua pesquisa, ela mostra como não há uma relação homogênea entre os perfis dos(as) avicultores(as) que se integram às indústrias avícolas do Mato Grosso do Sul e, por isso, diz acertadamente: “(...) a territorialização do capital industrial na avicultura em Mato Grosso do Sul apresenta várias faces” (MIZUSAKI, 2009, p.281).

É a mesma afirmação de Belusso (2010), em sua tese de doutorado, embora com outra perspectiva teórica⁹⁸. Desta forma, há desde o avicultor com pouca terra, que

⁹⁶ Contratos firmados entre avicultores(as) com trabalhadores(as) assalariados(as) que efetivamente laboram na atividade cotidiana a troco de um salário. São, em geral, uma forma dos(as) avicultores(as) pequenos(as) capitalistas fugirem das responsabilidades trabalhistas, pois aparentemente contratam esses(as) trabalhadores(as) como “sócios”. Porém, em geral pagam percentuais menores do que o previsto pela legislação e, por vezes, não fecham qualquer acordo formal com estes(as) trabalhadores(as). Ou seja, trata-se de uma relação de assalariamento e não da condição de sócios. Ver mais em Moreira (2014) e Mello (2013).

⁹⁷ São projetos atuais que consistem na instalação de quatro aviários com capacidade de alojar mais de 30 mil frangos e que exigem alto investimento inicial, na esfera dos milhões de reais, representando o que há de mais avançado em termos da tecnologia nesse tipo de produção.

⁹⁸ Esta autora coloca os conflitos entre os(as) integrados(as) e cooperativas, menciona o trabalho intenso e repetitivo nos frigoríficos, mas mesmo assim conclui que a geração de empregos é o lado positivo desse processo. Ou ainda, no caso específico da sua pesquisa, quando trata da relação contratual entre produtores e agroindústrias, afirma que esta é preenchida pela relação cooperativista, o que significaria

se baseia no trabalho somente da família (camponês), até aquele que, com algum acúmulo de capitais (pequenos capitalistas), caso dos profissionais liberais e funcionários(as) públicos que investem na avicultura, não moram no campo e geralmente contratam trabalhadores(as) assalariados(as) para cuidar das granjas, dentre outros exemplos.

Também é notório que a avicultura não é a única atividade nas propriedades do Oeste do Paraná, já que existe a integração do leite, da suinocultura, produção de soja e, até mesmo, os cultivos de autoconsumo estão presentes. Trata-se da especialização nas *commodities agropecuárias*, que tratamos no capítulo anterior numa perspectiva crítica, já que as integrações com leite, suinocultura, soja, milho, dentre outros, não significam a implementação da policultura e da produção de alimentos (diversificação), mas sim, da acentuação da especialização produtiva em torno das *commodities agropecuárias*. Contudo, ainda constata-se a importância das produções de autoconsumo nas propriedades familiares.

Além disso, uma particularidade da avicultura e da suinocultura é que o fato de possuir poucos hectares de terra não significa, necessariamente, que se trata de um “pequeno produtor”. Deste modo, partir de um limite máximo de hectares para considerar a pequena produção pode mascarar outras relações sociais, já um grande avicultor e suinocultor, com domínio de vários galpões e emprego de trabalho assalariado, não precisa, necessariamente, se transformar em latifundiário e dominar grandes extensões de terra. Essa indicação encontrada no trabalho de Mizusaki (2009), para o caso da avicultura no Mato Grosso do Sul, torna ainda mais complexa a compreensão do sujeito social avicultor(a), bem como coloca em questão tal denominação, posto que não se trata de “especialistas” que têm dedicação exclusiva à avicultura.

Igualmente, é necessário explicar por que partimos do conceito de monopolização do território para entender a atividade da avicultura e suinocultura. A formulação original é de Oliveira (2010⁹⁹) e apoia-se no entendimento de que, na relação agricultura-indústria, o capital industrial atua predominantemente na esfera da

que o integrado é associado e tal especificidade, segundo ela, evidenciaria “(...) efeitos positivos sobre a melhoria de renda e a qualidade de vida dos produtores” (BELUSSO, 2010, p.178). A subordinação da renda da terra e a exploração do trabalho, embora mencionados, não são centrais no argumento da autora, pois a perspectiva é apontar que, apesar desses problemas existirem, é preciso perceber o “lado positivo” do cooperativismo.

⁹⁹ O texto original data de 1981 e foi disponibilizado, em formato digital, pela edição da Revista *Campo-Território* em 2010.

circulação, subordinando a renda da terra como forma predominante no campo brasileiro, embora existam exceções. Isso significa que, ao se expandir no campo, o capital tem de pagar um tributo aos proprietários fundiários (grandes ou pequenos) que não são, necessariamente, expropriados da terra. Essa parece ser a característica da relação de “integração” presente na avicultura-suinocultura e outros setores¹⁰⁰. Segundo Martins (1980, p.51):

Nestes casos embora as grandes empresas não expropiem diretamente o lavrador, elas subjagam o produto do seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranja, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra.

Esse processo foi denominado por Martins (1980) de sujeição da renda da terra ao capital que ocorre tanto na pequena quanto na grande propriedade (OLIVEIRA, 2010). Por subordinar a renda oriunda da terra que continua em mãos dos proprietários, trata-se de um processo de monopolização do território, pois estes ficam com o controle da propriedade não sendo expropriados da terra. Essa realidade é encontrada com relevância no campo brasileiro, o que não nos autoriza tratar o tema a partir da presença majoritária do trabalho assalariado, mesmo com a expansão das relações de produção capitalista.

No caso específico da avicultura e suinocultura no Brasil, a sujeição da renda da terra apresenta-se como uma “alternativa” utilizada por distintos produtores, como os(as) camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas. Estes últimos não necessariamente são proprietários de grandes extensões de terra, mas sim, de vários galpões para alojamento de aves/suínos. Ambos continuam proprietários da terra, o que confere validade ao conceito de monopolização do território. Também coloca o desafio necessário de compreender as distinções entre a sujeição da renda da terra trabalhada, pela família daquela com o emprego direto de trabalho assalariado.

Nesses dois casos, os objetivos ao adentrar na avicultura são distintos. O(a) pequeno(a) capitalista entra na avicultura com o intuito de obter lucro, o que é diferente do(a) camponês(a), que tem o objetivo da satisfação das necessidades da família. O primeiro, emprega o trabalho assalariado e o segundo tem, no geral, o trabalho somente da família. Isso gera diferenças importantes no total da renda obtida com a avicultura,

¹⁰⁰ Porém, é importante lembrar que há experiências recentes como em Goiás em que se utilizam engorda de frangos em aviários pertencentes às próprias empresas (CARVALHAL, 2014).

pois no primeiro caso a atividade pode tornar-se “desinteressante” devido à monta dos custos de produção individual¹⁰¹. No segundo, embora a avicultura não seja nenhum atrativo excepcional e os custos sejam altos, a não inclusão do custo da mão de obra é um importante diferencial a favor da permanência dos(as) camponeses(as)¹⁰² nessas atividades. É isso que os dados do Censo Agropecuário de 2006 parecem nos indicar, quando apontam para a importante presença do trabalho familiar na avicultura e suinocultura no Oeste Paranaense (Tabelas 6 e 7).

A alta concentração do número de estabelecimentos e cabeças de aves e suínos, na “agricultura familiar¹⁰³”, que se utilizam somente da mão de obra da família é relevante. O que é diferente com a “agricultura não-familiar”, na qual o trabalho somente da família não é a maioria dos casos. Tais informações são indicativas da heterogeneidade do sujeito social avicultor(a)-suinocultor(a) e das relações de trabalho no campo do Oeste do Paraná.

Se por um lado percebe-se, a partir do trabalho de Storti (2010), que não há a eliminação completa das características da produção camponesa na avicultura, sendo que o trabalho da família e a produção para o autoconsumo continuam presentes, por outro, não é crível considerar que este seja o “perfil” homogêneo dos avicultores de toda a região. Esse é um limite do trabalho desta autora, uma vez que mesmo os dados da Tabela 6 e a pesquisa de Mizusaki (2009), realizada no Mato Grosso do Sul, apontam para a presença de camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas na avicultura.

¹⁰¹ Investir em apenas um galpão de alojamento de frangos pode ser pouco rentável para o(a) pequeno(a) capitalista, pois os custos de produção incluirão a manutenção, por exemplo, do trabalho assalariado, o que não ocorre com os avicultores(as) camponeses(as). Ver, sobre esse assunto, o trabalho de Mizusaki (2009) especificamente a página 304 e 310 em que ela compara os custos de produção e rendimento para um aviário com emprego de mão de obra assalariada e outro na unidade de produção camponesa.

¹⁰² Ver as comparações realizadas por Mizusaki (2009) com relação à renda obtida em propriedades de pequenos(as) capitalistas e camponeses(as) (p.304; 310 e 313). Para compreender adequadamente esses exemplos utilizados pela autora é necessário, minimamente, a leitura de todo o capítulo 6 da sua tese de doutorado (obviamente o ideal é a leitura na íntegra do trabalho).

¹⁰³ Esse é o conceito utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) baseado na Lei nº 11.326. Porém, utilizamos as aspas para indicar certa ironia, já que a implicação política do conceito “agricultor familiar” ou “empreendedor familiar rural”, dentre outros, consiste em considerá-lo(a) sujeito integrado à “modernidade” capitalista enquanto que o(a) camponês(a) consiste naquilo que seria ultrapassado e arcaico, tendo a necessidade de ser superado. O termo agricultor(a) familiar também tem o intuito de apagar o papel político que o campesinato representou nas lutas políticas brasileiras, como as Ligas Camponesas, e no próprio estado do Paraná, com a Revolta dos Posseiros de 1957. Por isso, tenta-se forjar um conceito “novo” para apagar da memória esse contexto de luta dos(as) camponeses(as) no Brasil. Algo parecido ocorre com o conceito de “latifundiário” que agora foi substituído por “empresário rural” que tem o intuito político de transformar o imaginário social negativo do latifúndio, na sua ligação com as mortes de camponeses(as), com o coronelismo e as desigualdades sociais no país, para uma leitura de “produtividade”, “classe produtiva” dos “agronegócios” que forja uma visão positiva sobre a classe dos grandes proprietários fundiários.

Tabela 6 - Estabelecimentos, número de cabeças de frango e emprego de mão de obra: Oeste Paranaense (2006)

	Nº de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar	Nº de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura não familiar	Nº de cabeças de aves nos estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar	Nº de cabeças de aves nos estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura não familiar
Só mão-de-obra familiar	83,61	26,21	72,27	14,94
Mão-de-obra familiar e empregado temporário	5	3,44	4,65	1,52
Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	2	25,49	8,19	33,12
Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada	5,13	3,77	9,55	2,93
Mão-de-obra familiar e demais combinações	4,26	14,5	5,34	30,15
Não identificado	-	26,59	-	17,34
Total		100	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Agropecuário, 2006.

Moreira (2014) é quem investiga outras relações sociais de trabalho presentes na avicultura do Oeste Paranaense. O autor critica a literatura que investiga o trabalho dos(as) avicultores(as) na região afirmando que, embora reconheçam alterações no modo de viver pressionadas pela intensificação capitalista, se limitam a olhar para a realidade a partir de imagens nostálgicas de um viver no campo, “(...) identificando resíduos de relações sociais e modos de vida ‘camponeses’ (...)” (MOREIRA, 2014, p.46). A sua concepção de campesinato parece ser aquela formulada por Eric Hobsbawn e George Rudé¹⁰⁴, para a realidade inglesa do século XIX, de famílias que vivem do seu próprio trabalho ou ocupantes de um pedaço de terra (posseiros) que produziam para a subsistência.

¹⁰⁴ O autor cita o livro *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

Tabela 7 - Estabelecimentos, número de cabeças de suínos e emprego de mão de obra: Oeste Paranaense (2006)

	Nº de estabelecimentos agropecuários com suínos na agricultura familiar	Nº de estabelecimentos agropecuários com suínos na agricultura não familiar	Nº de cabeças de suínos nos estabelecimentos agropecuários com suínos na agricultura familiar	Nº de cabeças de suínos nos estabelecimentos agropecuários com suínos na agricultura não familiar
Só mão-de-obra familiar	83,78	25,04	76,04	8,16
Mão-de-obra familiar e empregado temporário	4,93	3,4	4,45	3,05
Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	2,04	27,74	8,07	49,12
Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada	5,04	3,78	6,06	4,97
Mão-de-obra familiar e demais combinações	4,2	15,27	5,38	16,47
Não identificado	-	24,77	-	18,24
Total	100	100	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Agropecuário, 2006.

Nessa concepção, o campesinato só pode existir no capitalismo como resquício de relações sociais, visto que não é entendido como uma realidade criada e recriada pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital, ou seja, é uma relação social “de fora” do capitalismo. Por isso, as produções de autoconsumo, que têm significado importante para a família camponesa, são encaradas como resíduos sem muita importância para a análise teórica¹⁰⁵. Prevalece a observação da subordinação da produção ao agronegócio e que, nesse sentido, oblitera a compreensão das relações não-capitalistas como o autoconsumo, bem como a lógica da reprodução social da família. Esses elementos, que para Carvalho (2010) são importantes para compreensão dos(as) camponeses(as) contemporâneos, são negligenciados pela sua submissão via relações de integração ao capital agroindustrial.

Como, no Oeste do Paraná, esses(as) pequenos(as) proprietários(as) aparecem ligados(as), pela via da integração, às indústrias e ao agronegócio, sendo que, ainda, o

¹⁰⁵ Chayanov (1975) problematiza essa perspectiva teórica colocando que a maioria da produção agropecuária não se baseia em relações tipicamente capitalistas. Em suas palavras: “En el pensamiento económico no podremos avanzar tan solo con las categorías capitalistas, porque una región muy vasta de la vida económica (la parte más grande del área de la producción agraria) se basa, no en una forma capitalista, sino en la forma completamente diferente de una unidad económica familiar no asalariada” (CHAYANOV, 1975, p.1).

trabalho da família é, na avaliação de Moreira (2014), insatisfatório, já que necessita de contratação do trabalho assalariado. Para este autor, “(...) a utilização do conceito de ‘camponês’ como forma de descrever e localizar espacialmente aonde vive e trabalha não é suficiente para afirmar a existência do camponês enquanto classe que se opõe aos interesses de outrem” (MOREIRA, 2014, p.45-46). E, assim conclui:

Na verdade, hegemonicamente, os pequenos proprietários agropecuaristas assumem sua condição de proprietários da terra e defendem uma posição política que os aproximam da burguesia agroindustrial, não divergem do agronegócio e da agroindústria, pois estão inseridos na cadeia produtiva e dela não querem se excluir (MOREIRA, 2014, p.46).

Tais argumentos estão embasados nas investigações empíricas do autor sobre o campo do Oeste Paranaense e nas entrevistas com avicultores(as) por ele realizadas. Nestas, ele percebeu que as famílias têm deliberadamente contratado mão de obra assalariada nas propriedades e cita o caso da trabalhadora Loreci, que possuía apenas um aviário de 13,7 mil aves, o que fez com que o marido buscasse trabalho fora da pequena propriedade. Também, constatou a presença, naquelas propriedades com pelo menos mais de 3 aviários, dos(as) “trabalhadores(as) da avicultura” – os mesmos que Mizusaki (2009) chama de “granjeiros” – que são contratados pelos avicultores(as), para realizar o trabalho nos aviários em troca de um salário que é calculado, geralmente, entre 10 e 20% da produção, abaixo do previsto pelo Estatuto da Terra que é 25%.

Nesses casos, são celebrados os contratos de “parceria” entre avicultor(a) e trabalhador(a) da avicultura, colocando-os na condição de “sócios”. Mas, tem razão Moreira (2014), quando argumenta que tais contratos buscam brechas na legislação, para desrespeitar os direitos trabalhistas e previdenciários dos(as) trabalhadores(as), pois se trata de assalariamento e não de condições de sócios. Porém, tais situações acontecem com os(as) avicultores(as) que possuem uma quantidade maior de galpões de aves e suínos, isto é, aqueles que têm se transformado em pequenos(as) capitalistas, no nosso entendimento. Ou seja, não concordamos com a tese de Moreira (2014) na qual parece ser essa uma característica comum a totalidade dos(as) produtores(as) integrados(as) às indústrias. Cremos que essas características representam parte da realidade social dos(as) “integrados(as)”, mas não a sua generalização. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE parecem problematizar tal argumento e realçar o papel do trabalho somente da família, como uma dimensão importante nas atividades de engorda de aves e suínos.

José, proprietário de 15 hectares de terra em Toledo (PR), e que tem no trabalho familiar a centralidade da sua produção, cria juntamente com seu filho, nora e esposa, dois galpões de aves e um de engorda de suínos. A sua percepção sobre o trabalho nessa atividade não é nada parecida com o *marketing* empresarial e ressalta que “viver só de plantação não dá”, motivo pelo qual vinculou sua produção à Brasil Foods. Ao longo da nossa entrevista, as expressões “nós somos escravos”, as críticas constantes aos técnicos das empresas e até mesmo direcionadas à associação de avicultores, considerada por ele como “fraquinha”, não parece ser uma narrativa solitária no conjunto do Oeste do Paraná. Também não aparenta ser a reprodução do posicionamento de defesa da burguesia agroindustrial, muito embora ele continue inserido na cadeia do frango.

Sobre a continuidade na condição de integrado, isto é, permanecer ligado ao circuito produtivo e dele não querer sair, pensamos que a questão seja mais complexa e que não se trata de “opção”. Nem tampouco de resistência camponesa para permanência na terra de trabalho. A nosso ver, é uma condição imposta pelas empresas e cooperativas, a partir da prática do constante endividamento, motivado principalmente pelas alterações tecnológicas nos galpões destes(as) integrados(as). Como condição ímpar de manter estes sob seu controle e domínio, já que caso parem de alojar os frangos e suínos, as dívidas acumuladas com o capital financeiro são consequência direta¹⁰⁶ e suas implicações drásticas para a família, o que inclui até mesmo na perda da própria terra. Tal sujeição é também sentida de forma diferente entre o conjunto dos(as) “avicultores(as) e suinocultores(as)”.

Nesse sentido, é preciso um brevíssimo exemplo histórico, para evidenciar os diferentes sentidos das implicações dos investimentos em tecnologia. De galpões quase na sua completude manuais, no início da década de 1980 – período em que essas atividades tomam impulso na região –, alterou-se para padrões semi-automáticos e totalmente automatizados. Por exemplo, os comedouros e bebedouros, que necessitavam nos galpões de aviários do trabalho manual, na atualidade são difíceis de encontrar, pois já é perceptível o sistema automático. Porém, tais transformações foram assim colocadas por Marcelo, integrado em suinocultura:

¹⁰⁶ É diferente, por exemplo, dos(as) trabalhadores(as) nas linhas de desmontagem de aves e suínos que tem mantido um movimento constante de rotatividade, um verdadeiro movimento de rejeição ao trabalho. No caso dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as), na relação de integração, desistir dessa, é mais complexo, pois envolve ficar diretamente endividado com o banco (capital financeiro) e, no limite, perder a terra. Por isso, o fato de permanecerem na relação de integração não é mera opção, há sérias consequências econômico-sociais ao abandoná-la e as empresas usam isso a seu favor.

(...) e uma das maneiras, isso não está explícito em lugar nenhum, mas uma das maneiras da empresa ter o produtor na mão é sempre exigir investimento. Se você conversar com o pessoal da avicultura, você nunca vai ter o produtor sem dívida. A hora que terminou de instalar um exaustor já vem um nipple novo, terminou de instalar esse nipple, já tem um comedor mais moderno. Você nunca vai ver, ah! esse aviário está construído há dez anos e está idêntico como foi construído. Só que isso não está explícito, mas é o que a gente percebe no dia a dia e a engorda (*de suínos*) está se caminhando dessa forma ainda não é tão exigente, mas já estamos chegando lá (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.163, *grifos nossos*).

O receio com relação às dívidas acumuladas é o que pode explicar a permanência na engorda de aves e suínos destes sujeitos e a manutenção da monopolização do território pelo capital. Assim, os constantes investimentos tornam-se uma ferramenta de exercício do controle por parte do capital da frigorificação de carnes. Ao mesmo tempo, esse processo de dominação pode inviabilizar a engorda de frangos para os avicultores(as) camponeses(as), porque se por um lado estes têm menores custos de produção por contar apenas com a mão de obra da família, por outro, quando solicitados para a construção de novos galpões, possuem pouquíssimos recursos para implementá-los, sobretudo porque o trabalho da família torna-se insuficiente. É o exemplo de Leonir e Ilário, que tinham seu próprio aviário em São Pedro do Iguaçu (PR), e, quando pressionados pela empresa a partir das inovações tecnológicas, decidiram abandonar a atividade:

Cintia: o que vocês faziam antes? Leonir: a gente tinha o nosso próprio aviário em São Pedro né, só que daí era uma... daí começa a inviabilizar né num... Cintia: daí o que aconteceu? Leonir: que vira despesa né, porque vira despesa, você tem que ficar investindo, investindo e um já tá... eles nem querem mais um, tem que ter vários aviários né (MELLO, 2013, p.27).

A narrativa de Leonir é uma das evidências de que as alterações de tecnologia, além de impactar de forma diferente o conjunto dos(as) avicultores(as), pode conduzi-los(as) para expropriação da propriedade. Contudo, esse é um conceito a ser entendido mais como um problema do que um processo cabal, já que Leonir e Ilário continuam trabalhando na avicultura, mas não enquanto proprietários(as) de galpão com aves, e sim na condição de trabalhadores(as) assalariados de outro avicultor. Por conseguinte, nunca é demais lembrar, as informações do IBGE não são irrelevantes quando preveem mais de 80% dos estabelecimentos com aves e suínos nos quais existe somente o

trabalho da família. Ao que parece, a expropriação e a manutenção na propriedade da terra são elementos que se combinam contraditoriamente no Oeste Paranaense.

Mas, a experiência de Leonir representa uma clara transformação nas relações de trabalho vivenciada pelos(as) trabalhadores(as), que diante disso, saíram da condição de proprietários(as) da terra para a de assalariados(as), embora permaneçam no campo. Tal processo contribui para problematização da noção de “avicultores e suinocultores”, visto que esta homogeneiza uma realidade heterogênea marcada pela inserção diferenciada dos sujeitos sociais na avicultura e suinocultura. Parece-nos, então, que estamos frente a um complexo processo de *diferenciação* e as pesquisas devem levar esse aspecto em consideração, sob pena de negligenciar a realidade objetiva do trabalho na avicultura e suinocultura do Oeste Paranaense.

Por isso, pensamos que temos relações contraditórias de monopolização do território, em que se destacam a unidade familiar de produção camponesa, e daí todas as relações não-capitalistas decorrentes, bem como a presença de pequenos capitalistas do campo. Expliquemos com mais um exemplo.

José, integrado à BRF e que tem na mão de obra da família a fundamentação das atividades laborais em sua propriedade, certamente, não tem as mesmas condições econômico-sociais que outro avicultor, patrão do senhor José Marcioto (trabalhador de aviário), e que foi entrevistado por Mello (2013). Seu José Marcioto, por exemplo, é contratado como “parceiro”, sem qualquer registro em carteira ou direitos trabalhistas, dispondo apenas do que foi apalavrado com o avicultor, que é também proprietário de um restaurante na cidade. Ele recebe um salário fixo e a cada dois meses a participação de 20% do lucro líquido no aviário no qual trabalha. Deste modo, percebe-se que são condições distintas de inserção na avicultura e que colocam José e José Marcioto numa relação mais próxima do ponto de vista das relações de trabalho e produção, já que de fato são estes que laboram nos aviários.

Quer dizer, estamos frente a um processo no qual os(as) trabalhadores(as) da avicultura e suinocultura são aqueles(as) que têm apenas no trabalho da família a dimensão prioritária da sua reprodução, bem como os(as) trabalhadores(as) assalariados(as) de aviários. Para além das divergências teóricas sobre a existência ou não das relações camponesas, é fato que ambos (família e assalariados) vivem o trabalho intenso nos aviários e chiqueirões da região com o trabalho ininterrupto, que foi muito bem demonstrado, dentre outros(as), pela pesquisa de Zen (2009).

Diferentemente dos(as) pequenos(as) capitalistas, proprietários(as) que se encontram em outra condição nas relações de trabalho.

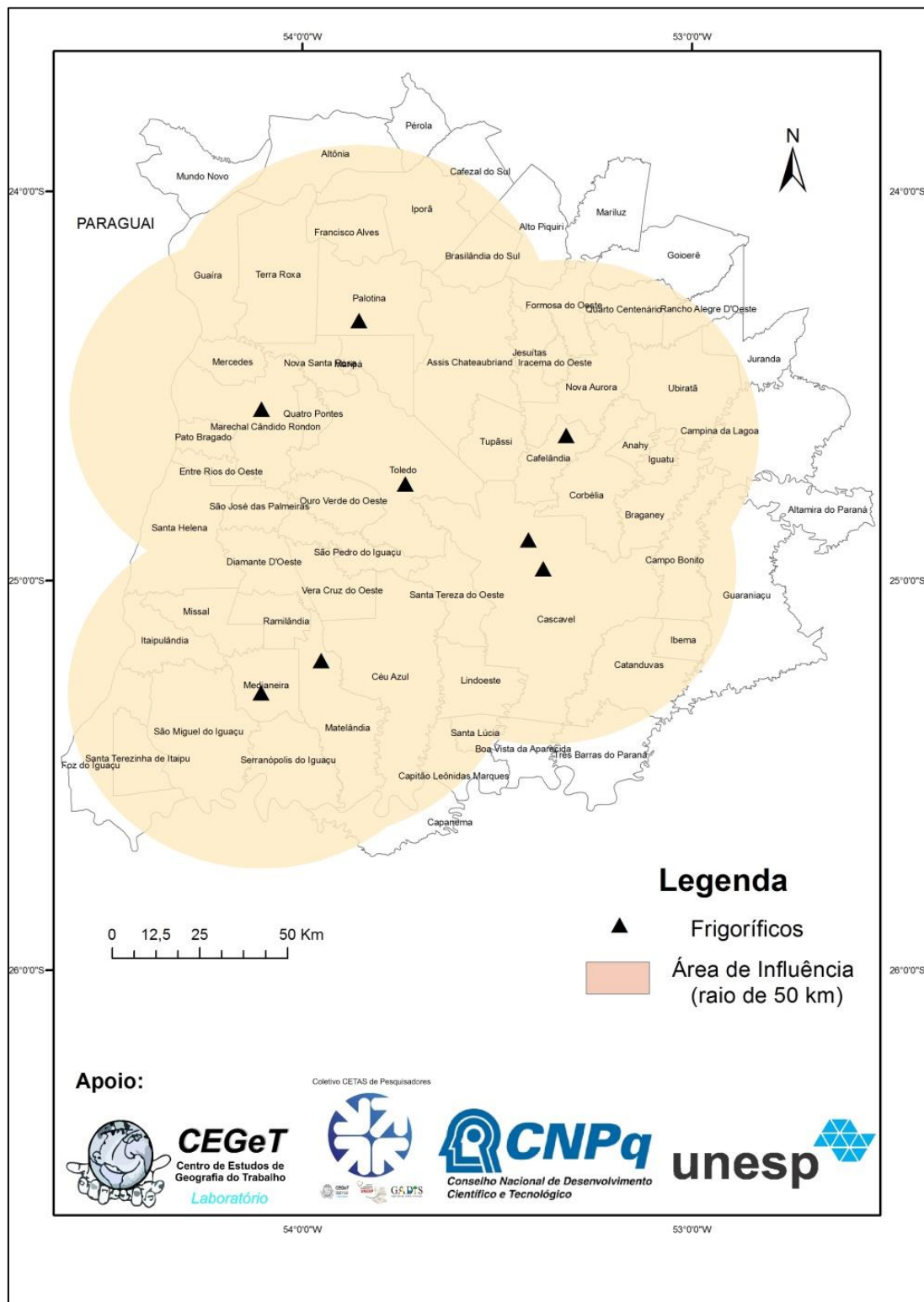
Cremos que esse é um caminho promissor para entender a classe trabalhadora do campo na avicultura e suinocultura e que nos permite compreender os diferentes papéis dos(as) trabalhadores(as) na esfera da produção, no caso a criação e engorda de aves e suínos. Isto é, ambos, família e assalariados, não têm na exploração do trabalho alheio, a partir da extração do trabalho excedente (não pago), a fundamentação central de sua existência nas atividades de engorda de animais, ao contrário dos(as) pequenos(as) capitalistas.

Porém, a tendência atual nas relações de integração para engorda e cria de animais está apontando para possível prevalência dos(as) pequenos(as) capitalistas nesta atividade, sendo que, a evidência disso, se assenta na existência do projeto dos aviários *Dark House*, popularmente denominados de “modal/modais”. Ao que parece, um dos efeitos iminentes dos modais pode ser o abandono da avicultura por parte dos(as) camponeses(as), já que o custo de investimento é alto e totalmente irreal para o(a) camponês(a).

Com investimento de R\$2,5 a 3 milhões de reais e uma capacidade de alojamento muito superior aos 22 mil frangos dos galpões convencionais, fica claro que se tornará inviável aos(as) camponeses(as) competirem com os produtores que possuem capital para investir nos modais. Além disso, percebe-se que a opção das empresas e cooperativas em contar com esse tipo de produção se dá na possibilidade de redução de custos, tendência que foi verificada nos debates durante um encontro empresarial, realizado em Matelândia (PR), no dia 21 de maio de 2015, do qual participamos.

Tal fato se explica, porque as empresas e cooperativas atuam num raio de ação em média de 50 km (Figura 19) e quanto mais próximo os galpões de aves e suínos estiverem das empresas é mais vantajoso, por conta dos custos com combustível, condições da rodovia e em alguns casos pedágio. Os modais, na visão empresarial, entram exatamente nessa perspectiva, pois ao invés de ter vários galpões em diferentes avicultores(as) e suinocultores(as), concentram-se, por exemplo, quatro em uma única propriedade, o que reduz significativamente os custos empresariais. Embora os empresários e representantes de empresa presentes no encontro em Matelândia (PR), tenham mencionado o problema social que isso poderia acarretar, isentam a indústria de culpabilidade, visto que é tudo por conta da logística e do ganho na “economia de escala” e para manutenção do patamar de competitividade da região Oeste do Paraná.

Figura 13 - Raio de ação dos frigoríficos no Oeste Paranaense (2015)



Essa é uma “novidade” que está em vias de efetivação no Oeste do Paraná e precisa do olhar atento dos(as) pesquisadores(as) comprometidos(as) com as pautas da classe trabalhadora. Os(as) camponeses(as) – entendidos aqui como parte da classe

trabalhadora – estão, certamente, sob fogo cruzado com a expansão do projeto dos modais. A tendência para a permanência apenas dos(as) pequenos(as) capitalistas na avicultura/suinocultura, se ainda não é uma realidade, figura como uma hipótese relevante.

Não é de agora que as estratégias do capital, seja pelo emprego das tecnologias ou por outras formas de reduzir custos de produção, rebatam no desemprego dos(as) trabalhadores(as), e no caso em específico da dificuldade em permanecer no campo, sobretudo para os avicultores(as) e suinocultores(as) camponeses(as). A ampliação dos modais pelo Oeste Paranaense caminha nessa perspectiva e parece apontar para a avicultura um processo de diferenciação, no qual os(as) avicultores(as) pequenos(as) capitalistas serão os(as) privilegiados(as), excluindo os(as) camponeses(as) desse tipo de atividade.

O que permanece é a monopolização do território via subordinação da renda da terra, posto que as empresas não têm interesse em tomarem para si a propriedade das terras na região. No que tange às relações de trabalho, nos modais, a lógica é completamente diferente da avicultura praticada na unidade de produção camponesa, visto que já se pressupõe o emprego do trabalho assalariado, todavia isso ainda se configura enquanto tendência.

Isso porque, ainda é marcante a presença do trabalho somente da família no campo do Oeste Paranaense. Portanto, mesmo que se constate as ações que pressionam os(as) camponeses(as), como a existência dos modais, a nosso ver, não se apresentam homogeneamente na realidade. Por isso, não cremos ser equivocado investigar e constatar a presença de camponeses(as) nas atividades da avicultura e suinocultura, ao mesmo tempo em que, seria igualmente um equívoco não perceber o processo de diferenciação que existe entre o conjunto dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as), isto é, a presença dos(as) pequenos(as) capitalistas e camponeses(as).

Perceber esse processo é particularmente importante para o entendimento de quem, de fato, são os(as) trabalhadores(as) do campo na avicultura/suinocultura. Pensamos que estes sujeitos sociais não necessariamente estarão na condição de apoiadores da burguesia agroindustrial e do agronegócio. O que é diferente com os(as) pequenos(as) capitalistas. Inclusive, compreendendo essa diferença, se pode apreender algumas narrativas de oposição às empresas e, até mesmo, a unificação de lutas entre operários(as) e camponeses(as), que já ocorreram, por exemplo, em Forquilha e Nova Veneza no estado de Santa Catarina, no ano de 2013.

Defender e diferenciar a existência de camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas na avicultura/suinocultura, do Oeste Paranaense, é importante do ponto de vista político, pois os(as) camponeses(as) e “granjeiros” podem ser importantes na oposição às relações de integração e aliados dos(as) proletários(as) do campo e da cidades, terceirizados, informais, formais, por vivenciarem degradantes e precárias condições de trabalho nos aviários, o que pode não os aproximar da burguesia agroindustrial e do agronegócio, diferentemente dos(as) pequenos(as) capitalistas que exploram o trabalho excedente.

Deste modo, julgamos ser necessário compreender os(as) camponeses(as), mesmo em sua condição de proprietários(as), como parte da classe trabalhadora no âmbito da frigorificação de carnes. A pressão do investimento constante em tecnologias e a intensificação do trabalho, impostas pelas empresas e cooperativas, são vivenciadas pelas famílias e não podem ser desprezadas nas análises sobre as estratégias de dominação e controle do capital. É o mesmo que ocorre para as mulheres e homens assalariados(as) pelos(as) pequenos(as) capitalistas, já que, estes(as) últimos(as), basicamente não tem a necessidade de lidar com o cuidado dos galpões, assumindo funções de mando e gerência a partir dos contratos de “parceria”.

Em decorrência, para compreender outras relações de trabalho, ainda inseridas na etapa da engorda e destinação dos animais para os abatedouros, é necessário debruçar-nos sobre o papel dos(as) apanhadores(as) e batedores(as) de caixa, terceirizados e, no geral, informais. Este é o assunto que nos ocupa no terceiro item, porém, de antemão, é possível perceber que as relações de trabalho, no âmbito do capital da frigorificação de carnes, são complexas e “misturam” condição de camponeses(as), proletarizados(as), formais, informais, terceirizados(as) etc.

4.3 Apanhadores(as) de frangos, batedores(as) de caixa e trabalhadores(as) da limpeza de aviários: entre a informalidade e a terceirização

No bojo das transformações ocorridas nas relações de trabalho na avicultura, a atividade de apanha de frangos, dentro dos aviários, também sofreu alterações. Essa função consiste em “pegar” os animais no aviário, encaixotá-los e carregá-los no caminhão com destino ao frigorífico. Já foi realizada pelos próprios(as) avicultores(as), com sistema de “troca de dias” com vizinhos, uma prática comum entre os(as) camponeses(as), como forma de não ter de gastar com esse tipo de trabalho, aquilo que

a literatura indica como ajuda mútua (MIZUSAKI, 2009) e que foi constatada em 58% das propriedades pesquisadas por Storti (2010), entre os(as) integrados(as) da cooperativa empresarial Copagril.

Contudo, a ajuda-mútua, que ainda permanece na atividade da “pega dos frangos”, já não é mais a mesma, pois agora divide espaço com trabalhadores(as) terceirizados(as) advindos(as) das cidades e de outras localidades da região Oeste do Paraná. No entanto, as condições de trabalho dos(as) “apanhadores(as) de frangos” e “batedores(as) de caixa” (Figuras 20 e 21) proletarizados(as), como a jornada, o salário, os meios de transporte e a própria alimentação denunciam uma relação de trabalho absolutamente trágica e degradante.

Figura 14 - Batedores de Caixa carregando caminhão



Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=x5cJyU7E8zA>>. Acesso em: 19 set. 2015.

Figura 15 - Apanha de frangos



Fonte: <<http://8z4.net/images/apanha-de>>. Acesso em 19 set. 2015.

Embora exista preocupação em investigar a realidade social desses sujeitos em Bosi (2011a), a pesquisa sistemática com narrativas destes(as) trabalhadores(as) e muitas outras informações, estão em Walter (2013). Bosi (2011a) assim caracterizou o trabalho dos(as) apanhadores(as) de frango:

O trabalho deles não é bonito de se ver. Agacham pegam os frangos e os carregam até as gaiolas que são levadas e empilhadas dentro do caminhão. É um movimento sincopado, mas sem qualquer traço de graça ou criatividade. Depois de algumas horas de trabalho, o corpo começa a se rebelar contra tais gestos, desaprovando a repetição insistente daqueles movimentos. De fato fica visível que o tempo cobra algum preço por aquele esforço. No final da jornada estão abobados devido ao sono e sem qualquer vestígio da esperteza que geralmente acompanha a juventude (BOSI, 2011a, p.411-412).

De tal caracterização, acertada, sobre as funções desempenhadas por tais sujeitos não discordou o Ministério Público do Trabalho (MPT). No ano de 2008 ao tomar conhecimento da morte de um apanhador de frango, menor de idade, nessa atividade, o órgão decidiu por iniciar investigação sobre as condições de trabalho impostas para esses(as) trabalhadores(as) vinculados(as) à apanha de frangos, de propriedade da Cooperativa LAR. Naquele ano concluiu que estes(as) trabalhadores(as) eram terceirizados(as), intermediados(as) por “gatos” de mão de obra. Além disso:

(...) houve notícia de que a jornada, muitas vezes extrapolava 17/20 horas diárias, sem intervalo, caracterizando trabalho escravo contemporâneo¹⁰⁷, além de transporte irregular de trabalhadores, ausência de EPI e de registro em CTPS (PROCEDIMENTO PREPARATORIO, 2008, p.56¹⁰⁸).

Em 2010, quando ocorreu a fiscalização, concluiu o MPT, que se tratava de uma terceirização ilícita e realizada pela intermediação de “gatos” de mão de obra. Foi a mesma decisão em 2013, no prosseguimento das investigações, só que, naquele ano, encontrou-se no lugar dos “gatos” a intermediação de empresas terceirizadas¹⁰⁹, cujas

¹⁰⁷ O Artigo 149 do Código Penal diz o seguinte: “reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto: pena, de dois a oito anos e multa, além de pena correspondente à violência”. Ver mais em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848.htm>. Acesso em: 23 jun. 2015.

¹⁰⁸ Trata-se da investigação do MPT na atividade de apanha de aves, na cooperativa LAR, a partir do Procedimento Preparatório 000316.2008.09.006/0 – 072, iniciado em 2008, e que concluiu ser ilícita a terceirização dessa atividade, instaurando, em 28 de agosto de 2014, uma Ação Civil Pública com o intuito de obstar essa prática.

¹⁰⁹ A apanha de frangos é uma atividade inerente ao frigorífico, em curtas palavras, sem apanha não há abate. Isso significa que essa é uma atividade-fim para o frigorífico e, terceirizá-la, contraria a Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que trata dessa matéria. Assim, pontua o MPT na ACP

condições de trabalho extremamente precarizadas e degradantes corroboraram para a constatação já anteriormente verificada pelo MPT.

Dentre as inúmeras irregularidades em relação à legislação trabalhista, figuravam jornadas exaustivas, inexistência de disponibilização de abrigos para proteger os(as) trabalhadores(as) de eventuais intempéries, bem como de instalações sanitárias. Descumprimento das normas de segurança e saúde do trabalho – a exemplo da não concessão gratuita dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) –, prorrogação da jornada de trabalho, além de duas horas, sem qualquer justificativa legal, entre outras violações. Tal foi a síntese das irregularidades verificadas pelo MPT:

Além das normas regulamentadoras, viola a CLT, no que tange ao registro de empregados (art. 41, CLT), a prorrogação da jornada além do limite de 2h extras permitidas (art. 59, CLT), o intervalo interjornadas (art.66, CLT e art. 5º da Lei n.5889/73), o registro do controle de jornada (art. 74 §2º, CLT) (PP 316-2008-09-00, p. 76).

Ademais, as jornadas de trabalho exaustivas, contando desde o momento que saem das suas casas até chegarem aos aviários, é um dos principais temas verificados nas narrativas dos(as) trabalhadores(as) da apanha. Como diz Vinicius, batedor de caixa, em empresa terceirizada pela cooperativa Copagrill:

Porque no começo é ruim tipo o horário né pra gente dormir não tinha quase horário chegava tipo chegava da vez umas sete horas, lá pelas dez hora da manhã tinha que saí de novo, chegava sete hora da manhã e as dez tinha que sair de novo (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.792).

Fernando, que não discorda da narrativa de Vinicius, avalia que “às vezes você fica mais fora de casa do que em casa mesmo” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.789), e, ainda, para a família, os(as) apanhadores(as) têm pouco tempo. Essa é uma consequência que enxergam numa perspectiva negativa desse trabalho. No entanto, a inexistência de outras opções é o que os levam ao emprego enquanto apanhadores(as).

O que parece atrair esses(as) jovens trabalhadores(as) são os salários pouco maiores do que dos frigoríficos e o fato de não terem tantos dias parados, por conta de

sobre a terceirização da apanha de frangos: “(...) tais empresas não passam de intermediadoras formais de mão de obra para simular a inexistência do vínculo de emprego da cooperativa com os trabalhadores que desenvolvem a atividade que está inserida em sua atividade finalística e na sua dinâmica de organização e funcionamento, em afronta à regra inserida na Súmula 331, do C. TST” (ACP-LAR, p.14-15). Acesso a Súmula 331 do TST, disponível em: <http://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html#SUM-331>. Acesso em: 24 jun. 2015.

intempéries naturais como os diaristas da agricultura em geral. Também, constata-se que a rotatividade é presente, já que muitos entram e saem mais de uma vez nesse mesmo ofício, ou até mesmo chegam a exercer outras funções (principalmente diaristas na agricultura), passam pelo frigorífico, voltam para a apanha e retornam novamente para o frigorífico, como é exemplo o caso de Marcos:

Pesquisadora: Mas assim você trabalhou onde antes de você entrar pra Rotta (*empresa terceirizada*) você trabalhava no que daí? Marcos: trabalhava no frigorífico. Pesquisadora: Ah... então... Marcos: já era. Saí de lá (*frigorífico*) pra vim pra trabalhar (*apanha*) daí voltei pra lá (*frigorífico*). Pesquisadora: Ah e daí voltou pra lá. Hum entendi. Mas daí você saiu do frigorífico porque pensou que talvez ali (*apanha*) seria um trabalho melhor? Marcos: seria melhor. O salário melhor né. O salário ali é melhor do que lá (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.769, *grifo nosso*).

A avaliação dessa constante troca de profissões, na trajetória pessoal desses(as) trabalhadores(as), é que os(as) mesmos(as) acabam vivenciando os limites entre a formalidade e a informalidade, as jornadas exaustivas, seja nos aviários ou nos frigoríficos, e as duras e penosas condições de trabalho que, no limite, podem atingir sua saúde. É dessa realidade que se nutre a acumulação capitalista na atividade avícola.

Aqui é necessário estabelecer, desde já, um paralelo com as contribuições de Thomaz Junior (2006; 2009), quando trata da “plasticidade do trabalho”. Este autor tem apontado, que essa constante troca de inserções laborais é constantemente refeita e por vezes leva, num mesmo período do ano, como é o caso dos trabalhadores(as) migrantes, a viver uma condição “camponesa” e outra “proletária”. Além disso, para o mesmo, esse é um movimento contínuo e que deve ser considerado pela teoria e movimento sindical/social que, em geral, assumem posições cristalizadas e enrijecidas, encimadas na divisão técnica do trabalho, que não dão conta de compreender as diferentes formas de materialização do trabalho, no século XXI.

Voltaremos a esse assunto mais à frente, porém é importante destacar que o movimento contínuo de troca de inserções laborais também é verificável no âmbito do circuito produtivo da frigorificação de carnes. Tal situação, como também indica Thomaz Junior (2009), é um grande desafio para o movimento sindical, pois fragmentado corporativamente fica limitado aos recortes da divisão técnica do trabalho e não captura esse constante refazer da plasticidade do trabalho. É igualmente importante para a teoria social crítica que, referenciada no marxismo, deve capturar esse movimento constante que, não se trata de meras particularidades, mas sim de algo

generalizado. O corolário dessa discussão é o necessário repensar da classe trabalhadora, no século XXI, e da própria teoria, assuntos que trabalharemos no item 4.5 e, centralmente, no capítulo 6.

Não obstante, o desrespeito à legislação trabalhista assume algumas particularidades na atividade de apanha de frangos. Alguns exemplos são a inexistência do pagamento de horas extras pelo trabalho realizado, meio de transporte inadequado, não concessão gratuita dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) e tampouco da alimentação. Soma-se a tais burlas, um sistema de pagamento dos salários “por aviário”, como explica Vinicius: “É, tipo, nós recebe o valor do aviário, que nem nós ganha 40 pila por aviário, nós que bate caixa. E, é só aqueles 40 pila nem que atrase, que falte, se ficou no aviário ou veio embora, é só 40 pila” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.794). Ou seja, o valor é fixo e definido pela quantidade de aviários para os quais o(a) trabalhador(a) se deslocou para realizar a empreita da apanha e carregamento.

Em que pese a entrevista do trabalhador ter sido realizada no ano de 2011 e, talvez, se possa ter avançado um pouco a tabela de valores recebidos pelos(as) trabalhadores(as), o que realmente importa é constatar a perversidade desse sistema de pagamento “por aviário”, típico, aliás, do capitalismo “flexível” do século XXI. Isto é, ao não receber as horas extras e ficar por vezes a disposição da empresa por 17 horas, conforme denuncia o MPT, esse(a) trabalhador(a) ganha o mesmo quantum como se tivesse trabalhado menos horas. Isso significa que o salário do(a) trabalhador(a) não cresce à medida que trabalha mais ou fica maior tempo à disposição da empresa, ao passo em que se mantém intacta a taxa de lucro da empresa terceirizada. Tal situação é agravada pelo fato de que muitos(as) destes(as) trabalhadores(as) ficam à margem dos direitos trabalhistas, uma vez que estão na condição de informalidade. Gabriel é um desses casos, pois em 2012, estava há um ano sem registro em carteira. Condição que é compartilhada por Rafael ao falar do seu irmão que estava há quase 5 anos no trabalho como apanhador: “(...) este meu irmão mesmo que tá aí, este que tá aí desde o começo, este nunca assinou a carteira” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.770).

Nesse sentido, nas turmas que realizam o trabalho de apanha e carregamento dos caminhões para o aviário, convivem trabalhadores(as) formais e informais. É o que nos relata Vinicius “(...) tem uns que é registrado e outros que não, tipo aqueles que não tem documento ou que não quer registrar, não registra” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.794). Prática essa que parece ser deliberada na região, visto que na investigação sobre os apanhadores que trabalhavam para uma empresa terceirizada,

contratada pela cooperativa empresarial LAR, verificou-se a presença de trabalhadores(as) sem registro em carteira. O mesmo que ocorre em outras partes do Brasil, como aconteceu com uma empresa terceirizada vinculada à Mauricéia Alimentos, no Nordeste, na qual constatou-se o trabalho escravo contemporâneo, jornadas exaustivas de mais de 14 horas por dia e a presença de trabalhadores(as) sem registro em carteira¹¹⁰ (WROBLESKI, 2013). Além disso, o trabalho para apanhar e carregar os caminhões caracteriza-se por ser intenso e repetitivo, conforme atestam os entendimentos aproximados de Walter (2013, p.51):

Em grande parte dos aviários são engordados cerca de 20.000 frangos e cada trabalhador coloca oito aves por caixa. Quando a turma está completa, são quatro batedores de caixa que ficam responsáveis por carregar cinco mil frangos. Esses cinco mil frangos são colocados em 625 caixas, sendo que cada caixa contém oito frangos. Cada um desses oito frangos pesa em média três quilos, somando assim um total de 24 quilos. Ao final de uma jornada de trabalho, efetuando o carregamento das aves de três aviários, os trabalhadores realizam o ato de abaixar e levantar em média 1.875 vezes em um só dia.

Esses são os cálculos para o movimento dos(as) batedores(as) de caixa, que são responsáveis pelo carregamento do caminhão, mas ainda mais impressionantes são as informações sobre os(as) apanhadores(as). Nas equipes, além dos(as) quatro batedores(as) de caixa, somam-se oito apanhadores(as) de frangos para atingir a meta de vinte mil animais. Nesse cálculo aproximado, em apenas um aviário, cada trabalhador(a) pega 2.500 frangos e, como a apanha consiste no movimento de “abaixar e levantar”, faz isso em iguais duas mil e quinhentas vezes, por aviário.

Ademais, os(as) trabalhadores(as) chegam a apanhar-carregar frangos de dois ou até três aviários, “um pela manhã” e “outro pela noite” e às vezes têm apenas duas horas de descanso em casa. Uma situação que coloca esse tipo de atividade laboral na razão direta das possíveis doenças ocupacionais que podem ocorrer. Vinicius, ao narrar essa situação, é questionado pelo pesquisador sobre como é que o corpo aguenta tanto trabalho e pouco descanso. Eis a sua resposta: “agora aguenta né, mas antes não aguentava muito, tipo, talvez antes, quando comecei, vish! Eu faltava maior aviário, eu ia em dois três só, mas agora é difícil faltar” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.796). Complementa a sua narrativa com as seguintes palavras “(...) cansa, mas acostuma” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.796).

¹¹⁰ Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/05/gigante-da-avicultura-e-processada-por-escravizar-29-trabalhadores/>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

O prognóstico de Danilo parece ser certo sobre o provável destino e consequências desse processo de trabalho: “vai chegar um tempo em que o cara não aguenta mais nada” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.747). O jovem trabalhador de apenas 19 anos afirma ainda “dor, isso eu tô cheio de dor”; e arremata: “eu acredito que eu acho que o cara não aguenta uns dez anos” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.741). As dores também sentidas por Marcos são assim caracterizadas em sua narrativa:

Dá dor nas costas, porque é um serviço... depende, vamos supor a bateção de caixa ela é muito rápida (...) tem que ser ligeiro pra batê, por causa dos frangos tem que ser logo pra mandar. Aí tem um horário que você tem. Tá rápido. Aí você cansa porque você tem que se abaixar muito (CADERNO DE ENTREVISTAS, p.767).

Como se não bastasse a dura realidade enfrentada pelos(as) trabalhadores(as) apanhadores(as) e batedores(as) de caixa, houve também transformações nas relações de trabalho na limpeza dos aviários após apanha, serviço que é parte da preparação do aviário para receber um novo lote. No trabalho de campo, em 2014, tivemos a oportunidade de acompanhar um dia inteiro de trabalho na limpeza de aviários. Tais mudanças foram assim narradas pelo avicultor José: antes era manual no “carretel”, com a ajuda dos vizinhos e no sistema de troca de dias, e agora já tem as máquinas (*Bobcat*¹¹¹). Também, há presença de trabalhadores(as) manuais que têm de realizar a limpeza dos “cantos” dos aviários, lugares onde a máquina não chega (Figuras 22 e 23).

Ademais, esse é um “serviço” oferecido pela Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR) aos seus associados e tido pela mesma como uma “conquista” dos(as) avicultores(as). O caminhão e as máquinas foram doados por políticos locais, e assim, a associação passou a prestar serviço aos avicultores. No item 5.4, teremos a oportunidade de discutir a ação política da AAVIOPAR¹¹², sua formação histórica e seus interesses, por ora é possível perceber que tal prestação de serviço inclui o emprego de trabalhadores(as) formalizados(as) e diaristas informais que são contratados pela própria associação.

O trabalho consiste em retirar a cama do aviário, que é destinada para utilização como adubo nas lavouras da região. É um ofício monótono e de esforço

¹¹¹ São pequenas máquinas escavadeiras que são utilizadas nos aviários por serem de menor porte e conseguem recolher a cama do aviário que será destinada como adubo.

¹¹² Também trataremos das ações políticas da Associação Regional dos Suinocultores do Oeste (ASSUINOESTE).

repetitivo, num ambiente com muita poeira e mau cheiro. Problemas de saúde, como respiratórios, por conta desse tipo de trabalho, não devem ser novidades para estes(as) trabalhadores(as) até porque não o são para os(as) avicultores(as). Desta forma, a realidade dos(as) “limpadores(as) de aviário” não parece ser muito diferente dos apanhadores(as) e batedores(as) de caixa. A novidade é que não se trata de uma contratação por empresa terceirizada, mas sim, de “serviço” prestado pela própria associação dos(as) avicultores(as). O que persiste é o trabalho formal e informal convivendo na mesma atividade com condições de trabalho penosas para a saúde.

Assim, se percebe que a terceirização da atividade da apanha e carregamento (batedor(a) de caixa) é muito vantajosa para as empresas e cooperativas. Os encargos trabalhistas e todas as proteções legais são inexistentes e desvinculados destas e são transferidos para terceirizadas. O mesmo ocorre com relação à limpeza dos aviários, pois ao deixar a cargo dos(as) avicultores(as) e não ter de contratar trabalhadores(as) para limpar os aviários, abre espaço para essas formas de contratação precarizadas e, infelizmente, exercidas pela própria associação dos(as) avicultores(as).

Figura 16 - Trabalho manual na limpeza de aviários



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Figura 17 - Bobcat carregando caminhão com a cama do aviário



Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Com isso, podemos dizer que a acumulação de capital na avicultura e suinocultura se nutre do trabalho degradado (intensificação da jornada e das atividades), informalizado e escravidão contemporânea; e, por ora, aponta para uma “solução” na apanha que é a mecanização (Figura 24). Dessa forma, excluem-se os(as) trabalhadores(as) desse trabalho degradante, é verdade, mas encaminha-os(as) ao desemprego, com todas as suas consequências nefastas, porém intrínsecas ao metabolismo societário do capital (MÉSZÁROS, 2007).

Figura 18 - Apanha de aves mecanizada



Fonte: <www.chickencat.eu>. Acesso em 19 set. 2015.

Deste modo, podemos refletir sobre os sentidos do emprego das técnicas nos processos de trabalho. No capítulo sobre a lei geral da acumulação capitalista, em *O Capital*, Marx apontou, que a consequência evidente desse processo é a exclusão de trabalhadores(as) e seu direcionamento para o desemprego. Isso porque, segundo a lei geral da acumulação capitalista, devido a intensa concorrência dos produtores privados entre si é necessário revolucionar, de forma permanente, as forças produtivas aumentando a composição orgânica do capital, o que resulta na substituição de trabalho vivo por trabalho morto, com fortes repercussões para o mundo do trabalho (THOMAZ JUNIOR, 2009; ANTUNES, 2005). Por isso, Marx, escreveu acertadamente:

(...) a acumulação capitalista produz constantemente – e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões – uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital (MARX, 1984, p.199).

Parece ser esse o caminho que se desenha para os(as) apanhadores(as) de frango e batedores(as) de caixa, guardadas, obviamente, as devidas proporções: sua inserção forçada no exército industrial de reserva que, na contemporaneidade, não é mais decorrente de uma conjuntura baixa no ciclo da economia e sim permanente e estrutural (MENEGAT, 2006; MÉSZÁROS, 2007; THOMAZ JUNIOR, 2009).

De tal modo que, esse exemplo particular, ligado ao circuito produtivo da frigorificação de carnes, nos aponta para pensar as contradições intrínsecas e mais

gerais da sociedade do capital que, na escala global do capitalismo flexível¹¹³ contemporâneo, tendo em vista a substituição do trabalho vivo, “(...) bate forte na razão da própria existência do capital, que é sua permanente acumulação, à base do mais valor de quantidades crescentes de trabalho humano” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.95).

Dessa maneira, queremos dizer que o avanço das técnicas e sua expressão no aumento da composição orgânica do capital (capital constante) é uma tendência intrínseca ao próprio capitalismo, mas que, longe de representar somente “avanços civilizatórios¹¹⁴”, é a face expressiva da barbárie e da imensa crise social de nosso tempo (MENEGAT, 2006; 2007). Isso porque, deliberadamente o desemprego resultante desse processo social torna-se estrutural e a diminuição do capital variável (trabalho vivo) se coloca como um limite lógico, para garantia da continuidade do processo de acumulação.

Tanto que em 2015, o desemprego global total foi de 197,1 milhões com 27 milhões a mais de pessoas do que a pré-crise de 2007, tudo isso sem contar as taxas de “empregos vulneráveis” que corresponde a 46% do total dos empregos no mundo e na Ásia e África Subsaariana correspondem a taxas iguais ou maiores do que 70% (OIT, 2016¹¹⁵). Obviamente que, as constatações encontradas para a realidade social do trabalho dos(as) apanhadores(as) e batedores(as) de caixa, que tendem a ser ofícios suprimidos pelo avanço tecnológico, não estão descoladas do processo social mais geral da lei geral de acumulação capitalista.

Por fim, nos itens 4.1, 4.2 e 4.3, tratamos das distintas formas de subordinação do trabalho ao capital na frigorificação de carnes no campo. Percebeu-se que estas são complexas e heterogêneas e vão do trabalho familiar ao proletariado nas suas versões formais, informais e terceirizado. Isso cobrou-nos alguns diálogos necessários com a teoria, bem como com as pesquisas que estão sendo realizadas no Oeste Paranaense. O que é evidente são as marcas heterogêneas da classe trabalhadora, no século XXI, que

¹¹³ Cf. Harvey (1992).

¹¹⁴ O próprio Marx entendeu em passagens dos *Grundrisse* e *O Capital* que o desenvolvimento das forças produtivas representa avanços civilizatórios, porém na *Ideologia Alemã*, que escreveu em parceria com Engels, assume que estas podem se tornar forças de destruição. Nas palavras de Menegat (2007, p.30, grifo nosso) “(...) a história do capitalismo no século XX realizou as duas últimas caracterizações de Marx e Engels (‘civilização em excesso’ e ‘momentânea barbárie’) com muita intensidade, tendo há muito tempo, portanto, o desenvolvimento das forças produtivas deixado de representar qualquer ‘avanço civilizatório’. Ao menos nas transformações em curso desde os anos 1970, o que eles pensaram ser uma momentânea regressão passou a ser um estado permanente de barbárie – e irreversível, se não houver uma supressão desta forma social”.

¹¹⁵ Fonte: <<https://nacoesunidas.org/oit-desemprego-global-projetado-para-aumentar-em-2016-2017/>>. Acesso em 10 jan. 2017.

não se expressam somente na escala global, mas também, no âmbito do circuito produtivo de capitais como o da frigorificação de carnes, dentre outros. Além disso, as condições de trabalho são degradantes, realizam-se em ambientes insalubres, nos quais há cobrança pela velocidade nos movimentos que, no limite, resultam em agravos à saúde. É o processo da intensificação do trabalho do qual falou, dentre outros, Bosi (2011), e que se expressa, em nossa visão, na tendência objetiva-estrutural do modo de produção capitalista em produzir os agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as) (PERPETUA e THOMAZ JUNIOR, 2014). No próximo item, trataremos do trabalho na fase industrial, isto é, do abate e processamento da carne que se dão nos frigoríficos que, do ponto de vista das condições de trabalho, também expressam a degradação do trabalho.

4.4 Trabalho industrial nos frigoríficos: tempo e disciplina do trabalho... agravos e resistências...

Na fase final do abate e processamento dos frangos e suínos, o trabalho do operariado fabril, apesar de algumas modificações nos processos industriais com o emprego da maquinaria, mantém-se em grandes contingentes nos abatedouros de empresas de capital privado e nas cooperativas do Oeste Paranaense. A realidade social do trabalho destes sujeitos sociais é bastante presente nas investigações científicas. Os resultados das pesquisas convergem para apontamentos de haver trabalho intenso, repetitivo, degradante e que pode gerar riscos e agravos à saúde. As mesmas constatações são encontradas nas fiscalizações do Ministério Público do Trabalho (MPT), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e outras instituições do Estado. Isso significa que há inúmeras provas materiais do trabalho intenso, degradante e repetitivo, desenvolvido nas linhas de produção dos frigoríficos de abate e processamento de carnes.

Contudo, nem sempre a essência dos riscos e agravos é evidenciada nas pesquisas e muito menos nas fiscalizações dos órgãos de Estado. Há muito material dedicado a denunciar tais casos, mas a crítica radical ao processo de adoecimento que está diretamente relacionado ao estabelecimento das relações de produção do capital, ou seja, a apropriação da mais-valia absoluta e relativa (MARX, 1983; 1984; 1985), nem sempre consta nas investigações. Tal negligência, por vezes, acrescenta o caráter de

explicações e soluções paliativas de algumas destas pesquisas, nas quais o objetivo ainda se pauta, meramente, pela defesa de legislação eficiente para prevenir os agravos.

Obviamente, defender a melhoria na legislação trabalhista, que possa contribuir para minimizar os agravos à saúde, é importante. O problema, e é nesses termos que estamos colocando, é não indicar os riscos e agravos existentes relacionados à dinâmica da acumulação de capital, isto é, da essência que move o sistema sociometabólico do capital e seu destrutivismo iminente: a extração de trabalho excedente (MÉSZÁROS, 2002). Esquivar-se desse debate, imprescindível, e apresentar soluções paliativas, como a “resolução de todos os problemas” é um grave equívoco. Essa problemática enunciada será tratada no capítulo 5, mais especificamente no item 5.3.1, quando analisaremos a ação sindical em torno da luta, reformista e paliativa¹¹⁶, pela Normativa Regulamentadora 36 (NR dos frigoríficos), instituída em abril de 2013. Neste item, é importante termos em mente que o trabalho repetitivo e intenso não é uma particularidade dos frigoríficos e os agravos à saúde do trabalhador, em decorrência do trabalho, são resultados estruturais do constructo histórico da acumulação capitalista.

Além disso, no Oeste Paranaense, onde a atividade de abate e processamento de frangos e suínos existe desde a década de 1960, houve também transformações técnicas e, conseqüentemente, na organização do trabalho. Estas foram percebidas pelos(as) operários(as) e uma das suas conseqüências é a intensificação do trabalho apreendida por Eder, que trabalhou no frigorífico ao longo de dezesseis anos, iniciando no final da década de 1980 até adoecer no final dos anos 1990:

Pra você ver, quando nós entramos até que o ritmo não era muito acelerado, era um ritmo assim que até as pessoas faziam tranquilamente né. Mas, quando começou a chegar na década de 1993-94 pra cima entrou esse mercado competitivo aí né e produtividade e qualidade e mais exportação aí começaram a cobrar mais das pessoas e mais e mais e mais... (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.74)

Isso quer dizer que, o emprego de máquinas que substitui trabalhadores(as) em determinados setores dos frigoríficos¹¹⁷ e as políticas de gestão e organização do

¹¹⁶ Quando chamamos a luta pela NR de reformista e paliativa não estamos, em momento algum, querendo dizer que a mesma é desnecessária. Ou ainda que a luta em torno desta seja inútil, pelo contrário, ressaltamos a sua importância, principalmente por impor pausas necessárias a mínima preservação da saúde dos(as) trabalhadores(as). Porém, focar estritamente nesta é absolutamente insuficiente para o movimento do trabalho, o qual tem a missão histórica da superação da sociedade, irreformável, para emprestar uma formulação de Mézáros (2007), do capital.

¹¹⁷ Obviamente que houve algumas transformações no maquinário nestas indústrias, ou seja, na composição orgânica do capital, dos anos 1960 para a o início do século XXI. Alguns setores das salas de corte, como em partes da desossa, setor de selagem de embalagens, carregamento e descarregamento dos

trabalho, sob a ideologia da “qualidade total”, oriunda dos modelos de gestão inspirados no toyotismo/reestruturação produtiva¹¹⁸, significam para os operários e operárias a intensificação do trabalho. Mais do que isso, as transformações na organização do trabalho foram percebidas pelo trabalhador, que na sua trajetória ocupacional migrou do campo para a cidade em busca do emprego fabril. Ele mesmo compara as condições de trabalho vividas no campo e na indústria, pois lá, no primeiro, tinha relativa autonomia no ritmo do trabalho, coisa que no frigorífico não era mais possível: “(...) porque você não era tocado, tipo um ritmo acelerado, né, então tu trabalhava, descansava, tinha o ritmo da gente, aqui não, aqui são as máquinas (...)” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.73). E, complementa: “(...) é aí que chegou o ponto que as pessoas tão doente e ninguém faz nada; tá todo mundo adoecendo” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.73).

A narrativa de Eder marca a trajetória de muitos dos(as) trabalhadores(as) que permaneceram mais de 10 anos nos frigoríficos. Mostra como houve transformações técnicas e na gestão, que resultaram para os(as) operários(as) na intensificação do ritmo e jornada do trabalho, bem como demonstra a trajetória laboral de muitos homens e mulheres que migraram do campo para a cidade. Como diz Caio, que trabalhou 30 anos em frigorífico, sobre o ritmo de trabalho:

Era mais lento né o processo era mais lento. Assim, era mais lento só que era mais difícil tinha menos máquina né. Hoje é mais rápido e tem mais máquina e aí é mais rápido né, passou os anos piorou e a tendência é piorar né, vai automatizando e você tem que acompanhar o ritmo (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.48).

Além da intensificação do trabalho, as narrativas apontam também para outro aspecto importante, quanto às trajetórias de empregos individuais ao longo da vida, marcados pela precarização, informalidade e insegurança. Por isso, o registro em carteira e o pagamento nos dias corretos dos salários sobressaem como aspectos positivos e atrativos para os trabalhadores envolvidos nos abatedouros. Como diz o trabalhador Otacilio, sobre as motivações de procurar emprego num frigorífico de cooperativa: “ah! segurança que era porque um registro e sempre tinha né, porque por

caminhões, houve transformações e emprego de máquinas conforme relataram os trabalhadores nas entrevistas. Contudo, deve-se, resguardar tais transformações, para não exagerá-las, pois o processo de trabalho em frigoríficos ainda é caracterizado por baixa densidade de capital constante (máquinas) com relação ao capital variável (trabalhadores/as). Ver essa discussão no trabalho de Bosi (2011) especificamente na página 97.

¹¹⁸ Cf. Alves (2000) e Antunes (2009).

dia não tinha né, as vez chovia a gente não tinha o serviço e da seca demais também não tem o serviço, então (...)” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.356). A mesma falta de opção são as da trabalhadora Fabiana, que assim narrou a sua trajetória pessoal antes da entrada no frigorífico: “aqui¹¹⁹ é serviço por dia né? Ou você é doméstica também, que aqui é um lugar pequeno, você não vai ganhar muito como doméstica, ou na roça também, também não é sempre que tem” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.376). Stephanie é quem narra com maiores detalhes a sua trajetória de empregos precários e informais, até a chegada no frigorífico no ano de 2008:

O meu primeiro emprego (...) a vida toda foi doméstica desde meus quinze, dezesseis anos, fui doméstica sempre doméstica, nunca tinha carteira assinada, nunca tinha salário fixo assim “xis” né, sempre ganhando pouco. Depois a última depois comecei a trabalhar por conta, de vendedora, assim sacoleira. Depois comecei vendê pão, fiz de tudo um pouco. O que me levou a trabalhá no frigorífico foi o estresse de doméstica. Aí foi aonde eu queria trabalhá com carteira assinada né (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.407).

São os boias-frias (trabalhador volante da agricultura), domésticas, diaristas do campo e da cidade, os que fazem os famosos “bicos” e vivenciam a face do trabalho informal que se submetem ao trabalho nos frigoríficos. Isso significa, que trabalhar neste não se trata de uma opção, mas sim da falta desta, num cenário no qual a total carência de alternativa conduz homens e mulheres para o emprego atraídos(as) pelas condições mínimas da segurança do registro em carteira e o desejo por receber de forma fixa o salário a cada mês (SILVA, 2014), apesar das burlas, desrespeitos com relação às leis etc.

Além disso, as narrativas permitem, também, estabelecer um paralelo com a discussão do terceiro capítulo, já que aponta as consequências da tecnificação da agropecuária, que teve impulso a partir da década de 1970 no Oeste do Paraná, para os trabalhadores(as). O desemprego foi uma das implicações para os(as) trabalhadores(as) diaristas, os(as) “boias-frias”, que assim acabavam se conduzindo para o trabalho nos frigoríficos. Franciele narra, com o rigor da vivência pessoal, as consequências da tecnificação no campo do Oeste do Paraná para os trabalhadores e trabalhadoras:

(...) não que na época já tava bem mais difícil de conseguir emprego na roça, daí já começou a comprar maquinário, o povo já não chamava tanto o pessoal pra trabalhar na roça. Mais era com maquinário,

¹¹⁹ Entrevista realizada por Patrícia Keller no distrito de Rio Bonito pertencente ao município de Francisco Alves (PR).

passava veneno no mato pra não nascer mato. E daí já tinha, já tinha o maquinário pra poder colher o milho, não tinha como mais, a gente não quebrava mais milho na mão (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.328).

É esse contexto que leva vários(as) trabalhadores(as) na busca de empregos na indústria, sobretudo nos frigoríficos, muito embora, é preciso ter cuidado para tratar de tais assuntos, pois ainda há permanência de grande contingente de trabalhadores(as) no campo nas pequenas propriedades da região. Isto é, houve expropriação, mas não como um processo que levou a dissolução das pequenas propriedades, na sua totalidade, num caminho sem volta para a proletarização, até porque o capital da frigorificação de carnes é dependente da subordinação da renda da terra para as etapas da engorda e fornecimento dos frangos e suínos, como vimos no item 4.2.

O que temos, por conta do desenvolvimento desigual do capital, é um processo combinado de exploração do trabalho, subordinação da renda da terra e formas indiretas de apropriação da mais-valia e acumulação de capital, conforme já abordamos anteriormente. Deste modo, voltando à discussão das trajetórias dos(as) operários(as) de frigoríficos, é possível estabelecer um paralelo da trajetória de ocupações e falta de alternativas que levaram estes homens e mulheres a se empregarem nos abatedouros, na década de 1980, como uma realidade presente, na década de 1990, e mesmo no século XXI. É o que aponta a dissertação de Gemelli (2011), ao observar a trajetória dos(as) trabalhadores(as) que compunham o trabalho em frigoríficos no início dos anos 2010. A autora mostra que as ocupações de diaristas no campo como boias-frias, o emprego como domésticas para o caso das mulheres, serventes de pedreiro (diarista) e até mesmo de vendedores ambulantes, continuavam a compor as trajetórias ocupacionais até o emprego formal no frigorífico¹²⁰. Também, no caso dos mais jovens, entrevistados pela autora, ficava claro que o frigorífico consistia na primeira experiência de emprego¹²¹.

Assim, pode-se entender que, numa realidade marcada pela total falta de alternativa, na qual os empregos “disponíveis” estão no âmbito da informalidade, o registro em carteira como operário(a), no frigorífico, possuía algum sentimento positivo para estes(as) trabalhadores(as). Contudo, das pesquisas desenvolvidas sobre a região em estudo e que mantém proximidade com as nossas preocupações, como a de Bosi (2011), Gemelli (2011), Varussa (2012), Silva (2014), dentre outros, extraímos e

¹²⁰ Ver o quadro II que sintetiza as informações colhidas nos trabalhos de campo intitulado “Trajetórias de migrações e trabalho dos trabalhadores do frigorífico de aves da Copagril” (GEMELLI, 2011, p.204-208).

¹²¹ Sobre esse mesmo assunto conferir o artigo de Bosi (2009) intitulado “*Juventude e trabalho industrial no Oeste Paranaense: o futuro que não se realiza*”.

compartilhamos de conclusões, as quais apontam para as expectativas frustradas dos(as) trabalhadores(as) diante dos baixos salários, trabalho intenso, repetitivo e degradante, como assuntos centrais.

Ao adentrar a esfera do processo de trabalho nos frigoríficos, a revolta com as condições de trabalho torna-se passagem constante ao longo de todas as entrevistas. Para compreendê-las é necessário que busquemos, na narrativa dos sujeitos, aquilo que eles(as) apontam sobre o sentimento negativo da precarização imperante, comum para todos(as) entrevistados(as). Sobre as condições de trabalho, podemos perceber que segundo o MPT, em inspeção, num dos frigoríficos da região, se constatou dezenove formas de desrespeito aos direitos individuais e coletivos:

a) não observância de normas básicas de saúde e segurança do trabalho; b) lesões irreparáveis à saúde dos trabalhadores, sobretudo jovens empregados; c) ritmo de trabalho incompatível com a saúde e dignidade humana; d) condições térmicas inadequadas (frio excessivo); e) movimentos intensos e repetitivos; f) jornadas exaustivas; g) condutas médicas inadequadas; h) ausência de readaptação funcional de empregados; i) não emissão de CAT; j) não concessão de pausas de recuperação de fadiga (NR-17); k) não observância dos intervalos previstos no art. 253 da CLT; l) CIPA, PCMSO, PPRA e laudos ergonômicos inadequados; m) não preenchimento da cota legal de trabalhadores portadores de deficiência ou beneficiários da Previdência Social reabilitados; n) não preenchimento da cota mínima destinada à aprendizagem (art. 429 da CLT); o) concessão irregular de intervalos inter e intra-jornada; p) não concessão de repouso semanal remunerado; q) horas extras não pagas, empregados sem registro de horário de trabalho e intervalos pré-assinalados no ponto que não correspondem ao intervalo efetivo; r) incorreção no pagamento de adicional de insalubridade e horas extras; s) danos à coletividade de natureza moral e material, uma vez que é toda a sociedade que direta ou indiretamente arca com os custos no sistema de saúde e previdenciário (ACP-1428, 2010, p.2).

A síntese dos itens que compõem os desrespeitos à legislação trabalhista, explicitados pelo MPT, abrange boa parte daquilo que comparece nas entrevistas com operários e operárias dos frigoríficos. Embora se trate de uma investigação levada a cabo na Brasil Foods, de Toledo (PR), todos os itens apontados poderiam ser extrapolados para os outros frigoríficos de cooperativas da região conforme iremos demonstrar nesse item.

Antes, porém, é importante compreender o funcionamento e organização do processo de trabalho em frigoríficos de aves e suínos. Contudo, tomaremos a liberdade, na presente tese, de evidenciar esses aspectos levando em consideração as narrativas das

operárias e operários. O objetivo é discutir o espaço de trabalho como *lócus* habitado pelos sujeitos sociais, lugar em que é imposta a disciplina do trabalho fabril e a cadência do ritmo das máquinas sobre o trabalho, levando em consideração as avaliações que os próprios(as) operários(as) fazem desse processo, partindo das suas narrativas. A partir disso, poderemos avançar para outros aspectos, como a rejeição ao trabalho e a condição social fora do trabalho, apontadas pelos operários(as).

Isso nos permitirá chegar ao ponto central dessa discussão, isto é, como o trabalho nos frigoríficos e a intensificação das ações repetitivas e a monotonia dos movimentos, que resultam nos agravos à saúde, são resultados do tempo e disciplina do trabalho fabril, e componentes essenciais, para o capital, em sua busca constante e insaciável pela apropriação da mais-valia e manutenção/ampliação da taxa de lucro. Portanto, não se tratam de exceções e casualidades, mas sim, de uma tendência objetiva do processo de acumulação de capital.

As (Figuras 25 e 26) representam uma síntese de como é organizado o trabalho dentro da fábrica para a desmontagem das carcaças de frangos e suínos. Cada um desses setores possui tarefas específicas e, em alguns, há maior predomínio de trabalhadores(as) do que outros, sobressaindo as salas de corte e desossa. Nestes locais de trabalho, específicos dentro do processo fabril, determinadas atividades como refilar peitos de frango ou desossar coxas estão diretamente relacionados aos padrões de exportação nos quais se exige habilidades singulares como, por exemplo, não deixar muita cartilagem junto com a carne, dentre outros.

Ricardo, trabalhador de um dos frigoríficos da região, narra que chegam em cada caminhão cerca de 3800 frangos em caixas, sendo que cada uma dessas conta com 16 carcaças de animais (Figura 27). Estas são organizadas numa esteira e seguem para os passos seguintes do processo de desmontagem, assim narrados por Tabatha:

Tem o carregamento que ele é vivo descarrega na pendura. Lá quase ninguém gosta de trabalhar porque é escuro, tem que ser escuro para manter o frango calmo, é um lugar fedido, você aperta o frango, tem fezes para todo lado aí ninguém gosta de trabalhar lá, porque é quente não tem ventilação. É o melhor salário que tem. Quem trabalha na pendura ganha uns mil, mil e cem limpo. Daí sai da pendura ele vai para a insensibilização que é o choque. O frango leva o choque, então, em três segundos, tem que ser cortado o pescoço. Daí tem o muçulmano, o frango não pode ser cortado pela máquina tem que ser manualmente que é o pessoal da sangria. Daí tem o “mustafá” que é o encarregado de lá, ele faz uma reza antes de todo o abate. É acho eu um culto que eu acho que ele faz. Antes de todo o abate tem que ter. O pessoal da sangria tem a inspeção islâmica que fala. Aí passa pela

sangria e vai para a escaldagem. A escaldagem, muita gente reclama, porque é quente o vapor. A depenadera, que também é automática. Então, em doze minutos tem que ter passado por tudo isso e vindo para nós (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.296-297).

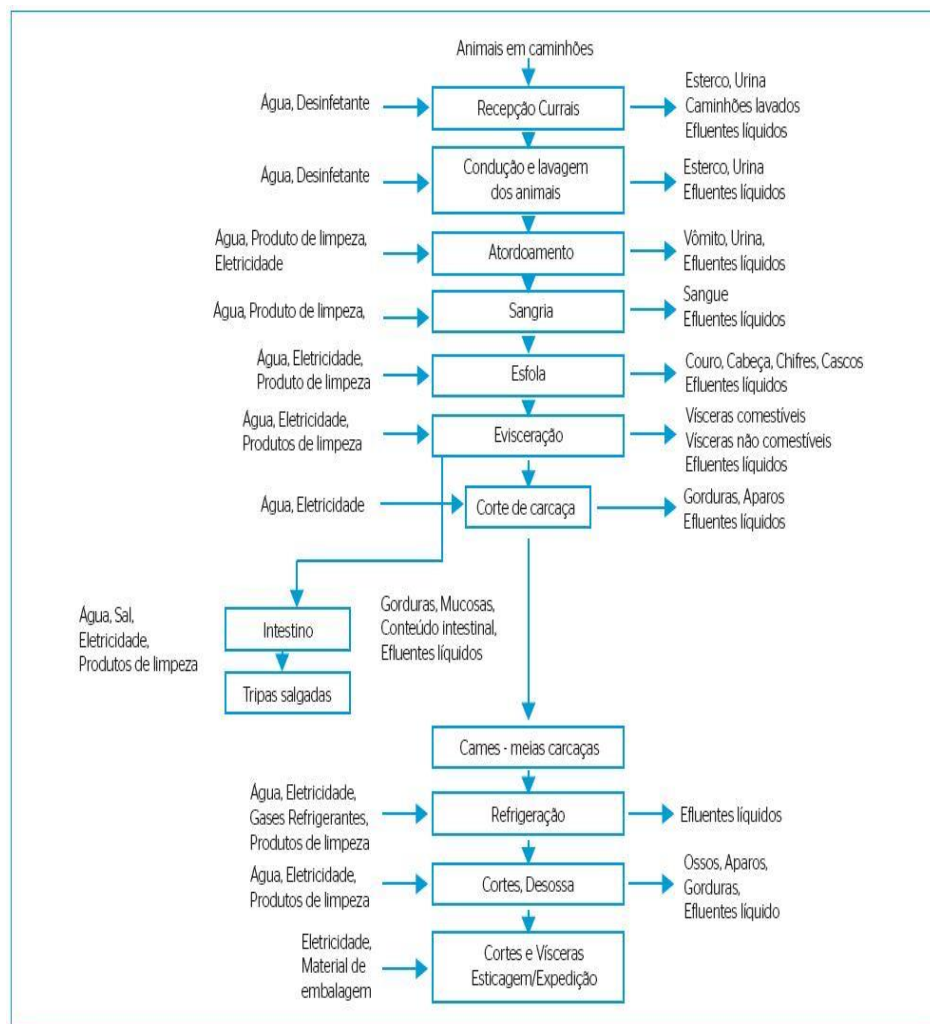
A trabalhadora já laborou em outros setores no frigorífico, como na sala de cortes, e na época da entrevista, ocupava uma função superior no âmbito da hierarquia do trabalho fabril, isto é, no Serviço de Inspeção Federal (SIF). Neste setor, os frangos são avaliados para ver se têm ou não condições de seguir para os passos seguintes do processamento da carne. Depois disso, seguem para a evisceração local em que são separados os miúdos, como narra Ricardo “(...) onde tem a moela, o fígado e o coração, ali tem em torno de dez a quinze pessoas e eles retiram uma por uma, cada uma tem a sua cor, cada um tem a sua cor né?” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.243).

Em seguida, o frango é novamente pendurado para seguir para a produção propriamente dita, ou seja, para a sala de cortes. Esse setor de “re-pendura” parece ser um daqueles em que há emprego de máquinas, que substituem trabalhadores(as) e, no frigorífico no qual Ricardo trabalha, funciona em duas linhas, uma automatizada e outra, ainda, manual:

Daí ele vai pro processo de pendura, daí na pendura... que é um processo antes de entrar na produção, que é a sala de corte, que tem em torno de dez, doze pessoas que pendura ali, antes era só manual né? Hoje já tem a linha automática e a linha manual... a automática ela... ela... ela leva o frango de um mil e oitocentos a três quilos e acima de três quilos ela vai pra pendura manual e abaixo de um e ,oitocentos ela é manual também... Daí o que cai fora desse peso o pessoal pendura na linha manual. A linha automática hoje ela é uma linha que... que trabalha seis mil frango por hora... seis mil e quinhentos frangos por hora... e a linha manual hoje lá tá trabalhando na faixa de... de dois e duzentos por hora (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.243).

Assim, em todas essas fases do processo produtivo, anteriores à sala de cortes, há um menor número de trabalhadores(as) e até mesmo existe o emprego do maquinário em maior evidência. Porém, o trabalho também é repetitivo e constante, como relata Fabiana, que trabalhou na separação de miúdos, função em que a mesma deveria pegar 16 miúdos por minuto (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.94). Ela assim descreve sua atividade:

Figura 19 - Fluxograma do abate de suínos



Fonte: Baptistotte, 2010.

Figura 20 - Fluxograma do abate de aves



Fonte: Rabelo, Silva e Peres, 2014.

Figura 21 - Caixas com frangos sendo encaminhadas para o abate na linha de produção



Fonte: Gemelli 2011.

(...) porque você tinha que fazer o movimento da cabeça você tinha que olhar pra baixo e pra cima pra ver a cor dos ganchos que estavam passando ali na sua frente que daí cada um tinha uma cor, por exemplo, eu tinha vermelho, então tinha doze pessoas na linha, então tinha 12 cores diferentes na linha então o meu era o vermelho. Cada doze ganchos eu tinha que pegar o vermelho, daí a linha correndo a 180 ganchos por minuto, então aí você tinha que ser bem rápida pra pegar né senão passava (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.95).

A intensificação do trabalho não poderia ser diferente, já que a disciplina do trabalho na fábrica é controlada pelo relógio e a apropriação de mais-valia é amplificada quanto mais frangos são cortados em menor tempo. Esse é o motivo para o emprego das máquinas no processo de trabalho e, também, para a exigência da agilidade e destreza nos movimentos aos(as) trabalhadores(as) manuais em todos os setores que compõem o abate e processamento dos animais. O resultado dessa disciplina fabril é o trabalho intenso, monótono e repetitivo, milimetricamente controlado por cronômetros, que, inclusive, são o principal instrumento de trabalho dos encarregados, supervisores e líderes de cada setor na fábrica. Conforme narra Tabatha:

Daí você tem o encarregado, que ele é líder daí ele ganha um “reloginho”. Você ganha um “reloginho” para controlar o horário do

povo. O povo não pode ficar muito tempo sentado na cadeira, tem que logo tem que estar de pé (...) Toda hora eles ficam com aquele “reloginho” controlando o povo. Não, porque foi no banheiro são cinco minutos, tem que subir as escadas e não pode passar, se não você já ganha lá um termo de orientação. É por isso que a gente fala “reloginho”. Ganhou um “reloginho” tem o poder (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.291).

O controle do tempo nos remete ao debate do tempo e disciplina do trabalho em Thompson (1998). No livro, *Costumes em Comum*, ele exemplifica que, diferentemente do camponês, que se preocupa mais com a tarefa a ser desempenhada e menos com o tempo para desenvolvê-la, o capitalista, deve “cuidar” para que o tempo não seja desperdiçado. Isso porque o tempo agora é algo calculável numa jornada de trabalho e o controle pelo mesmo significa extrair mais-valia, ou seja, obter maior ou menor quantidade de trabalho excedente. É por isso que Thompson (1998, p.272), argumenta “o tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta”.

Essa é a lógica da fábrica, que permanece, mesmo com as transformações técnicas, desde a sua origem nas primeiras manufaturas do século XIX ao século XXI. O motivo da existência dos “líderes”, nos frigoríficos, que cronometram as atividades citadas por Tabatha é o controle da força de trabalho que, desde os primórdios do capitalismo, foi rebelde e se utilizou de várias práticas para não se submeter à disciplina imposta pelo capital¹²². Essa é uma prática que persiste no século XXI nos mais variados processos de trabalho e, não seria diferente, com relação aos frigoríficos do Oeste do Paraná. Por isso, controlar o tempo de trabalho dos(as) trabalhadores(as) para as atividades específicas nos cortes dos frangos é central em todas as seções do frigorífico, em especial, o setor da sala de cortes, local em que se concentra a maior parte dos(as) trabalhadores(as) manuais da frigorificação de carnes.

Também é na sala de cortes, em que boa parte dos frangos retalhados são destinados para exportação. A exigência por determinadas formas de cortar é um dos pontos centrais do tempo e disciplina do trabalho nesse setor específico do frigorífico. É como nos disse Jurandir “(...) você tinha que desossar bem desossado não podia deixar carne nos ossinho” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.82). Experiência

¹²² Thompson (1998) mostra como diversas práticas dos(as) trabalhadores(as) ingleses significavam uma indisciplina para o trabalho fabril. Uma dessas foi a “Santa Segunda-Feira” que era um costume estabelecido na Inglaterra em que não se trabalhava neste dia, causa de conflitos com as nascentes indústrias do século XIX. Dando um salto para o século XX o controle e disciplinamento dos(as) trabalhadores(as) é o objetivo de Taylor, Ford e mesmo de Taichii Ohno, intelectuais orgânicos do capital, e que apresentam a partir das suas propostas de regulação das relações de trabalho nas fábricas formas diferentes de controle e disciplina dos trabalhadores e trabalhadoras (taylorismo, fordismo e toyotismo) que sempre pautam o controle do tempo.

compartilhada por Patrícia, que relaciona essa exigência com padrões determinados pelos países que importam a carne:

Então, eles tem uma certa exigência de padrão que eles falam. Não pode cortar a cartilagem que era para o mercado externo, não pode aparecer o sangue. Então, só aquela carne mesmo. São cortes específicos que eles dizem né? (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.217).

Tal exigência era também acompanhada por um ritmo de trabalho intenso, em que a meta da desossa é de pelo menos 3 coxas por minuto. Isso gera, cerca de 46 ações técnicas nas mãos por minuto, 2.700 a cada hora e 22.000 numa jornada de trabalho. Números que são ainda mais intensos para os setores de evisceração e refile de peito, em que, no primeiro, há 140 ações/minuto, 8.400 a cada hora e 67.000 na jornada e, no segundo, a sequência é 75 ações/minuto, 4.800 a cada hora e 36.000 na jornada diária (ACP-1428, 2010, p.11).

Em decorrência, o processo de trabalho para a desmontagem do suíno e processamento de bacon, presunto cozido, linguiça e outros, também não apresenta muitas novidades com relação ao frango. A presença maciça de trabalhadores(as) também está nos setores destinados aos cortes específicos e destinados à exportação. Porém, nas narrativas que tivemos contato, não houve uma descrição de todo o processo produtivo tão detalhista, quanto às que conseguimos junto aos(as) trabalhadores(as) de abatedouros avícolas. No entanto, é inegável a presença do trabalho intenso e repetitivo, como diz Lúcia sobre o ritmo de trabalho na desossa de pernil de suínos:

É acelerado não só o movimento assim a qualidade porque pediam produtividade e qualidade, ou seja, você tem que dar rendimento aquele refile, aquelas gordurinhas não podia tirar muito porque pesava muito a tua banha então era uma certa cobrança. Assim tinha o trabalho com esforço repetitivo, mas tinha tipo uma certa cobrança assim pro rendimento lá na frente tem o rendimento ser grande pra empresa (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.91).

Situação compartilhada por muitos outros(as) trabalhadores(as) nas diversas funções no âmbito do frigorífico e até mesmo de outras indústrias alimentícias da região. Seguindo a trajetória laboral de Patrícia, que trabalhou nos frigoríficos da Copacol em Cafelândia (PR) e Brasil Foods de Toledo (PR), e no município de Marechal Cândido Rondon (PR), na indústria de biscoitos da Faville, laticínio da Frimesa e frigorífico de aves da Copagril, a experiência com o ritmo de trabalho não pareceu ter diferença. Em suas palavras:

Todas as empresas onde eu trabalhei elas tem o mesmo ritmo, a mesma dinâmica, o mesmo jeito. Parece assim que eles tem uma escolinha né? De como ser uma empresa. Então é assim... praticamente tudo do mesmo jeito, as diferenças não existem praticamente, são as mesmas regras... (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.215).

Além de reforçar a tese de Marx, sobre a intensificação do trabalho e a tendência objetiva da exaustão prematura dos(as) trabalhadores(as), como algo que atinge todos os processos de trabalho, uma vez que se baseiam na apropriação de trabalho excedente, não-pago, a experiência laboral de Patrícia, desmonta o discurso no qual as cooperativas seriam diferentes das empresas pelo seu caráter anti-lucro, democrático e solidário.

Se tais conceitos já não fazem sentido, no que tange à participação igualitária na gestão das cooperativas agroindustriais regionais, pois quem contribui mais têm maiores benefícios (certamente os “maiores” produtores ficam em vantagem), fazem menos sentido ainda quando se olha para o processo de trabalho nos seus abatedouros, lugar em que não há qualquer diferença com uma fábrica dirigida pelo capital privado. Como não poderia ser diferente, as consequências políticas de tais apostas históricas do cooperativismo resultam na aliança política com os grandes conglomerados agroquímico-alimentar-financeiros. Por conseguinte, o ritmo de trabalho imposto nos frigoríficos de cooperativas e empresas de capital privado no Oeste Paranaense, captados pela narrativa de Patrícia, são equivalentes e colocam a problemática das doenças do trabalho como algo sintomático na região e que, embora tenham tido maior visibilidade ao longo da década de 2000, ainda permanecem como um problema fundamental resultante do tempo e disciplina do trabalho imposto nos abatedouros.

Somado a isso, as jornadas de trabalho quase sempre extrapolavam as 8 horas e 48 minutos diárias, tornando-se algo habitual nas empresas privadas e cooperativas. Claudinei narra “(...) tinha dia que eu entrava 2:30 da manhã e saía as 4 horas da tarde” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.42) – quase 14 horas de jornada. Experiência compartilhada por Tabatha em frigorífico de cooperativa “(...) eu entrava dez para as duas e não tinha hora pra sair” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.288). Também dividida com Bruno, Teresa, Eder e Jonas que apontam a prática recorrente de jornadas de trabalho superiores aos limites estabelecidos nos contratos de trabalho. Foi o que também encontrou o MPT em sua investigação, na Brasil Foods, em Toledo (PR): “(...) a ré vem submetendo seus empregados, de forma habitual, a jornadas superiores a 10

horas, com duração de carga diária de trabalho de até 19 horas e 22 minutos” (ACP 1428, 2010, p.48).

O aprofundamento dessa problemática se dá com a prática usual dos mecanismos de flexibilização da jornada de trabalho, a exemplo da prática de Compensação da Jornada de Trabalho e Banco de Horas. Adotados em todas as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) dos Sindicatos dos Trabalhadores(as) de Cooperativas e Alimentação no período de 2010-2014. Tais mecanismos legitimam a intensificação do trabalho e, conseqüentemente, a maior taxa de extração da mais-valia.

Isso porque, a utilização do Banco de Horas, no Brasil, fez com que o valor pago pela hora trabalhada a mais se igualasse à hora trabalhada a menos, na medida em que a compensação se dá na proporção 1h/1h (CORRÊA, 2013). A CCT de 2012-2014 firmada pelos Sindicatos de Trabalhadores(as) em Cooperativas no Oeste Paranaense legitima esse mecanismo, criticado por Corrêa, pois antecipa na sua Cláusula trigésima sétima que “a compensação prevista neste item será na proporção de uma por uma (1 x 1) (...)” e mais, “não haverá necessidade de manifestação individual dos empregados, com relação à implantação do Banco de Horas (...)”.

Por outro lado, na CCT de 2012-2013 acordada pelos Sindicatos da Alimentação, embora se tenha previsto a prática da flexibilização da jornada e emprego do Banco de Horas, não há especificamente a indicação de que as horas serão previstas na proporção de 1 x 1. Porém, isso não impede que os sindicatos que negociam localmente com as empresas, acordem a mesma previsão da CCT dos Sindicatos de Trabalhadores(as) em Cooperativas. As conseqüências políticas do emprego de tais mecanismos serão avaliadas no quinto capítulo (sub-item 5.3.3), visto que trata-se de assunto de suma importância em frigoríficos, já conhecidos pelo ritmo intenso de trabalho e pelo risco iminente da ocorrência de agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as). Por ora, é possível indicar que os mecanismos de compensação de jornada não passam despercebidos pelos(as) trabalhadores(as), conforme narra Anderson:

No começo era complicado, porque que nem eu te falei, o pessoal não gostava de trabalhar no sábado, queria descansar. Já levava um alívio porque chegava sexta-feira e não precisava trabalhar no sábado. Mas, o problema não era tanto trabalhar no sábado, o problema era que o pessoal não valorizava, no começo eles pagavam cinquenta por cento. O pessoal já ficava feliz, pensava “ah, vai pagar um pouco mais do que é o normal”. Aí depois eles começaram a cortar isso aí. Assim, além de dar prejuízo para eles ter que trabalhar no sábado para eles,

para eles era prejuízo, não para os funcionários, para a firma, daí eles começaram a cortar até as horas extras, pagavam só mais vinte horas por mês, o resto ia para banco de horas. Daí se você faltava um minuto, dez segundos, eles te cobravam. Agora, para você receber deles uma hora, meia hora ou dez minutos, nossa, você tinha que fazer... (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.191)

Além dos problemas indicados por Anderson, com relação ao pagamento das horas extras e da falta de controle por parte dos trabalhadores(as) alusivo às horas trabalhadas e que são registradas nos Bancos de Hora, é possível indicar ainda que a prática da “hora-extra”, que deveria ser algo excepcional, é corriqueira nos frigoríficos do Oeste Paranaense. Tal realidade acompanha as tendências para o Brasil, nas quais a hora extra não tem a característica de momentos excepcionais e passou a ter um caráter de hora normal e cotidiana, conforme aponta o estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2011). Os mecanismos de compensação de jornada aprofundam ainda mais tais tendências e são elementos que contribuem para o aumento da intensidade do trabalho, em decorrência, do aprofundamento dos agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as).

Além disso, a corriqueira prática de realização das horas extras nos frigoríficos acarreta em outros desrespeitos às legislações vigentes, como os intervalos intra-jornadas, inter-jornadas e o repouso semanal remunerado. Na Brasil Foods, o MPT, relatou casos de trabalhadores(as) que trabalharam até 32 dias consecutivos, fruíram de apenas 5 horas de intervalo entre duas jornadas (interjornada) ou, até mesmo, inferiores a 30 minutos na mesma jornada diária (intra-jornada). E assim posicionou-se:

Estas violações aos direitos fundamentais remontam às condições de trabalho pré-modernas, da segunda metade do século XVIII, período da revolução industrial caracterizada pelo completo menosprezo aos direitos da classe que vive do trabalho, situação atual que não coaduna com os direitos inscritos no ordenamento jurídico constitucional, notadamente os relativos à saúde, à dignidade da pessoa humana e à função social da propriedade (ACP 1428, 2010, p.65).

Essa constatação do MPT é problemática, apenas pelo caráter de “surpresa” com as condições de trabalho verificadas, porque não se tratam de exceções no capitalismo “moderno” do século XXI, mas sim de fatos corriqueiros em inúmeros processos de trabalho. Dessa forma, é o mesmo que dizer que as relações de trabalho relacionadas ao século XVIII são constantemente recriadas e combinadas com as “novidades” da gestão toyotista contemporânea, a exemplo da ideologia da qualidade

total e mecanismos de “flexibilização” da jornada, que também aparece nos frigoríficos. A respeito disso escreveu Dal Rosso (2008, p.115):

Ilude-se aquele que pensar que os meios tradicionais de exploração do trabalho foram eliminados dos negócios contemporâneos. Ao contrário, os mecanismos seculares do fordismo e da revolução industrial acumulam-se e somam-se aos instrumentos mais modernos.

Nesse sentido, a busca constante do capital por “vantagens comparativas”, leia-se, a melhor condição para se apropriar do trabalho excedente não-pago, das melhores terras, subordinar a renda da terra por meio de contratos injustos e, portanto, mais lucrativos etc., para garantir sempre a maior amplitude da taxa de lucro, cria e recria tais condições de trabalho. O clássico prolongamento da jornada de trabalho, caracterizado por Marx (1983), como a mais-valia absoluta não é uma exceção, mas prática usual dos frigoríficos do Oeste do Paraná. Tal tirocínio acarreta na tendência objetiva, também esboçada pelo autor alemão, da exaustão prematura da força de trabalho.

Patrícia, Roberta, Franciele, Otacilio, Fabiana que trabalharam em frigoríficos de cooperativas, e Eder, Marina, Emilia, Jane, Caio, Marta, Luana, Cintia, Jurandir, Ligia, Lúcia, Fabiana, Teresa, Neusa e Bruno trabalhadores(as) de uma grande empresa privada do mesmo setor, apontam de forma unânime as consequências imediatas do trabalho: as dores, o inchaço nos braços e o cansaço. São implicações que levam aos agravos à saúde e ao sofrimento físico e psíquico relacionado ao trabalho. Nesse sentido, narra Roberta:

(...) olha... uns tempo pra cá né... a minha mão amortecia, qualquer coisa, tipo... eu... eu pedalando de bicicleta... adormecia por qualquer coisinha né? Sério! Porque assim, o movimento que você tinha direto (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.271).

Dormência, queimação, formigamento, dores, sensação de peso, repuxamento, choque, são todos sintomas das doenças relacionadas ao esforço repetitivo (MAENO, 2001), conhecidas como Lesões Por Esforços Repetitivos (LER) e Doenças Osteomusculares Relacionadas ao Trabalho (DORT) ou em nomenclatura única (LER/DORT). Não é à toa, que o Ministério da Previdência Social calcula que a possibilidade de um(a) trabalhador(a) adquirir uma tendinite numa linha de desossa de frangos é 743% superior que em outros setores da economia¹²³.

¹²³ Ver mais em: <<http://reporterbrasil.org.br/carneosso/o-filme/>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

É assim que “acostumar” com as dores e utilizar medicação para aliviá-las no âmbito da própria jornada de trabalho diária, torna-se uma atividade comum e rotineira para os(as) operários(as). Uma necessidade criada, para que os(as) trabalhadores(as) tenham condições de exercer suas atividades cotidianas. Tomar “diclofenaco” e passar spray nos braços foi a condição para que Otacilio pudesse laborar no frigorífico. As mesmas foram compartilhadas por Franciele que, com frequência, utilizava do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) para aliviar suas dores:

Eu me machuquei. Que eu trabalhava na máquina e era pra duas pessoas, aí aquela menina ela queria sair da C.Vale então ela ia muito puu... saía muito, aí me deixava sozinha, aí eu esforcei demais e comecei a sentir muita dor no meu braço, muita dor, muita dor, aí eu chamava o encarregado, o encarregado mandava eu descer no SESMT tomar algum remédio e voltar (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.330)

Nesse ponto específico, percebe-se que o SESMT, que deveria assumir um caráter de prevenção e promoção da saúde no espaço de trabalho, atua num sentido absolutamente contrário, ou seja, da medicalização dos trabalhadores(as). Esse problema foi bem colocado por Walter (2012), pois o uso de analgésicos bloqueia receptadores da dor e dificulta a percepção do avanço de doenças como as LER/DORT, atuando como um fator de risco no ambiente de trabalho. Além disso, dois programas obrigatórios para as empresas, e que estão incluídos nas atividades do SESMT, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), foram considerados insuficientes na auditoria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na BRF de Toledo em 2010.

Tais constatações mostram que esses programas de medicina do trabalho não têm contribuído para redução e minimização dos agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as). O que piora a situação é a política deliberada da medicalização, que gera alívios parciais para os(as) trabalhadores(as) que, ao voltarem ao trabalho, continuam a desempenhar as mesmas atividades e aprofundam ainda mais seus problemas. Como nos informa Franciele “(...) se chegava lá (*SESMT*) falava que tava com muita dor no braço, dava um paracetamol pra você tomar, passava um spray aí mandava você subir pra trabalhar, você descia (*SESMT*) só pra tomar remédio” (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.332, *grifo nosso*). Medicamentos que se

tornavam a condição para aguentar a pressão e o ritmo de trabalho. Esse parece ser o sentido da narrativa de Neusa:

Nossa eu... eu ia direto naquele departamento médico toma remédio pra dor, voltava, andava eu... eu tinha uma farmácia ambulante dentro da minha bolsa sabe, tinha que levar remédio pra dor direto, assim, tá tomando pra suportar a pressão né, tinha que trabalhar né.”
(CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.119)

De tais narrativas pode-se perceber que o emprego registrado em carteira, aquilo que motivava a inserção nos abatedouros, torna-se uma expectativa frustrada pelas condições de trabalho impostas, que levam ao convívio diário com riscos, agravos, dores e remédios. Ou nem mesmo chegam a esse limite dos agravos à saúde, pois como indicam dados do MTE, a rotatividade no trabalho em tais atividades econômicas é constante e significativa. Sendo que, os desligamentos da atividade *a pedido do próprio trabalhador(a)* apontam para algumas considerações sobre a recusa do trabalho nesse setor (Gráfico 5). Além disso, é possível perceber que as admissões por primeiro emprego são significativas, o que indica ser essa uma classe trabalhadora, que tem boa parte da sua composição na juventude.

Este tipo de desligamento do trabalho equivale a mais da metade do total para toda a região Oeste no período de 8 anos e caracteriza aquilo que a literatura, de forma acertada, tem chamado de movimento de rejeição ao trabalho (VARUSSA, 2012; BOSI, 2013). Diz Bosi (2013, p.331):

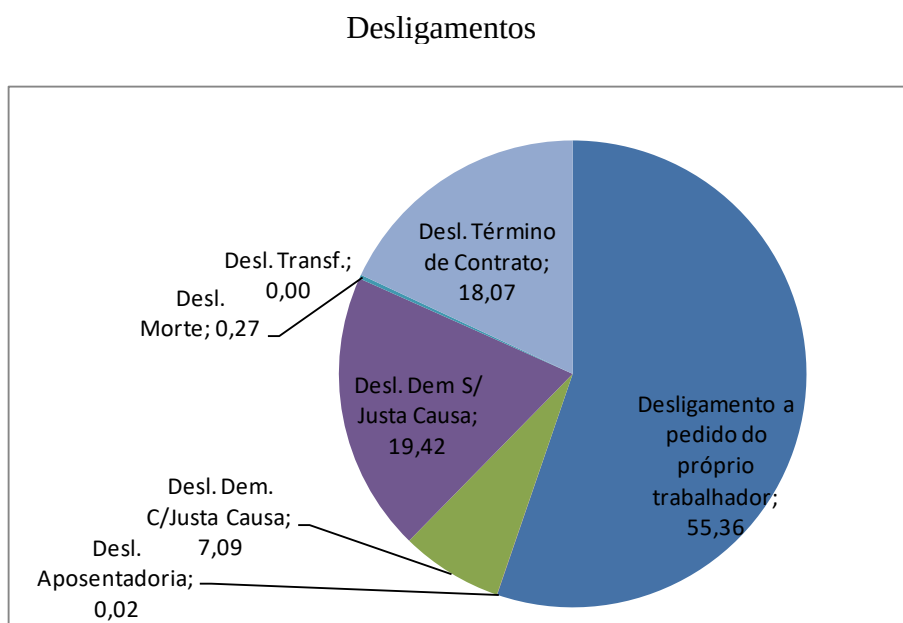
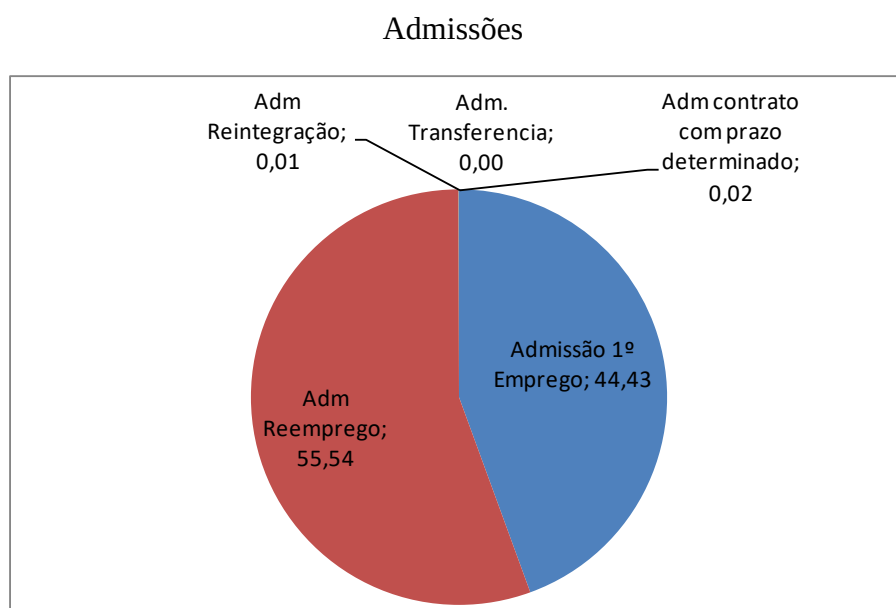
Para esses trabalhadores, o trabalho nos frigoríficos é degradante e destituído de sentido, e isso dificulta a estruturação de uma identidade positiva centrada no trabalho. A rejeição do trabalho é um desdobramento dessa experiência, mas as opções não são muito melhores do que os frigoríficos.

Em síntese: 1) o emprego nos frigoríficos é buscado no cenário em que não há alternativas, num ambiente marcado pelas relações de trabalho informais dentre as quais a carteira assinada figura como algo a ser conquistado; 2) as condições de trabalho, os baixos salários que se esvaem nos inúmeros descontos¹²⁴, as jornadas intensivas, o ritmo de trabalho alucinante e a repetitividade dos movimentos, conduz os(as) trabalhadores(as) para o sentimento negativo deste tipo de trabalho; 3) isso resulta no

¹²⁴ Em trabalho de campo, no ano de 2010, foi possível acessar o número de descontos praticados no salário de um trabalhador. Sua função foi definida como “Auxiliar de Produção” e na época o salário bruto equivalia a R\$581,01. Destes, R\$147,01 foram descontados o que equivale a 25% do salário recebido no mês.

desenvolvimento dos agravos físicos e psíquicos ou na recusa do trabalho, porque qualquer outro ofício acaba significando uma alternativa menos degradante do que o frigorífico.

Gráfico 5 - Rotatividade no trabalho trabalhadores(as) de frigoríficos no Oeste do Paraná (2007-2014) dados desagregados



Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho (PDET) – Perfil do Município.

Também percebe-se que a condição social destes(as) trabalhadores(as) continua sendo a vida nos bairros periféricos das cidades da região, ou mesmo nos municípios e distritos de origem, já que inúmeros destes(as) migram para o trabalho diariamente (Figuras 28 e 29). Isso significa que, ao saírem dos frigoríficos não necessariamente caminham para empregos que possam conferir qualquer tipo de ascensão social. Aliás, em alguns casos, constata-se o retorno destes mesmos(as) trabalhadores(as) aos frigoríficos, o que pode se ligar aos dados de reemprego (Gráfico 5). No entanto, a avaliação destes homens e mulheres, em suas narrativas, converge para um balanço negativo do trabalho. Como diz Franciele:

Isso mesmo, quando ele (*dirigente de cooperativa*) fazia o palco dele lá, ele falava tão bem da C.Vale ponhava ela lá em cima, mas nós que era funcionário dela a gente era judiado, porque ele só elogiava o lado dele que a C.Vale cresceu (...) Pra eles, que investiu mais e mais em C.Vale que cresceu mais, os funcionário, se fosse tão bom igual ele fala lá no palco, não entrava gente todo dia e saía. E todo dia entrava aquele mundo de gente e todo dia saía. Não se buscava gente lá em Eldorado Mato Grosso pra trabalhar em Palotina (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.354, *grifos nossos*).

A experiência negativa é que leva à rejeição massiva ao trabalho por parte dos próprios trabalhadores(as), já que em 8 anos, houve 43.522 desligamentos a pedido dos mesmos. Essa situação se coloca como um problema para o capital, assumida publicamente¹²⁵, e que resulta no investimento em publicidade veiculado nos jornais locais, verdadeiros propagandistas destas empresas.

¹²⁵ No encontro da câmara técnica do frango, no dia 21 de maio de 2015, em Matelândia (PR), no qual os dirigentes de cooperativas e das empresas se reuniram, a rotatividade surgiu como um dos problemas apontados. Segundo os participantes do encontro, a rotatividade, chega a atingir a capacidade de produção, pois alguns frigoríficos não conseguem trabalhar nas suas capacidades máximas. Por isso, dentre as suas estratégias estão os prêmios assiduidade – um acréscimo no salário para aqueles(as) trabalhadores(as) que não faltam, o que avaliam, as lideranças empresariais, ser uma estratégia que ajuda a manter seus funcionários(as). Para um dos representantes que participou do encontro o problema é entre gerações, na sua avaliação os mais velhos aceitam mais facilmente o trabalho nos abatedouros e os mais jovens não estão mais dispostos a se submeter a esse tipo de trabalho e, avalia, que essa é uma questão “cultural” que leva a rotatividade. Ao passo que nesse encontro criticaram a legislação trabalhista como um “problema estrutural”, que supostamente retiraria a “capacidade de competição no mercado do país”, admitiram que o trabalho nos frigoríficos tem problemas. Contudo, em nenhum momento discutiu-se a relação entre a produtividade e adoecimento dos(as) trabalhadores(as) – inclusive a ampliação do risco de agravos que são estimulados pelos mecanismos como os prêmios assiduidade – e tampouco debateu-se qualquer adequação no ambiente de trabalho com vistas a preservação da saúde dos(as) trabalhadores(as). O tom do encontro foi a “redução de custos” para as empresas e a rotatividade foi vista como um problema para estas, assim, como a legislação trabalhista.

Figura 22 - Estrutura das moradias em bairro onde residiam trabalhadores de frigoríficos em São Clemente, distrito do município de Santa Helena (PR)



Fonte: Gemelli, 2011

Figura 23 - Bairro Operário nas proximidades da Brasil Foods, em Toledo (PR)



Fonte: Trabalho de Campo, 2015.

Aliás, Souza e Pereira (2014), ao pesquisar as notícias veiculadas pelo jornal *O Presente*, sediado em Marechal Cândido Rondon (PR), no período de 2000-2009,

perceberam que foram veiculados, prioritariamente, artigos e matérias que celebravam o crescimento da atividade industrial na frigorificação de carnes. Tanto que, Souza e Pereira (2014), concluem que este jornal (e poderíamos incluir vários outros), contribui para “(...) construção de um imaginário social legitimador e naturalizador das condições de trabalho e exploração desenvolvidas por estas empresas na cidade” (SOUZA e PEREIRA, 2014, p.37).

Porém, uma estratégia atual do capital para suprir a falta de trabalhadores(as) tem sido a contratação de imigrantes¹²⁶. Nas palavras de Ricardo Silvio Chapla (presidente da Copagril), publicadas no jornal *Gazeta do Povo* no ano de 2012¹²⁷: “tem sido muito difícil preencher as vagas. Precisamos trazer funcionários de municípios vizinhos, a mais de 100 quilômetros de distância. Agora estamos fazendo essa experiência com os haitianos (...)”. Domingos Martins, presidente do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (SINDIAVIPAR) considera, tal situação, como um “apagão” de mão de obra, e ele analisa isso exatamente nesses termos, correlacionando-o com a suposta falta de interesse. Em suas palavras, veiculadas pelo *Avicultura Industrial*¹²⁸, noticiário diário vinculado ao Grupo *Gessulli Agribusiness*:

Nossas atividades são simples, acessíveis e todos recebem treinamento. O jovem de 18 anos não se interessa em trabalhar por um salário na atividade industrial. Em outras épocas, o trabalho não era tido como castigo, era atividade para começar a crescer na empresa (AVICULTURA INDUSTRIAL, 2013, p.1).

É curioso perceber que o próprio Domingos Martins assume, implicitamente, que o trabalho em frigoríficos é penoso, mas “justificável”, pois seria pré-condição para crescer na empresa. O jovem que não quer trabalhar por um salário não é “qualquer jovem”, mas um jovem da classe operária e que, apesar da suposta simplicidade e acessibilidade das atividades, convive diariamente com uma rotina intensa de trabalho, com movimentos considerados tão elevados que, em alguns casos, são até classificados como fora das possibilidades humanas. Quer dizer, não há nada de simplicidade no trabalho, a tarefa é simplória, mas a intensidade com que é realizada causa dores,

¹²⁶ A quantidade significativa de trabalhadores imigrantes, que se deslocam para o trabalho na frigorificação de carnes, no Oeste do Paraná, é um fenômeno recente que data aproximadamente do final da primeira década do século XXI.

¹²⁷ Disponível em: <<http://agro.gazetadopovo.com.br/arquivo/o-haiti-e-aqui/>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

¹²⁸ Disponível em: <http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/frigorificos-avicolas-tem-vagas-sobrando-no-parana/20130729090052_V_475>. Acesso em: 12 jun. 2015.

cansaço e pode, num futuro breve, deteriorar a saúde deste(a) jovem trabalhador(a). Por isso, ele(a) não aceita se submeter a tais condições e procura se desligar da atividade no frigorífico, conforme os dados e as pesquisas tem apontado.

Esse parece ser o fio condutor da busca por parte dos frigoríficos pelos imigrantes, isto é, uma estratégia hegemônica que é uma resposta à resistência dos(as) trabalhadores(as) locais. O que continua sendo comum para o capital frigorífico é a sua busca pelos sujeitos sociais, que vivenciam as piores condições no mundo do trabalho (GEMELLI, 2011) e é isso que ocorre com relação aos imigrantes (majoritariamente haitianos e bengaleses), que decidem migrar para o Brasil, pois emigrar é uma imposição para sobrevivência, a fuga da miséria e da fome (MAMED e LIMA, 2015).

Embora esse seja um assunto atual e importante para as pesquisas, na presente tese, não debruçamo-nos sobre o mesmo¹²⁹. No entanto, é impossível negligenciar que a presença massiva de imigrantes, sobretudo haitianos, no Oeste do Paraná, se efetivou nos últimos cinco anos. Mamed (2016), oferece uma descrição detalhada da rota e das dificuldades pelas quais passaram tais imigrantes, desde a saída do Haiti até a chegada ao Brasil, porém a autora aponta ainda que, as empresas do setor agropecuário, com destaque para agroindústria da carne, foram as que mais se destacaram na busca por trabalhadores(as) junto aos acampamentos nos principais pontos de entrada no país, como o Acre. Além disso, o perfil do estrangeiro que as empresas buscavam era “(...) homem, jovem, saudável, solteiro, sem filhos, com algum tipo de experiência laboral” (MAMED, 2016, p.95).

Ao observar o perfil de trabalhadores(as) estrangeiros buscado pelo capital da frigorificação de carnes, bem como a existência de certo destaque destas empresas na procura dos imigrantes, apontada pela pesquisa de Mamed (2016), cogitamos ligá-los não só ao contexto global e as especificidades dos locais de origem destes(as) migrantes, mas igualmente, ao contexto local, por exemplo, do Oeste Paranaense, que apresenta significativo movimento de rejeição ao trabalho, em frigoríficos, por parte dos(as) trabalhadores(as) locais.

Deste modo, pensamos de forma preliminar que a busca pelos(as) imigrantes se dá tanto pelas características intrínsecas deste tipo de capital como a “caçada” pelos sujeitos sociais, que vivenciam as piores condições de trabalho (em escala regional e,

¹²⁹ Este tema está no arco do aprofundamento das nossas reflexões inclusive na participação da co-orientação de Iniciação Científica de Daniel Christante Cantarutti, juntamente com Prof. Antonio Thomaz Junior, que está estudando a migração internacional para o trabalho em frigorífico no município de Maringá (PR).

atualmente, na escala internacional), já que são estes(as) que acabam aceitando as vis condições de trabalho nos frigoríficos, quanto pelo movimento de rejeição individual ao trabalho dos(as) trabalhadores(as) locais, que se desligam do emprego, no geral, a seu próprio pedido. Este é um assunto importante e que deve povoar as preocupações de pesquisa ao longo da próxima década, pois há outros aspectos a serem explorados como as organizações de resistência destes(as) trabalhadores(as), os casos de xenofobia e racismo, suas condições salariais, dentre tantos outros aspectos importantes e necessários, mas que escapam ao nosso foco, no momento, deste presente trabalho de doutorado.

4.5 A classe trabalhadora na frigorificação de carnes e a degradação do trabalho

Sinteticamente, ao estudar as relações de trabalho ao longo do circuito produtivo da frigorificação de carnes, no Oeste Paranaense, chegamos à conclusão necessária de trabalhar com um conceito de classe trabalhadora ampliada. Isso porque, sem operar com essa concepção teórica, efetivamente não conseguimos compreender as múltiplas faces da exploração do trabalho na frigorificação de carnes. Como vimos, ao longo da discussão, esse capital necessita da subordinação da renda da terra e da extração da mais-valia (absoluta e relativa) como partes indissociáveis do seu processo de acumulação e reprodução ampliada. Em decorrência, se nutre do trabalho familiar camponês na engorda das aves, das inúmeras formas de trabalho proletarizado no campo, inclusive informal e sem registro em carteira (nas granjas de matrizes, apanha de frangos, cuidado com os galpões de frangos e suínos “granjeiros” etc.) e do trabalho proletário industrial-urbano nas plantas de abate e processamento da carne.

Portanto, entender a classe trabalhadora na frigorificação de carnes nos aponta, necessariamente, para ir além dos apriorismos e engessamentos teóricos¹³⁰. Tal motivação é importante, posto que o capital, nesse caso específico, garante a continuidade do seu processo de acumulação – a manutenção do espaço hegemônico – subordinando o trabalho de uma série de sujeitos sociais distintos (camponeses, proletários etc.). Tal preocupação é essencial, porque se não pautarmos essa perspectiva

¹³⁰ Estamos entendendo por apriorismo e engessamento teórico as perspectivas analíticas no âmbito do marxismo que, a pretexto da “fidelidade” às formulações originais presentes, em geral, no Livro I de *O Capital*, negam a necessidade da ampliação do significado de trabalho e de classe trabalhadora. Sobre esse debate teórico ver a obra de Sérgio Lessa intitulada *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo* e o artigo crítico da mesma feito por Valencia (2009).

ampliada de compreensão da classe trabalhadora, abarcando esses sujeitos, é provável que não consigamos entender o funcionamento da exploração do trabalho nesse circuito produtivo e nem contribuir efetivamente com subsídios teóricos, que possam fomentar a construção das resistências (lutas de contraespaço). Thomaz Junior (2009, p.153-154) oferece, sobre esse assunto, uma boa síntese:

Para romper essas barreiras/fronteiras, é necessário que tenhamos claro que, se, para o capital, o vazamento do exercício do controle social/territorial para além das marcas rígidas do campo e da cidade é imprescindível para a hegemonia e dominação de classe, para o trabalho, reconhecer que há possíveis identidades entre as diferentes formas de sua realização, expressas por meio dos conteúdos sociais do trabalho e advindas daquelas formas espaciais, é igualmente imprescindível, tendo em vista ser a única possibilidade de enfrentar a hegemonia do capital.

Este autor vem se dedicando ao entendimento da classe trabalhadora ampliada, a partir de formulações que pautam o rompimento com as identificações políticas encimadas na divisão técnica do trabalho e formulações teóricas engessadas. Sua defesa do conceito de plasticidade do trabalho, permite compreender que as fronteiras entre ser camponês e proletário são rompidas cotidianamente, como são exemplos os migrantes, sobretudo do Piauí e Maranhão, que se deslocam para o corte da cana de açúcar e vivenciam em certo período do ano a condição camponesa e noutro a lavra do trabalho proletarianizado. Ou ainda, o caso dos assentados/camponeses do Pontal do Paranapanema (SP) que, no mesmo dia, podem vivenciar a condição camponesa do trabalho familiar na terra e a circunstância do trabalho proletário no corte da cana de açúcar (THOMAZ JUNIOR, 2006).

Portanto, este autor tem pautado a necessidade de compreender o constante refazer da plasticidade do trabalho, como uma das expressões das transformações do capitalismo contemporâneo e que se expressa nessa mobilidade do sujeito social trabalhador no que tange a rotina, atividade, habilitação, categoria, profissão etc. Tal situação é, também, verificada no caso específico do capital da frigorificação de carnes, a partir da mobilidade entre a apanha e o trabalho na linha de abate e processamento de carnes, como vimos no item 4.3. Essa concepção do autor, igualmente, resulta em uma crítica à teoria que trata, por exemplo, os assalariados urbanos e os camponeses como realidades específicas e que não convergem (THOMAZ JUNIOR, 2006). Porém, para o capital essas predefinições teóricas e distanciamentos entre os sujeitos sociais pouco importam e o caso específico da frigorificação de carnes é exemplar desse argumento.

Estes subsídios teóricos e empíricos de Thomaz Junior (2006; 2009), auxiliam na compreensão da classe trabalhadora para além da sua circunscrição ao conjunto das relações de assalariamento (formal, informal, desempregada), presente nos escritos de Antunes (2009), e também, a rigidez de Lessa (2005; 2011), que fiel a leitura “imane” do Livro I de *O Capital*, reivindica o proletariado – única classe que produz o conteúdo material da riqueza – como a definição apriorística de classe¹³¹. No entanto, as definições de classe trabalhadora em Antunes e Lessa não conseguem dar conta, por exemplo, da compreensão da totalidade dos sujeitos e expressões do trabalho no âmbito da frigorificação de carnes.

Tais referenciais, ao circunscreverem a definição de classe ao conjunto dos assalariados ou apenas ao proletário manual, não dão conta de compreender a subordinação da renda da terra do trabalho familiar camponês. Este último, é central para o processo de acumulação de capital na frigorificação de carnes e não pode ser excluído da classe trabalhadora simplesmente por ser proprietário, já que vive condições de vida e trabalho não muito distintas do conjunto dos(as) trabalhadores(as) de todo o circuito produtivo. Por isso, a concepção de Thomaz Junior (2009) se tornou basilar do edifício teórico da nossa tese, pois não exclui os pequenos(as) proprietários(as) camponeses(as) do arco da classe trabalhadora. Sua perspectiva entende esta como multifacetada e, por esse caminho, procura compreendê-la teoricamente sem romper com o referencial marxista, porém, não tratando-o como manual inquestionável e imutável.

Em decorrência, é interessante notar que essa mesma perspectiva teórica perpassa outros estudos e pesquisas sobre o mundo do trabalho, e especificamente a tais preocupações no âmbito de outras cadeias produtivas, a exemplo de Perpetua (2016), sobre o capital arbóreo-celulósico no Brasil, e Farias (2013), que abordou as diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital na citricultura paulista. Este último, ainda argumenta que a classe trabalhadora não se reduz a um aglomerado de não detentores dos meios de produção, é em realidade composta por uma miríade de fragmentos, o que justifica sua opção em estudar os pequenos(as) produtores(as) familiares de laranja,

¹³¹ É importante mencionar que nem Mészáros (2007) concorda com a tese de que os agentes sociais da mudança estejam circunscritos aos trabalhadores manuais. Diz ele: “O que há de decisivo não é a relação historicamente mutável entre o trabalho de ‘macacão’ e o de ‘gravata’, mas o confronto fundamental e socialmente intransponível entre capital e trabalho. Esse confronto não se restringe a esta ou àquela parcela particular do trabalho, mas abarca a totalidade do trabalho como antagonista do capital” (MÉSZÁROS, 2007, p.70). Além disso, Mattos (2013, p.2) defende, na contramão de Lessa (2011), que “(...) a necessária ampliação do conceito de classe trabalhadora é compatível com as discussões de Marx e Engels, assim como com a melhor tradição do materialismo histórico do século XX”.

assalariados(as) rurais e assalariados(as) industriais como frações da classe trabalhadora.

A importância dos autores supracitados se dá principalmente por se tratar de pesquisas atuais, em que se dialoga efetivamente a teoria com o trabalho empírico. Ou seja, não se trata apenas de sínteses da obra marxiana realizadas no gabinete, que ficam na esfera da revisão bibliográfica pura. Pelo contrário, estes autores procuram demonstrar a validade da teoria de Marx sem, necessariamente, restringir a classe trabalhadora à leitura ortodoxa do proletariado puro. Com isso, não invalidam a contribuição da teoria marxiana, mas procuram nela os subsídios para entender a classe trabalhadora no século XXI e no capitalismo dependente brasileiro. Seus estudos são especialmente importantes para nós, por se tratar de pesquisas em processos produtivos que, similarmente ao circuito produtivo da frigorificação de carnes, articulam o campo e a cidade e se expressam em diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital.

Neste sentido, acreditamos que o diálogo com tais autores é imprescindível para compreender o trabalho e a classe trabalhadora no âmbito da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense. Mais do que isso, permite entender os mecanismos de controle e exploração do trabalho, que são a base de sustentação da acumulação de capital deste setor e, conseqüentemente, do espaço hegemônico constituído. Com isso, é possível enxergar, como partes da mesma realidade, a subordinação da renda da terra e a extração da mais-valia, que se dão, em condições de trabalho degradantes, no campo e na cidade.

Ao longo dos itens que compõem este capítulo, foi possível perceber as distintas formas de subordinação/exploração/controle do trabalho ao capital da frigorificação de carnes. De forma sintética, chama-nos a atenção os processos de intensificação do trabalho e a sua relação direta com os possíveis agravos à saúde, sendo que essa é uma característica marcante em todas as expressões do trabalho no âmbito desse circuito produtivo:

- 1) os(as) trabalhadores(as) dos aviários de matrizes são assalariados(as) e formalmente contratados pelas indústrias, assim como nos incubatórios e aplicação das vacinas, trabalhando em ritmo intenso e repetitivo;

- 2) na relação de integração percebemos a forte presença do trabalho familiar, como também dos(as) pequenos(as) capitalistas que empregam trabalhadores(as) assalariados(as). A sujeição da renda da terra é a essência que rege esse processo de subordinação e que impõe aos(as) camponeses(as) e assalariados(as) dos(as)

pequenos(as) capitalistas (granjeiros/ trabalhadores(as) da avicultura), o cuidado ininterrupto com as aves e suínos, algo que não ocorre aos(as) pequenos(as) capitalistas;

3) os(as) apanhadores(as) de frango e batedores(as) de caixa são terceirizados(as) e em muitos casos informais. Vivenciam duras condições de trabalho, com jornadas de trabalho de quase 16 horas, numa atividade que exige significativo esforço repetitivo. Por outro lado, numa relação de “prestação de serviços” da própria associação de avicultores(as), diaristas informais e trabalhadores(as) formalizados laboram na retirada da “cama do aviário”, em que a insalubridade e a presença de poeira o dia todo é cotidiana;

4) os(as) trabalhadores(as) nos frigoríficos, embora diretamente contratados pelas empresas numa relação formal, convivem com ritmos de trabalho absolutamente intensos e, como nas outras atividades, podem sofrer agravos físicos e mentais em decorrência do trabalho.

Todos estes sujeitos sociais têm em comum, condições de trabalho que são impostas pelo ritmo da acumulação capitalista da frigorificação de carnes, a partir da apropriação da mais-valia e da sujeição da renda da terra, que tornam o trabalho no campo e na cidade mais intenso, repetitivo e estafante. Suas experiências, como visto a partir das narrativas, expressam um sentimento negativo com o trabalho. Portanto, a degradação do trabalho é elemento comum para todos(as) esses(as) trabalhadores(as).

Nessa direção, se percebe que a construção histórica do espaço hegemônico da frigorificação de carnes submete os(as) trabalhadores(as) às duras condições de trabalho. Igualmente, aponta para o necessário desafio de “(...) recompor a fragmentação da práxis, social, política e geográfica do trabalho” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.71), a partir dos resultados que obtivemos ao longo do processo de investigação.

Dessa forma, enquanto os intelectuais discutem camponeses(as), operários(as), informais, como realidades distantes e, por vezes até díspares, o capital da frigorificação de carnes se apropria de todas elas para manter a marcha da acumulação e impor as péssimas condições de trabalho no campo e na cidade do Oeste Paranaense. Por isso, é também necessário entender que os agravos à saúde destes(as) trabalhadores(as), que aparecem na discussão dos itens anteriores, estão ligados diretamente ao processo de trabalho enquanto uma tendência objetiva-estrutural do metabolismo do capital (PERPETUA e THOMAZ JUNIOR, 2014), outra dimensão fundamental para o entendimento do conceito de degradação do trabalho.

Ao mesmo tempo, como veremos no próximo capítulo, as organizações dos(as) trabalhadores(as) como sindicatos e associações também continuam a praticar a fragmentação corporativa-categorial, encimada na divisão técnica do trabalho, e reduzem suas ações à esfera da circulação (D'), bem como em alguns casos, há o compromisso aberto com os setores patronais. Enquanto isso, o capital hegemoniza todo o processo de produção (D-M-D') e subordina as diferentes expressões do trabalho no campo e na cidade. Por isso, o espaço hegemônico se mantém e continua sua marcha de acumulação capitalista no Oeste Paranaense.

Assim, como discutiremos, nossa tese pauta os sindicatos e associações dos(as) trabalhadores(as), presentes no Oeste do Paraná, como coparticipes da manutenção do espaço hegemônico e distantes das lutas de contraespaço, estas últimas se expressando em ações por fora da esfera sindical. Dessa forma, as discussões desse item já adiantam a crítica à ação das organizações, que formalmente representam os(as) trabalhadores(as) e permitem vislumbrar as proposições da nossa tese, que pauta a necessidade da compreensão ampliada da classe trabalhadora para oferecer resistência efetiva ao capital na frigorificação de carnes, as lutas de contraespaço, que aparecerá no nosso último capítulo.

CAPÍTULO 5

A FRAGMENTAÇÃO DO TRABALHO NO OESTE DO PARANÁ: ORGANIZAÇÕES COLETIVAS DOS(AS) TRABALHADORES(AS) E OS LIMITES PARA CONSTRUÇÃO DO CONTRAESPÇO

As indicações do capítulo anterior, sobre o trabalho degradante, que consiste nos baixos salários, intensa repetitividade dos movimentos e agravos à saúde nas granjas de matrizes até os abatedouros; subordinação e intensificação do trabalho familiar e dos(as) trabalhadores(as) da avicultura (“granjeiros”), que laboram para os(as) pequenos(as) capitalistas, não tem sido canalizadas em um claro movimento coletivo de resistência e negação de tais condições. Com isso, não queremos afirmar que os(as) trabalhadores(as) aceitem pacificamente tais imposições, posto que há práticas de resistência individuais importantes, as quais indicam o contrário. Tampouco, poderíamos sugerir que, na região Oeste Paranaense, encontramos o “desenvolvimento regional” e sua repercussão homogênea em relação às classes sociais, como justificativa da não existência de oposição clara e coletivamente organizada contra o capital.

Por essa razão, temos por objetivo compreender a ação das organizações coletivas dos(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade, vinculadas ao processo de trabalho que envolve a criação, abate e processamento de aves e suínos na região. No arco destas organizações, verificamos a presença de duas bases sindicais diferentes que representam formalmente os(as) trabalhadores(as): 1) Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação (STIA’s); e 2) Sindicatos de Trabalhadores em Cooperativas (STCOOP’s). Também percebe-se a existência de várias associações municipais de avicultores(as) e suinocultores(as) e duas regionais, que procuram legitimar a representação do conjunto desses(as) trabalhadores(as), bem como os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR’s), que representam alguns dos(as) assalariados(as) da avicultura/suinocultura.

Estudar a ação política de tais organizações coletivas torna-se fundamental, já que são elas que negociam diretamente com o capital os acordos e convenções coletivas de trabalho, no caso dos sindicatos, e os contratos de “integração”, como é o caso das associações de avicultores(as) e suinocultores(as). Por esse motivo, em tese, poderiam

ser aquelas que canalizariam as insatisfações do conjunto dos(as) trabalhadores(as) para formação de um movimento organizado de negação ao capital. Dizemos isso, porque insatisfação e o sentimento negativo na experiência do trabalho, é compartilhado por camponeses(as) integrados(as), trabalhadores(as) assalariados(as) pelos(as) pequenos(as) capitalistas (granjeiros), apanhadores(as) de frango, trabalhadores(as) de aviários de matrizes, abatedores(as) nos frigoríficos, e que deveria ser a prioridade na ação de tais organizações.

Desse modo, poderíamos verificar a construção das lutas de contraespaço, a dialética da negação afirmadora, visto que rejeitaria o espaço hegemônico produzido pelo capital, propondo a transformação dessa organização espacial existente. Tal discussão, pressupõe o entendimento dos(as) trabalhadores(as) e suas organizações, como “agentes ativos” na transformação e organização do espaço. Em decorrência, é possível abrir um diálogo importante com os(as) geógrafos(as) anglófonos(as), que constroem a *Labor Geography*, quando apontam que não só o capital produz seus ajustes espaciais, mas também os(as) trabalhadores(as), a partir das suas ações, podem produzir o “ajuste espacial do trabalho” – *labor spatial fix* (HEROD, 1997; 2001; 2014).

A luta dos sindicatos ligados à CONTAC/CUT, no Brasil, que conseguiram compor a Normativa Regulamentadora 36 (NR dos frigoríficos), nos parece ser um importante exemplo do “ajuste espacial do trabalho”. Já que, mesmo com limites, consiste numa legislação que propõe a modificação nas relações de trabalho nos frigoríficos de todo o país e se deu a contragosto das empresas e entidades patronais, como veremos. Contudo, é preciso entender também os limites da identificação desse ajuste espacial do trabalho, já que se dá por dentro dos marcos legais do Estado e promove apenas uma modificação nas relações de trabalho. Não colocando em perspectiva o controle do processo de produção, que seria a materialização da luta de contraespaço numa radical transformação do metabolismo do capital e do espaço geográfico.

Assim, o objetivo no presente capítulo é compreender as ações das associações e sindicatos de trabalhadores(as) envolvidos na produção avícola e de suínos, seus posicionamentos políticos-ideológicos, os projetos que defendem, suas alianças de classe etc. Para alcançar tais intuitos, nos trabalhos de campo conseguimos realizar uma boa pesquisa documental em documentos jurídicos (processos trabalhistas, ações civis públicas e procedimentos investigatórios), e até mesmo documentação produzida

pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as), como cartas, editais e um manifesto, editados no ano de 1981, quando decidiram construir um sindicato.

Da mesma forma, em alguns dos sindicatos e associações, que aceitaram participar da pesquisa, nos foi disponibilizado materiais produzidos pelos mesmos como jornais, manifestos e boletins. Além da pesquisa documental, realizamos entrevistas junto aos dirigentes de tais organizações dos(as) trabalhadores(as) e participamos de eventos promovidos pelas mesmas.

Optamos por iniciar o capítulo recuperando as lutas dos(as) trabalhadores(as) pela construção dos seus sindicatos na década de 1980, no Oeste Paranaense. O foco centrou-se nas disputas e embates que se deram em Toledo (PR), pois conseguimos ter acesso às fontes escritas e narradas sobre tais resistências. Porém, isso não pode jamais significar que somente em Toledo houve conflitos com relação à formação dos sindicatos da alimentação, todavia a carência de fontes é algo que impede que esse entendimento seja estendido para o conjunto da região.

O propósito do debate inicial é desconstruir a ideia de que os(as) trabalhadores(as) são passivos e cooperam com a empresa, por conta das relações “paternalistas”, apontando para capacidade de luta dos mesmos, bem como mostrar a histórica estratégia do capital em controlar os sindicatos dos(as) trabalhadores(as). Esse é um dos elementos importantes para compreender a inoperância dos sindicatos na contemporaneidade, mas não o único.

No segundo item, o intuito é entender que há limites objetivos colocados pela própria estrutura da organização sindical brasileira (sindicalismo de Estado), para a construção da resistência dos(as) trabalhadores(as). Assim, foi necessário recuperar o histórico da ação sindical no Brasil, desde pelo menos a segunda metade do século XIX até os dias atuais, numa revisão da literatura sobre o assunto, que aponta para os limites da gestão territorial alienada do sindicalismo de Estado (THOMAZ JUNIOR, 2002a) e que têm impactos expressivos nos sindicatos que representam trabalhadores(as) da frigorificação de carnes.

No terceiro item, tratamos da discussão atual da ação coletiva dos sindicatos de trabalhadores(as) no Oeste Paranaense, e no quarto, exploramos a ação política das associações regionais de avicultores(as) e suinocultores(as). Nestes itens, abordamos os principais resultados da pesquisa empírica e esboçamos apontamentos e avaliações sobre a ação política de tais entidades, como a predominância da fragmentação corporativa e, em alguns casos, a aliança política explícita com setores patronais. O que

mantém tais entidades, no geral, enquanto coparticipes da manutenção do espaço hegemônico, da continuidade do processo de acumulação capitalista, pela via da frigorificação de carnes e distantes das lutas de contraespaço.

5.1 As tentativas de construção do sindicato operário durante a década de 1980 em Toledo (PR) e a busca do capital em controlar os sindicatos

O nascimento dos Sindicatos dos Trabalhadores(as) em Frigoríficos no Oeste Paranaense, ligados ao ramo da alimentação, na década de 1980, foi constituído a partir de disputas e conflitos. Se estes não se generalizaram no processo de constituição da totalidade dos sindicatos de trabalhadores(as) da alimentação regionais, teve uma marca expressiva no município de Toledo (PR). No entanto, o saldo desse processo foi a eleição de uma diretoria apoiada pela empresa, sendo esse, assim, um dos elementos fundamentais para entender o sindicalismo praticado na contemporaneidade, já que o que ocorreu em Toledo não se trata de mera particularidade.

Recuperar esses conflitos históricos, que se expressam localmente é basilar, tanto para apontar a prática corriqueira do capital em controlar os sindicatos, como as tentativas dos(as) trabalhadores(as) em obter o domínio de tais entidades. Desnudar esse processo histórico específico é uma das chaves para entender as inoperâncias atuais dos sindicatos locais, assim como a manutenção do espaço hegemônico construído pelo capital da frigorificação de carnes e as lutas de contraespaço.

No entanto, as lutas operárias que se deram em Toledo, nos anos de 1981 e 1987, apontam que os(as) trabalhadores(as) se entendiam na oposição aos interesses do patronato. Toda a documentação produzida por eles(as) segue nessa direção, o que problematiza o conceito de “paternalismo” atribuído aos(as) trabalhadores(as) da empresa Sadia, naquela década, com relação à sua ligação com Attilio Fontana, fundador da empresa. Segundo Espíndola (1999, p.140), “(...) essa ideologia paternalista dificulta a formação de uma consciência operária”. Mas, o próprio autor mostra a existência de greves em unidades da Sadia do Paraná e Santa Catarina, sendo que na greve de 1990 até “(...) a polícia foi chamada para proteger as instalações industriais do Grupo Sadia e para coibir o movimento” (ESPÍNDOLA, 1999, p.141).

Se o “paternalismo” dificultava a “consciência operária”, como explicar a existência das greves e tentativas de construção dos sindicatos operários? Parece-nos

que o conceito de paternalismo¹³² é equivocado, quando se tenta compreender as lutas, que se deram na década de 1980, protagonizada pelos(as) trabalhadores(as) de frigoríficos. Este é um conceito que “vem de cima” e implica na via de mão única para explicação histórico-geográfica. Ora, sugere que existe uma relação mutuamente consentida, na qual “(...) o pai tem consciência dos deveres e responsabilidades para com o filho, o filho é submisso ou complacente na sua posição filial” (NEGRO, 2004, p.6). E isso não é verdade, tanto é que, mesmo Espíndola (1999), mostra as estratégias da Sadia como a repressão policial e a infiltração de membros da direção nos movimentos para identificar as lideranças.

A existência desses movimentos mostra que a ideologia paternalista não limitou a consciência dos(as) trabalhadores(as), que têm procurado ao longo da história construir organizações autônomas aos interesses empresariais. Em decorrência, nessa relação conflituosa, a Sadia e outras empresas procuram influenciar na composição das direções dos sindicatos de trabalhadores(as), para obter controle sobre os mesmos. Estratégia que parece ser deliberada, desde a década de 1980 e que teve certo êxito, mas que não eliminou as resistências dos(as) trabalhadores(as), que ao longo da história, muitas vezes se opuseram às práticas do sindicato e continuam a exercer, na atualidade, paralisações de setores nas fábricas, muitas vezes à revelia e sem contar com qualquer apoio dos sindicatos. Tais ações foram identificadas nas entrevistas com trabalhadores(as), como veremos no próximo capítulo.

Isto posto, julgamos ser imprescindível entender a tentativa de fundação da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Toledo (PR), no ano de 1981, e a oposição sindical de 1987, na sua relação com o contexto histórico de lutas sindicais no Brasil daquela década, assim como com as condições de trabalho vivenciadas nos frigoríficos. Temos na literatura especializada, como Alves (2000a), Mattos (2009), Antunes (2009), Thomaz Junior (2002a), Carvalhal (2000), Boito Junior (1991), entre tantos outros(as), que a década de 1980 é marcada pela ascensão das lutas de massa e sindicais no Brasil. O contexto histórico é fundamental, visto que nesse período o regime ditatorial implantado no país, desde o golpe de 1964, se encontra em crise e inúmeras greves massivas voltam à cena.

O ABC paulista foi onde se concentrou a chama desses movimentos operários(as) massivos. A greve dos metalúrgicos de 1978 e outras que seguiram deram

¹³² Para uma crítica ao conceito de paternalismo ver Negro (2004) e Thompson (1998) especificamente o capítulo Patrícios e Plebeus.

provas da força dos(as) trabalhadores(as). Esse movimento também ficou conhecido como “novo sindicalismo”¹³³ e deu origem a duas conquistas/ferramentas importantes dos(as) trabalhadores(as) brasileiros(as), ou seja, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, e o Partido dos Trabalhadores (PT), no ano de 1980.

Não obstante, também sabemos que, dos anos de 1980, para a realidade da segunda década do século XXI, as orientações tanto da CUT¹³⁴ como do PT sofreram transformações e sua práxis pautou-se mais alinhada à perspectiva de conciliação de classes, o que também se expressa na ação sindical atual na região, como veremos no item 5.3.1.

Assim, percebemos que as lutas do “novo sindicalismo”, nos anos 1980, influenciaram a tentativa de construção de um sindicato operário, em Toledo (PR), no ano de 1981. Também, depois de criada a CUT em 1983, no ano de 1987, a central declarou apoio a uma nova tentativa de construção de outra chapa para assumir o sindicato, por um grupo de trabalhadores(as) ligados à Pastoral Operária, vinculados à Igreja Católica (SCHREINER, 1997).

Por essa razão, é fundamental ressaltar a importância das lutas da década de 1980 em nível nacional e sua escala de influência territorial. Ora, estas mobilizações conseguiram atingir e motivar trabalhadores(as) das mais diversas categorias e, de alguma maneira, influenciaram movimentos no Oeste Paranaense, dentre eles, dos(as) trabalhadores(as) de frigoríficos. Como bem sintetizou Alves (2000a, p.112, *grifo nosso*): “as greves dos metalúrgicos do ABC paulista servirão de referência política para a série de movimentos grevistas (*e não só grevistas, mas também oposições etc.*) no Brasil daquela época, envolvendo toda a classe trabalhadora”.

Além desse contexto histórico nacional, no dia 1º de maio de 1980, houve, em Toledo (PR), um ato público promovido pela Associação dos Moradores e amigos dos bairros Vila Pioneira e Boa Esperança em comemoração ao dia do trabalhador(a). Nesta ocasião, as discussões realizadas no evento levaram um grupo de trabalhadores(as) a discutir sistematicamente os problemas da sua categoria de trabalho. São as mesmas

¹³³ A utilização entre aspas para o “novo” sindicalismo significa certa relativização para o adjetivo de novidade com relação às lutas dos anos 1980. Isso porque o sindicalismo que nasce com as greves por fora da estrutura sindical e de oposição à mesma não é uma novidade, pois nos primeiros 30 anos do século XX comunistas e anarquistas lutaram ferreamente contra a vinculação do sindicato ao Estado. Dentre outros ver esse debate em Carvalho (2004).

¹³⁴ Tumolo (2002) mostra que na trajetória da CUT houve três períodos: 1978/83-1988, sindicalismo combativo; 1989-1991 fase de transição; 1992 em diante sindicalismo propositivo, uma trajetória que parte da “contestação à conformação”. Carvalho (2004) complementa defendendo que a gênese anticapitalista foi paulatinamente sendo substituída pelo concertacionismo enquanto parâmetro de ação da central.

peças que, posteriormente, serão responsáveis pela construção da “Chapa Operária”, no debate sobre a fundação da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Toledo (PR)¹³⁵ (PEREIRA, 2013).

Depois do ato público, várias reuniões foram ocorrendo por iniciativa dos(as) próprios(as) trabalhadores(as), durante pelo menos um ano. Houve, também, apoio da Igreja Católica, na figura do padre André, pároco do bairro operário e do, à época deputado estadual pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Nilton Friedrich. Como narrou Dailton, trabalhador que participou destas reuniões:

As reuniões nós fiz um pouco aqui em casa, um pouco nesse Luiz ali, um pouco lá no padre André, e eles orientaram nós que tinha risco de ir embora, mas, que se nós quisesse montar sindicato né? Aí o Nilton Friedrich, ele explicava como era né? Tinha que fazer assim, assim e assim (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.488).

No ano de 1981, os(as) trabalhadores(as) do frigorífico da Sadia (atual Brasil Foods), tinham o intuito de formar a associação e acabaram disputando o pleito eleitoral, pois a empresa descobriu a organização dos(as) trabalhadores(as) e apoiou a formação de outra chapa. Além do ato público, ocorrido em 1980, e as discussões que continuaram ocorrendo por iniciativa dos(as) trabalhadores(as), o processo de formação política desse grupo também se deu a partir da participação dos mesmos no 1º Encontro da Classe Trabalhadora (ENCLAT), realizado em Curitiba (PR), no ano de 1980. Segundo Pereira (2013, p.60), “(...) esse processo de formação parece ter sido de fundamental importância para estes trabalhadores”.

Tais encontros ocorreram em 14 estados brasileiros e foram a base para realização do 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora¹³⁶ (CONCLAT), em 1981. Destes encontros estaduais saíram resoluções, que foram levadas para a

¹³⁵ No documento “*A luta pelo nosso sindicato*”, que se trata de um manifesto produzido após ocorrerem as demissões dos(as) trabalhadores(as) vinculados à “chapa operária”, estes(as) assim posicionaram-se: “O movimento dos trabalhadores nas indústrias da alimentação de Toledo, começou no dia 1º de maio de 1980. Naquela data, a Associação dos Moradores e Amigos das Vilas Pioneira e Boa Esperança promoveu um ato público para comemorar o Dia do Trabalhador. Naquele mesmo dia foi formado um grupo de operários interessados na discussão dos nossos problemas. Aos poucos, o grupo foi ganhando força. Após a visita do Papa ao Brasil, o nosso grupo chegou a conclusão que deveria lutar para organizar um sindicato em Toledo. Como todos eram trabalhadores do GRUPO SADIA, decidimos lutar para criar a Associação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação de Toledo” (A LUTA PELO NOSSO SINDICATO, 1981, p.1).

¹³⁶ É preciso lembrar que houve a realização de outros encontros da classe trabalhadora ao longo da história do Brasil. Uma história que é datada oficialmente desde 1906 quando ocorreu o 1º Congresso Operário Brasileiro. Desde então, decorreu uma série de outros encontros de trabalhadores(as). Para um panorama geral desses encontros, ver o livro “*Encontros da classe trabalhadora de 1906 até a CONCLAT – 1981*”, publicado em 1981, pela Editora Quilombo, e de autoria do dirigente sindical Pedro de Andrade.

CONCLAT, e, se estima que foi possível reunir cerca de 3500 participantes pertencentes a 1010 entidades¹³⁷ de todos os estados brasileiros. A participação no encontro em Curitiba foi uma das motivações para organização dos trabalhadores(as) da alimentação em Toledo. Conforme se constata no documento, produzido pelos(as) trabalhadores(as), em 14 de outubro de 1981:

No mês de julho deste ano, escolhemos 2 companheiros para irem a Curitiba participar do 1º ENCLAT – Encontro das Classes Trabalhadoras. Quando esses companheiros voltaram de Curitiba, o interesse aumentou. A vontade de organização era grande (A LUTA PELO NOSSO SINDICATO, 1981, p.1).

Contudo, o processo de construção da “Chapa Operária” decorre não somente da participação no ENCLAT e do ato público, ocorrido no município de Toledo em 1980, mas também, e talvez principalmente, da própria experiência negativa do trabalho na Sadia que, certamente, comparecia nas reuniões convocadas pelos(as) trabalhadores(as). Desde esse período, os(as) mesmos(as) já conviviam com as dores constantes decorrentes do trabalho, os baixos salários e com a pressão dos seus superiores. Nas palavras do trabalhador Romeu:

Eu ia trabalhar doente. Trabalhava só com uma mão quando o braço direito tava doendo, trabalhava só com a mão esquerda. Eu nem ia na missa domingo, porque fazia pra levantar a mão na hora que consagra a hóstia, eu não conseguia levantar a mão assim. Tinha que pegar a outra mão e me ajudar. O sinal da cruz também tinha que me ajudar a fazer. Eu sou católico, de manhã cedo, eu faço o sinal da cruz. Isso eu não esqueci ainda. Vestir roupa? Isso era um sacrifício que tá louco! (PEREIRA, 2013, p. 52).

Embora Romeu não tenha participado do processo de formação da “chapa operária”, como mostra Pereira (2013), sua narrativa é uma denúncia quanto à presença do trabalho intenso, repetitivo e que pode levar aos agravos à saúde, já que começou a trabalhar na Sadia no ano de 1970. Entretanto, é importante mencionar que as palavras de Romeu são experiências compartilhadas na contemporaneidade pelos(as) trabalhadores(as) dos frigoríficos na região, sejam eles de cooperativas ou empresas. Também, como vimos no capítulo anterior, é uma realidade presente em outras atividades relacionadas anteriores ao abate e processamento do frango, pois a lógica da

¹³⁷ Ver em especial o documento editado pela Comissão Nacional Pró-CUT, que teve como jornalista responsável Armando Maman, intitulado “*Tudo sobre a I CONCLAT: à caminho da central única*” editado em 1981. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=docms&pagfis=1880&pesq=>>. Acesso em: 11 jan. 2017.

intensificação do trabalho e que resulta, objetivamente, nos agravos à saúde, continua a mesma.

Tais constatações são importantes, em razão de que é a partir dessa experiência negativa no trabalho, que as resistências individuais e coletivas surgem, desde a década de 1980, até o século XXI. Faltar ao trabalho em grupos ou individualmente, paralisação de setores, disputa em pleitos eleitorais para sindicato, colocar a empresa “no pau” ou entrar com ação trabalhista¹³⁸, tentativa de fundação de um novo sindicato, dentre outras práticas, que ocorreram ao longo desse período, e continuam acontecendo na atualidade, são respostas dos(as) trabalhadores(as) frente as condições degradantes de trabalho. Ao mesmo tempo, “suportar” o trabalho penoso, pelos motivos os mais diversos, como o medo do desemprego, de faltar comida para família, por pressão da empresa e outros, são, também, experiências de trabalhadores(as) presentes em ambos os momentos históricos. O que é comum para os(as) trabalhadores(as), sejam aqueles que procuraram se organizar coletivamente ou aos que “suportam” o trabalho, é a experiência negativa do trabalho intenso e repetitivo.

Esse foi o sentimento em 1981, quando se tenta fundar o sindicato dos(as) trabalhadores(as). Conforme expressa Benedito, uma das lideranças daquela época:

E, é isso, na nossa interpretação da vida e do trabalho, eu achei que a gente precisa militar mesmo, ir pra, você vai pro trabalho, você tem que conhecer a categoria em que você vai, você tem que conhecer o ambiente em que você mora, o que você tem que fazer. Eu comecei a descobrir isto através do trabalho. Através do emprego. Eu já tinha 35 ano quando eu falei pra minha mulher: “eu vou estudar! Eu preciso estudar”. Eu fui e fiz o integrado. Aí ali que eu comecei ler que o cidadão tem direito, tem dever e aí eu comecei a perceber, como pai de família, que eu não ia conseguir uma casa com esse sistema de salário que a gente tinha lá em 1980. E aí eu comecei a discutir com o pessoal que trabalhava junto comigo na produção de aves que nós precisava se organizar, que nós precisava ter uma associação, e que através dessa associação a gente transformaria isso lá na frente em sindicato, que era o que eu já tinha descoberto né? E aí começou assim o meu trabalho, a minha luta (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.468).

¹³⁸ Aliás, esse é um tema interessante para investigação, pois Schreiner (1997), mostra na sua pesquisa que a Associação Comercial de Toledo (ACIT) percebendo, em 1989, o aumento no número de ações trabalhistas movidas contra a Sadia, qualificou tal assunto pejorativamente chamando-a de “indústria da ação trabalhista” que estaria, desde outrora, trazendo “benefícios discutíveis para alguns reclamantes e seus patrocinadores” (SCHREINER, 1997, p.144). Destarte, é importante mencionar que, na contemporaneidade, a Justiça do Trabalho continua sendo um espaço que os(as) trabalhadores(as) de frigoríficos têm buscado fazer valer os seus direitos e as classes dominantes locais continuam com o discurso parecido desde a década de 1980.

A insuficiência dos salários e as condições de trabalho vividas no frigorífico, em conjunto com o contexto histórico nacional de ascensão das greves e paralisações por todo o país, inclusive com a participação de Benedito no ENCLAT, em 1980, fazem parte da sua formação política, que influenciou a formação da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Toledo (PR). O objetivo final era a fundação do sindicato dos(as) trabalhadores(as).

Tais constatações nos remetem às reflexões de Thompson (1987) que, ao se opor às definições de classe como “efeitos estruturais” e da existência da falsa consciência operária a ser “corrigida” pelo intelectual ou partido, apresentou uma formulação diferente. Também, leva ao questionamento da relação “paternalista”, que supostamente limitaria a formação de uma consciência operária apontada, dentre outros(as), por Espíndola (1999).

Para Thompson (1987), a classe é um fenômeno histórico e se forma quando há experiências comuns a alguns homens e mulheres (herdadas ou partilhadas), nas quais há identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens e mulheres, cujos interesses se opõem aos seus (THOMPSON, 1987). Essa referência é que nos ajuda a situar as experiências dos(as) trabalhadores(as) de frigoríficos da Sadia em 1981 e na atualidade, que resultaram nas tentativas de fundação da associação, nas oposições sindicais e outras práticas que se seguiram até a contemporaneidade, lutas de contraespaço que não ficam restritas à Sadia.

Assim, desde aquela época, os movimentos de trabalhadores(as) foram disputados pelas empresas. Em 1981, ao constatar a organização dos(as) trabalhadores(as) para a fundação da associação, a partir da publicação do edital de convocação da assembleia, a Sadia começa a praticar uma série de pressões, para que o evento não ocorra e acaba incentivando a formação de outra chapa intitulada “Trabalho e Justiça”.

A assembleia havia sido convocada para o dia 20 de setembro e se realizaria no pavilhão da Igreja Católica da Vila Pioneira, bairro operário(a) da cidade de Toledo. No edital, assinado por doze trabalhadores(as), que compunham uma diretoria provisória para encaminhar as eleições, constavam cinco pontos de pauta para serem deliberados pela categoria profissional “trabalhadores(as) das indústrias de alimentação”: a) fundação da associação; b) escolha de sua denominação; c) aprovação de seus estatutos; d) eleger sua diretoria, conselho fiscal e os respectivos suplentes; e) fixação das mensalidades a serem pagas pelos associados. Porém, segundo Pereira (2013, p.60):

Com a publicação do edital, a organização que tentava criar bases até então sigilosamente, foi “descoberta” pela direção da empresa. Os trabalhadores entrevistados e que estavam envolvidos na ação acreditam que a primeira medida tomada pelos diretores foi pressionar os líderes religiosos da Igreja da Vila Operária para que o local não fosse mais utilizado pelos trabalhadores. O Presidente da comunidade católica, Jandir Barzer, trabalhador da Sadia, teria sido o principal alvo.

Fato é que a assembleia não pôde ser realizada no pavilhão da Igreja Católica, pois havia sido marcada uma festa no local. Também, segundo Schreiner (1997), Jandir Bazer rompeu o acordo verbal firmado com os(as) trabalhadores(as) e alegou que não permitiria a realização de eleições no santuário da Igreja. No documento produzido pelos(as) trabalhadores(as), estes assim se posicionaram: “infelizmente houve um boicote. Na véspera, fomos informados que seria impossível realizar a assembleia no pavilhão da Igreja. Lá seria realizada uma festa” (A LUTA PELO NOSSO SINDICATO, 1981, p.1).

Além disso, na assembleia estavam presentes cerca de 2500 operários(as)¹³⁹, local em que conheceram a “chapa da empresa”, encabeçada por Cesar Sela e intitulada “Trabalho e Justiça”. Na ata da assembleia, que não pôde ser realizada, assim decidiu-se:

O presidente da assembleia Sr. Benedito Felipe, em reunião com os membros da chapa “Trabalho e Justiça”, encabeçada pelo Sr. Cesar Sela, decidiu: publicar nova convocação de acordo com a legislação sindical vigente, em local adequado e a ser definido posteriormente; dar oportunidade a inscrição de novas chapas ou estudar nova composição das concorrentes neste pleito; tornar sem efeito a publicação do edital veiculado no Jornal “Hoje” de 05.09.81 pelos motivos esclarecidos anteriormente; decidiu-se, ainda, que para dirigir os trabalhos da próxima assembleia geral será convocado o Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias do Estado do Paraná, bem como, o representante da Delegacia Regional do Trabalho, para acompanhamento da apuração das futuras eleições (ATA ASSEMBLEIA GERAL CONVOCADA POR JORNAL “HOJE”, 1981, p.1).

No documento *A luta pelo nosso sindicato*, os(as) trabalhadores(as) vinculados(as) à “Chapa Operária”, denunciam outro golpe, agora praticado pela chapa “Trabalho e Justiça”. Segundo os mesmos, havia sido acertada uma reunião para o dia

¹³⁹ Transcrição do discurso do deputado estadual Paulo Marques (PMDB) proferido em 14 de outubro de 1981, onde ele denuncia ao plenário da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP) as demissões que ocorreram aos trabalhadores(as) da Sadia que tentaram fundar seu próprio sindicato.

22 de setembro de 1981, entre as duas chapas para decidir a data e o local da nova assembleia. Mas segundo os componentes da “Chapa Operária”, ao chegar à reunião, descobriram o golpe da chapa “Trabalho e Justiça”, que publicou um novo edital de convocação, definindo a data para 6 de outubro de 1981 e o local de realização foi o Ginásio de Esportes da Sadia. Estes, assim avaliaram: “(...) a partir disso, já sabíamos que naquele local haveria uma grande pressão sobre os trabalhadores. Era um local de propriedade da empresa” (A LUTA PELO NOSSO SINDICATO, p.1).

No entanto, decidiu-se por continuar a campanha eleitoral normalmente. Porém, as pressões da Sadia se materializaram, no dia 05 de outubro de 1981, véspera da assembleia, e foram assim narradas pelos componentes da “Chapa Operária”:

No dia 5 e no dia 6 pela manhã, a empresa fez uma grande pressão sobre os nossos companheiros. Prometiam demitir quem votasse na nossa Chapa. Prometiam fechar o açougue e o refeitório se a nossa Chapa vencesse. Nesses dois dias foram feitas reuniões em todas as seções. As ameaças foram muitas. Enquanto nós éramos proibidos de fazer campanha dentro da fábrica, a chapa adversária tinha total liberdade. Era a Chapa da empresa, a Chapa dos patrões (A LUTA PELO NOSSO SINDICATO, p. 2).

Em decorrência, a Associação foi fundada e a eleição também ocorreu (Tabela 8). A chapa vitoriosa foi a “Trabalho e Justiça”, formada, sobretudo, por chefes e encarregados de seções apoiados pela Sadia. De forma intencional, no dia da votação, dividiu-se as urnas por cada setor do frigorífico. Seria uma forma mais fácil de controlar os votos de cada trabalhador(a) e identificar quais setores haviam votado na “Chapa Operária”.

Ao observar a Tabela 8, se percebe que a pressão da empresa surtiu efeito, já que setores que empregam muitos(as) trabalhadores(as), como no abate de aves, houve menor número de votantes do que no setor de administração, que emprega muito menos pessoas. Uma possível explicação para esses números se dá nos “cortes” que a empresa anunciou nos dias anteriores à eleição, uma vez que prometia cortar o açougue, assistência médica e dentária, caso a “Chapa Operária” vencesse as eleições. Segundo a carta escrita por Paulo Batista, integrante da chapa operária:

De tanta pressão os funcionários ficaram com medo de perder até mesmo o emprego. As pressões deles não era apenas uma campanha política era realmente uma agressividade sem limites, era mesmo um absurdo. O objetivo deles era sem dúvida alguma derrubar todos nós,

inclusive tentaram até comprar alguns de nossos companheiros, mas ninguém se vendeu de forma alguma¹⁴⁰ (BATISTA, 1981, p.2).

O resultado de todas essas pressões foi a fundação da Associação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Toledo, que teria na direção os membros da chapa “Trabalho e Justiça”, formada por chefes e encarregados de seções, sem a presença daqueles(as) trabalhadores(as), que não exerciam quaisquer cargos de chefia e os mais interessados na organização coletiva.

Tabela 8 - Resultado oficial das eleições na fundação da Associação dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação de Toledo

Urna	Local	Chapa 1 “Operária”	Chapa 2 “Trabalho e Justiça”	Brancos	Nulos	Total
1	Salão (Suínos/Bovinos)	78	182	9	6	275
2	Matança	97	173	2	11	283
3	Carregamento	51	162	2	3	220
4	Aves (1º Turno)	91	159	6	0	256
5	Aves (2º Turno)	140	131	2	5	278
6	Manutenção	63	171	5	1	240
7	Administração	45	240	5	7	300
8	Embalagens	116	139	2	5	262
9	Almoxarifado	111	222	2	3	338
10	Outros votantes	134	164	10	6	312
Total		926	1743	45	47	2761

Fonte: Schreiner, 1997; Pereira, 2013.

Aos trabalhadores(as) que encabeçaram e, até mesmo, a alguns que apoiaram a “Chapa Operária”, a Sadia confeccionou suas cartas de demissão. Todos(as) os membros da chapa foram demitidos, além de outros(as) que ajudaram na campanha, havendo ainda, por parte da Sadia, a ameaça de demitir mais de 100 trabalhadores(as) que votaram na “Chapa Operária”.

As cartas confeccionadas pelos(as) trabalhadores(as) demitidos em 1981 contam um pouco do drama vivido pelos mesmos. A revolta com a forma como se deu o

¹⁴⁰ Os erros ortográficos presentes na carta foram corrigidos por mim.

processo eleitoral e mesmo com as condições de trabalho estão presentes em todas elas. É sintomático o posicionamento crítico do documento coletivo confeccionado por eles(as), após as demissões: “(...) o nosso crime foi organizar os trabalhadores. O nosso crime foi lutar pela criação de um sindicato” (A LUTA PELO NOSSO SINDICATO, p.2). Houve apoio de políticos e religiosos¹⁴¹, mas nada que abalasse o poderio local exercido pela Sadia.

Contudo, essa primeira experiência mostra, ao mesmo tempo, a força dos(as) trabalhadores(as), quando organizados coletivamente, e como o capital procura minar de todas as formas possíveis as organizações daqueles(as) que, verdadeiramente, expressam interesses de classe. cremos também, que apontam os equívocos do conceito de “paternalismo”, uma vez que os(as) trabalhadores(as) se entendiam na oposição aos patrões. Também é preciso apontar que as pressões praticadas pela Sadia, em 1981, não são especificidades, enquanto capital individual, daquele contexto histórico específico, mas sim, reflexo das estratégias do capital em geral ao longo de sua existência histórica, para impedir as organizações coletivas dos(as) trabalhadores(as).

Basta perceber que as ameaças de demissões contra organizações dos(as) trabalhadores(as) estão presentes ao longo da história do Brasil, como é exemplo a greve dos(as) trabalhadores(as) do café, em São Paulo, no ano de 1922. Segundo Bernardo (1982), o proprietário de uma indústria de café da época, dentre outras pressões, ameaçava os(as) grevistas, afixando nas portas do estabelecimento comunicados nos quais convidavam todos(as) a retornarem ao trabalho até determinado horário de um dia estipulado, sob pena de perderem os empregos/postos para outros, isto é, colocando o desemprego como moeda de barganha.

Com isso, queremos mostrar que, no conflito estrutural capital-trabalho, as estratégias hegemônicas são muitas para frear as ações dos(as) trabalhadores(as) e datam dos primórdios da sociedade burguesa. Isto é, a luta de classes continua sendo o motor da história, como propugna o pensamento marxista. E diríamos também da geografia, visto que por um lado os dominantes procuram de todas as formas a manutenção do espaço hegemônico instituído, por meio das mais variadas estratégias para conter as lutas de contraespaço que contém em si a negação afirmadora, a contrahegemonia.

¹⁴¹ Schreiner (1997) conta que o bispo de Toledo Dom Geraldo Nagella Agnello chegou a intervir junto à empresa para que não houvesse mais demissões, assim como, o deputado estadual Paulo Marques (PMDB) denunciou no dia 14 de outubro de 1981 na ALEP as injustiças cometidas pela Sadia.

Porém, uma questão importante a ser considerada é que jamais as classes dominantes conseguem ter o domínio completo sobre os(as) trabalhadores(as). Podem até influenciar e obter domínios mais explícitos nos sindicatos, mas jamais conseguem capturar por completo a subjetividade dos(as) trabalhadores(as). Em decorrência, a partir da nossa pesquisa, podemos indicar como exemplo a organização dos(as) trabalhadores(as) na Sadia, que eclode em 1987.

Novamente ligada à Igreja Católica, particularmente com a Pastoral Operária, um grupo de trabalhadores(as) volta a se encontrar de forma sigilosa na tentativa de formar uma chapa de oposição à gestão do Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Avícolas, Carnes Bovina e Suína e das Indústrias da Alimentação de Toledo e Região (STIA-Toledo). A Sadia, ao descobrir a organização, demite-os(as). No entanto, isso não impediu que estes se manifestassem na porta da empresa, por meio de panfletagem e na imprensa, sobretudo de outras cidades do estado, o que culminou, também, na formação de uma nova chapa com outros(as) funcionários(as) denominada “Libertação” (SCHREINER, 1997).

Essa teve dificuldades em se candidatar, haja vista os empecilhos colocados pelo STIA-Toledo (gestão 1983-1987), o qual não aceitava a carteira de trabalho como comprovante de vínculo empregatício. Segundo o sindicato, era necessário para candidatura uma declaração da Sadia, como critério de comprovação do vínculo. Assim, a chapa “Libertação” só conseguiu se inscrever para concorrer às eleições após entrar na justiça.

Isso mostra que, após a derrota da “Chapa Operária” em 1981, o sindicato ficou de fato em mãos de dirigentes vinculados aos interesses da Sadia. Tanto é que, a diretoria de 1983-1987 fez questão de ressaltar a importância da empresa para o município e explicita, na mídia local, os motivos de não ser contra o capital:

Não repudiamos o capital, como tem feito a Pastoral Operária. Procuramos tornar este capital mais humano, sem exploração, pois a sucumbência do capital ou a falência das empresas representaria o caos para o País e o desemprego para os trabalhadores. Capital e trabalho andam interligados e devem se respeitar mutuamente (O PARANÁ, 1987¹⁴² *apud* SCHREINER, 1997, p.134).

¹⁴² Notícia que retrata o posicionamento do Sindicato das Indústrias Alimentícias de Toledo através do documento intitulado “*Carta aberta aos trabalhadores nas indústrias de alimentação e à população de Toledo*”, publicado no Jornal O Paraná em 10 de junho de 1987.

O mesmo sindicato, supostamente preocupado com o desemprego de trabalhadores(as), não ofereceu qualquer auxílio aos demitidos pela empresa, simplesmente por tentar organizar uma chapa de oposição. Embora estes tenham sido despedidos com a desculpa da necessidade de redução do quadro funcional da empresa, o Sindicato dos Trabalhadores(as) da Alimentação não prestou qualquer apoio aos trabalhadores(as) e ainda criou empecilhos para inscrição da chapa “Libertação”.

Entretanto, uma denúncia, veiculada pelo jornal *Folha de Londrina*, em 14 de junho de 1987, acusou a Sadia por montar um serviço de informações que envolvia infiltrar pessoas de sua confiança nos movimentos de oposição dos(as) trabalhadores(as). Prática essa corriqueira na atuação da empresa, pois segundo Espíndola (1999), membros da direção das unidades se infiltravam no movimento dos(as) trabalhadores(as), sendo que, em Concórdia (SC), utilizaram-se até mesmo de filmadoras para identificar os(as) “cabeças da greve”.

Em Toledo (PR), a empresa contratou Milton Gomes Pereira, o “Cabo Milton”¹⁴³, que fora denunciado por um trabalhador que participou da organização da “Chapa Libertação”, Edivaldo da Silva Maciel. Entretanto, é em 1988 que a denúncia se transforma em inquérito policial, porque o Partido dos Trabalhadores (PT) a partir do deputado estadual Pedro Tonelli denuncia junto à ALEP “(...) a existência de um espião contratado pela Frigobrás/Sadia, que teria se filiado e estaria atuando dentro do referido partido” (SCHREINER, 1997, p.140).

Entre os objetivos do “trabalho” do “Cabo Milton”, segundo Schreiner (1997), figurava: prestar atenção aos partidos políticos na cidade, especialmente o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PC do B); investigar se funcionários da Sadia participavam de movimentos da Igreja e quais assuntos eram discutidos pela Pastoral da Terra, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) e pelos demais movimentos de base popular; bem como, verificar se havia trabalhadores(as), supostamente, envolvidos com drogas.

Foi aí que se descobriu a organização sigilosa dos(as) trabalhadores(as), junto à Pastoral Operária, motivo real das demissões camufladas sobre o argumento da necessidade de redução de pessoal. Nas palavras do próprio “Cabo Milton”:

Queriam saber se existiam pessoas da SADIA fazendo parte daquelas reuniões, e (...) todos os que faziam parte daquelas reuniões podiam arrumar as malas e despedir-se da empresa porque vai ser mandado

¹⁴³ Cabo de reserva da Polícia Militar.

embora sem saber porquê. A empresa manda embora quem faz parte da Pastoral Operária do Movimento Sem-Terra... Eu ficava meio chateado, mas estava trabalhando, precisava ganhar o meu pão, era meu trabalho (O PARANÁ, 1988 *apud* SCHREINER, 1997, p.142).

Por esse motivo tem razão, Schreiner (1997, p.141), quando diz que: “(...) a empresa dá uma outra roupagem às demissões, tentando desvinculá-las do seu verdadeiro caráter que é impedir a organização dos trabalhadores”. Nesse sentido, ter o controle sobre os sindicatos, contratar “espiões”, ameaçar, cortar “benefícios” como restaurante, açougue e clínica dentária, foram estratégias da Sadia, na década de 1980, para impedir a organização dos(as) trabalhadores(as).

Portanto, se constata que a empresa perseguia as organizações que não estivessem sob seu controle político. Isso porque, sabia que quanto mais autônomo fosse o sindicato dos(as) trabalhadores(as), a possibilidade de construção da resistência às práticas empresariais ficaria em maior evidência e sem controle. Dessa maneira, a construção da negação do espaço hegemônico instituído poderia ficar mais notória e os(as) trabalhadores(as) poderiam construir, de fato, uma real oposição ao capital, lutas de contraespaço, porque motivos para isso não lhes faltava.

Não obstante, mesmo tendo a empresa conseguido eleger a chapa de seu apoio para o sindicato de trabalhadores(as) em 1981 e 1987, isso não significou que o seu domínio seria completo. As experiências da “Chapa Operária” e “Libertação”, na década de 1980, são provas reais de que os(as) trabalhadores(as) não são integralmente subordinados aos ditames do capital, e têm condições de, coletivamente, resistir e lutar. As derrotas que amargaram nas eleições, sobretudo devido às inúmeras pressões/perseguições que sofreram por parte do capital, mostram que o domínio sobre os instrumentos de representação da classe trabalhadora, como os sindicatos, é fundamental para o capital manter a acumulação capitalista e a hegemonia sobre o espaço. O resultado direto para os(as) trabalhadores(as) são as péssimas condições de trabalho, a burla dos direitos trabalhistas, baixos salários, isto é, o trabalho degradante.

Tais constatações históricas contribuem para formulação da nossa tese de que, na região Oeste Paranaense, as ferramentas da classe trabalhadora, a exemplo dos sindicatos, são coparticipes da manutenção do espaço hegemônico. Por conseguinte, o contraespaço figura em organizações autônomas por fora da seara sindical e até mesmo nas ações, denominadas pejorativamente por parte dos(as) sindicalistas, como “espontâneas” dos(as) trabalhadores(as). Estas têm se dado com maior ênfase pela via

da revolta contra as condições de trabalho que, no limite, atingem a saúde física e psíquica de inúmeros(as) trabalhadores(as).

Por isso, é importante recuperar estas experiências amargas para os(as) operários(as) demitidos na década de 1980, mas extremamente importantes para organização política atual da classe trabalhadora. Apesar de terem sido fracassadas nos seus objetivos imediatos, por conta das pressões e poder do capital, tais ações são referências para pensar que é possível transformar as condições de trabalho degradantes. Também, mostra que o capital procura o controle das organizações dos(as) trabalhadores(as), uma via de explicação para inoperância atual dos sindicatos de trabalhadores(as) frente ao capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense.

Entretanto, para entender os sentidos da inoperância dos sindicatos na contemporaneidade, é preciso considerar, também, o processo histórico da formação do movimento operário/sindical no Brasil. Assim, poderemos inferir que a ideologia “legalista”, “negociadora”, “conciliadora”, presente no Oeste do Paraná, tem uma ligação não só com o controle do capital sobre os sindicatos, mas também, com o seu próprio processo histórico conflituoso de formação que resulta na sua ligação orgânica com o Estado, encimada na divisão técnica do trabalho (gestão territorial alienada).

5.2 Entre conflitos e repressão: a consolidação do sindicalismo de Estado no Brasil e sua gestão territorial alienada

Além da escala local, na qual surgem movimentos de trabalhadores(as) influenciados pelo contexto histórico da década de 1980, e que são pressionados pelas estratégias do capital, para obter controle sobre as organizações sindicais dos(as) trabalhadores(as), é preciso compreender os limites próprios do sindicalismo de Estado (BOITO JUNIOR, 1991). Essa é uma referência fundamental, para o entendimento dos limites impostos pelo regramento jurídico e que influenciam na postura assistencialista e de colaboração de classes dos sindicatos locais, na atualidade, uma das expressões da sua gestão alienada do território, de viés corporativo e subsumida apenas à esfera da circulação (D'), enquanto o capital domina todo o processo de produção¹⁴⁴ (D-M-D') (THOMAZ JUNIOR, 2002a).

¹⁴⁴ Nas palavras do autor: “Enquanto o capital lê o processo social de produção na sua totalidade, tendo como referência a realização do circuito D-M-D', o trabalho o faz pela via da circulação (D'), no plano da gestão do mercado” (THOMAZ JUNIOR, 2002a, p.229).

Assim sendo, é preciso recuperar o processo histórico da instituição da ação sindical vinculada ao Estado, em razão de que o movimento sindical/operário nem sempre assumiu essa postura de ação. O alcance desse objetivo necessita de um olhar para a formação socioespacial e histórica do Brasil, com as atenções voltadas para as lutas que ocorreram pela liberdade que marcam: a abolição da escravidão, passando pela República Velha e Ditadura Vargas.

Essas são referências para compreender como o movimento sindical, passa do sindicato autônomo frente ao Estado e que tinha por objetivo o controle do processo de produção, para um sindicato diretamente controlado pelo Estado, restrito ao legalismo e às lutas salariais ou apenas se envolvendo na esfera da circulação (negociação de melhores salários etc.). Também, cremos que, a compreensão das lutas de contraespaço, frente à estrutura espacial hegemônica escravocrata, que foi transformada para o capitalismo incipiente agrário-exportador, deve ser entendida na esfera da formação da classe, visto que no Brasil, do século XIX, conviveram, no mesmo espaço dos estabelecimentos “fabris”, trabalhadores(as) escravos e livres. Portanto, seria um equívoco considerar a história da classe trabalhadora brasileira, e de suas organizações, tendo como marco a década de 1930 ou restrita somente ao século XX (MATTOS, 2003).

Com a abolição da escravidão em 1888, as bases para efetivação do capitalismo brasileiro foram colocadas. O período da “República Velha” marca esse processo de transição do regime escravocrata para o capitalismo agrário-exportador, que é sua marca principal. Também, o liberalismo, como política econômica, a partir da rejeição de qualquer intervenção do Estado na regulação do capitalismo, é a essência do pacto político dos dominantes, sobretudo as oligarquias agrárias.

Para Moreira (2013), o Estado republicano, que se instala em 1889, é a estrutura política consagradora da autonomia dos poderes regionais das oligarquias rurais plantacionistas e pecuaristas, sob a fachada de uma ordem liberal. O desenvolvimento das indústrias, obviamente, é incipiente e a nascente burguesia industrial está subsumida ao pacto com as elites agrário-exportadoras.

Em decorrência, na literatura que buscou compreender esse período histórico, como o clássico livro *Sindicato e Estado* de Azis Simão (1966), as lutas em torno da abolição da escravidão e até mesmo dos trabalhadores(as) negros recém libertos, “desaparecem” da análise, posto que os “trabalhadores(as)” são entendidos no âmbito do proletariado fabril, que surge basicamente no início do século XX.

A “classe” como uma categoria histórica e seu “fazer-se” (THOMPSON, 1987), que pressupõe toda a série de lutas daqueles sujeitos que entendem seus interesses na oposição aos de outros, como é o caso de escravos e senhores que percorrem a história do Brasil, até os finais do século XIX, não é a ótica analítica de Simão (1966). O corolário desse entendimento é o não reconhecimento das trajetórias e experiências compartilhadas entre trabalhadores(as) escravizados e “livres”, que ocorreram no Brasil no século XIX (MATTOS, 2009). Tais lutas articularam valores, discursos e referências culturais que dão sentido à consciência de classe. Portanto, esta última não surge “do nada”, pelo contrário, é construída a partir da experiência da exploração e das lutas de classe anteriores, também lutas de contraespaço.

Assim, tomamos como parâmetro para entender as greves e lutas dos(as) trabalhadores(as), pela via dos sindicatos, no início do século XX, mais relacionada aos acúmulos de lutas anteriores do que efeitos estruturais do surgimento das indústrias. Deste modo, os levantes de trabalhadores(as) escravizados, já organizados coletivamente antes da abolição, torna-se uma referência para a organização coletiva nos sindicatos da República Velha. Conforme afirma Mattos (2009, p.55):

Ou seja, numa sociedade como a brasileira, marcada por quase quatro séculos de escravidão, não seria possível pensar o surgimento de uma classe trabalhadora assalariada consciente de si sem levar em conta as lutas de classe – e os valores e referências – que se desenrolaram entre os trabalhadores escravizados e seus senhores, particularmente no período final da vigência da escravidão, quando a luta pela liberdade envolve contingentes cada vez mais significativos de pessoas.

Mattos (2009), percebeu o compartilhamento de experiências entre trabalhadores(as) escravizados e “livres”, e pesquisou levantes de trabalhadores(as) escravizados em padaria nos anos de 1876-1877, que ocorreram em Santos e São Paulo respectivamente, e um levante geral no ano de 1880. Este último, já organizado coletivamente pelo Bloco de Combate dos Empregados em Padarias. Toda essa série de lutas coletivas ocorreu antes da abolição da escravidão e figuram como referências importantes para as lutas operárias, que se dariam na virada do século XIX e início do XX no Brasil.

Com a abolição da escravidão, em 1888, as lutas dos padeiros não findaram, uma vez que segundo João de Mattos, liderança dos levantes anteriores, agora era preciso lutar numa nova condição: de escravizados livres. Por isso, fundou-se a Sociedade Cooperativa dos Empregados em Padarias do Brasil, que tinha por objetivo

reunir recursos para comprar padarias aos(as) próprios(as) trabalhadores(as). Dessa forma, entendiam os(as) trabalhadores(as) que se livrariam dos patrões.

No ano de 1898, os padeiros fundaram a Sociedade Cosmopolita Protetora dos Empregados em Padarias, com objetivo de auxílio mútuo. Seu lema era “*Trabalho, justiça e liberdade: sem distinção de cor, crença ou nacionalidade*”, que já expressava o contexto histórico do período e as trajetórias cruzadas entre imigrantes e trabalhadores escravizados. A organização coletiva constituiu uma biblioteca, publicou o jornal *O Panificador*, formou seu centro de educação e travou luta pelo descanso aos domingos e redução da jornada para 8 horas de trabalho¹⁴⁵. Em seguida, no ano de 1912, os(as) trabalhadores(as) de padarias realizaram a sua primeira greve geral.

Neste sentido, o exemplo dos(as) trabalhadores(as) de padarias é importante para mostrar como as experiências das lutas no final da vigência da escravidão têm semelhanças com aquelas que se desenvolverão no início do século XX. O acúmulo dessas experiências, em nossa opinião, é fundamental para a formação dos sindicatos no início do século XX. Também contribui a total desregulação do mercado de trabalho que, baseado no liberalismo em estado puro, “oferecia” péssimas condições de trabalho, como denuncia Simão (1966, p.75):

Pagos apenas pelas horas de serviços dados ou tarefas executadas, no estabelecimento ou no domicílio, os trabalhadores contavam unicamente com seus próprios recursos financeiros nos momentos de inatividade, mesmo quando não desempregados. Não havia férias ou descanso semanal pagos, nem licença remunerada para tratamento de saúde. Mais ainda: em muitos ramos de atividades, de forma regular, e em qualquer um quando as empresas julgavam necessário, não se concedia sequer o descanso semanal mesmo por conta do trabalhador exigindo-se seu comparecimento ao serviço. Desde o começo do século, o direito ao descanso constituiu uma das reivindicações do movimento operário.

Tais condições objetivas, do início do século XX, se somam ainda à chegada ao Brasil de imigrantes com experiência de lutas operárias nos países de origem. As lutas sindicais roubam a cena no Brasil e sua organização se dá pela via da ação direta, tendo na greve o instrumento de resistência fundamental. Além disso, o tratamento repressivo através do qual o Estado brasileiro pautava as “questões sociais”, inclusive

¹⁴⁵ As origens do sindicalismo se encontram nessas formas de organização coletiva que são anteriores à abolição da escravidão e que continuaram sua atuação na República Velha. As Sociedades de Socorro e Auxílio Mútuo, que tinham o objetivo de auxiliar materialmente os(as) operários(as) em momentos difíceis, e que depois se transformam em União Operárias, são experiências imprescindíveis para o florescimento dos sindicatos no Brasil.

como caso de polícia, era catalisador da indignação geral dos(as) trabalhadores(as). Daí se sucedeu uma série de greves e paralisações, como também, a realização de três congressos operários entre 1906 e 1920 (ANTUNES, 1985). Prevaleceu a perspectiva política de um sindicalismo revolucionário no período, onde havia a presença de pressupostos anarquistas.

Segundo De Paula (2013), o sindicalismo revolucionário, que foi a referência primordial para o Brasil do início do século XX, tem a sua origem na Primeira Internacional. Nesta, os adeptos das ideias de Bakunin, propunham que a classe operária deveria lutar por meios não parlamentares para a conquista de melhores condições de trabalho e vida. A interferência “externa”, isto é, dos partidos e outros¹⁴⁶ não era uma estratégia preterida naquele momento, pois nesta concepção, somente os(as) assalariados(as) poderiam resolver os problemas que estavam objetivamente colocados para eles(as). Isso se daria pela ação direta e organização pela via do sindicato de resistência/revolucionário.

A formação deste deveria seguir critérios como a reunião somente de trabalhadores(as) assalariados(as), não permitindo membros externos a essa condição, bem como ter na luta contra o capital seu mote estratégico. Conforme é explicitado numa das resoluções do 2º Congresso Operário de 1913: “(...) o sindicato operário, para bem preencher os seus fins tem que ser um núcleo de combate franco e luta aberta contra a exploração patronal” (ANDRADE, 1981, p.46).

Não há dúvidas da perspectiva da luta de classes, do papel revolucionário e anticapitalista, presente no sindicalismo nascente no início do século XX. O grande objetivo dos sindicatos revolucionários era a aglutinação dos(as) trabalhadores(as) para a greve geral revolucionária, momento no qual acreditavam que destronariam o capitalismo e o Estado, substituindo-os pela articulação das organizações de classe (DE

¹⁴⁶ Ao tematizar a constituição da Confederação Operária Brasileira (COB) em 1906 as influências “externas” são assim rechaçadas: “5) A Confederação não pertence a nenhuma escola política ou doutrina religiosa, não podendo tomar parte coletivamente em eleições, manifestações partidárias e religiosas, nem podendo um sócio qualquer servir-se de um título da Confederação em um ato eleitoral ou religioso” (ANDRADE, 1981, p.30). Também, foi uma orientação do 2º Congresso Operário Brasileiro realizado no Rio de Janeiro no ano de 1913, em concordância com o que ficou decidido no primeiro, a seguinte proposição: “O Segundo Congresso Operário Brasileiro, tomando em consideração as resoluções adotadas pelo Primeiro Congresso sobre a orientação que à organização convém seguir em face da política especial de um partido, aconselhando-a a se manter inteiramente no terreno da ação direta de pressão e resistência contra o capitalismo, para a garantia e conquista dos direitos econômicos que ligam estreitamente os trabalhadores, divididos pelas suas opiniões políticas, religiosas ou sociais: - resolve confirmar as mesmas resoluções por considerá-las as que mais correspondem aos fins do movimento operário; e considerando também que, com as suas periódicas e nefastas agitações, os partidos políticos tendem unicamente a desviar os trabalhadores do seu movimento de resistência e de reivindicação social” (ANDRADE, 1981, p.35, grifo nosso).

PAULA, 2013). Também havia um forte sentimento da luta para além das fronteiras, estas consideradas como instrumentos burgueses para fragmentar os(as) operários(as), fato que é demonstrado na proposta de organização do Primeiro Congresso Operário Sul-Americano e nas moções de solidariedade aos(as) trabalhadores(as) do México, França, Portugal e Espanha, aprovadas durante a realização do 2º Congresso Operário Brasileiro em 1913.

Porém, houve disputas nas linhas político-ideológicas do sindicalismo brasileiro do início do século XX. O fracasso da via meramente repressiva aplicada pelo Estado oligárquico-liberal, contra os(as) trabalhadores(as) e suas ações dá origem ao “Congresso dos Pelegos¹⁴⁷”, em 1912, que: “(...) aparece como a primeira tentativa realizada por alguns elementos ligados ao governo de controlar parte das associações operárias brasileiras” (BERNARDO, 1982, p.53).

A participação de Mário Hermes da Fonseca, deputado federal e filho do Presidente da República Hermes da Fonseca, é uma das expressões significativas em relação à tentativa de obter o controle sobre as ações sindicais pela via do Estado. No manifesto, produzido ao final do encontro, várias das reivindicações dos sindicatos revolucionários estavam presentes, porém seu principal objetivo não figurava entre as pautas de “luta”. Ou seja, não havia interesse em colocar em questão o sistema capitalista responsável pela separação do(a) trabalhador(a) e condições objetivas de produção, mas sim, aceitar a tutela a ser exercida pelas classes dominantes (BERNARDO, 1982).

Além disso, uma das resoluções, que se opunha frontalmente aos interesses dos sindicatos revolucionários, foi a fundação da Confederação Brasileira do Trabalho como um partido político. Os objetivos do partido mostram que não é a luta anticapitalista a centralidade das reivindicações, pois se pautava por “(...) promover por todos os meios eficazes o melhoramento contínuo, intenso, rápido e indefinido das condições econômicas, sociais, intelectuais e morais do proletariado” (ANDRADE, 1981, p.33). O presidente “de honra” desta “confederação” foi Mário Hermes da Fonseca, pelos “esforços” despendidos em conseguir o local de realização (Palácio Monroe no Rio de Janeiro) e passagens gratuitas para os delegados.

¹⁴⁷ “O termo ‘pelego’ surgiu no meio operário para designar aqueles que, ocupando postos de mando no interior dos sindicatos, se utilizavam dos mesmos para colocar em prática interesses do governo (vale aqui dizer das classes dominantes) em detrimento do próprio operariado, agindo sempre no sentido de ‘amortecer’ os conflitos entre o capital e o trabalho” (BERNARDO, 1982, p.122).

Obviamente, este congresso não foi reconhecido pela Confederação Operária Brasileira (COB) que, no ano seguinte, organizou seu segundo congresso, também no Rio de Janeiro. Tanto é que, segundo Pereira (1952), o mérito desse congresso dos “pelegos” foi estimular a COB para a convocação de um legítimo congresso operário para 1913. Todavia, é importante perceber que em 1912 se apresenta mais claramente uma divisão entre os sindicatos revolucionários e aqueles que preferiam atuar mais comodamente e de acordo com os interesses das classes dominantes (BERNARDO, 1982).

A Igreja católica também disputou o movimento sindical deste período. Sua aposta política era a passividade e colaboração de classes, posição próxima às defesas do “Congresso dos Pelegos”. Por isso, em 1913, durante o 2º Congresso Operário Brasileiro, numa de suas resoluções, aconselhou-se: “(...) o proletariado do Brasil a se afastar de modo absoluto desse instrumento de engano e de cegueira que é o chamado sindicato católico¹⁴⁸” (ANDRADE, 1981, p. 47).

Mais tarde, em 1920, a defesa dos sindicatos revolucionários provou estar correta sobre os “sindicatos católicos” desse período, pois o Centro Católico Metropolitano se posicionou contrário à greve interprofissional orientada pela Federação Operária. Seu argumento era que os(as) operários(as) católicos atestavam apoio incondicional às classes conservadoras se declarando ao lado do governo para a repressão ao anarquismo e a pseudo-greve de solidariedade, por conta de seus elementos perigosos que só prejudicam o operariado (SIMÃO, 1966).

Igualmente, desde 1892, havia algumas iniciativas esparsas de socialistas em participar das lutas sociais proletárias no Brasil, como a organização de um Congresso no mesmo ano na capital do país. Contudo, só chegaram a ter um caráter mais político dez anos mais tarde no congresso do Partido Socialista Brasileiro, aprovando um programa socialista de tipo reformista (PEREIRA, 1952). Entretanto, iniciativas semelhantes se repetiram no início do século XX, mas para efeitos quase que só eleitorais. Efetiva participação no movimento do proletariado brasileiro se dará após a

¹⁴⁸ Varussa (2012) mostra que, também, no período pós anos 30, a Igreja Católica assume o combate contra o comunismo, e o governo Vargas se apropria, estrategicamente, de pronunciamentos de lideranças católicas, como a condenação ao comunismo pelo Papa Pio XI. A tentativa é “(...) sugerir a proximidade de princípios sociais entre a Igreja Católica e o governo (...)” (VARUSSA, 2012, p.51), este último, teria um dever quase que “missionário” de reprimir o “flagelo” do comunismo. Contudo, no âmbito da própria Igreja Católica a influência da Teologia da Libertação, terá um papel de destaque no apoio ao “novo” sindicalismo da década de 1980 no Brasil (apoando inclusive as oposições sindicais em Toledo nos anos de 1981 e 1987), que tinha como marca a combatividade e a ação pela via das greves de massa. O que sugere uma leitura diferente do processo social dentro da própria Igreja.

Revolução Russa de 1917, quando, no Brasil, fundou-se, em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Neste sentido, é notável verificar que houve resistência aos sindicatos combativos pautados em pressupostos anarquistas. Mas, as ações diretas e greves foram a regra desse período e não a conciliação de classes que propugnavam os sindicalistas mais ligados ao governo e os “sindicatos católicos”. No período de 1917-1920, essas greves confluem num movimento que salta das escalas locais, para uma ação unificada em greve geral, cuja culminância são ações de cunho marcadamente político (MOREIRA, 2013).

A crise de produção, após a I Guerra Mundial, e a queda generalizada dos salários e aumento do custo de vida (ANTUNES, 1985; MOREIRA, 2013), configurou numa das causas principais para eclosão das greves. Um dos exemplos fundamentais é a greve geral de 1917, em São Paulo, que começa numa fábrica de tecidos e recebe adesão e solidariedade de todo o setor têxtil, e de outras categorias, saltando em poucos dias de 2000 para 45000 pessoas (ANTUNES, 1985).

Chama a atenção, nesse caso e em outros que ocorreram no início do século, a prática da deflagração da greve de solidariedade. Atentando-se para dimensão espacial, esta práxis de luta ultrapassava a fragmentação corporativa e de ofícios, encimadas na divisão técnica do trabalho, pois se entendia que a classe operária era única e, por isso, era mister, para o sindicalismo revolucionário, superar as diferenças corporativas. Como diz, com razão, De Paula (2013, p.87): “(...) a organização e ação do movimento grevista ultrapassavam as fronteiras municipais, estaduais e, mais raramente, as fronteiras nacionais”. Isso porque sua estratégia e objetivos, embora baseados amplamente em pressupostos anarquistas, se figurava na dimensão da luta de classes, na qual as fronteiras do município, estado ou país, e das categorias corporativas, devem ser diluídas do ponto de vista da classe trabalhadora, pois a sua luta é internacional.

Deste modo, é inegável que essa estratégia de ação contraespacial, influenciada pelos ideais libertários do anarquismo do movimento sindical durante a República Velha, logrou uma série de conquistas que, depois, vieram a se materializar em lei ao final dos anos 1920. Embora os sindicatos revolucionários se opusessem a destinar a conquista das leis como a finalidade das suas lutas, contraditoriamente, é resultado das suas reivindicações e ações políticas que força o Estado a assumir alguns compromissos, como direito a férias sem perda salarial (1925), proibição do trabalho de menores de 12 anos (1927), dentre outros (BERNARDO, 1982).

Mesmo assim, os comunistas formados no movimento operário e que fundam o PCB em 1922, consideravam essas lutas como espontâneas, de falsa consciência e influenciadas por uma ideologia pequeno-burguesa¹⁴⁹. A ausência do partido, da vanguarda e luta também institucional por dentro do Estado, eram elementos que caracterizavam o fracasso dos anarquistas, sob o ponto de vista dos comunistas do PCB. Nas palavras de Astrojildo Pereira, um dos fundadores do PCB em 1922:

Não há dúvida que muitas das reivindicações pelas quais lutavam as massas trabalhadoras, nessa época, foram alcançadas, total ou parcialmente. Mas é um fato que a natureza e o volume das vitórias alcançadas não estavam em proporção com o vulto e a extensão do movimento geral. Mais ainda – as reivindicações formuladas, por aumento de salários, por melhores condições de trabalho, etc., constituíam como que um fim em si mesmo, e não um ponto de partida para reivindicações crescentes de nível superior. É que na realidade se tratava de lutas mais ou menos espontâneas, isoladas umas das outras, sucedendo-se por força de um estado de espírito extremamente combativo que se generalizava entre as massas (PEREIRA, 1952, p.11).

Tal posicionamento mostra o rompimento dos comunistas frente à luta influenciada pelos ideais anarquistas, pois além da fundação do PCB, os primeiros constituíram, em 1929, a Federação Regional do Rio de Janeiro e realizaram o Congresso Sindical Nacional, do qual surge a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (ANTUNES, 1985).

Neste sentido, se percebe que do ponto de vista de um sindicato combativo e instrumento revolucionário houve, mais claramente, a partir da fundação do PCB, a divisão entre comunistas e anarquistas. Também persistia a oposição conservadora e reformista dos “sindicatos católicos” e dos mais identificados com o governo, que participaram do “Congresso dos Pelegos” em 1912, protoforma dos “sindicatos amarelos¹⁵⁰” do pós-1930.

¹⁴⁹ Certo é que eles estão influenciados pelo leninismo, o qual considerava um grave erro dos anarquistas a rejeição à luta política, isto é, a conquista do Estado. Nas palavras de Lênin (1982, p.133): “La concepción del mundo de los anarquistas es la concepción burguesa vuelta del revés. Sus teorías individualistas y su ideal individualista están en oposición diametral con el socialismo. Sus opiniones no expresan el futuro del régimen burgués, que marcha con fuerza incontenible hacia la socialización del trabajo, sino el presente incluso el pasado de esse régimen, el dominio de la ciega casualidad sobre el pequeño productor aislado y solitario. Su táctica, que se reduce a negar la lucha política, desune a los proletarios y los transforma de hecho en participantes pasivos de una u otra política burguesa, pues para los obreros es imposible e irrealizable apartarse de verdad de la política”.

¹⁵⁰ Segundo Troyano (1978, p.36) “(...) entende-se por sindicatos amarelos a corrente sindical mais estreitamente identificada com o Ministério do Trabalho. Conservadora e ordeira é sempre solidária com a concepção do desenvolvimento harmônico entre o capital e o trabalho”.

Entretanto, a síntese do movimento sindical nos primeiros 30 anos do século XX, não poderia ser outra senão a de intensa combatividade. Não cremos que seja suficiente qualificá-lo como movimento de “falsa consciência”, por estar inspirado nos ideais anarquistas, como encontramos na avaliação de algumas correntes teóricas que estudam esse período do movimento operário no Brasil (ANTUNES, 1982, 1985; PEREIRA, 1952). Tal entendimento parece pormenorizar a efervescência de luta política conquistada pelos sindicatos revolucionários do período, relegando-os à mera “espontaneidade”, simplesmente por não seguirem os critérios e formas de organização do PCB, autointitulada como vanguarda operária verdadeira e consciente. Por isso, entendemos que, para além dessas divergências teóricas, não se trata de “espontaneidade” e “falsa consciência”¹⁵¹, mas sim de um momento histórico no Brasil de intensa combatividade do movimento dos(as) trabalhadores(as), referência que continua válida para reverter a inoperância contemporânea de boa parte do movimento sindical, que atua sob o legalismo e as fragmentações corporativas encimadas na divisão técnica do trabalho, como veremos mais à frente.

Inclusive, é fruto dessa ação que surge o pacto das classes dominantes, que se articulam, na Ditadura Vargas a partir de 1930, visando controlar o movimento dos(as) trabalhadores(as). Ou seja, as ações do movimento operário influenciam as classes dominantes a reverem seus posicionamentos, o que se expressa na projeção de um novo “pacto social”. A ação e o papel a ser desempenhado pelo Estado, nesse momento histórico, seria o de “intervir” nas relações capital-trabalho não mais tratando-as, meramente, como caso de polícia, conforme praticaram os oligarcas da República Velha. Para isso, se tornava “necessário” a efetivação de uma legislação social e o controle sobre o movimento combativo dos(as) trabalhadores(as). Nas palavras de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937:

No Brasil, onde as classes trabalhadoras não possuem a poderosa estrutura associativa nem a combatividade do proletariado dos países industriais e onde as desinteligências entre o capital e o trabalho não apresentam, felizmente, aspecto de beligerância, a falta até bem pouco, de organizações e métodos sindicalistas, determinou a falsa impressão de serem os sindicatos órgãos de luta, quando realmente, o

¹⁵¹ Sobre a concepção de “consciência de classe” estamos de acordo com as críticas de Thompson (2001, p.281): “(...) os intelectuais sonham amiúde com uma classe que seja como uma motocicleta cujo assento esteja vazio. Saltando sobre ele, assumem a direção, pois têm a verdadeira teoria. Essa é uma ilusão característica, é a “falsa consciência” da burguesia intelectual. Mas, quando semelhantes conceitos dominam a inteira *intelligentisia*, podemos falar de falsa consciência? Ao contrário, tais conceitos costumam ser muito cômodos para ela”.

são de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público (VARGAS *apud* ANTUNES, 1982, p.75).

Tal discurso é significativo da construção, ao longo da década de 1930, do “pacto social” sob a ótica varguista, isto é, conferia ao movimento operário combativo, dos primeiros 30 anos do Brasil, um papel subestimado e errôneo. Quer dizer, acreditar que os sindicatos eram instrumentos de luta contra o capital, como propugnam os anarquistas, socialistas e comunistas, deveria ser uma posição política combatida pelo Estado, já que na sua visão, o real papel do movimento sindical, é a “colaboração de classes”.

Além disso, também é preciso lembrar que, o início dos anos 1930, vivencia uma forte crise capitalista internacional, a qual atinge a economia agroexportadora brasileira. Em decorrência, nesse mesmo contexto histórico, as lutas proletárias igualmente se apresentam potencialmente capazes de pressionar a sociedade brasileira, tanto é que boa parte das reivindicações que aparecem na legislação já haviam sido conquistadas pelos sindicatos, o que configurava sua capacidade de desenvolver seu viés revolucionário (TROYANO, 1978). Desta maneira, as classes dominantes não poderiam ignorar a urgência da alteração das suas práxis na relação capital-trabalho-Estado, o que é confirmado pela narrativa do Ministro do Trabalho, de Vargas, em 1941, Marcondes Filho:

(...) o erro cometido até 1930, quando já era inegável o desenvolvimento do nosso parque industrial e as agitações operárias entre nós começaram a proliferar, encontra-se no fato de o Estado, como aconteceu na Europa, negar-se a reconhecer a existência do grande problema contemporâneo. Sofríamos, a respeito, de uma verdadeira insensibilidade jurídico-social... (MARCONDES FILHO *apud* TROYANO, 1978, p.32).

Vislumbrar uma ação sindical de colaboração e “harmonia” nas relações com o capital se torna um dos objetivos centrais do Estado já na década de 1930. Porém, para efetivá-la algumas das reivindicações dos(as) trabalhadores(as) deveriam ser atendidas. Isso motivou os debates em torno da criação no país da legislação trabalhista, previdenciária e sindical, que se materializará na década seguinte e que, igualmente, significará a consolidação do sindicalismo de Estado.

Com a promulgação, em abril de 1931, do Decreto 19.770, os primeiros passos se davam para consolidação do atrelamento do sindicato ao Estado. Uma série de critérios são definidos para existência do sindicato, nos quais predomina o controle por

parte do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio no funcionamento das entidades sindicais. Exige-se a aprovação do Estado com relação aos estatutos de sindicatos, federações e confederações (Artigo 2º), e também se assegura ao mesmo a presença de delegados nas assembleias gerais das entidades sindicais e exame da situação financeira destas (Artigo 15º). Isto é, os sindicatos têm a sua organização dirigida e a sua atividade fiscalizada pelo Estado¹⁵² (TROYANO, 1978).

Por isso, tem razão Simão (1966), quando observa que passamos do “(...) sindicato marginal ao Estado, para o sindicato integrado na própria instituição Estado” (SIMÃO, 1966, p.198). A série de legislações criadas no período, combinaram o registro de direitos importantes e que já advinham das lutas anteriores dos(as) trabalhadores(as) ao preço da perda da autonomia do movimento sindical.

Uma clara reformulação do papel do Estado com relação aos sindicatos, pois de mero repressor das demandas dos(as) trabalhadores(as), parte para uma estratégia de incorporação de tais entidades ao projeto de “nação”, pautado sob os auspícios da “colaboração de classes”. Desse modo, o Estado reconhecia a legitimidade das reivindicações dos(as) trabalhadores(as), mas não as suas ações coletivas organizadas, a perspectiva que deveria “mudar” e cujo aprendizado necessário era a conciliação (VARUSSA, 2012).

Assim, também observou corretamente Carvalhal (2004, p.110), ao tratar da mudança na postura do Estado com relação à questão social: “(...) é pelo desenvolvimento da nação que deveriam os trabalhadores colaborar com o Estado e com o capital, camuflando a exploração estrutural do trabalho no sistema do capital”.

O intuito de criar a estrutura sindical oficial e conceder determinados direitos aos(as) trabalhadores(as) foi, dessa forma, uma estratégia do Estado para minar os sindicatos autênticos, que resistiram à série de decretos promulgados por Vargas na

¹⁵² Somam-se a tais objetivos de controle os artigos em que limitam a participação dos(as) estrangeiros(as) nos sindicatos (Art. 1º parágrafo b) e a necessidade de controlar também os posicionamentos político-ideológicos dos sindicatos do qual é exemplo o parágrafo f do artigo 1º: “abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações”. Também vetava a participação em organizações internacionais segundo o artigo 12º: “O operário, o empregado ou patrão, que pertencer a um sindicato reconhecido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, não poderá, sob pena de ser excluído, fazer parte de sindicatos internacionais, como só poderão as organizações de classe federar-se com associações congêneres, fora do território nacional, depois de ouvido o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. O inteiro teor do Decreto está disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19770-19-marco-1931-526722-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

década de 1930¹⁵³ (ANTUNES, 1982). Apesar do discurso de “liberdade sindical” por parte do Estado, isto é, só aderiam à estrutura sindical oficial os sindicatos que supostamente escolhessem assim fazê-lo, na prática, as estratégias estatais acabavam negando seu próprio discurso e reforçando sua estratégia de cooptação e controle. Uma das principais evidências históricas dos objetivos do Estado em controlar o sindicalismo se dá, a partir do Decreto 23.768, que regula a concessão de férias. Como consta, no Artigo 4º, somente os empregados associados aos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio teriam direito às férias¹⁵⁴. Isso significava que, uma pauta histórica dos(as) trabalhadores(as), estava reconhecida em lei no ano de 1934, todavia, o acesso se limitava aos sindicatos “oficiais” legalizados pelo Estado.

Contudo, se o Decreto 19.770, de 1931, foi medíocre em termos de aceitação e vinculação dos sindicatos à estrutura oficial, o constante apelo de Vargas em torno da representação classista de empregados e patronal junto à Câmara dos Deputados em 1932 e 1933 acaba convergindo para a proliferação das organizações sindicais oficiais. Segundo Troyano (1978, p.36):

Assegurada pela Constituição de 1934, a representação classista, ao lado da legislação social, surge desta forma como fator decisivo no processo de implantação desses sindicatos, incentivando seu crescimento quantitativo, especialmente no que concerne ao surgimento dos “sindicatos amarelos” e na adequação dos sindicatos já existentes aos preceitos do Decreto 19770.

O crescimento estatístico dos sindicatos oficiais, após as investidas do Estado é sentido, posto que em 1932, já somavam 116 registrados junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (TROYANO, 1978), e, no ano de 1933 reuniam 141 (MATTOS, 2003). É certo que esse crescimento se prolongou até o Estado Novo e conferiu aos “sindicatos amarelos”, uma presença bastante significativa no meio sindical brasileiro.

¹⁵³ Além dos resultados medíocres de adesão do movimento sindical ao Decreto 19.770, em que de início foram reconhecidos apenas 39 sindicatos em todo o país, o esforço do Ministério do Trabalho em ter o controle das entidades sindicais é acompanhado de 1930 até o Estado Novo por greves e ações dos(as) trabalhadores(as). Como diz Troyano (1978, p.36) “Por este motivo, ao mesmo tempo em que o Ministério incentiva a formação dos sindicatos, desencadeia-se uma violenta repressão aos sindicatos que se opunham às diretrizes governamentais”.

¹⁵⁴ Inteiro teor do Artigo 4º: “O direito às férias é adquirido depois de doze meses de trabalho no mesmo estabelecimento ou empresa, consoante o art. 8º, e exclusivamente assegurado aos empregados que forem associados de sindicato de classe reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23768-18-janeiro-1934-526823-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

Porém, não é possível afirmar que houve aceitação pacífica dos(as) trabalhadores(as) com relação à subordinação das suas organizações sindicais autônomas ao Estado (TROYANO, 1978; ANTUNES 1982; MATTOS, 2003). Desse modo, na literatura específica, verificamos, pelo menos, duas correntes gerais com tendências distintas, que se firmaram no movimento sindical ao longo dos anos 1930: 1) os *sindicatos amarelos* estreitamente ligados aos interesses do Estado; e, 2) os *sindicatos classistas* com tendências políticas distintas como: anarquistas, socialistas e comunistas. Embora houvesse divergências entre esses últimos, sobretudo com relação às formas de organização e estratégias de luta, os mesmos convergiam especialmente no que tem a ver com a insubordinação dos sindicatos ao Estado e foram responsáveis pelas greves e mobilizações do período.

Antunes (1985), mostra que dentre as tendências classistas, havia organizações coletivas diferentes, já que os anarquistas se agrupavam em torno da Federação Operária de São Paulo, os socialistas na Coligação dos Sindicatos Proletários de 1934 e os comunistas na Confederação Sindical Unitária (CSU).

Em Mattos (2003), percebemos, com a publicação de documentos de sindicato ligado ao PCB e um manifesto da Federação Operária de São Paulo, a oposição ao projeto de institucionalização dos sindicatos. Em artigo do jornal *Nossa Voz*, publicado em 1934, e vinculado a um sindicato do ramo hoteleiro ligado ao PCB, há o seguinte posicionamento: “A sindicalização criada pelo outubrismo [referência à ‘Revolução’ de outubro de 1930] é a reprodução fiel da Carta Del Lavoro imposta a ferro e fogo pelos camisas negras [os fascistas] ao proletariado italiano...” (NOSSA VOZ *apud* MATTOS, 2003, p.15). É basicamente o que reconhece, também, a Federação Operária de São Paulo, em 1931, posicionando-se contrária a lei de sindicalização:

Considerando que a lei de sindicalização... visa a fascistização das organizações operárias...; considerando que o Estado carece de autoridade para interpretar fielmente as necessidades dos trabalhadores... a Federação Operária resolve: a) não tomar conhecimento da lei que regulamenta a vida das associações operárias; b) promover uma intensa campanha nos sindicatos por meio de manifestos, conferências etc., de crítica à lei; c) fazer, mediante essa campanha de reação proletária, com que a lei de sindicalização seja derogada (FEDERAÇÃO OPERÁRIA DE SÃO PAULO *apud* MATTOS, 2003, p.14-15).

Nesse sentido, na Constituinte de 1934, as críticas do movimento sindical classista influenciam alguns deputados mais combativos que, embora defendessem o

reconhecimento legal dos sindicatos, criticavam o controle exercido pelo Ministério do Trabalho. Tal conjuntura abriu espaço para garantia da liberdade sindical na Carta Constitucional, porém será duramente combatida, a partir da repressão aberta à Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Assim, é em 1935 que as mobilizações sindicais e sociais ganham um novo fôlego na luta pela democratização do país. A organização da ANL, com sua luta contra o fascismo protagonizou uma frente popular anti-imperialista e em poucos meses chegou a 400.000 membros. Além disso, no movimento sindical, os comunistas através da criação de uma Frente Única Sindical (FUS) realizaram um congresso nacional, gênese da Confederação Sindical Unitária do Brasil (CSUB), “central sindical de todo o movimento operário do Brasil” (ANTUNES, 1985, p.61).

No entanto, o governo decretou uma Lei de Segurança Nacional para reprimir as ações da ANL¹⁵⁵ tornando o movimento ilegal. Essa mesma lei, proibia o direito de greve e dissolvia a CSUB colocando-a na clandestinidade por ser construída à margem dos sindicatos oficiais. O afastamento das lideranças combativas dos sindicatos, seja pela cassação, prisão ou eliminação física, foi a principal garantia da desmobilização subsequente do movimento sindical a partir de 1935 (MATTOS, 2003).

Antunes (1985), mostra ainda que o Estado intensificou a repressão criando a Comissão de Repressão ao Comunismo e os sindicatos combativos foram sumariamente fechados, abrindo espaço para os “amarelos”. Na perspectiva do autor, assistiu-se naquele momento à grande derrota do movimento sindical e operário no Brasil e à perda da sua autonomia. Assim, o terreno para a afirmação da estrutura sindical oficial estava preparado. Na síntese de Antunes (1985, p.62):

Criou-se uma burocracia sindical dócil, vinculada e escolhida a dedo pelo Estado, cujo objetivo não era outra senão o de controlar as reivindicações operárias. Implantou-se o “peleguismo”, configurando um sindicalismo sem raízes autênticas e que permaneceu distante da classe operária durante os quinze anos da ditadura do Estado Novo.

Por conseguinte, é perceptível que a história da constituição do sindicalismo de Estado no Brasil, foi marcada pela resistência dos sindicatos combativos, que só foram

¹⁵⁵ O PCB chegou a tomar o poder, em 1935, por quatro dias na cidade de Natal que depois se estendeu para o Rio de Janeiro e Recife. Essa tentativa incorreu no fracasso porque a partir deste momento o Estado tomou a repressão violenta e brutal como prática contra os comunistas. No dia 25 de novembro de 1935 o governo brasileiro decretou o estado de sítio por sessenta dias o que perdurou até junho de 1937. Ver mais em Souto Maior (2014): <<http://blogdaboitempo.com.br/o-que-resta-do-golpe-de-64/os-50-e-tantos-anos-dos-golpes-contr-a-classe-trabalhadora-por-jorge-luiz-souto-maior/5-a-reacao-contr-a-os-trabalhadores-1935-1942/>>. Acesso em: 22 jul. 2015.

“calados” após a intensa repressão do Estado. Em decorrência, a Ditadura do Estado Novo, a partir de 1937, retomou o controle do Estado sobre o movimento sindical e instituiu o sindicato único (unicidade sindical). A perspectiva era ligar umbilicalmente as entidades sindicais ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, pois o nascimento, crescimento e desenvolvimento e extinção dos sindicatos ficariam a cargo do reconhecimento por parte do Ministério (SOUTO MAIOR, 2014; MATTOS, 2003).

O papel do sindicato almejado pelo Estado é explicitado no Decreto-lei 1.402 de 1939, isto é, firmar contratos coletivos de trabalho, representar uma “categoria” profissional e colaborar com o Estado¹⁵⁶. Abster-se de “doutrinas incompatíveis com as instituições e os interesses da Nação”, conforme aparece no Artigo 10, significava na prática extirpar o ideário comunista e libertário do movimento operário. Além de que, instituía o Imposto Sindical uma contribuição obrigatória e que se tornou uma robusta fonte financeira para a manutenção de dirigentes “pelegos” (ANTUNES, 1985). Diz ainda o autor: “(...) o Imposto Sindical criou as condições financeiras necessárias para a transformação dos sindicatos, que de órgãos de luta de classes tornaram-se organismos prestadores de um assistencialismo social (...)” (ANTUNES, 1985, p.63). Isso era fundamental para tornar a conciliação de classes o modelo central da ação sindical.

Foi isso que tratou o Estado de fazer, a partir da dura repressão contra os militantes combativos ao longo da década de 1930 e expressivamente contra a ANL. Ademais, ao reconhecer o sindicato único e definido pela categoria profissional, se procurou “apagar” da memória histórica da classe trabalhadora o papel do sindicato como instrumento coletivo da classe (e não de determinadas categorias ou profissões), na luta contra o capital.

Portanto, é a partir desse contexto conflituoso que se forja a legislação trabalhista com a implantação da Justiça do Trabalho, em 1941, e a Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943. Tais leis, deveriam figurar subjetivamente como “concessão” do Estado aos(as) trabalhadores(as), procurando apagar da memória coletiva a tradição de luta do movimento sindical e a repressão do Estado aos movimentos grevistas e da ANL. O corolário dessa perspectiva forja o discurso político

¹⁵⁶ O Artigo 4º de tal Decreto é taxativo sobre os deveres do sindicalismo: “a) colaborar com os poderes públicos no desenvolvimento da solidariedade das profissões; b) promover a fundação de cooperativas de consumo e crédito; c) manter serviços de assistência judiciária para os associados; d) fundar e manter escolas, especialmente de aprendizagem, hospitais e outras instituições de assistência social; e) promover a conciliação nos dissídios de trabalho”. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del1402.htm>. Acesso em: 22 jul. 2015.

trabalhista “(...) que enfatiza a ideia do Estado (e de Vargas) como protetor dos trabalhadores (...)” (MATTOS, 2003, p. 21).

Sinteticamente, a instituição dos sindicatos oficiais legitimados pelo Estado, se deu sob a repressão aberta aos sindicatos classistas que se opunham a tal reconhecimento. Nesse sentido, procurou-se transformar o movimento combativo, que se organizava na perspectiva operária sem distinção de categorias e profissões e de forma autônoma ao Estado, no sindicato da conciliação de classes disposto a colaborar com o capital e o Estado para o “desenvolvimento” da nação.

Do ponto de vista da dimensão espacial, o movimento sindical dos primeiros 30 anos do século XX, de alguma forma ignorou as “fronteiras” dos limites do município, do Estado e da nação nas suas ações, bem como rompeu as fragmentações profissionais encimadas na divisão técnica do trabalho, visto que acreditavam na luta operária e não na luta corporativa; exemplo são as greves de solidariedade. As fronteiras do município, estado ou país, deveriam ser derrubadas na ação dos(as) trabalhadores(as), pois seu caráter era anticapitalista e tinha no internacionalismo a referência da ação política da classe trabalhadora¹⁵⁷.

Constituía-se numa perspectiva de gestão territorial do trabalho, organizado em sindicatos, não circunscrita à divisão social e técnica do trabalho, pré-definidas pelo Estado, e limitada às lutas meramente salariais (circulação – D’). Por mais que não se tenha atingido o objetivo final, que era o controle da produção e transformação da sociedade capitalista, é preciso lembrar que a ação destes sindicatos foi duramente reprimida pela burguesia e Estado. Daí o motivo das classes dominantes formularem todo um novo aparato político-ideológico para a ação sindical, uma vez que sabiam da real força dos(as) trabalhadores(as) que se entendiam como classe e pautavam a transformação radical da sociedade capitalista.

Ao contrário do que dizia Vargas sobre a falsa impressão que estes(as) trabalhadores(as) detinham sobre o papel do sindicato como instrumento de luta, o movimento operário desse período tinha uma clara leitura revolucionária e que, por esse motivo, sua ação ultrapassava as fronteiras territoriais e corporativas das profissões/categorias. Sua luta, que não se resumia meramente à esfera dos melhores salários (circulação – D’ – gestão territorial alienada), e se dava pelo objetivo final do controle do processo de produção por parte dos(as) operários(as). Deste modo, se

¹⁵⁷ Embora sob perspectivas táticas e estratégicas distintas e divergentes, esse nos parece ser o objetivo em comum entre anarquistas, comunistas e socialistas.

tornava uma ameaça real à ordem burguesa instalada no país, configurando-se em luta de contraespaço pelo seu caráter de negação do espaço hegemônico instituído.

Inverter esse posicionamento construído pelas organizações dos(as) trabalhadores(as) foi a tarefa do sindicalismo de Estado. Transformar a dimensão espacial (internacionalista) e classista para a colaboração de classes dos sindicatos oficiais, tendo seus limites de ação territorial pré-definidos pelo Estado (unicidade sindical), marcou profundamente a “leitura” geográfica e de classe do movimento dos(as) trabalhadores(as) em sindicatos no Brasil.

Esse limite, imposto de forma nada idílica pelo Estado ao movimento autônomo dos trabalhadores(as) infelizmente perdura, com poucas modificações, até os dias atuais. É a partir dessa construção histórica do sindicalismo de Estado que temos percebidos a ação assistencialista, conciliadora, de negociação, limitada as campanhas salariais e por dentro da lei. Isto é, a gestão territorial alienada do trabalho, que irá se expressar inclusive nos sindicatos que representam os(as) trabalhadores(as) em frigoríficos no Oeste Paranaense.

Igualmente, como corolário desta “especialização” da ação sindical, há o circunscanciamento de sua luta à esfera direta da relação capital-trabalho, mediada pelo Estado, deixando de lado as outras dimensões do sujeito trabalhador(a) (moradia, saúde, transporte, etc.), subsumidas na totalidade do capital, que são organizadas em ações pontuais e por fora da organização sindical (movimentos sociais), cindindo mais uma vez o universo do trabalho. Conforme indica Thomaz Junior (2002a, p. 228):

(...) apesar de o trabalho apresentar como sua raiz o *lócus* da produção, suas ações se dão fundamentalmente na esfera da circulação, isto é, o sindicato atua no terreno da repartição da riqueza social, em particular, as lutas salariais.

Porém, é óbvio que há nuances na práxis política dos sindicatos no Brasil, sobretudo, pelas suas diferentes vinculações teórico-ideológica-políticas e que se expressam em ações mais contundentes frente ao capital até a mera colaboração. Mas a estrutura sindical é um elemento que limita a ação mais radical dos sindicatos, já que pré-define, pela via do Estado, seu território de atuação (unicidade sindical), a fragmentação corporativa e até mesmo os limites das reivindicações em campanhas salariais etc. É claro que, se por um lado a estrutura sindical restringe a ação sindical, isso não significa que esta tenha um absoluto controle sobre os(as) trabalhadores(as).

Não obstante, as limitações impostas pela estrutura sindical, por exemplo, não permitem com que, no setor específico de frigoríficos, se vá para além da instituição de uma normativa específica para regulamentar o trabalho no setor (NR-36). Por mais importante que seja ter legislações rígidas e conquistar bons salários, esse é um limite imposto ao movimento sindical que se estrutura por dentro da via estatal, pois é o ponto máximo que conseguem chegar. Limitando-se à esfera da circulação e quase nunca colocando em xeque o controle do processo de produção, a não ser discursivamente em alguns raríssimos casos.

Por esse motivo, a estrutura sindical não comporta a transformação do sindicato oficial num sindicalismo de controle por parte dos(as) trabalhadores(as), uma vez que o sindicato de Estado é sempre uma instituição que amortece os conflitos de classes (BOITO JUNIOR, 1991). Daí a necessidade urgente de modificar a estrutura sindical controlada pelo Estado e não somente trocar as cúpulas e lideranças sindicais, quando se tem por objetivo a transformação radical da sociedade capitalista. Os exemplos do sindicalismo classista do início do século XX podem ser um bom ponto de partida para uma reorientação da ação sindical no século XXI¹⁵⁸, inclusive aos sindicatos do Oeste do Paraná, para de fato enfrentarem seriamente as condições degradantes de trabalho apontadas no quarto capítulo da presente tese.

5.3 As tendências atuais do movimento sindical e a ação dos sindicatos de trabalhadores(as) em frigoríficos no Oeste do Paraná

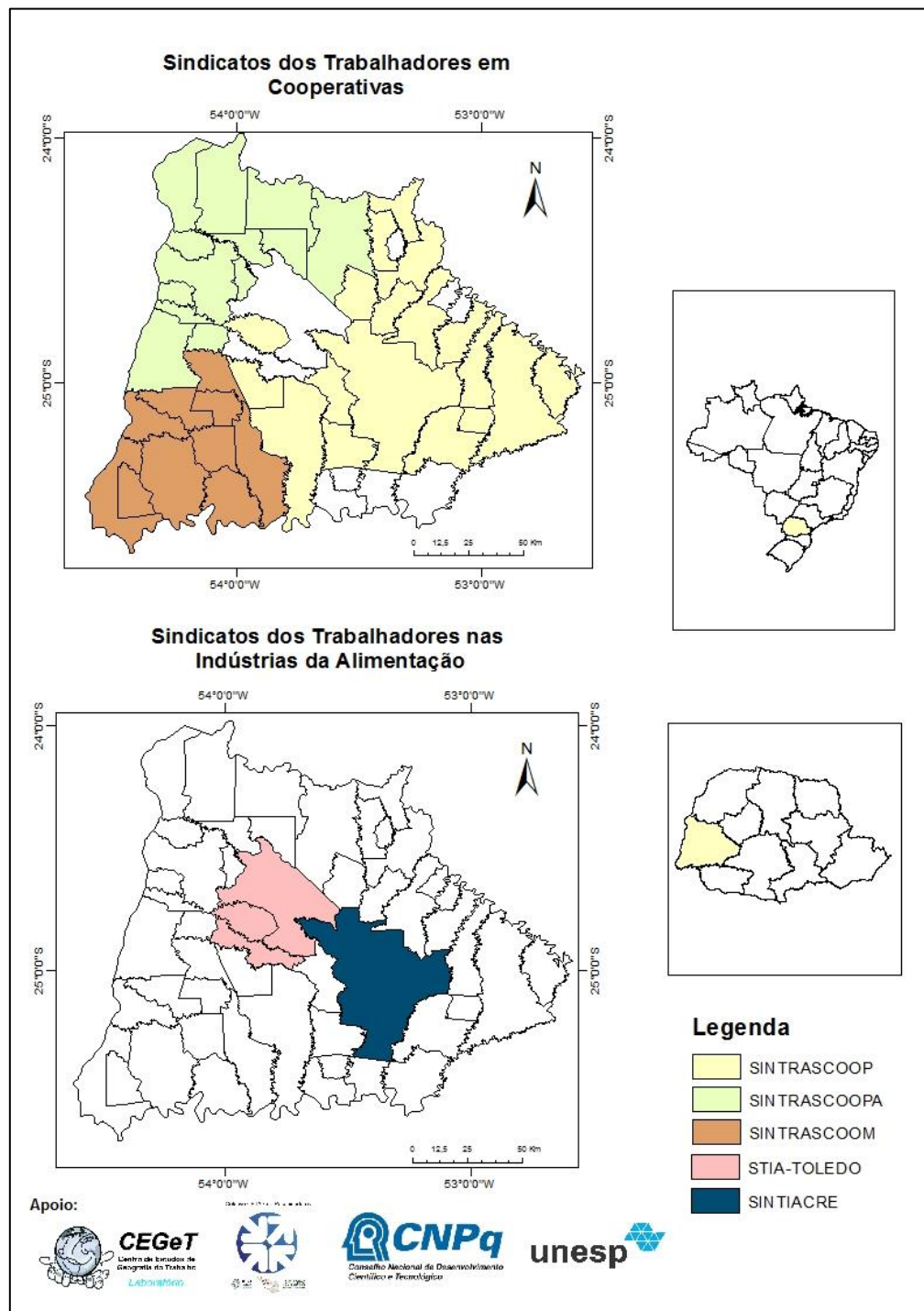
A ação territorial e política dos sindicatos que representam os(as) trabalhadores(as) em frigoríficos, no Oeste Paranaense, tem muitas semelhanças com as imposições da estrutura sindical e mesmo com a confusa atuação claramente a favor das empresas privadas e cooperativas, resultado da histórica ação de controle destas sobre os sindicatos locais, como vimos no item 5.1.

Dentre os sindicatos que atuam no Oeste do Paraná temos a divisão categorial dos sindicatos de trabalhadores(as) nas indústrias alimentícias e trabalhadores(as) em empreendimentos cooperativos (Figura 30). As vinculações políticas dos sindicatos da

¹⁵⁸ No próximo item trataremos da ação sindical no “novo” sindicalismo de onde surgiu a Central Única dos Trabalhadores (CUT) que até certo limite contribui para o repensar da ação dos sindicatos de trabalhadores(as), mas que, numa avaliação histórica, convive com a tragédia de criticar e negar a estrutura sindical na década de 1980 e se constituir hoje na central que mais recebe dinheiro pela via do Imposto Sindical, mantendo-se por dentro da estrutural sindical de Estado.

alimentação regionais nesse início do século XXI estão conectadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, os sindicatos de trabalhadores(as) em cooperativas à Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) e também à União Geral dos Trabalhadores (UGT).

Figura 24 - Base territorial dos STIA's e STCOOP's no Oeste do Paraná (2017)



Há diferenças, conflitos e até mesmo divergências entre os sindicatos citados. Também, ao longo da pesquisa, temos percebido que suas ações são diferenciadas e nas entrevistas com os dirigentes, análise da imprensa sindical e participação nos congressos e atividades sindicais, há certo esclarecimento dos posicionamentos político-ideológico das entidades. Contudo, a ideologia legalista e limitada às campanhas salariais, negociações em fóruns tripartites (empresa-sindicato-Estado), dentre outras, são elementos em comum para os sindicatos de trabalhadores(as) da alimentação e cooperativas.

Prevalece, então, a gestão territorial alienada que, no caso específico regional, divide o(a) trabalhador(a) que abate frangos nas cooperativas e empresas privadas em identificações corporativas distintas e que não dialogam. Para complexificar ainda mais a questão, o capital assume uma leitura de totalidade da gestão territorial, pois como vimos nos capítulos 3 e 4, subordina a renda da terra no campo, terceiriza o trabalho na apanha de frangos e apropria-se diretamente da mais-valia do trabalho nas indústrias. Ou seja, constrói o espaço hegemônico, historicamente, rompendo e camuflando os limites do campo, da cidade e do corporativismo categorial, colocando sob seu domínio toda série de relações sociais que do ponto de vista do trabalho não dialogam¹⁵⁹, e quando se “reconhecem”, no âmbito das organizações coletivas, fragmentam-se corporativamente em categorias sindicais.

Essa é a herança nefasta da estrutura sindical de Vargas, que persiste com algumas alterações no século XXI. Para isso, necessitamos recorrer novamente aos avanços obtidos, no contexto do final da década de 1970 e ao longo dos anos 1980, pelo “novo” sindicalismo. Emergente nas lutas dos metalúrgicos do ABC paulista e desafiando a lei nº 4330 (antigreve) de 1964, essa ação sindical autodenominada de “autêntica” garantiu algumas conquistas, mas infelizmente pouco ou nada alterou a estrutura sindical tutelada pelo Estado.

O contexto histórico da crise da Ditadura Militar, com as propostas em torno da redemocratização do país e a própria condição de miséria vivenciada pelos(as) operários(as) metalúrgicos, em decorrência da política de arrocho salarial aplicada naquele momento, é a conjuntura que marca o surgimento das lutas dos(as)

¹⁵⁹ Por isso, iremos defender a necessidade de compreender a classe trabalhadora de forma ampliada como uma necessidade urgente para de fato enfrentar o capital da frigorificação de carnes, conforme já adiantamos no item 4.5. Isto é, subverter o reconhecimento pela via corporativa dos sindicatos é apenas uma das tarefas, pois é necessário construir alternativas que sejam unificadas entre camponeses(as), “granjeiros”, trabalhadores(as) apanhadores(as) de frangos e batedores(as) de caixa, a unificação orgânica do trabalho para construção do contraespaço – o ponto central da nossa tese.

trabalhadores(as) e do “novo” sindicalismo¹⁶⁰. Mattos (2003, p.62) assim sistematizou aquele momento histórico:

As greves não estouraram com data marcada, nem foram convocadas pelos sindicatos, mas a coesão dos trabalhadores em torno dos movimentos indicava um acúmulo de experiências de resistências nas fábricas, um profundo descontentamento com a política salarial da ditadura e um nível razoável de representatividade do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

Percebe-se que o movimento surge afrontando a lei antigreve. Também, as lideranças desse momento, como Luis Inácio “Lula” da Silva, dispunham de legitimidade e representatividade junto aos(as) trabalhadores(as). O Estado, obviamente, reprimiu em vários momentos essa movimentação dos(as) trabalhadores(as), inclusive decretando a intervenção no sindicato dos metalúrgicos e retirando suas lideranças do controle do mesmo. Contudo, os apoios da sociedade civil (artistas, músicos, lideranças de esquerda, intelectuais, Igreja etc.), de entidades sindicais, dentre outros, mas, sobretudo, a forte coesão dos(as) trabalhadores(as) metalúrgicos, conseguiu frear a repressão da Ditadura. Foi a primeira vez, durante a Ditadura Militar, que lideranças destituídas do cargo puderam retornar às suas funções.

Obviamente, houve conquistas econômicas que se materializaram no aumento salarial da categoria, mesmo que abaixo do pleiteado pelos(as) trabalhadores(as). Mas, o mais importante de toda essa movimentação, iniciada no ABC em 1978, foi o aprendizado político, tanto é que naquele mesmo ano mais de cem greves eclodiram no país e, em 1979, duplicou esse número atingindo inúmeras categorias profissionais e chegando ao contingente de cerca de 3 milhões de trabalhadores(as) (MATTOS, 2003).

Dentre as defesas dos movimentos grevistas figurava o fim da estrutura sindical vinculada ao Estado, por entender que essa era uma ruptura necessária para a prática de um sindicalismo “autêntico”¹⁶¹. De alguma maneira, estes(as) líderes sindicais recuperaram toda a série de lutas anteriores do movimento operário-sindical que, como vimos no item anterior, resistiu duramente contra a estrutura sindical oficial de

¹⁶⁰ Sobre esse assunto ver o belíssimo documentário produzido por Leon Hirzman intitulado *O ABC da greve* (1979).

¹⁶¹ No documentário *O ABC da Greve* o discurso de um sindicalista proferido durante uma assembleia da greve nos chamou a atenção pelo forte conteúdo crítico à estrutura sindical, em suas palavras: “Não aceitamos de forma alguma a estrutura sindical tutelada ao Estado aonde o Ministério do Trabalho é o maior líder sindical que intervém nos sindicatos, caça a carta do sindicato, afasta dirigentes caçando dirigentes, intervindo nos órgãos sindicais que devem ser, por direito, e pertencem por direito, a classe trabalhadora” (Ver a partir de 53 minutos e 07 segundos até 53 minutos e 37 segundos).

Vargas, somente se “adequando” após a brutal repressão contra os comunistas e anarquistas, bem como com a ANL no ano de 1935.

Das suas ações, nos anos 1980, surgiu a CUT e o PT, com características diferenciadas da “referência” sindical existente durante a Ditadura Militar, questionando inclusive o passado colaboracionista do PCB¹⁶², e que influenciaram até mesmo as duas tentativas de oposição sindical, em Toledo (PR), na mesma década, como vimos no item 5.1. Porém, de um discurso radical com relação à estrutura sindical tutelada pelo Estado, os(as) militantes formados no “novo” sindicalismo, ao longo dos anos 1980 e na virada dos anos 1990 priorizaram a negociação, o tripartismo, as câmaras setoriais, isto é, uma adequação tanto à estrutura sindical como à proposta de colaboração de classes (THOMAZ JUNIOR, 2002a; CARVALHAL, 2004).

Assim, o rompimento com o sindicato de Estado continua como uma tarefa fundamental para o movimento autêntico dos(as) trabalhadores(as), já que sua tendência demonstra resultados negativos para a classe trabalhadora. O apego ao “legalismo”, o monopólio da representação formal dos(as) trabalhadores(as) que muitas vezes os distancia de uma luta que paute o controle do processo de produção, ainda são desafios para o movimento sindical. Como mostra Carvalhal (2004, p.113-114):

A relação que o sindicato estabelece com os trabalhadores é pautada pelas características do sindicalismo oficial (...) tendo o legalismo como parâmetro ideológico da ação sindical, a capacidade de mobilização dos sindicatos fica à mercê daquilo que é estabelecido em lei, priorizando as disputas institucionais no interior do aparelho judiciário pelo cumprimento da legislação ou através do jogo parlamentar no caso da criação de leis trabalhistas. Além disso, como os sindicatos detêm o monopólio legal da representação dos trabalhadores, ficam dispensados da ampliação e efetiva organização destes trabalhadores para continuarem existindo.

Estas são referências importantes para o entendimento da ação sindical dos(as) trabalhadores(as) em frigoríficos do Oeste Paranaense. Isso porque o apego ao legalismo, às discussões de pauta somente nas datas-base, as negociações, enfim, a colaboração com o capital é a referência, ainda que se expresse de maneira diferenciada entre os sindicatos estudados.

¹⁶² Cf. Carvalhal (2004).

5.3.1 Sindicatos dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, o ajuste espacial do trabalho e a distância do contraespaço

No Oeste Paranaense, são dois os sindicatos de trabalhadores(as) que representam os(as) trabalhadores(as) inseridos na frigorificação de carnes: o Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Avícolas, Carnes Bovina e Suína e das Indústrias da Alimentação de Toledo e Região¹⁶³ (STIA-Toledo), e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Cascavel e Região (SINTIACRE). Ambos estão vinculados na escala estadual à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado do Paraná (FTIA-PR) e nacional à Confederação Brasileira Democrática dos Trabalhadores na Indústria da Alimentação (CONTAC). A ligação política se dá junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Ambos foram fundados na década de 1980 e são os mais antigos na região, que representam os(as) trabalhadores(as) vinculados aos frigoríficos, sendo que tiveram a base disputada, a partir da criação de sindicatos dos(as) trabalhadores(as) em cooperativas a partir da década de 1990 (VARUSSA, 2012). Estes últimos, reivindicaram a base de todas as ocupações em cooperativas, desde o(a) trabalhador(a) do frigorífico de aves, dos supermercados até as funções de gerência, o que instalou o conflito jurídico com os sindicatos dos(as) trabalhadores(as) da alimentação, comércio, bancários¹⁶⁴, dentre outros.

A ação sindical é pautada na perspectiva da luta pelos direitos e quase sempre vinculada à esfera das discussões de data-base, acordos, convenções coletivas e, quando muito, às greves por discordância nas mesas de negociação. Pensar o controle do processo de produção como um objetivo fundamental para transformação da sociedade de classes não é parte das preocupações de tais entidades, embora a sua soldagem política tenha se dado, em torno de uma central sindical que é fruto do “novo” sindicalismo. Também, as críticas à estrutura sindical oficial são praticamente inexistentes, sendo que as estratégias de ação política traçadas se enquadram por dentro da mesma. As conquistas, narradas pelo dirigente sindical Beto, parecem não desmentir tal tese:

¹⁶³ Essa é uma modificação na razão social do sindicato por conta das oposições que sofreram em 2009, quando da tentativa de fundação de um novo sindicato que teria por objetivo ter a base dos trabalhadores(as) especificamente dos frigoríficos.

¹⁶⁴ Na categoria bancários, também houve racha de base, pois existem as cooperativas de crédito que funcionam exatamente como bancos. No entanto estes(as) trabalhadores(as) são vinculados ao sindicato de trabalhadores(as) em cooperativas e não aos bancários.

(...) a campanha salarial, a campanha por saúde, a questão das mulheres, o que a Federação até porque nós somos pequenos tem dificuldade a gente não adianta abraçar o mundo, mas a gente tem alguns projetos que a gente foca, focamos na NR, focamos na campanha salarial, focamos na cesta básica, focamos no uniforme, EPI, isso nas indústrias e isso a gente vem conquistando, não adianta querer tudo porque eles se organizam e nós não chegamos lá porque eles tem o poder eles tem o capital (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.72).

Dentre as pautas narradas por Beto, a que apareceu em maior destaque, desde pelos menos 2011, com a organização de caravanas em várias cidades do interior do Paraná, foi a discussão da NR dos frigoríficos. Sua construção envolveu a preocupação com as doenças do trabalho, principalmente as relacionadas ao esforço repetitivo, que afetam duramente as mulheres e homens que vivem do trabalho em frigoríficos no Brasil. Realidade que não é diferente para a região Oeste do Paraná, conforme mostramos no item 4.4.

Dentre os objetivos da NR, o que nos parece principal, é a instalação de pausas de recuperação de fadiga durante a jornada de trabalho. Nesse sentido, a incorporação de pausas regulares¹⁶⁵ visa diminuir o desgaste psicofisiológico dos(as) trabalhadores(as) e, dessa maneira, reduzir os agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as). Uma ação importante, que visa alterar as condições de trabalho impostas nos frigoríficos.

Os sindicatos dos(as) trabalhadores(as) da alimentação (STIA's) de todo o país organizaram algumas passeatas, seminários, discussões e até mobilizações – como a ocorrida em São Paulo, em 2012, em frente à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) –, com o intuito de sensibilizar a opinião pública para a importância da aprovação da NR dos Frigoríficos (NR 36).

Não obstante, a normativa que foi aprovada e publicada no ano de 2013, foi amplamente comemorada pela CUT, CONTAC, FTIA-PR e pelos sindicatos de trabalhadores(as) da alimentação locais. No entanto, a mesma traz em si os limites do sindicalismo de Estado, pois seu viés é paliativo e não atinge a hegemonia do capital na esfera do controle da totalidade do processo produtivo.

É justamente essa hegemonia que o capital necessita manter para continuar seu processo de reprodução ampliada da acumulação capitalista (a produção do espaço

¹⁶⁵ Jornadas de Trabalho até 6 horas, 20 minutos de pausa; até 7 horas e 20 minutos, 45 minutos de pausa e até 8 horas e 48 minutos, 60 minutos de pausa (item 36.13.2). Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013E237DCD6635C2/NR-36%20\(atualizada%202013\).pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3DCADFC3013E237DCD6635C2/NR-36%20(atualizada%202013).pdf)>. Acesso em: 31 de jul. 2015.

hegemônico). Lutar pela construção de uma NR mostra a face moderada, tão necessária ao sindicato de Estado (BOITO JUNIOR, 1991) e, de alguma maneira, como existe certo abandono da resistência de tais organizações em pautar, mesmo que no horizonte histórico, a perspectiva de transformar o processo de produção sob seu controle. As palavras do dirigente sindical Luiz expressam nosso argumento:

(...) a gente procura manter o equilíbrio né, você também não pode ser radical ao extremo e sair por aí pregando falando mal da empresa porque a empresa tem o seu papel né? Ela está contratando e através da contratação que ela faz que vem a nossa contribuição, que vem o que mantém o sindicato funcionando. Então, a gente, não é, não é benéfico querer prejudicar a empresa a gente nunca quer prejudicar a empresa a gente só não quer que a empresa prejudique o trabalhador e muitas empresas não veem isso que a partir do momento em que ela está prejudicando o trabalhador dela ela está prejudicando ela mesma (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.108-109).

Obviamente, não pensamos que a NR se configure numa conquista insignificante. Certamente, ela traz benefícios para os(as) trabalhadores(as) e, sobretudo, para a fiscalização (MTE e MPT), que ganha mais uma arma a seu favor no momento das inspeções. Porém, ela não altera em nada a estrutura de funcionamento da sociedade do capital (apropriação da mais-valia a partir da extração do trabalho excedente), que é o real fundamento do ritmo excessivo de trabalho que resulta nos agravos físicos e mentais.

No entanto, apontar para a necessária redução do ritmo de trabalho, instalação de pausas ao longo da jornada de trabalho, certamente irá amenizar as dores que tanto relatam os(as) trabalhadores(as) de frigoríficos no Brasil. Esse é o importante avanço que a NR demarca. O que politicamente influenciou, por exemplo, no acordo inédito do MPT e a BRF de Marau (RS), no qual a empresa se comprometeu a reduzir o ritmo de trabalho na sua linha de produção¹⁶⁶, perspectiva, aliás, que é central para o Projeto de Frigoríficos do MPT que, de forma correta, está pautando a redução de ritmo como possibilidade de enfrentar de forma mais efetiva o problema dos agravos à saúde.

Mas parece ser apenas por esse tipo de pauta reformista e assistencialista, que os sindicatos da alimentação regionais se dedicam. Percebemos poucas ações

¹⁶⁶ Na desossa de coxa e sobrecoxa o ritmo de trabalho reduziu de 4 para 3,5 coxas por minuto por trabalhador(a) e na pendura e rependura o limite de 13 frangos por minuto foi acordado. Além disso, serão contratados mais trabalhadores(as) para o descarregamento, pendura e evisceração para adequar a produção ao número de trabalhadores(as). Ver mais em: < <http://www.prt4.mpt.gov.br/procuradorias/66-ptm-passo-fundo/293-acordo-inedito-reduzira-ritmo-de-trabalho-no-frigorifico-brf-em-marau>>. Acesso em: 31 de jul. 2015.

contundentes na dimensão da compreensão da luta classista dos(as) trabalhadores(as) e que se expressam, pouco mais, na atuação do SINTIACRE que organizou duas greves, em 2012 e 2014, na empresa Globoaves, em Cascavel (Figura 31). Ambas, organizadas com as atenções para as discordâncias no âmbito da negociação salarial e somente “resolvidas” quando da apresentação, por parte da empresa de novos reajustes salariais. Do ponto de vista da atuação sindical, essa parece ser a ação mais contundente dos sindicatos que representam formalmente trabalhadores(as) de frigoríficos na região Oeste do Paraná. Tanto é que em 2014, por exemplo, a greve durou apenas 2 dias e finalizou justamente quando a empresa acenou com o aceite de parte das reivindicações dos(as) trabalhadores(as).

Figura 25 - Greve em dezembro de 2014 promovida pelo SINTIACRE na empresa Globoaves em Cascavel (PR)



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

A pauta foi meramente salarial, pois estivemos presentes em um dos dias da greve e gravamos o áudio da comunicação do SINTIACRE com os(as) trabalhadores(as), após uma rodada de negociação com a empresa no Ministério do Trabalho. O piso salarial de ingresso R\$950,00 subiu para R\$1.046,00 e de efetivação

passou de R\$990,00 para R\$1075¹⁶⁷, bem como reajustou-se o auxílio alimentação de R\$155,00 para R\$185,00, auxílio material escolar R\$65,00 para R\$71,50 e o prêmio por tempo de serviço, para aqueles(as) que já têm 10 anos de tempo de serviço, variou de R\$110,00 para R\$121,00.

Não obstante, no áudio gravado, se nota a insatisfação de alguns(as) trabalhadores(as), quando o dirigente sindical anunciava os percentuais de reajuste pleiteados. Os dizeres “é pouco” a cada um dos itens anunciados pelo sindicalista demonstra a insatisfação com os baixos salários e o trabalho repetitivo e intenso. Também, pode indicar crítica à atuação dos próprios sindicatos, tema que é recorrente nas entrevistas com trabalhadores(as) do setor frigorífico, seja de empresas ou cooperativas (HECK, 2013, 2017; VARUSSA, 2012). Assim, as greves e paralisações, promovidas pelo SINTIACRE, assumem essa postura do debate limitado à esfera salarial, conforme narra Luiz:

(...) mas, dentro das convenções coletivas a gente conseguiu fazer vários avanços no que diz respeito ao dinheiro porque é o que o trabalhador está interessado, é o quanto eu vou receber de aumento, quanto que eu vou ganhar de aumento. E aí nessa questão a gente não tem deixado a desejar porque não cumpriu com as expectativas do sindicato a gente faz greve, não temos preguiça não. Patrão ofereceu INPC só e mais nada, nós queremos 12%, 10%, a gente sempre pede um pouco a mais, tipo, assim, nós queremos 10 nós pedimos 12, daí depois tem como baixar sem ficar muito abaixo do piso regional (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.97).

Mesmo assim, é importante notar que, embora se conviva com condições absolutamente degradantes de trabalho nos frigoríficos da região e baixos salários, o único sindicato que promoveu greves em frigorífico foi o SINTIACRE. Ainda que restrita, meramente, ao reajuste salarial essa foi a ação mais contundente promovida pelos sindicatos da região, o que é muito pouco, tendo em vista as condições de trabalho vividas pelos(as) trabalhadores(as) de frigoríficos, mas que conferiu o melhor piso salarial dentre os sindicatos que representam os(as) trabalhadores(as) deste setor, para os anos de 2014-2015¹⁶⁸ (Tabela 9).

¹⁶⁷ Importante perceber que este piso salarial acordado entre o SINTIACRE e a empresa Kaefer foi o maior dentre todos os sindicatos que representam trabalhadores(as) de frigoríficos no Oeste Paranaense para o ano de 2014-2015, como é possível constatar pela análise dos ACT's e CCT's firmados entre STIA's e STCOOP's neste ano. Isso ajuda a mostrar que as ações mais contundentes, como as greves, podem resultar em ganhos significativos questionando a mera postura colaboracionista e de total submissão aos interesses empresariais que não resulta nem em maiores pisos salariais.

¹⁶⁸ Porém, como veremos mais a frente, na única ação mais ousada dos STCOOP's, restrita ao SINTRASCOOPA, que não aceitou a proposta patronal e manteve por certo período o indicativo de greve

Tabela 9 - – Pisos salariais 2014-2015 STCOOP's e STIA's

Sindicato e Empresa	Piso Salarial	Pós 90 dias
SINTRASCOOP-COPACOL	R\$954,84	s/i*
SINTRASCOOP-COOPAVEL	R\$1.014,00	s/i
SINTRASCOOPA-COPAGRIL	s/i	s/i
SINTRASCOOPA-C-VALE	s/i	s/i
SINTRASCOOM-LAR	R\$954,84	R\$987,54
SINTRASCOOM-FRIMESA	s/i	s/i
SINTIACRE-KAEFER	R\$1.046,00	R\$1.075,00
STIA TOLEDO-BRF	R\$965,68	R\$1.012,00

Fonte: Sistema Mediador, MTE.

*Sem informação disponível no Sistema Mediador do MTE.

Por outro lado, quando observamos a atuação do STIA-Toledo, percebemos que não há nenhuma notícia de movimentação para ação grevista dos(as) trabalhadores(as) em frigoríficos. Um indicativo daquilo que afirma o dirigente sindical Murilo, sobre os acordos coletivos firmados e o respeito conquistado perante a empresa:

Eu acho que a principal conquista que a gente conseguiu desde 2003 foi o respeito. O patrão enxergar nós como sindicato de trabalhador, acho que essa foi a maior conquista. Dentro disso aí, tem várias conquistas que nós conseguimos aí sobre saúde, melhoria dentro da fábrica... até o nosso acordo coletivo a gente considera um acordo bom, um acordo ótimo né. E, eu acredito que agora com esse acordo, a NR, mais alguma coisa, eu acho que isso pra nós é fundamental, é muito importante. Porque a melhor coisa que tem na sua vida é saber que o outro te respeita né, e a empresa não respeitava o sindicato, eles trazia aqui o Presidente assinava, hoje não, hoje até para fazer um banco de horas, fazer uma troca de dia, é tudo no voto, eu levo lá a urna de voto e falo vocês vão votar se vocês aceitam essa proposta vocês votam (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.181).

Ou seja, o sentido positivo conferido ao acordo salarial, firmado com a empresa “que respeita o sindicato”, já que agora supostamente decisões negativas para

na C-Vale de Palotina, conquistou-se o piso de R\$1.200,00 no ano de 2015. Com relação ao ano anterior houve aumento de 25,7% nos rendimentos dos(as) trabalhadores(as) do frigorífico que recebiam R\$954,84 no período antecedente. Porém, esse nível salarial ultrapassa o piso do SINTIACRE de 2015-2016 que era de R\$1191,42, que desde então não tem conseguido fechar acordo com a empresa Kaefer/Globoaves de Cascavel (PR). O crescimento de 25,7% só é válido para a série histórica salarial da C-Vale, pois o piso do SINTIACRE com a Globoaves já era de R\$970,00 no acordo de 2013/2014. No entanto, é importante destacar que se encontra nas ações mais ousadas como paralisações e greves, mesmo que pontuais, a possibilidade de alcançar os melhores patamares salariais, dentre outras conquistas.

os(as) trabalhadores(as) não são mais assinadas pelos dirigentes, mas votadas pela base, conferem na narrativa de Murilo o sentido que ele enxerga para a ação sindical, sem maiores conflitos com o empresariado. Por isso, diz ele: “(...) então, hoje a gente trabalha tudo assim, nós não somos radical, nós gostamos de conversar e o trabalho nosso está aí (...)” (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.181).

Essas esferas da negociação e das demandas dos(as) trabalhadores(as), vinculadas meramente às campanhas salariais e na busca por Convenções Coletivas de Trabalho (CCT's) no âmbito das entidades de grau superior, como as Federações e até mesmo aos Acordos Coletivos de Trabalho (ACT's), que podem ser firmadas pelos sindicatos para além da CCT, demarca um dos mais significativos limites da ação sindical. Aliás, é basicamente nessa esfera, das “campanhas salariais”, que o movimento sindical no Brasil centra as suas preocupações, fechando a sua apreensão meramente à esfera da circulação. Como mostra Thomaz Junior (2002a, p.313):

Materialização singular do corporativismo, a(s) campanha(s) salarial(is) e o seu produto imediato, as convenções e/ou dissídios coletivos, além de expressar a feição mais evidente da fragmentação do trabalho, já assimilada na figura das corporações sindicais, são a personificação da consumação do ciclo da alienação. Isto é, tendo em vista que é a cartada final do trabalho, confinada no plano da circulação das relações econômicas – aliás o único momento em que há a identificação operária –, restringe-se, porém, a reivindicar salário e melhores condições de vida e trabalho.

Nesse sentido, entendemos que os sindicatos da alimentação ligados à CUT têm uma atuação pouco mais combativa, se comparados aos sindicatos de trabalhadores(as) em cooperativas, uma vez que foram estes que organizaram toda a discussão em torno da NR 36 no estado do Paraná. Porém, essa é uma legislação que se limita às reivindicações da melhoria nas condições de trabalho, no entanto, traz uma proposta efetiva de transformação das relações de trabalho. É uma ação paliativa, assim como são as greves e campanhas salariais que ficam confinadas à esfera da circulação, sem qualquer posicionamento efetivo, em torno da autonomia sindical e desvinculação da estrutura sindical vinculada ao Estado.

Contudo, é ainda importante pensar a luta para efetivação da NR dos frigoríficos como um ajuste espacial do trabalho (*labor spatial fix*), conceito proposto por Herod (1997; 2001). Como vimos no primeiro capítulo da presente tese, este autor parte da premissa de que o capital não é o agente absoluto a promover ajustes

espaciais¹⁶⁹ e critica os(as) geógrafos(as) neoclássicos e até marxistas¹⁷⁰, que secundarizam o papel das lutas dos(as) trabalhadores(as) na teoria do ajuste espacial. Assim, ele sugere ser necessário observar os(as) trabalhadores(as) como sujeitos sociais ativos e que mesmo suas lutas não revolucionárias, por dentro dos limites do capitalismo, podem criar ajustes espaciais do trabalho¹⁷¹.

Deste modo, Herod (1997) acredita que é possível uma teorização menos mecanicista e mais profundamente política da natureza controversa da produção do espaço sob o capitalismo, posto que são os conflitos que atualmente definem as paisagens e estão no centro da geografia do capitalismo. Em decorrência, a “geografia do trabalho” (*Labor Geography*), que ele procura construir “(...) tem se centrado em analisar como os trabalhadores desenvolvem seus próprios ajustes espaciais, como eles tentam implementar estratégias espaciais como parte de suas lutas políticas e econômicas¹⁷² (...)” (HEROD, 2014, p.15). Estes são produzidos em escalas geográficas diversas, sendo que o autor alerta, baseando-se em Marx, que embora os(as) trabalhadores(as) possam produzir seus ajustes espaciais eles não são totalmente livres para fazê-lo, assunto que vimos no primeiro capítulo da presente tese.

Essa é uma apreensão importante, para entender como exemplo empírico a ação sindical em torno da construção da NR dos frigoríficos. Já que, esta surge a partir da ação dos(as) trabalhadores(as) vinculados à CONTAC, que teve por objetivo modificar o espaço, no qual o trabalho é realizado numa articulação local (cada frigorífico) e nacional (efetivação da Normativa Regulamentadora). Como está explícito na imprensa sindical: “A NR vai impor limites aos patrões, ditando o que poderá ser feito dentro das empresas para manter a produção. Ela será essencial para conseguirmos fiscalizar os locais de trabalho e proteger a saúde dos trabalhadores” (JORNAL DA ALIMENTAÇÃO, 2011, p.3).

¹⁶⁹ Nas palavras do autor “Capital is not only actor actively shaping the geography of capitalism or even, in some places and times, the most significant one, and labor is not simply a ‘factor’ of location in the sense in which it is so often conceived” (HEROD, 1997, p.17, *grifos do autor*).

¹⁷⁰ Andrew Herod dialoga criticamente com David Harvey e seu conceito de ajuste espacial (*spatial fix*), entendendo que este autor (e outros marxistas), secundarizam o papel dos trabalhadores(as) no “ajuste espacial”, colocando no centro da análise o capital.

¹⁷¹ Consultar Herod (2001) onde ele discute com exemplos empíricos a sua proposta do ajuste espacial do trabalho.

¹⁷² Concluimos, no item 1.2, que a perspectiva da Labor Geography, funda uma teoria da ação dos(as) trabalhadores(as), significativa contribuição para Geografia. Porém, o trabalho como categoria central da existência do ser social, portanto, seu sentido ontológico, não comparece como fio condutor central destes estudos.

Isto é, uma construção que se deu pela via dos sindicatos da alimentação ligados à CONTAC/CUT e que procuraram modificar as condições de trabalho nos frigoríficos, a partir da luta por uma legislação efetiva. Concretamente, a NR conseguiu instaurar pausas ao longo da jornada de trabalho diária, uma importante transformação nas relações de trabalho impostas no frigorífico. Por isso, entendemo-la como um ajuste espacial do trabalho que conseguiu impor, mesmo que nos marcos da lei e do Estado, pequenos limites ao capital.

Deste modo, se é importante reconhecer que os(as) trabalhadores(as) são capazes de criar seus próprios ajustes espaciais, moldando a geografia do capitalismo, também, é fundamental compreender suas limitações. Identificá-los é importante, como é o caso da luta pela NR dos frigoríficos, mas reconhecer seus limites é essencial. Distinguir as aparências das essências, uma importante proposição do pensamento marxiano, deve ser entendida para o caso da luta pela NR. É por isso que, para além de enxergar o ajuste espacial do trabalho, é necessário pensar a construção do contraespaço, já que seu efeito oscila “(...) entre uma radical transformação e uma simples mudança da ordem de exclusão estrutural que espacialmente contesta” (MOREIRA, 2012, p. 217).

Essa contribuição do geógrafo Ruy Moreira nos ajuda a compreender criticamente o ajuste espacial do trabalho, alcançado a partir da luta pela NR, que apenas minimiza o trabalho degradante nos frigoríficos. Como parte de uma modificação nas relações de trabalho na fábrica, por meio da significativa incorporação de pausas ao longo da jornada, tal ajuste espacial do trabalho não consegue alterar a relação da extração de mais-valia, a radical transformação necessária para a luta de contraespaço.

Além disso, sua construção de forma *tripartite* e negociada mostra o legalismo como parâmetro ideológico da ação do sindicato de Estado e, dessa forma, os limites do movimento sindical, pois esse é um dos “pontos altos” que os sindicatos podem alcançar como conquistas a partir das suas lutas por dentro da estrutura sindical oficial. É por isso que a perspectiva do sindicato de Estado é no máximo a “melhoria”, o “assistencialismo”, ficando restritas suas ações à esfera da circulação (D’). Como é representativa a narrativa de Murilo, sobre as perspectivas da ação sindical e das questões sociais mais gerais no Brasil:

Eu acho que deve avançar mais para o futuro é a qualidade de vida do trabalhador, qualidade de vida não só dentro do frigorífico, mas salarial e melhores condições de trabalho, porque hoje tem trabalhador, o trabalhador brasileiro hoje ele não tem tempo para lazer ele tem que trabalhar em duas, três funções para poder manter a família. Então, eu acho que tem que haver organização. Organizar uma política social para diminuir um pouco a como é que fala aí a distância do rico para o pobre, certo, vai ser complicado (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.91).

Sendo assim, percebemos que os sindicatos da alimentação locais se pautam nas lutas basicamente restritas às campanhas salariais e por dentro da ideologia legalista. As greves promovidas são limitadas às discordâncias nas mesas de negociação e rapidamente “resolvidas” com o reajuste salarial. A NR, que em nossa opinião, é o maior avanço conquistado pelos sindicatos ligados à CONTAC/CUT e a mais importante conquista em escala nacional do movimento sindical dos(as) trabalhadores(as) do setor de frigorificação de carnes, na atualidade, limita-se ao paliativo da instauração das pausas durante as jornadas de trabalho. Nesse sentido, estão absolutamente distantes da construção do contraespaço, uma vez que não questionam a estrutura sindical, tampouco a fragmentação corporativa e operam suas ações restritas a essa esfera, o que impede uma ação efetiva que tenha por objetivo o controle da totalidade da produção. Sua estratégia de ação é, quando muito, reformista e se situa hegemonizada pelo capital.

Entretanto, por protagonizarem a luta para instauração da NR e promoverem greves circunscritas aos reajustes salariais, cremos que não é crível tratar os sindicatos ligados à CUT/CONTAC como sinônimos dos sindicatos de trabalhadores(as) em cooperativas, embora existam proximidades entre tais entidades.

5.3.2 Sindicatos dos Trabalhadores em Cooperativas e a fábula do sindicalismo moderno e de resultados sociais e sindicais

São três os sindicatos de trabalhadores(as) em cooperativas presentes, no Oeste Paranaense, e mais duas sub-sedes: 1) Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas de Palotina e Região (SINTRASCOOPA), com subsede em Marechal Cândido Rondon (PR); 2) Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas Agropecuárias, Agrícolas e Agroindustriais de Medianeira e Região (SINTRASCOOM); 3) Sindicato dos Trabalhadores em Cooperativas de Cascavel e Região (SINTRASCOOP), com subsede em Cafelândia (PR). Na escala estadual estes se vinculam à Federação dos

Trabalhadores e Trabalhadoras Celetistas em Cooperativas no Estado do Paraná (FETRACOOP) e, em nível nacional, à Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas do Brasil (FENATRACOOP). A articulação política ao nível de central sindical à Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) e à União Geral dos Trabalhadores (UGT)¹⁷³.

Formados durante a década de 1990, estes disputaram a base sindical com outras categorias, pois reivindicaram e basicamente criaram a base dos(as) “trabalhadores(as) em cooperativas”, que podem exercer atividades distintas como em supermercados, frigoríficos e bancos. Muitas foram as tentativas de obstrução para sua formação por outras categorias¹⁷⁴, inclusive com pesadas denúncias por parte Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (CONTRAF), enquadrando-os como “sindicatos fantasmas”, denunciando, ainda, a iniciativa da formação da FENATRACOOP como intenções dos patrões¹⁷⁵.

O sindicalista Italo indica que, no Oeste Paranaense, as próprias cooperativas tiveram interesse na fundação dos STCOOP's, já que a representação por distintas categorias no âmbito das mesmas significava um “empecilho”:

Tanto é que as cooperativas no começo facilitaram, ajudaram a criação do sindicato de trabalhador em cooperativa. Porque elas não aguentavam mais. As cooperativas grandes tinha vinte sindicatos, vinte convenções para cumprir, isso RH nenhum aguenta como se diz, tinha daí que cada vez olhar “ah! esse cara faz isso então ele é daquele sindicato”, todo mês alguns ganhavam aumento e cada categoria tinha uma data-base diferenciada, indústria de óleo era uma época, ração era outra época, comércio era outra época, engenheiros era outra época, pessoas de laboratório, então, todo mês alguém tinha data-base dentro da cooperativa. RH nenhum consegue se organizar com isso (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.5).

Italo não esconde que a fundação de um único sindicato para representação dos(as) trabalhadores(as) de cooperativas fosse uma das intenções das próprias

¹⁷³ Porém, na entrevista que realizamos com um dos dirigentes sindicais do SINTRASCOOPA de Palotina (PR), no dia 22 de janeiro de 2014, e que não pôde ser gravada, este detinha ligação política com a Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB).

¹⁷⁴ Foram 27 pedidos de impugnação para criação da FENATRACOOP que foram rejeitados pelo MTE. O presidente da CONTRAF assim se posicionou: “Estranho o comportamento do Ministério na concessão desses registros, uma vez que ela contradiz entendimento anterior do MTE, explicitado em Nota Técnica, de que as cooperativas são sociedades de pessoas, e não de capital, o que impossibilita a constituição de sindicatos, e de que a representação dos trabalhadores deve ser estabelecida de acordo com a natureza da atividade” (FETECSP.ORG). Disponível em: <http://www.fetecsp.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=43548>. Acesso em: 04 ago. 2015.

¹⁷⁵ Ver mais em: <http://www.fetecsp.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=43548>. Acesso em: 04 ago. 2015.

cooperativas empresariais. Também não omite a disputa por base sindical que foi/é motivo de ações judiciais por parte de outras categorias. Os sindicatos de trabalhadores(as) empregados no comércio é citado por ele, como autor de ações contra os STCOOP's, por conta da representatividade dos trabalhadores(as) de supermercados. Igualmente, quando se refere a categoria alimentação, o sindicalista diz que, por conta da sua ação pessoal, pacificou-se os conflitos, posto que ele, firmou um acordo com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação de Medianeira (PR):

Não, não, porque quando, como eu era da categoria alimentação na época quando foi criado o sindicato de trabalhador em cooperativa, a gente assinou um documento reconhecendo, então, eles não têm como brigar porque houve um reconhecimento pelo presidente na época dizendo que ele reconhece que é uma categoria. Então, aquilo foi um passo muito bom que a gente deu porque senão eles também estariam incomodando sim (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.6).

Mauro do SINTRASCOOPA também nega a relação conflituosa com os STIA's, pois "(...) é outra categoria né, cooperativismo é uma coisa e alimentação é outra" (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.51). Carlito do SINTRASCOOP, igualmente, revela que o conflito de base com os STIA's "foi bem tranquilo", diferente do que ocorreu com os(as) trabalhadores(as) do comércio. Quando perguntado sobre o conflito com outras categorias, Carlito assim se posiciona:

Ah! teve com o sindicato do comércio, na época da alimentação foi bem tranquilo o sindicato eu acho que ele via as questões né, dizia assim: não, não pertence a nós mesmo, vamos deixar para que alguém faça né. E o comércio não, ele não queria abrir nessa questão (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.38).

Contudo, a relativa passividade na disputa com os STIA's, narrada pelos dirigentes sindicais dos STCOOP's, não comparece nas entrevistas que realizamos com os dirigentes dos STIA's¹⁷⁶. Segundo Murilo, após a criação dos sindicatos de trabalhadores(as) em cooperativas, com suas respectivas assembleias e homologação do MTE, "(...) a alimentação tentou impugnar de todas as formas, então, houve embate sim, tentou impugnar, mas você sabe né, não conseguiu" (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.88). Beto, presidente da FTIA-PR, utiliza o exemplo da disputa de base ocorrida em Medianeira (PR), que culminou na fundação do SINTRASCOOM, como uma reação

¹⁷⁶ Apenas na entrevista com o dirigente sindical do SINTIACRE essa questão não foi abordada, talvez a explicação esteja vinculada a sua entrada recente na direção do sindicato.

das grandes cooperativas à organização dos STIA's e suas reivindicações. Conforme ele mesmo narra:

(...) as cooperativas estou dizendo pra você, em razão da nossa organização que nós começamos a salário, condições de trabalho, coisa da mulher, uniforme, as campanhas da Federação, e o sindicato que representava esse era um sindicato da alimentação, Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Alimentação em Medianeira, era o sindicato da alimentação de Medianeira (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.71).

Deste modo, uma primeira conclusão sobre a criação dos STCOOP's é que promoveram uma disputa por dentro da já fragmentada divisão corporativa-categorial do sindicalismo de Estado. Isto é, o(a) bancário(a), por exemplo, se vinculado a uma cooperativa, agora passa a ser formalmente representado por algum STCOOP, o mesmo ocorrendo para outras categorias como os(as) trabalhadores(as) de frigorífico, que embora permaneça o(a) mesmo(a) operário(a) abatedor(a) de frango, a depender da empresa a qual está vinculado, fica dividido entre STCOOP's e STIA's na região Oeste do Paraná.

Outra questão que nos chamou a atenção, com relação às narrativas dos dirigentes dos STCOOP's, e que acreditamos ter relação com essa disputa de base com outras categoriais, foram os constantes posicionamentos contra a CUT e seu suposto radicalismo, bem como as críticas aos sindicatos mais combativos que promovem greves e paralisações com certa frequência. Como explicita o dirigente sindical André, a partir de sua experiência pessoal:

É, a paralisação ela faz o que, você cria um clima de guerra. Eu já fiz greve. A greve para fazer o sensacionalismo é a melhor coisa que tem por quê? Você vai lá e discursa tal e tem argumento e tal. O problema é você sair da greve. Nós fizemos uma greve em Assaí na fiação da cooperativa integrada paralisamos e tomamos a cooperativa de assalto, fomos lá dentro, ficamos uma semana lá, fazia comida né? Tipo CUT aí. O que aconteceu? Um dia chegou a polícia, tropa de choque, bateu até pra dentro dos nossos olhos entendeu? Expulsou nós lá de dentro, nós fomos para o fórum da cidade o promotor falou "se abrir mais uma vez a boca eu mando te prender". E nós ficamos acuados. Ligamos para o secretário de segurança do Paraná, na época que era o Candim ainda, o Candim, lembra do Candim? Ele falou "é, veja bem, um pedido do deputado lá da região porque a cooperativa não podia fechar as portas e não sei o que tal, tal, tal". Moral da história, nós ficamos sete dias lá, em greve, criamos um passivo para a cooperativa que podia ser revertido em aumento de salário, criamos uma confusão na cidade, entendeu? Não resolveu nada, nós fizemos uma greve que não deu em nada, fomos para o tribunal e o tribunal negou o nosso

pedido. Então, *a greve ela tem que ser dissociada do bom sindicalismo*, o bom sindicalismo ele tem que ter a greve como uma arma pra proteger seu patrimônio, mas você só vai usar em última razão. A última razão é a greve, é quando o dialogo não existe mais (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.31, *grifo nosso*).

A partir desta narrativa, pode-se entender certas diferenças entre a postura dos STCOOP's e dos STIA's. No item anterior, quando o dirigente do SINTIACRE fala sobre a organização da greve não indica que esta deva ser apenas o último recurso, enxerga nela certa efetividade para questionar a classe patronal e conquistar certas pautas. Essa é uma nuance fundamental que existe entre os sindicatos estudados e que não pode ser negligenciada, inclusive porque, é o único sindicato (SINTIACRE) que promoveu greves, mesmo limitadas a pauta salarial, em que houve o melhor piso salarial regional para os(as) trabalhadores(as) do abate e processamento de carnes no período 2014-2015.

Já na perspectiva do dirigente André, a greve dissocia-se do que o mesmo acredita ser o “bom sindicalismo”. É por isso, que o “sindicalismo moderno”, “de resultados”, “cidadão”, dentre outros adjetivos utilizados pelos dirigentes dos STCOOP's, para caracterizar sua perspectiva sindical, está, a nosso ver, relacionado diretamente a uma postura absolutamente passiva em relação às cooperativas empresariais, eufemisticamente significadas pelos sindicalistas como uma atitude de “diálogo”. André, noutro momento da entrevista, dá a tônica do significado do sindicalismo de resultados “(...) é você atender o pedido do trabalhador da maneira que o trabalhador quer sem radicalismo” (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.30). Ainda, complementa, em entrevista recente ao Programa Momento do Trabalhador da Rádio Cultura AM de Palotina (PR)¹⁷⁷, o significado, na sua perspectiva, do “sindicato moderno”:

Você veja bem, o sindicato não pode ter sangue nos olhos, o sindicato não pode negociar com o fígado, o sindicato não pode querer destruir o empregador, não é esse o papel de um sindicato moderno. O sindicato moderno é de parceria, é de parceria nos resultados. O meu sindicato o lema é “sindicato de resultados sindicais e sociais”. Resultados, nós temos que buscar resultados para os trabalhadores e resultado para as cooperativas (PROGRAMA MOMENTO DO TRABALHADOR, 2015).

¹⁷⁷ O áudio integral está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FQIBokiPF9A>>. Acesso em: 05 ago. 2015. A fala do sindicalista que recortamos se encontra a partir de 14 minutos e 28 segundos até 14 minutos e 55 segundos, e o programa foi veiculado no dia 1º de agosto de 2015.

A partir das narrativas de André, sobre o papel do sindicato “moderno”, se percebe a importância da reflexão teórica, que traçamos no item 5.2, sobre a emergência do sindicalismo de Estado e sua ideologia correspondente: a “colaboração de classes”. Não há nada de “moderno” ou novo nessa perspectiva de ação sindical, pelo contrário, é uma prática que tem lastro desde pelo menos a década de 1930, a qual ficou conhecida pela literatura como “sindicalismo amarelo” (TROYANO, 1978).

Naquela época, a Ditadura Vargas implementou esse projeto de sindicalismo para combater os sindicatos classistas. Contemporaneamente, os STCOOP’s pautam a mesma perspectiva, mas não combatem sindicatos necessariamente revolucionários, e sim, aqueles poucos mais combativos, como os STIA’s ligados à CONTAC-CUT, cujo objetivo também não é “destruir” as empresas, posicionamento comum aos STCOOP’s, pois é de lá que vêm a contribuição sindical.

Sendo assim, percebemos que as *práxis* políticas dos STCOOP’s e STIA’s no Oeste Paranaense têm algumas diferenças, todavia, essencialmente, ambos continuam a se manter por dentro da estrutura sindical oficial, se reconhecem como categoria e reduzem basicamente suas pautas à esfera da circulação (campanhas salariais). Porém, os STCOOP’s, protagonizam acordos de redução salarial com as cooperativas empresariais, já negociaram zero de reajuste salarial com a Coopavel, mesmo com a inflação em alta¹⁷⁸, e procuram influenciar nos assuntos empresariais, o que não é constatado nos STIA’s da região. Por exemplo, quando a LAR estava quase em insolvência, o sindicato “ajudou”, conforme narra André: “(...) por uma insistência nossa de que a cooperativa devia sair daquela questão da monocultura do recebimento somente e da comercialização de produtos, mas agregar valor através da industrialização” (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.21).

Além disso, em momentos de crise no mercado do frango, os STCOOP’s chegaram a realizar assembleia para redução salarial temporária na Copacol. Reduziu-se por quatro meses o salário em 20% e após o “mercado reagir”, segundo André “(...) deu para devolver os 20% que tinha tomado do trabalhador (...)” (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.21). Não temos notícia de qualquer assembleia convocada pelos STIA’s para redução de salários, mesmo que temporariamente.

¹⁷⁸ A íntegra da narrativa de André sobre esse caso: “(...) a própria Coopavel teve um ano em que nós negociamos zero de reajuste com a inflação galopante, porque a cooperativa ia falir e discutimos assim, olha vamos negociar isso aqui esse ano e reunimos trabalhadores vamos sacrificar e a cooperativa vai dar aumento real nos próximos cinco anos, entendeu? Nós teremos aumento real de salário para compensar isso aí e fizemos um compromisso, na época, era o Ebraim Faiad, o presidente na época da cooperativa, discutimos isso a cooperativa cumpriu e a cooperativa também se reergueu” (p.21-22).

Estas são demonstrações inequívocas da ação política abertamente empresarial dos STCOOP's e que denunciam, por si só, a fábula desse sindicalismo “moderno e de resultados sociais e sindicais”. Suas ações expressam a ideologia equivocada da colaboração de classes, na qual os(as) operários(as) pagam com redução salarial, e reajuste zero, a crise das cooperativas empresariais. Por isso, na avaliação sobre a relação das entidades que dirigem e as cooperativas empresariais, há unanimidade entre os sindicalistas entrevistados, uma vez que apontam que há convívio positivo, respeitoso e de diálogo. Aliás, esse é um dos motivos pelos quais, os STCOOP's, conseguiram acesso às empresas e o que eles denominam como “respeito”. Nas palavras de Carlito:

Então, era muito radical, hoje não. Hoje, quer dizer, o gerente foi trabalhando e foi mostrando que o sindicato não é isso que, está aí para fazer não está pra baderna, não está pra isso e aquilo, mas apenas quer ajudar. Porque se eles dão abertura pra nós poder ajudar a cooperativa nós vamos ajudar, nós não vamos querer né arrebentar a cooperativa. A questão nossa é ajudar se a cooperativa puder crescer cem por cento pra nós é melhor né? Agora eles tinha uma visão diferente sindical, não sei com quem eles trabalhavam antes, com os outros sindicatos, se foram radical ou colocaram na cabeça dele que, não, o sindicato é. Até porque hoje a gente sabe que tinha encarregado dentro da própria cooperativa que é radical ao sindicato que se pudesse detonar o sindicato... lá e daí tinha muitos que “não eles falaram isso e isso”, digo não gente, não é essa forma. As pessoas tem uma visão diferente da entidade porque tem centrais outras que são radicais, chegam, ainda existe, não adianta dizer que não tem né, mas nós aqui somos completamente diferentes somos do diálogo (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.40-41).

Não é de modo algum acidental que as perspectivas de ação sindical dos STCOOP's estejam reduzidas ao assistencialismo e a ideologia legalista. Os descontos e convênios firmados pelos sindicatos, o oferecimento de cortes de cabelo, clínica dentária, práticas também evidentes nos STIA's cutistas, parecem ser a ação “social” mais efetiva destes sindicatos. Nesse sentido, esse “sindicalismo moderno” dos STCOOP's, é absolutamente funcional à acumulação capitalista no âmbito da frigorificação de carnes, no Oeste Paranaense, pois sua ação não se contrapõe às cooperativas empresariais. Não obstante, estes sindicatos, não apenas têm reduzidas suas ações à esfera da circulação, como também, procuram interferir na própria gestão das cooperativas empresariais, chegando até mesmo a negociar acordos de redução salarial e reajuste zero.

Dessa forma, percebemos como não houve iniciativas incisivas dos STCOOP's, por exemplo, na construção da NR 36 dos frigoríficos, pelo contrário, chegam até mesmo a apontar certa relativização das doenças relacionadas às condições de trabalho nos frigoríficos, conforme narra Italo:

(...) então ali que vem “não aquela cooperativa tem 40 doentes”, mas, olha o número de trabalhadores dessa empresa para aquela. Então, proporcionalmente ela não está gerando mais doença do que os outros. Representa um número maior, mas em proporção eu ainda acho... porque elas estão muito bem estruturadas na questão de EPI, segurança e medicina do trabalho. Em proporção o número de trabalhadores doentes em cooperativas é menor do que nos outros segmentos. Agora que existe, existe, mas, proporcionalmente em número, ela é menor do que em muitas outras atividades. A gente sabe, sabe que tem empresinha aí com cem, cento e poucos trabalhadores tem três, quatro afastados por doença ocupacional (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.15).

Essa resposta do dirigente sindical se deu após a pergunta sobre as doenças do trabalho em frigoríficos. Por três vezes perguntamos sobre esse setor, a primeira resposta foi que a doença ocupacional não só ocorria nos frigoríficos e era algo generalizado, o que é verdade. Mas o seu argumento é construído sob a ótica na qual as cooperativas estão muito bem estruturadas em questões de saúde do(a) trabalhador(a) e a comparação de proporcionalidade oferecida por Italo é irreal. Seu argumento final é o seguinte: “então proporcionalmente as cooperativas não estão gerando doentes” (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.15).

Todavia, a fiscalização ocorrida, em agosto de 2015, no frigorífico da cooperativa LAR em Matelândia (PR), base do SINTRASCOOM, desmonta o argumento do sindicalista, no qual as cooperativas estariam muito bem estruturadas em questões de segurança e medicina do trabalho. Foram interditadas 73 máquinas, 13 atividades e 5 setores, o que paralisou as atividades do frigorífico. Estavam em falta sistemas de segurança em máquinas que geravam riscos para agravos a saúde dos(as) trabalhadores(as) e 70% dos(as) trabalhadores(as) sentiam dor, formigamento nos braços ou perda de força em virtude do trabalho, sendo que 75% já precisaram tomar remédios para trabalhar¹⁷⁹. Além disso, o título da própria matéria, veiculada pelo jornal *Correio do Lago*, e intitulada “Cooperativa LAR é interditada após denúncia da Fenatracoop” não é verdadeiro. Isso porque, a força-tarefa foi uma atividade prevista

¹⁷⁹ Fonte: <<http://www.correiodolago.com.br/noticia/cooperativa-lar-e-interditada-apos-denuncia-da-fenatracoop/18951/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

pela ação do próprio MPT e que contou com o apoio de outras instituições do Estado, dentre elas o MTE, não partindo de denúncias da FENATRACOOP. Aliás, causaria surpresa se as denúncias viessem de fato dos STCOOP's, já que sua postura não é ser um "sindicato de denúncia", como diz André:

(...) até assim, nós tivemos aqui um certo momento um procurador do trabalho falou assim: "é porque vocês não fazem denúncia". Não, eu sou sindicato, não para denunciar, eu sou sindicato para negociar. E aí ele falou assim: "é porque o sindicato dos motoristas nem perto do portão eles conseguem chegar" eu falei: "quem é mais sindicato?" um que não consegue nem chegar perto dos seus associados? Então, dentro dessa situação a nossa linha de raciocínio está pautada de que é através do diálogo que eu consigo convencer a cooperativa a mudar o posicionamento, mudar a posição e se eu levar a cooperativa a qualquer coisa do Ministério do Trabalho ou para o Ministério Público do Trabalho eu não vou ter efetividade (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.29).

Sendo assim, se por um lado os STIA's têm a seu favor o protagonismo na luta pela NR dos frigoríficos e a organização de greves em períodos de campanhas salariais, restritas ao SINTIACRE, por outro, os STCOOP's não protagonizaram a luta pela NR e ainda chegaram a firmar negociações, nas quais a redução salarial e o reajuste zero foi aprovado. Ainda, a materialização dessa postura empresarial dos STCOOP's aparece no 15º Congresso dos Trabalhadores em Cooperativas do Paraná, realizado no dia 27 de abril de 2014, na cidade de Cascavel (PR).

Durante o encontro, a tônica do equilíbrio do conflito capital x trabalho foi, frequentemente, apontada pelo governador do estado do Paraná, Beto Richa, e pelos demais participantes da mesa (Figura 32), dentre eles dirigentes de cooperativas, que ressaltaram a centralidade do papel negocial dos sindicatos. Até mesmo, Mauri Viana, presidente do SINTRASCOOPA de Palotina e da FENATRACOOP, criticou os dirigentes sindicais que convocam greve denominando-os de incompetentes, pois na sua visão, os bons dirigentes sindicais teriam a postura de negociar até a exaustão¹⁸⁰.

A materialização da perspectiva de colaboração de classes torna-se mais explícita quando as principais lideranças dos STCOOP's fizeram coro à fala do governador do estado do Paraná, sobre o "equilíbrio na relação capital-trabalho".

¹⁸⁰ Em frente ao salão onde ocorria o Congresso, os(as) professores(as) da rede pública estadual do Paraná protestavam contra o governador Beto Richa e, naquele momento, estavam mobilizados e em greve. As críticas de Viana pareceram serem endereçadas aos(as) professores(as), ao mesmo tempo em que chamava o governador de "amigo" e, após lançar a sua candidatura pessoal ao senado, pelo Partido Republicano Progressista (PRP), disse que iria compor a campanha de re-eleição de Beto Richa (PSDB) no Paraná.

Contudo, se os STCOOP's colaboram diretamente com as cooperativas empresariais, as mesmas, desde pelo menos 2013, não têm correspondido minimamente com os reajustes salariais buscados pelos sindicatos, já que, no geral, apresentam menores pisos salariais do que os STIA's.

Figura 26 – Mesa de lideranças durante o Congresso dos Trabalhadores em Cooperativas



Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

Há três anos que, no período da data-base dos STCOOP's, têm existido discordâncias na relação de “diálogo” com as cooperativas e o Sindicato das Cooperativas Agrícolas, Agropecuárias e Agroindustrial da Região Oeste (SINCOOPAR-OESTE). Em decorrência, os STCOOP's, têm divulgado na mídia e na imprensa sindical indicativos de greve. Só que se trata de uma perspectiva grevista, sem mobilizações.

Tanto é que, em 2013, no período em que a onda de protestos populares no Brasil se intensificou, Mauri Viana, chegou a cancelar uma assembleia com os(as) trabalhadores(as), sob o argumento de que: “(...) a onda de manifestos poderia inflamar os trabalhadores e a situação sair do controle¹⁸¹”.

No ano seguinte, os líderes sindicais dos STCOOP's lançaram uma série de vídeos sob o título *Reunião para greve no Oeste do Paraná*¹⁸², basicamente, “apelando”

¹⁸¹ Fonte: <<http://www.fenatracoop.com.br/site/trabalhadores-em-cooperativas-poderao-entrar-em-greve-no-oeste-do-parana/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

¹⁸² São três vídeos disponíveis na internet com a fala de cada um dos dirigentes sindicais: 1) Mauri Viana <<https://www.youtube.com/watch?v=ogMH8ZRQqB8>>. 2) Beno Schroeder

para que se aceitasse parte dos pedidos na mesa de negociação para evitar aquilo que nem os mesmos gostariam que ocorresse: a greve. Todos conferem sentido absolutamente negativo ao movimento grevista e até propõem a realização de uma “greve diferente”, que consiste, basicamente, em não promover ações coletivas nas fábricas, mas sim, solicitar aos(as) trabalhadores(as) que fiquem nas suas casas. Mauri Viana argumenta: “nós estamos tentando convencer o patronal que a greve é ruim para o trabalhador, para o cooperado e para a região¹⁸³”. A cobrança dos sindicalistas se pauta em que o crescimento das cooperativas, e seus sucessivos anos de lucratividade alta, algo que eles não se opõem, não está rendendo reajustes salariais razoáveis para os(as) trabalhadores(as).

O pedido dos STCOOP's em termos de reajuste salarial figurava em 15% e a proposta patronal ofereceu inicialmente 6%. Após as discordâncias e a ameaça de greve, conseguiram chegar ao patamar de reajuste em 9%, comemorado pelos dirigentes sindicais que, dessa forma, não precisaram recorrer à deflagração da greve julgando a negociação satisfatória.

Em 2015, o impasse voltou a ocorrer. Os sindicatos reivindicam novamente 15% e as cooperativas afirmaram que o “justo” são os 9%, tendo em vista, o momento de crise no país. Nas palavras de Irineo da Costa Rodrigues, presidente da cooperativa LAR: “as empresas estão com custos elevados em impostos, energia elétrica, juros, combustíveis, logística, aumento abusivos, portanto encarecendo o custo de produção como um todo¹⁸⁴”. Mauri Viana contra-argumenta dizendo que a suposta crise não atinge as cooperativas, visto que estas continuam a realizar investimentos e cresceram 22% somente nesse primeiro semestre de 2015¹⁸⁵. Para ele, a crise atinge em cheio os(as) trabalhadores(as) e considera irreal a proposta patronal de 9% de reajuste salarial, que confere basicamente uma correção em termos do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), o que não resulta em aumento real no salário.

Deste modo, foi no ano de 2015 que, de fato, houve o primeiro conflito mais efetivo entre os STCOOP's e as cooperativas. Porém, dirigentes como Mauri Viana

<<https://www.youtube.com/watch?v=kb6fhauaylU>>. 3) Clair Spanhol
<<https://www.youtube.com/watch?v=fUP-uJHD2x8>>. Acesso em: 08 ago. 201.

¹⁸³ Ver narrativa no vídeo entre 2 minutos e 10 segundos e 2 minutos e 25 segundos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ogMH8ZRQqB8>>. Acesso em: 08 ago 2015.

¹⁸⁴ Disponível em: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/145518/cooperativas-dizem-que-reajuste-superior-a-9-e-impossivel>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

¹⁸⁵ Tal informação encontra-se no áudio de uma entrevista que concedeu ao programa da Fenatracoop. Ver especialmente essa informação a partir dos 04 minutos e 50 segundos da mesma. Fonte: <<https://www.youtube.com/watch?v=i2GIqNZ-HGU>>. Acesso em 12 jan. 2017.

creditam todo o conflito existente ao sindicato patronal (SINCOPAR-OESTE), isentando alguns presidentes de cooperativa. Acontece que, os dirigentes sindicais dos STCOOP's, do Oeste do Paraná, decidiram pelo "indicativo de greve", rejeitando a proposta patronal, e após essa decisão instalou-se as desavenças entre estes o judiciário local e os setores patronais. O presidente da Frimesa, Valter Vanzella, assim se manifestou com relação à possibilidade de greve:

Começar uma greve é fácil, mas quero ver onde isso pode parar. Uma greve deve ser justificável e a maioria deve querer que ela aconteça. Este ano é um ano de defender a manutenção do emprego, o país está passando uma fase ruim, por isso, uma greve nesse momento, tendo um reajuste acima do índice inflacionário não se justifica¹⁸⁶.

Ou seja, os setores patronais, representados pelas direções das cooperativas empresariais e o SINCOOPAR-OESTE, mesmo com os bons resultados econômicos acumulados, utilizam da crise econômica como moeda de barganha para não conceder sequer o reajuste salarial acima da inflação. Curiosamente, nunca é demais lembrar, que os STCOOP's, em momentos específicos de crise no mercado de frangos, negociaram reajuste zero juntos às cooperativas. Contudo, quando solicitam reajuste com aumento real de salário, pois a sua proposta consistia em aumento real de 42% no piso salarial, em momento positivo para o cooperativismo empresarial, apesar da crise econômica, não foram atendidos.

Tal situação, antes de apontar para uma mudança de postura na ação dos STCOOP's é, pelo contrário, o resultado mais expressivo do seu próprio fracasso e submissão aos interesses dominantes. Sua postura de diálogo, colaboração e de solicitar melhores reajustes em momentos bons para o setor do cooperativismo empresarial, falhou. Pela via da colaboração de classes, não se conseguiu sensibilizar o setor patronal, que impôs, até mesmo pela força policial, a manutenção dos seus interesses¹⁸⁷.

Além disso, percebe-se que houve conflitos internos aos STCOOP's, pois SINTRASCOOP e SINTRASCOOM aceitaram a proposta patronal e o SINTRASCOOPA rejeitou¹⁸⁸. Esta consistia em reajuste salarial de 10%, sendo 9%

¹⁸⁶ Fonte: <<http://www.clickmedianeira.com.br/greve-lar-e-frimesa-esclarecem-andamento-das-negociacoes-sindicais/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

¹⁸⁷ A polícia foi enviada para frente da cooperativa C-Vale, em Palotina, mesmo sabendo que não haveria a paralisação no dia 24 de agosto de 2015. Fonte: <<http://correiodoar.com.br/noticia/palotina-mesmo-sem-greve-policia-cumpre-ordem-para-garantir-a-seguranca-e-tranquilidade-no-frigorifico-da-c-vale/2390/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

¹⁸⁸ Nota oficial do SINTRASCOOPA e FENATRACOOP. Fonte: <<http://www.correiodoar.com.br/noticia/sintrascoopa/2392/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

retroativo a junho de 2015 e 1% para ser pago em novembro, muito abaixo do que era pretendido pela assembleia dos próprios dirigentes sindicais que havia decidido, como pauta para o indicativo de greve, aumento real de 42% no piso salarial. Em nota, o SINTRASCOOPA assim posicionou-se:

A Federação Nacional dos Trabalhadores Celetistas nas Cooperativas no Brasil – Fenatracoop e o Sindicatos dos Trabalhadores em Cooperativas de Palotina e Região comunica que o acordo que prevê o reajuste salarial de 9% agora retroativo ao mês de junho e mais 1% no mês de novembro firmado na última terça-feira (18/8), entre Sintrascop de Cascavel e região, Sintrascop de Medianeira e região e o sindicato patronal das cooperativas Sincopar/Oeste, não está valendo para os trabalhadores das cooperativas que são da base de representação do Sintrascoopa C.Vale, Frimesa, Copagril e Cotriguaçu¹⁸⁹.

Essa simples rejeição ao acordo patronal resultou em atritos no âmbito do judiciário trabalhista. A C-Vale, alegando que o SINTRASCOOPA havia concordado com a proposta patronal, em 11 de agosto de 2015, e que após isso, voltou atrás de tal decisão, recusando-se a apresentá-la ao conjunto da categoria, despertou o interesse do judiciário que, a partir da Vara do Trabalho de Assis Chateaubriand (PR), declarou ilegal qualquer movimento de greve na cooperativa¹⁹⁰. Tal ação, resultou numa série de conflitos jurídicos e declarações ácidas na imprensa, principalmente do dirigente sindical Mauri Viana, com relação ao direito de greve, o papel do judiciário local etc. Contudo, a manutenção do indicativo de greve e o conflito mais explícito com o setor patronal, resultou no melhor acordo salarial do SINTRASCOOPA que elevou seu piso salarial, para o(a) trabalhador(a) do frigorífico de aves, aos patamares do SINTIACRE¹⁹¹.

Esse fato inusitado, ou seja, conflitos mais explícitos com as cooperativas, por parte do SINTRASCOOPA, merece uma avaliação mais cuidadosa. Antes de qualquer comemoração ou de mudança de postura na direção destes sindicatos, algo que não ocorreu e nem ocorrerá num futuro próximo, é preciso apontar que somente quando romperam, minimamente, com a postura “colaboracionista” é que conquistaram melhores resultados na negociação coletiva. Isso mostra que, de fato, as ações mais contundentes é que levam às conquistas, mesmo que mínimas, e não o “diálogo”, a “negociação” e a submissão aos interesses diretos dos setores patronais.

¹⁸⁹ Fonte: <<http://www.correiadoar.com.br/noticia/sintrascoopa/2392/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

¹⁹⁰ Fonte: <<http://www.correiadoar.com.br/noticia/c-vale/2391/>>. Acesso em 12 jan. 2017.

¹⁹¹ Pisos salariais (2015-2016): SINTIACRE R\$1.191,42 e SINTRASCOOPA R\$1.200,00.

Frente a tal situação, se percebe de forma muito clara os limites dos sindicatos, os quais se auto intitulam como “modernos”. A falência da perspectiva de colaboração de classes se expressa claramente nas negativas das cooperativas empresariais em reajustar os salários dos(as) trabalhadores(as) e se explicita no fato de que, no geral, os pisos salariais dos STCOOP’s é menor do que dos STIA’s. Ainda, somente se conquistou o maior piso salarial desta categoria, quando rompeu-se, minimamente, com a própria ideologia dos STCOOP’s da explícita colaboração de classes. Além disso, a “luta” dos STCOOP’s resumem-se ao contingente, negociado e ao “diálogo” entre capital e trabalho, no qual quem perde são os(as) trabalhadores(as), pois é impossível haver uma relação de equilíbrio entre capital e trabalho, como as próprias negociações salariais têm demonstrado.

Assim sendo, o discurso/ação conciliador se encontra na razão direta da legitimação do sindicato pelas empresas/cooperativas e na sua deslegitimação pela base dos trabalhadores(as), como iremos demonstrar no item 6.2. A postura negocial culmina no consentimento do capital como única alternativa possível e legitimando a sua hegemonia.

Por isso, essa ação sindical é fundamental para a expansão territorial do capital da frigorificação de carnes, (espaço hegemônico), no Oeste Paranaense, e se relaciona à postura desejada, desde pelo menos 1930, com relação aos dirigentes sindicais: assistencialistas, negociadores e que colaborem para o suposto equilíbrio da relação capital-trabalho, distanciando a luta dos(as) trabalhadores(as) do seu aspecto político.

A manutenção da extração de trabalho excedente (mais-valia) é devedora dessa postura de colaboração de classes dos sindicatos, numa relação em que os sindicatos estudados (STIA’s e STCOOP’s), mesmo com suas pequenas diferenças de ação, se inserem como participantes do espaço hegemônico e distanciam-se, salvo raríssimos casos como as greves, das lutas de contraespaço, que tem aparecido por fora da seara sindical, como veremos no próximo capítulo.

5.3.3 O negociado é sempre melhor que o legislado? Discussão crítica sobre as CCT’s e ACT’s dos STIA’s e STCOOP’s

Em decorrência, o que podemos apontar sobre os STIA’s e STCOOP’s é a prevalência da característica moderada do sindicato de Estado, que se expressa com maior ou menor evidência noutras entidades sindicais etc. Isso corrobora com certo

padrão na ação sindical, que se reduz, obviamente, na postura da colaboração de classes. Porém, é necessário apontar que, se existem limites por dentro da estrutura sindical de Estado, isso não significa, necessariamente, que todas as entidades sindicais no Brasil, mesmo que ligadas ao Estado, atuem meramente na perspectiva salarial e negocial.

No entanto, a pesquisa aponta que, o principal na ação sindical dos STIA's e STCOOP's, se dá nas campanhas salariais e, basicamente se reduz, embora com estratégias de ação distintas entre as entidades, à negociação dos salários e benefícios. Isso é, como vimos no item 5.2, trata-se da materialização da gestão territorial alienada do trabalho, que no âmbito das instâncias de organização (sindicatos), reduz suas estratégias de ação aos limites impostos pela estrutura sindical oficial. Por isso, atua basicamente no terreno da luta salarial (esfera da circulação D'). Além disso, fragmenta-se corporativamente, ou seja, se enxerga como categoria e não como trabalhador, apesar de suas bases, no caso da frigorificação de carnes, atuarem no mesmo tipo de função. Como sintetiza Thomaz Junior (2002a, p.234):

(...) no plano da identidade coletiva (sindicato), vê-se como corporação, ou se identifica como sendo parte desta ou daquela categoria e não como operário. A identidade do sindicato é marcada pela ruptura, ao ver-se apenas como parte específica da divisão técnica do trabalho que, ao territorializar-se, transcodifica-se numa leitura alienada, restrita ao plano meramente aparente da relação capital x trabalho.

Essa identificação alienada e referenciada na categoria resulta no entendimento fragmentário, em que trabalhadores(as) abatedores(as) de frango e suíno, que realizam cotidianamente as mesmas funções, se vinculados às cooperativas, pertencem aos STCOOP's e quando ligados às empresas, são base dos STIA's. Os próprios sindicatos assumem essa postura corporativa, uma vez que além de disputar a base, se enxergam como representantes de categorias distintas e, obviamente, jamais pautam qualquer estratégia de ação unificada em prol dos(as) trabalhadores(as). O problema principal decorrente desta postura equivocada é que, em contrapartida, o capital, ao constituir todo o esquema de exploração do trabalho no circuito produtivo da frigorificação de carnes, tem sob seu controle a totalidade do processo de produção – discutiremos esse assunto, pormenorizadamente, no capítulo 6.

Contudo, as estratégias de ação, mesmo nas campanhas salariais, são distintas entre STIA's e STCOOP's. Os pisos salariais conquistados e os percentuais de reajuste são diferentes, o que, a nosso ver, está relacionado à postura de ação de cada uma das

entidades estudadas. Desse modo, a análise das CCT's e ACT's demonstra efetivamente que há pouquíssimas diferenças entre os reajustes salariais firmados entre estes e as empresas/cooperativas (Tabela 10). No geral, os salários dos(as) trabalhadores(as) dos frigoríficos não chega a dois mínimos, tampouco ultrapassa o mínimo regional, o que também significa a prevalência da baixa remuneração a despeito da quantidade significativa de “geração de empregos” no Oeste Paranaense¹⁹². Não obstante, os maiores pisos salariais se encontram, justamente, nos sindicatos que organizam ações mais ousadas como, por exemplo, a realização das greves.

Nessa perspectiva, percebemos que, embora existam pequenas distinções na esfera da ação prática dos STIA's e STCOOP's, não há uma abrupta diferença entre os acordos que firmam, com o capital da frigorificação de carnes, nas mesas de negociação de CCT's e ACT's.

Tabela 10 - Diferença percentual entre os reajustes de STIA's e STCOOP's (2009-2016)

Ano	STIA's	Ano	STCOOP's*
2009-2010	7%	2009-2010	7%
2010-2011	8%	2010-2012	7%
2011-2012	8,5%	2011-2012**	8%
2012-2013	8%	2012-2014	6%
2013-2014	8,5%	2014-2016	9%
2014-2015	8,5%		
2015-2016	10,83%		

Fonte: Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho, Mediador – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

*A negociação salarial dos STCOOP's fica definida a partir das negociações individuais via ACT firmada por cada sindicato e cooperativa, os valores percentuais do reajuste são definidos pelo critério da CCT.

**Termo Aditivo

Constata-se, nas CCT's e ACT's, a existência de mecanismos prejudiciais aos(as) trabalhadores(as) como: banco de horas, acordos de flexibilização de jornadas e cláusulas que instituem a cobrança obrigatória de mensalidade dos(as) trabalhadores(as), mesmo que não estejam filiados à entidade sindical. Isso significa, que estes contratos firmados entre sindicatos e empresas/cooperativas, não têm por

¹⁹² Sobre esse mesmo assunto Varussa (2006) já alertou para existência da mesma condição salarial há uma década.

obrigação assegurar somente benefícios para suas bases, isto é, nas suas cláusulas podem constar itens que representam justamente o contrário.

Esses são pontos, que abrem uma importante discussão que ultrapassa a esfera local e se coloca como assunto fundamental para o movimento sindical. Além de colocar questões sobre os projetos de reforma trabalhista, nas quais se propõe a prevalência do negociado sob o legislado, esse debate aponta para certo descompasso entre o sindicato de Estado, moderado e legalista, e a sua base. Como percebemos na pesquisa, os(as) trabalhadores(as) não enxergam certas ações legais tomadas pelos sindicatos – a exemplo do desconto direto em folha da taxa de contribuição sindical mensal e os acordos que inserem mecanismos como o Banco do Horas – como legítimas.

Além disso, as evidências de firmas de contratos com mecanismos prejudiciais à base trabalhadora devem ser contextualizadas no âmbito das transformações mais gerais do capitalismo e, por isso, não se tratam de aspectos locais dos acordos firmados pelos sindicatos que estamos estudando, é preciso um “mergulho” mais profundo na realidade social do trabalho no Brasil e no mundo para entendê-las.

Num contexto social marcado pela intensa informalidade do trabalho no mundo¹⁹³, é fato que a classe trabalhadora está distante dos sistemas jurídicos protetivos que foram construídos pela sua própria luta e ação ao longo do século XX. Com isso, o próprio Direito do Trabalho sofre pressões para se “adequar à nova realidade¹⁹⁴”, dentre estas, assume tendências em que cláusulas obrigacionais (contrato) passam a ter mais importância do que as normativas (lei). Isso abre brechas para existência de acordos, em que se incorporam alterações negativas para a classe trabalhadora, já que prevalece a ideia em que as relações contratuais assumem maior importância. Nas palavras de Viana (2001, p.174):

Naturalmente, se considerarmos a convenção coletiva mais um contrato do que uma norma, fica mais fácil defender a tese de que ela só gera efeitos dentro do prazo, mesmo para as relações de emprego

¹⁹³ Segundo o Panorama Social e de Empregos Mundial, relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 75% de todos(as) os(as) trabalhadores(as) do mundo, no ano de 2015, contam com empregos temporários ou de curto prazo, muitas vezes no mercado informal e sem contrato. Fonte: <<https://nacoesunidas.org/apenas-25-das-pessoas-no-mundo-possuem-trabalhos-formais-afirma-oit/>>. Acesso em 08 nov. de 2016.

¹⁹⁴ Um dos exemplos mais significativos destas pressões é a proposta de legitimar, na letra da lei, a terceirização de atividades-fim, o que, na prática, significa incorporar e legitimar a precarização do trabalho, já que os terceirizados estão, no geral, sem acesso aos direitos trabalhistas e na informalidade. Sobre esse assunto, presente também no circuito produtivo avícola, consultar Heck (2015).

iniciadas na sua vigência, e pode ser alterada até para pior, como acontece com os contratos comuns.

Deste modo, não é gratuita a pressão que sofre, no Brasil, a legislação trabalhista, considerada inadequada e ultrapassada pelo setor empresarial, que busca sua reforma principalmente a partir da tese da priorização do acordado sobre o legislado (GALVÃO, 2007; LEITE, 2016). Quer dizer, na prática, a valorização dos Acordos e Convenções Coletivas em detrimento da legislação trabalhista¹⁹⁵. A justificativa ideológica para efetivação da suposta “modernização” passa pelo entendimento, apontado por Viana (1998), de que a norma elaborada pelo grupo é mais justa e adequada que a do Estado. Mas, como aponta o mesmo autor, essa ideia de que a negociação coletiva é sempre mais justa ou adequada do que a lei é, igualmente, um mito.

Tanto é que as CCT’s e ACT’s analisadas para os STCOOP’s e STIA’s possuem exemplos fatídicos de que os resultados da negociação coletiva podem ser prejudiciais aos(as) trabalhadores(as). Por isso, não é à toa que uma das apostas da reforma trabalhista, a ser colocada em negociação no Congresso Nacional, trata justamente da priorização da convenção ou acordo coletivo sobre a lei¹⁹⁶. O projeto de Lei 4962/2016, de autoria do deputado Julio Lopes do Partido Progressista (PP), é um desses exemplos, mas seu lastro histórico remonta, com algumas diferenciações, à proposta de Projeto de Lei 5.483/2001, oriundo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, que não se efetivou na sua tramitação no Congresso Nacional.

Além disso, é preciso apontar ainda que a defesa da livre negociação, na década de 1980, foi pautada pelos sindicatos combativos como uma forma de fortalecer a negociação coletiva e o papel do sindicato. Naquela década, essa demanda se dava no sentido de escapar ao rígido controle do Estado e aumentar os espaços de intervenção sindical, que eram absolutamente restritos no contexto da ditadura militar. Contudo, na década de 1990, o que há é a subversão completa desses princípios, pois passa, nas

¹⁹⁵ Exemplos disso foram as propostas de Reforma Trabalhista dos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), Luis Inácio Lula da Silva (PT), Dilma Rousseff (PT) e do governo, golpista e ilegítimo, em curso, de Michel Temer (PMDB).

¹⁹⁶ Basta perceber que, dentre as medidas propostas pelo programa do PMDB – publicado em 29 de outubro de 2015, anterior à construção do golpe institucional que se efetivou no dia 31 de agosto de 2016 – intitulado “Uma ponte para o futuro” se propõe: “na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos” (p.19). Documento está disponível em: <http://pmdb.org.br/wp-content/uploads/2015/10/RELEASE-TEMER_A4-28.10.15-Online.pdf>. Acesso em 08 dez. de 2016.

propostas de reforma trabalhista, a ter um caráter de redução da proteção legal dos(as) trabalhadores(as). Como bem sintetiza Galvão (2007, p.151-152):

A defesa da livre negociação nos anos 80 deve ser compreendida à luz do regime ditatorial-militar e, portanto, como uma reação sindical às restrições exercidas no plano político. A CLT era considerada “obsoleta” muito mais em virtude de sua origem estadonovista do que por seu conteúdo. Naquele momento, a livre negociação representava um contraponto à intervenção do Estado, vinculando-se, ao menos no plano do discurso, à defesa da liberdade e autonomia sindical. Com a ascensão do neoliberalismo, o significado dessa demanda se altera: passa a ser uma reivindicação que reforça a ideologia neoliberal, abrindo espaços para sua propagação junto aos trabalhadores.

Tal subversão nos princípios da livre negociação, em conjunturas históricas diferentes, é muito bem demonstrada por Galvão (2007). Tanto é que, as entidades patronais passam a defender um sistema de negociação coletiva que se dê na escala local, isto é, da empresa, e que o resultado desta prevaleça sobre a legislação. Não é preciso muita sapiência, para compreender o real motivo do apoio das entidades patronais: defendem a prevalência do negociado sob o legislado, já que podem conquistar acordos mais vantajosos aos seus interesses, inclusive porque as entidades sindicais não possuem o mesmo patamar de pressão política. Pelo contrário, os sindicatos são muito distintos entre si no que tange à organização política e das suas lutas. Por isso, o empresariado não só apostou neste modelo como defendeu que a negociação poderia ser feita diretamente com o sindicato da categoria, inclusive, sem a necessidade de organização dos(as) trabalhadores(as) no interior das empresas.

Assim, percebe-se que, por detrás da aparência discursiva da “modernização” da legislação trabalhista brasileira, a partir da prevalência do negociado sobre a lei, escondem-se interesses de classe. A ilusão mais comum, a da aparente liberdade do sindicato em negociar os contratos a seu bel prazer, o que acabou por levar setores do movimento sindical, também no século XXI, a apoiar propostas em que o negociado prevaleça¹⁹⁷, se desfaz no mundo do trabalho real. Uma das possíveis explicações é a abrupta diferença do poder de barganha que existe entre as entidades sindicais. Ora, é muito provável que categorias com maior grau de politização e organização possam conseguir negociações mais favoráveis em detrimento das outras. Empiricamente: uma

¹⁹⁷ Ver, por exemplo, a proposta de Acordo Coletiva Especial (ACE), defendida em setembro de 2011 pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e ligado à CUT. Disponível em: <http://www.smabc.org.br/Interag/temp_img/%7B016A7A92-EDB2-48D8-8734-F9C3617D2E1A%7D_cartilha_ace_v4_nova.pdf>. Acesso em 08 dez. de 2016.

coisa é a negociação de um sindicato forte como, por exemplo, os metalúrgicos do ABC, e outra, bem diferente, é aquela ocorre com os STCOOP's e STIA's do Oeste Paranaense.

Mas mesmo na escala local, percebemos que há certas distinções da ação dos sindicatos estudados, como apontamos nos itens 5.3.1 e 5.3.2. Isso também se expressa nos ACT's firmados, o que permite questionar, inclusive, certas narrativas das lideranças sindicais entrevistadas sobre os resultados efetivos de suas ações que supostamente se transformam em melhorias para os(as) trabalhadores(as). Uma delas trata dos “melhores” acordos serem conquistados nos “momentos adequados” e sem ações mais ousadas, como narra um dos representantes sindicais dos STCOOP's:

(...) então você tem que conhecer o que você tem pra negociar e você falar dentro da razoabilidade. Agora nós estamos num momento bom do cooperativismo, do agronegócio. As cooperativas estão com grana no bolso. É hora de aumento de salário para os trabalhadores, não tem discussão, não tem porque entendeu? Nós vamos com argumentos pesados e com conhecimento de caso para negociação. É diferente do cara que quer fazer o discurso vazio, quer colocar o cara numa fria (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.31).

Porém, os dados do MTE, mesmo com as suas séries nem sempre completas para o conjunto dos sindicatos estudados, apontam que os STCOOP's, no geral, apresentam pisos salariais menores frente aos STIA's. As diferenças dos pisos não demonstram abruptas distinções nos valores brutos (Tabela 11), mas ajudam a questionar a narrativa mais explícita da conciliação de classe proposta pelos representantes sindicais dos STCOOP's, já que justamente no sindicato que organizou greves (SINTIACRE) e naquele que não aceitou o acordo direto com as cooperativas, quando pautou o “indicativo de greve”, no ano de 2015, (SINTRASCOOPA), houve os melhores pisos salariais e a maior variação percentual do Oeste Paranaense.

Ainda, do ponto de vista qualitativo e analisando, os dados das negociações do SINTRASCOOP e SINTIACRE, a empresa com que negocia o último é de capital privado pertencente ao grupo empresarial do deputado federal Alfredo Kaefer (PSL), que possui menor relevância em número de trabalhadores(as) e na própria capacidade de abate diário, comparada às outras empresas e cooperativas¹⁹⁸, além de que, esta empresa vem passando por um período de crise entrando na justiça com seguidos pedidos de

¹⁹⁸ Apenas para comparação enquanto a Coopavel abate 280 mil/frangos dia a Kaefer abate 155 mil/frangos dia. Fonte: < <http://www2.globoaves.com.br/listaunidades.php?tipo=frigorifico> > e <<http://www.cotriguacu.com.br/filiadas/coopavel.html>>. Acesso em 08 de dez. 2016.

recuperação judicial¹⁹⁹. Ou seja, o sindicato que apostou em ações pouco mais ousadas conseguiu, negociando com empresa menor, melhores pisos salariais e o maior percentual de aumento entre os anos de 2009 a 2016, principalmente a partir de 2013-2014. Por outro lado, o SINTRASCOOP e, sua perspectiva explícita de colaboração de classe, não obteve na série histórica analisada, os melhores pisos salariais para sua base. Inclusive, como vimos no item 5.3.2, foi exatamente quando houve relativo rompimento com tal postura, em episódio momentâneo, no ano de 2015, que alcançou-se o melhor piso salarial no âmbito dos STCOOP's, por parte do SINTRASCOOPA.

Tabela 11- Pisos salariais SINTRASCOOP e SINTIACRE negociados com empresas do município de Cascavel (PR) – 2009-2016

Ano	SINTRASCOOP – COOPAVEL (R\$)	PERCENTUAL DE AUMENTO	SINTIACRE – KAEFER (R\$)	PERCENTUAL DE AUMENTO
2009-2010	644,58		590	
2010-2011	690	7,05%	690,80	17,0%
2011-2012	772,80	12%	770,40*	11,5%
2012-2013	850,08	10%	850	10,3%
2013-2014	930	9,4%	970	14,1%
2014-2015	1014	9,03%	1075	10,8%
2015-2016	1115,40	10%	1191,42	10,8%
TOTAL		57,48%		74,71%

Fonte: Sistema de Negociações Coletivas de Trabalho, Mediador – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

*O valor foi calculado a partir do percentual de aumento ocorrido entre 2010 e 2013, pois não encontramos o ACT no Sistema Mediador do MTE.

No entanto, essas pequenas diferenças entre STIA's e STCOOP's se desfazem, quando se trata de mecanismos como a adoção do sistema de banco de horas. Todos os sindicatos adotam esse sistema, sendo que, como vimos, nos acordos dos STCOOP's não há nem necessidade de aprovação da base para existência do mesmo. O grande problema deste tipo de mecanismo no setor frigorífico, além dos prejuízos salariais de que falamos anteriormente, é a prorrogação da jornada numa atividade que é marcada pelos movimentos constantes e repetitivos. Estes, como já abordado em nosso livro,

¹⁹⁹ Fonte: <<http://cgn.uol.com.br/noticia/187809/para-evitar-falencia-globoaves-vai-a-justica>>. Acesso em 13 jan. 2017.

resultado do mestrado (HECK, 2017), são a fonte principal das doenças que acometem os(as) trabalhadores(as). A adoção do Banco de Horas, parafraseando o procurador do trabalho Sandro Sardá, deveria ser eliminada nos frigoríficos. Em suas palavras: “o banco de horas é um instrumento de precarização das condições de trabalho e, como tal, não conta com o aval do MPT, que começará a fiscalizar para eliminá-lo²⁰⁰”. Mas, mesmo do ponto de vista dos ganhos salariais, há críticas nítidas dos(as) trabalhadores(as) ao Banco de Horas. Nas palavras de Jorge:

(...) eu acho pessoalmente, coisa pessoal minha, que o presidente do sindicato deve tá ganhando por fora das empresas pra abafá a maior parte das coisa. Então não resolve mesmo, não resolve. Tinha que ser um sindicato bem, bem, bem organizado, uma pessoa, um presidente do sindicato muito honesto, e a primeira coisa que tinha que fazer era saí esse banco de horas, não sou contra banco de horas, mas não sou a favor. Se a empresa precisa que a gente faça uma extra por dia, porque tá precisando, então a gente deveria ganhar, deveria receber (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.438).

Além dessas críticas, há outros problemas nos acordos e convenções dos sindicatos estudados. Por exemplo, na CCT 2014-2016 e anteriores, dos sindicatos de cooperativas, ficou acordado que o desconto sindical facultativo ocorrerá diretamente em folha de pagamento. Quer dizer, não há necessidade real de mobilização na base, para conseguir trabalhadores(as) interessados(as) na associação ao sindicato, pois o próprio instrumento coletivo já prevê esse desconto em folha. Conforme consta na cláusula quinquagésima quarta sobre a contribuição assistencial:

Será descontado mensalmente em folha de pagamento de cada empregado cooperativista o percentual de 02 % (dois por cento) do salário nominal limitado a R\$ 21,48 (vinte e um reais e quarenta e oito centavos), que deverá ser recolhido ao sindicato laboral (CCT, 2014-2016, s.n.)²⁰¹.

Apesar de prever o direito de oposição à contribuição mensal, conforme consta no parágrafo segundo da mesma cláusula, é certo que “filiar” os(as) trabalhadores(as) a partir de uma CCT se trata, no mínimo, de um procedimento questionável. Tanto é que, como mostrou Varussa (2012), os(as) trabalhadores(as) tem questionado esse procedimento nas ações judiciais e entrevistas. Isso pode apontar não necessariamente

²⁰⁰ Fonte: <http://informes.rel-uita.org/index.php/pt/item/lo-que-sucede-en-los-frigorificos-es-un-verdadero-genocidio?category_id=6>. Acesso em 09 dez. de 2016.

²⁰¹ Fonte: <<http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/Resumo/ResumoVisualizar?NrSolicitacao=MR010834/20>>. Acesso em 12 dez. de 2016.

para uma prática ilegal²⁰², mas ilegítima, já que a base questiona os descontos sindicais e não parece sentir representadas suas demandas na entidade sindical, como sugerem as narrativas:

Isso eu nem sei pra onde vai (*desconto mensal do sindicato*) que nem o sindicato, se eu precisar de dentista eu tenho que pagá uma taxa, se eu preciso. A única coisa que eu sei que faz ali, não paga nada, é cortá cabelo e escová. Fazê unha? Tem que fazê no meio da semana porque no sábado a mulher sai onze hora. Esses dias nós tava falando, é... nós paga sindicato... aí nós qué arruma unha, tem que pagá caro pra arruma unha, porque o horário que elas tão fazendo ali é a hora que nós tamo trabalhando... sábado de manhã nós temo serviço pra fazê, em vez de eles abri sábado a tarde prá fazê unha e arruma cabelo, eles não abrem, né. Então, nós pagamo e não desfrutamo (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.423, *grifo nosso*).

(...) eu cheguei até a desenvolver um panfletinho assim sobre o sindicato, porque lá tinha um sindicato patronal, a gente desenvolveu um textinho, alguns empregados lá (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.260).

Entrevistadora: E vocês participam do sindicato? Trabalhadora: não. Ent.: o que você vê de serventia pra sindicato? Trab.: sei lá, eu não vejo nada, todo ano eles discute salário, salário e nada. Ent.: mas, assim, eles falam das propostas? Trab.: falam, se as pessoas quiser participar é só lá em Palotina nas reunião. Ent.: e você não se interessa? Trab.: eu não. Ent.: Por que? Trab.: Ah! Todo ano é a mesma coisa, eles brigam, brigam, por aumento e a C-Vale ganha sempre (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.380-381).

É perceptível que as críticas dos(as) trabalhadores(as) aos STCOOP's tratam, mesmo que de forma indireta, a questão da representatividade, não se limitando a criticar apenas a cobrança das taxas de associação. Todo ano eles brigam, mas no fim quem ganha é a empresa, como indica a trabalhadora, e a ideia de construir um panfleto sobre sindicato já que lá existia um sindicato patronal, são narrativas que indicam certa deslegitimação do sindicato perante a sua base. Igualmente, essa mesma perspectiva pode ser entendida na inexistência do trabalho de base, isto é, conquistar os(as) trabalhadores(as) para a filiação ao sindicato no cotidiano do chão da fábrica. A opção dos sindicatos e suas direções é justamente outra, seguir uma norma do STF – a ideologia legalista e moderada do sindicato de Estado de que fala Boito Junior (1991) – e considerar todos(as) filiados(as), a partir das CCT's com desconto mensal na folha de

²⁰² Essa decisão firmada nas CCT's está respaldada em decisão do Supremo Tribunal Federal que entendeu ser "(...) legítima a cobrança de contribuição assistencial imposta aos empregados indistintamente em favor do sindicato, prevista em convenção coletiva de trabalho, estando os não sindicalizados compelidos a satisfazer a mencionada contribuição" (VARUSSA, 2012, p.170-171). Tal decisão foi publicada no Diário Oficial da União em 10 de agosto de 2001.

pagamento. Quer dizer que, como indicou Varussa (2012), os(as) trabalhadores(as) se relacionam com os sindicatos de trabalhadores(as) como “sindicato das cooperativas”.

O mesmo ocorre nos STIA's, já que também seguem a mesma decisão do STF. Outrossim, não são isentos de críticas por parte das suas bases, conforme indicam as narrativas:

(...) sindicato só procura nós quando é fim de ano, quando é época da assembleia assim (...) Isso aí é real né (*relação de submissão à empresa*), tá aí no dia a dia, a gente percebe. Um favorece o outro só não favorece nós, funcionário. Sadia favorece sindicato, sindicato favorece a Sadia... é aquela negociação ali (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.47-48 *grifo nosso*).

(...) inclusive o sindicato da alimentação eu procurei em 2005 eles. Eu falei: olha quando eu estava no sítio nós tinha o sindicato dos trabalhadores rurais. Então, é um sindicato fraco, mas sempre tá do lado do trabalhador né. Eu entendo um pouco de sindicato... eu fui até então perguntar, pedir uma ajuda pra eles né... eu tava numa época dois três meses sem receber né, tava complicado né... até você começar a receber... não ganhei ajuda de nada, nem uma cesta básica, nem medicamento, nem auxílio de luz e água, nada. Até, inclusive, eu fui lá pedir uma ressonância que eu ia fazer particular né, não me ajudaram, paguei do meu próprio bolso. Então, a única ajuda que eu tive, na época, foi da prefeitura né (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.71).

(...) tem que bater de frente com eles (*direção sindical*) porque eles fazem isso porque não... tem que bater de frente com eles porque eles praticamente... o que é que tá acontecendo aqui nesse sindicato? Olha o povo reclama todo mundo reclama não é só eu. O sindicato não ajuda ninguém não. O sindicato aqui, eles ficam dando serviço dentário pro povo ali, o remédio um pouquinho mais barato e acham que tão ajudando em alguma coisa. O trabalhador quer ver lá dentro da empresa brigando pelo trabalhador. Eles não brigam não, não briga não, eu acho que não (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.79, *grifo nosso*).

Por isso, não nos causou surpresa as avaliações negativas que obtivemos desde a nossa pesquisa de mestrado, com relação à ação sindical (HECK, 2017). Tais narrativas, demonstram a crítica aos sindicatos da alimentação no que tange a sua legitimação pela base. Dessa forma, os(as) trabalhadores(as) nos apontam para perspectivas importantes sobre a ação sindical, da frigorificação de carnes, no Oeste Paranaense que, embora se pautem por ações legais, como é o caso da cobrança de taxa de associação ao sindicato via CCT's, podem, por não ter a necessidade de realizar um efetivo trabalho de base, ter sua ação questionada pela mesma.

Assim, cremos estar diante do necessário debate crítico sobre a ação moderada e legalista do sindicato de Estado, que se expressa nos STCOOP's e STIA's. No caso específico dos sindicatos estudados, nem mesmo as CCT's e ACT's, tidas como o ponto central de suas lutas, parecem garantir apenas aspectos positivos à sua base. Há indicativos, nestes documentos, de contratos em que as entidades legitimam junto às empresas/cooperativas mecanismos negativos para os(as) trabalhadores(as). Um dos exemplos é o Banco de Horas, que se trata, no setor de frigorificação de carnes, de instrumento a favor da piora nas condições de trabalho. Portanto, pode-se sugerir que a tese do acordado prevalecer sobre o legislado é uma grande armadilha para a classe trabalhadora, vide os exemplos colhidos nas CCT's e ACT's estudadas.

Além disso, as narrativas colhidas na pesquisa demonstram que os(as) trabalhadores(as) posicionam-se e avaliam a ação dos sindicatos. No geral, parecem estar descrentes da mesma e não encontram a legitimidade política nestas entidades. Pode-se apontar, dentre outros aspectos, que tal constatação é resultado da inexistência do trabalho de base efetivo, com o intuito real de conquistar os(as) trabalhadores(as) para a associação sindical, já que são automaticamente associados aos sindicatos pela via das CCT's, sem a necessidade do diálogo concreto no cotidiano de trabalho. Igualmente, é resultado da desconfiança da base com relação aos poucos ganhos que as CCT's e ACT's conquistaram ao longo da história, como também indicam os dados dos pisos salariais do MTE.

Todavia, é importante acrescentar mais uma das evidências dos nossos trabalhos de campo colhida, no dia 24 de abril de 2014, durante o 15º Congresso dos Trabalhadores em Cooperativas do Paraná, realizado em Cascavel (PR). Neste congresso sindical, o debate mais importante dos pontos essenciais a serem levados para a negociação com as cooperativas, não durou 20 minutos e nem houve abertura para inscrição de fala ou contraposição às propostas de reajuste, vale-alimentação, dentre outras apresentadas pelos dirigentes sindicais. Porém, nos chamou a atenção o discurso do líder sindical, Clair Spanhol, ressaltando o bom momento do cooperativismo no Paraná o que, na sua visão, deveria ser revertido em maior percentual de reajuste salarial:

Nós entendemos que o momento para as cooperativas é bom. O frango que é a atividade principal da maioria das cooperativas está vivendo um bom momento. A agricultura vem vivendo um bom momento. O leite tem dado bons resultados. Os suínos da mesma forma. Por isso

que a sugestão, apresentada pela UGT para que nós coloquemos em votação aqui seria de 15%²⁰³.

O faturamento das cooperativas paranaenses, em 2014, foi de R\$50,51 bilhões, número comemorado pelos sindicalistas e que, na visão destes, justificaria a solicitação do reajuste pretendido de 15%. Tudo isso, obviamente, se daria a partir do “diálogo”, dos “argumentos fortes” e “sem radicalismo”, como é a *práxis* sindical dos STCOOP’s. Acontece que, esse índice calculado pela UGT como índice aceitável, foi rejeitado pelo setor patronal e, no final das contas, refluíu para 9%, como vimos no item 5.3.2.

Tal índice na série histórica dos STCOOP’s foi o maior, porém é mais baixo do que o acordado pelos STIA’s, bem como os pisos salariais também possuem valores menores. Mas, o mais importante a notar é a completa falência do discurso sindical da colaboração de classes. No mesmo ano (2014), o único sindicato (SINTIACRE) que realizou ação mais ousada, isto é, a greve meramente salarial e que durou dois dias, conquistou o piso salarial mais alto do Oeste Paranaense, naquele ano. Em decorrência, é perceptível que as ações mais contundentes ainda são as principais armas dos(as) trabalhadores(as), mesmo para auferir ganhos meramente salariais, até porque, no ano de 2015, o próprio SINTRASCOOPA, que se manteve “no indicativo de greve” e conflitou mais explicitamente com o setor patronal, conquistou o melhor piso salarial daquele momento.

Apesar disso, se há pequenas diferenças no que tange a ação dos sindicatos estudados, que esperamos ter explicitado ao longo deste capítulo, é importante dizer que também existem muitas proximidades. Suas lutas circunscritas às campanhas salariais e ao assistencialismo os distanciam das suas bases que conferem sentido negativo para sua atuação regional. A adesão à postura legalista e da suposta relação de colaboração entre o capital e o trabalho, mesmo que com estratégias de ação distintas – STCOOP’s explicitamente conciliadores e STIA’s com certas práticas mais ousadas como a greve salarial –, conferem a tais entidades sindicais exemplos típicos do caráter moderado do sindicalismo de Estado e sua gestão territorial alienada.

No máximo o que conseguem conquistar, como vimos no item 5.3.1, são os “ajustes espaciais do trabalho” exemplificados a partir da luta vitoriosa da NR dos frigoríficos, que impôs pausas durante a jornada de trabalho visando combater as doenças ocupacionais. Porém, a luta real dos(as) trabalhadores(as) pelo controle da

²⁰³ A fonte dessa narrativa é uma gravação que fizemos do discurso deste líder sindical no momento em que se “discutia” a pauta do reajuste salarial.

totalidade do processo de produção, a questão central que fez surgir as associações e sindicatos historicamente, está absolutamente desprivilegiada não só pelos sindicatos estudados, mas por quase a totalidade do movimento sindical no Brasil e no mundo.

Este estado de coisas é, em nossa avaliação, e guardadas as devidas proporções, parte daquilo que Bihr (2010) aponta como a crise do movimento operário e do sindicalismo revolucionário. Na Europa, consistia em renunciar a “aventura histórica” da luta revolucionária pela seguridade social do *welfare state*, aqui, num país de capitalismo periférico, consiste na recusa da luta pela transformação da sociedade para nem ao menos ter garantias como as advindas do estado de bem estar social. Por conseguinte, queremos dizer que as constatações obtidas na pesquisa empírica no Oeste Paranaense, não estão descoladas dos aspectos mais gerais, isto é, não se tratam de meras particularidades dos STIA’s e STCOOP’s. Suas estratégias de ação, pautadas na colaboração de classes são, a nosso ver, parte da crise geral pela qual passa o movimento sindical e que esperamos tratar no próximo capítulo com especial atenção.

Deste modo, é preciso observar que os STCOOP’s e STIA’s estão distantes das lutas de contraespaço e sua existência, pela perspectiva da colaboração de classes, é fundamental para que prossiga a marcha da acumulação capitalista no Oeste Paranaense pela via da frigorificação de carnes. Isto é, as entidades sindicais, antes de oferecer resistências efetivas ao capital, parecem atuar explicita ou implicitamente na manutenção do espaço hegemônico.

No entanto, como vimos no quarto capítulo desta tese, a atividade de frigorificação de carnes articula um circuito produtivo que ultrapassa os limites do campo e da cidade, vinculando a subordinação da renda da terra e a extração de trabalho excedente. Por esse motivo, é essencial que olhemos também para a ação das Associações dos Produtores Integrados de suínos e aves, as organizações políticas que tratam das questões relacionadas à integração.

5.4 Associações de Produtores Integrados e sua hegemonização do ponto de vista do capital

O primeiro ponto que chama a atenção sobre esse assunto é a miríade de entidades que, historicamente, reivindicam a representação política dos avicultores e suinocultores. Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos Rurais patronais, Associações de Avicultores e Suinocultores, Cooperativas Empresariais e, até mesmo,

entidades de classe ligadas às empresas integradoras procuram falar em nome destes sujeitos sociais.

Por isso, pontuou Silva (1998), que a representação associativa e sindical dos integrados é complexa, já que há um conjunto heterogêneo de entidades, inclusive do ponto de vista político-ideológico, que tem a pretensão de representar seus interesses. Sorj, Pompermayer e Coradini (2008) indicam ainda que o meio de representação política dos camponeses integrados se restringe a organizações parecidas com as patronais, como a antiga União Brasileira de Avicultura (UBA), hoje Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA).

Por outro lado, há também a presença dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR's), que buscam falar em nome tanto dos(as) assalariados(as) rurais quanto dos(as) “pequenos(as) proprietários(as) em regime de agricultura familiar”. Na avicultura e suinocultura esse tipo de enquadramento possui problemáticas ainda mais complexas, já que podem congrega “patrões” (avicultores/as e suinocultores/as) e “empregados(as)” (granjeiros-as/trabalhadores-as da avicultura) na mesma base sindical. Isso porque, como vimos no capítulo 4 e, também, em Heck (2016), há uma heterogeneidade do sujeito social avicultor(a)/suinocultor(a). Quer dizer, não existem apenas camponeses(as) integrados às empresas/cooperativas, mas também constatamos a presença dos pequenos(as) capitalistas.

Os últimos, em geral, contratam deliberadamente a mão de obra assalariada e possuem, em sua propriedade, uma quantidade maior de galpões. Ao mesmo tempo, o pequeno capitalista da avicultura/suinocultura não precisa dominar grandes extensões de terra, o que significa que pode continuar enquadrado como pequeno(a) produtor(a). Aí reside o problema para a representação sindical nos STR's, que Moreira (2014) demonstrou a partir da ação contraditória do setor jurídico do STR de Toledo (PR), “(...) pois defende os trabalhadores rurais e ao mesmo tempo formula contratos de ‘parceria’²⁰⁴, para os proprietários rurais (...)” (MOREIRA, 2014, p.27).

Tal problemática é importante, posto que pode congrega dois sujeitos sociais distintos, do ponto de vista da sua inserção nas relações de trabalho e produção, no mesmo enquadramento sindical. Para Moreira (2014), as transformações na base técnica, na última década do século XX, foram responsáveis por motivar os(as)

²⁰⁴ Falamos mais especificamente da natureza desses contratos no item 4.2. Consistem em contratos em que os(as) trabalhadores(as) não são registrados, recebendo apenas percentual da entrega de cada lote de animais ao frigorífico, uma estratégia para descaracterizar a relação de trabalho e, conseqüentemente, as obrigações trabalhistas (MOREIRA, 2014).

pequenos(as) proprietários(as) a contratar trabalhadores(as) permanentes com regularidade. Porém, essa é uma afirmação que o autor não dialoga com os dados quantitativos do Censo Agropecuário que, mesmo no ano de 2006, portanto no início do século XXI, apontam mais de 80% dos estabelecimentos na agricultura familiar, que se dedicam à avicultura e suinocultura, utilizando-se somente da mão de obra da família.

Do mesmo modo, ao observar os estabelecimentos na agricultura não familiar, que se dedicam às mesmas atividades observa-se que, no mesmo período, cerca de 25% destes utilizam somente a mão de obra familiar. Os dados apontam, ainda, a presença da mão de obra familiar, empregado temporário e permanente com 25,49% na avicultura e 27,74 na suinocultura; e mão de obra familiar e demais combinações em respectivos 14,5% e 15,27, para os estabelecimentos na agricultura não familiar. Deste modo, os dados indicam que a contratação deliberada de mão de obra está na agricultura considerada não familiar, isto é, nos pequenos(as) capitalistas e não camponesa, mesmo no início do século XXI.

Sendo assim, não se pode generalizar a presença dos(as) pequenos(as) capitalistas na avicultura e suinocultura. A presença dos(as) camponeses(as) e do trabalho familiar não é uma realidade nostálgica ou residual no campo do Oeste Paranaense e sua inserção, no âmbito das relações de trabalho e produção, é diferente daquela dos(as) pequenos(as) capitalistas. Portanto, é evidente que há um problema quando se congrega sujeitos sociais distintos no mesmo enquadramento sindical, o que pode estar ocorrendo nos STR's, como aponta Moreira (2014). Contudo, ainda cremos ser necessário compreender, nesse bojo, que as entidades são dominadas pelos(as) pequenos(as) capitalistas e não pelos(as) avicultores(as)/suinocultores(as) camponeses(as), bem como é preciso estudar seu histórico de formação e o arco de alianças políticas. Isso é, uma das expressões mais significativas do quanto essas associações são hegemonizadas por pautas meramente econômicas e pelo capital da frigorificação de carnes.

Nesse sentido, o que nos parece ser relevante problematizar é que, nas instâncias de organização política dos(as) suinocultores(as) e avicultores(as), são os(as) pequenos(as) capitalistas que hegemonizam as pautas de reivindicação e a ação política das entidades, o que parece estar ocorrendo tanto nos STR's quanto nas associações. Isso se deve, no caso das últimas, pela massiva presença de entidades patronais que reivindicam a representação dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as), como é o caso dos Sindicatos Rurais, que no Oeste Paranaense motivaram, por exemplo, a fundação da

Associação dos Avicultores do Oeste do Paraná (AAVIOPAR)²⁰⁵. Nas palavras de seu representante:

(...) até eu sempre digo que o pai da nossa associação chama-se o presidente do sindicato rural, porque foi eles que tentaram formar essa comissão. Formou a comissão e dentro do sindicato, o estatuto do sindicato diz que tem que ter comissão técnica de cada atividade, e foi formada a comissão técnica de avicultura dentro do sindicato. Aí depois, em função das atividade que nós tivemos, formou a associação e até que nós trabalhávamos lá nós ficamos anos lá dentro e sem pagar luz, sem pagar aluguel, telefone, nada, nós éramos hóspedes lá dentro assim (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.156).

Isto é, a fundação da AAVIOPAR partiu de uma iniciativa do Sindicato Rural patronal e não do STR que, aliás, não mantém muitas relações com a AAVIOPAR. O mesmo vale para a Associação Regional dos Suinocultores do Oeste (ASSUINOESTE) que, apesar de não mencionar o Sindicato Rural como motivador de sua fundação, assume possuir relações políticas com tal entidade e nenhum vínculo com “sindicatos de trabalhadores(as)”, já que, nas palavras do seu representante: “(...) sempre que a gente precisa a gente tem relação com o sindicato rural, com a sociedade rural, então, a gente tem um livre acesso” (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.170).

Esse processo de formação e de aliança política com o setor patronal, obviamente, confere consequências que se expressam nos objetivos e na atuação destas entidades. A bibliografia que se dedica a estudar tal assunto²⁰⁶ parece concordar com a ideia de que tais organizações se pautem pela esfera estritamente econômica e não fazem oposição clara por outra forma de organizar a produção. Em concordância com boa parte dos argumentos destes(as) autores(as), apenas acrescentamos que é preciso observar com mais cautela o processo de formação destas organizações, uma vez que seu apoio e legitimação junto ao empresariado se deu, justamente, quando se expressou claramente a perspectiva de colaboração de classes. Porém, essa posição política não foi consensual na história da organização dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as), no Oeste Paranaense, como aponta Eduardo:

(...) é tanto que a Sadia, que era uma empresa bastante restrita, hoje nós estamos tranquilos com eles. Assim, uma relação muito aberta tratando com eles a Globo (*Globoaves*) também. As cooperativas agora estão começando a entender. Que o que eles achavam? Que

²⁰⁵ A AAVIOPAR foi fundada em novembro de 2007. No início funcionou como Comissão Técnica de Avicultura no âmbito do Sindicato Rural de Toledo e foi criada pela iniciativa deste sindicato patronal que convocou uma reunião para fundar tal associação.

²⁰⁶ Cf. Silva (1998); Zen (2009) e Moreira (2014).

tinha surgido um grupo uma vez em Cascavel e era meio interesse político né, eles pleiteavam era formar movimento para depois partir para o embate político, então, eles (*as empresas e cooperativas*) achavam que o nosso grupo teria o mesmo interesse né (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.149, *grifo nosso*).

O representante da AAVIOPAR, na entrevista, não ofereceu maiores argumentos sobre esse assunto e procurou diminuir o peso político dessa outra organização coletiva, que no seu dizer, tratava-se de uma “associaçãozinha”. Porém, sua narrativa aponta para a existência de outras formas de organização coletiva dos(as) avicultores(as), mais claramente de oposição aos interesses empresariais. É o mesmo que apontou Marcelo sobre o antigo presidente da associação municipal dos suinocultores que, na década de 1980, foi preso em função de um protesto em frente à Sadia, em Toledo (PR). Além disso, também Silva (1998), escreveu sobre a formação de associações independentes das empresas e sindicatos, formadas pela iniciativa dos próprios integrados. Em suas palavras:

No Paraná fundou-se recentemente uma associação exclusiva de avicultores – a Avios –, independente das empresas e dos sindicatos e associações tradicionais. Em sua curta existência, a Avios tem mostrado muita disposição em atender as demandas dos integrados. Com o fechamento do frigorífico da Chapecó-Cascavel, a associação organizou acampamento de avicultores por 4 meses, ocupação da fábrica e greve de fome, conseguindo assim sensibilizar as autoridades para a venda da empresa e sua futura reabertura (SILVA, 1998, p.25).

Com estes exemplos, queremos chamar a atenção para o fato de que não só os(as) avicultores(as) e suinocultores(as) não são sujeitos sociais homogêneos, mas também, suas formas de organização, ao longo da história, se distinguiram das perspectivas das associações contemporâneas existentes no Oeste Paranaense. Portanto, se nos dias de hoje constata-se a pauta política da conciliação de classe na bibliografia e nas nossas ações de pesquisa, isso não significa que sempre houve a mesma perspectiva política. Ou ainda que, por esse motivo, os(as) avicultores(as) e suinocultores(as) se reconheçam na totalidade como “proprietários” e se liguem diretamente aos interesses da burguesia agroindustrial, distanciando-se dos(as) demais trabalhadores(as). Ao que parece, historicamente, nem sempre a posição política foi de conciliação com o capital da frigorificação de carnes.

Moreira (2014, p.15), sugere que tal situação ocorre pelo apego à propriedade, diz ele: “(...) a propriedade privada da terra tem produzido valores liberais de classe tornando difícil uma identidade de interesses comuns entre pequenos proprietários e

trabalhadores rurais não proprietários e sem terras”. Porém, em nossa opinião, o autor homogeneiza a categoria “pequenos(as) proprietários(as)”, já que para ele, as transformações técnicas na avicultura, da última década do século XX, que motivou a contratação de trabalhadores(as) permanentes com regularidade, explica a insuficiência do trabalho familiar e, por isso, da utilização do conceito de camponês para explicar a realidade no campo do Oeste Paranaense. Em sua visão, não há motivos para diferenciar a inserção do trabalho familiar e dos pequenos(as) capitalistas no âmbito das relações de produção, já que parte do princípio de que as transformações técnicas na avicultura alteram os modos de viver e trabalhar no campo o que resultou, no geral, na expropriação dos(as) trabalhadores(as) do campo (posseiro, arrendatário, parceiro, agregado, trabalhador assalariado permanente etc.).

Em decorrência, a conclusão de Moreira (2014) é que, no âmbito das organizações políticas destes sujeitos sociais, se expressa a aproximação de interesses entre “pequenos(as) proprietários(as)” e a burguesia agroindustrial. Quer dizer, não há um projeto de classe nestas entidades que as diferenciem efetivamente do capital da frigorificação de carnes, já que os sujeitos que estão na sua composição são também entendidos pelo autor, de forma homogênea, isto é, “pequenos(as) proprietários(as)”. Nas palavras do autor:

O “fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência²⁰⁷”, de identificação histórica e cultural de classe, tem aproximado avicultores e demais pequenos agropecuaristas da região Oeste do Paraná das demandas políticas do agronegócio e dos sindicatos patronais – a burguesia agroindustrial (MOREIRA, 2014, p.15).

No entanto, problematizamos essa homogeneização da categoria “pequenos(as) proprietários(as)” e “avicultores(as)” feita por Moreira (2014), por acreditarmos ser importante compreender que apenas parte dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as) contratam deliberadamente mão de obra assalariada e que estes não representam a totalidade dos sujeitos que têm subordinada sua renda da terra às empresas e cooperativas, via contratos de integração. Não raro, são estes sujeitos mais abastados (pequenos/as capitalistas) que dominam as diretorias das associações e sindicatos, expressando nestas organizações seus interesses de classe. Logo, não se pode dizer que,

²⁰⁷ Aqui o autor está citando Thompson (1987) em sua obra *A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade*.

numa realidade social marcada pelo trabalho da família, mesmo no início do século XXI, como apontam os dados do IBGE, que os(as) avicultores(as) e suinocultores(as), em sua totalidade, se liguem diretamente aos interesses da burguesia agroindustrial. Ao que parece, tais ligações políticas estão muito mais ligadas àqueles(as) que estão nas diretorias de tais entidades, tendo em vista, inclusive, o histórico de formação das mesmas.

Por isso, não parece ser uma síntese unificadora da consciência da totalidade dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as) os posicionamentos da AAVIOPAR e ASSUINOESTE. Se estas organizações assumem posições políticas próximas à burguesia agroindustrial – o que também ocorre com o movimento sindical (STR's, STIA's e STCOOP's) –, são consequências das suas estratégias de ação política e não podem ser encaradas como posições consensuais de suas bases, tampouco expressam a consciência de todos os(as) “pequenos(as) proprietários(as) agropecuaristas”.

Com isso, queremos chamar a atenção para observar o histórico de formação de tais associações e suas ligações políticas que se efetivaram junto aos setores patronais e ruralistas. Por outro lado, indicar que já houve, noutros momentos históricos, ações distintas e com intuítos divergentes do setor patronal por parte dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as). Deste modo, não se pode concluir que a aproximação com a burguesia agroindustrial é válida para totalidade destes sujeitos sociais e, por esse motivo, pensamos ser necessário distinguir a existência dos(as) pequenos(as) capitalistas na avicultura e suinocultura dos(as) camponeses(as), sobretudo pela distinção que existe entre estes(as) no que se refere às relações de trabalho e produção.

Isso porque, ao entrevistar avicultores(as) e suinocultores(as), que tem no trabalho da família a sua característica central de permanência na terra, encontramos narrativas de oposição às imposições do capital e até mesmo às associações. José, embora não tenha autorizado a gravação da entrevista, nos indicou sua insatisfação não só com a relação de integração ao apontar que “a empresa deveria retirar um pouco do lucro e dar pouco mais aos integrados”, mas também com a própria AAVIOPAR considerada por ele como uma “associação fraquinha”.

O mais interessante a ser considerado pela narrativa de José, é justamente a sua condição social de inserção na avicultura: tem no trabalho da família a centralidade da sua existência na atividade. Ao longo de todo o dia em que conversamos, ele fez questão de se diferenciar dos(as) “grandes” e diz se considerar um funcionário da Sadia,

apesar de não receber nenhum direito trabalhista. Tais posicionamentos não indicam a completa submissão aos interesses da burguesia agroindustrial, apesar de José permanecer na atividade da avicultura, que acreditamos estar muito mais ligada a estratégia de dominação das empresas e cooperativas a partir da prática do constante endividamento, como discutido no item 4.2.

Porém, quando entrevistamos Paulo, proprietário de 4 galpões em estilo *Dark House* e que emprega trabalhadores(as) assalariados(as) (em contrato de parceria) na sua pequena propriedade (cerca de 12,1 hectares), o discurso foi diferente de José. No reverso da narrativa de José, que criticou a necessidade constante de investimentos impostos pelas empresas, Pablo crê que seja natural a adequação às tecnologias, bem como que estas acabam por realizar uma espécie de seleção, já que ou o avicultor se adequa à “modernidade” ou será excluído da atividade. Em suas palavras:

Eu acho o seguinte, eu acho que o mundo, o nosso mundo, ele caminha para uma situação assim: ou nós andamos ou nós somos atropelados. Então eu acho assim que hoje, nada mais, nenhum segmento, aceita a comodidade. Ou você entra para modernidade ou você será atropelado (...) Você vai acabar ficando de lado. Porque a avicultura, a suinocultura, a pecuária, qualquer coisa que nós vamos falar hoje a nível de agronegócio (...) o que não presta ela joga fora. Então eu tenho esse critério comigo: ou você caminha para automação, que é o caminho, ou você vai ficar de lado. Infelizmente (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p. 236)

A tônica liberal da narrativa de Pablo, nos indica os valores que as próprias empresas e cooperativas se utilizam para justificar a opção pelos projetos dos galpões em estilo *Dark House*. Trata-se de um discurso que diverge dos problemas que tocou José e se aproxima, obviamente, das demandas políticas da burguesia agroindustrial. Pablo em nenhum momento da entrevista toca na problemática, comum a inúmeros(as) avicultores(as) e suinocultores(as), do constante endividamento imposto pelas empresas e cooperativas integradoras. Além do que, não traça questões sobre as relações de trabalho, pois revela que tem funcionários(as) em contrato de parceria que realmente laboram nos seus aviários. Em suas palavras:

Na verdade eu quase não trabalho. Eu trabalho só na época nos dias em que eu tenho disponibilidade que são poucos. Eu não, né... eu automatizei a granja praticamente 100%. Então eu tenho um casal que trabalha. E esse casal eles tocam o aviário. Só que eu, como eu gosto de avicultura, todos os dias eu to na granja. Aí eu vou lá, eu chego lá, eu mexo nos painel, entendeu? Eu olho equipamento, eu troco ideia

com eles e tal, peço pra fazer isso e aquilo. Mas, assim, trabalhar mesmo... (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.232)

Sem maiores delongas, o que buscamos diferenciar é a inserção social do ponto de vista das relações de produção e trabalho existentes entre José e Pablo. Ambos “pequenos(as) proprietários(as)” (o primeiro com cerca de 14 ha e o segundo com 12,1), mas com inserções sociais absolutamente díspares nesta atividade e, também, com narrativas distintas e que expressam diferenças na esfera da consciência com relação ao trabalho e a integração na avicultura. Uma síntese da diferenciação fundamental, que deve ser feita entre aqueles(as) que têm no trabalho da família sua existência na atividade e os(as) que se utilizam deliberadamente da exploração do trabalho assalariado.

Por isso, tem razão Moreira (2014), quando aponta que congregar estes mesmos sujeitos no enquadramento sindical dos STR's (assalariados/as e pequenos/as proprietários/as) consiste em problema. O mesmo vale para as associações (AAVIOPAR e ASSUINOESTE), que nem sequer tratam de diferenciar os distintos sujeitos sociais avicultores(as) e suinocultores(as), pautando de maneira homogênea reivindicações estritamente econômicas e paliativas, como se fossem a centralidade daquilo que reivindicam o conjunto dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as). Nas palavras de Eduardo:

Então a nossa associação foi criada como Comissão Técnica de Avicultura né, a primeira, dentro do sindicato rural. Fizemos um trabalho dentro do campo aí para a meta principal: aumento de renda para o produtor e diminuição do custo, duas definições básicas daquilo que se propõe a associação (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.146).

Dentre as ações da AAVIOPAR, consideradas conquistas, estão: 1) a redução do custo de insumos básicos; 2) prestação de serviço de limpeza de aviários²⁰⁸; 3) exclusão do pagamento, por parte dos(as) avicultores(as), do carregamento do lote de aves; dentre outras. Pautas que se restringem à esfera econômica e das quais nem as entidades patronais ou as próprias empresas e cooperativas integradoras são absolutamente contrárias, já que não as atingem do ponto de vista de lutas de resistência contra suas estratégias de dominação. Pelo contrário, a terceira conquista da AAVIOPAR abriu espaço, por exemplo, para a prática da terceirização na atividade de

²⁰⁸ Vimos no item 4.3 as condições degradantes de trabalho impostas aos(as) trabalhadores(as) da limpeza de aviários.

apanha de frangos, já que as empresas e cooperativas, ao assumir os custos com tal atividade, os repassaram à terceirizadas (assunto do qual tratamos no item 4.3).

Já a ASSUINOESTE, preocupa-se com a rentabilidade do(a) suinocultor(a) e assim como a AAVIOPAR com a redução de custos. Entretanto, na entrevista seu representante toca num problema importante para a associação: a sucessão na atividade. Para Marcelo, a preocupação em rentabilizar os(as) suinocultores(as) é importante, pois assim poderá garantir o(a) jovem no campo e na suinocultura. Além disso, ressalta também a necessidade de ultrapassar o pensamento típico do modo de vida camponês na terra de trabalho, pois para Marcelo é necessário pensar a suinocultura como negócio. Em suas palavras:

(...) então uma coisa que eu tenho dito muito nessas reuniões de comunidade é o seguinte: qual é o problema, o que impediria o produtor de ver a suinocultura como um negócio? “Ah! O José tem uma empresa que fabrica determinado bem de consumo”, bom ele vai botar o preço no produto dele e quer ter lucro. Com esse lucro ele vai comprar um carro novo, vai comprar uma casa, vai investir não sei no que. Qual é o problema do produtor ter essa visão? Ele não pode trabalhar para somente viver ele tem que sempre pensar em comprar um outro pedaço de terra, comprar uma camioneta, botar o filho numa boa faculdade (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.164).

Assim, pensar a suinocultura e a terra como negócio é, na visão de Marcelo, o projeto a ser perseguido pelos(as) suinocultores(as) do Oeste Paranaense. Essa seria a forma de manter o(a) jovem na atividade, mas é, em suas palavras: “(...) uma questão cultural que nós temos que quebrar (...)” (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.164). Tal narrativa, em conjunto com a do representante da AAVIOPAR, expressam aquilo que, Silva (1998), concluiu em seu estudo sobre as organizações políticas de avicultores(as) e suinocultores(as):

(...) destacou-se o papel das organizações de representação dos integrados que, ao invés de construir suas próprias visões a respeito desta forma de produção, reforçam as representações sociais produzidas pelo empresariado. Neste sentido, acredita-se que a prática política destes sindicatos e associações aqui abordados, postulantes a porta-vozes dos agricultores integrados, tem contribuído mais para a expansão da contratualização, segundo o modelo imposto pelas agroindústrias e menos para questionar e fixar limites a sua generalização (SILVA, 1998, p.24).

A existência da AAVIOPAR e da ASSUINOESTE, no Oeste Paranaense, não parece divergir da afirmação de Silva (1998). Inclusive, sua pauta política principal, que

perpassou as entrevistas que realizamos com seus representantes, foi a chamada “lei das integrações” (13.288/2016). Reivindicada por ambas as associações, como uma luta positiva ao conjunto dos produtores integrados, essa legislação específica não modifica a essência dos contratos de integração e não impõe limites claros às empresas integradoras. Nesse sentido, em nossa visão desta lei, trata-se mais de expandir o modelo imposto pelas integradoras e garantir a acumulação de capital do que impor reais limitações aos contratos e ganhos efetivos aos(as) suinocultores(as) e avicultores(as).

Por exemplo, a lei 13.288/2016, estabelece no seu Art. 3º²⁰⁹, que a integração não se configura como prestação de serviço ou relação de emprego entre integrador e integrado, seus prepostos e empregados, tema que sempre foi pautado pelo setor patronal. Isso porque, há uma série de ações trabalhistas no país, movidas principalmente pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), nas quais se reivindica o reconhecimento da relação de emprego na integração e a cobertura destes(as) trabalhadores(as) sob a legislação trabalhista. Dessa forma, a Lei 13.288/2016 acaba por estabelecer novo impedimento no reconhecimento do vínculo empregatício, objetivo do setor patronal.

Eduardo, que vê nesta legislação um avanço positivo para as relações de integração, não esconde que, no fundo, os(as) integrados(as) são basicamente empregados(as) das integradoras, em suas palavras:

(...) aí é que tá que eu quero ver... Porque o problema deles de tudo isso aí esse contrato desvincula o problema trabalhista né, que se for olhar detalhadamente o produtor nada mais é do que um empregado porque ele cumpre ordem ele faz tudo. Mas, Santa Catarina entrou com uma ação na justiça e perdeu porque se der ganho de causa para os produtores quebram todas as integradoras. Porque já imaginou a integradora pagar hora extra, pagar tudo isso aí que o pessoal vai ter direito aí? (...) quebra todo mundo. Então, aí é que está o negócio se o produtor quiser continuar tem que continuar assim e esse projeto de lei que está lá no Congresso desvincula isso, tranquiliza nesse sentido. A única coisa que eles estão reclamando, parece que eles estão, porque nós estávamos exigindo preço mínimo né (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.155-156).

Assim, esse projeto, que também é politicamente o “carro-chefe” das reivindicações da ASSUINOESTE, prevê claramente a desvinculação das obrigações trabalhistas e deixa de lado a reivindicação do preço mínimo, já que não é evidente em

²⁰⁹ Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13288.htm>. Acesso em 03 jan. 2017.

nenhum dos seus artigos com relação a este aspecto. Ou seja, aquilo que poderia ser uma garantia aos(as) integrados(as) em obter preço mínimo, mesmo que o lote seja ruim, não aparece na letra de lei.

Além disso, a legislação prevê a criação do Fórum Nacional de Integração (FONIAGRO) de composição paritária entre empresas e integrados, bem como em cada unidade das empresas integradoras deverá ser criada a Comissão para Acompanhamento, Desenvolvimento e Conciliação da Integração (CADEC), também paritária. Tais fóruns terão um caráter de fiscalização dos contratos e nestes poderão ser discutidos os assuntos relativos à integração, porém, observando o poder de barganha das associações e seu histórico de ligação e submissão aos interesses patronais, fica difícil crer que se avance em pautas que impliquem em reais limites ao capital da frigorificação de carnes.

Deste modo, percebe-se que a lei das integrações, antes de impor reais limites à exploração do trabalho, principalmente dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as) camponeses(as) e trabalhadores(as) da avicultura/granjeiros(as), efetiva a continuação dos mesmos problemas que já existem nas relações de integração. É certo que cria novos mecanismos, como são os fóruns de discussão paritária, mas tendo em vista o histórico de formação, as alianças políticas e as pautas de reivindicação das associações, não há como crer que haverá avanços significativos em lutas de resistência, mesmo que paliativas, para os setores que realmente laboram na avicultura/suinocultura.

Por isso, acreditamos que tais associações, assim como os sindicatos estudados, estão na contramão das lutas de contraespaço. Isto é, atuam no sentido oposto, pois ao reduzir suas pautas ao imediatismo econômico e o distanciamento das reivindicações políticas de enfrentamento ao capital da frigorificação de carnes, acabam por se tornar peças importantes na manutenção do espaço hegemônico, da exploração do trabalho e acumulação capitalista.

Ademais, as associações também expressam o mesmo corporativismo dos sindicatos, reconhecendo na “categoria” a sua estratégia de ação. Tanto é que não dialogam entre si (AAVIOPAR e ASSUINOESTE), nem com sindicatos de trabalhadores, a defesa das suas “categorias” perpassa a centralidade das suas ações. O único canal de diálogo apontado nas entrevistas, é com o sindicato rural patronal, o que demonstra claramente suas opções políticas próximas à burguesia agroindustrial e hegemônicas por esta.

Deste modo, concluímos, em acordo com Silva (1998), Zen (2009) e Moreira (2014), que as organizações políticas dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as) se ligam aos interesses patronais. Contudo, apontamos que esta é uma opção das suas diretorias e não podem expressar a totalidade do pensamento da base de avicultores(as) e suinocultores(as). Além disso, entendemos que, ao diferenciar os distintos sujeitos sociais nestas atividades, sobretudo os(as) camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas, podemos encontrar versões distintas sobre as relações de trabalho e produção. Quer dizer, aqueles que detêm o trabalho apenas da família, no geral, são críticos à integração e às próprias entidades, porém não estão pautando a política das suas diretorias.

As experiências históricas, citadas ao longo deste item, indicam-nos a necessidade de observar as aproximações que podem existir entre os(as) avicultores(as) camponeses(as) e os(as) demais trabalhadores(as), até porque suas estratégias de luta e resistência já se expressaram em ações mais contundentes perante o capital. Assim sendo, cremos não ser possível tratar estes sujeitos sociais meramente como pequenos(as) proprietários(as) que expressam valores liberais. Percebeu-se que parte dos avicultores(as) e suinocultores(as) se pautam, essencialmente, por essas leituras, principalmente os mais abastados e que empregam deliberadamente mão de obra.

Desta forma, concluímos que a ação de tais organizações de integrados(as), no Oeste Paranaense, são hegemonizadas pelo capital da frigorificação de carnes. Suas alianças políticas equivocadas com os sindicatos rurais, não permite que estas sejam amplamente aceitas pelos(as) avicultores(as) e suinocultores, sobretudo, pelos camponeses(as). Por essa razão, assim como os sindicatos de trabalhadores(as) (STCOOP's, STIA's e STR's), a ASSUINOESTE e AAVIOPAR estão muito distantes da construção de uma luta de contraespaço. Todavia, os(as) trabalhadores(as) convivem com duras condições de trabalho impostas pela subordinação da renda da terra e da extração da mais-valia operária e expressam suas insatisfações com as relações de trabalho impostas pelo capital da frigorificação de carnes.

CAPÍTULO 6

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A NECESSÁRIA REUNIFICAÇÃO ORGÂNICA DO TRABALHO E UMA LEITURA DE TOTALIDADE DO PROCESSO DE PRODUÇÃO (D-M-D') PARA RESPOSTA DA RESISTÊNCIA

“O que indicamos por teoria espacial do trabalho não será produto de definições apriorísticas ou axiomas, mas sim da nossa capacidade de apreender os desafios e tensionamentos que estão colocados no interior da dinâmica geográfica do trabalho, da luta de classes.”
(Antonio Thomaz Junior)

No capítulo anterior, demonstramos os limites que se impõem às organizações dos(as) trabalhadores(as) em sua esfera de atuação fragmentada corporativamente. Igualmente, apontamos como a ideologia da colaboração de classes é um atributo central de tais organizações, percebendo ainda, mais explicitamente em alguns casos, o compromisso direto com o capital e as organizações patronais. Assim, construímos o entendimento de que, no Oeste Paranaense, tais entidades estão na contramão das lutas de contraespaço, contribuindo, mesmo que indiretamente, para a manutenção do espaço hegemônico do circuito produtivo da frigorificação de carnes.

Neste sentido, procuramos construir o presente capítulo como considerações finais ampliadas, focando nos aspectos centrais da nossa tese e as contribuições que queremos dialogar com os(as) trabalhadores(as) e suas organizações. Deste modo, o primeiro item tratará das discussões sobre o trabalho e a classe trabalhadora, apontando para a necessidade de compreendê-las de forma ampliada, pois as clivagens ora existentes não permitem compreender, por exemplo, os mecanismos de controle e exploração do trabalho no circuito produtivo da frigorificação de carnes.

Em seguida, no item 6.2, procuraremos mostrar, no geral, como a gestão territorial alienada das organizações dos(as) trabalhadores(as) são questionadas pelas resistências autônomas e coletivas destes(as). No item, polemizamos com certas compreensões marxistas sobre a “consciência de classe”, apontando para conflitos particulares que ocorreram no Oeste Paranaense, abordando-as enquanto lutas de contraespaço que estão se efetivando por fora da seara sindical. Tais características, demonstram a disposição de luta dos(as) trabalhadores(as) e, certamente, são as bases sob as quais deve se edificar as perspectivas futuras da organização dos(as)

trabalhadores(as) deste setor, isto é, para além dos limites, por exemplo, do sindicalismo de Estado.

Por fim, no último item, procuramos sintetizar alguns aspectos que julgamos centrais da nossa pesquisa de doutorado, explicitando a nossa tese central e as principais contribuições que acreditamos ter alcançado no doutorado, pautando a iminente e imprescindível tarefa da unificação orgânica do trabalho, para efetivação da luta de contraespaço e por uma nova organização societal, verdadeiramente humana, solidária e socialista.

6.1 A fragmentação do trabalho e os limites da teoria

Estudar o campo da subjetividade do trabalho, isto é, as suas perspectivas na esfera da consciência, o encaminhamento das lutas, formas de organização, dentre outros aspectos que a marcam, é parte do tema central desta tese, bem como do conjunto amplo de pesquisas desenvolvidas no âmbito da RCP. Porém, pelo exposto nos capítulos anteriores, sobretudo no quinto, se percebe que reina a fragmentação do trabalho na esfera da subjetividade, já que, diferentemente do capital, sindicatos e associações de trabalhadores(as) se referenciam no âmbito da divisão técnica, categorial e corporativa ao pautar suas estratégias de ação. Além disso, parece prevalecer, no Oeste Paranaense, uma ligação significativa entre entidades patronais e empresariais junto às direções de sindicatos e associações, como visto no capítulo anterior.

No circuito produtivo da frigorificação de carnes, o capital subordina o trabalho nas suas múltiplas facetas, como vimos no capítulo 4. No geral, este processo de acumulação capitalista se apropria de forma combinada, da sujeição da renda da terra (monopolização do território) e da extração de trabalho excedente (mais-valia). O que é interessante constatar, é a grande dependência deste tipo de capital com relação ao trabalho vivo, já que, por exemplo, sem o trabalho familiar camponês(a) na engorda não há aves e suínos suficientes para o abate; sem o(a) apanhador(a) e batedor(a) de caixa inexistem os carregamentos dos animais para os frigoríficos (apesar das pressões advindas da tecnologia); e, caso não conte com os(as) abatedores(as), para o processamento da carne, não há produção a ser destinada ao mercado interno e exportação²¹⁰. Em síntese: este tipo de capital é absolutamente dependente do trabalho vivo (capital variável).

²¹⁰ Há outras facetas da exploração do trabalho que discutimos pormenorizadamente nos itens 4.1, 4.2, 4.3 e 4.4.

Aliás, nunca é demais lembrar que, mesmo em setores de ponta no que tange ao desenvolvimento tecnológico, nos quais se constata os maiores impactos da reestruturação produtiva e a diminuição do proletariado fabril, não é possível crer que os(as) trabalhadores(as) serão eliminados por completo, já que, parafraseando Antunes (2005, p.35, *grifos do autor*) “(...) as máquinas inteligentes não podem *extinguir* o trabalho vivo”. Pelo contrário, a sua existência exige novos saberes, mais complexos por certo, porém não pode eliminar o trabalho vivo por completo. Noutro sentido, o aumento da composição orgânica do capital, tende ao aprofundamento de uma imensa crise social constatável, por exemplo, pelo desemprego estrutural, pois nas palavras de Mészáros (2007, p.145): “(...) alcançamos um ponto no desenvolvimento histórico em que o desemprego se coloca como um traço dominante do sistema capitalista como um todo²¹¹”. Igualmente, o aumento do capital constante (trabalho morto) apresenta “(...) um limite lógico para a continuidade da acumulação – que se deve a perda da sua substância viva: o trabalho” (MENEGAT, 2007, p.33).

Portanto, não é possível crer que, no século XXI, o trabalho esteja perdendo a centralidade por causa do avanço das técnicas. O que é necessário perceber são as suas formas, multifacetadas e heterogêneas, no capitalismo contemporâneo, isto é, compreender que, longe de uma redução do proletariado fabril significar o fim da centralidade do trabalho, há, na contemporaneidade, o avanço das formas precarizadas, informais, terceirizadas etc. Deste modo, “(...) não deve ser o esgarçamento das relações de trabalho estritamente assalariadas e a crescente participação da informalidade a decretar o fim do trabalho” (THOMAZ JUNIOR, 2009, p.167). Na síntese de Antunes (2005, p.34):

(...) defendemos a tese de que a sociedade do capital e sua lei do valor necessitam cada vez menos do trabalho estável e cada vez mais das diversificadas formas de trabalho parcial ou *part-time*, terceirizado, que são, em escala crescente, parte constitutiva do processo de produção capitalista.

²¹¹ Além da questão do desemprego estrutural, Mészáros, nesta mesma obra, *O desafio e o fardo do tempo histórico*, trabalha com o conceito de *equalização por baixo da taxa diferencial de exploração* que consiste em mostrar que, no capitalismo global, do século XXI, a erosão do *welfare state*, e dos certos privilégios que desfrutavam as classes trabalhadoras dos países centrais, se deve, em muito, pela globalização, pois as transnacionais passam a aumentar suas taxas de lucro transferindo seus processos produtivos para países nos quais predominam os baixos salários e poucos direitos trabalhistas. O autor utiliza o exemplo da Ford que, no ano de 1971, pagava aos trabalhadores norte americanos 7,50 dólares por hora e nas Filipinas 0,30. Para ele “(...) essa *equalização por baixo da taxa diferencial de exploração* é uma tendência muito significativa de desenvolvimento no nosso tempo e deverá se afirmar com severidade nas décadas vindouras” (MÉSZÁROS, 2007, p.92, *grifos do autor*).

Contudo, se o aumento da composição orgânica do capital é característica importante da forma de ser do capital, no século XXI, argumentamos que esta tendência, embora verificável também no âmbito da frigorificação de carnes (ver item 4.3), não pode ser entendida uniformemente. Isso porque, este circuito produtivo, em específico, é absolutamente dependente do trabalho vivo²¹², no entanto combina formas multifacetadas de subordinação do trabalho no campo e na cidade (trabalho familiar, proletarizado – formal, informal, terceirizado etc.). Ou seja, mesmo sem o incremento significativo em capital constante, no circuito produtivo da frigorificação de carnes, existem relações sociais de trabalho complexas e heterogêneas, típicas do capitalismo “flexível” contemporâneo.

Apesar disso, as organizações dos(as) trabalhadores(as) não conseguem compreender essa face heterogênea do trabalho e, referenciadas que estão na divisão técnica do trabalho, imposta, no caso dos sindicatos, pelo Estado, não fazem mais do que lutas pontuais e paliativas, limitadas à esfera da circulação e às campanhas salariais. Ou ainda, disputam base (exemplo dos STIA’s e STCOOP’s), identificando “categorias” distintas em trabalhadores(as) que praticam cotidianamente as mesmas funções – é o caso dos(as) abatedores(as), pois quando vinculados à cooperativas pertencem a categoria STCOOP’s e, se ligados às empresas, concernem aos STIA’s. O nível dos absurdos, encimados na identificação corporativa-categorial é tamanho que os STCOOP’s, com o intuito de obter cartas e registros sindicais junto ao MTE, “criou” outra categoria o(a) cooperário(a)²¹³.

O principal objetivo da criação desta “nova” categoria é, justamente, disputar uma ampla fatia de recursos advindos da contribuição sindical, isto é, não há o intuito de subverter as imposições do sindicalismo de Estado, pelo contrário, prevalece a identificação categorial e fragmentada e as disputas intercorporativas. Inclusive, é importante apontar que as disputas de base aprofundam ainda mais a fragmentação do trabalho, pois se trata de conflitos entre “corporações”, que assim se identificam e reivindicam suas “extensões de bases territoriais”. Materializam-se, então, embates entre corporações sindicais que servem para distanciá-las entre si com consequências importantes para o conjunto de suas bases, além do que, representam discordâncias que não contribuem em nada para o movimento do trabalho e sua necessária unificação orgânica e de classe.

²¹² Ver mais sobre esse assunto em Bosi (2011) e Carvalhal (2014).

²¹³ Fonte: <<http://www.fenatracoop.com.br/site/sindicato-laboral-cooperarios/>>. Acesso em 17 jan. 2017.

Tal situação é grave, pois trabalhadores(as) que desempenham exatamente as mesmas funções, sob as mais vis condições de trabalho – como visto no item 4.4 – são clivados em categorias sindicais distintas e, apenas corporativamente opostas, já que no cotidiano fabril ser “cooperário(a)” ou “operário” (vinculado a uma empresa), pouco importa do ponto de vista das condições de trabalho. Ademais, essa fragmentação dos sindicatos é um dos aspectos fundamentais que permite ao capital da frigorificação de carnes continuar sua marcha histórica da acumulação capitalista no Oeste Paranaense, pois o trabalho que se identifica em categorias opostas, e não como classe, jamais conseguirá oferecer resistência efetiva (lutas de contraespaço), ao capital.

Neste sentido, estamos falando do trabalho alienado²¹⁴ no processo de produção e que, na esfera da representação política, se expressa da mesma forma: fragmentado em categorias e atuando, no geral, no espaço do mercado, ou seja, no âmbito da circulação e das lutas salariais. Enquanto isso, o capital atua subordinando a totalidade do processo produtivo e, por isso, é possível afirmar, em concordância com Thomaz Junior (2002a, p. 227) que: “(...) o capital, voltado para todo o circuito do processo produtivo, faz do trabalho alienado instrumento vital da dominação de classe”.

O que está em questão, é pontuar o abandono, por parte dos sindicatos, da luta política que paute o controle do processo de produção, o que significaria reivindicar outra forma de organização da sociedade e conduzir a libertação do complexo do trabalho estranhado, bem como o controle da totalidade do processo produtivo (D-M-D’). Esta é a grande tarefa do movimento dos(as) trabalhadores(as), pois como escreveu Marx, em Genebra, no ano de 1866, na resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores: “(...) se os sindicatos são indispensáveis nos conflitos entre o trabalho e o capital, são ainda mais importantes como força organizada para suprimir e substituir o sistema de trabalho assalariado” (MARX, 1981, p.14). No entanto, mesmo no século XIX, o referido autor já percebia os limites da ação sindical, em suas palavras:

Os sindicatos se ocupam em demasia exclusivamente das lutas locais e imediatas contra o capital. Ainda não são suficientemente conscientes de tudo o que podem fazer contra o sistema e a escravidão assalariada.

²¹⁴ Compreendemos a diferenciação entre alienação e estranhamento que faz Lukács (2013), porém, estamos falando aqui em “trabalho alienado”, isto é, transmutado em mercadoria, produtor de valor de troca, uma mercadoria vendável como qualquer outra, como parte do complexo do estranhamento. Entendendo que a alienação se constitui a forma geral e inevitável de toda atividade humana, já que o ser social só pode se tornar ativo, socialmente, como indivíduo através das suas alienações, é possível compreender a afirmação de Lukács (2013, p.418) “(...) é fato que certas formas de estranhamento só podem surgir da alienação, mas esta pode perfeitamente existir e atuar sem produzir estranhamentos”.

Têm-se mantido bastante separados dos movimentos mais gerais e das lutas políticas (MARX, 1981, p.14).

É possível dizer que, do século XIX para o XXI, muita coisa mudou, porém a assertiva do autor alemão continua absolutamente válida quando se trata de compreender o movimento sindical na contemporaneidade. A distância da luta política, e dos movimentos mais gerais, é uma das evidências marcantes do sindicalismo contemporâneo e que, no Brasil se liga, sobremaneira, às imposições da estrutura sindical que estabelece limites significativos para o desenvolvimento de lutas que sejam, verdadeiramente, anticapitalistas e não meramente salariais.

Um dos aspectos fundamentais dessa condição, e que permitiria avançar as lutas políticas, é o entendimento de que está na libertação do complexo do trabalho estranhado, e não no salário, parte ínfima da riqueza socialmente produzida, o real sentido das lutas do movimento do trabalho. Luxemburgo (1999), no seu livro “*Reforma ou Revolução?*”, em que polemiza com as teses de Bernstein, aponta que a luta salarial dos sindicatos, longe de conseguir transformar por etapas a redução da taxa de lucro industrial, como pensava Bernstein, se trata numa espécie de trabalho de Sísifo²¹⁵. A autora é taxativa argumentando que os sindicatos, a partir desta concepção de que podem atuar contra a taxa de lucro, transformando-o por etapas em taxa de salário, “(...) não estão absolutamente em condições de dirigir uma política de ofensiva econômica contra o lucro, porque na verdade não são mais que a defesa organizada da força de trabalho contra os ataques do lucro (...)” (LUXEMBURGO, 1999, p.84). Quer dizer, as lutas meramente salariais são parte da gestão territorial alienada dos sindicatos, pois não chegam nem perto de tocar no essencial, o controle do processo de produção, base sob as quais o capital funda sua hegemonia sobre o trabalho.

No entanto, para além dessa concepção mais geral da luta dos(as) trabalhadores(as), esse atual estágio do movimento sindical, no caso brasileiro, é resultado, principalmente, da sua ligação direta ao Estado que ocorreu, ao longo das três primeiras décadas do século XX, efetivando-se na “Era Vargas”. No item 5.2, tivemos a oportunidade de mostrar todo o contexto histórico e político que levou a efetivação do sindicalismo de Estado, bem como avaliar as consequências deste processo que ainda vigoram, em muitos aspectos, na atuação sindical do século XXI. Características como o apego ao legalismo, a fragmentação corporativa, dentre outros, são evidências

²¹⁵ Trabalho de Sísifo é uma expressão popular, oriunda da mitologia grega, que remete a toda situação e tipo de trabalho que é interminável ou inútil, pois uma vez terminado ou concluído, é preciso recomeçá-lo.

significativas da perspectiva de “colaboração de classes”, a essência do sindicalismo de Estado, um amortecedor de conflitos de classe, como diria Boito Junior (1991).

Como visto, a unicidade sindical imposta pelo Estado e a fragmentação corporativo-categorial, delimitam a esfera de atuação do movimento sindical que fica emparedada nos limites do estranhamento provocado pela divisão técnica do trabalho com a legitimação do Estado, o que explica “(...) estarem fragmentados entre o que é urbano e rural, entre as fronteiras da base territorial, entre o que é essa ou aquela categoria” (THOMAZ JUNIOR, 1998, p.37). Essa é a essência do que chamamos de gestão territorial alienada, evidência significativa do complexo do estranhamento do trabalho e perceptível nos STIA’s e STCOOP’s do Oeste Paranaense.

Ocorre que, no Brasil, essa perspectiva de atuação política nem sempre foi central no âmbito do movimento sindical. Inclusive, no início do século XX, como vimos no item 5.2, os sindicatos revolucionários não pautavam sua ação encimados na divisão técnica do trabalho, pelo contrário, acreditavam justamente no rompimento desta blindagem, já que, para eles, a classe operária era única. Mas, essa perspectiva de atuação do sindicalismo de outrora foi duramente combatida pela ideologia da colaboração de classes, advinda do varguismo, e que resultou na ligação deste com o Estado, a partir de uma perspectiva política negocial e colaboracionista com o capital e o poder público.

Poderíamos nos arriscar a dizer que houve no Brasil enorme retrocesso, do ponto de vista das lutas políticas do movimento sindical, comparando o início do século XX e este início do século XXI. Mesmo as lutas dos anos 1980 do “novo sindicalismo”, que resultaram na criação da CUT e do PT, não foram capazes de romper com a estrutura sindical de Estado, pelo contrário, o que houve foi uma expressiva adaptação. O que significa prevalecer, na contemporaneidade, a estratégia de ação do movimento sindical referenciada na divisão técnica do trabalho de cunho categorial-corporativista e distante da compreensão classista, sendo diferente do sindicalismo revolucionário do início do século XX. Por isso, sinteticamente afirma Thomaz Junior (2009a, p. 164, *grifos nossos*):

Mobilizado essencialmente pelas disputas intercorporativas e afeito à “leitura” fetichizada do território sob o ângulo de visão do capital, o trabalho se encontra distanciado da compreensão dos mecanismos de dominação, restrito ao regramento jurídico-político da delimitação dessa ou daquela categoria/corporação em consonância ao território delimitado pelo Estado, se nesse ou naquele município, à unicidade

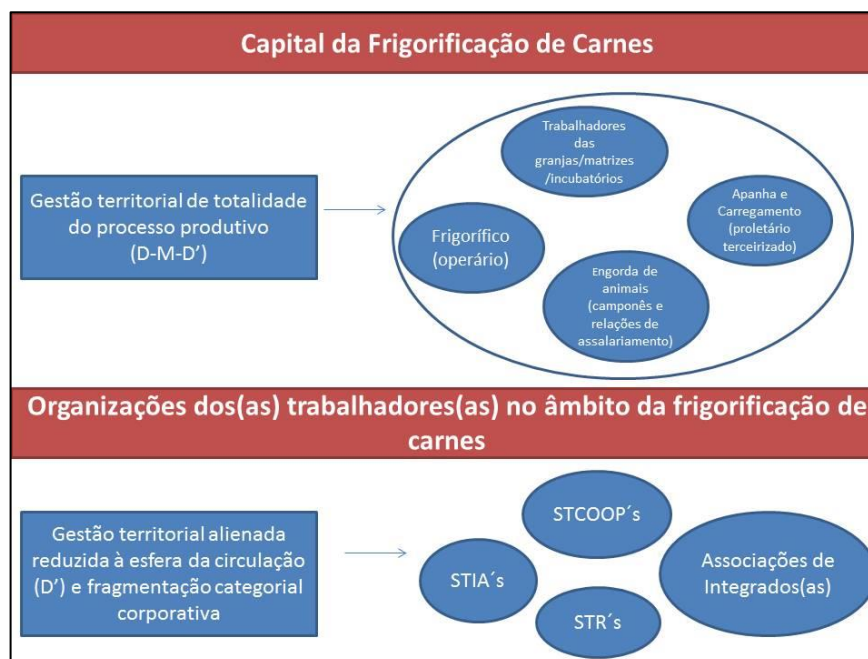
sindical. Então, na maioria dos casos, *o trabalho não está referenciado aos interesses de classe (...)*.

Entretanto, o capital assume uma gestão territorial de totalidade – Thomaz Junior (1998) chama esta de “autogestão” –, pois é na abrangência da estrutura empresarial, traduzida pela materialização da produção que se reconhece, e não nas fragmentações e limites categoriais/municipais. Isto é, no caso específico da frigorificação de carnes, o capital subordina renda da terra e extrai mais-valia, no campo e na cidade, pouco importando, por exemplo, os limites territoriais do município. Para o capital, como sabemos, o que importa é a realização da sua reprodução ampliada, ou seja, o processo de acumulação capitalista, e para alcançar tal intuito controla a totalidade do processo produtivo (D-M-D’). Com o trabalho, no âmbito das suas organizações políticas, o que ocorre é justamente o contrário, prevalecendo a fragmentação e demais clivagens, reduzindo sua esfera de ação, em geral, ao espaço do mercado e da circulação, as lutas salariais e de melhoria na renda (D’) (Figura 33).

Poderíamos acrescentar ainda, como discutido no capítulo 5, o compromisso aberto das organizações dos(as) trabalhadores(as) com interesses patronais, pois os sindicatos se enxergam, na maioria dos casos, e salvo as pequenas nuances, como colaboradores. Aliás, como vimos, no item 5.1, as próprias empresas procuraram, historicamente, compor as diretorias dos sindicatos com dirigentes ligados aos seus interesses, apesar das resistências e oposições. Já as organizações coletivas dos(as) avicultores(as) e suinocultores(as), no Oeste Paranaense, além de prevalecerem pautas corporativas e meramente econômicas, foram incentivadas, no ato de fundação ou na aliança política, pelos sindicatos rurais patronais.

Em vista disso, sinteticamente, argumentamos ao longo dos capítulos que compõem esta tese, que o espaço hegemônico produzido historicamente em torno do circuito produtivo da frigorificação de carnes, no Oeste do Paraná, tem na sua essência a dominação, subordinação e controle do trabalho. No entanto, os esquemas de exploração e subordinação do trabalho não são evidentes na empiria do arranjo paisagístico e só são possíveis de serem identificados, quando se aprofunda no estudo das relações sociais e de poder, invisíveis a olho nu, mas que são a essência e base para compreender a existência do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense.

Figura 27 - Gestão territorial do capital e trabalho no circuito produtivo da frigorificação de carnes



Neste particular, percebemos como o capital utiliza de forma combinada a extração da mais valia do trabalho proletarizado no campo e na cidade e a subordinação da renda da terra. Portanto, operar com o conceito de classe trabalhadora, reduzido ao proletariado ou ao conjunto dos(as) assalariados(as) despossuídos(as) que vendem a sua força de trabalho em troca de salário, não seria suficiente para compreender os mecanismos de dominação e controle deste tipo específico de capital, tampouco remeter o trabalho familiar à identificação do “assalariamento disfarçado”. Ao mesmo tempo, pautar apenas a sujeição da renda da terra familiar, a partir dos contratos de integração não daria conta de entender as complexas relações de trabalho que se expressam no campo. Em decorrência, o propósito principal da nossa preocupação se dá pelo seguinte motivo: para o capital da frigorificação de carnes tais clivagens (se camponês, se operário) pouco importa, já que, para garantir seu processo de acumulação, pode subordinar estas, aparentemente, distintas e incomunicáveis relações sociais de trabalho ao longo do seu circuito produtivo.

Porém, no âmbito da discussão de algumas compreensões teóricas a cisão, que o capital ignora para garantir seu processo de acumulação, é evidente. Do inusitado ao descabido, argumento teórico, é o que não falta para justificar a impossibilidade de entender a ampliação do conceito de trabalho e de classe trabalhadora. Ou ainda, da suposta incongruência em compreender camponeses(as) “proprietários(as)”, como parte

desta, isto é, como trabalhadores(as). Para algumas matrizes teórico-metodológicas, prevalece o entendimento de que estes “mundos”, por exemplo, do campesinato e do proletariado, são distintos e desconectados, optando por tratá-los como realidades sociais divergentes.

Ocorre que, o capital, em específico o da frigorificação de carnes, na busca pelos patamares sempre ampliados de acumulação, não entende tais realidades sociais como incomunicáveis. Utiliza tanto da estratégia de sujeição da renda da terra quanto da extração direta do trabalho excedente como partes indissociáveis do seu objetivo central. Por isso, resta-nos perguntar: se tal processo ocorre na realidade objetiva, devemos ignorá-lo para manter-nos fiéis aos pressupostos teóricos “puros” ou devemos desafiar os próprios entendimentos enrijecidos da teoria?

Nossa opção é pela segunda afirmação, todavia não acreditamos que, com tal postura, estejamos renunciando o legado do pensamento marxista, tampouco que este não seja o referencial a ser seguido. Igualmente, não há nenhum motivo, de nossa parte, em apostar numa espécie de *mix teórico*, mas apenas de reconhecer as limitações dos referenciais para entender o universo heterogêneo do trabalho no século XXI (THOMAZ JUNIOR, 2009). Aqui seguimos o ensinamento de Lukács (2013, p.575, *grifos nossos*):

A teoria marxiana, porém, é, como foi mostrado, um novo tipo de síntese de filosofia e ciência. *Portanto, a sua renovação deve ser vinculada organicamente com um conhecimento teórico da situação atual.* Isto é, com base no autêntico método marxiano, deveria ser posto a descoberto o caminho econômico que leva à situação atual, aos seus problemas, aos seus modos de dirimir. Desviar-se do marxismo enquanto unidade de ciência e filosofia tem como consequência que os marxistas muitas vezes procurem aplicar de modo acrítico e mecânico ao presente categorias que foram formuladas há 40-80 anos.

A *Ontologia do Ser Social* foi concebida no curso dos anos 1960, mas a crítica de Lukács é certa e atual para muito do marxismo que se pratica na contemporaneidade. No livro, ele polemiza com as deturpações stalinistas da teoria, dentre elas, a concepção que, “(...) simplesmente eliminou do marxismo as relações asiáticas de produção (...)” (LUKÁCS, 2013, p.823). Ou seja, com isso o stalinismo poderia “(...) basear ‘teoricamente’ a sua linha tática na dissolução do feudalismo chinês (que nunca existiu)” (LUKÁCS, 2013, p.574).

É claro que nossos objetivos, na presente tese, são muito mais modestos que a grande síntese lukácsiana. Mas, referenciamo-nos nestas contribuições por entender que, mesmo Lukács, concebeu o marxismo como corpo teórico vivo e que precisa de constante atualização. Esse ensinamento, seminal, que está presente em outros autores marxistas como Mariátegui (que fala da questão indígena na América Latina), Gramsci (quando argumenta da necessidade de compreender a luta dos camponeses na Itália), dentre outros(as), é o que nos anima para observar a realidade objetiva do trabalho em país de capitalismo dependente, e num circuito produtivo específico, o do capital da frigorificação de carnes.

É o mesmo que tem feito, na contemporaneidade, Ricardo Antunes e sua teorização que procura explicar a classe trabalhadora, rompendo por um lado com autores que decretaram o fim do trabalho (como vimos no item 2.3), tendo em vista a diminuição do proletariado fabril, e, por outro, com a rigidez teórica que não compreende, como parte da classe trabalhadora, inserções que não estejam no padrão do(a) proletário(a) “puro”²¹⁶. Para autores(as) que defendem essa última posição, como Lessa (2011), o proletariado se distingue de todos(as) os(as) outros(as) assalariados(as), pelo lugar que ocupa na estrutura produtiva, sendo o(a) único(a) que produz o “conteúdo material da riqueza” e aquele(a) que nada tem a perder com a superação da propriedade privada. Por isso, o autor não nega as crescentes taxas de informalidade, desemprego, mas insiste na tese da distinção entre o proletariado e as demais formas assalariadas.

O corolário do pensamento de Lessa (2011) é sustentar, em nome de Marx²¹⁷, que toda e qualquer tentativa de alteração da categoria trabalho, classe social, meios de produção, entre outras, se trata de renunciar ao marxismo. Mais do que isso, tais investidas são, em sua visão, empiristas, ou seja, apontam para uma perspectiva que não dá conta de entender o mundo, quiçá transformá-lo, em suas palavras:

Tratar teoricamente os complexos e difíceis problemas postos pelo trabalho e sua evolução em nossos dias é algo, como esperamos ao

²¹⁶ Neste caso, podemos citar Sérgio Lessa autor que argumenta ter dado seu “Adeus ao proletariado”, Ricardo Antunes e outros(as). Nas suas palavras: “Em todos eles, consideradas as significativas diferenças de suas posições, há algo em comum: o cancelamento da função social que faz do operariado uma classe distinta do restante dos assalariados. Como argumentaremos, é esta distinção ontológica, oriunda da estrutura produtiva do modo de produção capitalista, que particulariza o proletariado como a classe revolucionária dos nossos dias” (LESSA, 2011, p.105).

²¹⁷ Mais precisamente da sua, peculiar, “leitura imanente” a partir da qual o autor, basicamente, expressa ter valor analítico o Livro I de *O Capital* (VALENCIA, 2009). A explicação desta, também, se encontra no prefácio do seu livro *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*.

menos ter sugerido, impossível de ser levado a cabo com sucesso se nos ativermos apenas às opções teóricas que a via de menor resistência nos oferece. Nem a abordagem “metafísica” do trabalho, isto é aquela que toma o trabalho abstrato como a forma eterna de trabalho, como seu modelo platonicamente universal; nem a via “empirista”, aquela que apenas se ocupa do imediatamente dado e que termina identificando trabalho com assalariamento, podem dar conta do desafio que temos à frente: entender o mundo para transformá-lo (LESSA, 2011, p.347-348).

Concordamos com Lessa (2011) sobre a tarefa que temos, no século XXI, entender o mundo para transformá-lo, mas não acreditamos que essa incumbência se resguarde – mesmo como distinção e pelo lugar que ocupa na estrutura produtiva – somente ao proletariado. Se pautarmos a tese do autor para entender, por exemplo, a particularidade do capital da frigorificação de carnes: como seria conceber o trabalho familiar camponês(a), essencial para a engorda dos animais que serão abatidos pelos(as) proletários(as) industriais? Ou ainda, pelo fato de serem proprietários(as), os(as) camponeses(as) são diretamente inimigos(as) do proletariado? Estão fora do arco da classe trabalhadora?

Tais questões também poderiam ser direcionadas aos entendimentos de Antunes (2009), uma vez que se à classe trabalhadora pertencem o conjunto dos homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, como ficam as famílias que são proprietárias e nas relações de integração (sujeição da renda da terra ao capital industrial), experimentam as mais vis condições de trabalho²¹⁸? São assalariados(as) “disfarçados(as)” como propõem, dentre outros(as), Nogueira e Jesus (2013)? O fato de serem proprietários(as) é uma condição que exclui os sujeitos do arco da classe trabalhadora, mesmo que vivenciem condições de vida e trabalho, na maioria dos casos, próximas ao proletariado?

Noutro campo do debate teórico, mais precisamente nos entendimentos hegemônicos da Geografia Agrária, poderíamos também questionar: todos(as) os(as) pequenos(as) proprietários(as) na avicultura e suinocultura são camponeses(as)? Não há o que falar sobre as relações de trabalho assalariadas presentes no campo, sobretudo empregadas pelos(as) “pequenos(as) produtores(as)” mais abastados deste setor? É suficiente e coerente com o real concreto, nas pesquisas, apenas atestar a presença do modo de vida camponês(a) ou isso é satisfatório apenas para se adequar ao corpo teórico?

²¹⁸ É claro que aqui estamos nos referindo ao trabalho familiar camponês(a) e não aos(as) pequenos(as) capitalistas, conforme distinguimos no item 4.2 da presente tese.

Estas indagações foram possíveis, justamente pelas preocupações que nos ocuparam na presente pesquisa. Ao que parece, estes referenciais, mesmo para entender as peculiaridades da exploração do trabalho no circuito produtivo da frigorificação de carnes, em nossa opinião, deixavam algo “escapar”. Ou seja, se quiséssemos entender o trabalho e as formas de exploração pela perspectiva de Lessa (2011) focaríamos na defesa do proletariado, esquecendo, por exemplo, das relações camponesas; na perspectiva de Antunes (2009), identificaríamos os homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho, e aí incluídas todas as relações informais, terceirizadas, dentre outras, porém teríamos dificuldade de compreender as especificidades do trabalho familiar; e, na perspectiva hegemônica da Geografia Agrária, o foco centralizado e canalizado ao modo de vida camponês colocaria em segundo plano compreender as relações de trabalho assalariadas.

Portanto, sentimos que havia limites nestes importantes referenciais para compreensão do trabalho e suas formas de controle/dominação/exploração no circuito produtivo da frigorificação de carnes, no Oeste do Paraná. Longe de negá-los, nossa opção foi tentar estabelecer o diálogo entre estas contribuições, já que, para o capital, tais clivagens e fragmentações teóricas não fazem parte do seu processo de acumulação. No entanto, essa “interação” entre contribuições que parecem tão distintas, se deu a partir de sua leitura crítica com relação ao real concreto que se efetivava na pesquisa, isto é, não se tratou de mera “aplicação pura” dos entendimentos de cada um destes autores, sem antes, passar pelo crivo da crítica. Só assim entendemos, que foi possível estabelecer essa perspectiva de diálogo, que muito contribuiu para a proposição da presente tese.

Então, antes de apontar teoricamente para as fragmentações identificando apenas as suas “tendências” (se este é “proletarista” ou aquele é “campesinista”), nosso objetivo foi outro: enxergar, a partir da pesquisa, o quanto é limitante se resguardar a tais especializações teóricas, já que, o próprio capital, para garantir seu processo de acumulação, rompe tais barreiras, cobrando-nos entendimentos renovados se temos por objetivo oferecer reflexões que possam dialogar com os(as) trabalhadores(as) na perspectiva (iminente) da emancipação da sociedade do capital e na construção das lutas de resistência (contraespaço). Na mesma perspectiva analítica, diz Thomaz Junior (2012, p.31, *grifos do autor*):

O que queremos afirmar é que há, de fato, possibilidade de se travar debates entre esses autores, tanto para fortalecer posicionamentos que explicitam as consequências das rupturas e fragmentações do trabalho, no século XXI, quanto para evidenciar limites explicativos de determinados posicionamentos, diante dos pressupostos que assumimos para *enxergar/reconhecer* os sujeitos de possibilidades históricas, ou capazes de assumir a missão emancipatória e de classe.

Deste modo, as contribuições de Thomaz Junior (2006; 2009; 2013), quando trata, nestes textos, empírica e teoricamente, do constante movimento da plasticidade do trabalho (o movimento territorial de classe), utilizando de resultados oriundos das suas pesquisas individuais, nos incentivou a refletir sobre a classe trabalhadora no circuito produtivo da frigorificação de carnes. Ainda que para o autor, as preocupações se centrem na intensidade com que, por exemplo, num mesmo ano fiscal, os(as) trabalhadores(as) mudam de lavra (habilitação, profissão, enquadramento sindical), podendo inclusive serem camponeses(as) numa parte do ano e proletários(as) na outra, o que aparentemente se diferencia das nossas preocupações mais diretas na presente tese, reiteramos que estas contribuições são fundamentais para os nossos propósitos.

O motivo principal deste diálogo com a obra de Antonio Thomaz Junior, se dá justamente por ser este o autor que oferece subsídios para pensar o campesinato no arco do universo do trabalho, ou seja, da classe trabalhadora. Ao mesmo tempo em que, não exclui o proletariado e suas mais distintas frações na contemporaneidade (assalariado típico, formas precarizadas como as diferentes existências na informalidade, trabalhadores/as temporários/as, terceirizados/as etc.). Isto é, o autor procura explicitar todas essas dimensões da lavra humana, como uma forma de dar “(...) a importância ontológica e o peso dos significados da realidade objetiva, o efetivo terreno da luta de classes” (THOMAZ JUNIOR, 2012, p.51).

Esse referencial tornou-se, então, essencial para o entendimento da exploração do trabalho no circuito produtivo da frigorificação de carnes. Mais do que isso, sua teoria, que propugna o entendimento ampliado da classe trabalhadora, é um parâmetro fundamental para a construção das lutas de contraespaço, seja neste circuito produtivo em específico, ou na escala mais geral. Isso porque se torna referência para entender a unificação orgânica do trabalho, tão necessária para efetivar a resistência na escala mais geral.

Mas, também, o referencial de Thomaz Junior (2009), é essencial para a construção de uma nova identificação dos(as) trabalhadores(as) no âmbito do circuito produtivo da frigorificação de carnes. Deste modo, a perspectiva de observar a

ampliação da classe trabalhadora é absolutamente útil para superar as travagens, corporativas e categoriais, que prevalecem nos sindicatos e associações que estudamos e que as distanciam das lutas de contraespaço. Igualmente, é só desta maneira que se poderá oferecer resistência significativa ao capital da frigorificação de carnes, mesmo para conquistas parciais, e quiçá, pautar a luta histórica, iminente e necessária, do controle da totalidade da produção por parte do trabalho, até porque, como veremos a seguir, os(as) trabalhadores(as) a partir das suas resistências individuais e em grupo estão questionando a ação de tais organizações e sua gestão territorial alienada.

6.2 As lutas dos(as) trabalhadores(as)

Ao longo da tese, construímos a concepção de que as organizações dos(as) trabalhadores(as), por suas estratégias equivocadas de ação, estão distantes das lutas de contraespaço e, deste modo, na razão direta da permanência da manutenção do espaço hegemônico da frigorificação de carnes, no Oeste do Paraná. Ao mesmo tempo, como exploramos no item 5.1, isso não significou que, historicamente, não houve tentativas de organização dos(as) trabalhadores(as) para reivindicação de seus interesses. Igualmente, vimos no decorrer de todo o capítulo 5, que existiram manifestações e conflitos entre o capital e os(as) trabalhadores(as), como: manifestação de suinocultores(as) – ver item 5.4 –, tentativas de criação de sindicato e oposições sindicais etc.

Tal situação nos remete a criticar o ponto de vista que entende terem existido relações “paternalistas” entre capital e trabalho na frigorificação de carnes, como propõe, dentre outros(as), Espíndola (1999), bem como afirmar que as lutas de contraespaço são permanentes e características dos conflitos no âmbito da sociedade do capital, expressando-se nas mais variadas escalas geográficas. Já no primeiro capítulo, mais especificamente no item 1.3, tratamos desta relação (espaço-contraespaço) como atributo essencial da estrutura societária da sociedade do capital. Quer dizer, o conflito é instituído desde a base da estrutura espacial, portanto, não é possível deixar de lado a discussão da construção do espaço hegemônico e as resistências que desta advém.

Moreira (2012; 2013), sem dúvida, é a nossa principal referência para compreender este assunto, central para a presente tese, pois partimos, na pesquisa, em busca destes sentidos da resistência, já que o capital impõe as mais vis condições de trabalho no campo e na cidade no âmbito do circuito produtivo da frigorificação de

carnes, como visto no capítulo 4. O que ocorre é que o trabalho dá as suas respostas a tais imposições e estas, de fato, variam como propõe Moreira (2012), desde o confronto, movimentos de resistência ou do simples questionamento.

No Oeste Paranaense, é possível apontar que as lutas de contraespaço tem se evidenciado, no geral, por fora da seara sindical. O emparedamento imposto pela estrutura sindical de Estado e o compromisso aberto com setores patronais, evidenciado tanto nos sindicatos quanto nas associações de avicultores(as) e suinocultores(as), são pontos evidentes dos limites típicos destas organizações coletivas que investigamos ao longo da pesquisa. Sua gestão territorial alienada e fragmentada corporativamente impede uma leitura da totalidade do processo de produção e, obviamente, dificulta a coesão de lutas unificadas e com a perspectiva de classe, já que tais organizações dizem defender “categorias”.

Boito Junior (1991), demonstra que a desorganização dos(as) trabalhadores(as) é característica do sindicalismo de Estado, sendo que, na sua visão, este tem sido muito bem sucedido para tal função. Em suas palavras: “(...) ora, a estrutura desse aparelho, as suas modalidades de ação e a ideologia sindical que lhe corresponde formam um sistema cuja função só pode ser a de desorganizar a luta dos trabalhadores” (BOITO JUNIOR, 1991, p.225). A tese deste autor é fundamental para a crítica ao movimento sindical no Brasil, pois demonstra claramente que o projeto do sindicalismo de Estado é frear as lutas dos(as) trabalhadores(as), amortecer conflitos etc. Inclusive, porque a sua criação teve o objetivo de transformar a defesa da luta de classes, pautada pelos sindicatos revolucionários, para colaboração de classes, do sindicalismo amarelo.

À vista disso, o *rompimento* com a estrutura sindical imposta pelo Estado é essencial, como luta política dos(as) trabalhadores(as). Mas, além disso, e como apontamos na presente tese, as organizações coletivas devem superar a gestão territorial alienada, fragmentada corporativamente, e encimada na divisão técnica do trabalho. Para tal, devem não só pautar a superação do sindicalismo de Estado, mas principalmente orientar suas lutas para uma leitura ampliada de trabalho e classe trabalhadora²¹⁹. Tal necessidade é evidente para o caso específico da frigorificação de

²¹⁹ Sem que isso implique em qualquer tomada de posição em favor de projetos meramente reformistas, de distribuição de renda, isto é, um “neo-socialismo utópico” ou de um socialismo com mercado. Apontamos para tal debate, pois Lessa (2011) argumenta que, sem a perspectiva da revolução proletária, ou seja, sem eleger este sujeito como revolucionário, os debates sobre trabalho e classes sociais, que pleiteiam a ampliação deste “sujeito”, perdem de vista a revolução e tendem ao reformismo. Em nossa opinião, o fato de não compreender a classe trabalhadora numa perspectiva ampliada, mesmo no setor

carnes, já que sem tal entendimento, fica difícil compreender o controle da totalidade do processo produtivo e oferecer a resistência necessária.

Entretanto, para além desse projeto indispensável e iminente para libertação do complexo do trabalho estranhado, temos percebido que há lutas de contraespaço que se dão à revelia das organizações “tradicionais”. Paralisações de setor, tentativas de construção de oposições sindicais e até de um “novo” sindicato, movimento individual de rejeição ao trabalho, criação de organizações coletivas por fora da seara sindical, enfim, são todas características de resistências que vão desde o simples questionamento até o confronto. Para boa parte dos(as) sindicalistas entrevistados(as), tais ações são tratadas como “movimentos espontâneos”, tema caro, inclusive à esquerda que se propõe revolucionária.

Esta aceção, no campo da esquerda, geralmente liga os “movimentos espontâneos” com a ideia da falsa consciência²²⁰. Rejeita a consciência nos termos em que ela mesma aparece no real concreto e aponta a crítica para aquilo que esta deveria ter sido, isto é, “corrigida” pelo intelectual e pelo partido, portadores da suposta consciência verdadeira. É perceptível aqui, que estou me referenciado na concepção de Thompson (1987; 2001), pois quando diz, acertadamente que uma classe não pode existir sem um tipo qualquer de consciência de si mesma, por isso, considerar que uma classe tem uma consciência verdadeira ou falsa é historicamente sem sentido, demonstra os limites das imposições de um modelo teórico e estático para compreensão das classes sociais.

A contribuição de Edward Palmer Thompson é importante para nós, justamente porque é a partir dela que podemos perceber as lutas de contraespaço no setor da frigorificação de carnes. Sua máxima consiste em observar que a classe é uma relação e acontece quando homens e mulheres, como resultados de experiências comuns, articulam seus interesses entre si e contra outros(as) cujos mesmos diferem e opõem-se

específico da frigorificação de carnes, é justamente o que impede os(as) trabalhadores(as) de oferecerem uma resistência efetiva ao capital e distanciar-se, ainda mais, de um projeto revolucionário.

²²⁰ Este tema está presente na concepção leninista da classe em si e para si. Uma síntese de tal concepção é encontrada em Antunes (1982, p.22): “A consciência proletária é, portanto, uma longa distância que vai da falsa consciência, presa a ideologia dominante e limitada pela imediatidade, até o máximo de consciência possível que corresponderia à percepção da totalidade concreta e sua possibilidade de superação revolucionária, o que somente é possível quando a classe operária apodera-se da teoria revolucionária, fornecida pelo marxismo, e transforma-se na única classe capaz de destruir o capitalismo e iniciar a transição para a sociedade sem classes. É preciso lembrar a impossibilidade de tal distância ser pensada de forma linear e evolutiva: ela deve ser concebida como um processo com fluxos e refluxos, onde ora são predominantes os momentos da falsa consciência, ora se está próximo da consciência verdadeira”.

(THOMPSON, 1987). A consciência de classe seria observar, então, como os sujeitos tratam essas experiências vividas na esfera da subjetividade e dão suas respostas. Nas palavras de Thompson (2001, p.274):

(...) para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de um certo modo (por meio de relações de produção, fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os explorados), identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmas como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta de sua consciência de classe.

Em seguida o autor escreve, na contramão dos conceitos estáticos de classe: “classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real” (THOMPSON, 2001, p. 274). Ou seja, a classe não está presente somente pelo local que ocupa nas relações de produção, apesar de que, estas (o lugar em que determinado sujeito se encontra no âmbito das relações de produção), são fundamentais na investigação, pois são experiências de classe em que homens e mulheres entram involuntariamente. A consciência é o resultado de como os sujeitos encaram as experiências e, desta maneira, o fruto desse processo não é uma fórmula mágica de consciência, mas tão somente: “podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos pregar nenhuma *lei*” (THOMPSON, 1987, p.10, *grifos do autor*).

Um dos aspectos destas contribuições, pensando no trabalho no circuito produtivo da frigorificação de carnes, é a observação do movimento de rejeição ao trabalho, que se expressa como uma resposta dos(as) trabalhadores(as) às imposições hegemônicas e que deve ser entendido para além do argumento, muitas vezes pejorativo, do espontaneísmo. Isto é, estamos frente a uma resposta dos(as) trabalhadores(as), não necessariamente pontual e irrelevante, pois pelas proporções que atinge no Oeste Paranaense, em especial nos frigoríficos, se configura numa contraposição ao trabalho imposto nas linhas de produção²²¹. Dizemos isso, porque as experiências dos(as) trabalhadores(as) tem apontado para situações nas quais o trabalho desempenhado, nas inúmeras funções do circuito produtivo da frigorificação de carnes, é intenso, repetitivo, cansativo etc. Este cenário aparece com muita evidência nas narrativas dos(as) trabalhadores(as), conforme trabalhamos no capítulo 4, e não é acompanhado pelas suas organizações coletivas “formais”. Desse modo, é importante

²²¹ Tratamos desse assunto no item 4.4.

valorizar essas narrativas do mundo do trabalho, pois antes de expressarem uma consciência “falsa” – limitada pelo imediatismo – é a forma como de fato aparecem no real concreto e devem ser consideradas quando se quer buscar a resistência coletiva organizada e voos maiores na perspectiva de classe.

Aliás, arriscamos ainda dizer que sem a referência de Thompson, não conseguiríamos observar, no Oeste Paranaense, as lutas de contraespaço. Estas se dão desde a recusa do trabalho em frigoríficos, como algo individual, e observado, dentre outros(as) por Bosi (2013), aos movimentos organizados pelos(as) próprios(as) trabalhadores(as) em paralisações de setores, no geral, à revelia dos sindicatos e organizações “tradicionais”. Neste particular, é fundamental destacar a importância central das narrativas, não como meros procedimentos de coleta de “dados” ou busca de “informações”, mas principalmente, como recurso metodológico que permite compreender a experiência de classe e como esta é tratada na esfera da consciência. Isto é, as narrativas dos(as) trabalhadores(as), não estão descoladas do contexto social em que se inserem, como diz Bosi (2013, p. 314) “(...) recorremos a uma abordagem sobre as fontes orais que valoriza a entrevista como uma narrativa histórica alicerçada em determinada experiência”.

Deste modo, as experiências negativas do trabalho e com as organizações coletivas, são tratadas na consciência pelos(as) trabalhadores(as), que podem apresentar as suas respostas, como as lutas de contraespaço. Uma delas, foi expressa por Anderson, a partir de diálogos entre os(as) trabalhadores(as) para faltar ao trabalho nos sábados, já que não recebiam devidamente as horas extras e estas iam, em boa parte, para o banco de horas (mecanismos que constam nos acordos dos STIA’s e STCOOP’s). Em suas palavras:

Assim, além de dar prejuízo para eles, ter que trabalhar no sábado para eles, para eles era prejuízo, não para os funcionários, para a firma, daí eles começaram a cortar até as horas extras, pagavam só mais vinte horas por mês, o resto ia para banco de horas. Daí se você faltava um minuto, dez segundos, eles te cobravam, agora, para você receber deles uma hora, meia hora ou dez minutos, nossa, você tinha que fazer... Era bem complicado. Ai por causa disso o pessoal começou a se irritar. Pensou, “vamos trabalhar para que no sábado e no domingo se os caras não estão pagando mais?” Que hoje em dia sabe como que é, ainda mais lá que era cansativo. Daí o pessoal começou a mudar de ideia, começou a se unir, o pessoal mesmo lá dentro começou a se unir contra os chefes e não vinha trabalhar nos sábados e domingos. Teve dias que eles não conseguiam pessoal, vinha material, vinha frango para abater, mas tiveram que deixar parado lá dois dias, que é prejuízo

para eles também, porque eles ficam sem comer, sem alimentação e tem os stress que eles falam lá, e tinha que ficar parado, para começar a abater na segunda-feira. Isso porque não tinha gente para trabalhar, tinha que deixar parado porque não tinha gente para trabalhar. Eles dispensavam os que tinham vindo, retribuía os que tinham vindo e pisavam nos que não tinham vindo, até com dar a conta e tal, várias coisas (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.191).

Anderson narra um processo de resistência em que um grupo determinado de trabalhadores(as), em oposição ao imperativo do trabalho aos sábados, organizou-se “contra os chefes” e faltava nos finais de semana. Também, questiona o mecanismo do Banco de Horas, firmado entre sindicatos e empresas/cooperativas, já que este aponta prejuízos claros para os(as) trabalhadores(as). As estratégias de organização se davam pelas conversas entre os(as) próprios(as) trabalhadores(as) nos curtíssimos momentos de socialização, como nos intervalos e finais de jornada, e sua motivação não era meramente pela insignificância salarial que representava trabalhar no final de semana (já que tudo ia para o banco de horas), mas sobretudo, pela rotina intensa de trabalho que já enfrentavam durante a semana. Anderson complementa:

Então a gente se unia lá fora para conversar por causa disso aí. Falava assim, “ó, sábado agora tem que trabalhar”, por exemplo, “daí nós chegávamos numa quinta-feira ou numa sexta e falava, vamos supor todo mundo, tinha vinte e quatro pessoas na mesa, vocês ninguém vem trabalhar!” Ai não dá funcionário entendeu? É aquela coisa que eu disse antes, se ninguém vier não... vai funcionar, se alguns vierem, os que não vierem vão ser prejudicados, e os que vierem vai estar com a coroinha de anjinho na cabeça (CADERNO DE ENTREVISTAS II, p.192).

Não temos dúvidas, ao observar a narrativa de Anderson, que esta organização para faltar nos finais de semana, se trata de uma luta de contraespaço, resultado prático da consciência que esse grupo de trabalhadores(as) detinha da experiência vivida na linha de abate e processamento de carnes. Este é um exemplo típico de como não podemos tratar dos(as) trabalhadores(as) como sujeitos totalmente dominados pela hegemonia do capital, ainda que suas ações efetivas não sigam os ritos daquilo que os intelectuais, sindicato e partidos, digam ser a consciência de classe verdadeira.

Por óbvio, também, que estas práticas não se tratam de ações que, por si só, tem a capacidade de modificar a ossatura da sociedade do capital, encimada no complexo do trabalho estranhado. Porém, não podem ser negligenciadas como irrelevantes e aspectos de uma consciência supostamente falsa, pelo contrário, devem ser entendidas como resistências que demonstram a disposição de luta dos(as)

trabalhadores(as) e como a consciência de classe aparece efetivamente no real concreto. Elas denunciam: a degradação do trabalho (experimentada e sentida pela classe trabalhadora), a inoperância das organizações coletivas tradicionais (que inclusive são responsáveis por prever em CCT's e ACT's a existência do Banco de Horas), as imposições do capital, e nos dão pistas de que é possível construir novas relações, para além do complexo do trabalho estranhado. Demonstram que, para além das aparências de um “desenvolvimento harmonioso”, do “progresso para todos(as)”, “dos números significativos da geração de empregos”, do “desenvolvimento regional”, do “dinamismo da economia”, há respostas do trabalho que questionam tais argumentos, tornando-se práticas efetivas de resistência.

Ademais, tais costumes não são pontuais no conjunto do Oeste Paranaense, pois há casos concretos de motim na C-Vale, em Palotina(PR) no ano de 2003, paralisação de setores como ocorreu na Copacol em Cafelândia em 2009, dentre outros. Estes exemplos são significativos de que não há uma submissão completa do trabalho ao capital, pois a exploração aflora a característica rebelde dos(as) trabalhadores(as), por mais que não consigam a partir das mesmas, por exemplo, tomar as rédeas do controle da totalidade do processo de produção. Atestam, ainda, o caráter de permanente conflito da sociedade do capital, e que se expressam nas mais distintas escalas, como característica irreconciliável e forma de ser da sociedade dividida em classes. Do mesmo modo em que explicitam uma forma de luta contra o espaço instituinte da ordem dominante (MOREIRA, 2012).

Deste modo, estas ações dos(as) trabalhadores(as), deveriam ser consideradas pelas suas organizações coletivas como explicitações do conflito e, assim sendo, fundantes das suas pautas de ação política. Mas o que ocorre é justamente o contrário, nas palavras de Daniel:

Tanto que é verdade que a radicalidade existente em alguma ação dentro dos frigoríficos ela está na manifestação espontânea. Então, em Cafelândia, um dia as pessoas saíram pra fora da fábrica, pararam o frigorífico. Em Toledo, um dia tava muito frio uns setores saíram pra fora, tudo, sem... o sindicato nem sabia, o sindicato foi comunicado pra ir lá fazer o trabalhador voltar a trabalhar, entendeu? (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.133).

Daniel, que participou ativamente da organização de trabalhadores(as) lesionados(as) e, no ano de 2009, da tentativa de fundação de um novo sindicato – assunto que trataremos mais a frente – não apresenta argumento equivocados sobre a

ação dos sindicatos frente as resistências dos(as) trabalhadores(as). Nossa discordância com a sua narrativa é tratar tais práticas de luta (paralisações de setor sem o aval dos sindicatos), como espontaneísmo. Contudo, quando pondera que a ação sindical foi buscar frear as paralisações advindas da base, demonstrou argumento que condiz com a realidade. Vejamos no caso concreto em que, no ano de 2009, trabalhadores(as) da Copacol, resolveram paralisar suas atividades. Nas palavras do dirigente sindical André:

(...) nós tivemos um momento aqui na Copacol que aconteceu assim, houve uma movimentação dos trabalhadores espontânea em que os trabalhadores se reuniram lá e fizeram uma greve entendeu? (...) o sindicato participou para tentar corrigir aquela ilegalidade porque não estava amparada dentro da lei. Então, o sindicato não podia respaldar isso senão daí nosso sindicato teria uma responsabilização criminal e até de dano e tal, que não era o sindicato que tinha promovido (...) e eu tinha ido quando houve a primeira paralisação eu fui lá falar com eles e disse assim olha vamos fazer o seguinte: vamos retornar ao trabalho e vamos fazer como se deve, eu convoco uma assembleia, nós extraímos uma pauta do que está acontecendo aqui, que nós temos que, parece que tem muitos assuntos aqui que vocês não levaram para mim e eu não tenho o aval necessário para saber. Então, retomamos o trabalho, fizemos uma assembleia, extraímos uma pauta e aí tentamos negociar, se a cooperativa não aceitar a negociação, não quiser negociar, aí nós paralisamos mesmo fora da data-base porque nós temos uma cláusula na convenção coletiva que para qualquer momento o sindicato pode chamar para negociação, e também existe a própria lei que assim autoriza que a qualquer momento pode existir a negociação coletiva, e nós podemos resolver isso de uma maneira tranquila sem ter que ir para o embate dentro da ilegalidade. Não que nós não devemos ir para o embate, para uma greve, mas devemos ir respaldados em toda a lei da greve em tudo dar os prazos legais tudo esse negócio pra que a gente ache um denominador comum. O pessoal falou: nós não queremos. Não queremos isso aí, e agora nós não queremos o sindicato também, deixa que nós vamos tocar isso aí. Ah! beleza então. Eu me afastei e vim embora pra casa. Os caras falaram você vai embora? Ué, vou embora, o pessoal não quer o sindicato, o sindicato vai ficar aguardando, falei e saí (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.18).

A ação dos(as) trabalhadores(as), supostamente espontânea e imediata, coloca em xeque toda a burocracia do sindicato de Estado. Ao negar, o “passo-a-passo” narrado pelo dirigente sindical André, os(as) trabalhadores(as) não apenas afastam o sindicato da sua luta, mas denunciam aquilo que fala Boito Junior (1991), sobre a função *desorganizadora* do sindicato de Estado. O abandono da “greve espontânea”, por parte do SINTRASCOOP, revela a sua opção por ignorar as opções da base e tentar enquadrá-las no legalismo e moderação da sua *práxis* sindical. A tentativa de

desmerecer a ação dos(as) trabalhadores(as) da base é exemplar, como novamente narra André:

Na verdade aconteceu o seguinte, tinha um cara, um piazão, que ele... deu a louca nele entendeu? E ele subiu pra cima da mesa e começou... o encarregado tinha uma pressão muito grande em cima do pessoal (...) e ele não veio até o sindicato pra que a gente pudesse entrar e tentar resolver. E aí, ele pegou uma situação pessoal, e conseguiu. Ele já tinha preparado isso dentro com mais uns 10, 12 companheiros de “vamos dar um choque aqui nessa cooperativa”, entendeu? E aí colocou em polvorosa a situação e houve uma parada, entendeu? E aí nesse período a cooperativa dispensou 170 trabalhadores por justa causa de uma só vez, entendeu? (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.18).

André, no final desse diálogo, aponta que após as demissões, os(as) trabalhadores(as) resolveram procurar o sindicato, que entrou com uma ação coletiva para reaver o motivo das demissões e resguardar todos os direitos trabalhistas. Na esfera judicial derrubou-se a justa causa, o que para André parecia resolver o problema. Entretanto, o sindicalista não mencionou absolutamente nada com relação às reivindicações que este grupo de trabalhadores(as) postulava. Quando tratou deste assunto abordou-o como ato de loucura individual de um trabalhador. Mencionou que havia pressão do encarregado, mas não revela nenhuma ação do sindicato para resolver tal conflito. O legalismo da Justiça do Trabalho e da negociação neste espaço pareceu resolver os problemas na perspectiva de André, porém, a reversão destas demissões autoritárias ocorre com frequência nos tribunais, sendo que o SINTRASCOOP não fez nada além do que já é comum nos ritos jurídicos.

Tanto é que, quando houve paralisação da produção na sala de cortes, rependura e câmara fria, no ano de 2006, na LAR, em Matelândia (PR), em virtude da melhoria salarial, a cooperativa perdeu em primeira e segunda instância²²² para o trabalhador Adilio Gomes Silva, pelo fato de demiti-lo por justa causa em virtude da organização do movimento. Sobre o ocorrido, o desembargador Benedito Xavier da Silva, assim concluiu:

A decisão intransigente e precipitada da empresa atingiu a dignidade do trabalhador o que por óbvio implica em responsabilidade, da qual o Judiciário não poderá isentá-la, sob pena de desrespeito à ordem jurídica. E a sua reparação deve ocorrer pela reversão da justa causa. O reclamante foi dispensado liderar a reivindicação e não por insubordinação ou indisciplina. Liderar, reivindicar, não é falta grave

²²² Número do Processo: 02188-2006-303-09-00-9.

(ver art. 482 CLT) (ACÓRDÃO-TRT, 02188-2006-303-09-00-9, p.10).

Esta paralisação, na cooperativa LAR, que resultou na judicialização do conflito, explícita como o capital e sua hegemonia nunca podem exercer um controle total. Mesmo na escala particular, deste frigorífico em específico do Oeste do Paraná, temos a evidência dessa afirmação, pois os(as) trabalhadores(as) confrontaram as imposições patronais, mesmo sob a ameaça da demissão (um comportamento classista²²³). Como consta num dos depoimentos do processo judicial:

1) no dia anterior à dispensa, houve um movimento de paralisação durante o intervalo do almoço feito pelos empregados da sala de corte, da rependura e alguns da câmara fria, queixando-se de que os salários estavam muito baixos porque havia muitos descontos; 2) ninguém em especial organizou a paralisação; 3) os chefes mandaram retornar ao serviço, sob pena de serem dispensados por justa causa; 4) como o pessoal não voltou ao trabalho, os chefes deram explicações; 5) cerca de vinte pessoas foram impedidas de voltar, após as explicações, para terem uma reunião com o advogado da reclamada, Dr. Irges (LAR); 6) o advogado explicou os motivos da redução salarial e os prejuízos que tinham sido causados à empresa pela paralisação; 7) a paralisação durou cerca de meia hora além do horário de almoço; 8) seis pessoas foram dispensadas por justa causa no dia seguinte; 9) não sabe como foi feita a escolha de quem seria dispensado (ACÓRDÃO-TRT, 02188-2006-303-09-00-9, p.5, *grifos nossos*).

Fica evidente como os(as) trabalhadores(as) consideram a remuneração insuficiente, além de que os descontos consomem boa parte dos recursos que recebem. Tal percepção é o que canaliza sua ação: a paralisação, como resultado consciente das experiências que vivem. São valores culturais e de alguma maneira éticos que conflitam com outros, por isso os(as) trabalhadores(as) não retornam ao trabalho, mesmo após as ameaças dos seus superiores. Não julgam ser justa a remuneração que recebem e tem plena consciência disto, tanto é que na tentativa de reverter tal situação, projetam o ato concreto da paralisação. Eis a posição de confronto e que desafia os(as) dominantes que, efetivamente, demitem aqueles(as) considerados “cabeças”, líderes do movimento²²⁴.

²²³ Como diz Thompson (2001, p. 270) “(...) conhecemos as classes porque, repetidamente, as pessoas se comportam de modo classista. Este andamento histórico gera regularidade de respostas em situações análogas e, em certo nível (o da formação ‘madura’ das classes), permite-nos observar o nascer das instituições e de uma cultura com traços de classe passíveis de uma comparação internacional”.

²²⁴ Vimos no item 5.1 que todas as organizações e ações mais autônomas dos trabalhadores, como a existência da Chapa Operária, em 1981, em Toledo (PR), foram duramente combatidas pelos setores patronais através das demissões. Logo, é uma prática recorrente e histórica, das classes dominantes locais, o exercício de tal mecanismo de intimidação, dentre outros.

Dessa maneira, as demissões arbitrárias (por justa causa), que atingem os(as) trabalhadores(as) que se rebelam contra as péssimas condições de trabalho, têm sido revertidas no âmbito da Justiça do Trabalho. Mas essa é a questão menos importante dessa série de movimentos de protesto dos(as) trabalhadores(as), pois é preciso enxergá-los como uma crítica das condições de trabalho vividas e às organizações coletivas, uma *práxis* de resistência e, porque não, de esperança, já que são respostas claras dos(as) trabalhadores(as) contra as condições de trabalho impostas pelo capital da frigorificação de carnes.

A seu modo, os(as) trabalhadores(as) estão afirmando sua consciência de classe e isso deve ser fonte de ânimo para a construção do projeto de um movimento do trabalho na contraposição ao capital. Estas lutas de contraespaço, que questionam a ordem, devem ser vistas sob a ótica da disposição de luta que a base explícita, e menos como ações “espontâneas” e irrelevantes. Acreditamos que está nelas o ponto central do questionamento ao espaço hegemônico e o embrião do projeto das lutas futuras, que certamente, terão de ocorrer.

Sua forma de organização é horizontal e advinda das experiências vividas nas linhas de produção dos frigoríficos, por esse motivo, questiona do seu modo e, mesmo sem a intenção explícita de fazê-lo, a ação legalista e burocrática do sindicalismo de Estado. Isto é, estão em desacordo com essa perspectiva sindical da “colaboração de classes”, pois são ações que, mesmo sem os requintes da formação política e teórica, são radicais e avessas às imposições hegemônicas do capital. Enfim, é uma súplica rebelde e esperançosa e não um espontaneísmo incoerente.

Tais ações, mostram ainda que estes(as) homens e mulheres (trabalhadores/as) enxergam que seus interesses se opõem aos de outros(as), explicitando práticas de resistência (cultura de classe). Aqui, retomo Thompson (2001), pois me inspiro na passagem em que diz ser impossível existir uma classe sem qualquer tipo de consciência sobre si, e, citando a Inglaterra do século XVIII, o autor observa que até aquela díspar e móbil entidade que é a multidão ou plebe daquele século, possuía uma noção dos seus direitos de legalidade e de respeito. Por isso, a consciência não pode ser verdadeira nem falsa, é simplesmente o que é (THOMPSON, 2001).

Ignorar tais características e desprezar ações concretas de grupos de trabalhadores(as), sob as vestes do espontaneísmo, pode ser teoricamente cômodo e, certamente, encontrará muitos adeptos, inclusive no marxismo. Contudo, o corolário desta perspectiva é não encontrar, nas suas investigações, a consciência de classe que

dizem ser “verdadeira”, ou seja, aquela que a classe “(...) deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente da sua própria posição e interesses reais” (THOMPSON, 1987, p.10). Neste particular, quando não a encontram da forma como esperado e trilhado no “esquema teórico estático”, trata-se da falsa consciência, pois a verdadeira, está naquilo que o teórico desvendou, ou seja, como a consciência de classe deveria ser²²⁵.

Está claro que, na presente tese, nos opomos a tal concepção. O principal motivo para tal posicionamento se dá, sobretudo, por não termos o objetivo de ignorar e menosprezar as lutas de contraespaço dos(as) trabalhadores(as) que, aparentemente, não tem a capacidade de por si só, como é o caso do conjunto de paralisações que tratamos, modificar completamente as imposições do espaço hegemônico instituído. Em nossa opinião, o problema não está em reconhecer que a teoria pode contribuir para o avanço das lutas coletivas dos(as) trabalhadores(as), mas sim, na espécie de desprezo que os(as) teóricos(as), inclusive marxistas, relegam as práticas efetivas de resistência, quando as tratam sob as vestes do espontaneísmo. Não obstante, tais ações devem ser consideradas, a nosso ver, sob outros critérios, isto é, como experiências concretas da disposição de luta dos(as) trabalhadores(as), inclusive porque é a partir destas que julgamos ser possível estabelecer a conexão e as motivações para formação, primeiro da Associação dos Portadores de Lesões Por Esforços Repetitivos (AP-LER) e, depois, da tentativa de fundação de um novo sindicato, em Toledo, no ano de 2009.

As paralisações de que tratamos, tiveram suas pautas principalmente relacionadas ao salário e melhores condições de trabalho. São lutas dos(as) trabalhadores(as), que denunciam a pressão e o ritmo de trabalho intenso e repetitivo atrelados à baixíssima remuneração. Estes questionamentos se dão nestas ações concretas, na recusa individual ao trabalho (representada pelo contingente significativo de trabalhadores/as que abandonam o emprego a seu próprio pedido), em ações trabalhistas, além de serem assunto frequente nas entrevistas que realizamos.

O lado ainda mais cruel desse circuito produtivo é a consequência, amplamente conhecida pela sociedade, dos agravos à saúde dos(as) trabalhadores(as). Neste sentido, as paralisações específicas dos trabalhadores, embora aparentem se desconectar desse universo, em alguns casos, consistem em denúncias materiais das pressões vividas no

²²⁵ Thompson tece duras críticas a tal concepção, chamando-a de leninista-platônica, pois “(...) essa teoria pode dar lugar a uma teoria das classes que evoca Platão, pois oferece um modelo de desenvolvimento por etapas da formação da classe com a qual a história deveria conformar-se, e, caso a evidência se oponha, ou se corta a parte válida ou se introduz a “falsa consciência” (THOMPSON, 2001, p.278).

trabalho e que podem resultar em agravos. Assim, no Oeste do Paraná, é justamente entre os(as) lesionados(as) pelo trabalho, no circuito produtivo da frigorificação de carnes, que encontramos a formação de uma entidade coletiva organizada por fora da seara sindical, a AP-LER, e que passa a canalizar algumas ações coletivas contra o capital e, até mesmo, em oposição aos sindicatos.

Deste modo, acreditamos que a existência desta organização coletiva está de alguma maneira ligada aos movimentos de paralisação dos(as) trabalhadores(as), pois denunciam, a seu modo, as condições de trabalho, a baixa remuneração, a inação sindical, assuntos que a AP-LER passa a pautar, mesmo que para aqueles(as) que já estão “descartados(as)” do emprego por conta das doenças ocupacionais. Sua virtude é a forma de organização que, embora paute uma luta específica, contra as condições de trabalho que adoecem, não têm a sua esfera de atuação limitada pela fragmentação corporativa-categorial, como é o caso dos sindicatos e, até mesmo, das associações dos(as) produtores(as) integrados(as). Talvez, esse seja um dos motivos pelo qual a AP-LER tenha, ao longo de sua trajetória de existência, canalizado conflitos com os sindicatos de trabalhadores(as) do Oeste Paranaense, e encontre em sua base de associados(as) trabalhadores(as) de inúmeras categorias distintas.

A necessidade de lutar contra a organização do trabalho que resultava, objetivamente, em agravos à saúde como as LER/DORT, é o pontapé inicial para a formação da AP-LER. Por isso, quando fundada, na década de 1990, reuniu bancários, telefonistas, dentre outras categorias que apresentavam o quadro destes agravos, como narra Daniel:

(...) e nesse período foi que eu me descobri como portador de LER né. Me descobri com doença ocupacional e, nesse processo de descobrimento, eu fui descobrindo que tinha um monte de pessoas igual a mim e sem saber o que era a doença, sem saber como tratar, sem saber como lidar com isso. Todo mundo tava se ferrando com o INSS, com a empresa e a gente... e eu resolvi fazer uma reunião com eles, e aí surgiu a ideia da gente criar uma Associação (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.129).

Contudo, é na década seguinte, quando se intensifica ainda mais a presença do capital da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense, que a AP-LER começa a receber com maior significância numérica os(as) trabalhadores(as) deste setor, o que

leva a entidade a focar no atendimento desta demanda²²⁶. Sua estratégia de ação centrou-se, de forma mais expressiva, na luta dos(as) lesionados(as) pela Brasil Foods, em Toledo(PR), fundando uma das suas bases neste município²²⁷. Seu crescimento foi significativo e boa parte dos seus associados(as), lesionados(as), passam a ser críticos do capital que os adoeceu e dos sindicatos, que pouco ou nada fizeram para ajudá-los(as).

É deste modo que ligamos a AP-LER com as lutas dos(as) trabalhadores(as) organizadas de forma autônoma às entidades sindicais, como, por exemplo, as paralisações, uma vez que expressa uma organização coletiva que surge da necessidade em pautar a organização do trabalho e seus efeitos deletérios sobre a saúde. Esse aspecto está apontado, mesmo que não explicitamente, por todas as paralisações que citamos, já que estas se ligam “às pressões dos supervisores”, “ao trabalho cansativo”, bem como aos mecanismos de intensificação do trabalho, como o Banco de Horas. São exemplos de disposição de luta dos(as) trabalhadores(as) e que foram desassistidos pelo movimento sindical, incapaz de canalizar tais manifestações pelo seu apego a ideologia legalista, típica do sindicato de Estado. Aliás, são os próprios sindicatos que firmam, em ACT's e CCT's, como apontamos no item 5.3.3, a existência dos Bancos de Horas, mecanismo que é rejeitado pelos(as) trabalhadores(as) e, até mesmo, pelo MPT.

Desta forma, é possível compreender as duras críticas realizadas pelos(as) trabalhadores(as) ao movimento sindical, suas estratégias de ação autônomas, como as paralisações de setor que citamos, e a formação da AP-LER, como entidade que, no Oeste Paranaense, canaliza coletivamente parte dos anseios da classe trabalhadora – a luta contra a organização do trabalho que adoece e mutila. Em decorrência, boa parte das ações efetivas da associação passarão por denunciar as condições de trabalho, criticar as perícias médicas da Previdência Social e pautar a luta dos(as) trabalhadores(as), o que estabelecerá conflitos com os sindicatos. Como narra Daniel:

Estes, que não tem mais nada a perder (*trabalhadores/as lesionados/as*), eles começaram a identificar que o sindicato, e a gente apontava, olha várias coisas era coisas do sindicato, por exemplo, insalubridade é uma briga que o sindicato tem que fazer, banco de horas é uma luta que o sindicato tem que fazer, extrapolação de

²²⁶ Os entrevistados da Associação não souberam precisar o número de seus associados voluntários, mas dizem contar com cerca de 600. O número parece ser próximo do real, pois quando se convocou a reunião para formação do novo sindicato houve adesão massiva destes trabalhadores(as) lesionados(as).

²²⁷ No entanto, a AP-LER não deixa de atender outros grupos de trabalhadores(as), pois suas ações centram-se em atuar na defesa dos(as) “descartados(as)” pela organização do trabalho em inúmeras categorias.

jornada é uma luta que o sindicato tinha que fazer e, na negociação coletiva, apontar pra eles (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.134, *grifos nossos*).

Nesse sentido, a oposição aos sindicatos locais já se apresenta de forma evidente, sendo tratada nas reuniões desta associação de lesionados(as). O fato principal que se evidencia, no final da primeira década dos anos 2000, é a tentativa de construção de um novo sindicato, como resultado de outras lutas que a AP-LER atuou, como, por exemplo, as denúncias que culminaram na instauração da Ação Civil Pública contra a Brasil Foods de Toledo (PR).

Este acontecimento foi, na história recente, um dos momentos mais significativos de oposição e conflito de projetos políticos na base dos(as) trabalhadores(as) da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense. A convocação para assembleia, por parte da Comissão de Criação do Sindicato dos Trabalhadores em Frigoríficos de Toledo, foi o resultado de reuniões entre trabalhadores(as) e ex-trabalhadores(as), que enxergavam no STIA-Toledo uma atuação fraca e submissa aos interesses patronais. Nas palavras de Daniel:

(...) então eles começaram a perceber que o sindicato poderia ter um papel, que, na verdade, o papel que a AP-LER estava ocupando na organização da luta deles, em relação a Previdência, em relação a empresa, poderia ser otimizada se tivesse o sindicato, porque tem coisas que é uma prerrogativa do sindicato. O sindicato celebrou acordo de banco de horas, a gente dizia que isso era ilegal, nós denunciávamos isso, depois o Poder Judiciário determinou que fosse suspenso, mas o sindicato colocou na convenção coletiva. E nós dizíamos: esse é o problema, que eles (*trabalhadores/as*) falavam, não dá pra fazer hora extra, eles não pagam hora extra, pois é, mas o sindicato colocou lá na convenção, lá na convenção isso, então eles começaram a perceber que tinha que tomar o sindicato (...) (CADERNO DE ENTREVISTAS I, p.134, *grifos nossos*)

A ligação com as pautas advindas da base como, por exemplo, a questão das horas extras e a oposição ao banco de horas, demonstra que, a AP-LER, passou a pautar temas que já vinham sendo tocados nas paralisações de setores em frigoríficos. Obviamente que, ao mencionar estes assuntos e relacioná-los aos deveres da luta do movimento sindical que, ao contrário, acordava com as empresas e cooperativas tais mecanismos nos seus ACT's e CCT's, consegue adesão significativa dos(as) trabalhadores(as), já que estes(as) se opõem frontalmente a tais mecanismos. Em decorrência, tais apontamentos encaminham a crítica aos sindicatos locais e, com os

acúmulos da luta dos(as) lesionados(as), passa a ser construída a ideia do novo sindicato.

Esta surgiu, principalmente, porque os(as) trabalhadores(as) lesionados(as) acabam por não contribuir com o sindicato e, nesta condição, não podem participar de uma eleição, assim como das dificuldades encontradas para registrar chapa de oposição. Tais assuntos, narrados por Daniel e Elvio, duas dentre as lideranças do processo de formação do novo sindicato, em 2009, parecem conflitar com o posicionamento de João Moacir Lopes Belino, publicado na imprensa sindical do STIA-Toledo: “(...) em nosso sindicato existe a possibilidade daqueles que não estão satisfeitos com o nosso trabalho de montar uma chapa e disputar no voto a direção da entidade” (UNIDOS SOMOS FORTES, 2009, p.3). No entanto, nos autos da ação 01236-2009-068-09-00-5, as dificuldades em registrar chapa parecem ser evidentes:

A convocação das últimas eleições, para renovação dos dirigentes do Sindicato Autor (*STIA-Toledo*), foi realizado em jornal de pouca circulação no município de Toledo, em uma sexta-feira, véspera de feriado, com prazo de inscrição exíguo, o qual venceu no primeiro útil pós feriado, sem o conhecimento dos trabalhadores, senão daqueles escolhidos a manterem-se na direção da entidade (TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 9ª REGIÃO, 01236-2009-068-09-00-5, p.443, *grifos nossos*).

Em que pese a dificuldade em saber, efetivamente e com provas concretas, se houve dificuldades ou não para construção de uma chapa de oposição, o importante, na pesquisa, é compreender que o conflito foi explicitado entre os organizadores da Comissão de Criação dos Trabalhadores em Frigoríficos de Toledo e o STIA-Toledo. Aliás, antes mesmo da assembleia ser realizada, o STIA-Toledo, judicializou a questão a partir de uma medida cautelar com o objetivo de anular a assembleia de criação da nova entidade sindical. Os principais argumentos basearam-se na unicidade sindical, que impede a existência de dois sindicatos que representem a mesma categoria por município, na nulidade do edital de convocação, e dos supostos interesses políticos e financeiros que teriam aqueles(as), que compunham a comissão para criação do novo sindicato.

Fato é que a assembleia, marcada para o dia 25 de julho de 2009, não pôde ser realizada. A oposição da FTIA-PR e seu conjunto de sindicatos, da própria empresa BRF, e das alegações da dificuldade em manter a segurança dos(as) presentes ao ato, por parte do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, conseguiram adiar a assembleia que

se realizaria no auditório da Unioeste campus de Toledo. A promessa dos(as) organizadores(as) do ato foi de retomar nova convocação, porém tal fato não ocorreu e é importante lembrar: desde então a diretoria do STIA-Toledo permanece quase que inalterada.

No entanto, é preciso avaliar as lutas concretas das entidades, já que se passaram quase dez anos desde que ocorreu este conflito explícito. O STIA-Toledo, juntou-se à demanda estadual e nacional da luta em prol da NR dos Frigoríficos, bem como manteve sua secretaria de saúde, voltada para o atendimento dos(as) trabalhadores(as) lesionados(as). A AP-LER conseguiu, junto com o MPT, a sentença contra a BRF que, além de condenar a empresa a pagar uma indenização de R\$10 milhões de reais, reconheceu judicialmente as denúncias das condições de trabalho e, de forma inédita, legitima a redução de ritmo de trabalho como característica fundamental para combater as doenças causadas por este²²⁸.

Além disso, é importante avaliar estas disputas observando que as alternativas prevaleceram por dentro da estrutura sindical de Estado. O grupo que pleiteava o novo sindicato, apesar das críticas à estrutura sindical, e ao corporativismo, certamente, teria dificuldades para lutar contra esta imposição do aparelho do sindicalismo de Estado, no entanto, ao menos propunha tal necessidade o que é importante. Já para o STIA-Toledo prevaleceu à defesa da unicidade sindical, mesmo sendo este filiado à FTIA-PR e CONTAC, ambas ligadas à CUT, que se legitimou, ao longo da década de 1980 e do “novo sindicalismo”, pautando a autonomia sindical contrária à sua tutela pelo Estado. Tanto é que, no boletim informativo do STIA-Toledo, dedicado a tratar da assembleia de fundação do novo sindicato, e que não pôde ser realizada, assim se posiciona:

No sábado passado (25/07) um pequeno grupo de pessoas composto por elementos totalmente estranhos à categoria da alimentação e por alguns trabalhadores descontentes com a recém eleita diretoria do sindicato local tentaram, de forma ilegal, criar outro sindicato com a mesma representação do sindicato já existente. A ilegalidade da ação reside no fato de que, pela Constituição Federal Brasileira foi adotado o **Princípio da Unicidade Sindical** que, em poucas palavras, diz que numa mesma localidade só poderá existir um sindicato para representar os trabalhadores de uma determinada categoria. O princípio visa manter a unidade dos trabalhadores em sua luta por

²²⁸ Aliás, essa é uma característica central do projeto de adequação das condições de trabalho em frigoríficos do MPT, pois entendem os(as) procuradores(as) que a redução de ritmo enfrenta o problema das doenças ocupacionais “pela raiz”. Ver mais sobre esse assunto em: <<http://www.prt9.mpt.gov.br/procuradorias/47-noticias-ptm-cascavel/586-em-sentencia-inedita-brf-e-condenada-em-r-10-mi-e-tera-que-adequar-o-ritmo-de-trabalho>>. Acesso em 31 de jan. 2017.

melhores salários e condições de trabalho (UNIDOS SOMOS FORTES, 2009, p.4 *grifos do autor*).

Este pequeno excerto do jornal do STIA-Toledo é exemplar de como os sindicatos, mesmo que ligados à CUT, infelizmente, aderem à defesa da estrutura sindical tutelada pelo Estado. Seu entendimento errôneo, de que a unicidade significa a unidade dos(as) trabalhadores(as), é absolutamente irreal, pois, como é amplamente conhecido e discutido na literatura especializada, a unidade dos(as) trabalhadores(as) deve ser reconhecida por estes(as) próprios(as) e não pelo Estado.

Vamos ainda mais longe, pois no Brasil, em que para criar um sindicato, no geral, basta um registro em cartório, devidamente notificado ao MTE – alterações que constam e datam da Constituição de 1988 – facilitou o processo de criação de sindicatos. Porém, essa facilidade prevê que o sindicato seja reconhecido pelo Estado para existir, sem qualquer necessidade de ter legitimidade perante as suas bases, o que é garantido pelo princípio da unicidade sindical. Em decorrência, é absolutamente falacioso o discurso do STIA Toledo (e de muitos outros sindicatos), de que a unicidade garante a unidade dos(as) trabalhadores(as), pelo contrário, ela incentiva, justamente a fragmentação, pois impede a ampla liberdade de organização sindical. É por isso que, inclusive, surgem oposições dos(as) trabalhadores(as) a tais entidades, justamente porque a unicidade, na prática, não garante unidade alguma.

Deste modo, a consideração possível do debate travado no presente item, é de que os(as) trabalhadores(as) não são completamente subordinados(as) às empresas e cooperativas, organizando-se de forma autônoma às suas imposições. Do mesmo modo, acabam por negar as estruturas burocráticas do sindicalismo de Estado, organizando-se em paralisações independentes dos STCOOP's e STIA's. Aliás, nos momentos em que os sindicatos aproximaram-se de tais mobilizações, não foi para apoiá-las, mas sim, para corrigir as “ilegalidades”. Ou seja, o descompasso entre o sindicato de Estado e sua base real de trabalhadores(as) comparece, exemplarmente, no Oeste Paranaense.

Contudo, os limites da gestão territorial alienada do trabalho, empiricamente verificada pela fragmentação corporativa-categorial, encimada na divisão técnica do trabalho, e que pauta a ação sindical, é questionada pelos(as) trabalhadores(as), mesmo que de forma implícita. Suas paralisações autônomas e a construção de entidades coletivas por fora da seara sindical são as formas mais explícitas em que se verificam os limites do movimento sindical no Oeste Paranaense, e no Brasil, o que nos cobra o

repensar dos sindicatos que esteja menos orientado para legitimação do Estado e mais ligado ao reconhecimento das suas bases.

Além disso, o(a) leitor(a) percebeu que pouco tratamos das lutas dos(as) demais trabalhadores(as) que estão subordinados(as) ao capital da frigorificação de carnes. A explicação para isso é razoavelmente simples: não registamos no período recente conflitos explícitos entre trabalhadores(as) terceirizados(as), avicultores(as), suinocultores(as), granjeiros(as) e a classe patronal. Porém, isso não quer dizer que estes sujeitos sejam passivos e aceitem as condições de trabalho impostas, pelo contrário, há indicativos do descontentamento com o trabalho desempenhado por estes(as) e até conflitos mais explícitos noutros momentos da história, como vimos no capítulo 4. A disposição de luta certamente existe, já que o capital impõe o controle e a subordinação para estes sujeitos sociais, que deverão oferecer as suas respostas.

No entanto, se tratarmos das suas organizações coletivas formais, no caso dos avicultores(as) e suinocultores(as), a constatação da fragmentação corporativa e da submissão aos interesses patronais é evidente. De tal modo que não é possível esperar que destas organizações coletivas, e suas direções atuais, surjam iniciativas, como as verificadas, por exemplo, em Santa Catarina, nas quais os(as) trabalhadores(as) do campo e da cidade uniram-se em protesto contra a exploração das empresas²²⁹. A unificação das pautas de luta é uma necessidade para enfrentar as condições de trabalho e contratos impostas pelas empresas e cooperativas, mas ainda é uma pauta em aberto para o Oeste do Paraná.

Porém, outro desafio fundamental é congrega a luta dos(as) trabalhadores(as) terceirizados(as), principalmente na apanha de frangos e que, no geral, estão desassistidos pelos sindicatos (a informalidade aguça ainda mais essa condição). As famílias de granjeiros(as), também estão nas mesmas situações, pois muitas estão em acordos informais com os pequenos(as) capitalistas e, quando existe a representação sindical dos STR's, há, ainda, o problema de congrega patrões e trabalhadores(as) numa mesma entidade sindical. Estes desafios devem compor a agenda do movimento do trabalho que tenha a “missão”, iminente, de ultrapassar as fragmentações

²²⁹ No segundo capítulo indicamos, via nota de rodapé, que no ano de 2013 houve uma manifestação conjunta entre avicultores e abatedores de frangos em Forquilha e Nova Veneza (SC) que chamou a nossa atenção. Ver, especialmente, a notícia disponível em: <<http://www.engenplus.com.br/noticia/economia/2013/aumento-salarial-e-melhores-condicoes-de-trabalho-sao-reivindicacoes-para-a-avic/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

corporativas como condição necessária para pautar a resistência às imposições do circuito produtivo do capital da frigorificação de carnes (espaço hegemônico).

Nesse sentido, por mais que não tenhamos observado a organização de paralisações, construção de associações independentes, dentre outras práticas de resistência, isso não significa que estes(as) trabalhadores(as) aceitem pacificamente as imposições do capital. Como vimos, sobretudo no capítulo 4, as condições de trabalho vividas por estes sujeitos sociais não despertam nestes(as), assim como é o caso dos(as) trabalhadores(as) dos frigoríficos, a percepção positiva do trabalho desempenhado. Pelo contrário, as críticas a tais condições foram verificadas nas narrativas e, por isso, é possível que estes(as) trabalhadores(as) possam organizar-se para confrontar as determinações do capital.

Assim, o objetivo deste item foi demonstrar como os sujeitos do trabalho questionam e confrontam a hegemonia do capital. Suas práticas negam as imposições deste, bem como acabam por contestar a ação sindical e sua gestão territorial alienada. No entanto, as formas de organização verificadas nascem da base e, por si só, não são capazes de superar a exploração do trabalho no circuito produtivo da frigorificação de carnes. Mas, nem por isso, são lutas irrelevantes e “espontâneas”, que carecem da “correção” do intelectual e da vanguarda verdadeiramente consciente. Ao contrário, são culturas de classe que expressam a forma como a consciência dos(as) trabalhadores(as) aparece no real concreto e que conflita com os interesses que se opõem aos seus, isto é, são exemplos da disposição de luta da classe trabalhadora, por mais que não se enquadrem nos esquemas teóricos que propugnam ser mais verdadeiros e “exatos” sobre esse assunto.

Por fim, percebe-se que espaço e contraespaço são movimentos opostos e, ao mesmo tempo coabitantes, permanentes na sociedade de classes e, para que se resolvam – um é preciso extinguir o outro (MOREIRA, 2012). Essa relação conflituosa pode ser percebida nas mais variadas escalas geográficas, e, por esse motivo, buscamos compreendê-la no recorte empírico do circuito da frigorificação de carnes no Oeste Paranaense. Neste, as lutas de contraespaço estão se organizando por fora dos instrumentos “tradicionais” da luta dos(as) trabalhadores(as) (os sindicatos), e se expressam desde paralisações específicas até a formação de entidades coletivas – como é exemplo a AP-LER. Por isso, a hegemonia do capital nunca é total e jamais elimina a resistência do trabalho, porém, se mantém (coabitação), justamente porque a luta

dos(as) trabalhadores(as) – o contraespaço – ainda não conseguiu superá-la e criar uma sociedade e um espaço radicalmente novos.

6.3 A necessidade de reavivar a luta política nas organizações coletivas dos trabalhadores(as) – A leitura de totalidade

As discussões que fundamentaram a construção da presente tese, se pautaram numa perspectiva geográfica, que procura partir da aparência para essência, ou seja, da empiria do arranjo paisagístico às relações invisíveis que o determinam e produzem o espaço. É assim que procuramos compreender, ao longo dos capítulos, que o trabalho, como categoria ontológica do ser social, é produtor do espaço geográfico. Porém, nas sociedades de classe, como a capitalista, este é reduzido à mera categoria vendável e, por esse motivo, os(as) trabalhadores(as) que produzem o espaço estão submetidos às relações de exploração, controle e subordinação – o complexo do trabalho estranhado. Tais relações foram verificadas no recorte empírico do circuito produtivo da frigorificação de carnes, assunto que abordamos centralmente no capítulo 4, posto que são elas que fundamentam a existência, no arranjo paisagístico do Oeste Paranaense nos galpões de matrizes de aves e suínos, na engorda destes animais, nos frigoríficos etc.

No entanto, as relações de exploração, subordinação e controle do trabalho, não são aparentes e visíveis, mas consistem na base fundamental sob a qual se edifica, desde as três últimas décadas do século XX, o capital da frigorificação de carnes no Oeste do Paraná. Por isso, discutimos centralmente no capítulo 3 os mecanismos de consolidação deste espaço hegemônico que, desde a década de 1970, conta com o apoio do Estado para se estruturar, bem como as suas distintas formas de subordinação do trabalho, sobretudo pela sujeição da renda da terra e extração de trabalho excedente de forma combinada. Tal situação culminou em perceber que, para o capital da frigorificação de carnes, em sua necessidade sempre expansiva de acumulação, a combinação destes processos é imprescindível. Deste modo, na sua gestão territorial, de controle da totalidade do circuito produtivo (D-M-D'), subordina o trabalho familiar camponês, proletarizado formal, informal, terceirizado etc.

Por outro lado, e este é o ponto central da nossa tese, o trabalho e suas organizações coletivas limitam sua atuação à esfera da circulação (luta por melhores salários, contratos etc.), e encimam-se, na representação corporativa, portanto, fragmentada em categorias que não dialogam entre si. Além disso, tais entidades,

mesmo com as nuances que existem entre elas, não se enxergam na oposição ao capital, já que, no geral, assumem posicionamentos explícitos da perspectiva da colaboração de classes. Por esse motivo, assumimos o conceito de Thomaz Junior (2002a) para entendê-las, pois se trata de uma gestão territorial alienada, pois, dentre outros aspectos, está distante da luta pelo controle da totalidade do processo produtivo.

Tal situação impede que estas organizações enxerguem-se numa perspectiva de unidade de atuação, o que as distancia da construção das lutas de contraespaço, que no circuito produtivo da frigorificação de carnes, necessita iminentemente desta unificação. Quer dizer, e esta é a nossa tese central, sem uma leitura ampliada do trabalho e da classe trabalhadora, não é possível oferecer a resistência necessária a este tipo de capital. Por consequência, uma perspectiva teórica rígida sobre a classe trabalhadora, também impede a compreensão dos esquemas de exploração, subordinação e controle do trabalho, uma vez que estes se dão desde a sujeição do trabalho familiar camponês ao operariado do desmonte dos animais.

Por isso, a contribuição que conseguimos alcançar, nesta pesquisa, é a defesa da tese do entendimento ampliado da classe trabalhadora como aspecto imprescindível para construção das lutas de contraespaço no circuito produtivo da frigorificação de carnes. Isso significa compreender a totalidade do processo produtivo e os esquemas de exploração que estão estruturados neste, apresentando uma leitura que rompa com as divisões corporativas e categoriais das organizações coletivas dos(as) trabalhadores(as). Tais cisões, também estão presentes na teoria e, do mesmo modo, devem ser superadas para o entendimento do trabalho no século XXI, inclusive na escala mais geral do capitalismo contemporâneo. Isto é, as características do trabalho verificadas no circuito produtivo da frigorificação de carnes não são particularidades, mas atributos da sua forma de ser na escala mais geral do modo de produção capitalista de nosso tempo.

Em somatório a esta compreensão contemporânea sobre o trabalho e a classe trabalhadora, igualmente, nos parece fundamental reavivar a luta política dos(as) trabalhadores(as) e suas organizações. Para isso, é essencial recuperar as leituras dos autores(as) clássicos do marxismo e que apontaram a necessidade do movimento sindical não se resumir ao economicismo. Lukács (2013, p.760), embora ainda referenciado na concepção do “espontaneísmo”, mesmo assim nos oferece algumas pistas importantes sobre esse assunto:

(...) só que uma política com conteúdos e objetivos meramente sindicais, isto é, espontaneamente econômicos, que fundamentalmente leve à adequação da atividade do proletariado ao quadro do *status quo* burguês e que, portanto, no plano ideológico, no momento de dirimir conflitos, não permita que o movimento dos trabalhadores ultrapasse o ponto de vista momentâneo da burguesia.

O autor indica-nos que é essencial para o movimento do trabalho a superação da luta meramente econômica, salarial e paliativa. Ou seja, aponta para a necessidade de um posicionamento político e de classe para que o objetivo do trabalho seja, finalmente, alcançado: uma sociedade sem classes e dos produtores livremente associados, conforme previu Marx. Não discordamos deste necessário posicionamento, já que, no âmbito do metabolismo social do capital, o trabalho e suas organizações não podem fazer mais do que minimizar os efeitos da degradação do trabalho que, cada vez mais, atinge a saúde e a vida dos(as) trabalhadores(as).

No entanto, alertamos, que é necessário compreender as “culturas de classe” como indicativos importantes da disposição de luta dos(as) trabalhadores(as) e não como meras movimentações espontâneas e, deste modo, “menos importantes”. Isto é, momento de uma suposta “falsa consciência”, como certos setores do marxismo, comodamente, rejeitam as resistências dos(as) trabalhadores(as) nas suas formas que aparecem no real concreto. Na presente tese, entendemos tais movimentações “espontâneas” como críticas às próprias organizações coletivas dos(as) trabalhadores(as), como os sindicatos, e que indicam a sua necessária ligação com a base. Sem considera-las, não haverá qualquer possibilidade de rompimento com os objetivos das lutas sindicais meramente econômicos.

Com isso, queremos dizer que não será uma vanguarda intelectual, supostamente consciente e distanciada da base, que garantirá a “educação” das massas para a luta “verdadeira”. Enquanto continuarmos desconsiderando a consciência de classe, como uma categoria histórica e que acontece quando determinados sujeitos se reconhecem na oposição de outros, como aponta Thompson (1987), continuaremos apostando em erros, os quais não nos permitirão compreender a luta de classes. Aqui vale um alerta aos desavisados: não se trata de supervalorizar as lutas que ocorrem por fora dos esquemas teóricos pré-concebidos, por si só, é verdade, elas não podem ultrapassar a esfera paliativa, mas igualmente, não devem ser consideradas como “falsas”, pois a seu modo denunciam as mazelas do capital e anunciam a disposição de luta dos(as) sujeitos do trabalho.

Assim sendo, as experiências de luta devem ser consideradas como ponto de partida para “voos mais profundos” de formação teórica e política. Não há nenhum motivo para negar a teoria marxista e o seu viés necessário para a superação do capitalismo, porém não cremos que será uma vanguarda iluminada e descolada do mundo do trabalho real e concreto que conseguirá alcançar o tão necessário projeto socialista. Do mesmo modo que certa espécie de “fórmula” estática da consciência de classe, muito comum em setores ortodoxos do marxismo, não poderá oferecer subsídios teóricos necessários para a necessidade da emancipação do trabalho do jugo do capital.

Em que pese tais argumentos, queremos a partir deles, apontar a necessidade do completo repensar do movimento sindical no Brasil e, obviamente, no Oeste Paranaense. O projeto do sindicato ligado às massas trabalhadoras e, dependente delas para se legitimar, ou seja, não atado ao Estado e reconhecido por este, é um verdadeiro desafio na contemporaneidade. Na particularidade brasileira, o rompimento com a estrutura que impõe, dentre outras coisas, a unicidade sindical, é uma das tarefas necessárias para essa nova *práxis* do sindicalismo. Ora, não é possível crer que registros em cartório reconhecidos pelo MTE tenham mais validade para legitimar a luta dos(as) trabalhadores(as) do que estes(as) próprios(as). Aliás, o movimento popular de luta pela moradia, terra, dentre outros, que funciona e se organiza sem a tutela do Estado, é um exemplo de como o movimento sindical poderia assumir novos papéis que o ligariam muito mais às bases trabalhadoras, já que na contemporaneidade brasileira, são os movimentos sociais que estão na linha de frente do enfrentamento mais direto com o capital²³⁰.

Neste particular cabe uma breve ressalva, visto que os movimentos sociais, na nossa concepção, não se tratam da negação do marxismo, como se consolidou nos entendimentos, sobretudo na década de 1980, que pautaram a emergência dos “novos movimentos sociais²³¹”, bem como da concepção clássica do marxismo que se dedicou as discussões das formas de organização do partido e do sindicato, rejeitando os

²³⁰ Aqui podemos citar a ação de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), dentre outros.

²³¹ Segundo Galvão (2011, p. 107-108) “as perspectivas teóricas que se constituíram e que se tornaram dominantes no ‘campo’, sobretudo nos anos 1980, foram forçadas em oposição ao marxismo, buscando negar a relevância da dimensão de classe e a centralidade da luta de classes: quer seja a teoria dos novos movimentos sociais, da mobilização de recursos, da mobilização política (esta em menor medida) e do reconhecimento. De modo geral, para essas perspectivas, a mobilização se produz a partir de fatores sociais e exprime objetivos culturais, pós-materialistas (como valores, identidades, reconhecimento), de modo que não seria possível (nem faria sentido) relacioná-la ao pertencimento de classe dos atores mobilizados”.

movimentos sociais. Na América Latina, as formas de luta social que contemplam o desempregado, o trabalhador(a) precarizado(a) e as causas mais específicas, advindas das nossas dívidas históricas do período da colonização, como as lutas indígenas, dos(as) negros e negras e pela terra, não devem ser entendidas apenas como causas específicas e fragmentárias, mas sim, como sugeriu Pinassi (2013), concebidas como lutas que apontam para uma perspectiva anticapitalista²³².

Suas formas de organização, pautadas na organização pela base e sem a tutela do Estado para existir, são basilares para o repensar, inclusive, do movimento sindical. Essa tarefa, acreditamos, é essencial para superar a gestão territorial alienada do trabalho e, deste modo, alcançar uma leitura próxima da totalidade do processo de produção, por parte do movimento sindical, assim como alcançar a unificação orgânica do trabalho “(...) capaz de ultrapassar as fronteiras da divisão técnica e territorial do trabalho, além dos limites do urbano e do rural” (THOMAZ JUNIOR, 2004, p.20).

Na escala particular da nossa pesquisa esse referencial, que trata a unificação orgânica do trabalho, é basilar para compreensão das organizações dos(as) trabalhadores(as) que tenham o intuito de construir as lutas de contraespaço perante o capital da frigorificação de carnes. Essa é uma das condições necessárias para reavivar a luta política do trabalho nesta escala particular e, obviamente, no âmbito mais geral. Ao perceber que o capital se apropria de forma combinada da sujeição da renda da terra e extração de trabalho excedente, nada mais necessário que o movimento do trabalho também o faça.

Deste modo, ao reconhecer as inúmeras facetas que compõem as estratégias de controle e exploração do trabalho ao longo do processo produtivo da frigorificação de carnes, a necessidade de articular lutas conjuntas é uma condição *sine qua non* para a construção do contraespaço. Portanto, superar as fragmentações corporativas e as concepções teóricas fragmentadas, que clivam as lutas dos sujeitos sociais, é um desafio imprescindível e necessário para a emancipação do trabalho do metabolismo do capital e sua, iminente, luta pelo controle da totalidade do processo de produção, que permitirá a existência de uma nova forma social verdadeiramente humana e socialista.

²³² Sobre o mesmo assunto ver Thomaz Junior (2009).

Referências

- ABREU, M. D. A. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. D. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Explorações geográficas percursos no fim do século**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1997. p. 197-245.
- ALENTEJANO, P. R. R.; ROCHA-LEÃO, O. M. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 51-68, 2006.
- ALMEIDA, I. M. D. Acidentes de Trabalho e a repolitização da agenda da saúde do trabalhador. In: GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. P. (Orgs.) **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. 1. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 203-226.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.
- _____. Do "novo sindicalismo" à "concertação social" ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000a.
- ALVES, J. **As revoltas dos trabalhadores em Jirau (RO): degradação do trabalho represada na produção de energia elétrica na Amazônia**. 2014. 670 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- ANDRADE, M. C. D. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ANDRADE, P. D. **Encontros da classe trabalhadora de 1906 até a CONCLAT 1981**. São Paulo: Quilombo, 1981.
- ANTUNES, R. **Classe Operária, Sindicatos e Partido No Brasil**: da revolução de trinta até a Aliança Nacional Libertadora. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. **O que é sindicalismo?** 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 10ª impressão revisada e ampliada. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.
- _____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- AVICULTURA INDUSTRIAL. Frigoríficos têm vagas sobrando no Paraná, 2013. Disponível em: <http://www.aviculturaindustrial.com.br/noticia/frigorificos-avicolas-tem-vagas-sobrando-no-parana/20130729090052_V_475>. Acesso em: 11 set. 2015.
- AZEVEDO, J. R. N. D. **As ações do agrohidronegócio, o papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul**. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BAPTISTOTTE, P. C. **Fluxograma geral do abate de aves**. 2010.55 f. Monografia (Especialização em Higiene e Inspeção de Produtos de Origem Animal) - Universidade Castelo Branco, Campo Grande.

BATISTA, P. **Carta do Trabalhador Paulo Batista**. Toledo, p. 2. 1981.

BECKER, J. R. **O trabalho feminino na microrregião de Toledo: novas dinâmicas e reconfigurações no território a partir da instalação dos frigoríficos de aves**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

BELUSSO, D. A formação das cooperativas agrícolas e a expansão da avicultura de abate no Oeste paranaense (1970-2010). In: BOSI, A. (Org.) **Trabalho e Trabalhadores no Processo de Industrialização Recente no Oeste do Paraná: estudos sobre a cadeia avícola**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 39-62.

_____. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

BELUSSO, D.; HESPAÑHOL, A. N. **Cooperativismo agroindustrial e expansão da avicultura de corte no Oeste do Paraná**. In: ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO, 5. 2008. Ribeirão Preto. Anais. Ribeirão Preto: FEARP/USP. p. 1-17.

BEM, A. **Os produtores informais de leite: o lugar da reprodução camponesa no debate teórico da questão agrária**. Cascavel: Coluna do Saber, 2008.

BEN, M.; SCHLOSSER, M. T. S. A territorialização do cooperativismo empresarial no Oeste Paranaense. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 13, n. 2, p. 156-175, 2012.

BERNARDES, A. H. **Das perspectivas ontológicas à natureza do internauta : contribuição à epistemologia em Geografia**. 2012. 264 f. Tese (Doutorado em geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

BERNARDO, A. C. **Tutela e autonomia sindical: Brasil 1930-1945**. São Paulo: T.A. Queiróz, 1982.

BERNAT, I. G. **Um novo jeito de organizar. A nova organicidade em/do movimento; luta pela terra, luta na terra e identidade sem terra na área de influência da brigada Salvador Allende-MST (Paraná, Brasil)**. 2012. 293 f. Tese (Doutorado em História) - Universitat de Lleida, Lleida.

BEZERRA, J. E. **A fruticultura no Nordeste semiárido: internacionalização, conflitos territoriais e a precarização do trabalho**. 2012. 376 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

BINDER, M. C. P.; CORDEIRO, R. Sub-registro de acidentes de trabalho em localidade do Estado de São Paulo. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 409-416, 2003.

BITETI, M. D. O. **Uma reflexão sobre o tema da ontologia na Geografia**. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense. Niterói.

BOITO JUNIOR, A. **O sindicalismo de Estado no Brasil: análise crítica da estrutura sindical**. Campinas: Unicamp, 1991.

_____. Governos Lula: a nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JUNIOR, A.; GALVÃO, A. (Orgs.) **Política e Classes Sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012. p. 69-106.

BOSI, A. D. P. Juventude e trabalho industrial no Oeste Paranaense: o futuro que não se realiza. **Temas & Matizes**, n. 16, p. 172-183, 2009.

_____. **Precarização e intensificação do trabalho no Brasil recente: ensaios sobre o mundo dos trabalhadores**. Cascavel: Edunioeste, 2011.

_____. História das relações de trabalho da cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2000). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 400-430, 2011a.

_____. A recusa do trabalho em frigoríficos no Oeste Paranaense (1990-2010): a cultura da classe. **Diálogos**, Maringá, v. 17, n. 1, p. 309-335, 2013.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Revista Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p. 51-62, jan./dez. 2007.

BRUMATTI CARVALHAL, T. **Gênero e classe nos sindicatos**. Presidente Prudente: Centelha, 2004.

_____. **Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa/PR**. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

CARTA ENCÍCLICA DE JOÃO XXIII. **Evolução da questão social à luz da doutrina cristã**. Roma, p. 41. 1961.

CARVALHAL, M. D. Trabalho, sindicatos e gestão territorial da sociedade. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 1-25, 2000.

_____. A (re)centralidade do trabalho e a dinâmica territorial capitalista no Oeste do Paraná. In: BOSI, A. D. P. (Org.) **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010): estudos sobre a cadeia avícola**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 155-166.

_____. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. 2004. 337 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

_____. **A territorialização da agroindústria avícola em São Paulo e Paraná: relações de trabalho e organização sindical**. 2014. 43 f. Relatório (Pesquisa Trienal) - Universidade Estadual Paulista, Ourinhos.

CARVALHO, H. M. **Na sombra da imaginação**: reflexão a favor dos camponeses, 2010. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/>>. Acesso em: 11 set. 2015.

CASAGRANDE, B. E. A. Leishmanioses tegumentar americana e visceral americana: flebotomíneos capturados no entorno do Parque Estadual do Morro do Diabo, no município de Teodoro Sampaio, SP - Brasil. **Hygeia**, Uberlândia, v. 9, n. 16, p. 148-158, jun. 2013.

CASSETI, V. **Ambiente e apropriação do relevo**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1995.

CASTREE, N. Labour Geography: a work in progress. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 31, n. 4, p. 853-862, dez. 2007.

CHAYANOV, A. V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, Mexico, n. 5, p. 15-31, jul./set. 1975.

COAMO COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL. História do cooperativismo. **COAMO Cooperativa Agroindustrial**, 2015. Disponível em: <<http://www.coamo.com.br/?p=YWxyb3RsaXMvY2Vlem90aXJhdmFzbWVAemh6P2FkYXI9NjQ=>>. Acesso em: 09 set. 2015.

COELHO, D. C.; FABRINI, J. E. Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 17, n. 25, p. 71-87, jul./dez. 2014.

CORREA DA SILVA, A. O espaço como ser: uma avaliação auto-crítica. In: MOREIRA, R. **Geografia: teoria e Crítica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p. 51-72.

_____. A aparência, o ser e a forma: Geografia e método. **Geographia**, Niterói, v. 2, p. 7-42, jun. 2000.

CORRÊA, B. O relógio de dali: flexibilização da jornada de trabalho no Brasil, 2013. Disponível em: <<http://laurocampos.org.br/2013/05/o-relogio-de-dali-flexibilizacao-da-jornada-de-trabalho-no-brasil/>>. Acesso em: 11 set. 2015.

CORREIO DO LAGO. Cooperativa Lar é interditada após denúncia da Fenatracoop. **Correio do Lago**, Santa Helena, 02 ago. 2015. 1-1. Disponível em: <<http://linkis.com/ivFUe>>. Acesso em: 11 set. 2015.

CORREIO DO LAGO. Cooperativas dizem que reajuste superior a 9% é impossível. **Correio do Lago**, Santa Helena, 04 ago. 2015. 1-1.

DAL ROSSO, S. **Mais Trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DALMÁS, S. R. D. S. P.; STADUTO, J. A. R.; WILLERS, E. M. Da fronteira agrícola a fronteira agroindustrial: uma análise da concentração das empresas de abate e de processamento da carne de frango no Oeste do Paraná. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 9, n. 16, p. 48-60, dez. 2007.

DAMIANI, A. L. **População e Geografia**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

DE PAULA, A. E. H. A greve sob uma perspectiva territorial: o caso da greve dos ferroviários de 1906. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 14, n. 2, p. 81-97, 2013.

DEL ROIO, M.; SILVA, E. D. C. A crise do mundo do trabalho e a atualidade de Gramsci. **Novos Rumos**, Marília, v. 18, n. 39, p. 22-35, 2003.

DELGADO, G. C. Questão Agrária no Brasil:1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.) **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90.

_____. **Do Capital Financeiro na Agricultura à Economia do Agronegócio: Mudanças Cíclicas em Meio Século: (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. O tempo de trabalho no Brasil: o negociado e o não negociado (Nota Técnica número 105), 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec105clausulasJornada.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2015.

DIAS, E. F. Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: DIAS, E. F., et al. (Orgs.) **O outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 9-80.

DOURADO, J. A. D. L. Geografia "fora" da sala de aula: importância do trabalho de campo para geografia agrária. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 8, n. 15, p. 1-22, 2013.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia**. Chapecó: Grifos, 1999.

FABRINI, J. E. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra: experiências de lutas no Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2001.

_____. O sujeito e o objeto na Geografia. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 1, p. 12-14, 2005.

FABRINI, J. E.; ROOS, D. **Conflitos Territoriais entre o Campesinato e o Agronegócio Latifundiário**. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

FAGNANI, L. **Trabalho e trabalhadores na avicultura: experiências de operários na Unidade de Produção de Pintainhos, Cooperativa Agroindustrial Lar (2006-2013)**. 2014. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon.

FAJARDO, S. O novo padrão de desenvolvimento agroindustrial e a atuação das cooperativas agropecuárias no Paraná. **RA'EGA**, Curitiba, n. 11, p. 89-102, 2006.

FARIAS, L. F. F. C. D. **Agronegócio e luta de classes: diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital no complexo citrícola paulista**. 2013. 329f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

FELIPE, B. et al. **A luta pelo nosso sindicato**. Toledo, p. 2. 1981.

FELIPE, B. et al. **Ata Assembleia Geral convocada por "Jornal Hoje"**. Toledo, p. 2. 1981.

FINKLER, A. L. **Os problemas de saúde dos trabalhadores e a relação com o processo de trabalho em frigoríficos**. 2007. 94 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Enfermagem) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

FOSCHIERA, A. A. **Da barranca do rio para a periferia dos centros urbanos: a trajetória do movimento dos atingidos por barragens face às políticas do setor elétrico no Brasil**. 2009. 344 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente. [S.l.].

GALVÃO, A. **Neoliberalismo e reforma trabalhista no Brasil**. Rio de Janeiro: Coedição, Revan, FAPESP, 2007.

_____. Marxismo e movimentos sociais. **Crítica Marxista**, n. 32, p. 107-126, 2011.

GARCIA, L. A. F.; RUCHINEK, S. I. W. **A dinamica das cooperativas na cadeia produtiva do frango de corte do Paraná**. In: CONGRESSO SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47. 2009. Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: SOBER. 2009. p. 1-21.

GARCÍA, M. F. **A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema**. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GEMELLI, D. D. **Mobilidade territorial do trabalho como expressão da formação do trabalhador para o capital: frigorífico de aves da Copagril de Marechal Cândido Rondon/PR**. 2011. 275 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

GEORGE, P. **Sociologia e Geografia**. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

GERKE, A. A. **COPAGRIL: uma análise do cooperativismo no Oeste do Paraná**. 1992. 248 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, L. F. S.; SOUZA, S. N. M. D.; BARICATTI, R. A. Biodiesel produzido com óleo de frango. **Acta Sci. Technolo.**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 57-62, 2008.

GONÇALVES, M. A. **O trabalho no lixo**. 2006. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez. 2012.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

GRAMSCI, A. **Escritos Políticos**. Lisboa: Seara Nova, v. IV, 1978.

- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- _____. **O novo imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HECK, F. M. Trabalho precário e terceirização na cadeia avícola. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, p. 92-110, 2015.
- _____. Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 19, n. 33, p. 98-118, set./dez. 2016.
- _____. **No abate de frangos e suínos: o trabalho descartado**. Curitiba: Prismas, 2017.
- _____. **Degradação anunciada do trabalho formal na Sadia, em Toledo (PR)**. 2013. 217 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- HEROD, A. From a geography of labor to a labor geography: labor's spatial fix and the geography of capitalism. **Antipode**, Malden, v. 29, n. 1, p. 1-31, 1997.
- _____. **Labor Geographies: workers and the landscapes of capitalism**. New York: The Guilford Press, 2001.
- _____. O conhecimento geográfico sobre os trabalhadores: reflexões sobre as pesquisas nos Estados Unidos e Brasil. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 15, n. número especial, p. 5-47, 2014.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.
- HOBBSBAWM, E.; RUDÉ, G. **Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- IKUTA, F. K. **Práxis e dinâmica territorial da luta pela moradia: articulações, contradições e possibilidades no âmbito do conflito capital x trabalho**. 2008. 323 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.
- INFORME PARANÁ COOPERATIVO. Cooperativismo: Roberto Rodrigues é um dos expositores de conferência da ACI Américas. **Paraná Cooperativo**, 2013. Disponível em:
<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php?option=com_content&view=article&id=96532:cooperativismo-roberto-rodrigues-e-um-dos-expositores-de-conferencia-da-aci-americas&catid=15:informe&Itemid=870>. Acesso em: 09 set. 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Brasília: IBGE, 2006.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Análise sócio-econômica do Projeto Iguaçu de Cooperativismo (PIC), das regiões Oeste e Sudoeste do estado do Paraná**. Curitiba: [s.n.], 1974/75.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Indicadores de sustentabilidade ambiental por bacias hidrográficas do estado do Paraná.** Curitiba: IPARDES, 2010.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de Filosofia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

KAISER, B. O geógrafo e a pesquisa de campo. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 93-104, 2006.

KEIL, I. M.; MONTEIRO, S. T. Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América Latina, 1982. Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/7102_Cached.pdf>. Acesso em: 17 set. 2015.

KRISIS. **Manifesto contra o trabalho.** São Paulo: AGB/SP, 1998.

KURZ, R. **O colapso da modernização.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. **Os últimos combates.** Petrópolis: Vozes, 1998.

LACOSTE, Y. A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 77-92, 2006.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço.** [S.l.]: Tradução de Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins, 2006.

LEITE, C. H. B. A quem interessa o modelo negociado sobre o legislado no Brasil? **Direito UNIFACS-Debate Virtual**, Salvador, n. 194, 2016.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia:** o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LESSA, S. **Mundo dos homens:** trabalho e ser social. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Centralidade ontológica do trabalho e centralidade política proletária. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 13/14, p. 106-121, 2005.

_____. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, A. M. Geografia: filosofia das técnicas? Reflexões para se pensar uma Geografia do Trabalho. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 15, n. 2, p. 19-48, dez. 2014.

LOURENÇO, E. A. D. S. Agravos à saúde dos trabalhadores no Brasil: alguns nós críticos. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 12, n. 1, p. 3-33, 2011.

LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social:** questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. **Para uma ontologia do ser social I.** São Paulo: Boitempo, 2012.

- _____. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.
- LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.
- MAENO, M. **Lesões por esforços repetitivos LER - Cadernos de Saúde do Trabalhador**. São Paulo: Instituto Nacional de Saúde do Trabalho/CUT, 2001.
- MAIA, A. G. Geografia do trabalho no Brasil. **Confins**, n. 6, p. 2-21, 2009.
- MAMED, L. Haitiano na amazônia: a morfologia da imigração haitiana pelo Acre e o horizonte de inserção precarizada no Brasil. **Ruris**, Campinas, v. 10, n. 1, p. 73-111, mar. 2016.
- MAMED, L. H.; LIMA, E. O. D. Trabalho, precarização e migração: o processo de recrutamento de haitianos na Amazônia acreana pela agroindústria brasileira. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 18, n. 1, p. 33-64, 2015.
- MARCOS, V. D. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 105-136, 2006.
- MARIGHELLA, C. Alguns aspectos da renda da terra no Brasil. **Revista Estudos Sociais**, p. 1-17, maio-junho 1958.
- MARSCHALL, C. R. **Pequena propriedade e cooperativismo no Oeste do Paraná um estudo a partir da cooperativa agroindustrial LAR**. 2005.199 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo.
- MARTINS, E. R. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. **GEOUSP**, São Paulo, n. 21, p. 33-51, 2007.
- MARTINS, J. D. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARX, K. Teses sobre feuerbach. In: GRIFO, C. **Karl Marx e Friedrich Engels: textos filosóficos**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1974. p. 7-11.
- _____. Resolução da Associação Internacional dos Trabalhadores sobre os sindicatos. In: MARINHO, J. R. (Tradução) **Sindicalismo: Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Ched Editorial, 1981. p. 13-15.
- _____. **O capital crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, v. I Tomo 1, 1983.
- _____. **O capital crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, v. III Tomo 1, 1984.
- _____. **O capital crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, v. I Tomo 2, 1984.
- _____. **O capital crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, v. III Tomo 2, 1985.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4ª reimp. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATTOS, M. B. **O sindicalismo brasileiro após 1930**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

_____. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. A classe trabalhadora: uma abordagem contemporânea à luz do materialismo histórico. **Outubro**, n. 21, p. 84-117, 2013.

MELLO, C. V. D. "**Não tem hora e nem dia, não tem frio e não tem calor**": **trabalho e trabalhadores em aviários, Toledo-PR**. 2013. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

MENDONÇA, M. R. **A urdidura espacial do capital e do trabalho no cerrado do sudeste goiano**. 2004. 458 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MENDONÇA, S. R. D. A hegemonia do agronegócio no Brasil: uma construção em disputa. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, v. 12, n. 24, p. 26-37, 2011.

MENEGAT, M. **O olho da barbárie**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. A face e a máscara: a barbárie da civilização burguesa. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 8, n. 2, p. 27-46, dez. 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Estrutura social e formas de consciência II**: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Relação Anual de Estatísticas Sociais**. [S.l.]: [s.n.].

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. **Procedimento Preparatório 000316-2008-09-006**. Foz do Iguaçu, p. 98 f. 2008.

_____. **Ação Civil Pública 01428-2010-068-09-00-5**. Toledo, p. 186. 2010.

MITCHELL, D. Labor's Geography: capital, violence, guest workers and the Post-World War II landscape. **Antipode**, Syracuse, v. 43, n. 2, p. 563-595, 2011.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. **A ação territorial de uma igreja radical: teologia da libertação, luta pela terra e atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da**

Paraíba. 2008. 502 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura.** Dourados: Editora UFGD, 2009.

MONTENEGRO GÓMEZ, J. R. Crítica ao conceito de desenvolvimento. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2002.

_____. Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Okara**, p. 163-174, 2012.

_____. **Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural.** 2006. 440 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MORAES, A. C. R. D. Em busca da ontologia do espaço. In: MOREIRA, R. (Org.) **Geografia: Teoria e crítica.** Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p. 43-51.

_____. **Geografia: pequena história crítica.** 17. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MOREIRA, E. O espaço enquanto produto do trabalho: uma contribuição ao ensino de Geografia. **Cadernos do Logepa**, João Pessoa, v. 1, n. 2, p. 33-46, jul./dez. 2002.

MOREIRA, R. A geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: MOREIRA, R.(Org.) **Geografia teoria e crítica: o saber posto em questão.** Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p. 12-43.

_____. Teses para uma geografia do trabalho. **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 2, n. 22, p. 19-23, ago. 2002.

_____. Marxismo e geografia: a geograficidade e o diálogo das ontologias. **Geographia**, v. 6, n. 11, p. 21-37, 2004.

_____. **Pensar e ser em geografia.** São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Para onde vai o pensamento geográfico? por uma epistemologia crítica.** São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **O que é geografia? (nova versão reescrita e atualizada).** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.

_____. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas.** São Paulo: Contexto, 2012.

_____. **O movimento operário e a questão cidade-campo no Brasil: classes urbanas e rurais na formação da geografia operária brasileira.** 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

_____. A (geografia da) sociedade do trabalho. **Terra Livre**, v. 1, n. 40, p. 131-160, jan./jul. 2013a.

_____. **O discurso do avesso: para a crítica da geografia que se ensina.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. **A Geografia do espaço-mundo: conflitos e superações no espaço do capital.** Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

MOREIRA, V. J. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013).** 2014. 77 f. Relatório de Estágio (Pós-Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

NAVARRO, V. L. **Trabalho e trabalhadores do calçado: a indústria calçadista em Franca (SP) das origens artesanais à reestruturação produtiva.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NEGRO, A. L. Paternalismo, populismo e história social. **Cad. AEL**, Campinas, v. 20/21, p. 9-37, 2004.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, C. M.; JESUS, E. D. A pequena produção avícola familiar e o Sistema de Integração no oeste catarinense: "uma prisão de portas abertas". **Caderno CRH**, Salvador, v. 26, n. 67, p. 123-138, jan./abr. 2013.

NUNES, R. V. **Digestibilidade de nutrientes e valores energéticos de alguns alimentos para aves. 2003. 103 f. Tese (Doutorado em Zootecnia).** Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

O ABC da greve. Direção: Leon Hirzman. Produção: Leon Hirzmann. [S.l.]: [s.n.], 1979.

OFFE, C. Trabalho: a categoria-chave da sociologia? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, p. 1-14, jun. 1989.

OLIVEIRA, A. M. S. D. **Reordenamento territorial produtivo do agronegócio no Brasil e os desdobramentos para o trabalho.** 2009. 615 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

OLIVEIRA, A. U. D. **A agricultura camponesa no Brasil.** 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2004.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 5-64, 2010.

OLIVEIRA, R. D. D.; OLIVEIRA, M. D. D. Pesquisa social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la. In: BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. p. 17-33.

OSTROSKI, D. A.; MEDEIROS, N. H. **Cluster agroindustrial: fortalecimento e competitividade para a cadeia suinícola do município de Toledo**. In: CONGRESSO DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 42. 2004. Cuiabá. Anais. Cuiabá: SOBER. 2004. p. 1-20.

PAULINO, E. T. Agricultura e tecnificação: notas para um debate. **Agrária**, p. 3-19, 2006.

PEDROSA, B. V. A Geografia Crítica brasileira e o debate sobre ontologia do espaço: uma aproximação. **Geografares**, Vitória, p. 139-168, jun. 2012.

PEREIRA, A. Lutas Operárias que Antecederam a Fundação do Partido Comunista do Brasil. **Problemas - Revista Mensal de Cultura Política**, n. 39, p. 1-12, mar./abr. 1952.

PEREIRA, F. G.; SOUZA, A. D. Trabalhadores, imprensa e agroindústria no Oeste do Paraná: as contradições do processo de expansão da indústria de alimentos em Marechal Cândido Rondon. In: BOSI, A. D. P. (Org.) **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 31-38.

PEREIRA, M. C. D. C. **Trabalhadores da Sadia de Toledo: relações de trabalho e sindicalismo (décadas de 1960 a 1980)**. 2013. 87 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

PERPETUA, G. M. **Pilhagem territorial, precarização do trabalho e degradação do sujeito que trabalha: a territorialização do capital arbóreo-celulósico no Brasil contemporâneo**. 2016. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PERPETUA, G. M.; THOMAZ JUNIOR, A. **A relevância do conceito de território na análise da relação capital/trabalho e de seus desdobramentos para a saúde dos trabalhadores**. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 9. 2014. Marília. Anais. Marília: RET. p. 1-22.

PIGNATI, W.; OLIVEIRA, N. P.; SILVA, A. M. C. D. Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 12, p. 4669-4678, 2014.

PINASSI, M. O. Movimentos sociais de massa e a crise estrutural do capital. In: LOURENÇO, E. Â. D. S.; NAVARRO, V. L. (Orgs.) **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 339-352.

PONTE, K. F. D. **O desenvolvimento sustentável e o controle social da natureza e do trabalho: um estudo a partir da fábrica de preservativos masculinos de Xapuri (AC)**. 2014. 360 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Proj. História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev 1997.

PORTO-GONÇALVES, C. W. A geografia está em crise. Viva a geografia! In: MOREIRA, R. **Geografia teoria e crítica: o saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982. p. 72-93.

QUAINI, M. **Marxismo e Geografia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

RABELO, M. H. S.; SILVA, E. K.; PERES, A. D. P. Análise de Modos e Efeitos de Falha na avaliação dos impactos ambientais provenientes do abate animal. **Eng. Sanit. Ambient.**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 79-86, jan./mar. 2014.

RANIERI, J. **Trabalho e Dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

REIS, L. C. T. Ontologia do espaço e movimento de renovação crítica da Geografia: o desafio da diferença ontológica. **Geografares**, Vitória, n. 7, p. 111-122, 2009.

RIBEIRO, S. Q. **A territorialização e a organização do movimento nacional dos catadores de material reciclável em municípios da região Oeste do Paraná**. 2012. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

RIPPEL, R.; LIMA, J. F. D.; BORGES, R. G. **Cadeias produtivas no desenvolvimento regional: o caso de Toledo no Oeste do estado do Paraná**. In: ENCONTRO DE ECONOMIA PARANAENSE, 5. 2007. Curitiba. Anais. Curitiba: Departamento Economia UFPR. 2007. p. 1-21.

ROIO, M. D. Gramsci e a emancipação do subalterno. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 29, p. 63-78, nov 2007.

ROSS, J. L. S. Os fundamentos da Geografia da natureza. In: ROSS, J. L. S. (Org.) **Geografia do Brasil**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2001. p. 13-66.

SADER, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: SADER, E. (Org.) **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013. p. 135-144.

SAMPAIO JUNIOR, P. D. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, ou./dez. 2012.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e método. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 54, p. 81-100, junho 1977.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SCHALLENBERGER, E. Os teuto-brasileiros: ação católica, cooperativismo e terceira via política. **MÉTIS: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 4, n. 7, p. 133-144, jan./jun. 2005.

SCHLOSSER, M. T. S. Cooperativismo: a união faz a força. **Geosul**, Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 99-112, jul./dez. 2003.

_____. **Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo Oeste do Paraná 1980-2000)**. 2005. 248 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SCHLOSSER, M. T. S.; RICHART, M. **Copagril: relações de poder para com os associados em Marechal Cândido Rondon-PR (1980-2008)**. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA/SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4/5. 2009. Niterói. Anais. Niterói: SINGA p. 1-15.

SCHREINER, D. F. **Cotidiano, trabalho e poder: a formação da cultura do trabalho no extremo Oeste do Paraná**. Toledo: EdT, 1997.

SERPA, Â. O trabalho de campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, p. 7-24, 2006.

SICSÚ, J.; PAULA, L. F. D.; MICHEL, R. Por que novo-desenvolvimentismo? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, p. 507-524, out-dez 2007.

SILVA, G. R. D. Dinâmica espacial do trabalho e pobreza nos frigoríficos de aves da região Oeste do Paraná (1990-2010). In: BOSI, A. D. P. (Org.) **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010): estudos sobre a cadeia avícola**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 95-120.

SILVA, J. F. G. D. **Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura**. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

SILVA, M. Programa Momento do Trabalhador, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FQIBokiPF9A>>. Acesso em: 28 set. 2015.

SILVA, O. A. D. **Recursos hídricos, ação do Estado e reordenação territorial: o processo de implantação da barragem e do distrito de irrigação de Ponto Novo no estado da Bahia**. 2008. 375 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela.

SILVA, O. H. D. **A organização sindical dos produtores rurais integrados à agroindústria: representações dos avicultores e suinocultores do Paraná**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 22. 1998. Caxambu. Anais. Caxambu: ANPOCS, 1998. p.1-27.

SIMÃO, A. **Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo**. São Paulo: Dominus, 1966.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM COOPERATIVAS AGRÍCOLA, AGROPECUÁRIA, AGRO-INDUSTRIAL DE PALOTINA E REGIAO. Trabalhadores em cooperativas poderão entrar em greve no Oeste do Paraná, 2013. Disponível em: <<http://www.sintrascoopa.com.br/?p=12331>>. Acesso em: 11 set. 2015.

SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA; ACADEMIA BRASILEIRA DA CIÊNCIA. Carta da SBPC e ABC encaminhada à presidência da república federativa do Brasil, quanto a aprovação pela câmara dos deputados do código

florestal (PL1876-E/1999). In: SILVA, J. A. A. D. (Org.) **O código florestal e a ciência: contribuições para o diálogo**. 2. ed. São Paulo: SBPC, 2012. p. 19-26.

SORJ, B.; POMPERMAYER, M. J.; CORADINI, O. L. **Camponeses e agroindústria: transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

SOUTO MAIOR, J. L. Os 50 (e tantos) anos do(s) golpe(s) contra a classe trabalhadora, 2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/o-que-resta-do-golpe-de-64/os-50-e-tantos-anos-dos-golpes-contr-a-classe-trabalhadora-por-jorge-luiz-souto-maior/>>. Acesso em: 11 set. 2015.

SOUZA, A. D.; PEREIRA, F. G. Trabalhadores, imprensa e agroindústria no Oeste do Paraná: as contradições do processo de expansão da indústria de alimentos em Marechal Cândido Rondon. In: BOSI, A. (Org.) **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010): estudos sobre a cadeia avícola**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 31-38.

SOUZA, E. C. **Os setores de produção e de abate e processamento de frangos de corte e seus impactos na economia paranaense**. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa.

SOUZA, S. M. R. D. **A emergência do discurso do agronegócio e a expansão da atividade canavieira: estratégias discursivas para a ação do capital no campo**. 2011. 275 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STORTI, I. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados à Copagril**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de Campo em Geografia. **GEOgraphia**, Niterói, v. 4, n. 7, p. 64-68, 2002.

TERTULIAN, N. Nicolai Hartmann e Georg Lukács: uma aliança fecunda. **Crítica Marxista**, n. 32, p. 9-32, 2011.

THOMAZ JUNIOR, A. "Leitura Geográfica" e gestão política na sociedade de classes. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, n. 24, p. 31-42, mai. 1998.

_____. Por uma geografia do trabalho. **Scripta Nova, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 6, n. 119, 2002.

_____. **Por trás dos canaviais os (nós) da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002a.

_____. A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Geosul**, Florianópolis, v. 19, n. 37, p. 7-26, jan./jun. 2004.

_____. **Geografia passo-a-passo: ensaios críticos dos anos 90**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, 2005.

_____. Se camponês, se operário! Limites e perspectivas para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A.; CARVALHAL, M. D.; BRUMATTI CARVALHAL, T. (Orgs.) **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, v. 2, 2006. p. 130-167.

_____. Desafios teóricos para a Geografia do Trabalho no século XXI. In: THOMAZ JUNIOR, A.; FRANÇA JÚNIOR, L. (Orgs.) **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, v. 4, 2009a. p. 7-33.

_____. Desenvolvimento destrutivo das forças produtivas, a insustentabilidade do capital e os desafios para a produção de alimentos. In: FRANÇA JUNIOR, L. B.; THOMAZ JUNIOR, A. (Orgs.) **Geografia e trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, v. 5, 2010. p. 176-216.

_____. Intemperismo do trabalho e as disputas territoriais contemporâneas. **Revista da ANPEGE**, v. 7, n. 1, p. 307-329, 2011.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites de leitura geográfica. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 12, n. 1, p. 104-122, jun. 2011.

_____. Degradação e centralidade do trabalho: as contradições da relação capital x trabalho e o movimento territorial de classe. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 13, n. 2, p. 4-19, dez. 2012.

_____. Territórios em disputa e a contemporaneidade da dinâmica geográfica do trabalho no Brasil. In: THOMAZ JUNIOR, A.; PONTE, K. F. D.; ALVES, J. (Orgs.) **Geografia e Trabalho no século XXI**. Presidente Prudente: Editorial Centelha, v. 7, 2012. p. 11-56.

_____. Territórios em disputa e o movimento territorial do trabalho e da classe trabalhadora. **Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 14, n. 2, p. 1-24, dez. 2013.

_____. **Dinâmica geográfica do trabalho no século XXI: limites explicativos, autocrítica e desafios teóricos**. 2009. 499 f. Tese (Livre-Docência em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa I: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. Algumas observações sobre classe e "falsa consciência". In: NEGRO, A. L.; SILVA, S. (Orgs.) **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora UNICAMP, 2001. p. 269-281.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TROYANO, A. A. **Estado e sindicalismo**. São Paulo: Símbolo, 1978.

TUMOLO, P. S. **Da contestação à conformação: a formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.

TURRA NETO, N. **Pesquisa qualitativa em Geografia**. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17. 2012. Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Associação dos Geógrafos Brasileiros. 2012. p. 1-10.

VAISMAN, E.; FORTES, R. V. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 9-33.

VALENCIA, A. S. Trabalho, classe trabalhadora e proletariado: ensaio sobre as contradições e crises do capitalismo contemporâneo. **HISTEDBR**, Campinas, Número Especial, p. 3-15, mai. 2009.

VARUSSA, R. J. Industrialização, trabalhadores e Justiça do Trabalho no Oeste do Paraná (década de 1990): algumas considerações. **Tempo da Ciência**, v. 13, n. 25, p. 145-156, 2006.

_____. Sindicalismo e trabalhadores em cooperativas no Oeste do Paraná (décadas de 1990 e 2000). **Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 4, n. 7, p. 163-177, 2012.

_____. **Trabalhadores e a construção da Justiça do Trabalho no Brasil, décadas de 1940 a 1960**. São Paulo: LTR, 2012.

_____. Pioneiros da flexibilização e os boias-frias da indústria: Oeste do Paraná, década de 1980. In: BOSI, A. (Org.) **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 167-178.

VIANA, M. T. O novo papel das convenções coletivas de trabalho: limites, riscos e desafios. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n. 40, p. 165-188, 2001.

VICENTE, M. **Copacol 50 anos**: na vanguarda do cooperativismo. Cascavel: Integração, 2013.

WALDVOGEL, B. C. Quantos acidentes do trabalho ocorrem no Brasil? Proposta de integração de registros administrativos. In: GOMEZ, C. M.; MACHADO, J. M. H.; PENA, P. G. L. (Orgs.) **Saúde do Trabalhador na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. p. 227-244.

WALTER, L. I. **A saúde por um fio**: submissão voluntária de afastados de frigoríficos de aves. Brasília: Abecer, 2012.

WALTER, S. I. **Experiências sociais e relações de trabalho dos trabalhadores pegadores de frango e batedores de caixa de Marechal Cândido Rondon-PR**. 2013. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

WILLS, J. Subcontracted employment and its a challenge to labour. **Labor Studies Journal**, v. 4, p. 441-460, dez. 2009.

WROBLESKI, S. Gigante da avicultura é processada por escravizar 29 trabalhadores, 2013. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2013/05/gigante-da-avicultura-e-processada-por-escravizar-29-trabalhadores/>>. Acesso em: 11 set. 2015.

ZEN, R. T. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S. A: controles, mediações e autonomia.** 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.